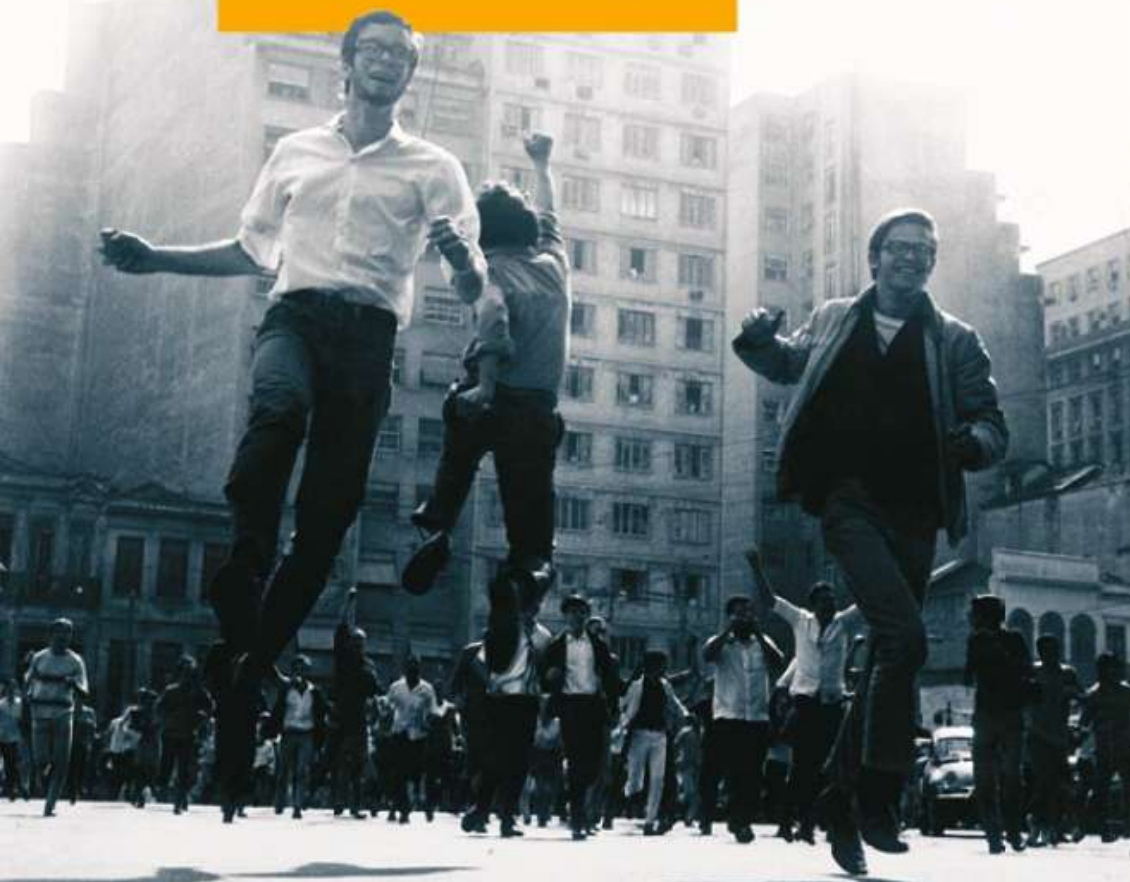


Depoimentos sobre o golpe de 1964, o AI-5, o assassinato de Vladimir Herzog,
as greves do ABC, o movimento pela Anistia, a fundação do PT e a campanha das Diretas Já



Pela democracia, contra o arbítrio

A oposição democrática,
do golpe de 1964
à campanha das Diretas Já





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P381 Pela democracia, contra o arbítrio : a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já / [organização de] Flamarion Maués, Zilah Wendel Abramo. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
480 p. : il.

ISBN 85-7643-036-3
ISBN 978-85-7643-036-0

1. Política – Brasil. 2. História do Brasil. 3. Golpe de 1964. 4. Ato Institucional nº 5 – AI-5. 5. Democratas. 6. Movimento estudantil. 7. Anistia política. 8. Greve. 9. Partido dos Trabalhadores – PT. 10. Diretas Já. I. Maués, Flamarion. II. Abramo, Zilah Wendel.

CDU 94(81).088
321.7(81)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Depoimentos sobre o golpe de 1964, o AI-5,
o assassinato de Vladimir Herzog,
as greves do ABC, o movimento pela Anistia,
a fundação do PT e a campanha das Diretas Já

Pela democracia, contra o arbítrio

A oposição democrática,
do golpe de 1964
à campanha das Diretas Já

Organização:
Flamarion Maués e Zilah Abramo

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria
Hamilton Pereira (presidente)
Ricardo de Azevedo (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora)
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo
Coordenação editorial
Flamarion Maués

Assistente editorial (licenciada)
Viviane Akemi Uemura

Revisão
Maurício Balthazar Leal

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Caco Bisol

Foto da capa
Iconographia

Apoio editorial
José Guilherme Maia Lopes, Raquel Costa,
Ester Costa, Erika Kaiser Mori

Pesquisa iconográfica
Cia. da Memória

Impressão
Bartira Gráfica

1ª edição: dezembro de 2006
Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
<http://www.fpabramo.org.br>

Copyright © 2006 by dos autores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	HAMILTON PEREIRA	13
INTRODUÇÃO	FLAMARION MAUÉS E ZILAH ABRAMO	15

1. Do GOLPE DE 1964 ao AI-5

A SOCIEDADE CINDIDA	JACOB GORENDER	21
AS ESQUERDAS ARMADAS NO PÓS-1964	MARCELO RIDENTI	29
30 ANOS DO AI-5: NÃO VAMOS ESQUECER		35

DEPOIMENTOS

ALCIONE ABRAMO	PROFESSORES E ALUNOS	37
ALÍPIO FREIRE	SORVETE, MISTO QUENTE E ÁGUA	38
ALMINO AFFONSO	EM PARIS, O “HINO NACIONAL”	41
ANA MARIA MÜLLER	REBULIÇO NO JORNAL	42
ARTHUR POERNER	NA REDAÇÃO DO <i>CORREIO DA MANHÃ</i>	44
CARLOS TIBÚRCIO	EM FUGA DE RECIFE	45
CELSO FURTADO	EXÍLIO PROLONGADO	46
CLARA CHARF	O AI-5 INSTITUCIONALIZOU O GOLPE	46
CLÓVIS ROSSI	AS PORTAS DO FUTURO FORAM FECHADAS	48
D. PAULO EVARISTO ARNS	TODAS AS LUZES FORAM APAGADAS	49
ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA	O PAÍS TORNOU-SE UM PALCO DE GUERRA	49
FERNANDA MARIA RIBEIRO COELHO	DE UM PÓLO A OUTRO	50
FLÁVIO AGUIAR	O AI-5 ESTAVA EMBUTIDO NO GOLPE DESDE SUA CONSPIRAÇÃO	52
ISAIAS RAW	REPERCUSSÕES NA UNIVERSIDADE	54
IZAÍAS ALMADA	UMA ORDEM DE PRISÃO CONTRA O BRASIL	54
JOSÉ DIRCEU	AS HERANÇAS DO AI-5	55
JUCA KFOURI	GERAÇÃO CASTRADA	56
LÚCIO FLÁVIO PINTO	UM CONCENTRADO DE DITADURA SEM ESCRÚPULOS	56

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	O PARADOXO DA MILITÂNCIA E DA DESINFORMAÇÃO POLÍTICA	57
MARCELO RIDENTI	“ESSE É UM PAÍS QUE VAI PRA FRENTE, UOU, UOU, UOU, UOU”	58
MÁRCIO MOREIRA ALVES	MUDAR DE PORTO PARA NÃO ACABAR NO MATADOURO	59
MARIA AUXILIADORA ARANTES (DODORA)	PRESA NO INTERIOR DE ALAGOAS	60
MÁRIO SIMAS	MONSTRENGO JURÍDICO	61
MAURÍCIO SEGALL	INTERRUPÇÃO DRÁSTICA NA VIDA COTIDIANA	61
MINO CARTA	“NÃO SE ILUDAM”	62
MOUZAR BENEDITO	DO NOSSO LADO ESTAVAM OS BONS	64
PEDRO TIERRA (HAMILTON PEREIRA DA SILVA)	RESERVAS INIMAGINÁVEIS DE ESCURIDÃO	65
RADHA ABRAMO	SEM SURPRESAS	66
RAYMUNDO FAORO	A CEGUEIRA DAS CLASSES DIRIGENTES	66
RONALD ROCHA	TRANSIÇÃO ENDÓGENA AO TERRORISMO	67
ROQUE APARECIDO DA SILVA	CLANDESTINIDADE, PRISÃO E TORTURA	68
SEBASTIÃO C. VELASCO E CRUZ	SENTIMENTO REFORÇADO DE IDENTIDADE	69
SÉRGIO DE SOUZA	O PIOR DOS VENENOS: A IMPOTÊNCIA INTELECTUAL	70
TOM ZÉ	“ATÉ CENSORES NOS TORNAMOS”	70
WALNICE NOGUEIRA GALVÃO	UMA INTERJEIÇÃO DE DOR	72
WOLFGANG LEO MAAR	A REAÇÃO DA REPRESSÃO	72
ZILAH WENDEL ABRAMO	O CERCO SE FECHOU	74
O ATO INSTITUCIONAL Nº 5: SOCIEDADE E DITADURA AO SUL DO EQUADOR DANIEL AARÃO REIS FILHO		77
AS OCORRÊNCIAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA PERSEU ABRAMO		83
<i>DOCUMENTOS</i>		
AS LEIS DO ARBITRÁRIO — DO AI-1 AO AI-5		87

2. O ASSASSINATO DE VLADIMIR HERZOG

A PRISÃO DE VLADO	HAMILTON ALMEIDA FILHO	101
<i>DEPOIMENTOS</i>		
FERNANDO PACHECO JORDÃO	CARTA A VLADO	105
AUDÁLIO DANTAS	O PAPEL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS	107
GIANFRANCESCO GUARNIERI	VLADO, O PONTO DE PARTIDA	109

HENRY SOBEL	25 ANOS SEM VLADO HERZOG	111
JOSÉ MINDLIN	“PEGARAM O VLADO PARA PEGAR VOCÊ”	113
LAÍS OREB	“VAMOS TODOS PARA O SINDICATO”	115
LÉLIA ABRAMO	UMA VIDA TRÁGICA	117
LUIZ WEIS	UM SUBVERSIVO	118
MARCO ANTÔNIO BARBOSA	A RESPONSABILIZAÇÃO DA UNIÃO PELA MORTE DE VLADO	121
MINO CARTA	A IRRACIONALIDADE DO MAL	123
PAULO MARKUN	VLADO	124
D. PAULO EVARISTO ARNS	VLADO HERZOG, DERRUBANDO O AI-5	127
PEDRO TIERRA (HAMILTON PEREIRA DA SILVA)	A ÚLTIMA NOITE	128
RICARDO KOTSCHO	DUAS MORTES DE VLADO	128
SÉRGIO GOMES	EU TENTEI ME LIVRAR PELO SUICÍDIO, A VLADO NINGUÉM PÔDE SALVAR	129
ZUENIR VENTURA	UM MÁRTIR DA ABERTURA	132

1976: A MORTE DE MANOEL FIEL FILHO E A CHACINA DA LAPA	PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR	135

DOCUMENTOS

EM NOME DA VERDADE	136

3. PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1977

A MORTE DE ALEXANDRE VANNUCCHI LEME EM 1973	LAÍS WENDEL ABRAMO	141
ANOS INCRÍVEIS	CELSO MARCONDES	143
MEDO E LIBERDADE	RICARDO DE AZEVEDO	149
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS 1970	LÚCIO KOWARICK	155
A CONJUNTURA POLÍTICA EM 1977	ANDRÉ SINGER	159
A RETOMADA DAS RUAS	LAÍS WENDEL ABRAMO	161

DEPOIMENTOS

ALOIZIO MERCADANTE	NA GARAGEM DE UMA VELHA CASA NA LAPA	169
BEATRIZ DE PAULA SOUZA	EU QUERIA TUDO!	171
CARMEN CINTRA DO PRADO	O CERCO DA MEDICINA	173
GERALDO SIQUEIRA	A ELEIÇÃO PARA O DCE DA USP	176

FERNANDO NOGUEIRA	A TENTATIVA FRUSTRADA DE REALIZAR O III ENE EM BELO HORIZONTE	179
LÚCIO KOVARICK	O LIVRO DE CABECEIRA DO CORONEL	180
VINICIUS SIGNORELLI	“O QUE FAZEMOS AGORA?”	181

NOITE DE VIOLÊNCIA: A INVASÃO DA PUC-SP	EM 1977	183
RELATO DA INVASÃO DA PUC	DCE-PUC	185

DEPOIMENTOS

LAÍS ABRAMO	O III ENE E A INVASÃO DA PUC	189
BEATRIZ TIBIRIÇÁ (BEÁ)	O MAFADADO DIA DA INVASÃO DA PUC	191
CASSANDRA MARONI NUNES	UMA CLASSE DE ALUNOS BEM-COMPORTADOS	194

MEMÓRIA: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA USP	BEATRIZ TIBIRIÇÁ	197

DOCUMENTOS

CARTA ABERTA: “HOJE CONSENTE QUEM CALA”		201
LÓGICA E LOGÍSTICA	PERSEU ABRAMO	202
AS BOMBAS	PERSEU ABRAMO	203
A PONTE QUE OS UNE	PERSEU ABRAMO	204

4. ANISTIA NÃO É ESQUECIMENTO

A CONTINUIDADE DA LUTA	ZILAH WENDEL ABRAMO	209

DEPOIMENTOS

ALEXANDRE CUNHA	AO LADO DA LUTA POR DIREITOS	213
AMELINHA TELES (MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES)	DIREITO À ALEGRIA E À DOR	214
ANA GUEDES	AS MULHERES NA DIANTEIRA	216
ANA MARIA MÜLLER	UMA CAMPANHA SUPRAPARTIDÁRIA	218
ANTÔNIO CARLOS FON	NÓS E A TORCIDA DO CORÍNTIANS	220
APOLONIO DE CARVALHO	ANISTIAS	221
ARTHUR POERNER	NO EXÍLIO, A LUTA PELA ANISTIA	222
BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR	NOS TRIBUNAIS E NOS TEATROS	223

CARLOS MACDOWELL DE FIGUEIREDO	NO ESTÁDIO	224
CARLOS TIBÚRCIO	NA TRINCHEIRA DO EM TEMPO	225
CELESTE FON	UM MOMENTO DE SOLIDARIEDADE	226
CONSUELO DE CASTRO	O PASSADO INCICATRIZÁVEL	228
DALMO DE ABREU DALLARI	UM REFORÇO NA ESPERANÇA	229
DODORA (MARIA AUXILIADORA ARANTES)	PRÊMIO VLADIMIR HERZOG E A ANISTIA	231
D. PAULO EVARISTO ARNS	EXCLUIR A VIOLÊNCIA	233
EDUARDO SUPLYCY	LUTAR E RESISTIR	234
EGLE VANNUCCHI LEME	JAMAIS VOLTARÃO	234
EMILIANO JOSÉ	ATENTO E FORTE	235
FLÁVIA SCHILLING	LIBERTADA POR TODOS OS BRASILEIROS	236
FLÁVIO KOUTZII	PRESO NA ARGENTINA	237
GIANFRANCESCO GUARNIERI E VANYA SANT'ANNA	O GOSTO PELA VIDA E PELA LUTA POLÍTICA	238
GILNEY VIANA	TRINTA E TRÊS DIAS DE GREVE DE FOME	239
HELENA GRECCO	A LUTA EM MINAS GERAIS	240
HENRY SOBEL	PERSISTE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	242
JOSÉ DIRCEU	GRATIDÃO AOS QUE LUTARAM PELA ANISTIA	243
JOSÉ KENINGER	PRIMEIRO PASSO RUMO À DEMOCRACIA	244
JOVINIANO NETO	MEMÓRIA E JULGAMENTO DA DITADURA	246
JUDITH KARDOS KLOTZEL	LAÇOS DE SOLIDARIEDADE	248
LAÍS WENDEL ABRAMO	“NÃO CHORE MAIS”	249
LARISSA PELÚCIO	UM TEMPO FEBRIL	251
LÉLIA ABRAMO	ARTISTAS NA CAMPANHA DA ANISTIA	253
LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA	A LUTA PELA ANISTIA NA EUROPA	255
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	PROCESSO INCOMPLETO	258
MARCELO SANTA CRUZ	CELEBRAR SEM ESQUECER	259
MARIA AUGUSTA CAPISTRANO	UMA LUTA ANTIGA	260
MARIA DOLORES PEREZ GONZALEZ (LOLA)	UMA LUTA QUE CONTINUA	261
MARIA LIÈGE SANTOS ROCHA	A BAHIA PRESENTE	262
MARIA LUÍZA FONTENELLE	O MOVIMENTO PELA ANISTIA NO CEARÁ	263
MARIA E REGINA STELA MOREIRA PIRES (AS MANAS)	EMOÇÕES NO COTIDIANO	265
MARÍLIA MEDALHA	“NÃO ME SENTI ANISTIADA”	265
MÁRIO SIMAS	O PRINCIPAL PASSO PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO	266
MAURÍCIO SEGALL	A DÍVIDA DA DITADURA	266
MINO CARTA	ATO IMPERFEITO	268

MOUZAR BENEDITO	SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS	269
PAULO SCHILLING	DESDE O EXÍLIO	270
PEDRO TIERRA (HAMILTON PEREIRA DA SILVA)	COLHEITA DE LUZ	272
REGINA SEABRA VON DER WEID	ESPERANÇA	274
RENATO CONSORTE	“POR AQUI”	275
ROBERTO FREIRE	UM PASSO DECISIVO	276
ROSALINA SANTA CRUZ	A COMISSÃO DE FAMILIARES	278
RUBENS BOFFINO	UNINDO SETORES DE ESQUERDA	279
SÉRGIO MÁRCIO P. PASCHOAL	TORTURA, NUNCA MAIS	281
THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS	A FUGA, APESAR DA ANISTIA	282
THEREZA BRANDÃO	APOIO AOS PERSEGUIDOS POLÍTICOS	286
TOM ZÉ	TERROR	287
ZILAH WENDEL ABRAMO	A COMISSÃO DE MÃES	288
A CAMPANHA PELA ANISTIA	VANYA SANT’ANNA	291
AS VÍTIMAS DA REPRESSÃO	ZILAH WENDEL ABRAMO	295
A REPARAÇÃO DE OFENSA AOS DIREITOS HUMANOS NÃO PRESCREVE	JANAINA DE ALMEIDA TELES	299
LIVROS E OPOSIÇÃO	FLAMARION MAUÉS	301
<i>DOCUMENTOS</i>		
LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979		302

5. METALÚRGICOS DO ABC: 41 DIAS DE GREVE EM 1980

SÃO BERNARDO, 1980: O QUE ESTEVE EM JOGO NA GREVE METALÚRGICA	MARCO AURÉLIO GARCIA	306
<i>DEPOIMENTO</i>		
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	“SOU O FIEL RESULTADO DA MINHA CATEGORIA”	307
JOÃO AVAMILENO	CONSCIÊNCIA POLÍTICA	309
JAIR MENEGUELLI	UMA GREVE DE TODO O BRASIL	310
GILSON MENEZES	UM BASTA À DITADURA	314
EXPEDITO SOARES BATISTA	O TRABALHO DE BASE	316
DJALMA BOM	O QUE FOI IMPORTANTE PARA A GREVE	317
DEVANIR RIBEIRO	O AMADURECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL	319

BETE MENDES	VALEU	320
CLÓVIS ROSSI	O CHEIRO DAS BOMBAS	322
LAÍS OREB	A PARTICIPAÇÃO DOS JORNALISTAS	323
LÉLIA ABRAMO	CAMINHANDO	324
LUIZ DULCI	GREVES HISTÓRICAS	326
LUIZ GUSHIKEN	O VÍRUS DA REBELDIA E DA LUTA	328
SÉRGIO MAMBERTI	UMA RARA CLARIDADE	331
VANYA SANT'ANA	A SOLIDARIEDADE À GREVE	332
ZILAH ABRAMO	O SETOR DA SAÚDE E O ABC	334

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS POPULARES E DE TRABALHADORES NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1970 OU DE UM TEMPO QUANDO NÃO HAVIA GUIAS GENIAIS DOS POVOS	ALÍPIO FREIRE	337
O RESGATE DA DIGNIDADE: A GREVE METALÚRGICA EM SÃO BERNARDO (1978)	LAÍS WENDEL ABRAMO	353

6. 1980: NASCE O PARTIDO DOS TRABALHADORES

10 DE FEVEREIRO DE 1980: SIGNIFICADO DA DATA	360

DEPOIMENTOS

ANTONIO CANDIDO	UMA NOVA ERA DA ESQUERDA BRASILEIRA	363
APOLONIO DE CARVALHO	ESBOÇO DE VIAGEM	364
CARLITO MAIA	UMA PAIXÃO DEFINITIVA	365
EDER SADER	UM PROJETO RADICALMENTE DIFERENTE	366
JOSÉ DIRCEU	UM LONGO CAMINHO	367
JULIO DE GRAMMONT	A ESTRELA DO PT	369
LÉLIA ABRAMO	NASCIDO DA LUTA CONTRA A OPRESSÃO	370
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	UMA ALTERNATIVA DE CIDADANIA	372
MARIO PEDROSA	A MISSÃO DO PT	373
OLÍVIO DUTRA	“OS MOÇOS FICAM MAIS VELHOS E OS VELHOS FICAM MAIS MOÇOS”	375
PAULO FREIRE	O PARTIDO COMO EDUCADOR-EDUCANDO	377
VINICIUS CALDEIRA BRANT	O MOVIMENTO REAL	378
PERSEU ABRAMO	Os 15 ANOS DO PT	379

DOCUMENTOS

ATA DA REUNIÃO NO COLÉGIO SION	380
MANIFESTO APROVADO NA REUNIÃO DO COLÉGIO SION	381

7. DIRETAS JÁ: O FIM DA DITADURA

A NAÇÃO TEM O DIREITO DE SER OUVIDA FRANCO MONTORO	387
DIAS DE VERTIGEM ALBERTO TOSI RODRIGUES	389

DEPOIMENTOS

ALDO REBELO O RESULTADO DE DUAS DÉCADAS DE LUTAS	393
ALMINO AFFONSO O POVO ESCRREVENDO A HISTÓRIA	395
BELISÁRIO DOS SANTOS JR. VIAGEM NO TEMPO	397
DALMO DE ABREU DALLARI O BELO ESPETÁCULO DA MULTIDÃO	399
JAIR MENEGUELLI QUEM SABE FAZ A HORA	402
JOSÉ DIRCEU O POVO FEZ TREMER AS BASES DA DITADURA	403
JUCA KFOURI “NUNCA TINHA VISTO ISSO ANTES”	406
LÉLIA ABRAMO NO PALANQUE	407
LÚCIA SOUZA E SILVA DIRETAS QUANDO?	408
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA UM DIVISOR DE ÁGUAS	409
MARTA WENDEL ABRAMO COM OS PRÓPRIOS PÉS	410
OSMAR SANTOS E QUE GOL!	411
PEDRO SIMON O FIM DO REGIME	411
RICARDO KOTSCHO VALEU!	414
ROBERTO SATURNINO BRAGA FATO ÚNICO NA HISTÓRIA DO PAÍS	414
RONALD ROCHA VITÓRIA PARCIAL	416
SÉRGIO MAMBERTI RUMO À CIDADANIA	419
SÓCRATES ESPERANÇA E ENTUSIASMOS	421

LISTA DE SIGLAS	423

BIBLIOGRAFIA	425

Fundação Perseu Abramo, uma construção política e cultural faz dez anos

A afirmação de novos valores político-culturais, no sentido do exercício diário da *práxis* socialista, é por definição inseparável de um projeto político transformador. No último quarto do século XX, vivemos no Brasil uma aventura singular com a construção de um partido socialista e democrático que emergiu num ambiente marcado, durante séculos, pelo sinete de uma cultura política patriarcal e oligárquica. Forças populares gestadas na resistência à ditadura e nas lutas operárias, no final dos anos 1970, produziram uma rica síntese ao realizar a crítica teórica e prática da experiência da esquerda que as precedeu e, ao mesmo tempo, incorporaram os mais significativos e generosos valores daquela experiência. Esse foi o chão e o conflito de culturas de onde brotou o Partido dos Trabalhadores. Essa tem sido a tensão permanente que atravessa sua prática ao longo de 26 anos de lutas.

Há dez anos, o Diretório Nacional do PT instituiu, a partir da lei que estabeleceu o Fundo Partidário, a Fundação Perseu Abramo. Instituiu-a com esse nome para homenagear um entre os mais significativos militantes da esquerda brasileira na área da comunicação, durante a resistência à ditadura militar. Um profissional que marcou sua passagem pela imprensa – tanto convencional como alternativa – pelo rigor e coerência com que defendeu os princípios do socialismo democrático entre nós: o jornalista Perseu Abramo, fundador e dirigente do partido até o fim de sua vida.

O projeto político-cultural encarnado pela Fundação Perseu Abramo busca cultivar a marca da pluralidade para dentro do PT e mantém a vocação inequívoca para o diálogo com as diversas vertentes da esquerda democrática do Brasil, do continente e de outras partes do mundo. Erigiu, ao longo desses dez anos de trabalho, um conjunto de formulações traduzidas numa tarefa de grande envergadura para as esquerdas no país: constituir-se num espaço permanente de debate e elaboração de sínteses teóricas e programáticas das grandes contradições de uma sociedade visceralmente desigual e injusta. Uma sociedade que ainda hoje não se despediu de suas heranças escravocratas. Uma formação social que vive acossada pela vertigem da fratura, mas historicamente se vê contida por fortíssimos mecanismos de controle político-culturais atados às mãos de um segmento minoritário que atravessa governos e crises e revela uma grande capacidade interna de recomposição em torno dos seus interesses de classe.

A emergência do governo Lula, com a eleição de 2002, resultante da lenta maturação do processo de lutas sociais mobilizado pelas classes trabalhadoras, desde o final dos anos 1970, e da sua capacidade de diálogo com amplos setores da sociedade brasileira pôs em xeque, pela primeira vez, aqueles mecanismos de controle. Viragem histórica derivada de uma crise de dupla face: a falência do projeto neoliberal para o Brasil, exposta na agonia final do mandato de Fernando Henrique, e a reduzida capacidade das esquerdas de formular um projeto alternativo a partir da análise crítica dos novos padrões de

desenvolvimento capitalista do país e de sua própria experiência político-administrativa nos espaços institucionais que conquistou. Em outras palavras: as esquerdas, prisioneiras dos fatores condicionantes herdados, ainda não foram capazes de desenhar a cartografia da transição rumo a um novo paradigma de desenvolvimento para o país: um paradigma pós-neoliberal.

A tarefa de instituições partidárias como a Fundação Perseu Abramo ganha relevância num quadro de debilidades para enfrentar os desafios ético-programáticos postos na agenda dos socialistas democráticos brasileiros, em particular aqueles organizados no PT. A vitória política inquestionável obtida nas urnas pelo companheiro Lula, com 58 milhões de votos, para um segundo mandato à Presidência da República, e pelo Partido dos Trabalhadores, ao obter a maior votação para as casas do Congresso, além do expressivo avanço para os governos estaduais, demandam do PT duas tarefas urgentes e incontornáveis: realizar o debate de balanço dos 26 anos do Partido e dos quatro anos à frente do governo central. Esse esforço é indispensável para definir com nitidez o projeto pós-neoliberal de desenvolvimento do Brasil para o século XXI e para redefinir as regras internas e os contornos da ação estratégica de médio e longo prazo do instrumento construído para impulsioná-la: o Partido dos Trabalhadores.

Os depoimentos de dezenas de companheiros que reunimos neste volume, mais do que um registro histórico de momentos e movimentos sociais e políticos indispensáveis para entendermos o processo de transformação da sociedade brasileira nos últimos 30 anos, rumo a um modelo democrático que garanta como direito aos seus cidadãos a justa distribuição da renda e da riqueza, seja ecologicamente sustentável e afirme sua soberania no diálogo com as nações do mundo, é um convite permanente a revisitar os valores – da liberdade, da solidariedade, da combatividade, do espírito democrático e republicano – que nutriram essa jornada histórica dos trabalhadores brasileiros na sua disputa contra o projeto liberal-conservador pela condução dos rumos do país.

Eles dão testemunho da disposição de luta do nosso povo e da grande capacidade de mobilização das classes trabalhadoras e das forças democráticas para a modernização das relações sociais e políticas no Brasil contra a cultura política oligárquica e autoritária que permeia o comportamento mesmo dos setores que se apresentam como mais avançados na sociedade. O registro e a difusão dessas experiências de mobilização social constituem-se num momento necessário para permitir e aprofundar a reflexão sobre o complexo movimento transformador que protagonizamos no Brasil, ao longo desse período.

A tarefa de consolidar o Partido dos Trabalhadores como um partido de esquerda, contemporâneo do mundo, capaz de afirmar-se como referência para os setores populares passa pela informação qualificada e pelo exame crítico de sua experiência como um espaço relevante de organização da opinião das esquerdas e de ação política de outros importantes segmentos democráticos da sociedade brasileira, como tem revelado a trajetória que cumpriu registrada nas páginas que oferecemos a seguir aos nossos leitores.

São Paulo, novembro de 2006.

Hamilton Pereira da Silva

Presidente da Fundação Perseu Abramo

Introdução

Operários, estudantes, militantes políticos e militantes dos movimentos sociais, intelectuais, jornalistas, professores, artistas, médicos e muitos outros – estes são os autores de *Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*.

Este livro reúne textos de mais de 130 autores que colaboraram com depoimentos para a nossa página eletrônica e com outras iniciativas da Fundação Perseu Abramo. Nesta obra estão presentes basicamente as contribuições relacionadas à oposição ao regime civil-militar pós-1964.

São testemunhos que mostram como desde os primeiros dias após o golpe a oposição ao autoritarismo começou a se articular e a questionar o novo poder – mesmo nos períodos de maior cerceamento às liberdades e aos direitos civis – e nos levam até o momento em que a ditadura chega a seu fim.

Reunimos mais de uma centena de testemunhos da luta contra a ditadura, tendo como fonte o material que produzimos para a página eletrônica/portal da Fundação nestes dez últimos anos. Tomamos como base para a confecção de cada capítulo, em primeiro lugar, os depoimentos que compõem as nossas “páginas especiais”¹.

Cabe esclarecer que estes depoimentos foram todos feitos por escrito, e em sua maioria produzidos por nossa solicitação e especialmente para a Fundação. Talvez fosse mais correto chamá-los de “testemunhos”; todavia, como desde o início os chamamos de depoimentos, decidimos manter esta denominação no livro.

Além dos depoimentos, reproduzimos também outros tipos de textos, como artigos, documentos de época e centenas de fotos.

Por isso, cada capítulo traz em sua composição basicamente o conteúdo de sua correspondente página especial. Optamos por respeitar esse critério, ainda que por vezes isso resulte em capítulos desiguais quanto ao volume de texto. Como a nossa idéia era de que o livro espelhasse parte da nossa produção nestes dez anos, somente inserimos novos textos em casos especiais.

O único capítulo que teve uma confecção diferenciada foi o que trata do movimento estudantil em 1977. Neste caso, ainda não havia sido organizada a página especial sobre o tema em nosso portal². Partimos, então, dos depoimentos e artigos apresentados durante o seminário que a Fundação realizou sobre este assunto em 1997.

1. As páginas especiais são seções do nosso portal que, a partir de um tema predeterminado, reúnem depoimentos, artigos e documentos sobre esse assunto, e que ficam à disposição para consulta permanente via internet. Veja em <http://www.fpabramo.org.br>.

2. Em setembro de 2006 foi colocada em nosso portal a página especial sobre os 30 anos da invasão da PUC-SP. Em 2007 será publicada uma página especial sobre o movimento estudantil nos anos 1970.

É importante registrar que todo o material constante deste livro (com exceção das fotos) encontra-se disponível em nosso portal. Além disso, cada página especial contém ainda outros textos e documentos que não foram incluídos no livro por questão de espaço. E o portal traz também outras páginas especiais muito interessantes, como as homenagens a Apolonio de Carvalho e a Carlito Maia, as que tratam da história do 1º de Maio, dos aniversários de 21 e de 25 anos do PT, e as das exposições “Trajetórias” e “PT traço a traço” (de charges).

E para os interessados e estudiosos em encontrar outras fontes de informação e análise sobre o Brasil nos últimos 40 anos, incluímos no final deste volume uma abrangente bibliografia sobre o período abordado.

Esperamos que os testemunhos e os demais textos que compõem este livro contribuam para a construção da memória sobre esse período, mostrando que a oposição ao autoritarismo esteve sempre atuante, ainda que sob condições de extrema perseguição e violência. Em relação a isso, devemos lembrar que se juntaram a esta luta pessoas e organizações das mais diversas ideologias, desde liberais e conservadores até comunistas e todos os setores de esquerda. Naquele momento, o mais importante era contrapor-se ao autoritarismo e derrubar a ditadura.

Mas isso não quer dizer que “todos” se opuseram e resistiram. Não. O regime autoritário não teria durado 20 anos se fosse sustentado apenas pela opressão e pela violência. Houve importantes setores sociais que o apoiaram e lhe deram sustentação – e que dele tiraram proveito. Estes não estão em nosso livro.

Os organizadores



Pela democracia, contra o arbítrio

A oposição democrática,
do golpe de 1964
à campanha das Diretas Já

Depoimentos sobre o golpe de 1964, o AI-5,
o assassinato de Vladimir Herzog,
as greves do ABC, o movimento pela Anistia,
a fundação do PT e a campanha das Diretas Já



*Missão de sétimo dia
de Edson Luís. Rio de
Janeiro, 4/4/1968.
(Acervo
Iconographia)*

Do Golpe de 1964 ao AI-5



Gregório Bezerra
preso no quartel de
Palmares, Pernambuco,
abril de 1964.
(Acervo Iconographia)



A ditadura legou um extenso rol de danos à sociedade brasileira, deixando seqüelas de difícil superação em muitos campos. O terrorismo de Estado deixou um incontável número de vítimas, submetidas a formas grosseiras ou requintadas de violência física e psicológica. O desrespeito] mais elementares direitos civis, políticos e sociais foi banalizado e naturalizado. Sindicatos e entidades estudantis foram fechados. Seus militantes – assim como os ativistas de outras organizações da sociedade civil e das Igrejas engajadas na defesa dos direitos humanos – foram perseguidos, exilados, presos, torturados e covardemente assassinados. Para esvaziar as universidades como espaço de reflexão crítica e autô-

noma, houve o recurso à imposição de diretrizes e reitores, às prisões, às aposentadorias compulsórias, ao controle policial, assim como ao estímulo à delação. Um impacto similar se abateu sobre os demais centros produtores da cultura nacional.

Mas a violência não conseguiu calar aqueles que resistiram. Da luta contra o arbítrio e das marcas deixadas pela violência institucionalizada é que emergiram as novas forças políticas e sociais que conduziram o processo de redemocratização do país.

Essas forças puderam, a partir da luta por liberdades civis e democráticas, contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e para a ressignificação da cidadania, seja por meio dos processos de auto-organização no plano social e político de inúmeros e variados setores, seja pelo empenho na instituição de canais de participação e fiscalização das políticas e práticas do Estado, seja no Executivo ou no Parlamento. A inserção desses setores na vida política aperfeiçoou a democracia representativa e as instituições políticas e públicas do país.

1º de abril

A maior parte dos registros documentais e jornalísticos destaca que a derrubada de João Goulart ocorreu no dia 1º de abril, e não em 31 de março, como os golpistas passaram a divulgar. Por isso, dizemos que o golpe foi em 1º de abril. Como lembra a presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo, Zilah Abramo, “durante muito tempo era possível saber a posição política de uma pessoa no Brasil a partir da forma como ela designava este fato. Se falava em ‘Revolução de 31 de março’, já sabíamos que era alguém que apoiava os militares. Se, ao contrário, se referia ao ‘Golpe de 1º de abril’, era alguém que se opunha ao arbítrio”.



O marechal Costa e Silva, segundo presidente do período pós-1964, assina o AI nº1, abril de 1964. (Iconographia)

A sociedade cindida

Texto publicado na revista *Teoria e Debate*, Editora Fundação Perseu Abramo, nº 57, março/abril de 2004.

Transcorre, neste ano, o quadragésimo aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964. Uma data que não é para celebrar, tampouco para esquecer. Sobretudo, com a distância do tempo, convém explorar seu significado histórico e avaliar suas seqüelas. Em primeiro lugar, o generalizado emprego da classificação do evento como golpe militar. Emprego no qual eu mesmo tenho incidido. Faz-se necessário frisar que não se tratou de mera manobra de cúpula, na qual apenas se teriam envolvido círculos políticos e militares dirigentes, resultando na mera substituição de uma camarilha por outra.

A campanha pela deposição do presidente da República suscitou um grande movimento de massas e foi, decisivamente, o resultado desse movimento. Conforme veremos adiante, a participação maciça da classe média teve um papel de grande peso. Podemos continuar a empregar a classificação de golpe militar, levando em consideração tais ressalvas.

Jacob Gorender

Historiador e militante comunista, autor de *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada (Ática, 1998) e O escravismo colonial (Ática, 1992).

Circunstâncias da chegada ao poder

João Goulart (ou Jango, como será doravante chamado) chegou à Presidência da República com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, uma vez que era o vice-presidente, como já o fora de Juscelino Kubitschek.

Jânio pretendeu conseguir do Congresso poderes excepcionais. Uma vez que não lhe foram concedidos, acreditou que a renúncia suscitaria pressão popular suficientemente forte para dobrar o Congresso. Errou no cálculo. Diante da ausência da esperada pressão popular, em vez de regressar a Brasília, tomou o navio em Santos para um passeio na Europa.

[...] Diante de tais precedentes, a posse de Jango, apesar de legal e legítima, não poderia ser tranqüila. No momento da renúncia de Jânio, o vice-presidente encontrava-se em visita à China. Os adversários – que reuniam os representantes das forças mais reacionárias e pró-imperialistas – pretenderam impedir que regressasse ao Brasil. Jango conseguiu retornar, em meio ao clamor crescente contra sua posse no Palácio do Planalto. Uma vez mais, vinha à frente das propostas anticonstitucionais Carlos Lacerda, utilizando um virulento arsenal de insultos e calúnias.

Enquanto em Brasília a posse de Jango era contestada, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, unia a população do estado e obtinha o apoio do III Exército, ali sediado e comandado pelo general Jair Dantas Ribeiro, para a luta em favor da posse. O recrudescimento da oposição entre Brasília e Porto Alegre ameaçava jogar o país na guerra civil.

A fim de evitá-la, optou-se pela solução conciliatória do parlamentarismo, por meio de emenda constitucional. Jango governaria com um primeiro-ministro, submetido ao voto de confiança do Congresso. Estaria sob controle suficiente – julgavam os adversários – para impedir iniciativas nacionalistas e, sobretudo, obstar sua intenção, mais ou menos evidente, de conseguir um segundo mandato presidencial.

A experiência parlamentarista

A República brasileira não tinha nenhuma tradição parlamentarista. A memória histórica do parlamentarismo do Império, tutelado por D. Pedro II, não inspirava simpatias.

Sob a presidência de Jango, a partir de 1961, sucederam-se três primeiros-ministros no regime parlamentarista: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Nenhum deles conseguiu enfrentar a situação econômica, deteriorada pela inflação herdada do quinquênio de Juscelino, nem se haver com os problemas políticos suscitados por sucessivas greves, reivindicações dos mais variados setores e difíceis de atender e, principalmente, o assédio incessante das forças conservadoras, aglutinadas em torno da UDN. Com a deterioração política, que criava uma instabilidade julgada inconveniente e ameaçadora pela própria classe dominante, a idéia do retorno ao regime presidencialista ganhou crescente apoio político-popular.

Em 14 de setembro de 1962, uma greve nacional, articulada com o apoio do comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, obrigou o Congresso a aprovar a Emenda Valadares, que determinou a antecipação para janeiro de 1963 da realização do plebiscito sobre o parlamentarismo, marcado para 1965.

Na ab-rogação do parlamentarismo estava interessado não somente Jango. Pretendentes à Presidência, também Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek apoiaram o movimento de retorno ao presidencialismo, que já estaria vigente nas eleições

de 1965. Em consequência, o parlamentarismo foi rejeitado por mais de 10 milhões de votos, na proporção de cinco votos contra um.

Jango pôde, então, passar a governar com as prerrogativas amplas do presidencialismo brasileiro.

Novos atores, novo quadro político

Com vistas ao combate à inflação, Jango encarregou Celso Furtado, ministro do Planejamento, de elaborar um plano antiinflacionário. Veio, assim, à luz, uma semana antes do plebiscito de 6 de janeiro, o Plano Trienal preparado pelo prestigioso economista. Consistia numa versão da clássica estabilização financeira, temperada por uma dose de desenvolvimentismo. Entre as propostas principais, figuravam a chamada “verdade cambial”, ou seja, a desvalorização do cruzeiro (moeda nacional na época), visando ao incremento das exportações, o corte dos subsídios ao consumo do trigo e de derivados de petróleo, a elevação das tarifas dos serviços públicos, a contenção do crédito e das emissões de papel-moeda e a disciplina de salários e preços. Prometia, simultaneamente, a recuperação de taxas elevadas de crescimento.

Assim que pôde ser analisado, o Plano Trienal foi criticado e rejeitado pelas organizações operárias e esquerdistas em geral, particularmente o PCB. Verificou-se, com pouco tempo, que era inoperante e inócuo.

Jango se viu no centro de uma cena política em que novos atores ganhavam relevância. Precisava enfrentar um movimento popular diversificado e fortemente reivindicativo.

No Nordeste, sob a liderança de Francisco Julião, surgiram as Ligas Camponesas, que acentuaram as lutas na área rural. Tomou grande impulso a sindicalização de trabalhadores rurais. Insignificantes até 1962, já eram 270 sindicatos rurais em dezembro de 1963 formalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e 557 em fase de reconhecimento. Daí resultou a estruturação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). O fortalecimento dos trabalhadores rurais recebeu, no Nordeste, contribuição de grande importância da política aplicada por Miguel Arraes, governador de Pernambuco, que impôs o pagamento rigoroso do salário mínimo na Zona da Mata e incentivou iniciativas de educação e cultura popular, com a mobilização de milhares de ativistas, particularmente estudantes. Com essas iniciativas, Arraes se tornou um político de influência nacional.

Em 19 de novembro de 1963, 200 mil cortadores de cana de Pernambuco e da Paraíba realizaram uma greve vitoriosa, após três dias de duração. Era uma ação totalmente inédita numa região onde costumava imperar a violência impiedosa da classe dominante.

Acentuou-se o “grande medo” dos usineiros, latifundiários e empresários em geral. De-frontavam-se com ações não-rotinizadas, com as quais não sabiam como lidar. Os usineiros e latifundiários plantadores de cana reagiram comprando grandes quantidades de armas e apelando a reações violentas contra as reivindicações dos assalariados.



O presidente João Goulart no Comício da Central, 13/3/1964. (Iconographia)

O golpismo de direita, em franca evolução, atuava através de organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, da UDN e das pregações falsárias e antidemocráticas do deputado Bilac Pinto.

Papel importantíssimo, na articulação e no suporte das forças reacionárias e pró-imperialistas, teve o embaixador Lincoln Gordon, representante dos Estados Unidos no Brasil, de 1961 a 1966. Gordon não era diplomata profissional, mas professor de economia da Universidade de Harvard, tendo sido escolhido para o cargo diplomático pelo próprio presidente Kennedy. Em 1963, diante de informações alarmantes, Kennedy enviou, como reforço à Embaixada americana no Brasil, o coronel Vernon Walters, especializado no serviço de inteligência. Poliglota, Walters falava fluentemente o português. Durante a Segunda Guerra Mundial, atuara na Itália como oficial de ligação entre a FEB e o V Corpo do Exército dos Estados Unidos, ao qual os expedicionários brasileiros estavam incorporados. Tal função lhe permitira estabelecer relacionamento com vários oficiais brasileiros que iriam ter papel de relevo no golpe de 1964, a exemplo de Castelo Branco, Cordeiro de Farias e Syzeno Sarmento¹.

Em sentido oposto, intensificou-se a atuação das forças operárias e democráticas. A inflação incontida suscitava greves sucessivas, sem que os trabalhadores conseguissem resultados positivos duradouros. Impunha-se uma coordenação mais eficiente. Sindicatos e federações se entenderam e criaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), com abrangência nacional.

A novidade mais significativa veio, porém, dos subalternos das Forças Armadas, marinheiros e sargentos. Até então, a tradição das ações rebeldes e antilegalistas da oficialidade incluía sempre a colaboração submissa dos subalternos. A única ação independente de subalternos, na história nacional, remontava a 1910, quando ocorreu a célebre Revolta da Chibata, comandada pelo marinheiro João Cândido. Em 1962, pela primeira vez na segunda metade do século XX e numa fase muito mais adiantada das lutas sociais, os subalternos passaram a tomar iniciativas por conta própria.

Em 25 de março de 1962, surge, no Rio de Janeiro, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que chega a reunir milhares de adeptos. Além de reivindicações profissionais, colocam em destaque a conquista de direitos políticos, inclusive a elegibilidade para o Congresso. Enfrentando a hostilidade do Ministério da Marinha, os marinheiros e fuzileiros navais passaram a editar um periódico, a *Tribuna do Mar*, e manter uma escola de preparatórios de exames de madureza, tendo como professores universitários da UNE. Sob a direção da UNE, incrementou-se notavelmente a mobilização estudantil pelas reformas de base.

Os sargentos das três forças militares passaram também a agir com independência. Manifestaram sobretudo a aspiração aos direitos cidadãos de elegibilidade nas disputas eleitorais. Provocou revolta a sentença do Supremo Tribunal Federal pela cassação do mandato do sargento Aimoré Cavaleiro, eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. A sentença da suprema corte ameaçava o mandato do sargento Antonio Garcia Filho, eleito deputado federal. Em resposta, em 12 de setembro de 1963, algumas centenas de sargentos da Aeronáutica e da Marinha, liderados pelo sargento Antonio Prestes de Paula, se sublevaram em Brasília. Prenderam altas autoridades e ocuparam a sede dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a Base Aérea, o aeroporto e a central telefônica. O movimento era intempestivo e preparado com precipitação. Dificilmente deixaria de fracassar. Os sublevados acabaram presos, porque, em vez de contar com

1. Ver GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 59-61.

o apoio de colegas do Exército, tiveram de ceder diante das tropas que o ministro da Guerra sediou em Brasília, as quais sufocaram a rebelião. A atitude preventiva do ministro Jair Dantas Ribeiro, ciente do motim em preparação, resultou na prisão de 600 sargentos, inutilizando importante contingente para as lutas futuras, mais duras e decisivas e em acelerada aproximação.

Pré-revolução e contra-revolução preventiva

Recuperadas as prerrogativas próprias do regime presidencialista, Jango passou a enfrentar as reivindicações de um vigoroso movimento popular em favor das reformas de base.

No segundo pós-guerra, durante os governos Dutra (continuador do regime repressivo do Estado Novo), Getúlio, Juscelino e Jânio, as forças democráticas – classe operária e estudantes, profissionais liberais, intelectuais em geral e parte dos empresários – ganharam um poder de mobilização desconhecido na história nacional. Cresceu o vigor dos setores que reivindicavam mudanças em profundidade na sociedade brasileira. Tais mudanças receberam a denominação de reformas de base, entre as quais tinham prioridade a reforma agrária e a legislação nacionalista sobre o capital estrangeiro.

A reforma agrária era praticamente impossibilitada pelo dispositivo constitucional que obrigava ao pagamento prévio e em dinheiro das desapropriações de terras. Os projetos em favor da derrogação desse dispositivo eram sistematicamente barrados pela maioria do Congresso.

Com relação ao capital estrangeiro, foi possível importante vitória ainda em 1962. Baseada em projeto do deputado Sérgio Magalhães, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), foi aprovada no Congresso, em 3 de setembro, a Lei 4.131 sobre as remessas de lucro do capital estrangeiro. Essas remessas passavam a ter o teto de 10% sobre o capital efetivamente ingressado no país, com exclusão, portanto, para cálculo do percentual, do capital adicionado e originário dos lucros obtidos no Brasil. A aprovação da lei foi possibilitada pela divisão das bancadas do PSD e da UDN. Provocou, não obstante, reação contundente da grande imprensa e aberta condenação do embaixador Gordon. Esquivando-se de sua responsabilidade como presidente, Jango deixou escoar o prazo constitucional sem sancionar a lei. Coube ao presidente do Senado fazê-lo. Mas a lei ficou engavetada, enquanto o Executivo não procedia a sua regulamentação.

Diante do movimento em ascensão pelas reformas de base, Jango prolongava uma atitude de indefinição, que não podia passar despercebida aos partidários das mudanças progressistas. Não se tratava de reivindicações revolucionárias. Poderiam, no entanto, preparar o caminho para a transformação da sociedade brasileira numa democracia avançada, com hegemonia dos trabalhadores e de seus aliados do segmento de assalariados intelectuais. Neste sentido, considero que o movimento pelas reformas de base criava uma situação de pré-revolução.

Na conjuntura de 1963, algumas das lideranças mais destacadas radicalizaram o comportamento, adotando linhas de atuação destituídas de

*Manifestação contra o golpe militar. Rio de Janeiro, 1/4/1964.
(Acervo Iconographia)*



suporte em forças efetivas. Julião, que fez as Ligas Camponesas avançarem enquanto as manteve no terreno das reivindicações legais, retornou de uma visita a Cuba com a cabeça feita pelo foquismo e pela idéia de uma reforma agrária coletivista. Tal proposta e sua palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra” assustaram não só os latifundiários, mas também os pequenos proprietários rurais, jogando-os no campo dos adversários da reforma agrária. As Ligas Camponesas enfraqueceram-se e se tornaram impotentes para agir em situações decisivas. Antes avesso à atuação parlamentar, Julião se candidatou a deputado federal e só com muita dificuldade conseguiu se eleger.

Da sua parte, Brizola não foi capaz de impedir que o governo do Rio Grande do Sul caísse nas mãos de Ildo Meneghetti, que viria a apoiar o golpe em 1964. Em contrapartida, Brizola logrou eleger-se deputado federal pela Guanabara, com votação elevada. Lançou o movimento pela formação dos Grupos dos Onze, com estruturação e objetivos vagamente formulados, mas sugerindo preparação para ações armadas.

Da sua parte, Jango prosseguia no jogo de atitudes contraditórias.

No dia 4 de abril, a Agência Nacional difundiu a convocação de um comício para o Largo do Machado, no Rio de Janeiro. A convocação tinha caráter claramente provocativo, prevenindo o deslocamento da massa popular ao Palácio Guanabara, sede do governo de Lacerda. O deslocamento justificaria a intervenção de tropas federais e de ações contra o CGT e outras organizações populares. O alerta oportuno do general Osvaldo Ferreira Alves, comandante do I Exército, desfez a armadilha e frustrou a realização do comício.

Contudo, estranhamente, em sincronização com a convocação do comício, Jango discursava em Marília, interior do estado de São Paulo, apresentando-se como o mais credenciado dos anticomunistas. Reforçou a jogada direitista com elogios ao governador paulista Adhemar de Barros e ao falido Plano Trienal. Fazia-se evidente que buscava uma recomposição com as forças conservadoras direitistas.

Todavia, à noite da mesma data, o presidente discursou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista. Prudentemente deixou de lado o anticomunismo e fez vagas alusões às reformas de base.

No dia 23 de agosto, à tardinha, realizou-se na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, um comício em homenagem à memória de Getúlio Vargas. Jango discursou perante 60 mil pessoas. Faixas estendidas diziam: “Jango, não vacile”, “Jango, chega de conciliação com os inimigos do povo. Reforma já!”. Diante das frases vazias do presidente, a massa o interrompeu com o grito cadenciado: “De-fi-ni-ção!”

No dia 4 de outubro, Jango enviou ao Congresso um requerimento de decretação do Estado de Sítio. As organizações agrupadas na Frente de Mobilização Popular (FMP) manifestaram oposição. O mesmo fez o governador Miguel Arraes, que não ignorava a intenção presidencial de alijá-lo junto com a deposição de Lacerda. Ao constatar a falta de apoio parlamentar, o governo federal retirou o requerimento no dia 7.

O crédito de Jango junto às forças conservadoras estava esgotado, uma vez que não conseguira coibir o crescimento do movimento reformista nem deter a inflação. O presidente decidiu-se, finalmente, por uma posição clara em favor das reformas de base, sempre com a expectativa de que abrisse o caminho para um segundo mandato, o que necessitaria de emenda consti-

tucional. Tomando o novo rumo, ordenou a regulamentação da lei sobre remessa de lucros do capital estrangeiro e prestigiou a Superintendência de Política Agrária (Supra), comparecendo a um ato de entrega de títulos de propriedade da terra a lavradores do estado do Rio. Ao mesmo tempo, encarregou [o ministro] San Tiago Dantas de articular uma Frente Ampla, que viabilizasse a aprovação parlamentar das reformas de base.

A ambição continuísta do chefe da nação era particularmente incentivada pelos comunistas. Embora desprovidos de registro legal partidário no Tribunal Eleitoral, os comunistas constituíam, então, uma corrente de esquerda influente. Em repetidas manifestações, Luiz Carlos Prestes defendeu o segundo mandato para Jango e propôs publicamente a iniciativa de emenda constitucional que o permitisse. Semelhante proposta esquentava ainda mais a temperatura já bastante acalorada do clima político.

No entanto, repetiam-se os incidentes conflituosos. Programadas para discursar em faculdades e outros recintos, personalidades como Lacerda, Brizola, Clemente Mariani e João Pinheiro Neto foram barradas pelos adversários. Só com muita dificuldade e com a proteção da Polícia Militar, conseguiu Arraes discursar em Juiz de Fora.

Na tarde de 13 de março de 1964, o comício na praça da Central do Brasil reuniu meio milhão de pessoas. Após pronunciamentos de líderes políticos, sindicais e estudantis, Jango valeu-se de dois trunfos no discurso de encerramento do comício: o decreto de encampação das refinarias particulares de derivados de petróleo e o decreto da Supra, que declarava sujeitas a desapropriação as propriedades rurais superiores a 500 hectares marginais de vias federais numa faixa de 10 quilômetros e as propriedades superiores a 30 hectares marginais de açudes e obras de irrigação com financiamento governamental. A legislação que permitiria tais atos já se encontrava em preparação para envio ao Congresso.

Enquanto o comício do dia 13 se realizava, os apartamentos na Zona Sul do Rio de Janeiro mantinham as luzes acesas e exibiam lençóis brancos nas janelas. Uma demonstração explícita de oposição da classe média carioca ao comício da Central do Brasil.

No dia 19 de março, meio milhão de pessoas se reuniram, em São Paulo, na primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, desfilando da praça da República à praça da Sé. Organizada por entidades da direita política e com o apoio do clero católico, era uma clara manifestação antigovernamental da classe média. A sociedade estava nitidamente cindida. Irritada pelas numerosas greves, pela carestia, pelo desabastecimento de gêneros alimentícios e pela inoperância oficial, a classe média se passou maciçamente para o campo dos opositores do governo Jango.



*Marcha da Família
com Deus pela
Liberdade. São Paulo,
19/3/1964.
(Iconographia)*

Simultaneamente, o apoio do presidente aos marinheiros reunidos em assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, e sua aliança com os sargentos nacionalistas jogaram a oficialidade em massa também na oposição. A oficialidade sentia gravemente abalados os princípios da hierarquia e da disciplina, fundamentais nas corporações militares.

Na noite de 30 de março, Jango discursou numa solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no salão do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro. Foi o que bastou para detonar o golpe, já em franco andamento nos bastidores conspirativos.

No dia 31 de março, as tropas do Exército aquarteladas em Minas Gerais, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, com o apoio do governador Magalhães Pinto, se insurgiram e marcharam em direção ao Rio de Janeiro. Um após outro, os comandos militares, supostamente fiéis a Jango, mudaram de posição e, sob a coordenação do general Odilo Denys, adotaram o rumo do golpe. O dispositivo militar de Jango, garantido pelo general Assis Brasil, chefe do Gabinete Militar, revelou extrema fragilidade.

Jango podia contar, no primeiro momento, com uma esquadrilha de oficiais nacionalistas da Aeronáutica, que se dispunha a despejar bombas sobre a coluna do general Mourão. Os fuzileiros navais, sob o comando do almirante nacionalista Cândido Aragão, tinham a possibilidade, também no primeiro momento, de assaltar o Palácio Guanabara e prender Lacerda, o que alcançaria grande repercussão nacional em favor do governo.

Jango preferiu capitular. Desautorizou as ações dos oficiais da Aeronáutica e dos fuzileiros navais. No dia 1º de abril, retirou-se do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e voou para Brasília. Dali, partiu depressa para o Rio Grande do Sul, donde, finalmente, saíria do país.

Em Brasília, o senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, declarou a Presidência da República vacante. No dia 9, o primeiro Ato Institucional deu início às cassações de mandatos e direitos políticos. O general Castelo Branco assumiu a chefia do governo, inaugurando a sucessão de generais-presidentes, que se prolongaria por 21 anos.

No dia 3 de abril, 1 milhão de pessoas desfilaram, no Rio de Janeiro, na segunda Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A sociedade estava claramente cindida. De um lado, a favor do rumo progressista e democrático, os trabalhadores. No lado contrário, a classe média em peso. O que chamamos de golpe militar teve inequívoco e poderoso apoio social. Funcionou como contra-revolução preventiva.

Trabalhadores e classe média iriam passar pela amarga experiência de dois decênios ditatoriais. Ao contrário de muitos países latino-americanos, era a primeira vez, em sua história, que o povo brasileiro se via sob o jugo de uma ditadura militar. Dessa experiência, que custou tantos sacrifícios aos melhores patriotas, surgiu finalmente a democracia difícil que hoje molda a vida política nacional.



As esquerdas armadas no pós-64

Publicado no livro *Versões e ficções: O seqüestro da história*, (Editora Fundação Perseu Abramo, 1997).

Este artigo tem o propósito de introduzir o leitor na história social e política brasileira do final dos anos 1960, particularmente no estudo da oposição armada ao regime civil-militar. Destina-se em especial àqueles que, como eu, não viveram essa época em idade adulta e estão interessados em “descobrir a complexidade da história recente do país” [...]. É claro que se trata apenas de uma introdução ao tema, por isso faço questão de citar, em notas ao longo do texto, vários livros importantes já publicados nos quais os leitores poderão encontrar mais informações e análises sobre o período.

Sede da UNE no dia do golpe militar. Rio de Janeiro, 14/4/1964. (Acervo Iconographia)

Marcelo Ridenti

Professor de Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do CNPq. Autor de *O fantasma da revolução brasileira* (Ed. Unesp, 1993) e *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Record, 2000), entre outros livros e artigos.

O espírito da época no pós-1964

Um erro em que muitas vezes se incorre ao pensar as esquerdas nos anos 1960 é tomá-las separadamente do contexto da época que as produziu e que tentaram transformar. De fato, fora daquelas circunstâncias específicas, parece um despropósito a opção de armar-se para iniciar a guerrilha, supostamente o primeiro passo para realizar a revolução brasileira.

Por isso, vale a pena recordar as circunstâncias históricas daquele tempo. Em termos internacionais, foram vitoriosas ou estavam em curso inúmeras revoluções de libertação nacional, por exemplo, a Revolução Cubana (1959), a independência da Argélia (1962) e a guerra antiimperialista em desenvolvimento no Vietnã. O êxito militar dessas revoluções é fundamental para se compreender as lutas e o ideário contestador nos anos 1960: havia povos subdesenvolvidos que se rebelavam contra as grandes potências, para criar um sonhado mundo novo. Em especial, a Revolução Cubana era uma esperança para os revolucionários latino-americanos, inclusive no Brasil.

Ao mesmo tempo, questionava-se o modelo soviético de socialismo, considerado burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela Guerra Fria, incapaz de levar às transformações sociais, políticas e econômicas necessárias para se chegar ao comunismo. Esse modelo – que só ruiria de vez com a desagregação da União Soviética, em 1989 – era contestado na época, por exemplo, no interior do Partido Comunista da Checoslováquia, cuja chamada Primavera de Praga foi destruída pela invasão dos tanques de guerra soviéticos, em 1968. Também o processo de “revolução cultural proletária” em curso na China a partir de 1966 – que mais tarde viria a revelar seu lado trágico – parecia a setores jovens do mundo todo uma resposta ao burocratismo de inspiração soviética.

Movimentos de protesto e mobilização política surgiram por toda parte, especialmente no ano de 1968: das manifestações nos Estados Unidos contra a guerra no Vietnã à Primavera de Praga; do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da alternativa pacifista dos *hippies*, passando pelo desafio existencial da contracultura, até os grupos de luta armada espalhados mundo afora. Os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente.

Além dos fatores internacionais, foram principalmente aspectos da política nacional que marcaram as lutas das esquerdas brasileiras nos anos 1960. O processo de democratização política e social, com a mobilização popular pelas chamadas “reformas de base” – agrária, educacional, tributária e outras que permitissem melhor distribuição da riqueza e de direitos –, foi interrompido pelo golpe de 1964. Ele deu fim às crescentes reivindicações de operários, camponeses, estudantes e militares de baixa patente, cuja politização ameaçava a ordem estabelecida.

A falta de resistência ao golpe gerou surpresa, justamente pela mobilização em busca das reformas estruturais no pré-64, com a presença marcante das esquerdas, notadamente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – entidade ilegal, mas cuja atuação era consentida pelo governo Goulart. A derrota foi atribuída por muitos aos erros dos dirigentes dos partidos de esquerda, que não se prepararam para resistir, caso do hegemônico e pró-soviético PCB, da Ação Popular (AP), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e da Política Operária (Polop), além de outros grupos menores. Sem contar a inação das lideranças trabalhistas e nacionalistas, como a do presidente deposto, João Goulart¹. Ia se constituindo uma corrente de opinião difusa em vários segmentos da esquerda que colocava a necessidade de criar uma vanguarda realmente revolucionária, que rompesse com o imobilismo e opusesse uma resistência armada à força bruta do governo, não só para restabelecer a democracia, mas especialmente para avançar em direção à superação do capitalismo.

1. No exílio uruguaio, o nacionalista Leonel Brizola tentou articular a resistência armada, mas o projeto frustrou-se. Ver: REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

A partir de outubro de 1965, por imposição do regime, passaram a existir apenas dois partidos reconhecidos institucionalmente: a situacionista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a oposição “construtiva” e moderada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que viria a ser calada com cassações de políticos e outros mecanismos, sempre que se excedesse aos olhos dos governantes².

Fora do campo institucional, vários grupos procuravam combater a ditadura e organizar os movimentos populares: da Ação Popular (AP), nascida do cristianismo católico, depois convertida ao maoísmo, passando pelo moderado e cada vez mais dividido PCB, que apoiava o MDB, e estava cindido pelo guevarismo de diversas dissidências, as quais valorizavam a necessidade de iniciar a revolução pela guerrilha rural – caso típico da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que promoveram o seqüestro do embaixador norte-americano; até outras organizações que pegaram em armas na resistência à ditadura, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre tantas que enfatizavam a necessidade da ação revolucionária imediata³.

A contestação radical à ordem estabelecida no pós-1964 não se restringia às organizações de esquerda; difundia-se socialmente na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura. O romance *Quarup*, de Antonio Callado⁴, talvez seja o exemplo mais representativo da utopia revolucionária do período, no qual se valorizava acima de tudo a ação organizada das pessoas para mudar a história.

Filmes como *Terra em transe*, de Glauber Rocha, e *Os fuzis*, de Ruy Guerra, entre outros do Cinema Novo; peças encenadas pelo Teatro de Arena e pelo Oficina; canções como “Terra plana” e “Para não dizer que não falei das flores” (“Caminhando”), de Geraldo Vandré, “Roda” e “Procissão”, de Gilberto Gil, “Viola enluarada”, dos irmãos Valle, “Soy loco por ti, América”, de Capinam e Gil,

2. Consultar sobre o tema: ALVES, M. Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984; KINZO, M. Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo, Sumaré, 1990. Sobre “a dinâmica militar das crises políticas da ditadura” entre 1964 e 1969, ver: MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna*. São Carlos, Ed. da UFSCar, 1995.

3. Para uma reconstrução histórica detalhada dos fatos e dos grupos de esquerda no período, ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987. Outra interpretação das organizações comunistas, vistas como grupos revolucionários de elite, está em REIS filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1989. Minha visão sobre o tema – com destaque para a agitação cultural do período, a composição e as raízes sociais diferenciadas das organizações, além de seu progressivo isolamento e perda de representatividade – está desenvolvida em RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Ed. Unesp, 2ª reimpressão, 2005.

4. Callado, Antonio. *Quarup*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. O próprio Callado chegou a ter vinculação orgânica com o esquema guerrilheiro de Brizola, como ele me declarou em entrevista realizada em julho de 1996.



Manifestação das Ligas Camponesas. Paraíba, início anos 1960. (Acervo Iconografia)

e outras de compositores como Sérgio Ricardo, Chico Buarque, Edu Lobo, Milton Nascimento e seus parceiros; as exposições de artes plásticas, como a “Nova Objetividade Brasileira”, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro; enfim, inúmeras manifestações culturais, diferenciadamente, entre 1964 e 1968, cantavam em verso e prosa a esperada “revolução brasileira” – com base principalmente na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada⁵. Na década de 1960, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução (não a democracia ou a cidadania, como hoje), tanto que o próprio golpe designou-se como “revolução de 1964”.

Uma série de grupos guerrilheiros surgiria a partir de 1964, em meio ao refluxo dos movimentos populares, desmantelados pela repressão – que também golpeava duramente as organizações de esquerda, as quais se encontravam em pleno processo de “autocrítica”, como se dizia na época. Sua principal fonte de recrutamento de militantes estava no meio estudantil, berço do único movimento de massas que se rearticulou nacionalmente nos primeiros anos do pós-64, lançando-se em significativos protestos de rua, especialmente em 1968⁶.

As organizações guerrilheiras tinham divergências entre si: acerca do caráter da revolução brasileira (para algumas, a revolução seria nacional e democrática, numa primeira etapa; para outras, ela já teria caráter imediatamente socialista); sobre as formas de luta revolucionária mais adequadas para chegar ao poder (a via guerrilheira mais ou menos nos moldes cubanos; o cerco das cidades pelo campo, de inspiração maoísta; a insurreição popular etc.); bem como sobre o tipo de organização política a ser construída – discutia-se muito a necessidade ou não de um partido nos moldes leninistas da III Internacional.

Por outro lado, as organizações armadas também apresentavam aspectos em comum, tais como: a prioridade revolucionária da ação armada, contra o suposto imobilismo de partidos como o PCB; a interpretação da economia brasileira como vivendo um processo irreversível de estagnação – o desenvolvimento das forças produtivas estaria bloqueado sob o capitalismo, que aliaria indissolivelmente os interesses dos imperialistas, dos latifundiários e da burguesia brasileira, garantidos pelas forças militares. Só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento. Como decorrência desse tipo de análise, estariam dadas as condições objetivas para a revolução, faltando apenas as subjetivas, que seriam forjadas por uma vanguarda revolucionária decidida a agir de armas na mão, criando condições para deflagrar a guerrilha a partir do campo – local mais adequado para as atividades revolucionárias, por sofrer a fundo a espoliação e a miséria e por apresentar maiores dificuldades para os órgãos repressivos.

A fim de iniciar a guerrilha rural, seria necessário conseguir armamentos e dinheiro. Daí vários grupos terem empreendido ações urbanas, por exemplo “expropriações” de bancos. Como a ditadura ia aperfeiçoando seu aparelho repressivo, efetuando prisões, seguidas de infindáveis torturas, algumas organizações resolveram promover seqüestros de diplomatas – o primeiro deles foi o do embaixador norte-americano – para forçar a libertação de presos políticos e divulgar a luta armada. Assim, em 1970, foram realizados com êxito outros três seqüestros: em março, com a ajuda de dois grupos menores, a VPR seqüestrou o cônsul japonês em São Paulo, logrando libertar cinco presos; em junho foi a vez do embaixador da Alemanha Ocidental, que a VPR e a ALN trocaram por 40 detidos; finalmente, em dezembro, a VPR capturou o embaixador suíço, conseguindo livrar 70 prisioneiros, após cerca de 40 dias de tensas negociações, com o veto da ditadura a vários nomes da lista inicialmente apresentada. O desgaste dessa ação, associado à fraqueza orgânica do que restava da esquerda armada, destruída pela repressão, colocou um ponto final nos seqüestros.

5. Roberto Schwarz trata do tema no artigo “Cultura e política, 1964-1969” (In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978); ver também: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde*. São Paulo, Brasiliense, 1981; entre outros.

6. Ver MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, Papirus, 1987.

Apesar de uma ou outra operação guerrilheira bem-sucedida, os militares desmantelaram rapidamente as organizações armadas, especialmente entre 1969 e 1971, não hesitando em assassinar e torturar seus inimigos, que não conseguiram deflagrar a guerrilha rural. Apenas o PCdoB, crítico das ações urbanas, conseguiu lançar a guerrilha, na região do Araguaia, no sul do Pará. De 1972 a 1974, houve encarniçada luta, que culminou com a derrota dos guerrilheiros, quase todos mortos em combate ou assassinados depois de capturados, sem que se tenha notícia oficial, até hoje, do paradeiro de seus corpos⁷.

A ditadura civil-militar manteria o poder durante 20 anos. As esquerdas enganaram-se ao supor que o golpe implicaria a estagnação econômica. Ao contrário, representando as classes dominantes e setores das classes médias, os governos autoritários promoveram a chamada “modernização conservadora”. Houve crescimento rápido das forças produtivas, acompanhado da concentração de riquezas, do aumento da distância entre os mais ricos e os mais pobres, bem como do cerceamento às liberdades democráticas. O regime buscava sua legitimação política com base nos êxitos econômicos, sustentados por maciços empréstimos internacionais, geradores da imensa dívida externa na qual estamos atolados até os dias de hoje.

1969: mergulho no pesadelo

O ano de 1969 [...] teve início sob o signo da repressão: em 13 de dezembro de 1968, o regime civil-militar baixara o Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Com ele, os setores militares mais direitistas – que haviam patrocinado uma série de atentados com autoria oculta, sobretudo em 1968 – lograram oficializar o terrorismo de Estado, que passaria a deixar de lado quaisquer pruridos liberais, até meados dos anos 1970. Agravava-se o caráter ditatorial do governo, que colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais, passando a ter plenos poderes para: cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas-corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, entre outras medidas autoritárias. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da “segurança nacional”, indispensável para o “desenvolvimento” da economia, do posteriormente denominado “milagre brasileiro”.

Com o AI-5 foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Por algum tempo, não seria tolerada qualquer oposição ao governo, nem sequer a do moderado MDB. Era a época do *slogan* oficial “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Nessas circunstâncias, as organizações que já vinham realizando algumas ações armadas ao longo de 1968 – como a ALN e a VPR – concluíram que estavam no caminho certo e intensificaram suas atividades em 1969. Outros grupos também passaram a não ver outro modo de combater a ditadura, a não ser pela via das armas. Com exceção do PCB, do PCdoB, da AP e dos pequenos agrupamentos trotskistas, ocorreu o que Jacob Gorender chamou de “imersão geral na luta armada”, promovida por mais de uma dezena de organizações, como a Ala Vermelha, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR), o Partido Operário Comunista (POC), entre tantas outras.

7. Ver, sobre a “guerrilha do Araguaia”: POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980; PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1979.

8. Sobre os aspectos repressivos do período, veja-se: ARNS, D. Paulo Evaristo. Prefácio. In: *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1985. Esse livro é um resumo dos 12 volumes publicados em tiragem limitada pela Arquidiocese de São Paulo, dando um quadro completo da repressão, com base nos processos movidos pelo regime militar contra seus opositores; ver também: ARAÚJO, Maria do Amparo et alii. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Cia. Editora de Pernambuco, 1995.

9. Vera Sílvia descobriu o esquema falho de proteção ao embaixador, mas jamais se sujeitou a dormir com o chefe da segurança, como aparece no filme *O que é isso, companheiro?*, de Bruno Barreto. O diretor assume essa “liberdade poética”, para dar mais dramaticidade à história, e mostra depois a menina frágil ligando para o pai, em busca de conforto, sem poder contar-lhe o ocorrido. O cineasta é livre para fazer o que quiser, mas sua versão ficcional é uma injustiça não só com a verdadeira Vera Sílvia, mas principalmente com as mulheres guerrilheiras, precursoras do feminismo no Brasil. Ver a respeito: PATARRA, Judith. *Yara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992; COSTA, Albertina Oliveira et alii. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia, USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 313-28, 2º sem., 1990. Para um estudo das mulheres que apoiaram o golpe, ver: SIMÕES, Solange. *Deus, pátria e família*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Paralelamente à escalada das ações armadas, a ditadura ia aperfeiçoando seu aparelho repressivo: além dos já existentes Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), criou em junho de 1969, extra-oficialmente, a Operação Bandeirante (Oban), organismo especializado no “combate à subversão” por todos os meios, inclusive a tortura sistemática. Em setembro de 1970, a Oban integrou-se ao organismo oficial, recém-criado pelo Exército, conhecido como DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna). A Marinha tinha seu órgão de “inteligência” e repressão política, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), correspondente ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), e ao Centro de Informações do Exército (CIE)⁸.

Em agosto de 1969, o presidente-general Costa e Silva sofreu uma trombose – da qual viria a morrer – e precisou ser afastado da presidência. A ditadura estava diante de novo impasse: dar ou não posse ao vice, Pedro Aleixo, moderado e civil. Com o Congresso ainda fechado (só reabriria, depois de devidamente expurgado, para “eleger” o presidente Médici, que governaria a partir de 1970, nos piores tempos da repressão), os militares resolveram que Costa e Silva seria substituído por uma junta, composta pelos três ministros militares em exercício: Lyra Tavares, Augusto Rademaker Grünewald e Márcio de Souza e Mello. Enquanto isso, intensificavam-se as prisões e torturas de militantes de esquerda.

O quadro era esse quando a direção do MR-8 – nova sigla assumida pela até então Dissidência Estudantil do PCB na Guanabara (DI-GB), que liderara os concorridos protestos e passeatas de 1968 no Rio de Janeiro – resolveu seqüestrar o embaixador norte-americano, para denunciar publicamente a ditadura e libertar presos políticos. Pediu e recebeu ajuda da ALN paulista, grupo com mais experiência militar. Em 4 de setembro, data escolhida a dedo, em plena Semana da Pátria, o embaixador foi seqüestrado por um comando composto por Virgílio Gomes da Silva (o Jonas, comandante da operação), Manoel Cyrillo de Oliveira, Paulo de Tarso Venceslau – todos da ALN –, além dos membros do MR-8: Franklin Martins (idealizador do seqüestro e autor da carta-manifesto divulgada pelos guerrilheiros), Cláudio Torres, Cid Benjamim, João Lopes Salgado, Sérgio Torres, Sebastião Rios e Vera Sílvia Magalhães⁹. Os integrantes da operação – com exceção de Paulo de Tarso, Sérgio Torres, Sebastião Rios e Vera Sílvia – ficaram escondidos com o embaixador numa casa da rua Barão de Petrópolis, no bairro do Rio Comprido, onde também estavam Fernando Gabeira, jornalista ligado ao segundo escalão do MR-8, que alugara a casa, e Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, principal dirigente da ALN, depois de Carlos Marighella.

Pressionada pelo governo norte-americano, a junta militar liberou 15 prisioneiros políticos, que receberiam a pena de banimento do território nacional. Em troca, o embaixador foi solto, em 7 de setembro de 1969, a contragosto de bolsões militares de extrema direita, que chegaram a tomar uma rádio para divulgar seu inconformismo com a escalada “terrorista”.

Imediatamente, o regime colocou em vigor nova Lei de Segurança Nacional, ainda mais dura. Também impôs uma Constituição, em outubro, que “emendava” a de 1967, legalizando as arbitrariedades da ditadura. A maioria dos integrantes do seqüestro foi presa em seguida, passando por suplícios inimagináveis nas mãos dos torturadores.

Numa emboscada em São Paulo, em novembro de 1969, foi assassinado Carlos Marighella – o principal líder da guerrilha, depois de ter rompido com o Partido Comunista, pelo qual havia sido deputado constituinte em 1946. Era o início do fim da esquerda armada. Fechava-se tragicamente para os guerrilheiros o ano em que o país mergulhou nas trevas do obscurantismo político, cuja sobrevivência seria garantida nos anos seguintes pela força e pelo “milagre econômico”.



O ministro da Justiça Gama e Silva (à esquerda) anuncia o AI-5. Brasília, 13/12/1968. (Acervo Iconographia)

30 anos do AI-5: não vamos esquecer

Em 1998 a Fundação Perseu Abramo realizou uma anticomemoração como forma de lembrarmos os 30 anos do Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968. Com ela, pretendíamos não deixar passar em branco nosso repúdio a este ato e ao que ele representou como agressão à democracia, ao Brasil e ao seu povo.

O AI-5 acentuou o caráter ditatorial do governo militar instalado em 1964 no Brasil. Com ele, o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais foram colocados em re-

cesso, e o presidente, à época o general Costa e Silva, passou a ter plenos poderes para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas-corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, entre outras medidas autoritárias. Paralelamente, nos porões do regime, generalizava-se o uso da tortura, do assassinato e de outros desmandos. Tudo em nome da “segurança nacional”.

Mas, sobretudo, o AI-5 atingiu o que restava de esperança de mudar o Brasil, fazê-lo voltar ao caminho democrático, após o desvio de rota causado pelo golpe de 1964. Nos depoimentos que recolhemos para esta anticomemoração, fica muito evidente esta consequência do Ato 5, que levou muitos dos jovens que se empenhavam na oposição ao regime militar a optar pela luta armada.

Outro ponto importante a ser ressaltado – e que é lembrado em mais de um depoimento – é o fato de muitos dos personagens que participaram da decretação do regime de exceção, ou dele foram beneficiários, hoje posarem de democratas radicais, lutadores contra o autoritarismo. Alguns só faltam dizer que foram perseguidos pelo regime militar, quando na verdade foram seus apoiadores. Outro é o caso daqueles que foram efetivamente punidos pelo AI-5, e hoje dão as mãos – e quem sabe mais o quê – aos seus antigos algozes. Estes escolheram um novo rumo para suas vidas.

Esperamos que os depoimentos aqui reunidos sirvam, para aqueles que viveram e sofreram com o Ato 5, como forma de recuperação daquele passado, para que nosso país não venha a repeti-lo, seja por que pretexto for; para aqueles que não viveram os anos duros do regime militar, que sirvam para que conheçam um momento particularmente importante da nossa história, que valeu, pelo menos, para que muitos brasileiros dessem provas de um espírito de luta em favor da liberdade e da justiça como poucas vezes se viu.



Os depoimentos foram solicitados a partir da seguinte questão: Onde você estava quando foi anunciado o AI-5 e como tomou conhecimento dele?

Conflito entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e membros da Universidade Mackenzie, na rua Maria Antonia. São Paulo, 3/10/1968. (Acervo Iconographia)

Professores e alunos **Alcione Abramo**

Em 13 dezembro de 1968, era professora de História no 2º Grau em uma das grandes escolas estaduais de São Paulo. Lá ouvimos por rádio o anúncio do AI-5. Todos se calavam, as palavras e o seu tom davam medo. Passei a noite pensando em como resistir, no trabalho, a mais essa opressão. No dia seguinte, em cada classe, fui falando a meus alunos sobre a ditadura que se endurecia e se mostrava inteira em seu horror; se desmascarava. Fiz também recomendações do tipo: “não se exponham, tomem cuidado”, pois nossos alunos secundaristas vinham participando ativamente do ME.

As aulas recomeçaram em março de 1969 com a repressão aumentando a cada dia, no país inteiro. Em nossa escola tudo era proibido e considerado subversivo: conversar, escrever, pensar, ser inteligente. O exercício dessas prerrogativas, óbvias em tempos normais, passou a ser nosso ponto de honra: tínhamos que ser melhores professores, cada vez mais. Nós, de História, Filosofia, Literatura, fizemos programas integrados. Introduzimos dinâmica de grupo para leitura e discussão de livros. Explicávamos os mecanismos do capitalismo. Fizemos aulas-maiores, conjuntas. Trabalhamos com conceitos como mito e realidade e outros; desencadeamos, em nossos alunos, algumas tempestades cerebrais.

Apareciam estranhos alunos, dedos-duros, que os nossos se encarregavam de escorregar através de meios mais ou menos sutis. Pessoas estranhas apareciam nos pátios e corredores, olhando dentro das classes através das janelinhas de vidro das portas, às vezes entrando, querendo saber sobre o quê, a aula. Vigiam, procuravam. A direção entrava na sala, de repente, com um estrondo de pontapé, para assustar mesmo. Tínhamos que reclamar o tempo todo e apelar para nossa liberdade de cátedra. Alunos eram ameaçados de expulsão

Professora de História. Militou em vários movimentos, entre os quais: Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, Anistia, Diretas Já, APEOESP livre, apoio aos Sindicalistas do ABC, criação e legalização do PT.

pelo decreto 477¹, e cada vez, entrávamos em conflito com a direção conseguindo evitá-las, mas, para nós, a situação ia ficando cada vez mais estreita. Alunos não apareciam mais. Alunos foram presos na porta da escola e ficávamos sabendo depois. A disciplina tornou-se feroz, não havia tolerância. Nós tínhamos que discutir com a direção por causa de cada mínima coisa para preservar um mínimo de direitos. O ME ficou amordaçado por uns tempos.

Vi um professor ser retirado da sala de aula, na frente dos alunos, e levado por dois agentes. Em novembro de 1969, um professor desapareceu. Era nosso amigo. Fomos procurar notícias na casa da família. E de lá fomos levados para a Oban, na rua Tutóia, por agentes que estavam à espera de quem chegasse. Fomos interrogados um de cada vez: queriam saber tudo sobre o professor, sobre nós, e por que tínhamos um mimeógrafo no carro e muitas outras coisas. Era difícil convencê-los que os professores precisavam ter mimeógrafo para prepararem provas já que na escola havia apenas um, o que era verdade, a álcool, geralmente quebrado, para os cem professores. Não nos agrediram fisicamente, mas sofremos a violência da situação, das ameaças e das armas apontadas, dez perguntando ao mesmo tempo. Enquanto esperávamos ser chamados para o interrogatório, um de cada vez, em um revezamento que durou 12 horas, chegavam carros com pessoas que eram imediatamente levadas para dentro, e em seguida ouvíamos palavras gritadas e depois os urros, inenarráveis, dos que estavam sendo torturados. Isso foi o dia inteiro, até à noite. Depois nos liberaram.

Durante muito tempo fomos seguidos por peruas veraneio por toda parte, inclusive meus filhos, de 8 e 10 anos, quando iam à padaria da esquina. Um dia fomos, eu e outra professora, comprar livros na Brasiliense, na rua Barão de Itapetininga. Um sujeito nos cumprimentou; era um deles. No meu susto perguntei o que fazia ali, pois achei que nos vinha prender, na rua mesmo. Ele disse: “Viemos pegar um aparelho”. Fiquei estarelecida. Era o exercício do poder, a segurança da impunidade; mostrava-se, impunha-se.

No ano seguinte, 1970, soubemos que a direção havia feito reuniões e que várias professoras do curso Normal, de uma ética irrepreensível, tinham me defendido de acusações políticas. Foram-me atribuídas pouquíssimas aulas. Outros professores ficaram completamente sem aulas. Todo o ensino público foi desestruturado.

Entretanto, pessoas continuavam a pensar, a sentir, a resistir e nossos ex-alunos entravam nas melhores faculdades e se tornavam excelentes profissionais; alguns anos depois estavam nas ruas novamente exigindo o fim da ditadura.

1. Editado em 26 de fevereiro de 1969, este decreto restringia a participação política dos estudantes, e foi largamente usado pelo regime militar para intimidar o movimento estudantil.

Alípio Freire Sorvete, misto quente e água

Jornalista e escritor. Militou na Ala Vermelha em São Paulo e esteve preso entre 1969 e 1974. Participou de diversos movimentos contra a ditadura e foi membro atuante do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970 e 1980. É editor da *Revista Sem Terra*, do MST, e membro do conselho de redação da revista *Teoria & Debate* da Fundação Perseu Abramo.

Aquela sexta-feira 13 de dezembro de 1968 foi tensa. O clima vinha nervoso havia alguns dias e pela manhã recebi um telefonema do Jeremias (nome de guerra), que trabalhava na sucursal do *Jornal do Brasil*, ali na avenida São Luís. Marcava um almoço no Chá Mon – na galeria Metrôpole, o primeiro *self service* de São Paulo. Com outros companheiros da Ala Vermelha, formávamos a base de jornalistas, organismo do qual eu começava a ser deslocado para atuar no “setor militar” (unidades de combate).

No almoço, Jeremias passou algumas informações que davam conta da prevalência das teses dos setores mais duros do regime: era iminente um fechamento maior, com intervenção no Legislativo, suspensão das garantias individuais que haviam sobrevivido à *razia* de 1964 e prisões. Um novo ato institucional seria anunciado nas próximas horas. Eu deveria repassar essas informações à direção da organização, com a qual teria um ponto no final da tarde, e deveríamos reforçar a segurança nas próximas horas. Nada de ficar circulando, dando bandeira. Confirmamos nossa reunião para a manhã seguinte. Voltei ao meu trabalho na Medisa – uma editora de revistas técnicas –, na rua Barão de Itapetininga. A tarde pareceu se arrastar, infinita, entre o rádio de pilha, os comentários dos companheiros da redação (todos de esquerda) e a revisão de textos sobre medicina e medicamentos.

Nas ruas do centro, as pessoas caminhavam como bons transeuntes. Será? Vá lá saber o que se passa nos corações e mentes dos aparentemente pacatos transeuntes. Eletricidade no ar, ou era apenas o meu espírito?

Por fim, o ponto na livraria Ler, atrás do Caetano de Campos. Seguimos para um boteco próximo à Vieira de Carvalho onde pedi uma dose de Otard Dupuy. O companheiro de direção que foi ao encontro, creio ter sido o Machado. Na verdade, apenas confirmamos um ao outro informações que já trazíamos, mas que não eram públicas nem oficiais. Não éramos inocentes: sabíamos que estava fora do nosso alcance reverter de imediato o quadro que se armava. Sabíamos também que aquelas divergências (qualquer que fosse seu desfecho) não produziriam no poder qualquer aliado – sequer pontual – para a nossa causa. A ditadura radicalizava. De certo modo, era o esperado, mesmo antes dos episódios que envolviam o Congresso Nacional. Era intrínseco à lógica do projeto dos golpistas. Inscrevia-se em sua escalada. Tratava-se antes de evitar quedas, proteger os militantes e a organização, e tirar algumas orientações políticas gerais para a ação junto aos movimentos onde atuávamos. E depois, bem... depois, prosseguir.

Coberto pelo álibi que me conferia a condição de jornalista, circulei por lugares “mandados” pela repressão, inclusive a Maria Antônia. Cruzei caras conhecidas, mas não encontrei os militantes das outras organizações de esquerda com os quais mantinha contatos. Evitei procurá-los em suas casas.

Nas ruas, os transeuntes caminhavam, os carros transitavam, a vida ia indo, mas não me parecia que essas coisas acontecessem normalmente.

Conforme combinara com Machado, fui dormir no apartamento dos meus pais, na rua Luís Coelho, em frente ao que hoje é o Center 3.

Lá ouvi e vi o locutor, acompanhado do ministro da Justiça Gama e Silva, anunciar as medidas: “... após ter ouvido os membros do Conselho de Segurança Nacional, resolveu baixar um ato institucional que tem como finalidade fundamental preservar a revolução de março de 1964 ...”. Condensavam-se no anúncio oficial os motivos de nossas preocupações, as informações do Jeremias batiam.



Invasão do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antonia. São Paulo, outubro de 1968. (Acervo Iconographia)

(Usei recentemente a imagem e o áudio dessa proclamação num vídeo: *Viva o povo brasileiro*, 1994. Ainda me perturba, ainda me deixa indignado.)

À noite, não consegui dormir. Precisava trocar idéias, discutir, estar com os meus pares. Conspirar.

Mas tinha que esperar a reunião do dia seguinte. Fora o combinado. Passei a noite dividido entre pensamentos, anotações para a reunião da manhã de sábado (nas quais pus fogo durante a madrugada) e desenhos com grafite, lápis de cor, nanquim e outras tintas à base de água. Folheei livros de história da arte.

Às 7 horas em ponto desci, tomei um café na esquina da Luís Coelho com a Augusta, e na Paulista o ônibus Hospital das Clínicas–Cambuci, rumo à casa do Nei. Este fora convocado momentos antes pelo jornal onde cobria a área de política e tivemos que mudar o local do encontro.

As 11 horas da manhã nos encontraram sentados no gramado do monumento à Independência, às “margens plácidas” do Ipiranga. Éramos uns seis ou oito, entre jornalistas e membros da Direção Regional. A idades variavam entre 23 e 27 anos. Lembro nitidamente das expressões nos rostos de Pedro, Tânia e Jeremias: traduziam nossos temores e nossas esperanças. O que derivava do Ato era óbvio. O que nos esperava depois do Ato era ainda mais óbvio. Nossos esforços (e não apenas da Ala Vermelha) de travar uma luta de massas contra o regime e o sistema sofreriam um corte, mal começavam a florescer algumas dessas iniciativas. Era preciso recuar as lideranças que emergiam nas lutas de organização da oposição dos bancários, dos jornalistas, do movimento estudantil (universitário e secundarista), entre os artistas e intelectuais e outros setores médios urbanos. Novas levadas de companheiros desses setores passariam à clandestinidade. À mais absoluta clandestinidade. Do nosso pequeno setor operário, a maioria já estava clandestina desde 1964. Virava-se mais uma página. Dispersamo-nos cheios de maus presságios, mas decididos a construir novos caminhos. Definíramos algumas tarefas mais urgentes, marcáramos pontos, combináramos reuniões.

Em todo o país, milhares de pequenas reuniões semelhantes à nossa devem ter acontecido naquele dia ou nos subseqüentes. Como nós, milhares de militantes das diversas tendências reafirmaram seus compromissos.

Peguei uma carona com Pedro e Tânia num fusca verde escuro. Falamos do “setor militar” da organização e de medidas a serem encaminhadas no que dizia respeito à unidade de combate. A partir daquele momento, esse setor passaria a ocupar cada vez mais as nossas energias – resultado de nossas análises políticas, nosso instrumental teórico e, até mesmo, pela necessidade de mantermos uma pesada estrutura clandestina. Deixaram-me na avenida Paulista, no meio do caminho. Despedimo-nos. Acompanhava-nos a sensação – que desde então seria cada vez mais intensa e recorrente – de que poderia ser a última vez que nos encontrávamos.

Sentei-me numa mesa na calçada do Fasano, no Conjunto Nacional, e pedi um sorvete de creme e chocolate, um misto quente em pão de forma e uma água. O garçom me olhou apenas estranhando a composição do pedido, enquanto eu olhava os transeuntes e os carros como se os estranhasse. Havia algum sol e uma brisa. Depois, fui cumprir minhas tarefas – enfim, a luta sempre continua.

No final da tarde, voltei para o quarto-e-sala onde morava. Li jornais do Rio e de São Paulo. Queimei uns poucos papéis, mexi em pastas onde guardava desenhos de amigos, pus na vitrola portátil sucessivos LPs e me servi de conhaque. Tomei um banho para esperar a namorada. Já me sentia pronto para participar do novo capítulo que se abria.

No som, Janis Joplin insistia: “no, no, no, no, no, no, no, no, no, no, don’t you cry ...”.

Começava uma longa noite. Uma longa agonia.

Nela imergíamos todos. De cabeça erguida.

Do GOLPE DE 1964
AO AI-5

Em Paris, o “hino nacional” Almino Affonso

Depois de quatro anos e meio de exílio, em sua maior parte vivido no Chile, eu havia decidido regressar ao Brasil, arrostando as eventuais consequências. Eu era, à época, *expert* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Santiago. Tendo renunciado ao cargo, recebi instruções para ir a Genebra, apresentar o relatório de meu trabalho: um longo estudo sobre o movimento camponês chileno.

Acertara com o governador Miguel Arraes, exilado na Argélia, nos encontrarmos em Paris, de maneira a entendermo-nos sobre a continuidade da luta no país, já que ambos fazíamos parte da Frente Popular de Libertação Nacional [FPLN].

A caminho de Genebra, soube da decretação do Ato Institucional nº 5. Quando o telefone soou, de manhã cedo, naquele 14 de dezembro de 1968, estranhei a voz de Violeta Arraes: era indistigável sua ansiedade ao dar-me duas notícias: o governador já estava em Paris e me aguardava para o almoço; e a “bomba”, explodindo em mil estilhaços...

À hora do encontro com Arraes, já era clara para mim a extensão do AI-5; faltava-me, porém, saber as razões que haviam levado o presidente Costa e Silva a dar um “golpe” dentro do “golpe de 64”. De todo modo, a ilusão do meu regresso rolava encosta abaixo, como imperativo do mais elementar bom senso.

À noite, em casa de Violeta e Pierre Gervaiseau, reuniram-se as principais personalidades no exílio em Paris: Mário Pedrosa, Celso Furtado, Waldir Pires, Josué de Castro, Luciano Martins, Luís Hidélbrando Pereira e o governador Miguel Arraes. Sobra dizer que eu também estava ali, desarrumando, mentalmente, as malas e os caixotes do retorno frustrado.

Advogado, ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social e ex-deputado federal, tendo tido seu mandato cassado em 1964. Ficou exilado durante 12 anos. Voltando ao Brasil, passou a participar de movimentos pela democratização do país. Foi vice-governador de São Paulo e novamente deputado federal.



Almino Afonso embarca para o exílio, junho de 1964.
(Acervo Iconographia)

Varamos a noite, perdidos em intermináveis análises. A conclusão era uníssona: o AI-5 formalizara a legalidade fascista. Mas, ao mesmo tempo, jogara lideranças do porte de Juscelino Kubistcheck e Carlos Lacerda, de maneira incontornável, no amplo espectro das oposições...

Tudo o mais foram conjecturas, que se estenderam ao longo de mais de uma década: muitos de nós no exílio e tantos outros nos subterrâneos da clandestinidade, ousando fincar os esteios da resistência armada, heroicamente.

Foi nesse clima, naquela noite distante, que se deu um fato insólito: às tantas, levantou-se o Mário Pedrosa e convocou-nos a cantar o “Hino Nacional”. Olhamo-nos, em evidente desconcerto. E o Mário começou, com a voz rouquenha, confiante do significado daqueles versos admiráveis de Geraldo Vandré: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber: quem sabe faz a hora, não espera acontecer...”.

Ana Maria Müller *Rebuliço no jornal*

Advogada. Fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ; fundadora do Partido dos Trabalhadores/RJ; conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ. Durante vários anos foi membro da Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Mulheres da OAB-RJ.

Em 1968 era estudante de Direito e trabalhava como secretária da diretoria no jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro.

Tudo efervescia naquele ano mágico. Nós, estudantes, achávamos que estávamos contribuindo, definitivamente, para modificar este país. Queríamos um país livre, igualitário, democrático. Ensino público e gratuito. Distribuição de terras com uma reforma agrária justa. Estávamos prontos para tomar o poder...

A faculdade que cursava – Direito da Cândido Mendes – era localizada num ponto bastante central da cidade, onde se desenrolavam as manifestações de maior porte do movimento estudantil.

Arthur Müller, vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito Cândido Mendes, estava preso desde o Congresso de Ibiúna e era meu companheiro.

O *Correio da Manhã* possuía em seu quadro de redação editorialistas, jornalistas e intelectuais da maior qualidade: Arthur Poerner, Franklin de Oliveira, Otto Maria Carpeaux, Edmundo Muniz, Peri Cota, Paulo Francis, entre outros, que faziam com que o jornal fosse, naquele momento, o símbolo de resistência ao golpe de 1964 (ao qual dera apoio na época e depois se arrependera).

Sua presidente – Dona Niomar Muniz Sodré Bittencourt – marcou, definitivamente, minha vida pelo seu caráter, inteligência, determinação, coragem e, sobretudo, pela forma como combinava isso tudo com sua grande feminilidade e sedução.

Nos dias anteriores ao AI-5, espalhou-se a notícia de que seria julgado um *habeas corpus* em favor dos presos políticos de Ibiúna, que se encontravam em diversos estados, e D. Niomar colocou o telex do jornal à disposição, para que fosse incluído o nome do meu companheiro.

A família mobilizou-se e conseguiram, incluído o seu nome, o alvará de soltura, cumprido no dia 12 de dezembro de 1968. Uma foto foi inserida num livro intitulado *Um Rio*

em 68, publicado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em 1988, retratando o momento da liberdade do Arthur. Na foto ele está olhando para o lado. O que acontecia é que o Mauro Borges, policial do DOPS, estava dando um “até amanhã” e nós pensando que era só provocação.

Daquele momento, só fui avistar o Arthur algum tempo depois, por questão de segurança.

No dia seguinte – 13 de dezembro de 1968 –, fui trabalhar no jornal. À tarde (acho que no final da tarde), todos estávamos parados diante da televisão que existia na redação, escutando o texto do AI-5. Foi um grande rebuliço no jornal. Correria por toda a parte. Pessoas que fatalmente seriam visadas pela repressão política deixavam apressadamente o jornal para colocar-se em segurança.

Já à noite, chegaram policiais do DOPS com mandado de prisão de alguns jornalistas. Dona Niomar desceu ao saguão e disse aos policiais que caso tivessem que prender alguém que a prendessem, pois era responsável por tudo no jornal. Em meio do empurra-empurra no saguão, veio uma rajada de metralhadora disparada contra o teto por um policial de nome Pancho, o que provocou um tremendo tumulto e amplas manifestações de apoio ao jornal vindas de todas as partes do mundo.

Não foi dessa vez que prenderam D. Niomar, mas foi a partir desse episódio que ela manteve uma luta sem trégua contra a ditadura militar, que a levou ao cárcere no ano seguinte e ao fechamento do jornal poucos anos depois.

Cheguei em casa tarde da noite. Na portaria me aguardava um amigo, muito aflito, dizendo que era preciso desfazer-se de alguns livros e colocar um mimeógrafo em lugar seguro.

Foi duro desfazer-se de livros – não poucos, aliás, preciosos. Mesmo assim, demos conta (será?) da missão.

Depois desse momento, o nosso dia-a-dia ficou mais pesado e menos espontâneo. Lembro-me de que um pouco mais adiante, na retomada do ano de 1969, a barra já estava mais pesada e, mesmo na nossa faculdade, foram inúmeras as vezes em que nós do diretório fomos convidados a depor.

Bastava aborrecer mais um pouco professores que não comungavam dos nossos ideais e, coincidentemente, éramos chamados a depor.

A própria faculdade chegou a ser invadida pela Polícia Militar, logo no início do ano.

A partir do primeiro quadrimestre de 1969 o cerco apertou. Os amigos rarearam: alguns foram para a clandestinidade, outros já começaram a ser presos e torturados e aprendemos a conviver com a preocupação permanente com a segurança.

Qualquer descuido poderia ser fatal. As notícias que chegavam eram terríveis. Na verdade o AI-5 preparou a chegada de uma era de terror.

Não dá para sentir que passaram 30 anos. Não dá....

A nação, mesmo com a Anistia, não conseguiu, ainda, a pacificação. Na verdade, a geração punida permanece punida. Até mesmo no tratamento, na referência, na falta de respeito com que os atingidos são tratados. É só fazer um retrospecto para ver como são feitas as abordagens em torno dos “meio-anistiados”, dos familiares dos mortos políticos, dos familiares dos desaparecidos políticos, dos atingidos de um modo geral.

O perdão não foi, ainda, aquele perdão de mãe que não põe senão.

O perdão de 1979 foi aquele do patrão que perdeu na justiça e foi obrigado a reintegrar o empregado que, mesmo tendo reconhecido o seu direito, passa a ser vitimado por um tratamento desrespeitoso.

Acredito que só a certeza de que conseguiremos modificar essa situação nos trouxe até aqui.

O juiz Garzón, da Espanha, nos dá um exemplo de que é possível continuar acreditando. Mesmo 30 anos depois...

Arthur Poerner Na redação do Correio da Manhã

Escritor e jornalista; ex-preso e exilado. Entre suas obras literárias destaca-se o livro *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* (nova edição em 2004 pela Booklink, Rio de Janeiro) que foi marcante para a geração que iria lutar nos movimentos estudantis.

No final da tarde de 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, liguei para o *Correio da Manhã*, jornal em que era repórter especial, redator e articulista desde 1963, e publicava, à época, sob o pseudônimo Marcoantonio, uma coluna diária sobre diplomacia e política externa. Nada havia de noticiável na minha área, o chanceler Magalhães Pinto nem sequer se encontrava no Itamarati. Como os demais membros do Ministério, ele fora convocado para a reunião de que sairia a reação do governo Costa e Silva ante a decisão do Congresso Nacional de negar autorização para que o deputado Márcio Moreira Alves, colega de redação, fosse processado por discurso que os militares consideraram injurioso às Forças Armadas.

Como eu já tivera os direitos políticos suspensos por dez anos em 1966, pelo marechal-presidente Castelo Branco, e ainda respondia a dois processos do tempo em que dirigira a *Folha da Semana*, semanário legal do Partido Comunista Brasileiro, o diretor de redação, o falecido Osvaldo Peralva, veio pessoalmente, ao telefone, para me sugerir que esquecesse a coluna, a política externa e, se possível – pelo menos, naquela conturbada sexta-feira –, o próprio jornal. Dispensou-me da obrigação de comparecimento. Mas eu era jovem – embora não amasse os Beatles nem os Rollings Stones – e, arrebatado, confundia prudência com covardia e jamais poderia me imaginar fora da redação num momento como aquele. Ante a minha insistência, o Peralva, que acumulava ampla experiência com a repressão como dirigente do PCB, foi profético: “Bem, se quiser, venha, mas não garanto que vá conseguir sair daqui”.

Umás três ou quatro horas depois, quando o locutor Alberto Curi concluía a leitura, em cadeia nacional, do Ato Institucional nº 5, começou a invasão armada do *Correio da Manhã*, que, apesar de todos os avisos e ameaças, se mantinha desde a edição do primeiro Ato Institucional, em 9 de abril de 1964, numa corajosa linha de oposição à ditadura militar. A operação de guerra (que incluía até metralhadoras), sob o comando de um suposto inspetor do DOPS, contra jornalistas desarmados evidenciava o quanto as nossas críticas haviam tocado fundo nos nervos do regime: depois que um disparo de 38 atingiu o teto do saguão de entrada, o calmo e pacífico Peralva, com os pulsos algemados às costas, foi jogado e levado na capa de um camburão.

Na redação, no terceiro andar, fomos prevenidos – Edmundo Moniz, Franklin de Oliveira e eu – de que estavam à nossa procura. E, sem delongas, conduzidos, por colegas, pela janela da sala que servia de arquivo e biblioteca, a uma espécie de marquise, de onde passa-

mos, com o auxílio de tábuas, para um prédio que dava de frente para a paralela rua do Lavradio, quase ao lado da *Tribuna da Imprensa*. Dali, cercados de atenções num sala-e-quarto que um alfaiate dividia com uma costureira e algumas crianças, assistimos, pelos rasgos das cortinas, ao crescente predomínio do verde-oliva na oficina do jornal.

O também já falecido Edmundo passou parte da noite empenhado em se metamorfosear em operário com um macacão que lhe fizera chegar a prima e cunhada Niomar Muniz Sodré Bittencourt, dona do diário. Mas, sem querer renunciar às vestes burguesas, tentou conservá-las – inclusive o paletó e o colete – sob o macacão, o que o levou a ser reprovado nas primeiras vezes em que se submeteu ao veredicto meu e do Franklin. Só o aceitamos proletário, ainda que com ressalvas, já alta madrugada, quando se desfizera também do relógio e dos óculos com aros de ouro. E ele pôde, enfim, partir, com um grupo de companheiros da oficina, para uma viagem que o levaria a Paris, via Montevidéu.

Franklin e eu só saíramos na tarde do dia seguinte. Para outras viagens. A minha – depois de uma volta à redação do *Correio da Manhã*, onde seria preso em abril de 1970 – terminou na Alemanha.

Em fuga de Recife Carlos Tibúrcio

Catorze de dezembro de 1968 – 7h15min da manhã. O ônibus interestadual saía havia cerca de dez minutos de uma parada nos arredores de Recife. Não haveria outro tão cedo. Arrisquei pegar um táxi para tentar alcançá-lo antes da próxima cidade. Dois problemas: só tinha o dinheiro contado para pagar a passagem do ônibus até Salvador – e estava fugindo do AI-5, baixado na véspera.

Eu chegara em Pernambuco havia poucos dias, juntamente com Arantes (José Roberto Arantes de Almeida, paulista de Pirajuí, vice-presidente da UNE), para cumprir tarefas de reorganização do movimento estudantil. Em outubro, o 30º Congresso da entidade, realizado em Ibiúna, São Paulo, fora descoberto pela repressão e a disputa entre duas chapas pela sua direção não ficou resolvida. Uma delas – que eu integrava como um dos vice-presidentes – era encabeçada por José Dirceu e apoiada por Arantes. Depois da queda do encontro, das 800 e tantas prisões e da libertação da maioria das lideranças – levadas pela polícia de volta aos seus estados de origem –, conseguimos realizar uma reunião nacional clandestina que elegeu uma Comissão de Reorganização da UNE. Era como membro dela que me encontrava em Recife.

O clima de repressão era generalizado e nós estávamos semiclandestinos (creio que

Jornalista. Dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/SP) e vice-coordenador do Instituto Lidas. Autor, juntamente com Nilmário Miranda, do livro *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar* (Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo). Foi liderança do movimento estudantil na Bahia e preso político em São Paulo de 1973 a 1975. Desde 2003 trabalha na área de comunicação do Governo Federal.



Passeata em São Paulo em protesto contra a morte do estudante Edson Luís, março de 1968. (Acervo Iconographia)

o Arantes já estava totalmente na clandestinidade, utilizando identidade falsa). Por segurança, tínhamos viajado de Salvador separadamente. A intenção era seguir de Recife para Fortaleza. Lembro-me de que conversamos durante aqueles dias sobre o risco de ocorrer “um golpe dentro do golpe” e que não seria nada bom estarmos em Pernambuco, cuja repressão política era historicamente das mais violentas e cruéis. Chegamos a combinar que, se ocorresse alguma coisa, o melhor seria alguém levá-lo de carro para o Ceará, enquanto eu tentaria voltar para Salvador, onde poderia me esconder com mais facilidade (mesmo sendo na época uma das lideranças estudantis conhecidas da Bahia).

A última vez em que estive com Arantes foi no dia do Ato 5. Somente voltei a “conviver” com ele recentemente, durante os dois últimos anos, quando escrevi com o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) um livro que traz os trabalhos e resultados da Comissão Especial do Ministério da Justiça sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar¹. Muitos companheiros daquele tempo foram assassinados pela repressão nos anos seguintes. Arantes foi morto no dia 5 de novembro de 1971, juntamente com Aylton Mortatti, em São Paulo. No resgate da sua memória e da verdade sobre as circunstâncias da sua morte, como em muitos outros casos, os trabalhos da Comissão trouxeram importantes revelações para a história do nosso país.

O táxi alcançou o ônibus pouco antes da cidade seguinte. A essa altura já inventara uma justificativa sentimental sobre aquela viagem para ganhar a simpatia do motorista. Furneci-lhe então um endereço frio em Recife e um bilhete para uma suposta parente que lhe pagaria a corrida – e para quem ele deveria devolver, sem falta, o relógio de estimação (segundo o relato, presente do meu pai) que eu estava lhe dando apenas em garantia.

1. Trata-se do livro *Dos solos deste filho. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado* (Editora Fundação Perseu Abramo, 1999).

Celso Furtado Exílio prolongado

Economista, foi o criador da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e seu primeiro diretor. Autor de inúmeros livros, entre eles o clássico *Formação econômica do Brasil*, foi um dos primeiros a ter os direitos políticos cassados após o golpe de 1964. Viveu durante anos no exílio. Faleceu em novembro de 2004.

O AI-5 me surpreendeu no exterior, e serviu como um aviso de que meu exílio se prolongaria por bem mais do que os dez anos da cassação de meus direitos políticos.

Clara Charf O AI-5 institucionalizou o golpe

Profissão: cidadã militante; companheira de Carlos Marighella.

Dizer que o AI-5 implantou a ditadura, permitiu as cassações e perseguições políticas não é exatamente a verdade.

O AI-5 institucionalizou covardemente o que o golpe militar de 1964 fez desde o início – suprimiu as liberdades públicas, implantou o terror político e ideológico e desencadeou a perseguição em massa.

O poder militar instituído pela força subverteu a ordem constitucional, prendeu, espancou, torturou milhares de cidadãos em todo o país que exigiam uma sociedade mais justa do ponto de vista econômico, político e social.

Os métodos de tortura como o pau-de-arara, choques elétricos nos órgãos genitais, queimaduras, mergulhos forçados, espuma nos olhos, espancamento nos rins e no abdome eram processos rotineiros para obter confissões dos presos, utilizados pela polícia e pelos encarregados dos inquéritos policiais militares.

Operários, camponeses, líderes sindicais de todas as categorias, líderes políticos, artistas, jornalistas, músicos, militares que se opuseram ao golpe, intelectuais, cientistas, advogados, magistrados, mulheres presas e ultrajadas, religiosos de todos os credos considerados subversivos – contra todos a ditadura voltou seu ódio, atingindo também os familiares dos perseguidos. Além da cassação de direitos políticos de pessoas que exerceram a presidência da República, passando por pessoas que ocuparam todo e qualquer cargo público.

Segundo os relatórios dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) foram atingidas só entre 1964 e 1965 mais de 5.000 pessoas.

Com o terror implantado, as forças populares recuaram, mas não capitularam. Foi se formando uma frente de resistência. Pouco a pouco sindicatos lutavam por eleições livres, camponeses levantavam as suas reivindicações e defendiam suas lideranças da perseguição policial, estudantes defendiam as organizações estudantis e o direito de participar da vida política do país, intelectuais enfrentavam os inquéritos defendendo a liberdade cultural, mulheres se solidarizavam com os presos, perseguidos políticos e exilados, presos reagiam nos porões dos órgãos de repressão, setores da imprensa desmascaravam a ditadura.

Dizer que o AI-5 era uma resposta à violência das forças populares é esconder que a primeira grande violência foi o golpe militar de 1964 que atingiu a nação e procurava manter as aparências legais.

Diante do inconformismo do povo, o AI-5 tirou a máscara definitivamente. Fez ruir por terra todos os resquícios da legalidade. Implantou o terror aberto. Não se podia falar, cantar, participar. Tentaram acorrentar até os pensamentos. Virou país de uma nota só.

Meus direitos políticos foram cassados logo no início do golpe militar, por dez anos. Nunca me disseram por quê. Logo depois do golpe, nossa casa foi invadida pela polícia. Escapamos a tempo. Mas o Marighella foi baleado no dia 9 de maio de 1964, dentro de uma sala de cinema cheia de crianças, onde ele havia entrado para escapar da perseguição policial. Foi solto então graças à solidariedade e às denúncias da imprensa.

Com o AI-5 nossa vida ficou terrível. Como enfrentar o dia-a-dia, trabalhar, ver a família, locomover-se? Muito difícil. A clandestinidade foi total. Fotos de Marighella por toda parte, apresentado como inimigo público nº 1. A angústia de ver e saber das torturas e perseguições por todo o país. E o povo resistindo. Em 4 de novembro de 1969 Marighella foi assassinado, mas se rebelou até o último dia da sua vida contra o golpe militar de 1964 e todas as consequências que se abateram contra o povo brasileiro.

Foram anos de terror e de valor, de dor e sofrimentos, de vocações interrompidas, de vidas ceifadas, de medo e coragem. A luta e a solidariedade salvaram vidas e foram abrindo as veredas da liberdade.

*Estudantes presos no
XXX Congresso da UNE
em Ibiúna. São Paulo,
outubro de 1968.
(Acervo Iconographia)*



Tributo a todos, e em especial às mães, aos familiares dos perseguidos, pela dedicação e pela perseverança que muito contribuíram para o fim do regime militar, para a Anistia e a reconquista da sociedade de direito e das liberdades democráticas.

Clóvis Rossi As portas do futuro foram fechadas

Jornalista, teve atuação importante nos movimentos pela democratização do país e no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970/80.

“Vi” o AI-5 surgir na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde trabalhava então. A primeira sensação, bastante superficial, admito, era a de que havia uma nuvem bem negra pairando sobre nossas cabeças. Mas não houve tempo para assimilá-la na plenitude, posto que tínhamos que fechar a edição do dia seguinte, naturalmente com todo o noticiário em torno do AI-5.

Jornalistas, salvo aqueles engajados em atividades político-partidárias (ou, naquela época, armadas), reagem normalmente com tremenda excitação a qualquer notícia grande, boa ou ruim. A edição do AI-5, ao contrário, foi elaborada com notável desânimo. Fechado o jornal, fomos para um botequim na rua da Consolação, em frente à antiga sede do Estadão, na rua Major Quedinho.

Éramos seis, no máximo. Todos sem militância outra que não o jornalismo. O único consenso perceptível era o de que as portas do futuro de repente se haviam fechado. A única saída parecia ser o aeroporto. Acho até que foi naquela ocasião que se criou essa piadinha, que depois se tornou recorrente. Pessoalmente, embora nunca tivesse sido vítima direta do

AI-5, essa piadinha virou verdade: a partir daí, dediquei-me muito mais ao noticiário internacional (menos vigiado pela censura) do que ao nacional. Não foi solução, mas foi rima, ainda mais que, pouco a pouco, as trevas que o AI-5 lançara sobre o Brasil se foram estendendo ao conjunto da América Latina.

Do GOLPE DE 1964
AO AI-5

Todas as luzes foram apagadas **D. Paulo Evaristo Arns**

No dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira toda ocupada com visitas a dois colégios e a uma reunião do CELAM, era eu ainda bispo auxiliar de São Paulo. Não tendo lido jornais, nem tido ocasião para ouvir a notícia por rádio ou televisão, tudo me foi comunicado através de amigos que falavam em voz baixa e temiam as piores consequências para a comunicação e a segurança em nossa terra.

Minha reação foi de susto e de previsão que viria chumbo grosso em direção a todos que defendiam os presos políticos e os amigos ativos na política. Fui atingido, desde logo, pelo AI-5, porque não podíamos mais falar livremente na rádio Nove de Julho, que, aliás, iria ser cassada quatro anos depois, sem nenhuma explicação e sem motivo técnico ou administrativo. Daí por diante, como secretário de Educação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB], minha vida mudou totalmente: não sabia mais como agir e todos os meus amigos consultados exprimiam pavor pelo medo de serem atingidos de uma forma ou outra. Fiz porém o propósito de agir, embora com cautela, em favor dos meus amigos, sobretudo os religiosos que foram presos. Quando tomei posse como arcebispo em São Paulo, em 1970, 13 deles estavam presos e madre Maurina, que estava sob a minha guarda na Penitenciária Feminina do Carandiru, Zona Norte de São Paulo, havia sido expulsa para o México, onde ocasionalmente pude visitá-la, duas vezes.

Minha impressão era que haviam apagado todas as luzes e que, no escuro, haveria dificuldade de uma ação direta em favor de qualquer pessoa. Apesar disso, procurei visitar os atingidos pelo AI-5 em prisões em São Paulo e, depois de arcebispo, alertar os meus colegas bispos do estado de São Paulo a respeito das prisões arbitrárias, dos desaparecimentos, das mortes e das torturas inimagináveis.

O AI-5 preparou de fato a era de terror que se manifestaria sobretudo durante os sete anos seguintes.

Arcebispo de São Paulo de 1970 a 1998, teve atuação incansável no apoio às vítimas e aos perseguidos pelo regime ditatorial. A coragem com que assumiu a tarefa de visitar as prisões, denunciar a violência e abrir a igreja para eventos de protesto contra os assassinatos de Alexandre Vannuchi Leme, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho foi decisiva para mudar o clima de terror vigente.

O país tornou-se um palco de guerra **Eleonora Menicucci de Oliveira**

Militava na esquerda desde 1964, primeiro no PCB, depois na DI, POC. Entrei para a clandestinidade em outubro de 1968, depois de ter sido vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais e da diretoria da UNE, gestão José Luiz Guedes. Quando

Socióloga, professora titular de saúde coletiva da Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. Ex-presa política, participou das campanhas pela democratização do país. É militante do PT desde a sua criação.

foi decretado o AI-5 já estava na clandestinidade em Belo Horizonte, e tomei conhecimento através de companheiros/as do POC. Minha reação foi bastante parecida com a da maioria das pessoas que se encontravam na mesma situação que eu: a ditadura apertava o cerco sobre o movimento estudantil e operário, jogando na clandestinidade muitos/as de nós. Assim, o AI-5 veio desmascarar a face pseudo-“democrática” do golpe de 1964. Minha reação e de meu companheiro na época, Ricardo Prata, foi imediatamente sair de Belo Horizonte, o que aconteceu com nossa vinda para São Paulo.

Minha situação mudou completamente depois do AI-5, pois já em São Paulo, grávida de minha filha Maria, assumi totalmente o lugar de guerrilheira clandestina, com todos os riscos advindos dessa decisão. O país tornou-se um palco de guerra, uma guerra absolutamente desigual, uma guerra de canhões e metralhadoras contra idéias e utopia de uma geração que soube sofrer porque acreditou em uma sociedade mais justa. Fui presa em julho de 1971, torturada no DOI-CODI, ficando presa até 1974. Nesse período sofri a mais inominável tortura, que foi a tortura de minha filha Maria, de 1 ano e 10 meses.

Fernanda Maria Ribeiro Coelho De um pólo a outro

Familiar de preso político, é carioca, socióloga e militante política. Participou da criação da Associação de Cientistas Sociais do Rio de Janeiro, do Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, do Partido dos Trabalhadores e do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina/SP.

Remexer nas “gavetinhas” da memória para buscar um fato preciso faz com que, por vezes, apareçam ao mesmo tempo, e se mesclando, acontecimentos bem anteriores e outros que ocorreram mais adiante.

Toda vez que ouço falar em 1968 e no AI-5, imediatamente surgem emoções e imagens que vão de um pólo a outro.

Lembro e visualizo os famosos festivais de música popular brasileira e o Maracanãzinho lotado de jovens, homens, mulheres, idosos e até crianças; de teatros e cinemas lotados e grandes debates; cinemas de arte; religiosos atuando publicamente; trabalhadores/sindicatos se mobilizando na luta anti-arrocho; restaurante Calabouço; Edson Luís morto – com enterro acompanhado a pé, do Centro da cidade até Botafogo, por milhares de pessoas; passeata dos cem mil com uma comissão de representantes da sociedade civil (incluindo a União Brasileira de Mães) para o encontro com o presidente Costa e Silva; gente na rua, nas escolas, nas praças, nas fábricas, nos cinemas, nos teatros, debates, idéias se renovando; congresso de estudantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), reunindo quase mil de suas lideranças. Além do que o mundo nos dava exemplos emocionantes, como no caso do Vietnã, e levantávamos bandeiras contra o imperialismo norte-americano e contra o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Treze de dezembro de 1968: decretação do Ato Institucional nº 5, que trouxe a dominação ideológica mais elaborada e a instalação e institucionalização do terrorismo de Estado, além dos efeitos da força ostensiva, que já conhecêramos e vivenciáramos com os Atos Institucionais anteriores (AI-1, AI-2, AI-3 e AI-4) – tanques nas ruas, homens armados, cavalaria e balas contra a população e suas manifestações; demissões, prisões, torturas, cassações, censura e os primeiros assassinatos políticos (27 é o número fornecido pelo *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*¹).

1. COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos da Violência do Estado; Grupo Tortura Nunca Mais. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Ed. de Pernambuco, 1995.

O medo, o terror estavam instaurados!

Evidentemente esses efeitos passaram a ser sentidos e vivenciados por cada um de nós diariamente na sua vida pessoal e afetiva, profissional e na militância política.

O termo “subversivo” – e principalmente “terrorista” – passou a ser usado diariamente na imprensa escrita, falada, televisionada para desqualificar qualquer opinião, pensamento, idéia ou atitude de alguém que não comungasse com as regras impostas. Da mesma forma, nos colégios, escolas e faculdades; nos locais de trabalho tanto na iniciativa privada quanto na área pública, no campo e na cidade, esse controle passou a ser uma regra de convivência diária entre os que pensavam e queriam ter opiniões próprias e os que aceitaram e foram coniventes com a imposição do pensamento único da Doutrina de Segurança Nacional, cujo inimigo interno era o alvo principal.

Se você era jovem, de barba (“barbudo”) ou de cabelos longos (“cabeludo”) ou era uma jovem mulher com roupas coloridas, com aspecto *hippie*, se estava com um livro debaixo do braço, imediatamente era parado na rua por um “à paisana” para se identificar, para ver se não portava algum livro “subversivo”, e quase sempre era levado para algum órgão policial para “averiguações”.

Em outubro de 1968, em Ibiúna (SP), os órgãos de repressão (inclusive o Exército) invadiram um sítio e prenderam cerca de mil líderes estudantis, representantes de todos os estados do país, que participavam de um Congresso (que se pretendia clandestino) da UNE, e todos foram imediatamente fotografados, fichados e encaminhados para ser processados com base na Lei de Segurança Nacional, que vigorava até então.

E muitas dessas fotos foram distribuídas, juntamente com a de tantos outros militantes que não eram estudantes, pelo Brasil todo. Nos órgãos públicos dos estados e municípios, aeroportos, rodoviárias, estações de trem e alguns locais públicos eram afixados os famosos cartazes, com algumas daquelas fotos, onde se lia: “Procura-se: terrorista”, ou “Eles são subversivos. Ajude-nos a encontrá-los”, ou “Denuncie qualquer atitude suspeita”. [...]

Em 13 de dezembro de 1968 eu já trabalhava como socióloga numa autarquia federal, responsável pela reforma agrária no país – o IBRA –, juntamente com tantos outros técnicos e profissionais (alguns recém-saídos das universidades) e tínhamos a profunda convicção de que estávamos contribuindo para o processo de modificação da situação no campo com a realização da reforma agrária. Mas, antes mesmo da decretação do AI-5, em novembro de 1968, o nosso companheiro engenheiro agrônomo José Roberto Monteiro foi preso, no mesmo período em que João Lucas Alves, morto nas dependências de um órgão de repressão.

Após o AI-5 alguns outros companheiros mais visados, já perseguidos, saíram do IBRA e outros entraram na clandestinidade, como foram os casos de Cláudio Torres, Celso Bredariol e Francisco Castro Alves. Com algumas prisões posteriores, de Alceu Fernando Azevedo, Priscila Bredariol, Richard Dulley, Geraldo Leite e sua companheira Rosalina Santacruz,



*Passeata dos 100 mil. Rio de Janeiro, junho de 1968.
(Acervo Iconographia)*

Márcia Leporace e Maria de Lourdes Siqueira, o clima no trabalho foi ficando cada vez mais tenso, principalmente quando os órgãos públicos federais passaram a criar as famosas Assessorias de Segurança e Informações, as ASIs, com a função de levantar a vida de cada funcionário. Aumentaram as prisões, começaram as demissões e fui demitida em 1971 com mais três companheiros no mesmo dia (Alceu Fernando Azevedo, preso em dezembro de 1968; Priscila Bredariol, presa em 1969, e Delton Braga, que havia sido preso em 1964).

Em 1968, eu estava também engajada na luta sindical contra o arrocho salarial e participava do movimento dos professores, profissionais liberais e intelectuais, junto com a União Brasileira de Mães, no conjunto de atividades das lutas que se aprofundavam desde 1966 por mais verbas e mais vagas para escolas e universidades, pela reformulação dos currículos e por maior participação nos órgãos de decisão (participação paritária: 50% professores e 50% alunos), e também pela libertação dos presos políticos.

Com o AI-5 até a União Brasileira de Mães foi colocada na ilegalidade e começou uma nova fase na nossa forma de enfrentamento diário, com as novas restrições impostas.

Flávio Aguiar O AI-5 estava embutido no golpe desde sua conspiração

Professor de Literatura Brasileira da Faculdade da USP. Militou no movimento estudantil a partir de 1961. Participou ativamente dos movimentos da luta pelas liberdades democráticas e trabalhou ou colaborou em vários jornais da imprensa alternativa durante a ditadura. Foi presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP). É editor da Agência Carta Maior.

Tomei conhecimento da edição do Ato Institucional nº 5 na noite do dia 13 de dezembro de 1968. Eu estava na casa de campo dos pais de minha namorada, Iole Druck, no balneário de Belém Novo, em Porto Alegre. O pai dela ouviu a notícia no rádio e nos comunicou o fato. As conseqüências do clima repressivo intensificado – pois no sul, pelo menos, a repressão fora brutal desde 1964 – em minha vida foram imediatas. Eu trabalhava no Colégio Israelita Brasileiro e nos dias subseqüentes, junto com mais três professores e o próprio coordenador do curso colegial, Rui Carlos Ostermann, fomos convidados a deixar a escola, por serem nossas atividades consideradas demasiado esquerdistas pelos responsáveis da mantenedora. Em razão disto, instalou-se uma crise que levou 17 professores à demissão coletiva, destruindo o trabalho acumulado. Este processo apressou resolução que eu já tinha tomado, de transferir-me para São Paulo, onde desejava terminar o curso de Letras e fazer pós-graduação.

Dentro do clima de arbítrio deflagrado, com a suspensão completa das garantias constitucionais, o grupo de Teoria Literária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de que eu fazia parte, com a liderança dos professores Angelo Ricci e Dionísio Toledo, foi todo compulsoriamente aposentado em 1969. Esta foi uma das razões pelas quais a hipótese de retornar a Porto Alegre fechou-se para mim e eu acabei fixando-me em São Paulo, onde comecei a trabalhar na USP em 1972. Em julho de 1971 fui preso pelo DOI-CODI, juntamente com minha companheira Iole, suspeitos de participarmos ativamente das ações de grupo clandestino. Lembro-me de ouvir seus gritos – que nunca mais me saíram da memória – ao ser submetida a choques elétricos. Pessoalmente não sofri torturas físicas e o pior que tive de passar foi por um interrogatório de quatro horas de duração com várias ameaças de todos os tipos, além de se passar um pente fino em minhas atividades, inclusive profissionais. Na verdade, na época, estávamos implicados em ajudar a fuga de companheiros



*Chico Buarque na Passeata
dos 100 mil.
Rio de Janeiro, 26/6/1968.
(Acervo Iconographia)*

ameaçados do país, e essa foi a razão real de nossa prisão. Éramos “peixes pequenos”, como se dizia então. Meu irmão Rogério nos acompanhou neste momento difícil – pois estava conosco no momento da detenção – e ficou trancafiado os dias que lá passamos. Os dias foram poucos, libertados que fomos no quarto dia pela mesma equipe que nos deteve, como era costume no DOI-CODI. Devo registrar que esse tempo recorde da liberação deveu-se aos esforços da família de Iole.

Em 1974 fui ameaçado, com mais quatro professores da Faculdade de Filosofia, de ter meu contrato rescindido, com base em acusações de natureza política. Mas os tempos eram outros. Diante da reação solidária de muitos professores da Universidade, entre eles os professores Antonio Candido e Décio de Almeida Prado, a rescisão foi trocada por uma promessa de não-renovação do contrato quando do seu término. Mas logo em seguida a oposição venceu em número de votos as eleições daquele ano, e consolidou-se aquela interminável política de distensão “lenta, segura e gradual” do general Geisel, mas que, verdade seja dita, trouxe pequenos desaforos ao neutralizar os grupos mais fascistas dentro do “sistema”, como se dizia então. E a seguir, em novo episódio de ameaças de rescisões contratuais, descobriu-se que na verdade estas eram tramadas dentro da própria Reitoria da Universidade de São Paulo, com a conivência, é claro, do representante do Serviço Nacional de Informações [SNI] lá instalado em plantão permanente. Descoberta a manobra, e sobretudo o fato de que na verdade ela não dispunha de apoio, pelo menos ostensivo, em Brasília, ela foi neutralizada e o grupo responsável desarticulado.

Durante todo o tempo da ditadura trabalhei em jornais alternativos. Aquele em que fiquei mais tempo – *Movimento* –, no qual fui editor de Cultura, era submetido a censura prévia, em Brasília, com base no Ato 5.

Diante das iniquidades cometidas, que envolveram torturas, mortes, exílios prolongados, perda de empregos, e de alguns fatos desta natureza de que fui testemunha próxima, considero que os efeitos diretos do Ato 5 em minha vida pessoal foram pequenos, embora indeléveis. Quanto aos efeitos indiretos, como sobre todo mundo no Brasil, foram enormes, pois todos fomos, numa penada, postos numa espécie de clandestinidade, em que tudo podia acontecer e nada ser apurado. Uma última observação. Hoje há uma tendência, por parte de algumas pessoas e instituições, especialmente aquelas que se dizem liberais e que foram coniventes, cúmplices, ou articuladoras diretas do golpe de 1964, a quererem construir a versão de que o Ato 5 foi um “desvio” dos “nobres” motivos dos golpistas. Discordo,

e veementemente. A instalação despudorada da barbárie que o Ato 5 significou estava embutida no regime militar desde a sua conspiração. Graças a ele tivemos no Brasil o regime mais iníquo de toda a nossa história.

Isaias Raw Repercussões na universidade

Professor catedrático de Bioquímica da USP, foi cassado e forçado a exilar-se. Foi o fundador do Cescem e Fundação Carlos Chagas.

Lembrar os eventos em torno do AI-5 é para mim, como para alguns, um pesadelo. Alguns não sobrevivem psicologicamente, outros como eu, que não sofreram tortura física, conseguiram apagar e tocar para frente. Foi com essa atitude que, saindo do “estágio militar obrigatório” de 1964, retomei com maior energia meu trabalho. De 1964 a 1969 foram anos produtivos entremeados com lutas homéricas, quando ficou patente que, no caso da universidade, os militares foram agentes voluntários. O que se passou nos meios acadêmicos e inte-lectuais foi orquestrado pelos nossos “colegas”, mais por medíocres interesses pessoais do que por motivação política, o que não é justificativa para aqueles que concordavam em ser os executores.

Em 1969, quando voltava para casa com um convidado estrangeiro, deparei com minha mulher na porta de casa. No táxi havia ouvido sobre o AI-5. Estava proibido de exercer minhas atividades, aquelas para as quais o Estado me pagava e todas as outras que exercia voluntariamente.

Só me restava abandonar o país. Na manhã seguinte fui ao meu escritório na universidade. A montanha de papéis que era absolutamente indispensável ontem não tinha mais qualquer sentido ou valor... Não encontrei nada que quisesse levar ou preservar e saí como entrei... Naquela noite viajei para o Rio e parti sem ter problemas, pois o sistema não era competente nem para vigiar os aeroportos.

Nunca pensei em voltar para a USP, onde tinha cumprido meu dever formando oito professores e uma dezena de doutores – que me honram, todos, como filhos intelectuais; alguns são, obviamente, melhores do que eu.

Na realidade não esperava mas decidi voltar, pouco tempo antes da Anistia, certo de que este continuava sendo o país onde tudo estava por fazer e era fácil achar um nicho para prestar serviços (sem ter de aceitar o perdão) e deles obter satisfação de contribuir para o progresso.

Izaías Almada Uma ordem de prisão contra o Brasil

Escritor, dramaturgo e roteirista. Foi preso em 1969. Sobre o período, escreveu os romances *A metade arrancada de mim* e *Clarão da América*, ambos publicados pela Estação Liberdade.

Cansados pelas exaustivas discussões de um congresso político da VPR no litoral paulista, Onofre Pinto e eu aproveitamos uma folga e viajamos para São Paulo. No mesmo dia fizemos a viagem de ida e volta, eu ao volante. Era o dia 13 de dezembro de 1968. Deixando a Via Dutra, logo após São José dos Campos, pedi ao Onofre para parar, pois come-

çava a sentir os olhos pesados e alguma sonolência. Fomos para o acostamento e ligamos o rádio do carro, entre outras coisas para espantar o sono. Aproveitamos para um rápido xixi e um cigarro. Na época, ainda fumava.

Ali, ficamos sabendo sobre a edição do AI-5, o que já se comentava nas ante-salas do poder. Olhamos um para o outro. Sabíamos exatamente o que aquilo iria significar: carta branca para a repressão total. A partir daquele dia o Brasil recebia ordem de prisão.

Eu, como muitos companheiros, sobrevivi. Onofre Pinto, como tantos outros, desapareceu. O país escolhia um novo caminho e um novo destino...

Do GOLPE DE 1964
AO AI-5

As heranças do AI-5 José Dirceu

Tomei conhecimento da decretação do Ato Institucional nº 5 na prisão, informado por outros presos comuns, por soldados e guardas que eram solidários e por nossos advogados, que ainda tinham acesso a nós no Forte de Itaipu.

A reação, evidentemente, foi de indignação e revolta e ao mesmo tempo de muita decepção, porque nós tínhamos sido beneficiados por *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal e seríamos soltos. E esta decisão do STF foi um dos motivos do famigerado decreto.

Minha reação foi, mais do que nunca, a de pensar em fugir. Nunca passei uma semana, um mês sem procurar articular uma forma de escapar. Da decretação do Ato até a nossa libertação, quando fomos trocados pelo embaixador norte-americano em 1969, sempre pensei na possibilidade de fuga.

O AI-5 mudou minha vida para sempre. Primeiro, a minha vida cotidiana, porque fiquei preso até 7 de setembro de 1969; depois, porque cassaram minha nacionalidade e me baniram do Brasil junto com outros companheiros. Um ato complementar especial foi feito somente para banir aqueles que haviam sido trocados pelo embaixador.

Nunca aceitei que três oficiais das Forças Armadas brasileiras pudessem decidir que eu não tinha mais a minha nacionalidade e que estava proibido de pisar em território nacional. Tanto é que em 1971 voltei ao Brasil, na clandestinidade, e em 1975 consegui retornar definitivamente.

Mas o AI-5 mudou também o país, que paga caríssimo, até hoje, por isso. Quase todas as mazelas políticas, sociais e culturais que temos são fruto da ditadura ter permanecido até 1985. Na verdade, a democracia só foi restaurada, nas condições em que se deu, com a Constituição de 1988.

O atraso político, a falta de desenvolvimento das instituições, dos partidos, do país, toda a repressão, as torturas, os assassi-

Militante político e advogado, formado pela PUC-SP. Foi um dos principais líderes do movimento estudantil de 1968. Preso, foi um dos 15 militantes libertados em decorrência do seqüestro do embaixador norte-americano em 1969. Foi banido e viveu vários anos em Cuba. Foi fundador do PT, presidente do partido e deputado federal. Foi Ministro da Casa Civil do governo Lula de 2003 a 2005.

Gilberto Gil e Nana Caymmi na Passeata dos 100 Mil. Rio de Janeiro, 26/6/1968. (Acervo Iconographia)



natos, a questão dos desaparecidos – até hoje não solucionada –, as prisões em massa, o exílio de milhares de brasileiros e principalmente o corte que houve na política democrática do país são herança desta época.

Juca Kfourri Geração castrada

Jornalista esportivo, foi militante da ALN e do PCB. Votou para presidente pela primeira vez aos 39 anos, junto com seu filho mais velho, André, que já tinha 16.

Faço parte de uma geração castrada. Tinha 14 anos quando houve o golpe militar e 18 por ocasião da decretação do AI-5. Aprendemos o que era fazer política sem liberdade e com medo.

Medo de tudo. De falar ao telefone (podia estar grampeado), da caminhonete C-14, da Chevrolet (que era usada pelo DOI-CODI), de olhar no retrovisor (podíamos estar sendo seguidos), de olhar para a esquina de casa (podíamos estar sendo vigiados).

A nossa consciência política acabou sendo formada muito mais pela sensibilidade do que propriamente por alguma outra motivação, porque não era possível ser jovem e calar diante da falta de liberdade, da tortura, da exploração da miséria.

A ditadura foi uma noite longa, um pesadelo que conseguimos impedir que atingisse também os nossos filhos, mas que não pode ser esquecida, para jamais se repetir.

Erramos muito na forma de combatê-la, sem dúvida, por romantismo, por voluntarismo, por inexperiência. Mas eis aí um erro do qual só temos motivo para nos orgulhar porque, fundamentalmente, na essência, estávamos mais do que corretos, insurgentes, revoltados, levados pelo coração de quem queria fazer a coisa certa.

O AI-5 acabou não porque o general de plantão assim resolveu. Acabou formalmente porque já havia sido revogado na prática – na prática libertária da brava, e sofrida, gente brasileira.

Lúcio Flávio Pinto Um concentrado de ditadura sem escrúpulos

Sociólogo e jornalista. Trabalhou nos principais órgãos da imprensa brasileira. Foi professor universitário. Escreveu sete livros, todos sobre a Amazônia. Participou de várias outras obras coletivas. Edita em Belém, há 20 anos, o *Jornal Pessoal*, uma *newsletter* quinzenal que escreve sozinho, especializada em abordar assuntos vetados na grande imprensa.

Eu tinha 19 anos, era poeta, estudante de sociologia e repórter quando um telegrama de uma agência nacional de notícias chegou à redação do jornal *A Província do Pará*, em Belém, onde eu então trabalhava, anunciando que o governo acabara de editar o AI-5. Um dos subscritores do documento era o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, até pouco mais de dois anos antes governador do Pará, o único dos personagens daquele ato sinistro que eu conhecia pessoalmente. Senti de imediato o impacto. Para mim, que em março de 1964 tinha 14 anos, era a complementação do golpe de mão sobre o governo, acabando com a liberdade de que ainda desfrutávamos, pondo fim à esperança no futuro e à confiança no presente. Quatro meses antes eu havia participado da ocupação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará, na última grande irrupção de energia do ano que não

terminaria. Varara madrugada datilografando um documento de avaliação da reforma educacional embutida no Acordo MEC-USAID, produzido por uma comissão paritária de professores e estudantes. Nesse documento, fazíamos sugestões, acreditando na promessa do governo Costa e Silva de ouvir a comunidade acadêmica antes de implantar a reforma nos *campi*. Aqueles papéis, que me haviam consumido tantas horas de trabalho, foram recebidos por um assessor do general-presidente, que passava meteoricamente por Belém, e jogados sem cerimônia num cesto de lixo do próprio aeroporto, pouco depois. Nem chegaram ao destinatário. Aquele assessor sabia que aquela democracia era uma farsa à espera do momento adequado para revelar sua verdadeira face.

Quando li o texto do AI-5, no momento em que ele chegou à redação, percebi que uma etapa da minha vida acabara. Poucos dias depois viajava para São Paulo, para estudar e trabalhar no lugar que eu já então previa que seria o olho do furacão, pelos cinco anos seguintes. Não queria mais ficar à distância da história, na (àquela época) remota Amazônia. Minha geração nunca mais seria a mesma depois do AI-5, um concentrado de ditadura preparado sem escrúpulos, como admitiu Passarinho, ao assinar aquele terrível papel. Tivemos que crescer e resistir na fase mais negra da República brasileira, na qual, como no belo e triste poema de Bertolt Brecht, a inocência passou a ser sinônimo de insensibilidade, como nos momentos de grandes crises, quando a verdade se escreve na pedra – em geral, de uma lápide sem flores.

Firmados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development, tinham como objetivo reestruturar o ensino superior no Brasil, privilegiando a formação técnica e estimulando a privatização do ensino. Sofreram forte oposição por parte do movimento estudantil.

O paradoxo da militância e da desinformação política Luiz Inácio Lula da Silva

Meu depoimento sobre a decretação do Ato 5 pode fugir um pouco à regra dos depoimentos que vêm sendo divulgados nesta triste comemoração de 30 anos.

No dia 13 de dezembro de 1968 eu era um torneiro mecânico da Villares, em São Bernardo do Campo, e não exercia nenhuma militância política nem sindical, já que apenas no ano seguinte eu ingressaria nesse mundo novo.

Ao contrário, portanto, do meu irmão Frei Chico e dos vários companheiros ligados a organizações de esquerda que passei a conhecer no ano seguinte no sindicato, para quem o Ato 5 trouxe um impacto pessoal e direto muito forte, para mim não existiu nenhum grande choque.

É claro que a situação política do país sofreu uma alteração radical, passando a existir uma ditadura declarada, com o Congresso Nacional fechado, novas cassações, prisões, o fim do *habeas-corpus*, mais dificuldades para a atividade sindical e estrada aberta para a repressão, as prisões e as torturas.

Mas quero chamar a atenção para esse paradoxo: os companheiros ligados às organizações clandestinas de esquerda, por conhecerem profundamente os perigos da repressão e do novo estado de coisas, terminavam assumindo uma atitude de tanta cautela e receios (mesmo estando cobertos de razão para isso), que acabavam não tendo como propor e encaminhar a reviravolta na vida sindical que minha geração passou a preparar desde 1975.

Presidente da República, reeleito em 2006. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Fundador do PT, foi o seu primeiro presidente. É presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

Lembro-me de um encontro que me arrumaram com Giocondo Dias, do PCB. Ele não conseguia entender o nosso destemor nas assembléias e muito menos os discursos como os feitos pelo companheiro Ratinho, gritando que o Brasil só iria encontrar seu rumo quando o sangue estivesse batendo nas canelas.

Esse destemor, carregado de desinformação política, acabou se transformando numa intuição que foi fundamental para aquela virada de página do fim dos anos 1970, quando o Ato 5 já ia chegando ao fim.

De qualquer forma, o Ato 5 deve ser visto, sim, como um reinado de terror, de agressão à democracia, que macula definitivamente as lideranças políticas de direita que ainda sobrevivem hoje.

Constar que o Ato 5, esse monstrengo ditatorial, é hoje uma coisa quase inacreditável traz uma sensação confortável, que nos faz sentir o quanto nossa luta tem valido a pena e o quanto de avanço já conseguimos acumular.

Marcelo Ridenti “Esse é um país que vai pra frente, uou, uou, uou, uou, uou”

Professor de Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do CNPq. Autor de *O fantasma da revolução brasileira* (Ed. Unesp, 1993) e *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV* (Record, 2000), entre outros livros e artigos.

Em 1969, eu tinha apenas 10 anos de idade. Portanto, fiz parte do que alguns chamaram de “geração AI-5”, isto é, daqueles que chegaram à adolescência e à juventude sob a vigência do Ato, entre 1968 e 1978. A fase ufanista do “Brasil Grande”, do “milagre” econômico e seus efeitos, em que as janelas dos carros eram ornamentadas por colantes que diziam “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Brasil, conte comigo”. Época das aulas obrigatórias de Educação Moral e Cívica, em que a TV martelava as canções cujas letras não se esquecem jamais: “Eu te amo, meu Brasil, eu te amo, meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil, eu te amo, meu Brasil, eu te amo, ninguém segura a juventude do Brasil”; “Esse é um país que vai pra frente, uou, uou, uou, uou, uou”; e a famosa “Moro, num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza, mas que beleza” – voluntariamente ou não, até o então Jorge Ben entrou nessa. Felizmente, para mim, também dava para ouvir uma ou outra canção de Chico Buarque que passava pela censura, além de ter um pai e alguns raros professores críticos do regime, que sussurravam seus protestos.

Com tanta propaganda dos donos do poder e empolgação de amplos setores sociais com o “milagre brasileiro”, não eram muitos os que prestavam atenção no cerceamento às liberdades democráticas imposto pelo AI-5 e pela violência política que se disseminou. E aqui toco num ponto delicado: a ditadura teve respaldo ativo ou passivo de consideráveis setores sociais, especialmente entre o empresariado e as classes médias, mas também entre populares – estes iludidos com as possibilidades de emprego e de “subir na vida” proporcionadas pelo “milagre”. Hoje é cômodo para muitos jogar a culpa pelo AI-5 e outros desmandos em alguns poucos militares, mas eles não teriam ficado no poder 20 anos com base só na repressão, nem teriam visto triunfar sua proposta de “transição lenta, gradual e segura à democracia”, isto é, de retorno a governos civis sem abalar as estruturas do poder político e econômico constituído.

Para voltar ao depoimento pessoal, dou o exemplo dos colegas da Faculdade de Direito da USP. Uma parte de nós saiu às ruas com outros estudantes, em 1977, reivindicando liberdades democráticas. Eram já os estertores da vigência do AI-5, embora evidentemente não se soubesse. Mas não se pense que o combate à ditadura era uma unanimidade no templo do Direito. Nas famosas arcadas, tínhamos que conviver com inúmeros adeptos de mestres como Gama e Silva, jurista e autor civil do documento chamado AI-5. Centenas de estudantes, fina flor de nossas elites – que hoje fingem nada ter tido a ver com o AI-5 –, adoravam agredir supostos “comunistas” e cantar nas assembléias estudantis: “Um, dois, três, comuna no xadrez”. Sim, profissionais liberais, empresários, donos de redes de TV e outros negócios que prosperaram sob o guarda-chuva da ditadura, enfim, um monte de gente que continua mandando no país até hoje tem as mãos sujas de sangue. E eles não hesitarão em sujá-las de novo, se sentirem seu poder ameaçado e se assim o permitirmos.

Mudar de porto para não acabar no matadouro **Márcio Moreira Alves**

Ouvi o anúncio do AI-5 na casa do deputado Francisco Amaral, tomando cerveja quente e comendo sanduíches. Tal como havíamos combinado em Brasília, ele me fora buscar de manhã cedo, na sede da bela fazenda do conselheiro Antônio Prado, em Campinas, onde me acolhera a herdeira, prima longe no sangue e próxima no coração. Encontrei-me trepado em uma jaboticabeira na beira da piscina, tranqüilo na certeza de que os entrelaçamentos das relações de parentesco da classe dominante brasileira, que eu aproveitava, eram impenetrável mistério para a polícia política.

O fechamento do Congresso, surpresa que não havíamos previsto, tornava insegura até mesmo a casa de um parlamentar insuspeito de subversão, como era o bom Chico Amaral. Apesar da sua generosidade em querer manter-me asilado, ponderei os riscos que isso acarretaria para sua família e pedi que descobrisse outro lugar, onde pudesse ficar até que a vigilância nas estradas diminuísse e arrefecesse o empenho das organizações de segurança em encontrar-me.

Chico chamou um jovem dentista solteiro, militante do MDB, José Roberto Teixeira, mais conhecido como Grama. O futuro prefeito de Campinas, político cuja administração inovadora e exemplar viria a derrotar a influência de Orestes Quércia na cidade, tinha um apartamento de namoros, quarto e sala escassamente mobiliados, bem no Centro. Lá fiquei instalado durante uma semana interminável, aprendendo

Jornalista e ex-deputado federal. O discurso de protesto contra a arbitrariedade do golpe militar que pronunciou na Câmara dos Deputados, em 1968, foi o pretexto para o fechamento do Congresso e a decretação do AI-5.

Texto extraído do livro *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, p. 169-170.

Um discurso do deputado Márcio Moreira Alves (MDB-RJ) na Câmara Federal seria o pretexto utilizado para a edição do AI-5. Brasília, dezembro de 1968. (Acervo Iconographia)



a longa duração do tempo de quem vive clandestino. Não podia ouvir rádio ou ligar a televisão durante o dia, para não despertar a curiosidade de algum vizinho abelhudo. Esperava as visitas do Grama com a ansiedade de quem concentra em uma única pessoa todas as possibilidades de contato com o mundo. Dele dependia para comer, para receber os jornais, para ter notícias da vigilância nas estradas, para tudo.

Grama foi ao Rio estabelecer contatos com minha família, aflita por não ter notícias de meu paradeiro. Voltou com 3 mil dólares e um bilhete de Antônio Callado. Os dólares eram o que minha prima Maria do Carmo Nabuco, tia por extensão, mas tão protetora como as verdadeiras, tinha no cofre. Vieram acompanhados de um ditado inglês: *blood is thicker than water*. O sangue é mais denso que água, dizia como se dissesse que não aprovava o meu comportamento político mas isso não a impediria de me ajudar.

O bilhete de Callado era rural. Dizia: “Compadre, andam de olho grande no bezerro que vosmicê criou. Acho bom mudar de pasto para que não acabe no matadouro”.

Maria Auxiliadora Arantes (Dodora) Presa no interior de Alagoas

Psicanalista, autora do livro *Pacto Revelado: psicanálise e clandestinidade política* (Escuta, 1999). Participou da fundação e foi uma das incansáveis diretoras do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo de 1978 a 1982. Constituiu, com Perseu Abramo e Vanya Sant’Anna, o trio que foi responsável pela redação de quase todos os documentos do CBA.

Atentado a bomba no Teatro Opinião. Rio de Janeiro, dezembro de 1968
(Acervo Iconographia)

Fui presa uma hora após a decretação do AI-5, às 21 horas do dia 13 de dezembro de 1968. Morava em Pariconha, subdistrito de Água Branca, no sertão de Alagoas, região fronteira com o sertão pernambucano. Era então militante da Ação Popular e desenvolvíamos um trabalho político junto aos trabalhadores da região. Eu era professora de alfabetização de adultos, no município de Ouricuri, a seis quilômetros de Pariconha.

Estávamos em casa, uma companheira e sua filha de 7 anos, meus dois filhos de 2 e 3 anos de idade e eu. Ouvimos pelo rádio, durante a “Hora do Brasil”, a leitura do AI-5.

Estupefatas, ainda discutíamos, Rosa e eu, o significado das informações escutadas, quando a porta de nossa casa foi violentamente sacudida por golpes de canos de fuzis, e um vozerio de homens, aos brados, ordenava que abríssimos a porta. As crianças acordaram assustadas. Decidimos não abrir a porta pois ali estávamos somente nós duas e nossos filhos. Com violência e brutalidade arrombaram a porta, e se depararam conosco, as crianças nos nossos colos. Eram muitos homens, fardados, da Polícia Militar.

Revistaram a casa, os colchões, os armários, à procura de armas. Sempre aos brados. Fui imediatamente colocada num jipe com os policiais. Dias depois, Rosa e as crianças também foram presas. Fiquei presa juntamente com meus filhos de dezembro de 1968 a maio de 1969. Ficamos no DOPS de Maceió, depois ficamos presas na então Escola de Aprendizes de Marinheiros; em seguida, segundo a



polícia, ia ter a “honra” de inaugurar uma cadeia, recém-construída, onde fiquei trancada numa cela com as crianças durante um terrível verão de fevereiro; e finalmente nos mandaram presas para o hospital do Corpo de Bombeiros, no Centro de Maceió. A partir de nossa saída da cadeia, vivemos a longa noite da clandestinidade política, só encerrada com a decretação da Anistia, 11 anos depois, em agosto de 1979.

Mostrengo jurídico Mario Simas

Advogado e defensor de presos políticos em todo o período do governo ditatorial. É autor do livro *Gritos de justiça: Brasil 1963-1979* (FTD, 1986).

O Ato Institucional nº 5 traduziu a coroação do arbítrio e da prepotência, pretendendo seus autores respaldar de pretensa legalidade o “direito” que dele decorreu, de modo especial aquele que tratava da segurança do Estado.

Dentre o instrumental de que se vale o advogado, para o exercício de seu mister na área criminal, sobressai o *habeas-corpus*, remédio jurídico de inspiração inglesa, que assegura ao cidadão o direito de ir, vir e permanecer, servindo ainda para pôr cobro, se necessário, a processos e prisões motivados por perseguições políticas.

A um só tempo, usando linguagem maquiavélica, o “príncipe” concentrou todo o mal num só ato, isto porque o déspota de plantão silenciou os parlamentos, metamorfoseou os juízes de direito, *lato sensu*, em carcereiros e subtraiu do cidadão o direito ao *habeas-corpus*.

Lamentavelmente, o pai do mostrengo jurídico, cujo nome não pode ser esquecido, Luiz Antonio da Gama e Silva, então ministro da Justiça, se é que se podia falar em justiça naquele tempo, compunha o quadro docente da velha Escola de Direito de São Paulo, a qual conspirou com seu gesto. E, infelizmente, signatários outros da malsinada lei ainda dão cartas em nosso país.

O romancista português Almeida Garret, ao dizer “que os povos têm a memória curta e hão de aprender à própria custa”, foi felicíssimo na síntese.

A memória de nosso povo deve ser avivada sempre, para que tais tempos não se repitam e para que a nossa autêntica, humana e legítima tradição jurídica seja respeitada e preservada.

Interrupção drástica na vida cotidiana Maurício Segall

O AI-5 significou a consolidação e a institucionalização, sob forma de ditadura militar, do regime autoritário e discricionário instaurado pelo golpe civil/militar de 1964. Mas, além de ser uma das etapas do processo de guinada para a direita, significou uma alteração qualitativa ao anular o Estado de Direito, radicalizando a repressão e institucionalizando a barbárie seletiva. É bom, porém, sempre lembrar que, para a maior parte do

Paulistano de carteirinha desde seu nascimento em 1926; expreso político. Administrador e museólogo formado em 1949 pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com especialização na E.N.A. de Paris em 1952/1953. Dirige o Museu Lasar Segall em São Paulo.

povo brasileiro, inclusive boa parcela dos assalariados, o AI-5 não significou nenhuma alteração fundamental nas suas condições de vida e na inacessibilidade aos direitos mais fundamentais do cidadão. Esta grande maioria continuará ainda durante muito tempo sujeita a um “AI-5” paraconstitucional de fato, nos quadros da luta de classe.

Para os abonados liberais e/ou intelectuais acostumados às liberdades que a democracia formal concede aos privilegiados, o AI-5 acarretou alguns contratempos aos quais não estavam habituados. Já para os dissidentes, sobretudo os comunistas e demais militantes de esquerda, significou a instauração assumida do rigor da prisão arbitrária, da tortura e mesmo do assassinato. No meu caso, militante de esquerda desde 1950 e envolvido na luta política no período de 1964 a 1969, principalmente no auxílio aos perseguidos e ameaçados na rota do exílio, a inaceitabilidade do AI-5 me levou à necessidade de fazer “algo” mais, mesmo que muitos, como eu, fossem céticos sobre a viabilidade das opções oferecidas. Entre estas escolhi, por razões históricas, me ligar à ALN (um grupo que aderiu à luta armada), sobretudo no apoio logístico, o que resultou, em 1970, como já previa, e como para tantos outros, na minha prisão, na tortura nos diversos “aparelhos” repressivos da Oban e do DOPS e na condenação a dois anos de prisão, dos quais cumpri um.

Desta forma, no meu caso específico, o AI-5 levou à interrupção drástica na minha vida cotidiana, com todas as consequências familiares, pessoais, profissionais e de saúde daí advindas, mas não, espero, à interrupção da minha coerência e da militância socialista em face das explorações e iniquidades do sistema capitalista.

Mino Carta “Não se iludam”

Jornalista, editor da revista
Carta Capital.

Há 30 anos, a gente esperava por um Brasil melhor

Quando voltei para a redação na sexta-feira 13, por volta das 9 horas da noite, um grupo cercava um rádio que transmitia notícias em tom solene. A moçada – éramos todos moços – não parecia assustada, embora algo muito grave estivesse acontecendo. Alguém, ali no meio, disse: “Este negócio não vai pegar”. Acho que foi o Hamilton de Almeida, o Haf, companheiro a quem recordo com saudade e que saiu da vida antes do tempo. Eu disse: “Não se iludam”. E não me acometeu o receio de ser confundido com a Sibila de Cuma.

Lembrei-me de fatos contados por meu pai. A referência, inclusive, a uma comédia musical de grande sucesso na Itália dos anos 1920, intitulada *Dura minga*, que em dialeto milanês significa “não dura”. Benito Mussolini, o *duce* do fascismo, dois anos depois de assumir o poder a convite do rei Vitor Emanuel III com o compromisso de governar dentro da Constituição, fechou o Congresso e instalou uma ditadura totalitária. A Marcha sobre Roma o conduziu ao posto de primeiro-ministro em 1922, o golpe é de 1924. Mas houve quem solfejasse *dura minga*. Por exemplo, um jovem Vittorio de Sica, galã do teatro musicado.

A comédia durou pouco e a ditadura mussoliniana mais de 20 anos. Foi o que me ocorreu naquela sexta-feira, 13 de dezembro de 1968 – e assim não temi me parecer com alguma pitonisa ao recomendar o senso do realismo. A moçada vivia inebriada pelas brisas

renovadoras de 1968, aragens irreverentes que chegavam até aqui, e até aquele grupo esperançoso mesmo ao ouvir o roteiro da tragédia. O negócio que não haveria de dar certo era o Ato Institucional nº 5. O golpe dentro do golpe.

Naquele tempo, eu dirigia a redação de *Veja*, a qual tinha apenas três meses de vida. A revista circulava às segundas, exclusivamente nas bancas, e a redação encerrava o expediente na noite de sábado. A sexta era crucial para a definição da capa, dia em que muitos trabalhavam até 18 horas, vendo o sol se pôr e ressurgir além das vidraças do edifício Abril às margens do Tietê. E na sexta-feira 13 de dezembro de 1968 extraímos do arquivo uma foto do general-presidente de plantão, Costa e Silva, sentado no meio do Congresso vazio, imagem de alguns meses antes colhida em não sei qual circunstância, e a estampamos na capa. A revista foi apreendida nas bancas na manhã de segunda e os porta-vozes do regime afirmaram que aquela capa era fotomontagem.

Em matéria de apreensões, *Veja* não era novata, apesar da pouca idade. Já fora retirada das bancas pelos janízaros fardados na sua quinta edição, que apresentara a cobertura do congresso da UNE realizado em Ibiúna e dissolvido à força com a prisão de cerca de mil estudantes. Mas do AI-5 nasceu um longo período de censura, intermitente de início, depois estável, e que somente terminou com a minha saída da direção da revista, no primeiro semestre de 1976. A Editora Abril, que negociava com o governo a consolidação no Brasil de um empréstimo de várias dezenas de milhões de dólares contraído junto a instituições financeiras internacionais, com a minha saída alcançou finalmente o seu objetivo e a preciosa grana, saída dos cofres da Caixa Econômica Federal.

Esta é uma história que figura entre as minhas melhores lembranças profissionais e que vale para ser contada aos netos nas noites de inverno e – por que não? – nas demais estações. Sem deixar de anotar o extraordinário destemor de Roberto Civita, atual *boss* da Abril, o qual entregou minha cabeça ao então ministro da Justiça Armando Falcão e hoje se apresenta, com a expressão de Buster Keaton, sem mexer um único, escasso músculo facial, como um resistente dos anos de chumbo. Mais um pouco, e sustentará ter sido torturado.

Diga-se que só assumi a direção de *Veja* porque os donos da Abril se comprometeram formalmente a discutir cada edição da revista só depois que saísse às ruas. Naquele tempo, em que a ameaça do AI-5 pairava no ar, os senhores Civita viam o Brasil como terra de grandes oportunidades, coqueiros à beira-mar e caipirinha de maracujá. Mas o próprio Falcão, a quem solicitei uma audiência para entender os eventos, soletrou: “Mino, o que haveria de fazer? Os donos da Abril vinham aqui e me diziam que você era o responsável pela posição da *Veja*...”. De fato, era.

Não é que Roberto Civita seja único nas suas aspirações a herói. Vejo na televisão a propaganda de jornais que jamais foram censurados e que agora falam da ditadura como se



Desocupação da Cobrasma no segundo dia da greve de Osasco, julho de 1968. (Acervo Cia da Memória)

tivessem sido suas vítimas. E a revista *Época* sai com uma memorável edição sobre a comemoração – ou anticomemoração? – do AI-5 orientada, salvo melhor juízo, por uma atitude de franco repúdio. Não é de se duvidar, no entanto, que, se a *Época* estivesse na praça naquela sexta 13, bateria palmas.

Mouzar Bedito Do nosso lado estavam os bons

Jornalista e geógrafo, autor de vários livros. Participou da campanha pela Anistia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sua grande preocupação era fazer visitas sistemáticas aos presos políticos e ser o leva-e-traz de notícias entre eles e as famílias, amigos e mesmo presos em locais diferentes.

Eu estudava Geografia na USP, onde entrei em 1967, e tinha completado 22 anos. Na noite de 13 de dezembro, estava com amigos no Centro de Vivência do CRUSP (Conjunto Residencial da USP), onde morava, vendo TV, à espera de notícias que a gente sabia que não seriam boas. E vieram muito piores. Era a ditadura pra valer, explícita. Entendemos na hora que começaria uma fase de horror. Muitos queimavam ou enterravam livros “comprometedores”. Meus três colegas de apartamento e eu decidimos sair esparramando esses livros por casas de gente sem envolvimento político, para pegar depois que a poeira baixasse. Nunca mais vimos esses livros. Apagamos da memória esses endereços.

Na mesma noite, de madrugada, a direita já se manifestou: um bando do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e de militares passou de carro pela avenida entre o CRUSP e o rio Pinheiros dando tiros em nossa direção. Alguns tiros de fuzil atravessaram as paredes de tábua de uns poucos apartamentos. Aí fizemos barricada em volta do Conjunto, mas nada adiantou. No dia 17, uma força militar enorme, preparada para a guerra, cercou o CRUSP, que junto com o prédio da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia concentrava a contestação estudantil ao regime militar. Fomos presos. Eu fiquei quatro dias no presídio Tiradentes e algumas horas no DOPS, onde fui interrogado e fichado, porque acharam material “subversivo” na cabeceira da minha cama: uma revista *Paz e Terra* com foto de D. Hélder Câmara na capa. Quando saí, fui buscar minhas coisas no CRUSP e vi que nossos apartamentos tinham sido saqueados pela polícia e pelo Exército. Sobrou, de tudo o que eu tinha, uma malinha de livros ensebados, que não valiam nada pra serem vendidos nos sebos, e uma de roupas velhas. Aí fui preso mais uma vez, pelo Exército. Mas tudo suave. A tortura que foi instituída a reboque do AI-5 chegou um pouquinho depois. “Tive sorte”, posso concluir.

Na Secretaria dos Transportes da Prefeitura, onde trabalhava como técnico em contabilidade, fiquei com fama de terrorista, já que tinham tentado me visitar no Tiradentes e eu estava incomunicável. O que se seguiu foi um tempo (anos!) de enorme insegurança. A cada dia, tínhamos a notícia de algum amigo ou conhecido que havia sido assassinado pela repressão, ou se exilara ou fora preso e estava sendo torturado. Para usar uma expressão atual, ficávamos sempre nos sentindo a “bola da vez”, pois bastava alguém falar seu nome na tortura ou acharem seu endereço na caderneta de um preso para você se tornar um “perigoso terrorista”. A tensão era permanente. O país ficou parecendo insuportável, mas ao mesmo tempo tinha uma coisa melhor que hoje: a esperança. Mesmo perseguidos e ameaçados, tínhamos a esperança de mudar o Brasil para melhor.

Acreditávamos que derrotaríamos a ditadura e tudo mudaria...

Outra coisa que tínhamos certeza nos tempos de vigência do AI-5 era que do nosso lado, das vítimas e dos lutadores, estavam os bons. Do outro estavam os maus. Fernando Henrique Cardoso e muitos outros professores da USP foram aposentados com base no AI-5. Ele se auto-exilou no Chile. Nós, estudantes, fizemos muitas manifestações a favor dele e dos demais aposentados pela ditadura que tinha como expoentes civis uma gente horrorosa, tipo Antonio Carlos Magalhães, Maluf, Sodré, Marco Maciel e Sarney. Nós arriscamos nossa pele defendendo, entre outros, FHC contra essa gente. Que ironia, hein?

Reservas inimagináveis de escuridão **Pedro Terra (Hamilton Pereira da Silva)**

Poucas palavras definem tão bem a percepção que tive do 13 de dezembro de 1968:

*A noite desceu. Que noite!
Já não enxergo meus irmãos.
E nem tampouco os rumores
que outrora me perturbavam.
A noite desceu. Nas casas,
nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos,
a noite espalhou o medo
e a total incompreensão.
A noite caiu. Tremenda,
sem esperança... ” A noite caiu. Tremenda,
sem esperança...”
(A noite dissolve os homens)*

Drummond trouxe para a minha geração, mais que o mapa, a cartografia do fascismo anterior. E sua poesia ensinou-me outros caminhos de discernir a mecânica da noite, melhor que muitos dos textos teóricos ou políticos que busquei naqueles anos.

De início, a maioria de nós não imaginava a profundidade e a extensão da noite que se abatia sobre o país. Recordo-me de um texto do Marighella em que ele se referia ao AI-5 como “o golpe dentro do golpe”. Era uma definição correta e útil para compreendermos o que se passava. Hoje, 30 anos depois, não creio que possamos dizer com Drummond:

*Aurora,
entretanto eu te diviso, ainda tímida,
inexperiente das luzes que vais acender
e dos bens que repartirás com todos os homens.
Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,
advinho-te que sobes, vapor róseo, expulsando a treva noturna.
O triste mundo facista se decompõe ao contato de teus dedos...*

Ex-preso político, poeta, autor de vários livros, entre os quais o *Poemas do povo da noite* (Livramento, 1979), no qual fez homenagens aos companheiros mortos pelo regime. Foi secretário de Cultura no Governo de Cristovam Buarque no Distrito Federal. É presidente da Fundação Perseu Abramo.

Há 30 anos eles, os senhores da noite, mobilizaram reservas inimagináveis de escuridão e dor. Mobilizaram a força, a brutalidade. Hoje, a força se despe de toda a escuridão, se ilumina, senta-se ao nosso lado e nos conduz pela mão, como um mestre-escola, para compormos juntos as canções do conformismo.

Radha Abramo Sem surpresas

Professora, historiadora, crítica de arte e museóloga. Membro da Comissão Teotônio Vilela, da Associação Brasileira de Críticos de Arte, do International Council of Monuments and Sites/Brasil e do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Sem surpresas o AI-5 do 13 de dezembro de 1968. Pois a turbulência política reflete sempre o avanço das transformações sociais. No caso presente, a ditadura militar, instalada em 1964, radicalizou-se, definindo-se concretamente, gerou perspectivas para a cooptação e o agrupamento de outras correntes políticas nas formas de luta em curso, ampliando e valorizando o objetivo imediato de redemocratização do país. Essa foi a minha análise na fervilhante noite do AI-5.

Talvez a irremediável vocação de mãe tenha me ajudado a tecer a utopia da derrubada da ditadura, simplesmente para apaziguar jovens, idealistas e desesperados, ainda vivos e outros encarcerados.

DOPS, DOI-CODI, censura, delações, demissões involuntárias, perseguições e importação de métodos de tortura e os de criação nativa são parte da nossa história.

Combateamos. Conjugaram-se esquerdistas e liberais, até o dia em que as perdas de vidas e a indignação das camadas médias e altas da sociedade – gênese e configuração do nascente neoliberalismo – propiciaram-nos o estabelecimento de uma correlação de forças democráticas contra os golpes militares. A luta continua.

Raymundo Faoro A cegueira das classes dirigentes

Advogado, autor, entre outros, do livro *Os donos do poder* (Globo, 2001). Foi um dos intelectuais que batalharam pela volta do país ao Estado de Direito. Faleceu em 2003.

Lembro-me de que tomei conhecimento do AI-5 durante uma viagem de ônibus, entre Curitiba e o Rio de Janeiro. Depois de 15 horas de viagem, deparei-me, ao me aproximar do Rio de Janeiro, numa parada, com a manchete dos jornais, noticiando o fato, em todos os seus pormenores, então conhecidos. Eu vinha, antes de tomar o ônibus em Curitiba, de uma cidade pequena, onde as informações eram escassas e os jornais chegavam com atraso. É claro que o ambiente era sombrio, mas não tinha a impressão, com as escassas informações que conseguia, que se rompesse, tão cedo, a Constituição de 1967.

O que percebi, de imediato, foi o sentimento de cegueira das classes dirigentes, que supunham que a presença militar no governo poderia ser constitucionalizada. Os setores chamados “liberais” foram os que mais se iludiram (aludo sobretudo à União Democrática Nacional) e, depois de iludidos, associaram-se aos militares, como seus defensores e ocupantes de cargos secundários. Engano sobretudo da classe média, a que pediu 64, mas não



*Passeata de apoio à greve
dos operários de Osasco.
SP, agosto de 1968.
(Acervo Iconographia)*

percebeu que estava fazendo o papel do aprendiz de feiticeiro. Por incrível que pareça, nesse mar trágico, os únicos que previram o futuro foram os contestadores mais afoitos, tomados pela imprudência de desembainhar a espada sem a menor probabilidade de êxito, que o regime falsamente dizia só poder conter com a ditadura.

Transição endógena ao terrorismo **Ronald Rocha**

Sociólogo e ensaísta.

Em 1968, eu residia no Rio, estudava sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e era dirigente do movimento estudantil. Na noite da sexta-feira 13 de dezembro, estava participando de uma reunião e fui dormir tarde, sem assistir aos noticiários de TV. Também não tive contatos com familiares, pois já era constrangido a viver em condições de semiclandestinidade: desde a repressão ao 30º Congresso da UNE, em meados de outubro, estava provisoriamente hospedado na casa de um amigo. Só vim a ser informado sobre a decretação do AI-5 no dia seguinte, por intermédio de companheiros participantes da luta contra o regime militar, provavelmente por minha namorada. Imediatamente, apesar do fim do ano letivo, fizemos reuniões de avaliação e distribuímos panfletos no Centro da cidade e nos bairros da periferia.

Para mim, não foi um raio no céu azul. Já tinha sido detido anteriormente pelo DOPS na porta da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Era alvo de um processo na justiça militar. Havia sido preso no Congresso de Ibiúna, onde participava como membro de uma das chapas que pleiteavam a eleição, tendo preferido escapar durante o transporte

para Minas Gerais a esperar pela triagem policial. Naquele final de ano, tendo conseguido driblar a prisão, estava dedicando-me à reorganização do fórum máximo dos universitários, então forçado à ilegalidade. Portanto, engajado na resistência democrática, sendo pessoalmente alvo da repressão política, avesso a qualquer ilusão nos governantes e acompanhando o frenesi dos comentários e especulações de véspera, não fiquei propriamente surpreso.

O AI-5 foi um capítulo da progressão inaugurada pela quartelada de 1964 e trilhada pela sucessão de atos institucionais. No fundo, era mais uma confissão governamental de ilegitimidade e uma demonstração de que o eufêmico Conselho de Segurança Nacional, formado pelos ministros e pela cúpula das Forças Armadas, estava disposto a tudo para deter a oposição crescente na sociedade civil, sobretudo a ascensão das mobilizações de massas e o fortalecimento da esquerda, e as tímidas ressalvas no Congresso Nacional, das quais a menos inofensiva fora negar o julgamento do então deputado Márcio Moreira Alves. Acabou sendo o epílogo da crônica da morte anunciada das mediações ditatoriais.

Todavia, isso não significa que o AI-5 tenha sido uma banalidade. Ao contrário. Conjunturalmente, consumou uma disputa interna ao golpe, em que os menos truculentos eram aqueles que apoiavam o suposto trânsito à ditadura concreta em nome da defesa de uma democracia abstrata e retórica. A única exceção fora o voto do vice-presidente Pedro Aleixo. Visto à luz do período histórico, representou uma radicalização coercitiva do regime militar e o emblema de sua transição endógena ao terrorismo de Estado, com todas as trágicas conseqüências que acarretou para o povo e a nação brasileiros.



Roque Aparecido da Silva Clandestinidade, prisão e tortura

Militante político e sindicalista, participou da grande greve de Osasco. Preso, exilou-se na França, onde formou-se em Sociologia. Foi secretário para a América Latina e o Caribe da ICEM; ex-representante do governo brasileiro no Conselho de Administração da OIT (1992-1994). É secretário de Cultura no município de Osasco.

No dia 13 de dezembro de 1968 eu estava em uma casa isolada na beira do mar, reunido clandestinamente com outros líderes sindicais, elaborando uma estratégia para a retomada da organização dos trabalhadores em Osasco, depois da repressão sobre a greve que tínhamos realizado naquele ano.

Chegando de volta a São Paulo no dia 14 de dezembro, vi a notícia da decretação do AI-5 nas manchetes de todos os jornais. Entendi que a repressão ia se tornar muito mais dura.

No mesmo dia a casa dos meus pais, onde eu morava, passou novamente a ser vigiada pela polícia. No dia 2 de fevereiro de 1969 terminei sendo preso, enfrentando as torturas e dois anos de prisão, até ser libertado em troca do embaixador suíço, em janeiro de 1971.

Assim o AI-5, para mim, significou clandestinidade, dois anos de prisão, muita tortura, morte de um irmão nas torturas, vários problemas para toda a família e oito anos de exílio.

Foi nesses anos, com muita violência, que se forjou a pessoa que sou hoje.

Sentimento reforçado de identidade **Sebastião C. Velasco e Cruz**

Professor do Departamento de
Ciência Política da Universidade
Estadual de Campinas
(Unicamp).

Caminhávamos placidamente, minha amiga e eu, quando a voz ofegante de um conhecido nos deu a notícia: “Naum foi seqüestrado!”. Era noite, 13 de dezembro de 1968; estávamos em Icarai, na cidade de Niterói (RJ).

Como a de tantos jovens da mesma geração, minha vida foi profundamente marcada pelo AI-5. Tendo o meu nome na lista de participantes do Congresso da UNE de Ibiúna com prisão preventiva decretada, a leitura dos jornais no dia seguinte deixava claro que a polícia poderia chegar a qualquer instante. Rompido, porém, com minha antiga organização havia pouco mais de um ano, não me dispunha a abandonar a condição de “independente” pela mera força das circunstâncias. Assim, depois de alguns dias de semiclandestinidade, decidi voltar para casa e aguardar os acontecimentos com calma.

Era esse o meu estado de espírito quando militares à paisana me conduziram à Fortaleza Santa Cruz, onde permaneci cerca de um mês aguardando interrogatório. Desse período, lembro-me sobretudo das longas conversas com o “hóspede mais célebre da casa”, Darcy Ribeiro, cuja generosidade imensa certa feita o fez ouvir com ar convincente de atenção os comentários que a minha petulância juvenil formulava a texto seu ainda mal datilografado.

Depois fui transferido para São Paulo. Primeiro estive na PE (Polícia do Exército), onde sofri agressão, mas não fui torturado. A não ser pelo brilho metálico da luz permanentemente acesa no teto e pelos gritos lancinantes que vinham de uma câmara próxima. Passei, em seguida, pelo REC-MEC, e terminei no [Presídio] Tiradentes, onde dividi cela, durante mais de quatro meses, com dúzia e meia de companheiros dos quais guardo lembrança saudosa. Entre eles, Jorge Baptista, de quem me tornei amigo, e a quem, com esta menção, presto modesta homenagem. Solto em julho de 1969, logo retomei meu curso de Ciências Sociais.

O AI-5 mergulhou o Brasil na ditadura declarada. No que me toca pessoalmente, o que a experiência do AI-5 deixou de mais fundo foi, para além das discordâncias, o sentimento reforçado de identidade com meus companheiros, a lembrança dos cuidados de que, ainda quatro anos depois, nos cercávamos quando discutíamos política, e – sobretudo – o testemunho direto da violência bestial que se abate cotidianamente sobre a

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBÍTRIO

Sérgio de Souza O pior dos venenos: a impotência intelectual

Jornalista, trabalhou em vários dos principais veículos de comunicação impressos do país. É editor da revista *Caros Amigos*.

massa anônima dos presos comuns, dejetos de uma sociedade opressiva com a qual não pude jamais me reconciliar.

Soube da decretação do Ato 5 quando entrava numa pizzaria da rua da Consolação, que mantinha logo à entrada um aparelho de televisão. Estava com uma turma de jornalistas, quase todos recém-demitidos ou saídos da revista *Realidade*. Vínhamos de um hotel da chamada Boca do Lixo de São Paulo, o Apolo, na rua Aurora. Foi um susto e uma correria, porque nesse hotel estávamos ultimando o “boneco” de uma publicação para a qual nos havia chamado o Samuel Wainer. Um semanário batizado por Samuel de *Idéia Nova*, que trazia matérias e colunas de crítica que já prenunciavam o que viria, como por exemplo a reportagem de José Hamilton Ribeiro cujo título era “A escalada da violência”.

Corremos de volta ao hotel, recolher a papelada toda, enquanto o Samuel tratava de desaparecer. Ia por terra nosso “Projeto Apolo” e entrávamos no período da censura absoluta.

O meu cotidiano já fora afetado nos meses que antecederam o Ato 5, quando a editora Abril já tratara de expurgar a mim e a outros jornalistas “inconvenientes” em tempos de ditadura.

Quanto ao que mudou no país, resumidamente eu diria que a partir dali inaugurou-se a era do empobrecimento cultural e ético, inoculou-se o pior dos venenos na geração que despontava – o da impotência intelectual. A nação seria colocada sob a síndrome do individualismo e da descrença nas instituições. Herança perversa, resultado de um ato que a frase de um poderoso político de então, duas vezes ministro de Estado, espelha com clareza: “Às favas todos os escrúpulos de consciência”.

Nos dias atuais, porém, manifesta-se, a partir das novas gerações, uma tomada de posição alvissareira, ignorada ou ocultada ainda pelos meios de comunicação tradicionais, mas que faz prever tempos diferentes.

Tom Zé “Até censores nos tornamos”

Músico e compositor, participou do movimento estudantil dos anos 1970 e foi um dos artistas que se engajaram na campanha da Anistia.

Quando o público aplaudia o final do show *O som livre* de Gal Costa e Tom Zé, que apresentávamos no Teatro de Arena, em São Paulo, Renato Consorte entrou no teatro, tomou o microfone e disse: “Um momento, por favor”. O tom de sua voz era tão grave, tão sério, que praticamente já dava a notícia.

Do GOLPE DE 1964
AO AI-5

*O presidente da UNE
Luís Travassos é preso
em Ibiúna, no
XXX Congresso da entidade,
outubro de 1968.
(Acervo Iconographia)*

Enquanto ele falava – informando sobre o AI-5 e tecendo comentários –, uma pessoa da produção, movida pelo susto, já se movimentava afobadamente, pedindo ao técnico de som para cortar o som do microfone. Não entendi o que estava acontecendo, quando o som foi cortado. Mas, como o Teatro de Arena era um teatro de arena, Renato Consorte, com sua voz treinada de ator, dispensou o equipamento e falou com a força da goela.

Então a luz se apagou. O público agia num misto de medo e solidariedade, como se aquele som cortado e aquela luz apagada fossem a própria mudez e escuridão em que o país mergulhava.

Álgebra

Nas primeiras páginas dos jornais, todas as manchetes tinham duas ou três palavras e aquela sigla ou fórmula aparentemente matemática: AI-5. Eu, na intuição das correntes, me ausentava no tempo e re-via no quadro-negro do Ginásio Severino Vieira, em Salvador, uma equação algébrica qualquer:

*O pensamento parece uma coisa à toa
Mas como é que a gente voa...
quando começa a temer.*

Foi essa antimusa que atingiu as vidas de todos nós. Até censores nos tornamos. Eu lembro que, por um argumento qualquer de que me convenceram com as aspas da conveniência, nossa própria equipe de trabalho censurou naquele show minha canção “Sabor de burrice”, porque, além de outros trechos “perigosos” da letra, a canção tem este “discurso político” final:

*Se neste momento solene
Não lhes proponho um feriado comemorativo
Da sacrossanta glória da burrice nacional
É porque, todos os dias,
Graças a Deus,
Do Oiapoque ao Chuí,
Ela já é gloriosamente festejada.*

“Pode ser que eles entendam mal.” “Ora, minha Nossa Senhora...”

Houve uma época, depois de 1º de abril de 1964, quando a gente só respirava pela página do *Correio da Manhã*, na qual Carlos Heitor Cony escrevia aquelas crônicas. Era um tubo de oxigênio.

Mas, depois do AI-5, não me lembro de qual foi a UTI que nos socorreu.



Cena 2 – Fundão do DOPS:

Um médico – que havia sido preso no mesmo dia, por socorrer um “inimigo da pátria” baleado –, assustado, com medo – eu não o via, só o ouvia –, pedia para confessar qualquer coisa, a qualquer pessoa. Insistia: “Eu quero confessar, eu quero confessar”.

Walnice Nogueira Galvão *Uma interjeição de dor*

Escritora e professora de Teoria Literária e Literatura Comparada na USP. Integra o grupo de intelectuais do PT, sempre voltado para as questões da democratização do país e da defesa dos direitos humanos, principalmente no campo da cultura.

Hoje é difícil distinguir, entre as reminiscências do AI-5, aquilo que foi o flagelo de seu advento daquilo que foi a escalada do terror de Estado cuja culminação assinalou. Entretanto, marcou um começo, como se inaugurasse inédito patamar.

Um ano meio fora de esquadro, o de 1968, já transcorrerá. Havíamos passado por um trauma sem igual, vivido no ataque e bombardeio da Maria Antônia. Nunca imaginara uma surpresa do destino desse naípe: foi como se o chão me faltasse debaixo dos pés. Chegara a vez de contemplar face a face o desmoronamento de um conjunto de ideais, encarnados numa instituição de ensino e pesquisa.

O AI-5, baixado pouco mais de dois meses após o 3 de outubro em que a Maria Antônia acabou – e enquanto tentávamos todos retomar as aulas em fins de semana, em lugares emprestados e precários –, soou para mim como a última martelada pregando a tampa do caixão. O que se confirmaria pelos tempos desastrosos que se seguiriam, pelos anos de trevas que doravante sufocariam o país. A interjeição de dor que os atos institucionais enfileiraram em sua longa seqüência só exibe um afã de truculência, imputável ao mesmo regime que foi capaz de batizar um antro de tortura com a sigla DOI.

Wolfgang Leo Maar *A reação da repressão*

Estudou Engenharia, Física e Filosofia na USP. Professor da Universidade de São Carlos, fundador e vice-presidente da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, participou da mobilização popular representando sua categoria no período que vai do movimento pela Anistia até a campanha das Diretas Já.

Quando o AI-5 foi decretado encontrava-me no Rio de Janeiro, onde estava para organizar uma excursão do Teatro Universitário do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) e para fazer contatos com vistas a uma iniciativa do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, que pretendia lançar uma coleção de livros didáticos-políticos de grande circulação, nos moldes da coleção Cadernos do Povo Brasileiro que fora lançada pela editora Civilização Brasileira. Os estudantes na época planejavam uma grande campanha nacional de alfabetização, percorrendo o país educando a população, bem antes dos governistas Projeto Rondon ou Comunidade Solidária!

No dia seguinte, voltei ao CRUSP, na Cidade Universitária em São Paulo, onde havia grande mobilização de estudantes. Na época havia organizações de direita, como o famigerado CCC, que promoviam violência e agressões por ocasião de qualquer iniciativa de mobilização popular, estudantil ou cultural. Agora, diziam que iriam invadir o CRUSP.

Além disso, as forças armadas procuravam também infiltrar agentes difarçados entre os estudantes, como haviam feito na Maria Antônia. Os cruspianos tinham, portanto, razões para se preocupar, que se concretizaram quando um dos prédios residenciais foi alvo de tiros que perfuraram suas paredes de alumínio e fórmica. Os estudantes se organizaram em turnos de vigilância para evitar surpresas, bem como para mostrar que estavam atentos quanto a possíveis atos de violência como os do CCC na invasão da apresentação da peça *Roda Viva* de Chico Buarque.

O CRUSP despertava a ira do regime não só por sua posição central na organização estudantil (foi ali a grande assembléia em que se discutiram as prisões de Ibiúna) mas porque significava um espaço crítico em relação à manipulação ideológica moralizante promovida pelo governo de então. A despolitização do movimento estudantil que se promovia oficialmente tinha ali seu grande contraponto: cultura e ciência eram vistas no CRUSP como necessariamente engajadas. A política era considerada intrínseca à vida estudantil.

O AI-5 foi uma reação da repressão aos eventos de 1968. Também aqui os estudantes desempenhavam a crítica totalizante, sistêmica, à sociedade capitalista que marcara em todo o mundo o ano de 1968. Isso sinalizaria à ditadura brasileira o grau de dificuldades a ser enfrentado por ela para seu intento de estabelecer uma hegemonia de seu modelo de sociedade. Acredito que a ditadura explicitada no AI-5 foi a única resposta que o governo encontrou para enfrentar suas dificuldades no plano de aceitação popular do seu modelo de sociedade, aparentemente modernizante, mas que na prática significava supressão de direitos civis, sindicalismo atrelado, partidos políticos descaracterizados, corte nas políticas sociais, supressão do caráter público do ensino e da saúde, exclusividade do consumismo e do *american way of life*. Isto era sentido muito mais pelo setor civil do governo, que sabidamente foi o mais interessado na ditadura explícita.

É importante destacar que o CRUSP constituía na época um espaço de autogestão que contava com o apoio da universidade. Havia uma intensa atividade de discussão política mas também cultural. Além da evidente presença do movimento estudantil organizado, o CRUSP constituía uma experiência social interessantíssima, centrada sobretudo na crítica ampla, abrangente, ao modo de vida institucional, seja no âmbito dos costumes, seja nas concepções culturais e científicas, bem como numa visão comunitária da auto-organização estudantil.

Paulo Duarte, Chico Buarque, Glauber Rocha, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Décio de Almeida Prado, Jean Claude Bernadet, Caio Prado Jr., Flávio de Carvalho, Ruy Guerra e inúmeros outros estiveram ali para discutir conosco. Havia sessões de cinemateca, com os clássicos do cinema político que estavam sob censura; nós nos dividíamos entre os defensores de “A Banda” e os que gostavam de Geraldo Vandré. No plano da universidade, havia dois grupos: a universidade crítica e a universidade popular, disputando suas concepções; nos organizávamos em grupos de atividades administrativas, culturais; estudávamos textos clássicos da política nos moldes dos cursos livres da Faculdade de Filosofia na época da Comissão Paritária, mas havia inúmeros outros assuntos estudados e discutidos em grupo. A autogestão significou também uma nova mentalidade, acabando com a proibição de visitas de estudantes do sexo oposto nas moradias. Nós tanto nos reuníamos para ir a passeatas, como para assistir a um filme de Buñuel e ver um show na TV Record. A nossa socialização não era só em função do desempenho, da eficiência no mercado.

No dia 16 de dezembro à noite já havia fortes indícios de que o CRUSP seria invadido, o que ocorreria na madrugada do dia 17 com tropas do Exército e tanques. Todos os residentes foram presos, permanecendo assim por tempo variável. Eu fiquei preso em várias unidades do Exército por mais de dois meses. Na época, ainda não havia tortura com choques, mas nos interrogatórios se batia com cassetetes e palmatórias. Foi constituído um Inquérito Policial Militar sobre o CRUSP, que foi fechado. Para justificar a repressão, procurou-se apresentá-lo como um foco de subversão armada – o que ele que nunca foi –, com armas como estilingues, pedaços de madeira e livros subversivos (lembro-me de dois livros meus considerados subversivos: *Pensamentos*, de Pascal, em francês e com capa vermelha – pensaram em Mao Tse Tung? – e *Guerra e Paz*, de Tolstoi, com um canhão do início do século XIX na capa).

Na verdade, o CRUSP de então foi principalmente para muitos de nós estudantes uma experiência de socialização importantíssima, uma miniexperiência concreta de organização social e comunitária – crítica em relação à sociedade da mercantilização total. Identificávamo-nos por nossos interesses, e não com base em nosso desempenho em relação à sociedade constituída.

O AI-5 foi a violência como solução de continuidade que interromperia esta experiência de socialização, cuja força vinha da crítica de um modelo de sociedade que escondia e negava a barbárie que ela mesma produzia cotidianamente, fosse no Vietnã, fosse no terror e na perseguição que se promoviam em relação a qualquer crítica aos *status quo*. O AI-5 provou que o regime não tinha argumentos para convencer. E que, no fundo, não se convence com argumentos, mas com a força. Foi o que aprendemos então, passando a nos dedicar a construir uma contraforça num processo que passaria pela Anistia, pelas Diretas, pela Constituinte, que são por essa via associadas aos eventos de 1968.

Zilah Wendel Abramo O cerco se fechou

Formada em Ciências Sociais pela USP. Única contribuição para a Sociologia brasileira: participar, com Perseu Abramo, da formação de duas filhas sociólogas. Foi assessora da Secretaria de Estado da Saúde para a área de Recursos Humanos e militante do CBA/SP. Foi professora na Universidade de Brasília de 1962 a 1964. É presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

Eu estava em Salvador desde janeiro de 1965. A Bahia tinha sido o nosso refúgio depois do doloroso episódio de Brasília, quando fomos obrigados a abandonar o projeto ao qual pretendíamos dedicar as nossas vidas: o de contribuir para a construção da universidade aberta, progressista, comprometida com os interesses da coletividade nacional, que havia sido idealizada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Aos poucos tínhamos conseguido nos recuperar dos traumas da invasão militar da universidade, da prisão e demissão do Perseu, do meu desligamento definitivo da vida universitária, e refazer nossa vida profissional. Perseu tinha voltado a lecionar, agora na Universidade da Bahia, e eu trabalhava no projeto de reforma administrativa do Estado.

Não posso dizer que nossa vida tivesse sido tranqüila nos quase quatro anos decorridos: vivíamos sob um regime ditatorial e, para os inconformados, como nós, com esse estado de coisas ilegítimo, era permanente o estado de tensão.



Manifestação estudantil em
São Paulo, outubro de 1968.
(Acervo Iconographia)

Meu filho tinha menos de 11 anos e minha filha mais velha menos de 13 quando tiveram a sua primeira experiência de enfrentar os cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo da polícia, durante as manifestações contra a ameaça do ensino pago lideradas, em Salvador, pelos secundaristas. Eu, que trabalhava no andar térreo do Palácio do Governo, ouvia, pelas grandes janelas abertas para a praça Tomé de Souza, os carros de polícia transmitirem pelo rádio as ordens de repressão às manifestações estudantis que se sucederam naquele período. Podia ver, também, guardando as entradas do elevador Lacerda, os cachorros policiais, a custo contidos pelos soldados na sua ânsia de se atirarem sobre os transeuntes. Na universidade, reinava um clima de cerco contra a liberdade universitária, o livre curso das idéias e o debate das questões.

Mas apesar de todas as ameaças, veladas ou explícitas, muitas pessoas reagiam. Todas as brechas eram aproveitadas; na atuação de alguns professores e de alguns jornalistas que sempre encontravam formas de transmitir aos seus alunos ou aos seus leitores esclarecimentos que contrariavam as versões oficiais; nas demonstrações de simpatia da população às incessantes manifestações de inconformismo dos estudantes; nas atividades culturais contestatárias que eram acompanhadas avidamente (peças encenadas no heróico teatro Vila Velha, transmissão dos festivais de música da Record, shows como o *Fino da Bossa* de Ary Toledo e espetáculos teatrais como *Liberdade, Liberdade*, encenados em Salvador, com grande sucesso de público).

E aí aconteceu o dia 13 de dezembro. Eu tinha chegado do trabalho, estava em casa me preparando para ir encontrar um grande amigo vindo do exílio, que estava passando por Salvador, quando o Perseu chegou com a notícia do AI-5. Desisti de sair de casa, a sensação

era a de fim do mundo. O cerco se fechava, as brechas iam desaparecer, o que seria feito dos presos de Ibiúna, dos nossos jovens alunos e colaboradores que tinham saído pelo mundo para desenvolver todas as formas possíveis de resistência ao regime?

Foi o que se viu: prisões arbitrárias, a tortura institucionalizada e profissionalizada, a total insegurança, a enlouquecedora falta de informações sobre as pessoas que eram arrancadas de suas casas e desapareciam; a pesada censura a todas as manifestações culturais independentes. E um silêncio aterrador, em que as pessoas mal se falavam ou se procuravam, porque ninguém sabia quem iria comprometer quem.

Ainda conseguimos ficar em Salvador por pouco mais de um ano. Mas, cada vez mais, nos preocupavam os boatos sobre as listas de expurgo na universidade, em que o nome do Perseu figurava sempre entre os quatro primeiros. Por outro lado, as notícias de São Paulo eram assustadoras: detenções “para prestar informações”, casas vasculhadas, intimidações, que chegavam muito perto ou atingiam pessoas da família, tudo isso compunha um quadro que nos levou a considerar que não dava mais para permanecer na Bahia. Era necessário dar cobertura para esses familiares e, além disso, São Paulo, por pior que fosse, era um mercado de trabalho maior, que oferecia outras alternativas profissionais para o Perseu.

Nossa volta a São Paulo, em março de 1970, não foi uma “volta ao lar”. Tinha mais o sabor de um novo exílio. De mais um projeto de vida que era interrompido pela brutalidade da ditadura.



O Ato Institucional nº 5: sociedade e ditadura ao sul do Equador

Publicado no *Jornal da Tarde*, São Paulo, de 12 de dezembro de 1998.

O antigo costume das rememorações por ocasião do aniversário de certos acontecimentos tem motivado a academia e a imprensa, de uma forma cada vez mais tirânica, a voltarem o interesse para determinados temas ou processos, ou trajetórias individuais. Antes dava-se mais tempo ao tempo para efetuar estas visitas ao passado: era a tradição dos sesquicentenários (150 anos), centenários e cinquentenários, aniversários vetustos e solenes, relativamente consagrados. Agora, no entanto, apenas dez anos já são suficientes para que algo, ou alguém, ou alguma coisa, se torne objeto social de atenção. Talvez porque o tempo tornou-se mais veloz, envelhecendo tudo precocemente, talvez porque não nos reste mais nada, a não ser olhar para o passado. O fato é que parece mais atual do que nunca a antiga canção nostálgica de carnaval, quando se sugeria que o ato da recordação equivalia a viver. Ou, inversamente, talvez fosse melhor dizer, como se, para viver, bastasse recordar.

*Exército reprime manifestação
contra o golpe militar.
Porto Alegre, 1/4/1964.
(Acervo Iconographia)*

Daniel Aarão Reis Filho

Professor da Universidade Federal Fluminense. Autor de *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil* (Brasiliense, 1990) e de *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético* (Editora Fundação Perseu Abramo, 1997), entre outros livros.

Haja memórias! Em cada uma delas, embates e combates, infindáveis, na titânica luta pela apropriação da memória, em que o passado – eterno quebra-cabeça, sempre incompleto – é reconstruído, destruído, decomposto e recomposto. Assim, não é suficiente vencer nos campos políticos e militares, em cada momento histórico. É preciso, a cada aniversário – e eles se multiplicam – continuar vencendo na luta pela representação que o futuro fará do passado – e isto se decide no presente.

O ano de 1998 não fugiu à regra: foi pródigo em memórias. No Brasil, ao lado de outras, menos votadas, destacaram-se, como é evidente, os 30 anos de um outro ano, o de 1968, que, embora de modo nenhum tão antigo assim, do ponto de vista cronológico, já (a)parece meio senil, como aquelas fotos amareladas de nossos tataravós: suscitam simpatia, despertam nostalgia mas não contam como decisivas nem para resolver o rumo dos negócios do mundo, em geral, nem de ninguém, em particular.

Apesar disto, ou por causa disto, houve importantes e animados debates, edições ou/ e reedições de livros e artigos, e o curioso, e mesmo paradoxal, é que o grande objeto de análise tenham sido os atores sociais que, justamente, foram derrotados em 1968.

Nada haveria a objetar se os vencidos de antanho, em reviravolta não incomum na história, tivessem conseguido se tornar os vitoriosos de hoje. Mas não foi isto que ocorreu, ao contrário. Os derrotados tiveram sua derrota aprofundada. O sistema que combatiam tornou-se amplamente vitorioso. E consolidou posições, a um ponto tal que, não raro, recruta para gerenciar seus interesses os críticos e os rebeldes de 30 anos atrás. Por isso mesmo seus corifeus ousam dizer que o trem da História chegou ao fim da linha. A rigor, teria sido a própria linha que chegou ao fim, não restando ao trem senão duas opções: o imobilismo ou o retorno.

Mas, se é assim, como explicar então que, na memória de 1968, tenha predominado a consagração dos perdedores? Será possível formular hipóteses para desvendar o aparente paradoxo?

Talvez a simpatia normalmente suscitada nos espíritos generosos pelos fracos e deserdados da sorte. A hipótese seria boa se fosse possível pensar a sociedade brasileira como generosa, o que se torna difícil quando sabemos através das instituições internacionais – também nem um pouco generosas – que nosso país é vice-campeoníssimo em desigualdades sociais, só perdendo para um pequeno país miserável da África.

Poderia ser mencionada a força das esquerdas nas universidades e nos meios de comunicação. Estes esquerdistas! Perderam os embates políticos decisivos, mas continuam fortes nos meios que formam a opinião pública. Esta hipótese tem até uma parcial validade: com efeito, é inegável a presença, relativamente forte, das esquerdas, em seus vários matizes, nas referidas instituições. Mas, ao que se saiba, nenhuma tendência radical é proprietária de qualquer veículo de comunicação. Além disso, ninguém ignora a fraqueza substantiva das esquerdas, sobretudo das esquerdas rebeldes, aparentadas com o espírito de 1968. Esquerda um pouquinho forte no Brasil hoje, ressalvadas as exceções de praxe, não tem nada de rebelde, todo mundo anda muito bem comportado. Além disso, e de outro lado, e mais importante, esta hipótese sugere patrulhamentos de natureza ideológica, não é politicamente correta e cheira ao mofo sinistro da polícia política da ditadura. Incompatível, portanto, com a moderna sociedade democrática brasileira. A meu ver, portanto, a idéia de que a rebeldia de 68 foi celebrada por causa da ação das esquerdas não resistiria a um inquérito sério.

Em que ficamos então?

Há uma terceira hipótese, entre outras possíveis, que me parece fecunda. Vou a ela sem meias palavras: na rememoração de 1968, a rebeldia teve um papel de destaque para ocultar os comos e os porquês das relações viscerais estabelecidas entre a sociedade brasileira e a sua ditadura. Rememorar a rebeldia a esta é uma boa fórmula para ocultar quem com ela se conciliou.

A rememoração dos 30 anos do Ato Institucional nº 5 parece-me um exercício interessante para testar a adequação desta hipótese. Aliás, diga-se de passagem, antes de entrar no desagradável assunto, que esta é a primeira e, provavelmente, a última vez, pelo menos em 98, que se rememora um ato dos então vencedores. É tratar de aproveitar a oportunidade porque, daqui a pouco, o ano termina e só voltaremos a falar do assunto, os que ainda estivermos vivos, em 2008, quando 68 soprar as 40 velinhas.

O Ato Institucional nº 5, apresentado em cadeia de rádio e televisão em 13 de dezembro de 1968, está associado na literatura e nos filmes existentes sobre os anos 1960 e 1970, nos livros didáticos de História e Ciências Humanas, no que existe, portanto, de memória nacional, à fase mais violenta da ditadura militar. Um Ato de horrores. Falar dele é falar de estado de exceção, de arbítrio, de desrespeito dos direitos humanos, de fim da representação política eleita, de tortura, de morte. Um episódio terrível na história de nosso país, trágico mesmo, nocivo. Muitos não hesitaram em sustentar, e com razão, que, embora tendo sido revogado no apagar das luzes de 1978, dez anos depois de editado, o Ato 5 terá deixado inegáveis seqüelas de autoritarismo e de prepotência no organismo e no imaginário nacionais.

Neste diapasão, rememorar o AI-5 é recordar uma ferida insuportável, irrepetível. AI-5 NUNCA MAIS! Qual brasileiro ousaria dizer o contrário, mesmo sabendo que toda a unanimidade é burra? A atitude, a rigor, tem sua dose de positividade. Já imaginaram o contrário, se a sociedade brasileira estivesse se reunindo em comícios e atos públicos para aplaudir o AI-5 e celebrar seus autores? Seria, sem dúvida, o pior dos mundos. Portanto, ecoemos todos, unânimes e aliviados, os 150 milhões de democratas que habitamos este país abençoado por Deus e bendito por natureza: AI-5 NUNCA MAIS!

Entretanto, um tal exercício de civismo, embora encorajador, não poderia encerrar a rememoração.

Outras questões merecem ser consideradas.

O AI-5 foi brutal, já sabemos. Mas foi só brutalidade? Uma brutalidade insana? Uma coisa de gorilas? Mas, se durou dez anos, não terá desempenhado um papel na história deste país? Teria sido possível o milagre econômico sem o AI-5? E se ele foi essencial para a construção deste Brasil moderno que temos até hoje? E se ele foi o berço, de espinhos e de pregos, mas o nosso berço? É possível uma pessoa ou uma sociedade viver sem olhar para o próprio berço?

Sempre será possível elaborar exercícios contrafactuais e imaginar outras vias através das quais pudesse o país alcançar a sonhada modernidade, mas esta modernidade que está hoje aí é certamente produto do AI-5 e tem nele uma de suas poderosas raízes. Ela é inexplicável e incompreensível sem ele.

Mas há muito mais do que isto.

À sombra do AI-5 completou-se, do ponto de vista econômico, o ciclo nacional-estatista iniciado por Vargas em 1937. Mais uma ironia da História, porque, entre os vitoriosos de 1964, era forte a proposta de liquidar com as heranças de Vargas, sobretudo no primeiro governo ditatorial, chefiado pelo general Castelo Branco. Mas não foi o que ocorreu. Um outro general,

Ernesto Geisel, com um plano grandioso e megalomaniaco, pretendeu autonomizar o país em relação aos sobressaltos dos mercados internacionais, construindo uma base complexa para o capitalismo nacional. Brasil, grande potência emergente, com direito a submarino nuclear e a bomba atômica. O plano não foi todo realizado, mas se chegou perto disto.

E o Brasil cresceu. Sob a garantia do AI-5.

Ao contrário de outras ditaduras militares, como a da Argentina, o capitalismo aqui deu um salto para a frente. E criou monstros e princesas. Enquanto nos porões dos DOI-CODIs se executava a tortura como política de Estado, nos salões nobres das universidades se deslanchava um ambicioso plano de construção de um sistema de pós-graduação inédito no país, inigualável no mal chamado Terceiro Mundo. Enquanto, em ritmo febril, aprofundavam-se as desigualdades, o país cobria-se de uma rede de comunicações que, na época, se comparava com as melhores do mundo. Nossos ditadores, que não toleravam ser chamados por este nome, alegando terem sido eleitos, buscavam apoio político num partido imenso, a Arena, considerado por um de seus presidentes o maior do Ocidente. A lista das lideranças arenistas, estabelecidas por trabalho acadêmico recente (Lucia Grinberg)¹, evidencia como era querida, e por quanta gente, a nossa ditadura.

O mais fulgurante desenvolvimento no quadro da mais violenta desigualdade. Mas não se pense, como o falecido Darcy Ribeiro sempre pensou, para absolver a sociedade que ele amava, que o país se dividiu entre, de um lado, uma elite locupletada, ociosa, podre e culpada, e, de outro lado, um povo deserdado, vitimado, generoso e inocente. Entre a cúpula e a base desta pirâmide houve jeitos e maneiras de constituir um sem-número de degraus intermediários onde muito mais do que migalhas vinham estimular o desejo de sucesso, o culto pelo conforto e o apego à ordem e, mais importante, a própria opção por estes valores. E mesmo entre os que estavam mais embaixo instilava-se a esperança, baseada na vertiginosa mobilidade social e geográfica, propiciada pelo modelo em curso, de que também seria possível, com abnegação ou/e sorte ou/e esperteza, chegar lá.

Em todo este processo, denso e complexo, o AI-5 velava.

Mas velava em nome de quem? Afinal, quem foram os responsáveis pelo AI-5?

Não se trata de relacionar os que o assinaram, embora eles também precisem ser lembrados, confrontados com sua obra, a dizer se reiteram sua oportunidade ou dela se arrependem, e por que razões. Mas isto é o menos importante na reflexão que estou tentando elaborar, porque não é o caso de caçar bodes expiatórios, embora certos bodes bem merecessem caça pelo tanto de sofrimento que causaram, cassando e caçando tantos, e de forma arbitrária, naqueles tempos de chumbo (ou foram de ouro?) em que detinham o poder. Mas deixemos os bodes de lado. O importante, aqui, a meu ver, é compreender processos históricos, sociais.

Ora, para isto pode ser oportuna a comparação com a França ocupada pelos nazistas, entre 1940 e 1945 (às vezes, como se sabe, observando os outros, podemos nos ver de uma outra forma).

Durante anos, depois da libertação do país – pelos exércitos anglo-americanos –, cultuou-se na França o heroísmo da resistência aos nazistas, liderada por De Gaulle – na Inglaterra – e pelos comunistas – nos subterrâneos da clandestinidade. Aquelas mulheres e aqueles homens tinham encarnado os valores eternos da liberdade, a honra da nação.

Foi preciso esperar algumas décadas para que se começasse a admitir o que todo mundo fingia não saber: para a grande maioria dos franceses, a ocupação nazista tinha sido perfeitamente indiferente, para não falar dos muitos que colaboraram ativamente com o ocupante. Quanto

1. GRINBERG, Lucia. *A Aliança Renovadora Nacional (ARENA): A criação do bipartidarismo e do partido do governo*. Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 1998 e *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) - (1965-1979)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2004.

à resistência, tinha sido obra de muito poucos, e foi crescendo, até o fim da guerra, muito lentamente, de sorte que, se os franceses fossem esperar pelos franceses para se libertarem dos alemães, estariam esperando até hoje, se me permitem este exercício contrafactual.

Para os franceses, foi – e é até hoje – doloroso conviver com esta incômoda recordação. Contudo, as pessoas mais críticas aprofundaram pesquisas e reflexões para compreender este verdadeiro trauma nacional, e os resultados têm aparecido em trabalhos acadêmicos, literários e filmográficos.

Voltemos, agora, ao nosso país tropical.

O que se quer dizer com esta digressão a respeito da França? Que os brasileiros foram responsáveis pelo AI-5? Dito assim, sem nuances, seria repetir o absurdo formulado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso quando declarou, sem rir, que todos nós somos responsáveis pelo fato de que a reforma agrária ainda não se tornou realidade neste país.

Não, não se pode dizer que todos foram responsáveis pelo AI-5. Houve certamente contradições. Houve protestos, desde o início. Afinal, com o Ato, decantou-se a grande frente social e política, extremamente heterogênea, que fez vitorioso o movimento civil e militar que instaurou a ditadura. Com efeito, embora na retórica das autoridades, o Ato fosse apresentado como último recurso contra a subversão social e política, esta se encontrava, já naquela altura, bastante debilitada. O que a ditadura queria, e o conseguiu, era disciplinar seu próprio campo. O que não a impediu de concentrar força e poder para matar seus inimigos mortais, os partidos revolucionários.

Assim, com o Ato Institucional, aos derrotados de 1964 somar-se-iam agora os descontentes de 1968.

Mais tarde, sobretudo depois de 1974, a resistência democrática fortaleceu-se, aparecendo denúncias corajosas, dentro e fora do Brasil, feitas por gente que lutou de forma incansável. A admiração vai sobretudo para quem ousava lutar dentro do país, sob o chumbo daquela exceção transformada em norma, que olhavam o medo olho no olho e iam em frente, e não raro caíam nas malhas dos sinistros aparelhos da repressão.

Não incluo entre estes os partidos revolucionários que desencadearam ações armadas contra a ditadura, embora mereçam igualmente admiração sua coragem e seu destemor. Na reconstrução de memória, é comum estes atores surgirem como uma espécie de braço armado da resistência democrática. Assim, e apesar deles mesmos, não teriam mais do que formulado um protesto armado. Esta versão pode ser interessante como forma de atrair a simpatia atual pelos que empunharam armas. Mas não me parece corresponder ao que eles de fato se propunham: um duro e longo enfrentamento armado, com caráter ofensivo (não resistiam, atacavam), visando estabelecer uma ditadura revolucionária (não tinham compromisso com a democracia). De resto, as ações armadas não foram de reação ao AI-5 pelo simples fato de que começaram antes de ele ser assinado e continuariam mesmo sem ele.



*Passeata dos 100 mil.
Rio de Janeiro, junho
de 1968. (Acervo
Iconographia)*

Estamos falando dos que protestaram, dos que resistiram e dos que tentaram formular uma alternativa à ditadura.

Mas como esquecer os muitos para os quais a defesa da ordem legitimava todos os excessos? E o que dizer da legião dos indiferentes? A ditadura para eles sequer existia? Podiam até achar, às vezes, que aquela (des)ordem não era razoável, mas não se dispunham a levantar um dedo, ou a arriscar um ânulo, para combatê-la. E quanto às multidões de inocentes, culpados por não saberem rigorosamente nada do que estava acontecendo? Não foram eles que aplaudiram a instauração da ditadura e assistiram, contritos, à retirada em (boa) ordem dos militares do poder?

Não seria hora de pensar neles nesta rememoração do AI-5? Afinal, não foram eles os vitoriosos em 1968? Por que não amadurecer pesquisas, obras de ficção e filmes que nos aproximem destas maiorias nem tão silenciosas? Elas não terão a ver com a eleição de um certo presidente jovem e simpático, obrigado a abandonar o posto mais cedo do que o previsto? Com a audiência de certos programas de rádio e televisão que cultuam a lei do cão? Com a aprovação do massacre do Carandiru? Com as torturas nas prisões e delegacias que seguem como dantes? Com a queima do índio pataxó em Brasília? Com a violência atroz – e banalizada – que domina estes brasis?

Aí está uma linha de reflexão que a rememoração do AI-5 pode propiciar. Pensar nos vencedores. E em como ditadura & sociedade construíram uma nação moderna, mas bárbara, chamada Brasil. Não será mais fecundo do que demonizar o AI-5 em nome da democracia e seguir em frente fingindo que não temos nada a ver com os alemães, digo, com a ditadura?



Tanques na rua no Rio de Janeiro durante o desenrolar do golpe de 1964, abril de 1964. (Acervo Iconographia)

As ocorrências na Universidade de Brasília

Outubro de 1964

I. Ação dos professores

No dia 1º de abril de 1964, professores, alunos e funcionários da Universidade de Brasília reuniram-se, pela manhã, no pátio de um dos edifícios (FE-5), a fim de tomar conhecimento dos fatos que vinham ocorrendo desde a manhã do dia anterior (sublevação das guarnições militares de Minas Gerais) e dos boatos que, desde a tarde do dia 31 de março, circulavam pela cidade. Dizia-se que a universidade poderia ser invadida e depredada, ou que a cidade poderia ficar sitiada durante dias, na eventualidade de uma conflagração militar. Realmente, desde o dia anterior, os postos de gasolina não a distribuíam mais; na manhã do dia 1º o aeroporto estava interditado e sabia-se que havia barreiras nas estradas; parte do comércio estava fechado. Brasília é uma cidade em que a vida cotidiana de seus habitantes depende da vinda de gêneros e combustíveis de outras cidades. Muitos professores tinham suas residências, com esposas e filhos, no próprio campus universitário. Diante dessa situação, decidiram os professores, estudantes e funcionários compor uma comissão encarregada de obter mais informação sobre o andamento dos fatos militares e políticos, e de, principalmente, organizar a vida do campus, no que se referia ao abastecimento de gasolina, de gêneros alimentícios, e à vigilância do patrimônio universitário (residência de professores e funcionários, livros, material escolar, aparelhos e instrumentos). Fizeram parte dessa comissão os seguintes professores: Perseu Abramo e José Albertino Rodrigues, do setor de Sociologia; Lincoln Ribeiro, do setor de Política; Carlos Alberto Callou, do de Economia, todos do Departamento de Ciências Humanas; Nelson Rossi e Heron de Alencar, do Departamento de Letras; Edgar Graeff, Eustáquio Toledo Machado Filho, José Caldas Zanini, do curso de Arquitetura e Artes; Antônio Cordeiro, do Departamento de Genética.

Perseu Abramo

Jornalista e sociólogo, trabalhou em diversos veículos de comunicação. De 1981 a 1983 editou o *Jornal dos Trabalhadores*, órgão do Diretório Nacional do PT, e também foi responsável por outras publicações avulsas do partido. Foi professor da Universidade de Brasília (1962/64), da UFBA (1965/70) e da PUC-SP (1981/96). Importante militante da luta pela redemocratização do país, foi secretário de Comunicação da prefeitura de São Paulo em 1989 (gestão de Luiza Erundina). Fundador do PT, foi seu dirigente nacional por 16 anos. Faleceu em 1996.

Em Brasília, durante todo o dia 1º, circularam os mais desencontrados boatos. Enquanto as rádios locais apresentavam a situação como estando dominada pelo governo local, as estações de rádio dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, aí captadas, apresentavam-na como constituindo vitória das forças militares que se haviam sublevado. A capital federal estava praticamente isolada do resto do país e não havia como conferir as informações. [...]

Somente na manhã seguinte é que a comissão, bem como o restante da população universitária e dos habitantes da cidade tomaram conhecimento de que, durante a noite, o governo havia sido deposto e assumira o poder o Sr. Ranieri Mazzili [presidente da Câmara dos Deputados].

II - Boatos de intervenção na UnB

Os dias seguintes foram de confusão e apreensão. No dia 2, populares que se encontravam concentrados na Estação Rodoviária iniciaram, espontânea e desorganizadamente, uma passeata pela W-3 [uma das principais avenidas de Brasília], tendo sido barrados na altura do Restaurante GTB por tropas da Polícia do Exército, que fizeram disparos de metralhadoras para o alto.

No dia 3, à noite, correu pela universidade a informação de que havia mandados de prisão contra os professores, funcionários e estudantes que haviam constituído a comissão do dia 1º (na manhã desse dia agentes da Polícia Política tentaram prender um dos professores da comissão; conseguiu-se, porém, que esse professor fosse à chefia da polícia, dirigida pelo tenente-coronel Paula Serra, acompanhado do reitor da Universidade, professor Anísio Teixeira, e demais membros da direção da Universidade; algumas horas após voltaram todos para o campus, inclusive o professor que havia sido procurado; nessa ocasião os dirigentes da polícia prometeram que fariam por intermédio da Reitoria qualquer outra solicitação de presença de professores nas dependências policiais). Apesar do boato de mandado de prisão coletiva que correu nessa noite, não houve, contudo, prisões. Nos dias posteriores, os professores voltaram ao campus a fim de retomar os trabalhos e as aulas.

Passavam-se os dias e a todo momento corriam rumores sobre a possível intervenção na universidade [...]. Por esses dias também se soube que, quando da posse do Sr. Gama e Silva, reitor da Universidade de São Paulo, no Ministério da Educação e da Justiça, no dia 4 de abril, o professor Anísio Teixeira, reitor da UnB, com ele tivera uma palestra a respeito do destino da escola; embora não se conheça o conteúdo dessa conversa, sabe-se que o reitor da UnB saiu dela inteiramente desanimado. [...]

III - Cerco, invasão, ocupação e prisão

O dia 9 de abril era uma data especialmente significativa para os professores que, comparilhando os sacrifícios com suas famílias, desde o primeiro momento haviam dado o melhor de sua contribuição para a construção de uma universidade nova na capital nova: dois anos antes, exatamente nessa mesma data, em dependências do Ministério da Saúde improvisadas em salas, haviam sido dadas as duas primeiras aulas da Universidade de Brasília: a de Direito Constitucional, pelo professor Vitor Nunes Leal, e a de Introdução às Ciências Sociais, pelo professor José Albertino Rodrigues.

Nessa manhã do dia 9 de abril de 1964, vários professores haviam ministrado suas Aulas Maiores, das 7 às 9 horas, enquanto outros se encontravam em suas salas de trabalho, preparando as aulas dos dias seguintes ou realizando pesquisas. Às 9h30min, os que estávamos no prédio da Reitoria, encaminhando-nos para as salas de aula ou de trabalho, avistamos carros com policiais e soldados

que cercavam o campus. As viaturas circundaram a área construída da universidade e desembarcaram os homens, que, de vários pontos, se aproximaram, alguns de rastros, todos armados, em direção ao prédio central da Reitoria. Em menos de dez minutos, os comandantes civil e militar da operação bélica se aproximaram da entrada da Reitoria, onde foram recebidos pelo advogado da escola, Dr. Sérgio Coelho. A universidade foi cercada, invadida e ocupada por cerca de 900 homens: 750 da Polícia Militar de Minas e 150 da Polícia Política da capital federal. As tropas foram levadas à universidade em 14 ônibus requisitados de empresas rodoviárias interestaduais, e mais quatro caminhões de transporte da Polícia Militar mineira. Acompanhavam as tropas quatro ambulâncias, diversos carros de radiopatrulha e carros-prisão, aparelhamento completo de rádio de campanha, com receptores e transmissores; a maior parte dos soldados estava armada de fuzis com baionetas caladas; havia numerosos armados com metralhadoras portáteis; havia, visíveis, algumas metralhadoras pesadas de tripé; os agentes da polícia política estavam visivelmente armados com revólveres. A operação bélica teve uma falha, que foi posteriormente apontada por um dos diretores ao comandante da Polícia Militar de Minas: ao cercar o campus, as tropas esqueceram-se de circundar o prédio do Departamento de Matemática, que se acha construído em local um pouco afastado dos demais prédios.

Através de um contramestre de construção, empregado de uma das firmas construtoras empreitadas pela Universidade – e que foi preso na ocasião, ao deixar o serviço e dirigir-se para casa, tendo por isso de atravessar o campus – ficamos sabendo que as transmissões que os comandantes dos diversos grupos (que, de diversos pontos, convergiam, rastejando, para o prédio da Reitoria) faziam entre si era do seguinte teor: “Eles estão recuando!” “Nós estamos avançando.” “Estamos conquistando terreno.”

Ao chegarem ao prédio da Reitoria os comandantes civil e militar da operação bélica, acompanhados de dezenas de soldados e investigadores armados, adiantou-se o delegado Ladeira, que fora da polícia de Belo Horizonte, e entregou uma lista de nomes ao reitor em exercício, professor Almir de Castro. [...]

O delegado Ladeira ordenou ao reitor em exercício que convocasse as pessoas constantes da lista, as quais deveriam ser conduzidas para prestar esclarecimentos. O reitor, através dos seus auxiliares, solicitou a presença dos professores, muitos dos quais já se encontravam na sala da Reitoria, e mandou buscar em suas salas de trabalho ou em suas residências os demais, ao mesmo tempo em que comunicava que alguns – como os professores Heron de Alencar, Oscar Niemeyer e Cláudio Santoro – não se encontravam no momento em Brasília. O professor auxiliar José Paulo S. Pertence, alegando sua condição de promotor, declarou que não poderia obedecer à ordem do delegado Ladeira, pois tinha instruções específicas para apresentar-se, em situação como aquela, ao seu superior na magistratura. A ponderação não foi aceita e o professor Pertence foi conduzido preso com os demais professores que estavam no local e que eram os seguintes, além do citado promotor: Eustáquio de Toledo, Ítalo Campofiorito, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, Ramiro de Araújo Porto Alegre, José Albertino Rodrigues, Glênio Bianchetti.

O diretor do Instituto de Teologia da Universidade de Brasília, frei Mateus Rocha, superior da ordem dos dominicanos, reivindicou o direito de acompanhar os professores, o que, depois de muitas oposições por parte do delegado e do comandante militar, foi aceito. Por volta das 10h30min, escoltados por soldados armados de baioneta e agentes da Polícia Política, os professores, acompanhados de frei Mateus Rocha e de alguns dirigentes dos Diretórios Estudantis, foram embarcados num ônibus e conduzidos ao Teatro Nacional, onde estavam aquarteladas as tropas da Polícia Militar de Minas Gerais. O embarque fez-se diante de centenas de estudantes, professores e funcio-

nários calados, vigiados por soldados e investigadores. Durante o resto do dia, professores que não se encontravam na universidade foram conduzidos por diretores, da Escola ao Teatro nacional, e às 17h30min, os estudantes, depois de ouvirem o sermão de um oficial, foram liberados. Assim foram presos no dia 9 os seguintes professores, em número de 13: Edgar Graeff, Eustáquio Toledo, José Caldas Zanini, Ítalo Campofiorito, Nelson Rossi, José Paulo Pertence, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Hélio Pontes, Ramiro de Porto Alegre, Glênio Bianchetti e o ex-professor José Guilherme Vilela.[...]

IV - A intervenção na universidade

Enquanto nós estávamos presos, passaram-se na universidade os seguintes fatos: no mesmo dia 9, após algumas horas, retiraram-se do campus as tropas militares e policiais; permaneceram, todavia, diversos soldados armados que interditaram diversos prédios, notadamente o barracão onde funcionava o Serviço de Mecanografia e onde estavam os esquemas de aula e os textos de leitura, e o prédio SG-12, onde funcionavam a Biblioteca Central e as salas de trabalho dos professores de Ciências Humanas. Essas dependências universitárias ficaram interditadas cerca de 15 dias; os professores, embora continuassem a dar precariamente algumas aulas, não podiam utilizar-se das suas salas de trabalho nem de seus livros ou de material de estudo. Os livros da Biblioteca e os papéis e livros das salas de trabalho foram totalmente revistados: foram também revistados numerosos outros setores da universidade. Dessa busca resultou a apreensão de uma bandeira do Japão (utilizada no ano anterior durante uma exposição de gravuras de artistas japoneses), e que foi anunciada como sendo da China comunista; um facão de mato do professor de lingüística, utilizado nas suas pesquisas de campo com populações indígenas; um revólver do século passado, encontrado por um professor de Arte numa antiquíssima cidade de Goiás; folhetos e revistas; dos livros separados como subversivos na Biblioteca constavam: *Le Rouge et le Noir*, de Stendhal; *O Círculo Vermelho*, de Conan Doyle; *A Revolução Francesa*, de Carlyle, e um álbum do arquiteto Le Corbusier, confundido com Roland Corbisier, e que, ao ser folheado, provocava as seguintes exclamações dos oficiais: “Olha como se tratam esses comunistas! Olha as casas que eles têm”. A busca efetuada no dia 13 na casa de um dos professores que estavam presos no quartel produziu o seguinte material: dois cartões postais de Cuba; o livro de Bertrand Russell *Por que não sou cristão*; um texto mimeografado que fora utilizado num seminário promovido pelo setor de Sociologia, intitulado “Sobre artesanias intelectuais”, de Wrigth Mills; um livro de urbanismo, de autores norte-americanos, intitulado *Comunitas*. Durante o período de ocupação da Universidade, que se prolongou por duas semanas, os corredores e pátios do campus eram percorridos por policiais e militares à paisana. Durante esse período, também, as mulheres dos professores presos procuraram várias autoridades policiais e militares, bem como o ministro da Justiça, a fim de obter informações sobre a libertação dos presos, ou sobre a sua transferência para os navios-prisão, que se anunciava insistentemente na universidade.

No dia 13 de abril, quatro dias depois da invasão e ocupação da universidade e da prisão dos professores, o presidente Mazzili decretou a extinção do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, bem como a destituição do reitor, professor Anísio Teixeira, e do vice-reitor, professor Almir de Castro. No mesmo dia o ministro da Justiça e da Educação, professor Gama e Silva, pela portaria ministerial nº 224, publicada no *Diário Oficial* do Executivo federal de 13 de abril de 1964, decretou *ad referendum* do Conselho Federal de Educação a intervenção na Universidade de Brasília e designou interventor o professor Zeferino Vaz, sob a designação “reitor *pro tempore*”.



Tropas cercam o Palácio das Laranjeiras quando da decretação do AI-5. Rio de Janeiro, 13/12/1968. (Acervo Iconographia)

As leis do arbítrio – do AI-1 ao AI-5

ATO INSTITUCIONAL Nº 1

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constitucional. Este se manifesta pela eleição popular ou

pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força limitada pela normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas, sem que nisto seja normatividade emitida pela anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e o apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em

nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação, na sua quase totalidade, destina-se a assegurar ao novo governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra da reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização, a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representadas pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de Constituição do novo governo e atribuir-lhes os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o boião comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas.

Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos poderes, constantes do presente ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização de seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representados pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Resolve o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias a contar deste Ato, em sessão pública o votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, outra se realizar-se-á, no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para eleição regulada neste Artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emendas da Constituição. Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo mínimo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das Casas do Congresso.

Art. 4º - O Presidente da República Poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados. Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimento e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados por decreto do Presidente da República ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do Governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízos das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no parágrafo primeiro lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito Municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso do Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que os motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração

da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de guerra revolucionária poderão ser instalados individual ou coletivamente.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art. 10º - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe que editam o presente Ato poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação judicial desses Atos. Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de sessenta (60) dias, Poderá praticar os Atos previstos neste artigo.

Art. 11º - O presente Ato vigora desde sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário Rio de Janeiro, 9 de abril 1964. a.) Gen. Ex. Artur da Costa e Silva; Ten-Brig. Francisco de Assis Correia de Melo; Vice-Almirante Augusto Hermann Rademaker Grunewald.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

À NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização, do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

E frisou-se que:

a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;

b) a revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;

c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das forças armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

A auto-limitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que “os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País”, mas se acrescentou, desde logo, que “destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos

cos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País”.

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo revolucionário e comandante supremo das forças armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários,

CONSIDERANDO que o País precisa de tranqüilidade para o trabalho em prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;

CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs,

Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art. 1º - A Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas emendas são mantidas com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A Constituição poderá ser emendada por iniciativa:

- I - dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II - do Presidente da República;
- III - das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 1º - Considerar-se-á proposta a emenda se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por

mensagem do Presidente da República, ou por mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º - Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada em dois turnos na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 3º - Aprovada numa, a emenda será logo enviada à outra Câmara, para sua deliberação.

Art. 3º - Cabe, à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei sobre matéria financeira.

Art. 4º - Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados e do Senado e dos Tribunais Federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública e disponham sobre a fixação das forças armadas.

Parágrafo único - Aos projetos oriundos dessa, competência exclusiva do Presidente da República não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art. 5º - A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deve estar concluída dentro de 45 dias, a contar do seu recebimento.

§ 1º - Findo esse prazo sem deliberação, o projeto passará ao Senado com a redação originária e a revisão será discutida e votada num só turno, e deverá ser concluída no Senado Federal dentro de 45 dias. Esgotado o prazo sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveio da Câmara dos Deputados.

§ 2º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados se processará no prazo de dez dias, decorrido o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em 30 dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º - Se julgar, por outro lado, que o projeto, não sendo urgente, merece maior debate pela extensão do seu texto, solicitará que a sua apreciação se faça em prazo maior, para as duas casas do Congresso.

Art. 6º - Os arts. 94, 98, 103 e 105 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 94** - O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I - Supremo Tribunal Federal;
- II - Tribunal Federal de Recursos e Juízes Federais;
- II - Tribunais e Juízes Militares;
- IV - Tribunais e Juízes Eleitorais;
- V - Tribunais e Juízes do Trabalho.”

Art. 98 - O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de dezesseis Ministros.

Parágrafo único - O Tribunal funcionará em Plenário e dividido em três Turmas de cinco Ministros cada uma.”

“**Art. 103** - O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de treze Juízes nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único - O Tribunal poderá dividir-se em Câmaras ou Turmas.”

”**Art. 105** - Os Juízes Federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - Cada Estado ou Território e bem assim o Distrito Federal constituirão de per si uma Seção judicial, que terá por sede a Capital respectiva.

§ 2º - A lei fixará o número de Juízes de cada Seção bem como regulará o provimento dos cargos de Juízes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

§ 3º - Aos Juízes Federais compete processar e julgar em primeira instância.

- a) as causas em que a União ou entidade autárquica federal for interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e acidentes de trabalho;
- b) as causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;
- c) as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;
- d) as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;
- e) os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- f) os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

g) os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;

h) os habeas corpus em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;

i) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados, os casos do art. 101, I, i, e do art. 104, I, b.”

Art. 7º - O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Juízes vitalícios com a denominação de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dos quais quatro escolhidos dentre os Generais efetivos do Exército, três dentre os Oficiais Generais efetivos da Armada, três dentre os Oficiais Generais efetivos da Aeronáutica e cinco civis.

Parágrafo único - As vagas de Ministros togados serão preenchidas por brasileiros natos, maiores de 35 anos de idade, da forma seguinte:

I - três por cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, com prática forense de mais de dez anos, da livre escolha do Presidente da República;

II - duas por Auditores e Procurador-Geral da Justiça Militar.

Art. 8º - O § 1º do art. 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

”§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.”

§ 1º - Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1963.

§ 2º - A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.

§ 3º - Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referido no § 1º, e aos Conselhos de Justiça nos demais casos.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até 5 dias, antes do pleito e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até 24 horas antes da eleição.

§ 2º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º - Limitados a dois os candidatos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art. 10 - Os Vereadores não perceberão remuneração, seja a que título for.

Art. 11 - Os Deputados às Assembléias Legislativas não podem perceber, a qualquer título, remuneração superior a dois terços da que percebem os Deputados federais.

Art. 12 - A última alínea do § 5º do art. 141 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação: "Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão, da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe."

Art. 13 - O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Parágrafo único - O ato que decretar o estado de sítio estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor.

Art. 14 - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único - Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art. 15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 16 - A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no, art. 10 e seu parágrafo único do Ato institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no

art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

Art. 17 - Além dos casos previstos na Constituição federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo determinado:

I - para assegurar a execução da lei federal;

II - para prevenir ou reprimir a subversão da ordem.

Parágrafo único - A intervenção decretada nos termos deste artigo será, sem prejuízo da sua execução, submetida à aprovação do Congresso Nacional,

Art. 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.

Parágrafo único - Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.

Art. 19 - Ficam excluídos da apreciação judicial:

I - os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no presente Ato Institucional e nos atos complementares deste;

II - as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos ou Vereadores, a partir de 31 de março de 1964, até a promulgação deste Ato.

Art. 20 - O provimento inicial dos cargos da Justiça federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 21 - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 22 - Somente poderão ser criados Municípios novos depois de feita prova cabal de sua viabilidade econômico-financeira, perante a Assembléia Legislativa.

Art. 23 - Constitui crime, de responsabilidade contra a probidade na administração, a aplicação irregular pelos Prefeito da cota do imposto de Renda atribuída aos Municípios pela União, cabendo a iniciativa da ação penal ao Ministério Público ou a um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art. 24 - O julgamento nos processos instaurados segundo a Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, compete ao Juiz de Direito que houver dirigido a instrução do processo.

Parágrafo único - A prescrição da ação penal relativa aos delitos constantes dessa Lei ocorrerá dois anos após a data da publicação incriminada, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.

Art. 25 - Fica estabelecido a partir desta data, o princípio da paridade na remuneração dos servidores dos três Poderes da República, não admitida, de forma alguma, a correção monetária como privilégio de qualquer grupo ou categoria.

Art. 26 - A primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República será realizada em data a ser fixada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional, a qual não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966.

Parágrafo único - Para essa eleição o atual Presidente da República é inelegível.

Art. 27 - Ficam sem objeto os projetos de emendas e de lei enviados ao Congresso Nacional que envolvam matéria disciplinada, no todo ou em parte, pelo presente Ato.

Art. 28 - Os atuais Vereadores podem continuar a perceber remuneração até o fim do mandato, em quantia,

porém, nunca superior à metade da que percebem os Deputados do Estado respectivo.

Art. 29 - Incorpora-se definitivamente à Constituição federal o disposto nos arts. 2º a 12 de presente Ato.

Art. 30 - O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional.

Art. 31 - A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

Parágrafo único - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente, fica autorizado a legislar mediante decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica.

Art. 32 - As normas dos arts. 3º, 4º, 5º e 25 deste Ato são extensivas aos Estados da Federação.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo as Assembléias emendarão as respectivas Constituições, no prazo de sessenta dias, findo o qual aquelas normas passarão, no que couber, a vigorar automaticamente nos Estados.

Art. 33 - O presente Ato institucional vigora desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Juracy Montenegro Magalhães

Paulo Bossisio

Arthur da Costa e Silva

Vasco Leitão da Cunha

Eduardo Gomes

ATO INSTITUCIONAL Nº 3

À NAÇÃO

CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, conforme expresso no Ato institucional nº 2;

CONSIDERANDO ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrarem os superiores objetivos da Revolução;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País;

CONSIDERANDO que a edição do Ato institucional nº 2 estabeleceu eleições indiretas para Presidente e Vice-Presidente da República;

CONSIDERANDO que é imprescindível se estenda à eleição dos Governadores e Vice-Governo de Estado o processo instituído para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República;

CONSIDERANDO que a instituição do processo de eleições indiretas recomenda a revisão dos prazos de inelegibilidade;

CONSIDERANDO, mais que e conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado;

CONSIDERANDO, por fim, que cumpre fixar-se data para as eleições a se realizarem no corrente ano.

O Presidente da República, na condição de Chefe do Governo da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas,

Resolve editar seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 3

Art. 1º - A eleição de Governador e Vice-Governador dos Estados far-se-á pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até quinze dias antes do pleito perante a Mesa da Assembléia Legislativa, e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até vinte e quatro horas antes da eleição.

§ 2º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º - Limitados, a dois os candidatos ou na hipótese de só haver dois candidatos inscritos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art. 2º - O Vice-Presidente da República e o Vice-Governador de Estado considerar-se-ão eleitos em virtude da eleição do Presidente e do Governador com os quais forem inscritos como candidatos.

Art. 3º - Para as eleições indiretas, ficam reduzidos à metade os prazos de inelegibilidade estabelecidos na Emen-

da Constitucional nº 14, de 3 de junho de 1965 e nas letras m, s e t do inciso I e nas letras b e d do inciso, II do art. 1º da Lei nº 4.738, de 15 de julho de 1965.

Art. 4º - Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais mediante prévio assentimento da Assembléia Legislativa ao nome proposto.

§ 1º - Os Prefeitos dos demais Municípios serão eleitos por voto direto e maioria simples, admitindo-se sublegendas, nos termos estabelecidos pelos estatutos partidários.

§ 2º - É permitido ao Senador e ao Deputado federal ou estadual, com prévia licença da sua Câmara, exercer o cargo de Prefeito de Capital de Estado.

Art. 5º - No corrente ano, as eleições de Governadores e Vice-Governadores de Estado realizar-se-ão em 3 de setembro; as de Presidente e Vice-Presidente da República, em, 3 de outubro; e as de Senadores e Deputados federais e estaduais, em 15 de novembro.

Art. 6º - Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente Ato institucional e nos atos complementares dele.

Art. 7º - Este Ato Institucional entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Mem de Sá

Zilmar Araripe

Decio de Escobar

Juracy Magalhães

Eduardo Gomes

ATO INSTITUCIONAL Nº 4

Convocação do Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

CONSIDERANDO que a Constituição federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais;

CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução;

CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária;

CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;

CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução;

O Presidente da República resolve editar o seguinte

Ato Institucional nº 4:

Art. 1º - É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

§ 1º - O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

§ 2º - O Congresso Nacional também deliberará sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Presidente da República e sobre os projetos encaminhados pelo Poder Executivo na última sessão legislativa ordinária, obedecendo estes à tramitação solicitada nas respectivas mensagens.

§ 3º - O Senado Federal, no período da convocação extraordinária, praticará os atos de sua competência privativa na forma da Constituição e das Leis.

Art. 2º - Logo que o projeto de Constituição for recebido pelo Presidente do Senado, serão convocadas, para a sessão conjunta, as duas Casas do Congresso, e o Presidente deste designará Comissão Mista, composta de onze Senadores e onze Deputados, indicados pelas respectivas lideranças e observando o critério da proporcionalidade.

Art. 3º - A Comissão Mista reunir-se-á nas 24 horas subseqüentes à sua designação, para eleição de seu Presidente e Vice-Presidente, cabendo àquele a escolha do relator, o qual dentro de 72 horas dará seu parecer, que concluirá pela aprovação ou rejeição do projeto.

Art. 4º - Proferido e votado o parecer, será o projeto submetido a discussão, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso, procedendo-se à respectiva votação no prazo de quatro dias.

Art. 5º - Aprovado projeto pela maioria absoluta será o mesmo devolvido à Comissão, perante a qual poderão ser apresentadas emendas; se o projeto for rejeitado, encerrar-se-á a sessão extraordinária.

Art. 6º - As emendas a que se refere o artigo anterior deverão ser apoiadas por um quarto de qualquer das Casas do Congresso Nacional e serão apresentadas dentro de cinco dias seguintes ao da aprovação do projeto, tendo a Comissão o prazo de doze dias para sobre elas emitir parecer.

Art. 7º - As emendas serão submetidas à discussão do Plenário do Congresso, durante o prazo máximo de doze dias, findo o qual passarão a ser votadas em um único turno.

Parágrafo único - Aprovada na Câmara dos Deputados pela maioria absoluta será, em seguida, submetida à aprovação do Senado e, se aprovada por igual maioria, dar-se-á por aceita a emenda.

Art. 8º - No dia 24 de janeiro de 1967 as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgarão a Constituição, segundo a redação final da Comissão, seja a do projeto com as emendas aprovadas, ou seja o que tenha sido aprovado de acordo com o art. 4º, se nenhuma emenda tiver merecido aprovação, ou se a votação não tiver sido encerrada até o dia 21 de janeiro.

Art. 9º - O Presidente da República, na forma do art. 30 do Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, poderá baixar Atos Complementares, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional até 15 de março de 1967.

§ 1º - Durante o período de convocação extraordinária, o Presidente da República também poderá baixar decretos-leis sobre matéria financeira.

§ 2º - Finda a convocação extraordinária e até a reunião ordinária do Congresso Nacional, o Presidente da República poderá expedir decretos com força de lei sobre matéria administrativa e financeira.

Art. 10 - O pagamento de ajuda de custo a Deputados e Senadores será feito com observância do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º do Decreto Legislativo nº 19, de 1962."

Brasília, 7 de dezembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Carlos Medeiros Silva

Zilmar Araripe

Ademar de Queiroz

Manoel Pio Corrêa

Eduardo Gomes

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionali-

zou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pes-

soa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar “a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução”, deveria “assegurar a continuidade da obra revolucionária” (Ato Institucional nº 4, de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais e estaduais e Vereadores só receberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único. Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seu mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quórum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre o assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança;

1. liberdade vigiada;
2. proibição de freqüentar determinados lugares;
3. domicílio determinado.

§ 1º O Ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário

Art. 6º Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim com empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente, no exercício de cargo ou

função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9º O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do artigo 152 da Constituição.

Art. 10º Fica suspensa a garantia de habeas-corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11º Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seu Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

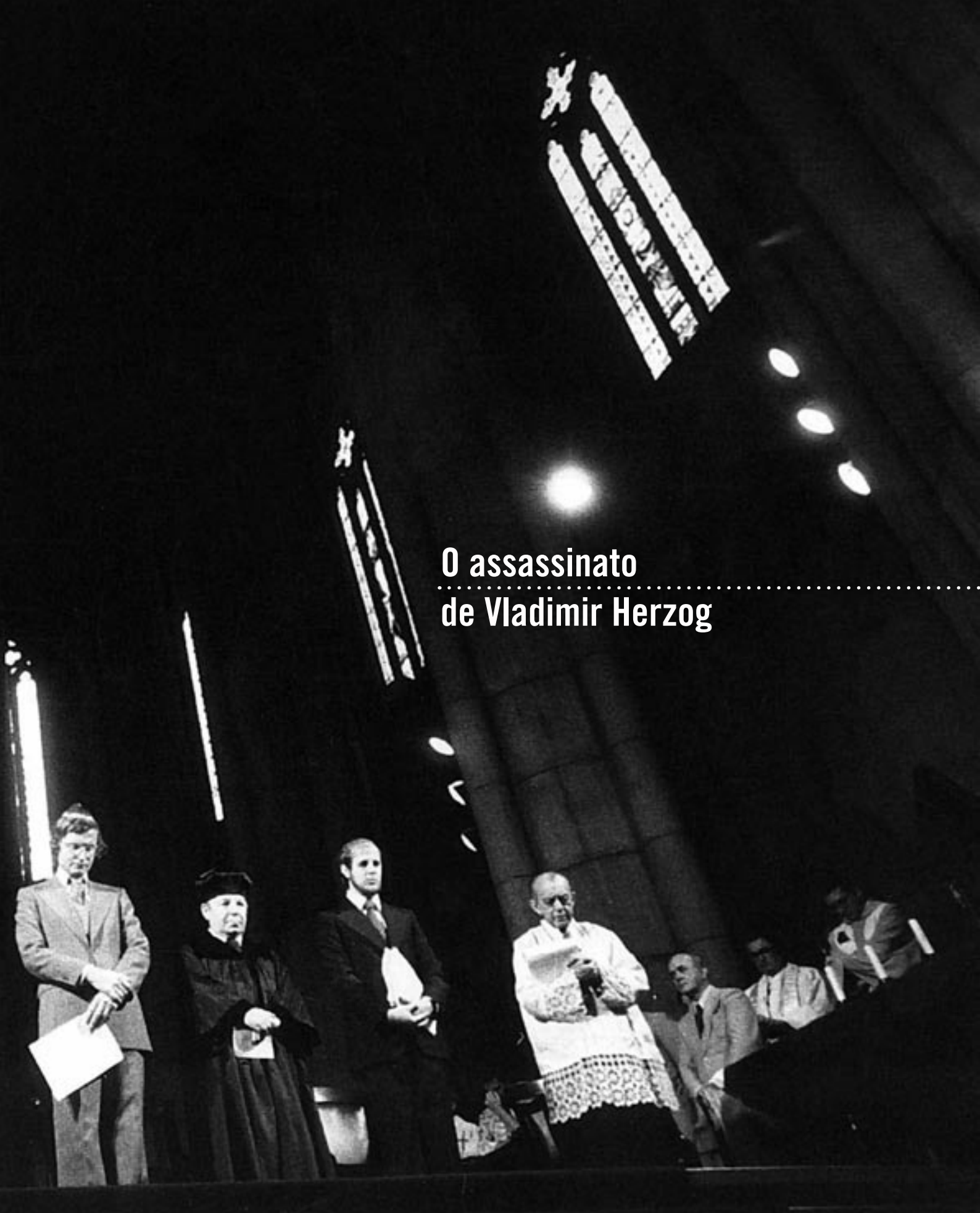
Art. 12º O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República. – A. COSTA E SILVA – Luís Antônio Gama e Silva – Augusto Hamann Rademaker Grunewald – Aurélio de Lyra Tavares – José de Magalhães Pinto – Antônio Delfin Netto – Mário David Andreazza – Ivo Arzua Pereira – Tarso Dutra – Jarbas G. Passarinho – Márcio de Souza e Mello – Leonel Miranda – José Costa Cavalcanti – Edmundo de Macedo Soares – Hélio Beltrão – Afonso de A. Lima – Carlos F. de Simas.

D.O. de 13.12.68 – pág. 10.801

Culto ecumênico na Catedral da Sé pela morte de Herzog, co-celebrado pelo cardeal D. Paulo Evaristo Arns, pelo reverendo Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel, reuniu cerca de 8 mil pessoas. São Paulo, 31/10/1975. (AE)



A black and white photograph of a church interior during a service. The scene is dimly lit, with light streaming through tall, narrow stained-glass windows. In the foreground, several people are standing. On the left, a man in a suit holds a paper. Next to him is a woman in a dark, long-sleeved dress and a small hat. To her right is another man in a suit. Further right, a priest in white vestments with a lace-trimmed surplice is reading from a book. Other people are visible in the background, some seated and some standing. The overall atmosphere is solemn and formal.

O assassinato de Vladimir Herzog



Capa do jornal Ex-16,
novembro de 1975

No dia 25 de outubro de 1975, morreu o jornalista Vladimir Herzog, assassinado, sob tortura, nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Com os textos aqui publicados, a Fundação Perseu Abramo quer prestar uma homenagem a Vlado, evocando as várias facetas desse homem íntegro, fiel às suas convicções, o jornalista competente e responsável, o homem apaixonado por todas as manifestações culturais, o amigo leal, cuja falta todos nós, que com ele convivemos, continuamos a deplorar.

A par disso, nossa intenção é também rememorar a reação que se sucedeu: a indignação que uniu, primeiro, a categoria dos jornalistas e, logo a seguir, os vários segmentos

da população numa onda crescente de revolta que teve como consequência a denúncia pública, no Brasil e no exterior, da arbitrariedade do regime militar, abalando de forma decisiva a estabilidade do governo ditatorial.

Para contar essa história utilizamos principalmente depoimentos de pessoas que tiveram participação nos acontecimentos. A maioria dos depoimentos foi feita especialmente para a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo, outros foram extraídos de relatos já publicados em jornais, revistas ou livros.

Lélia Abramo disse uma vez que há feridas que não cicatrizam jamais. É o que eu sinto ao ler estes depoimentos. A emoção com que foram escritos revela que a dor pela perda de Vlado e a revolta pela brutalidade do que aconteceu estão vivas em todos, seus amigos, colegas, companheiros. Mas, ao mesmo tempo em que evocam muito sofrimento, os relatos falam também de solidariedade, de inconformismo, da disposição de resistência que se fortaleceram nesse episódio, e que, sem dúvida, influenciaram significativamente as lutas contra o regime de arbítrio e pelos direitos humanos que se travaram em nosso país nos momentos subsequentes.

Como complemento a este capítulo, queremos acentuar a importância do manifesto “Em nome da verdade” (publicado no jornal *Unidade* nº 6, janeiro de 1976), assinado por 1.004 jornalistas de todo o país, em que pela primeira vez naquele período de repressão uma categoria profissional ousou contestar publicamente a versão oficial de suicídio que as autoridades queriam impor para explicar a morte de Vlado.

A repercussão nacional e internacional do manifesto foi imensa, intensificando significativamente o processo de resistência ao governo ditatorial brasileiro.

Zilah Abramo
25/10/2000



Vladimir Herzog, morto no DOI-CODI de São Paulo, em foto tirada pouco mais de um mês antes de sua morte. No detalhe, generais do Exército brasileiro, novembro de 1973. (Ricardo Penna/AE)



A prisão de Vlado

Hamilton Almeida Filho

Extraído do livro *A sangue quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 16-19.

[...] Na sexta-feira [24 de outubro de 1975], entre 20 e 21 horas, tocou a campainha da casa de Vladimir Herzog. Um sobrado de fundos, no fim da rua Oscar Freire, uma travessa da rua Augusta [em São Paulo]. Clarice Herzog, 34 anos, casada com Vlado há mais de dez anos, mãe de André (7 anos) e Ivo (9 anos), atendeu. Dois senhores recém-saídos de um corcel, perguntaram pelo marido. O motivo da visita: encomenda de um *free-lancer* (um trabalho extra) a Vlado.

Jornalista, foi editor do jornal alternativo *Ex* e autor do livro *A sangue quente: A morte do jornalista Vladimir Herzog* (Alfa-Ômega, 1978).

Clarice Herzog,
socióloga, viúva de
Vladimir Herzog, em
foto de dezembro de
1984. (AE)



Dezenas de pessoas haviam sido presas, em São Paulo, nos últimos dias. E, na própria sexta, mais três jornalistas detidos (Rodolfo Konder, da revista *Visão*; George Duque Estrada, de *O Estado de S. Paulo* e José Vidal Pola Galé, da Agência Folhas), conforme o jornalista Julio de Mesquita havia divulgado durante o dia, na última sessão da XXXI Assembléia anual da Sociedade Interamericana de Imprensa, a SIP, realizada no Hotel Hilton.

Clarice fez ver aos dois estranhos que Vladimir não estava interessado em trabalhos extras.

Os homens se retiraram. Clarice pegou os dois filhos e na Belina do casal foi buscar o marido na televisão. De casa até lá deve ter levado mais de 25 minutos, para cortar a região dos Jardins e alcançar uma das maiores avenidas periféricas da cidade, a Marginal do Rio Tietê. A televisão fica ali, ao lado da ponte para o Bairro do Limão – Freguesia do Ó. [...]

É neste cenário, rua Carlos Spera, 179, que se desenrolarão as cenas de tentativa de prisão de Vladimir Herzog, nessa noite de sexta-feira, após 21h30.

[Depoimento de Demétrio Costa:]

“Conheci o Vlado há pouco mais de um ano quando fui trabalhar na TV Cultura. Trabalhávamos juntos naquela vez por uns três meses.

No fim de 1974, Vlado deixou a Cultura para ficar só na Visão, até que nos reencontramos novamente na Cultura agora no começo de setembro. Foi a convite dele que passei a ser um dos editores do ‘Hora da Notícia’.

No começo da madrugada de domingo, quando recebi o aviso de que o amigo Vlado estava morto, o que senti foi terrível. Eu havia acompanhado tudo na sexta-feira. Naquele dia, à tarde, Vlado veio sorrindo ao meu encontro na redação. Embora diretor, ele mesmo se escala-

va para trabalhar aos sábados. Ele me pedia que fizesse para ele aquele sábado; estava muito cansado e queria passar um fim de semana diferente com a família.

Naquela tarde, ele mesmo dirigiu a edição do telejornal; e foi comigo (às 21h) acompanhar a transmissão do 'Hora da Notícia'. Quase no fim do programa desceu para ir à lanchonete. No fim da escada os dois agentes já estavam à espera dele.

Logo fui avisado e desci correndo para encontrar o Vlado no corredor que dá para o portão da TV. Um colega, o repórter Chico Falcão, já estava lá e eu fiquei junto. Não deve ter demorado um minuto para chegar a Clarice e os dois filhos. Vlado se afastou um pouco e disse pra ela ir para o sítio com as crianças que ele iria depois. Ela percebeu e encostou também. Vlado explicou que aqueles homens eram agentes e estavam ali para levá-lo. Clarice afastou as crianças, Vlado fez menção de andar com os dois agentes até a porta da saída, quando o meu colega ponderou que ele não podia ir sem antes dar instruções para um programa que ainda seria transmitido naquela noite e para uma reportagem que seria feita no dia seguinte. Um dos agentes retrucou que não poderia esperar. 'Ainda temos que passar em outros lugares.' Vlado pediu que esperassem um pouco. Ele era o diretor-responsável e eles podiam acompanhá-lo. Só por isso chegou a voltar à redação, onde os companheiros já se mobilizavam para conseguir a interferência da Presidência da Fundação. Que me lembre, nunca vivi momentos de tanta tensão. Eu não ignorava, é claro, esse tipo de coisa. Mas nunca tinha assistido a qualquer prisão e muito menos à prisão de um amigo sem saber por que, porque não há papel. Além disso, era noite e, no máximo, só se poderia presumir para onde ele seria levado.

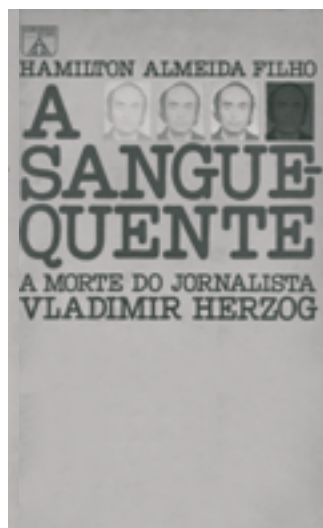
Fiquei na redação sem condições de fazer nada, se é que alguém tinha condições de trabalhar naquelas circunstâncias. Só as crianças me pareciam tranqüilas. E, quanto a mim, muito mais controlado me parecia o Vlado a dar de ombros quando sua mulher lhe perguntou se estava tranqüilo e a confirmar depois que estava com a receita médica.

Ainda por interferência do colega repórter (Chico), o superior dos dois agentes concordou, por telefone, em permitir que Vlado continuasse em seu local de trabalho até às 11 horas da noite, enquanto era providenciada a localização de alguém para substituí-lo.

Nesse período, um dos agentes permanecia sentado num canto da redação e o outro se mantinha perto do portão. Às 11 e 5, o homem que estava lá fora voltou a entrar; quando se aproximou de Vlado, falou: 'Bem, o senhor cumpre ordens e eu também estou cumprindo ordens. Mas chegamos a um acordo e então o senhor pode continuar seu trabalho. O senhor deve se apresentar amanhã cedo (sábado, 25/10/75), na rua Tomás Carvalhal, 1.030'.

Pergunta Vlado:

- A que horas?
- Às oito.
- Devo procurar por quem?
- Capitão Borges (foi o que entendi).



– Estarei pontualmente lá. Agradeço a compreensão dos senhores. Boa noite.
Pra mim, foi um grande alívio.

Fiquei ainda uns dez minutos na redação. Vlado parecia agora completamente tranqüilo e satisfeito em saber que, pelo menos, poderia passar a noite em casa. Ele sabia dos seus colegas que estavam presos e me disse que estava absolutamente tranqüilo quanto a si. E depois:

– Espero apenas que possamos conversar cavalheirescamente.

Disse-lhe que não esqueceria as suas recomendações para o jornal de sábado e nos despedimos com um forte abraço.

Sábado à tarde, na redação sabíamos apenas que ele havia se apresentado no horário.

À noite, a única versão era de que ele talvez não sairia antes de segunda-feira.

A edição de sábado do ‘Hora da Notícia’ foi ao ar novamente e sobre o filme de abertura saiu a legenda: diretor responsável, Vladimir Herzog. Vlado tinha assinado o jornal depois de morto.” (Demétrio Costa fez este relato antes do presidente Rui Nogueira ter recebido determinação do secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, proibindo seus funcionários mais graduados de dar qualquer declaração sobre o fato [...].)

O ASSASSINATO DE
VLADIMIR HERZOG

Debate público realizado no calçadão da rua Barão de Itapetininga, em frente à livraria Brasiliense, no centro de São Paulo, em 1978, no lançamento do livro *Dossiê Herzog*, de Fernando Pacheco Jordão. No tablado no centro da foto aparecem Perseu Abramo (à esquerda) e o autor do livro. (Arquivo da Família de Perseu Abramo)

Carta a Vlado **Fernando Pacheco Jordão**

Meu caríssimo Vlado,

Curioso como muitas vezes o acaso faz a gente de repente se dar conta do impacto da passagem do tempo, do quanto de vida, experiências, amizades, amores, dores, separações, perdas, frustrações e alegrias se acumula no fundo das gavetas da memória e vem à tona quando alguém pergunta: Como foi? Você se lembra daquele dia? Que papel ele teve na história? O que mudou no país?

O impacto é mais forte quando tais perguntas vêm de um jovem repórter nascido exatamente no 25 de outubro de 1975, o dia da sua prisão, tortura e morte, e que só não se chama Vladimir, em sua homenagem, porque a mãe ficou com medo. Medo da repressão, com certeza, mas talvez também do peso da responsabilidade que estaria jogando sobre a criança, porque já se percebia então a dimensão do golpe sofrido, assim como já se podia imaginar a estatura que o seu nome e a sua história ganhariam.

Por que falo no quase-Vladimir? Porque foi justamente ele que fez romper a barreira de sentimentos represados que, de tempos em tempos – em geral, nos aniversários do seu assassinato –, insistem em aflorar novamente. De ternura, quando a memória remete à

Jornalista. Atuou ativamente no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970 e 1980. Foi dos maiores batalhadores na luta dos jornalistas para o restabelecimento da verdade sobre todas as ocorrências da prisão e da morte de Vlado, seu fraternal amigo. Escreveu o livro *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil* (Global, 1978).

longa convivência que tivemos, pessoal, familiar e profissional. De revolta e dor, quando se remexe a lembrança da sua tragédia. De raiva, muita raiva – raiva de chorar, ainda hoje – sempre que me dou conta dos amigos que nos levaram, você especialmente, e da imensa fatia de vida que nos roubou a ditadura militar: os momentos de opressão e medo que nos obrigavam a conversar em voz baixa, a censura imbecil que era o nosso cotidiano nas redações, as músicas que não nos deixavam ouvir, o teatro e o cinema a que não nos deixavam assistir, tanta idiotice.

Há algum consolo em pensar que com toda a certeza a sua morte contribuiu para apressar o fim dos anos de trevas. Na verdade, devia ser este o sentido deste texto, pois o que me pediram foi uma avaliação dos desdobramentos após a sua morte, se possível até os dias de hoje. Você já percebeu que fugi do assunto e provavelmente, com o rigor profissional que sempre teve, coçaria o alto da cabeça, como costumava – hoje você estaria careca por causa disso, imagino – e me faria reescrevê-lo. Acontece que, assim como me é difícil controlar a emoção toda vez que me entrevistam sobre aqueles dias, também para escrever não consigo pensar no amigo e tratá-lo como personagem da história deste país – e que personagem importante você se tornou! Não há quem não tenha consciência do papel decisivo que você involuntariamente – mas bravamente – desempenhou na luta pela retomada da democracia.

Porém, em vez de artigo ou ensaio, que seriam mais apropriados mas exigiriam um distanciamento que não consigo ter, além de uma formação acadêmica e teórica que me falta, optei por este formato de carta ao amigo, ainda que correndo o risco de algumas pieguices aqui e ali que certamente estimulariam aquela sua veia irônica.

Por exemplo, perseguem-me duas sensações de culpa. A primeira é a de que sua morte seria evitável. Que fazíamos, os seus amigos, cientes do terror implantado naquela prisão, que não o impedimos de ir até lá naquela manhã de sábado? A paralisia deve ter sido causada pelo medo que todos tínhamos ou quem sabe pela tranquilidade e pela segurança com que você decidiu apresentar-se para o que imaginava que seria um mero interrogatório. A segunda é se não podíamos – jornalistas, OAB e tantas forças de opinião que se aglutinaram naqueles dias – ter ido além do que fomos na maré de indignação que a tragédia do 25 de outubro desencadeou. Uma vez, alguns anos atrás, revelei essa inquietação ao Perseu Abramo. Mais capaz de avaliações políticas e menos emocional do que eu, ele ponderava que tínhamos avançado até onde era possível. De novo me fiz as mesmas perguntas agora, ao ser entrevistado pelo seu quase xará para a revista *Imprensa*, que está para sair com uma edição especial dedicada a você. O que teria acontecido se...

Análise, ensaio ou carta, o fato é que a incansável militante Zilah Abramo, que agora, além das suas próprias, empunha as bandeiras deixadas pelo Perseu, pensou este texto como uma forma de apresentação desta página especial da Fundação Perseu Abramo. Tentei vários caminhos, mas invariavelmente esbarrei na emoção que me despertam as lembranças do 25 de outubro, da mobilização dos jornalistas contagiando outros setores, do culto ecumênico da Catedral da Sé.

Há dois anos, na entrega do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo (criado por iniciativa do Perseu), um dos oficiantes daquele ato, o pastor Jaime Wright, falava da “situação de intenso medo e temor que prevalecia em nosso ambiente” quando você foi preso, torturado e morto, e dizia que era preciso “manter viva a memória daquilo que sofremos”. Acho

que outro não é o objetivo da Fundação ao encomendar os textos e depoimentos que estão nesta página, e as escolhas não podiam ter sido mais felizes.

Não se trata de uma comemoração, claro. Uma homenagem, com certeza. Sobre tudo uma celebração de companheiros seus – e das novas gerações também – pela preservação e pela prevalência dos valores e idéias que você defendia generosamente e pelos quais morreu. Em nome dos nossos filhos que cresceram juntos e agora também dos netos – vovô Vlado, quem diria! – que você não conheceu.

O papel do Sindicato dos Jornalistas Audálio Dantas

O papel desempenhado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo na denúncia do assassinato de Vladimir Herzog ainda não foi devidamente avaliado. Se o sacrifício de Vlado foi, sem sombra de dúvida, o ponto de partida para o desmonte do aparelho de repressão armado pela ultradireita, que lutava pela hegemonia na ditadura militar, a atuação do Sindicato no episódio marcou o momento em que se abriu espaço para o crescimento da resistência da sociedade civil ao regime instalado no país com o golpe de 1964.

A realização do culto ecumênico em memória de Vlado, com a participação de mais de 8 mil pessoas, no dia 31 de outubro de 1975, na Catedral de São Paulo, foi a maior manifestação pública desde a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Isso apesar do clima de ameaças, do verdadeiro cerco estabelecido com a chamada Operação Gutemberg, comandada pelo então secretário de Segurança, coronel Erasmo Dias, que mandou instalar mais de 380 barreiras nos principais pontos de acesso ao centro da cidade. Naqueles dias de outubro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo era a principal trincheira, uma referência para a sociedade civil na luta contra a repressão.

O processo que levaria à denúncia do assassinato de Vlado, contudo, começara meses antes, com a vitória da oposição nas eleições para a diretoria do Sindicato, em abril. Os sindicatos eram mantidos sob estrito controle pela ditadura, mas o dos jornalistas começou a falar, a levantar questões proibidas, como a censura, a política salarial e outras. Em julho, dois meses depois de sua posse, a diretoria já era convocada ao Comando do II Exército para explicar uma nota distribuída à imprensa em que contestava acusações de que as redações estavam “dominadas” pelos comunistas.

A ação repressiva dos militares que se opunham ao projeto de abertura política ensaiado pelo general Ernesto Geisel, que ocupava a Presidência da República, vinha num crescendo desde o final de setembro, quando se iniciou a série de prisões e seqüestros que culminaria com a morte de Herzog, no DOI-CODI do II Exército, no dia 25 de outubro. Era a Operação Jacarta, inspirada num massacre ocorrido dez anos antes na Indonésia.

Quando a Operação Jacarta, comandada pelos militares da ultradireita, alcançou o primeiro jornalista (Sérgio Gomes da Silva, no dia 5 de outubro), sua prisão foi denunciada em nota distribuída pelo Sindicato, tornando público um assunto que, na maioria das vezes, ficava restrito às famílias e aos amigos das vítimas da repressão.

Jornalista. Na época, liderou, como presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, as manifestações de protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog e o trabalho feito pelos jornalistas para contestar a versão oficial de suicídio de Vlado. Foi deputado federal.

Culto ecumênico na Catedral da Sé pela morte de Herzog. São Paulo, 31/10/1975. (AE)



Daí em diante, a cada prisão (antes de Vlado foram presos dez jornalistas) um novo comunicado era distribuído. Várias vezes convocada à presença dos militares, a diretoria do sindicato era advertida de que as denúncias que fazia poderiam levar ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Não é exagero dizer que a reação dos jornalistas, conduzida pelo sindicato, frustrou um golpe que vinha sendo preparado havia tempo pelos militares da chamada linha dura. No caso Herzog, a versão de suicídio apresentada pelo Comando do II Exército não foi aceita em momento algum pelos jornalistas. Tratava-se de mais um caso de assassinato praticado contra opositores do regime, mas não seria, como muitos outros, recebido em silêncio. O corpo de Vlado não seria apenas mais um entregue em caixão lacrado e sepultado sob o peso do silêncio e do medo.

O comunicado que o Sindicato distribuiu no dia seguinte à morte do companheiro foi um grito e uma denúncia. Foi um basta, a expressão da consciência nacional, que não mais suportava a opressão. O documento responsabilizava os militares pela morte, independentemente da circunstância em que ela ocorrera: “Não obstante as informações fornecidas pelo II Exército” – dizia o documento – “o Sindicato dos Jornalistas deseja notar que, perante a lei, a autoridade é sempre responsável pela integridade física das pessoas que coloca sob sua guarda”.

E prosseguia: “O Sindicato dos Jornalistas, que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos, denuncia e reclama das autoridades um fim a essa situação em que jornalistas profissionais, no pleno, claro e público exercício de sua profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida, permanecem sujeitos ao arbítrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas e de seus locais de trabalho, sempre a pretexto de que

apenas irão prestar depoimento, e os mantêm presos, incomunicáveis, sem a assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei”.

A discussão desse documento, inicialmente no âmbito da diretoria, foi o começo de um formidável movimento que uniria, primeiro, os jornalistas e depois outros setores sociedade civil. Na condução do processo, o Sindicato se abriu à ampla participação da categoria, que, da perplexidade, passou à organização que levaria à mais contundente denúncia até então feita de um crime da ditadura militar.

Esse processo prosseguiria com a discussão ampliada que levaria à elaboração de um documento que desmontaria, ponto por ponto, a farsa do Inquérito Policial-Militar montado pelo II Exército para “apurar as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog”. Resumido no manifesto “Em nome da verdade”, o documento foi assinado por 1.004 jornalistas de todo o Brasil e distribuído à imprensa em janeiro de 1976. Apenas um jornal, *O Estado de S. Paulo*, o publicaria na íntegra, mas como matéria paga. Isso dava a medida de o quanto os jornalistas tinham avançado na denúncia dos crimes da ditadura.

Vlado, o ponto de partida **Gianfrancesco Guarnieri**

Há 25 anos, assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura militar, morria Vladimir Herzog – o Vlado. Edu Lobo e eu, na ocasião, viajávamos pelo interior de São Paulo apresentando o show “Me dá o mote”, quando fomos fulminados pela terrível notícia. Diziam que Vlado tinha se suicidado nas dependências do DOI-CODI. Indignados e informados, imaginávamos os momentos infernais sofridos pelo nosso amigo sob as torturas aplicadas pelos algozes da Oban. Atordoados, nossa primeira reação foi cancelar o show que realizaríamos naquele dia e voltar para São Paulo, onde, junto aos amigos, poderíamos decidir como extravasar nossa revolta. Mas, em seguida, percebemos que a não-realização de nosso espetáculo (que muito tinha a ver com o clima do país na época) se constituiria em mais uma vitória da truculência e da barbárie e que o que tínhamos a fazer, no momento, como resposta era realizar um espetáculo com muito amor e confiança no futuro, dedicando-o publicamente ao Vlado. Assim o fizemos. O público aplaudiu de pé. Não aclamavam apenas um espetáculo que lhes tocou o coração: reverenciavam o jovem jornalista, culto, sereno, patriota, progressista, de mil amigos e admiradores em razão de suas múltiplas qualidades. Por certo, sem o saber ainda, homenageavam aquele que com o impacto de sua imolação determinava o desmoronamento da ditadura.

A reação de parte da sociedade diante da tragédia não se fez esperar. Os cidadãos mais conscientes, movidos pela indignação, procuravam as formas possíveis para demonstrar seu repúdio ao ato infame e corajosamente exteriorizarem seus sentimentos. Entre eles, muitos artistas que se manifestaram individualmente e, em seguida, através de algumas de suas obras, inspiradas por tão doloroso acontecimento.

Teatrólogo e ator, participante do movimento dos artistas pela Anistia/SP. Autor de vários filmes e peças de teatro que abordam as violências e injustiças cometidas contra o povo brasileiro. Exemplo disso é a peça *Ponto de partida*, inspirada no assassinato de Vladimir Herzog. Faleceu em 2006.

Sob o impacto da morte de Vlado escrevi *Ponto de partida*. Intuí ser aquele momento decisivo para a derrocada do regime militar. Motivado não só pela dor e pela indignação mas, particularmente, pela urgência de alardear o que se passava conosco, com nosso país e com os melhores de nossa sofrida gente. Amordaçados pela censura, éramos obrigados a descobrir caminhos que nos permitissem a expressão sem colocar em perigo a obra e a nós mesmos. Impedidos de escrever sobre a realidade presente, classifiquei a peça como “fábula”, na acepção de narração de coisas imaginárias, ficção. Afirmar ter-me inspirado em uma lenda medieval. “[...] é sobretudo a fria exposição de um instante histórico determinado e terrível. Um episódio serve de incontável estopim para uma crise sociopolítica que envolve toda uma comunidade, no caso uma aldeia medieval. Poderosos e dominados estão perplexos e hesitantes, impotentes e angustiados. Contendo justos gestos de ódio e revolta, taticamente recuando diante de forças transitoriamente invencíveis. Um dia os tempos serão outros. Diante de um homem morto, todos precisam se definir. Ninguém pode permanecer indiferente. A morte de um amigo é a de todos nós. Sobretudo quando é o Velho que assassina o Novo.”

Tencionava abrir meu espírito e meu coração escrevendo sobre os anos de chumbo em que vivíamos, assolados pelo medo, acordando sobressaltados, mas também sobre coisas belas, os atos de solidariedade, a generosidade na luta. De Vlado nasceu Birdo. Birdo, pássaro em esperanto, liberdade, ternura, consciência, sabedoria e amor. De Clarice Herzog, mulher de Vlado, nasceu Maíra, amada de Birdo, encontrado, em uma triste manhã, enforcado no meio da praça. Maíra que espera um filho de Birdo, que se recusa a aceitar o suicídio do amante e que expressa as razões de sua incredulidade diante do povo: “Birdo jamais atentaria contra a própria vida, pois para viver tinha as mais belas razões”. Prossegue afirmando que Birdo pretendia formar família, que construía uma pequena casa. Às margens do rio, entre os casebres dos menos favorecidos. Lá onde punha todo seu coração, entre sua gente, pois que deles era médico, conselheiro, mestre e cantor. Diz das crianças que alfabetizava, de sua indagação constante, sua inquietude, sua busca sem parada. Alerta: “Se a muitos estimulava, a alguns incomodava. Mas esses alguns têm poder e força”. E Maíra, finalizando seu depoimento no inquérito, exige: “(...) e que, entre os ‘alguns’ a quem o morto perturbava, se procure a verdade de sua morte. Para que possamos continuar existindo, cada qual olhando nos olhos do outro, mas sem medo e muito menos vergonha”. Os pais de Maíra, poderosos senhores que detinham o total domínio político e militar da província, concluem o inquérito impondo a versão de suicídio. Sabendo, enfim, que Maíra é apaixonada por Birdo e que dele espera um filho, o poderoso pai, em fúria, exige o aborto, vociferando: “Não se abastardará meu sangue. Do celerado não sobrarão sementes. Do ventre de minha carne não se perpetuará o inimigo. Arrancarei de ti este embrião. Que sofras o quanto gozaste. Não tenho olhos, sou cego, por isso golpeio em círculo. Vem Áida!”. A mãe segura a filha e ambos – pai e mãe – provocam o aborto. A jovem desfalece. Denotando uma ponta de admiração, o pai indaga da mãe se fora ela a responsável pela morte de Birdo. Ela assente: “Sim, fui! Esta tragédia é só minha pois não tenho salvação. A ti estou atrelada! Somos o velho e acabado e só tua força nos sustenta! (...) Matei-o. Mandeí que o pendurassem na praça, de ódio pelo seu amor, pela sua beleza, pela sua esperança! Quisera esmagá-lo, mordê-lo até sangrar, arrancar-lhe os olhos, a língua, o sexo! Ele é vida, é sangue e humanidade pulsando. Sou fria e atra, sou passado, momento final!”. E o pai-

senhor, como em transe, exclama: “Golpearei em círculo e muitas cabeças rolarão. Haverá paz e trabalho! Viveremos em ordem! Em ordem! Orgulhosos de nossa força!”. Finalizo a peça com Maíra, na praça, sozinha diante do amado morto: “Sozinhos, meu amado. Já em mim não continuas, pois mataram o pai e filho não nascido, e de ti só restará uma lembrança proibida. Mas eu ficarei meu amado, no centro desta praça, até que estes tempos se acabem e os homens se reencontrem no que conservarem de humano. Eu e meu sangue, e minha fé, e minha coragem, e minha certeza, e minha dor que é só o que há de irreversível!”.

Vlado, com o mais profundo respeito e saudade.

25 anos sem Vlado Herzog **Henry Sobel**

Em outubro [de 2000] faz 25 anos que o Brasil perdeu Vladimir Herzog. Vlado era jornalista de destaque, professor da Universidade de São Paulo e diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura. Era também um judeu. Não praticante, mas um judeu – um judeu dotado de grande capacidade intelectual, universal em sua visão e profundamente comprometido com as causas humanitárias no Brasil e no exterior. Eu o conhecia superficialmente. Conheço muito bem sua mãe, que é sócia da Congregação Israelita Paulista.

Na segunda-feira, dia 27 de outubro de 1975, os jornais noticiaram a morte de Herzog, aos 38 anos de idade, depois de ter sido submetido a intensos interrogatórios nas dependências do Destacamento de Operações de Informações do II Exército, em São Paulo. Estávamos então no auge da repressão neste país. Herzog foi encontrado morto em sua cela no DOI-CODI. A explicação oficial divulgada pelas Forças Armadas foi que ele havia se suicidado.

O enterro de Herzog, que se realizou naquela mesma segunda-feira no Cemitério Israelita do Butantã, teve ampla repercussão na imprensa local e na internacional, não somente devido às circunstâncias trágicas em que ocorrera sua morte, mas também porque muitas das pessoas presentes ao sepultamento tiveram a impressão de que a cerimônia não havia sido celebrada de acordo com os rituais tradicionais judaicos. Entre os fatos destacados pela imprensa, noticiou-se com ênfase a ausência de um rabino no cemitério e a suposta rapidez com que se realizou o enterro. Como representantes da fé judaica estavam presentes apenas um cantor litúrgico e os membros da Chevra Kadisha, o comitê funerário da Congregação Israelita Paulista.

Em entrevista que concedi à imprensa no dia seguinte, esclareci que os rituais de sepultamento haviam sido cumpridos rigorosamente de acordo com a lei judaica. E expliquei que o único motivo da minha ausência tinha sido um compromisso profissional inadiável, no Rio de Janeiro, no dia do enterro.

Ressaltei que a comunidade judaica estava chocada diante da violação dos direitos fundamentais de Herzog e que ele havia sido vítima da ditadura. Declarei categoricamente à imprensa que Herzog tinha sido sepultado com todas as honras que lhe eram devidas como judeu, como brasileiro, como ser humano. De acordo com a lei judaica, um suicida é enter-

Presidente do Rabinato da Congregação Israelita Paulista e coordenador da Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Formou, com D. Paulo Evaristo Arns e com o reverendo James Wright o trio ecumênico que apoiou a luta travada contra as arbitrariedades do regime.

rado na periferia do cemitério, como forma de condenar visivelmente o pecado cometido por aquele que destrói a própria vida. Não foi esse o caso de Vlado; ele foi sepultado no centro do campo-santo.

Preocupou-me imensamente não só a barbaridade do crime que havia sido cometido, mas também a imagem de passividade que foi atribuída à comunidade judaica. Fiz questão de declarar à imprensa que a Sinagoga defendia os direitos humanos com o mesmo fervor que a Igreja, e que os judeus estavam tão revoltados com a morte de Herzog quanto todos os outros brasileiros.

Quando me perguntaram sobre “um certo apressamento da cerimônia do enterro”, expliquei (depois de consultar o nosso pessoal da Chevra Kadisha) que, de fato, houve um apressamento, motivado pelo respeito ao falecido. Dado o grande número de pessoas presentes, a intenção tinha sido evitar que o funeral se transformasse num ato público de caráter político. Quando voltei do Rio a São Paulo, assegurei à família, tanto pessoalmente como publicamente, que todas as orações haviam sido devidamente recitadas.

Alguns dias depois da morte de Herzog, a pedido da família e do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, foi realizado um culto ecumênico na Catedral da Sé, co-celebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo reverendo Jaime Wright e por mim. Cerca de 8 mil pessoas compareceram à catedral para render tributo a Vlado, entre os quais inúmeros parlamentares, professores, estudantes e representantes dos centros acadêmicos de quase todas as faculdades paulistas.

O culto foi conduzido com a maior solenidade e dignidade. O cardeal Arns foi magnífico! Ele se referiu ao governo como “assassinos” e citou o mandamento do Decálogo: “Não matarás!”. “Ninguém mata um homem e fica impune”, disse o cardeal.

Os presentes ouviram as palavras dos oradores e o canto do “*El malé Rachamim*”, a tradicional oração judaica em tributo aos falecidos. Foi recitado então o “*Kadish*”, a prece dos enlutados. Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas, concluiu o serviço religioso dizendo: “Em nome dos jornalistas, em nome de Deus e em nome dos homens, pedimos a paz e nos comprometemos a lutar pela paz”.

Imediatamente após a morte de Herzog, milhares e milhares de universitários, jornalistas, intelectuais e líderes religiosos de todos os credos organizaram passeatas, greves e atos públicos, em consequência dos quais o comandante ultra-radical do II Exército foi substituído por outro mais moderado.

A morte de Vladimir Herzog mudou o rumo do país. Foi o catalisador da abertura política e do processo de redemocratização do Brasil. Seu nome será sempre uma recordação dolorosa de um sombrio período de repressão na história brasileira. Será também o eco eterno da voz da liberdade, que não cala jamais.

Vlado não foi a única vítima do *establishment* naquela época. Nos anos da ditadura militar no Brasil, centenas de opositores do regime foram espancados em repartições públicas. Muitos foram mortos. A tortura era o meio preferencial utilizado pela polícia para buscar informações sobre outros militantes. Com a redemocratização do país, tece-se a impressão de que a tortura acabara. Infelizmente, era uma impressão falsa.

A tortura, um crime inafiançável de acordo com a Constituição Brasileira, continua a ser praticada pelos agentes do Estado, aviltando toda a polícia. O espancamento, o choque

elétrico, o pau-de-arara são técnicas usadas rotineiramente. Nesta nossa civilização que se julga tão avançada, ainda é corriqueira a tortura de presos, a pretexto de puni-los pelos crimes que cometeram ou para extrair confissões de crimes que não cometeram.

A tortura precisa ser abolida. O que falta é a determinação da sociedade de não admitir que a tortura seja praticada no país. Não basta alguns defensores dos direitos humanos tentarem pressionar o governo para que proíba efetivamente a tortura. Tal pressão tem que vir da sociedade como um todo. Em última análise, os cidadãos da nação têm que responder pelos atos – e pela falta de atos – do seu governo.

Foi a pressão da sociedade que levou o governo a refrear a tortura nos anos da ditadura. O protesto maciço da população contra o assassinato de Vladimir Herzog surtiu efeitos positivos incomensuráveis. Infelizmente, a maioria das pessoas só se revolta com a tortura quando ela é de caráter estritamente político. Quando um criminoso comum é torturado, a sociedade se cala ou – pior ainda – aplaude. A triste verdade é que a violência da polícia conta hoje com o respaldo de uma parcela considerável da população. Na verdade, a lição do brutal assassinato de Herzog ainda não foi captada 25 anos depois.

Se queremos render tributo à memória de Vlado, temos que preservar dentro de nós o sentimento de indignação e inconformismo, jamais nos acomodando à violação dos direitos alheios. O silêncio é o mais grave dos pecados. A indiferença em face do mal é um incentivo ao recrudescimento do mal. Se fechamos os olhos, se viramos a cabeça, se fingimos não saber, tornamo-nos cúmplices.

Digamos “não” à tortura Alto e bom som, digamos “não” à violência institucionalizada. E, inspirados pelo legado de Vladimir Herzog, digamos “sim” à dignidade humana.



Culto ecumênico na Catedral da Sé pela morte de Herzog. São Paulo, 31/10/1975. (AE)

“Pegaram o Vlado para pegar você” José Mindlin

Vladimir Herzog foi uma das pessoas mais íntegras que conheci. Foi pena não ter tido com ele tanto contato quanto desejaria, mas foi o suficiente para que passasse a respeitá-lo e admirá-lo. Tudo se deu naquele tumultuado ambiente de 1975, com o desfecho que todos nós lamentamos. Mas em que lhe coube ser o personagem marcante que abriu, com o sacrifício de sua vida, o caminho para a abertura política.

Empresário e protetor das artes, conhecido por ter reunido uma das maiores bibliotecas particulares do país. Era, na época, secretário de Cultura do Estado de São Paulo.

Nosso primeiro encontro se deu quando eu era secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado; e, na ausência de meu saudoso amigo Rui Nogueira Martins, presidente da Fundação Padre Anchieta, o nome do Vlado foi indicado para a Diretoria de Jornalismo da Fundação. Houve vários candidatos, mas o currículo do Vlado era de tal forma superior, que não havia hesitação possível. Não o conhecendo pessoalmente, convidei-o para uma conversa na Secretaria, e a boa impressão se confirmou plenamente. Assim, apressei-me a indicar seu nome ao governador Paulo Egydio Martins, para não retardar o preenchimento do cargo. Note-se que, em nossa conversa, o Vlado não introduziu qualquer elemento pessoal que pudesse de alguma forma influenciar a minha decisão. Não mencionou, por exemplo, grandes amigos comuns, como Antonio Candido, nem fiquei sabendo que ele era, como eu, de origem judaica. Queria, evidentemente, que minha escolha fosse, como realmente foi, inteiramente objetiva.

Feita a indicação, estranhei que o assunto não fosse rapidamente resolvido. Comecei a saber de pressões injustificadas contra o Vlado e em favor de outro candidato, a meu ver, menos qualificado. Isso me fez insistir na indicação, afinal aceita pelo governador depois de mais ou menos um mês. Retrospectivamente, perguntei-me várias vezes se não teria sido preferível não ter insistido, mas, na ocasião, não havia como. Devo acrescentar que, antes de indicar o Vlado, e como era constrangedoramente de praxe naquele momento para esse tipo de nomeação, consultei pelo telefone o coronel chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) em São Paulo, que, depois de pedir que aguardasse um pouco, retornou a ligação declarando não ter nenhuma objeção. As únicas observações negativas sobre o Vlado, disse-me ele, “eram imprudências de mocidade, sem maior importância”.

Vlado nomeado e empossado, viajei para um seminário nos Estados Unidos, e, na volta, informou-me o governador que aparentemente estavam surgindo problemas na TV Cultura. Sugeriu-me que entrasse em contato com o “chefe do SNI”, “pois não queria problemas nessa área”.

Tive esse encontro no dia seguinte, no próprio gabinete do governador (era dia de despacho), e aí defendi a posição do Vlado, que estava sendo criticado, recusando-me a demiti-lo sem razões válidas para tanto, eventualmente surgidas após a aprovação de seu nome pelo SNI. “Não estou pedindo que o demita”, disse-me o coronel. “O senhor resolve, dependendo do risco que esteja disposto a assumir.” Foi uma conversa meio tempestuosa, mas que não me parece necessário transcrever aqui. O importante foi que chegamos a um acordo, que levamos ao conhecimento do governador, no sentido de que o Vlado continuaria no cargo, e que, se surgissem fatos graves, o coronel se comunicaria conosco, não tomando qualquer medida sem prévio entendimento com o governador ou comigo.

Instalou-se uma televisão no gabinete do coronel (provavelmente já existia), e outra no meu, a fim de podermos acompanhar os programas de jornalismo do Vlado, e ver o que acontecia. Nada aconteceu durante um mês, até o dia em que viajei novamente para os Estados Unidos (viagens particulares sem ônus para o governo) numa sexta-feira, dia 24 de outubro. O governador, por sua vez, viajou no mesmo dia para o interior do estado. Pois nessa noite começou a precipitar-se o drama: Vlado foi preso na TV Cultura, e, relaxada a prisão por intervenção de amigos e meus colaboradores na Secretaria, compromete-

teu-se a comparecer no dia seguinte ao DOI-CODI, onde a tragédia aconteceu. Eu só soube no domingo, mas não consegui passagem de volta antes da terça. Aqui chegando, procurei imediatamente o governador para apresentar meu pedido de demissão da Secretaria. A resposta do governador explica minha permanência no cargo naquele momento: “Você está liberado, dentro do entendimento que tivemos quando você assumiu (de que eu deixaria o cargo se não houvesse abertura). Mas devo dizer que, saindo agora, você enfraquece a resistência que temos de opor à ala radical. Porque eles pegaram o Vlado para pegar você. Pegariam você para me pegar, e me pegariam para derrubar o presidente. Você resolve, mas, se ficar, não posso garantir nada: amanhã podemos estar todos na rua, ou presos.” Diante disso, senti que não poderia deixar a Secretaria naquela hora, mas decidido a deixá-la na primeira oportunidade, como de fato deixei.

Isso, no entanto, é outra história. O que eu quero dizer neste depoimento é que lamentei profundamente o que aconteceu, e o apreço que de início tive pelo Vlado transformou-se numa admiração pelo resto da vida.

“Vamos todos para o Sindicato” Laís Oreb

Jornalista, foi diretora do
Sindicato dos Jornalistas
no período 1975-1980.

Há acontecimentos que passam para a História do país e devem ser recordados e jamais esquecidos, para que não tornem a acontecer.

Uma forma de reafirmação da história é o Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos, instituído pelo Sindicato de Jornalistas, que ocorre todos os anos no mês de outubro, reavivando episódios revoltantes da ditadura militar. Também não podemos esquecer que Perseu Abramo foi um dos idealizadores do prêmio.

Lembrar os 25 anos do assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI mostra, principalmente aos mais jovens, o horror de um governo ditatorial e a importância do regime democrático.

Uma cena ficou gravada para toda a minha vida. A campanha tocando, eu abrindo a porta, e um amigo jornalista, muito pálido, dizendo: “Mataram o Vlado, vamos todos para o Sindicato”.

Lembro bem da assembléia no auditório do Sindicato, totalmente lotado, e o sentimento geral de perplexidade diante de um ato tão covarde, pois Vlado chegou ao DOI às 8 horas da manhã e no final da tarde estava morto.

Lembro do velório no Hospital Albert Einstein, quando ninguém pôde ver o corpo. Tanto no velório como no enterro, tudo feito com muita pressa, era acintosa a presença de estranhos que, sem a menor cerimônia, demonstravam que estavam armados.

A assessoria do DOI-CODI apressou-se a informar à imprensa que Vlado havia se enforcado na cela. Versão logo refutada por toda a sociedade. Nos dias subsequentes, o Sindicato transformou-se em ponto de concentração da categoria. Lembro do Perseu Abramo dirigindo algumas reuniões, passando informações, colhendo sugestões. As manifestações de solidariedade chegavam de todas as partes, de todas as categorias.

Vista do interior da Catedral da Sé durante o culto ecumênico pela morte de Herzog. São Paulo, 31/10/1975. (AE)



Essa solidariedade culminou com o culto ecumênico realizado na Catedral da Sé, reunindo milhares de pessoas, apesar da ridícula “Operação Gutenberg” montada pela polícia para dificultar, através de barreiras, a chegada das pessoas, além de cercarem a praça e as redondezas. Todas as rádios e televisões receberam telefonemas da Polícia Federal proibindo o noticiário sobre o culto.

As manifestações de repúdio tiveram tanta repercussão que também os jornais começaram a se posicionar. O editorial de *O Estado de S. Paulo*, em 28 de outubro de 1975, afirmava: “Interessa-nos saber a responsabilidade por esse clima de terrorismo: pois é de terrorismo que se trata quando se multiplicam as prisões sem mandado judicial, ao arrepio da lei, à margem da ordem e baldadas todas as possibilidades de *habeas corpus*”.

A *Folha de S. Paulo* já destacava em 1º de novembro de 1975: “O menos que se almeja, se pode e se deve esperar em uma nação civilizada é que a repressão se faça dentro daqueles princípios de legalidade e segurança dos cidadãos, respeitados os direitos humanos que se tornaram universais e distinguem, por isso mesmo, os povos cultos e os que ainda vivem em plena barbárie”.

O ministro da Justiça, Armando Falcão, em pronunciamento no dia 30 de outubro de 1975, em Brasília, ressaltava: “O país está em ordem e tranquilidade. O clima de paz reinante precisa sempre ser mantido, acima de qualquer contingência. As leis em vigor aparelham o governo, devidamente, para cumprir à risca o seu dever. Quem atua nos necessários limites da norma legal não precisa ter preocupações. Mas quem viola as disposições em vigor responde pelos abusos que comete. Eis tudo”.

O presidente Geisel considerou a morte de Vladimir Herzog um “episódio lamentável”, mas, segundo fontes do governo, deixou claro que não permitiria que as repercussões do ato fossem utilizadas para conturbar a ordem e gerar um clima de inquietação em todo o país.

A opinião do governo era contraposta por Dom Paulo Evaristo Arns, no culto ecumênico da Catedral da Sé, ressaltando que “a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis tanto individual quanto coletivamente. Não matará. Quem matar se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens mas também no julgamento de Deus”.

Uma vida trágica **Lélia Abramo**

[...] Gostaria de recordar aqui como Vlado Herzog passou a fazer parte da nossa vida. Certa noite, logo no início dos ensaios [do grupo de teatro Muse Italice], surgiu um jovem magrinho, muito pálido, com grandes olhos luminosos e aparência adolescente. Quem o apresentou foi Beatriz Berg, que com ele participava das leituras dramáticas, dirigidas por Gianni Ratto, feitas em italiano pelos alunos do Instituto Ítalo-Brasileiro de São Paulo. O instituto era dirigido pelo professor Eduardo Bizzarri, e o seu Departamento de Teatro por Olga Navarro. Vlado gostava de teatro, falava corretamente italiano e queria participar do elenco. Contou que havia nascido na Iugoslávia e era bem pequeno quando seus pais, judeus iugoslavos, tinham sido forçados a fugir do país, que fora invadido pelos alemães. A família havia se refugiado na Itália, em casa de amigos, onde permanecera até o final da guerra, viajando então para o Brasil. Vlado foi aceito imediatamente, pois era o tipo físico perfeito que nos faltava para interpretar o papel de meu filho na peça. Ele foi ótimo no seu papel e nos tornamos grandes amigos.

Certa noite, terminado o espetáculo, Vlado muito timidamente pediu-me que o apresentasse ao meu irmão Cláudio, na época chefe de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, pois queria ser jornalista. Entreguei a ele um bilhete dirigido ao Cláudio, pedindo que o acolhesse como amigo e que lhe arranjasse algo a fazer no jornal. Em resposta, meu irmão mandou-me um bilhete desaforado dizendo que aceitara Vlado Herzog não porque eu o tivesse apresentado como meu amigo, mas por ser o jovem muito talentoso, demonstrando aptidão para o trabalho no jornal. Apesar do desaforo do Cláudio, fiquei contentíssima.

Esse foi o começo da brilhante carreira do jornalista Vladimir Herzog. Ainda no *Estado*, Vlado fez parte da equipe de reportagem que, em 1960, dirigida por Perseu Abramo, fez a cobertura da inauguração de Brasília. Por esse trabalho, a equipe, que incluía outros jovens jornalistas, como Luiz Weis, Alexandre Gambirasio e Fernando Pedreira, recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo daquele ano (categorias regional e menção honrosa). Muitos anos depois, quando Vlado foi trabalhar na BBC de Londres, não se esquecia de me enviar cartões postais, dando notícias suas.

Foi trágica a vida desse jovem, tão talentoso, decente, gentil, culto e competente: fugido da Iugoslávia para escapar dos nazistas, conseguiu abrigar-se na Itália fascista, de onde, embora tenha certamente sofrido traumas por sua situação de refugiado, conseguiu sair vivo, para vir morrer no Brasil, assassinado pelos capangas torturadores da ditadura militar, no

Atriz, sindicalista e militante política durante toda a sua vida. Foi presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED) de São Paulo e participou intensamente do movimento dos artistas pela Anistia; Fundadora do PT, figurou entre os seis primeiros a assinarem a ata de fundação do partido. Foi candidata a suplente de senador na primeira eleição disputada pelo PT (1982). Faleceu em 2004.

Extraído do livro *Vida e arte* (Editora Fundação Perseu Abramo, 1997).

dia 25 de outubro de 1975. As circunstâncias de sua morte, ocorrida algumas horas depois de Vlado ter recebido uma intimação policial e se apresentado livremente, e especialmente a versão montada pelos órgãos da repressão tentando caracterizar esse assassinato como suicídio, levantaram uma onda de protestos, liderada pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com a adesão imediata de todos aqueles que já participavam da luta contra as arbitrariedades do regime. Nessa altura, Vlado trabalhava na TV Cultura e já era um jornalista conhecido internacionalmente. O impacto causado por sua morte repercutiu até no exterior e essa reação contribuiu de maneira importante para apressar o fim da ditadura militar que se havia iniciado em 1964. [...]

Quando Vladimir Herzog foi morto na prisão, em 1975, os jornalistas e os atores foram os primeiros a se manifestar, apesar do medo que imperava. Naquela noite – era um sábado – todos os atores comunicaram a seus públicos a morte de Vlado. Na segunda-feira, dia do enterro, eu estava gravando na televisão e disse ao Carlos Zara, diretor da novela: “Vou ao enterro e levo cinco atores que queiram ir comigo; portanto não vamos trabalhar hoje”. Carlos Zara continuou gravando e nós seis fomos para a cerimônia fúnebre.

Luiz Weis Um subversivo

Jornalista, pós-graduado em Ciências Sociais pela USP, onde lecionou Sociologia da Comunicação. Escreve no *Observatório da Imprensa* e no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Extraído e adaptado de *Vlado: Retrato da morte de um homem e de uma época*, organizado por Paulo Markun (Brasiliense, 1985, p. 36-52).

Em 1975, quando Vlado foi morto, tanto quanto a ditadura precisava provar que ele tinha se suicidado, nós outros, seu amigos, colegas e companheiros jornalistas, precisávamos mostrar que os serviços de segurança haviam assassinado um cidadão de bem, pai de família, com endereço certo e sabido e sem vida clandestina – em suma, alguém que nada tinha a temer das autoridades porque nada lhes devia.

Era necessário que os brasileiros compreendessem imediatamente que a versão do suicídio era absurda; portanto, apresentar Vlado como pessoa “normal” equivalia a dizer que em hipótese alguma ele poderia ter se suicidado e que a ditadura matara um cidadão igual aos outros – como se, caso Vlado não fosse um cidadão igual aos outros, o regime pudesse ser absolvido de sua morte, indefeso, numa repartição do Exército.

Com isso, virtualmente excluiu-se da *persona* pública de Vlado uma dimensão fundamental: a política. Pois Vlado fazia política e tinha consciência do que fazia. Fazia política como jornalista e no jornalismo. Como homem de esquerda, possuía em 1975 mais dúvidas ideológicas do que seriam capazes de conceber os seus algozes. No entanto, possuía também algumas convicções límpidas – sendo a principal delas a de que, como jornalista, seu teatro de operações se localizava no território da informação.

Para ele, lutar contra a ditadura significava opor às mentiras fabricadas pelos aparelhos de propaganda do regime a verdade dos fatos – e das idéias –, de modo que alcançassem o maior número de pessoas. Isso trazia embutido, e ele não o ignorava, um critério predominantemente político na escolha e na maneira de tratar o material jornalístico.

Aquela altura de sua vida, num país submetido pela força, Vlado não cultivava ilusões sobre a “neutralidade” do jornalismo; tampouco se sentia tentado a buscar refúgio e

consolo na técnica da profissão. Ele não trapaceava com a verdade nem subestimava a importância dos cuidados com a aparência da profissão. Mas a “isenção” do jornalista e o apreço à forma pela forma, Vlado os percebia, naquelas circunstâncias precisas, como des-serviço ao país e à busca da liberdade.

Já em 1971, como editor cultural da revista *Visão*, havia realizado com Zuenir Ventura a reportagem de capa “O que é que há com a cultura brasileira”, a mais circunstanciada exposição da miséria a que a supressão da liberdade havia reduzido a arte e o pensamento do país. Na mesma época, sob o seu estímulo entusiasmado, fizemos a quatro mãos a primeira reportagem reveladora do programa de alfabetização do regime, o Mobral. Depois, na TV Cultura, sua atuação política se exprimia na preocupação de abrir espaço à presença do povo nos noticiários.

Outra convicção de Vlado era a de que a resistência democrática seria inócua se ato solitário, mera objeção de consciência. E que não poderia ser excludente, confinando-se a essa ou àquela família política. Por temperamento, formação e experiência, desacreditava das verdades dogmáticas. E aprendera que seria impossível mudar as coisas sem fazer concessões.

Vlado se fez homem de esquerda já homem feito. Foi um percurso demorado e pessoal que o levou a crer no socialismo numa fase da vida em que muitos socialistas já começavam a descrer. Colegas de escola, ele possivelmente se entediava com a minha insistência em falar de política. Além disso, o Vlado de 16, 17 anos, magro, orelhas de abano, olhos tímidos mas inteligentes, não concordava que as injustiças sociais e o atraso do Brasil fossem consequência da “espoliação internacional”. Bobagem, ele dizia, o Brasil é o que é por causa da corrupção dos governos.

Cinema, literatura, música e, em especial, teatro – disso é que ele realmente gostava. Vlado gostava de falar de arte e cultura com o nosso professor de filosofia no Colégio Estadual de São Paulo, Mário Leônidas Casanova, jornalista ele próprio, que nos levou (e a mais dois colegas, Alexandre Gambirasio e José Chasin) ao chefe de reportagem de *O Estado de S. Paulo*, Perseu Abramo. Depois de duas semanas de experiência, fomos chamados para trabalhar na reportagem geral do jornal, em abril de 1959.

Vlado, já primeiranista de filosofia, queria era escrever reportagens na seção de artes e artigos no Suplemento Literário do *Estado*. Em menos tempo do que faria supor o seu temperamento retraído, fez-se amigo dos maiores nomes do jornal na área de cultura, Décio de Almeida Prado, Sábato Magaldi e Delmiro Gonçalves – todos, não por acaso, ligados ao teatro. Mas, ainda que viesse a colaborar na “página de arte” e no Suplemento, continuaria repórter de assuntos gerais.

Vista do interior da Catedral da Sé durante o culto ecumênico pela morte de Herzog. São Paulo, 31/10/1975. (AE)



O *Estado* era, então, algo único na imprensa paulista: um centro de política, cultura e inteligência. Nesse ambiente, nem sequer o mais verde repórter podia manter-se alheio ao cheiro político que ali se respirava. Ainda assim, Vlado continuava a manter com a política uma relação distante. Mas, no dia 1º de janeiro de 1959, tomando batida de maracujá e comendo camarão frito numa praia em Ubatuba, Vlado não ficaria menos emocionado do que os seus amigos “politizados” ao ouvir no rádio que Fidel acabara de entrar em Havana. Em abril de 1960, Vlado fazia parte da equipe destacada para cobrir a inauguração de Brasília, sob o comando de Perseu Abramo. E foi em Brasília, na excitação do novo e na embriaguez da esperança, em meio à poeira vermelha levantada pelos caminhões de candangos, que Vlado Herzog, iugoslavo de nascimento e italiano de coração, começou a virar brasileiro – e a atentar para os políticos com quem esbarrávamos a toda hora.

Atentava também para o confronto das forças que se preparavam para disputar a presidência nas eleições de outubro daquele ano, de um lado, com o marechal Henrique Lott, pelo PSD-PTB, de outro, com o ex-governador Jânio Quadros, pela UDN. Mas o extremo rigor crítico de sua personalidade não lhe permitia tomar partido com a paixão ainda juvenil de muitos de seus colegas.

O esquerdismo de fachada dos políticos do PTB irritava-o não menos do que o furor lacerdista dos conservadores. Via em Jânio um demagogo de ameaçadoras feições fascistas, mas lhe era difícil aceitar a trôpega sintaxe de boa parte da esquerda de então – e, mais ainda, acreditar que Lott estivesse preparado para fazer as reformas sociais que ele, Vlado, por espírito compassivo, achava inadiáveis. A compaixão, a capacidade de indignar-se e o rigor de seus julgamentos o acompanhariam até a morte.

Mas nesse mesmo ano de 1960 um acontecimento faria estalar para sempre o ceticismo com que Vlado se punha perante o mundo: a vinda ao Brasil do pensador francês Jean-Paul Sartre, que já estivera em Cuba e dali sairia ardoroso defensor da revolução. Como repórter e estudante, Vlado acompanhou todos os eventos da estada de Sartre – e, ao ouvi-lo falar, com exuberância, precisão e paixão, descobriu o engajamento.

Não que tivesse ido filiar-se ao partido de esquerda mais próximo. O que fez foi aproximar-se dos movimentos culturais voltados para o Brasil real: o teatro de Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho, o cinema novo de Nelson Pereira dos Santos. Fazer cinema, e cinema documental, tinha se tornado a sua principal aspiração. Descobrir e se apaixonar pelos documentários da chamada Escola de Santa Fé, na Argentina, dirigida por Fernando Birri, especialmente por *Tire Die*, o filme sobre as crianças das favelas que corriam atrás dos trens pedindo aos passageiros que lhes atirassem 10 centavos.

Por aí se vê a que temas – e a que fração da humanidade – Vlado se ligara.

O golpe de 1964 tornou irrespirável para ele o ar do Brasil. Recém-casado com Clarice Ribeiro Chaves, obteve em 1965 um emprego no serviço brasileiro da BBC, em Londres, onde já trabalhavam dois outros ex-colegas do *Estado*, Fernando Pacheco Jordão e Nemércio Nogueira. Ali, Vlado completaria o seu amadurecimento profissional, político e cultural; por influência de Jordão, transferiu seu interesse imediato do cinema documental para a TV. No começo, ele ainda tentava deixar o futuro pessoal entre parênteses. Mas, em fins de 1968, resolveu o dilema íntimo do qual não pudera se furtar – que fazer da vida? – e voltou ao Brasil.

Naquele terrível começo da década de 1970, ele mais de uma vez se confessaria arrependido da decisão. O Brasil da tortura e do “milagre” cobrava de Vlado, no dia-a-dia, um preço que nem sempre ele tinha como pagar. Ainda assim, o Vlado daqueles anos era um temperamento que em nada lembrava o moço tímido, ar de judeuzinho perseguido, que tinha sido meu colega de colégio. Dizia que “não devemos ter medo das próprias emoções” – e com certeza não as temia. Temia, isso sim, como falava, que “de tanto ficar no meio da merda a gente se acostume com seu cheiro”.

Ele, pelo menos, nunca se acostumou. Aproximou-se do Partido Comunista para vacinar-se contra a solidão política. Embora eventualmente simpatizasse com pessoas que haviam escolhido a luta armada, não se identificava nem com os meios nem com os propósitos de mais longo alcance dos movimentos a que pertenciam. Vlado via no PCB a alternativa política mais adequada para o momento – e o momento, entendia ele, exigia manter vivas e integrar as organizações da sociedade ao esforço pela reconquista da liberdade.

As vitórias da oposição na eleição de 1974 pareciam acelerar a distensão proposta pela ala moderada do regime. E, embora já estivesse em curso o novo e brutal ciclo repressivo desencadeado pela linha dura, dessa vez contra o “Partidão”, Vlado aceitou com otimismo o convite para dirigir o jornalismo da TV Cultura. Ele não acreditava no retrocesso – e não poderia imaginar que o retrocesso só seria detido com a sua morte.

Morto Vlado, tentaram pintar Vlado ora como agente da KGB, que teria se suicidado para prestar um derradeiro serviço à causa comunista, ora como uma figura inexpressiva, que se matara por alguma misteriosa “razão íntima”. Vlado, obviamente, não era uma coisa nem outra, mas uma daquelas pessoas que as ditaduras jamais conseguem dobrar. Sua coragem diante dos algozes não provinha de alguma ideologia granítica. O que lhe deu alento até para insultar seus torturadores, já no limite do martírio, foi a força do livre espírito humano. Por isso, Vlado Herzog era um subversivo.

A responsabilização da União pela morte de Vlado **Marco Antônio Barbosa**

No mês de outubro de 1975, sob a égide da famigerada Doutrina de Segurança Nacional e em plena vigência do Ato Institucional nº 5, que suspendera os direitos e garantias individuais, entre os quais o *habeas corpus*, a repressão corria solta neste país. Os agentes de segurança prendiam ilegalmente (sem mandado judicial) diversas pessoas, em manobras denominadas “arrastão”, e submetiam alguns desses presos ao mais covarde e hediondo dos crimes: a tortura. Depois, soltavam parte desses presos e mantinham ilegalmente outra parte nos cárceres. Muitas vezes era possível saber, com antecedência, qual seria o próximo grupo escolhido para as subseqüentes operações “arrastão”. Foi o que ocorreu com o grupo de jornalistas no mês de outubro de 1975.

Foi nesse contexto de aguda repressão, sob o domínio de absoluto medo e sofrimento de muitos brasileiros, num país construído sobre o arbítrio, que, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do Departamento de Operações de Informações do Centro de Ope-

Integrou a corajosa equipe dos defensores de presos políticos e foi advogado de Clarice Herzog na ação promovida para responsabilizar a União pelo assassinato de Vlado.

rações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, onde estavam presos diversos jornalistas – Rodolfo Konder, Luis Weis, Duque Estrada, Anthony de Christo, Paulo Markun, Sérgio Gomes da Silva –, morreu Vladimir Herzog, onde se apresentara e fora mantido preso, em virtude de suposto envolvimento com um partido político clandestino. A nota do Comando do II Exército, que divulgou o óbito, dava início à farsa informando que Vladimir havia se suicidado, enforcando-se com uma tira de pano do macacão, depois de ter assinado confissão da sua militância política.

O Comando do II Exército, dando continuidade à farsa, em 30 de outubro de 1975, baixou portaria determinando a instauração de um IPM para apurar as circunstâncias em que se dera o suicídio (e não a morte)

do jornalista. Ou seja: o inquérito fora instaurado já com a conclusão incluída na premissa da instauração, vale dizer, com a finalidade única e inequívoca de coonestar a versão oficial do suicídio.

Os advogados criminalistas contratados por Clarice – Heleno Cláudio Fragoso, José Carlos Dias, José Roberto Leal de Carvalho e Arnaldo Malheiros Filho –, desde logo, tiveram consciência da impossibilidade de êxito de desvendar, no âmbito do IPM, as circunstâncias exatas da morte de Vladimir Herzog. Sob a vigência do AI-5, com a suspensão do *habeas corpus* – uma imoralidade que permitia o abuso de



O reverendo Jaime Wright, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel no culto ecumênico na Catedral da Sé pela morte de Herzog. São Paulo, 31/10/1975. (AE)

poder e sua ilegalidade –, sabiam eles que era difícil, senão inútil, num IPM, apurar rigorosamente as torturas e mortes de presos políticos, mesmo sendo notório que o DOI era uma casa de horrores, onde os presos eram submetidos a terríveis constrangimentos, inclusive com choques elétricos. Tanto assim é que esses bravos advogados não puderam sequer acompanhar o depoimento prestado por Clarice no QG do II Exército, no “inquérito instaurado para apurar em que circunstância ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog”; foram-lhes indeferidos até mesmo os simples pedidos de juntada aos autos do IPM do depoimento extrajudicial que havia sido prestado por Rodolfo Konder e de outras diligências para elucidação dos fatos, a partir das novas revelações contidas nos documentos.

Foi nessas circunstâncias que, como advogados na área cível, fomos procurados – Sérgio Bermudes, Samuel MacDowell de Figueiredo e eu – por Heleno Fragoso e por José Carlos Dias, para que, em nome de Clarice e seus filhos menores, André e Ivo, propuséssemos uma ação que pudesse conduzir ao reconhecimento de que Vladimir Herzog fora preso de modo arbitrário, sofrera torturas e morrera em decorrência dos maus-tratos a que fora submetido.

Assim, em observância à solicitação de Clarice, no sentido de que a ação não contivesse conteúdo pecuniário, em 19 de abril de 1976 foi proposta a ação declaratória contra a União Federal, em que não se pleiteou o pagamento de uma indenização, mas tão-somente

a declaração da responsabilidade desta pela prisão arbitrária de Vladimir Herzog, pelas torturas a que foi submetido e por sua morte e a conseqüente obrigação de indenizá-los, em decorrência dos danos morais e materiais que esses fatos lhes causaram.

A sentença, proferida pelo juiz Márcio José de Moraes, em 27 de outubro de 1978, em circunstâncias adversas, pois ainda não havia sido revogado o AI-5, e, assim, a magistratura encontrava-se privada de suas garantias, concluiu que: (a) a prisão de Vladimir fora ilegal, reconhecendo, então, que a União prendeu arbitrariamente; (b) Vladimir fora torturado e que, no do DOI/CODI, a tortura era método de investigação; (c) não tinha qualquer valor o laudo pericial que atribuía a morte de Vladimir a suicídio voluntário; (d) a União não provara o suicídio de Vladimir; (e) declarou a responsabilidade da União Federal, ao julgar inteiramente procedente a ação dos autores.

Creio seja escusado ressaltar que, a partir da morte de Vladimir Herzog, muita coisa mudou neste país. Hoje não mais subsiste o mesmo medo que vigia na ditadura militar. O próprio país se modificou: houve resistência e luta por transformação. A partir de sua morte, recrudesceram as lutas pela anistia de presos políticos, pela abertura política, pelas eleições diretas, enfim, pela redemocratização, que culminou na promulgação da Constituição de 1988. Igualmente, creio desnecessário enfatizar a importância da ação cível, cujo processo contém um dos mais valiosos documentos sobre torturas de presos políticos, na medida em que reúne depoimentos prestados em juízo por testemunhas que depuseram em clima de liberdade. A ação cível, que era a única esperança de desvendar as circunstâncias cruéis que envolveram a morte de Vladimir Herzog e, através dela, denunciar o arbítrio generalizado que vigorava no país, assentado na famigerada Doutrina de Segurança Nacional, produziu o resultado esperado, consubstanciado na sentença, que, desnudando esse arbítrio, foi uma das pedras históricas para a restauração do Estado de Direito Democrático.

Hoje, quando se reverencia a memória de quem, segundo Mino Carta, foi “mártir, sem querer ser mártir”, é relevante relemburar, sobretudo para as novas gerações, a importância de Vladimir Herzog, covardemente assassinado no dia 25 de outubro de 1975, para a transformação, a resistência e a consolidação permanentes do Estado de Direito Democrático.

A irracionalidade do mal Mino Carta

Jornalista, editor da revista
Carta Capital.

A morte de Vlado é fato crucial na minha vida, de indivíduo, de cidadão e de jornalista. Aquele dia 25 de outubro de 25 anos atrás gerou sentimentos e pensamentos que vinham meu espírito e minha ação e ainda me orientam 25 anos passados.

Acabo de escrever um livro, o qual se apresenta como romance, mas é fortemente autobiográfico¹. Conta a complexa relação de um profissional de imprensa com o poder. Ali, vários capítulos evocam meu envolvimento naquele espantoso episódio. Permito-me extrair do livro trechos da carta que o protagonista escreve para um amigo depois da morte de Vlado.

“Esta morte mexe nas minhas entranhas. Enfiaram a cabeça dele dentro de um capuz de feltro negro e o embeberam em amoníaco. Então a mão do algoz ergueu a borda do ca-

1. Trata-se do livro *O castelo de âmbar* (Record, 2000).

puz encharcado e outra penetrou fechada naquele espaço escuro e úmido e empurrou à força na boca do torturado um punhado de sal. O efeito é a sensação do afogamento. Mas é a forma de tortura o que mais me revolta? Ou os instrumentos, a maquininha dos choques, a cadeira do dragão, o pau-de-arara? Lembro ter visto passar, no pátio da masmorra, uma rapaziada robusta, de quimono, segurando panos enrolados e molhados, agitando-os belicosamente. Batem sem deixar marcas. Não é isso, porém, o que mais me toca.

“Me toca, isto sim, um, a violência em si; dois, a ausência de razão nessa violência demente, bestial, praticada contra quem quer que seja, preso político ou comum, como é dos costumes da terra; três, no caso específico, o alvo da violência. Quem nos apresentou foi meu pai, faz muitos anos, éramos mocinhos. E ele gentil, doce, frágil e preparado. Tinha voz forte, de barítono, que não casava com o físico. Não chegamos à intimidade, mas sempre simpatizei com ele.

“Era profissional competente e cidadão sonhador. Que ameaça representava para o regime e para a oligarquia? Pequena, ou nula. Ele e os amigos gostavam de fazer projetos irrealizáveis. Muitos fazem. No entanto, sem mais nem menos o mataram, e nisso tudo você registra a tragédia da irracionalidade do mal, até porque, paradoxalmente, o torturador preferiria tê-lo preservado para prosseguir na sua tarefa. Morreu-lhe nas mãos, sem querer.

“Há neste entrecho um aspecto que convém acentuar, a seu modo positivo, embora o adjetivo não me agrade e me cause uma espécie de remorso ao deitá-lo no papel. Penso no mártir e sinto a agulhada. Mas a morte dele exaspera as contradições da ditadura, aprofunda o conflito que lhe rói os alicerces. É a toupeira da História em ação”.

A morte de Vlado cristalizou em mim a certeza de que minha experiência na Abril, como diretor de *Veja* e como integrante do Conselho Editorial da editora, estava esgotada e me empurrou para a prática de um jornalismo afinado com minhas idéias políticas, pendores estéticos e humores em circulação entre o fígado e a alma. Mas ela transcende obviamente, a mera existência de um homem, diz respeito à nação em peso. À História, com h grande, abrangendo histórias com h pequeno. Por isso, Vlado é um mártir.

Paulo Markun Vlado

Jornalista, um dos que estavam presos no DOI-CODI quando Vlado foi assassinado. Seus livros *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época* (Brasiliense, 1985) e *Meu querido Vlado* (Objetiva, 2005) tratam do assunto. É editor e apresentador do programa “Roda Viva”. Recentemente criou o *Jornal de Debates*, na internet.

Vinte e cinco anos depois, o que é preciso saber sobre Vladimir Herzog? Que ele morreu no dia 25 de outubro de 1975, durante uma sessão de tortura, na rua Tomás Carvalhal, 1.030, no bairro do Paraíso, em São Paulo, num prédio utilizado pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército? Que os militares divulgaram fotos mostrando seu corpo em um uniforme verde, numa sala com um colchão e pedaços de anotações espalhados sobre os tacos do piso, em torno de uma cadeira de plástico? Que a cabeça pendia para o lado e as pernas se abriam para os dois lados, única e improvável maneira de alguém se enforcar com o cinto do uniforme na grade baixa colocada diante dos tijolos de vidro que garantiam luz para a sala?

O ASSASSINATO DE
VLADIMIR HERZOG

O que é preciso saber sobre Vladimir Herzog? Que o Inquérito Policial Militar foi manipulado do começo ao fim para concluir que a versão oficial, de que ele cometera suicídio, estava certa?

O que é preciso saber sobre Vladimir Herzog? Que no dia 25 de outubro de 1978, o juiz Márcio José de Moraes, da 7ª. Vara de Justiça Federal, responsabilizou a União pela sua morte e pelas torturas que sofreu?

Ainda é preciso dizer que a morte de Vlado, noticiada pelos jornais já livres da censura, foi a primeira a chocar a classe média, que 5 mil pessoas foram à catedral da Sé para um ato ecumênico que se tornou o primeiro grande protesto contra a tortura em muitos anos?

Será necessário recordar o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, igualmente travestido em suicídio, três meses mais tarde e que resultou na demissão do general Ednardo D'Avilla Mello, comandante do II Exército?

Talvez fosse possível recordar ainda os que divulgaram essa versão na tribuna da Assembléia Legislativa e em colunas de jornais, mas, sinceramente, não sei do que isso adiantaria.

A política nunca foi o território de Vlado, que preferia teatro, cinema, ópera. Estudante de filosofia, foi contratado como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo* por Perseu Abramo, onde em pouco tempo ficou amigo de Décio de Almeida Prado, Sábato Magaldi, Delmiro Gonçalves. Fez parte da equipe que cobriu a inauguração de Brasília, acompanhou a visita de Sartre e apaixonou-se pelo cinema.

Depois do golpe de 1964, já casado com Clarice, foi trabalhar na BBC de Londres. Em julho de 1968, ela e os dois filhos, Ivo e André, voltaram para o Brasil. Vlado ficou, para fazer um curso de produção de TV, e em dezembro, durante uma viagem à Itália, leu a notícia sobre o AI-5, mas resolveu voltar. O emprego garantido na TV Cultura não se concretizou – ele fora denunciado como comunista –, e durante um ano produziu comerciais numa agência de propaganda, até ser contratado pela revista *Visão*.

Vinte e cinco anos depois de sua morte, todas essas considerações importam menos que as lembranças ainda vivas do amigo cáustico, gozador e perfeccionista, com quem partilhei sonhos, decepções e fantasias.

Nós nos aproximamos quando o substituí no jornal *Opinião*, durante uma viagem dele e da mulher, Clarice, para os Estados Unidos. Na volta, aceitei seu convite para ser o chefe de reportagem da TV Cultura. Assumimos no dia 3 de setembro de 1975. Não houve tempo nem de arrumar as gavetas: no dia seguinte, uma nota na coluna do jornalista Cláudio Marques denunciava que os comunistas estavam transformando a Cultura num instrumento de propaganda.



Página do laudo da Divisão de Criminalística sobre a morte de Vladimir Herzog. A foto mostra a cena montada para a versão oficial de seu assassinato no DOI-CODI. São Paulo, outubro de 1975. (Acervo Iconographia)

Clarice Herzog e D. Paulo Evaristo Arns ao lado da Catedral da Sé, no dia do culto ecumênico. São Paulo, 31/10/1975. (AE)



O pretexto era uma reportagem produzida pela BBC de Londres sobre o líder vietcongue Ho Chi Min e exibida no telejornal do meio-dia, cujo conteúdo não havíamos examinado. Editada por um jornalista da velha equipe, a matéria não incomodaria ninguém no Brasil de hoje, mas, naquela época, cheirava a provocação.

De todo modo, a partir daquele momento, passamos a viver no olho do furacão. A prisão de meus companheiros de militância no Partido Comunista Brasileiro, então ilegal, só piorou as coisas. No dia 17 de outubro de 1975, uma sexta-feira, Vlado ia se encontrar com o chefe do escritório do Serviço Nacional de Informações em São Paulo. Incapaz de uma jogada maquiavélica, inimigo do dogmatismo e da burrice, ele achava que o mundo devia ter alguma lógica e pretendia explicar, olho no olho, que os discursos dos deputados Wadih Helou e José Maria Marin, repercutindo notinhas publicadas na imprensa, sobre o controle comunista da TV Cultura não tinham qualquer sentido.

Jamais soube o resultado do encontro: saí mais cedo naquela tarde e na mesma noite fui preso e torturado para confessar que era membro do Partido Comunista. Oito dias depois, ainda no DOI-CODI, ao lado de outros jornalistas presos, me fizeram acionar uma máquina de dar choques, enquanto um torturador segurava a ponta dos fios para provar que aquela engenhoca não mataria ninguém. Disseram ainda que o Partidão era a favor da luta armada e tinha como dirigentes ultra-secretos figuras importantes, como um bispo ou um governador. Vlado, garantiam, era um agente da KGB, serviço secreto de informação da URSS.

Bom roteiro para um filme de ficção, como os que Vlado sempre quis fazer e que talvez fizesse, se não o tivessem transformado em nota de rodapé da história e mártir a con-

tragosto. Na contracapa do livro que coordenei 15 anos atrás tentei resumir o caso em oito linhas – ainda cheio de certezas e de esperanças. Repito aqui o que escrevi, mas confesso que não sei se é tudo tão simples assim:

A morte de Vladimir Herzog mudou o Brasil. Provocou a primeira reação popular contra a tortura, as prisões arbitrárias, o desrespeito aos direitos humanos. A morte de Vlado abortou um golpe dentro do golpe, estancou uma operação em marcha – teria sido um mero “acidente de trabalho”? E não é exagero dizer que ali, naquele prédio escuro do DOI-CODI, no confronto entre um homem encapuzado e seus algozes, começou a grande transformação que fez o Brasil voltar ao caminho da democracia.

Vlado Herzog, derrubando o AI-5 D. Paulo Evaristo Arns

Já se escreveu, muitas vezes, e se repete com insistência justificada, que a liberdade das comunicações é a mais essencial garantia de todas as liberdades. Só a pessoa humana recebeu o dom da palavra para assegurar a expressão da afetividade, das idéias e de toda a personalidade.

Disso tivemos a prova quando foi preso, torturado e morto o jornalista tão estimado Vlado Herzog.

No final da cerimônia ecumênica celebrada na Catedral de São Paulo, o saudoso herói nacional D. Hélder Câmara me sussurrou aos ouvidos: “Senhor cardeal, é hoje que começa a derrocada da ditadura militar”.

E assim foi.

Para confirmar o fato, logo após a cerimônia comovente e tão concorrida, mais de mil jornalistas se comprometeram a revelar todos os desmandos das autoridades militares contra os direitos humanos. O povo que lotava, além da Catedral, todos os espaços da praça da Sé, se dispunha a reconquistar os direitos da cidadania.

Foi esse o maior consolo que pude transmitir a Clarice – esposa de Vlado –, desolada, e aos filhos, a quem levei em meu carro até sua residência, ao final dos cumprimentos.

O mérito de esvaziar o AI-5 compete, em primeiro lugar, a Vlado e sua família. Depois, aos comunicadores de São Paulo e do Brasil. Enfim, aos que souberam perseverar na luta pela solidariedade até o fim.

A morte, por tortura, do operário Manoel Fiel Filho desencadeou, pouco depois, a crise militar e a deposição do general Ednardo, comandante do II Exército.

Mesmo com a chegada de seu substituto, general Dilermando, não pude aceitar o convite especial para participar das evocações de 31 de março, porque dias antes haviam explodido o “aparelho” da Lapa da forma costumeira. Trégua não é sinônimo de paz.

A invasão bárbara da PUC de São Paulo, em setembro de 1977, comandada pelo coronel Erasmo Dias, e o duplo incêndio do TUCA, célebre sala de apresentações artísticas, prepararam a greve, chamada “do ABC”, destinada à reposição dos salários. A população não só forneceu alimentos, mas acorreu à Catedral para rezar em favor dos 13 líderes operários, presos junto com dois presidentes da Comissão Justiça e Paz e diversos jornalistas. A cerimônia ecumênica por Vlado Herzog transformou-se em incentivo de uma população

Arcebispo de São Paulo de 1970 a 1998, teve atuação incansável no apoio às vítimas e aos perseguidos pelo regime ditatorial. A coragem com que assumiu a tarefa de visitar as prisões, denunciar a violência e abrir a igreja para eventos de protesto contra os assassinatos de Alexandre Vannuchi Leme, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho foi decisiva para mudar o clima de terror vigente.

cansada, se não saturada pela ditadura militar. O heroísmo do operário Santo Dias da Silva, quatro anos depois, pôde levar ao Brasil inteiro as imagens da união dos paulistanos – estudantes, trabalhadores, intelectuais – dedicados à causa da paz e da liberdade, sem violência e sem covardia.

A juventude brasileira há de inspirar-se, assim espero, em Vlado Herzog, para criar o Brasil novo, justo e fraterno pelo qual ele trabalhou e morreu.

São Paulo, 13 de outubro de 2000

Pedro Terra (Hamilton Pereira da Silva) A Última Noite

Ex-preso político, poeta, autor de vários livros, entre os quais o *Poemas do povo da noite* (Livramento, 1979), no qual fez homenagens aos companheiros mortos pelo regime. Foi secretário de Cultura no governo de Cristovam Buarque no Distrito Federal. É presidente da Fundação Perseu Abramo.

Sexta-feira. Noite.
Noite mais longa
que os sete anos de André,
os nove anos de Ivo,
noite mais longa
que o beijo de Clarice.

Na carne da sombra
outras sombras se desenham
buscando formas humanas
(é necessário um disfarce mínimo)
contra o claro corte de luz.

Ninguém viu como chegaram.
Em torno a treva abriga
o passo de seus filhos.

As mãos sedentas de gritos,
de prisões, de chagas,
arrastam teu corpo
ao território da treva.

Mas não estás sozinho,
nunca mais estarás sozinho.
Teus irmãos te resgatam
e adiam para amanhã
o riso dos chacais.

De tuas mãos ainda brotará
o último noticiário da noite.
Preso entre os dedos
o endereço da morte.

Ricardo Kotscho Duas mortes de Vlado

Jornalista, atuou ativamente no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970 e 1980. É autor de vários livros, entre eles *Explode um novo Brasil: Diário da campanha das Diretas Já* (Brasiliense, 1984) e *Do golpe ao Planalto: Uma vida de repórter* (Cia. das Letras, 2006). Foi assessor de comunicação do presidente Lula de 2002 a 2004.

Está fazendo 25 anos, nem acredito.

Como correu o tempo, como as coisas mudaram depressa e, no entanto, como às vezes parece que não saímos do lugar, deixando tudo com está para ver como é que fica. Mais grave ainda é constatar que, apesar de tantos avanços democráticos, em certas coisas regredimos.

No jornalismo, por exemplo. Quando Vladimir Herzog, o nosso Vlado, foi assassinado há um quarto de século, muitos jornalistas continuavam trabalhando como se a censura não existisse.

Hoje, a censura prévia não existe mais, ao menos formalmente, mas muitos jornalistas, talvez a maioria, agem como se houvesse um censor invisível controlando suas almas, mentes e matérias.

Nos tempos de Vlado, levar o jornalismo às últimas conseqüências, ou seja, contar tudo que está acontecendo e é de interesse da maioria da população, constituía atitude temerária, significava correr risco de vida.

Por isso Vlado, torturado, morreu.

Hoje, o único risco que existe é o de perder o emprego – e esse parece ser mais amedrontador do que perder a própria vida ou perder a vergonha na cara.

Pior: no jornalismo de resultados que domina tantas redações, mais do que o medo de perder o emprego impera o vale-tudo da ambição para a rápida conquista de cargos e salários.

O compromisso social e político, que era o principal mote da atividade jornalística nos tempos da ditadura, agora virou coisa de dinossauros românticos.

Com essa história de fim da história, morte de ideologias e todo o poder ao mercado neoliberal globalizado, o que se quer é decretar a morte de princípios, valores, aquelas coisas antigas resumidas na palavra idealismo.

Mudou o caráter da profissão. O jornalismo exercido por Vlado era um instrumento de lutas, mudanças, avanços sociais, conquistas populares, compromissos éticos.

O que é o jornalismo hoje? Se voltasse a freqüentar uma redação, por alguns segundos, desconfio que Vlado não reconheceria o cenário, não lhe agradaria a paisagem, estranharia os personagens.

Celebrar a morte de Vlado é um bom motivo para refletirmos sobre o que fizemos do nosso ofício, uma forma de evitar que morram também os ideais pelos quais ele lutou.

Eu tentei me livrar pelo suicídio, a Vlado ninguém pôde salvar Sérgio Gomes

Naquele dia 25 de outubro de 1975, a equipe de torturadores era dirigida pelo capitão Ramiro. Eram três equipes no DOI-CODI, cada uma em plantão de 24 horas, com 48 de folga. O capitão Ramiro tinha um estilo diferente das duas outras equipes. Andava sempre munido de um sarrafo e sabia exatamente onde bater, nos cotovelos, nos joelhos, nos tornozelos – nas articulações. Ele conhecia muito bem a anatomia humana e desmontava uma pessoa com poucos golpes e sem barulho. Tinha prazer especial em amarrar as pessoas na chamada cadeira do dragão, que é uma espécie de troninho, de metal, molhado, onde os braços e as pernas são imobilizados; amarra-se um fio elétrico no pênis, outro na orelha e aí, em seguida, com uma maquininha, um dínamo, chamada de “pimentinha”, iam dando choques. Não é um choque que queima, não sei te dizer se é amperagem ou voltagem. Depois de encapuzar a pessoa, o capitão Ramiro jogava amoníaco sobre a parte frontal do capuz e apertava aqui na parte abaixo do queixo, de tal maneira que a pessoa ficava com aquele capuz bem colado no rosto.

Jornalista e participante ativo do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970 e 1980. Estava preso no DOI-CODI quando Vlado foi assassinado.

Depoimento a José Carlos Rocha publicado no jornal *Unidade*, outubro de 1992.

Ao mesmo tempo, Ramiro dava porradas, gritos, choques elétricos e jogava amoníaco no capuz – a pessoa ia respirando esse amoníaco. À medida que o choque elétrico se dá, se você estiver expirando, você não consegue inspirar, e se você estiver inspirando, não consegue expirar. Então, como os choques são dados aos trancos, você vai ficando com a respiração completamente descontrolada e esse amoníaco entra pelas suas narinas, invade o cérebro como se fosse uma batalha de espadas, uma coisa maluca, cortando seu cérebro de todo jeito – e você ali imobilizado, levando choques, porrada, gritos. Tudo isso arma uma situação que é como se fosse surreal, você já não tem mais noção de se é com você mesmo que está acontecendo, começa a ficar confuso, não há saída para aquilo, você está amarrado.

Entre a loucura e a morte

Fui submetido a isso muitas vezes e percebi em mim que a qualquer momento morreria, a qualquer momento podia ter um derrame, um colapso, a coisa ia se desagregar. Sentia essa proximidade. Você vai ficando completamente fora de si. É uma coisa que até precisaria ser vista por médicos neurologistas, para saber o que acontece, porque eu soube depois que, diante de situações-limite como esta, de dores muito agudas e aflições muito intensas, o cérebro dá um tipo de descarga e mata o indivíduo para salvá-lo do enlouquecimento. Se a pessoa sofre um acidente de automóvel e tem esmagamento da coluna, por exemplo, que dizem ser a mais terrível das dores, o sujeito morre de dor, morre para fugir dessa dor, que é tão lancinante que a pessoa vai enlouquecer. Então, antes de enlouquecer, a pessoa se salva morrendo.

A morte como alternativa

Eu senti isso. Tanto é que, numa dessas ocasiões, depois de passar por uma dessas sessões do capitão Ramiro, me desamarraram, me tiraram o capuz, me deixaram lá, eu vomitei bôlis, vomitei uma coisa como se fosse placenta, eu estava todo erodido, me lembro que abriram a porta do lugar onde estava, trouxeram uma pessoa, que não sei quem é, que tinha sido recentemente presa, e lhe disseram: “Olha, é melhor colaborar senão vai

acontecer com você a mesma coisa que está acontecendo com esse cara aí, que já está no fim”. Isto me deixou com uma mistura de cagaço e humilhação, porque eu estava sendo usado a essa altura já como exemplo do estrago que se pode fazer com um ser humano.

Depois de vários dias eu tinha emagrecido bem, estava todo arrebetado, minha condição era usada para produzir pavor nos outros.

Estou ali e vejo sobre um banquinho um vidro de amoníaco, o vidro que o capitão Ramiro usava. Então fico olhando para aquele vidro e resolvo me suicidar, porque a coisa tinha passado do que parecia suportá-

General Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército quando ocorreram as mortes de Herzog e de Manoel Fiel Filho. São Paulo, 23/10/74. (AE)



vel, eu ia enlouquecer. Pego o vidro e tento tirar a tampa de plástico, dessas que tem como se fosse um biquinho de peito para dentro, cuja borda de plástico praticamente adere ao gargalo. Você tem de ter uma unha muito boa para conseguir separar esse plástico, que tem uma certa pressãozinha que resiste, ou então você tem de tirar com o dente. Eu estava com a boca toda fodida, então estava tentando tirar com o dente e com a mão, torcendo para que engolir o amoníaco daquele vidro fosse suficiente para me matar logo. Estou nessa tentativa desesperada para me matar quando entram o capitão Ramiro de novo e o seu grupo, me arrancam aquele vidro, me reamarram na cadeira do dragão e aí começa outra sessão indescritível, coisa maluca.

Na manhã do dia 25

Então, eu tinha passado por isso várias vezes. E lá naquela cela solitária, com o ouvido na janelinha, eu podia ouvir os gritos: “Quem são os jornalistas? Quem são os jornalistas?” Pô, o que é que podia ser? Não tinha idéia de que fosse o Vlado, não tinha a menor idéia. Pelo tipo de luta, pelo tipo de grito, pelo tipo de porrada, sabia que estava sendo feito com alguém exatamente aquilo pelo que eu tinha passado e sabia o que podia acontecer. Algum tempo depois, um grande silêncio. Mais um pouco de tempo e há um remanejamento, deslocam-se pessoas de um lado para outro dentro daquelas instalações lá na delegacia, desse ambiente onde eles tinham gente presa. Mais tarde sou informado por um médico chamado David Rumell que tinham apagado um cara, não sabia ainda quem era. Só venho a saber de quem se trata no dia seguinte, quando o Paulo Sérgio Markun, que foi um dos dois jornalistas que teve direito de ir ver o corpo, se encontra comigo numa das salas e me diz que tinham matado o Vlado.

Foi de manhã, lá pela hora do almoço há uma azáfama, uma correria. Ele foi torturado durante toda a manhã e lá pela hora do almoço se dá o tal silêncio. A pessoa pára de ser torturada e em seguida há uma azáfama, uma correria, a gente percebe que tem alguma coisa estranha acontecendo. Eles tinham acabado de matar o Vlado.

Suicídio que não houve

Sobre a hipótese de suicídio, inclusive a foto que eles divulgaram, tenho a dizer que eu estive preso numa daquelas celas. Por esse tempo todo fiquei preso em praticamente todas as celas ali. Não há nenhuma possibilidade de suicídio. Ninguém ficava com cinto, ninguém podia ficar com cinto. Depois da morte do Vlado, eles fazem justamente o remanejamento das pessoas dentro do DOI-CODI, para deslocar o corpo, montar a farsa, bater as fotografias. A cela onde eles tiraram a foto do Vlado era uma das celas que estava toda ocupada por pessoas presas. Quer dizer, o Vlado jamais esteve preso numa dessas salas que correspondiam às celas da delegacia. Ele foi torturado lá dentro, na sala especial onde ficava a cadeira do dragão. As pessoas não eram torturadas nas celas, eram torturadas lá dentro. Então o Vlado nunca esteve no lugar onde dizem que ele se suicidou. Ele estava sendo torturado daquela maneira que eu descrevi de forma simples e eu tenho para mim que ele morreu disso, de derrame, de colapso, pois foi uma longa sessão de terrível tortura. Não sei se é possível, se a religião judaica admite que se faça a exumação do corpo, porque, se fizerem, certamente encontrarão traços de amoníaco.

Quanto a esse depoimento do japonês chamado Paulo, que se suicidou agora, que disse ter sido o Vlado morto de madrugada, não pelo capitão Ramiro, mas por outro, e que foi afogado numa lata com água e enxofre, isso é alucinação. O Vlado não foi assassinado de madrugada e eu não vi ninguém ser torturado ou afogado em água com enxofre. Isso não era o que se fazia ali.

Então, eu afirmo: o Vlado não se suicidou. O Vlado foi assassinado, sob o comando da equipe dirigida pelo capitão Ramiro. Na manhã do dia 25 de outubro ele foi submetido a tortura, amarrado à cadeira do dragão, sob choques elétricos, possivelmente um fio amarrado ao sexo e outro à orelha, levando porrada de ripa nas articulações; e sendo asfixiado com amoníaco que era derramado sobre o capuz de lonita que se usava para impedir que os presos vissem os torturadores.

Zuenir Ventura Um mártir da abertura

Jornalista e escritor, autor de *1968, o ano que não acabou* (Nova Fronteira, 1998), entre outros livros. Grande amigo de Vladimir Herzog e participante dos movimentos políticos contra os arbítrios do período ditatorial.

Vlado na verdade escrevia pouco – do que ele gostava mesmo era de fazer escrever. E como fazia isso bem!

Não me lembro de um editor mais rigoroso, mais exigente com a qualidade do que ele. Vlado ria primeiro com os olhos. Quando fazia isso, e sobretudo quando começava a coçar a careca – uma careca que todo mundo achava parecida com a minha –, já se sabia que vinha reclamação.

Irritado quando ele me obrigava a mexer e remexer muitas vezes numa matéria, eu o xingava de “o cobrador”. Ele chegou a mandar Otto Maria Carpeaux reescrever duas vezes um artigo. Carpeaux, grande intelectual e ensaísta que trabalhava conosco na *Visão*, não tinha propriamente o domínio técnico da reportagem, nem o domínio da paciência, e como Vlado não abria mão de suas cobranças pode-se imaginar a tempestade que houve.

Contado assim a distância, pode parecer que Vlado fizesse isso por impertinência ou arrogância, como afirmação de poder – uma prática tão comum em quem exerce esse tipo de função. Sinceramente, não. Nunca cheguei a discutir o que vou dizer com Fernando Jordão, grande profissional e seu maior amigo, mas acho que Vlado era capaz de mandar reescrever uma matéria duas, três vezes, sem qualquer constrangimento, na maior cara-de-pau, porque era um perfeccionista quase doente.

Para ele, não transigir com o erro, não fazer concessão à preguiça, não conciliar com a imperfeição era a coisa mais natural do mundo. Não lhe passava pela cabeça que alguém não pudesse compartilhar essa tranqüila convicção.

Trabalhei sob suas ordens durante uns dois anos na revista *Visão*. Ele era editor de Cultura em São Paulo e eu chefiava a redação da sucursal-Rio, cujo diretor, Jorge Leão Teixeira, era quem mais fazia piadas com a obsessão perfeccionista do Vlado. Como então a produção carioca comandava o movimento cultural do país, eu era quase “exclusivo” da editoria de Cultura, o seu principal fornecedor de material. Eu brincava dizendo: “sou *full time* do Vlado”.

O ASSASSINATO DE
VLADIMIR HERZOG

*Enterro de Vladimir Herzog no
Cemitério Israelita do Butantã.
São Paulo, 27/10/75. (AE)*

Durante o tempo em que trabalhamos juntos, produzimos algumas matérias de que me orgulho até hoje, e uma bela amizade – que incluía e inclui a doce e serena Clarice. Pelo menos de 15 em 15 dias, eu ia a São Paulo e em geral dormia na sala da casa deles na rua Oscar Freire, lá nos fundos, com aquele portão com desenhos infantis que anunciava o astral do lar dos Herzog.

Dormia lá para a gente ficar até de madrugada conversando sobre pautas, matéria, cultura. Raramente falávamos de política. Não é que o assunto não nos interessasse, mas acho que tudo nas nossas vidas passava antes pela cultura. Por isso, a morte de Vlado me pareceu mais estúpida. Ele foi morto pelo que não fazia. Vlado não era um político, um militante, não usava a profissão para fazer contrabando ideológico, uma tentação daqueles tempos em que, por não se respirar, se procurava em qualquer fresta o ar da liberdade.

Ao contrário – e essa era a mais admirável de suas virtudes profissionais –, Vlado não instrumentalizava o jornalismo, não fazia dele um pretexto político; ele acreditava na informação como força transformadora. A gente vivia repetindo aquela frase que é atribuída a Lenin, se não me engano: “A verdade é revolucionária”.

Acho que o projeto mais importante do Vlado – só estou me referindo ao jornalismo escrito – foi a parte cultural da edição especial de *Visão* sobre os dez anos do golpe militar, em março de 1974, uma edição que por várias razões se tornou histórica.

Quem bancou o número com uma coragem rara naqueles tempos foi o dono da revista, Saïd Farhat. Quem o idealizou, planejou e editou com igual competência foi Luiz Garcia, que chefiava a redação. Muita gente mais esteve envolvida no projeto e eu mesmo escrevi boa parte das matérias.

Mas se credito a Vlado a responsabilidade maior pela importância do número é porque o projeto ficou famoso pela parte cultural, e o grande animador desta, seu entusiasta comandante, foi de fato Vlado. E como ele me fez trabalhar!

O conteúdo da edição trazia como revelação um pouco de luz no fim do túnel. Depois de anos de funda depressão, em que a classe artística estivera mergulhada no desespero ou no desencanto, aqueles artigos e entrevistas carregavam algumas vezes as marcas do lamento, o som de um “grito parado no ar”, para usar o título de uma peça de Guarnieri da época. Mas o que havia de novo não era isso, não era o tom de reclamação; era justamente algo que já anunciava o fim do que se poderia chamar de retórica do queixume – era o que mais tarde viria a se chamar “abertura” e que naquele momento ainda recebia o tímido nome de “distensão”, dado pelo general Geisel.

Na área cultural, o personagem principal do fenômeno e do número de *Visão* foi Glauber Rocha, com suas declarações sobre Geisel, sobre o general Golbery e sobre Darcy Ribeiro – “gênios da raça” – e, de passagem e de leve, sobre Fernando Henrique, o príncipe dos sociólogos. Quando soube que, em vez das respostas ao longo questionário que eu lhe enviara pelo Correio, Glauber me mandara uma carta curta, pessoal, cheia de idéias loucas,

Vlado quase teve um ataque.

Algumas coisas o incomodavam naquela “entrevista”. A primeira delas era justamente a forma heterodoxa e hermética daquele depoimento pouco jornalístico, cujas alegorias e hipérboles chegavam a chocar a vontade de clareza e a ofender a obsessão perfeccionista do meu editor. Mas essa não era a única objeção. Havia também o temor de que aquele depoimento viesse a ser interpretado por Golbery ou por qualquer outro militar como uma provocação.

Foi preciso muito argumento para convencer Vlado. O que o convenceu mesmo foi a garantia que me deu Cacá Diegues (que estivera um pouco antes com Glauber na Itália, sumido depois da carta), de que o que estava escrito era sincero, fidedigno e para valer, ou seja, para publicar.

Naqueles tempos difíceis de viver e trabalhar, Vlado soube viver, trabalhar e morrer com dignidade. Ele é para mim o símbolo da abertura cultural que estava contida naquela edição de *Visão*, assim como quase 20 meses depois iria se transformar no mártir da abertura jornalística. Não há dúvida de que foi a partir do choque causado por sua morte – com toda a indignação e revolta que espalhou – que a imprensa brasileira tomou coragem de avançar até o horizonte do possível.



João Batista Drummond, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, assassinados pelo DOI-CODI no Massacre da Lapa, dezembro de 1976. À direita, Tereza de Lourdes Martins Fiel, viúva do operário Manoel Fiel Filho, morto sob torturas nas dependências do DOI-CODI. Instituto de Criminalística, nº 67 e 69 (Arroyo e Pomar) e Agência Estado (Tereza Fiel).



1976: a morte de Manoel Fiel Filho e a Chacina da Lapa

Após a morte de Herzog, outro militante comunista foi assassinado em circunstâncias idênticas no DOI-CODI: o operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976. O novo caso de “suicídio”, pois assim foi apresentado, causou a demissão do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército.

Mas a última operação sangrenta dos órgãos de repressão política da ditadura militar ocorreu um ano depois, em dezembro de 1976, novamente em São Paulo, quando agentes do Exército assassinaram três dirigentes do então clandestino Partido Comunista do Brasil (PCdoB): João Baptista Franco Drummond, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Outros seis militantes foram presos, cinco deles torturados sistematicamente durante semanas.

O episódio ficou conhecido como “Chacina da Lapa” (ou “Massacre da Lapa”), porque o desfecho da operação foi o ataque a tiros, na manhã de 16 de dezembro, à casa de nº 767 da rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde o comitê central do PCdoB reunira-se entre 11 e 15 de dezembro de 1976. Arroyo e Pomar tombaram na casa, metralhados. Drummond morreu no DOI-CODI, na rua Tutóia, antes mesmo do ataque.

Os DOI-CODI do I e II Exércitos executaram o ataque, que contou também com a participação de torturadores como o tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Fleury, do DOPS.

A operação da Lapa contradiz frontalmente o mito criado pelo governo Geisel sobre o “fim dos excessos” após a destituição do general Ednardo D’Ávila. Alegou-se, na época, que a substituição de Ednardo pelo general “moderado” Dilermando Gomes Monteiro encurralara a linha-dura militar e banira para sempre dos quartéis a tortura e os assassinatos dos militantes da esquerda.

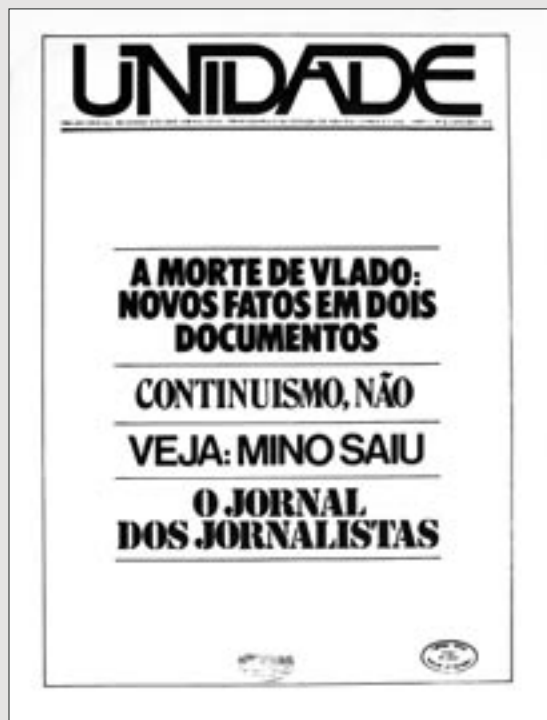
A execução de Pomar e Arroyo e as torturas a que foram submetidos os demais militantes do PCdoB nas dependências do I e II Exércitos eram do conhecimento e tinham a aprovação de vários oficiais, inclusive Dilermando, o homem que Geisel colocou à frente do II Exército no lugar de Ednardo.

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Doutor em comunicação e mestre em História pela USP, é editor da *Revista da ADUSP* e autor do livro *Massacre da Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2006).

Em nome da verdade

Reprodução do jornal *Unidade*, nº 6, janeiro de 1976, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.



Jornal *Unidade*, nº 6, janeiro de 1976. (Fundo Asmob/Liliane Zimbarg)

O Sindicato recebeu e encaminhou à Auditoria Militar um documento, datado de 6 de janeiro [de 1976], em que os jornalistas apontam uma série de fatos ainda não esclarecidos em relação às circunstâncias da morte de Vladimir Herzog, ocorrida no dia 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI, em São Paulo.

O abaixo assinado foi entregue à Justiça com 467 assinaturas e, desde então, recebeu novas adesões em outras capitais e já continha até o fechamento deste número de *Unidade* 1.004 nomes de jornalistas.

É o seguinte o texto do documento:

EM NOME DA VERDADE

Nós, abaixo assinados, jornalistas, que acompanhamos todo o caso da morte de nosso companheiro de trabalho, Vladimir Herzog – uma tragédia que traumatizou não só a nossa categoria, mas a consciência de toda a Nação – interessados na descoberta da verdade e na total elucidação dos fatos, por força mesmo da natureza da nossa profissão, vimos de público levantar algumas indagações, sugeridas

pela leitura do Relatório do Inquérito Policial-Militar divulgado no último dia 20 de dezembro [de 1975].

O Relatório contém duas contradições que já foram levantadas publicamente:

A primeira é a estranheza de que o IPM tenha partido de uma Portaria do Comando do II Exército que praticamente já indicava a sua Conclusão, ao determinar sua instauração “para apurar as circunstâncias em que ocorreu o suicídio”, e não as circunstâncias da morte, como seria de esperar; na segunda, apontada no mesmo dia de sua publicação, *O Estado de São Paulo* desmentiu o depoimento do jornalista Randolpho Lobato, segundo o qual Vladimir Herzog fora demitido do jornal num expurgo que teria ocorrido em 1963, contra esquerdistas da redação. Além do desmentido, *O Estado* citou a contradição com o depoimento do chefe da 2ª Seção do II Exército, que afirma que Herzog foi demitido em 1958. O jornal esclareceu que, na verdade, Herzog pediu demissão espontaneamente em 1965.

Além desses pontos, pretendemos chamar a atenção para outros que, para nós, jornalistas, não ficaram devidamente esclarecidos e que poderão ser objeto de novas diligências, agora no âmbito da Justiça Militar, para onde o IPM foi remetido, como determina o Código de Processo Penal Militar.

Este é o nosso interesse, em nome da salvaguarda dos direitos humanos, da justiça e da busca da verdade, na qual o jornalista, por dever de ofício, tem a obrigação de esgotar todos os recursos possíveis.

Os pontos que ainda consideramos obscuros são estes:

1 – O IPM diz que Vladimir Herzog se enforcou na grade da cela em que fora colocado “usando para tanto a cinta do macacão que usava”. Não há, porém, em todo o inquérito nenhuma explicação para o preso estar usando macacão com cinto. Esta omissão parece contradizer toda a ênfase que várias testemunhas dão à questão da segurança dos detidos: o chefe da 2ª Seção, o comandante do DOI, um investigador e um carcereiro mencionam, em seus depoimentos, além do fornecimento de roupas especiais, rondas e fiscalização permanente, como medidas de cautela. Essas medidas são tomadas, como se sabe, em qualquer repartição policial, e uma delas é a retirada de qualquer objeto que possa servir de instru-

mento para um suicídio, inclusive cintos e cordões de sapatos. E, pelo que se conhece do relato de pessoas que já estiveram naquela dependência militar, os macacões fornecidos aos presos não possuem cinto.

2 – Apoiando-se nos laudos periciais do Instituto Médico Legal, o Relatório acentua a “inexistência de qualquer vício que possa desacreditá-los”. No entanto, existe uma incoerência ainda inexplicada: o laudo do Exame de Corpo de Delito, dos legistas Harry Shibata e Arildo T. Viana, descreve a roupa com que o corpo chegou vestido para a necrópsia e essa roupa não é o macacão descrito no Laudo de Encontro de Cadáver (com fotos), dos peritos Motoho Shiota e Silvio Shibata. A roupa com que chegou ao IML, segundo o laudo, é a mesma com que Vladimir Herzog saíra de casa pela manhã, para se apresentar.

Diante disso, perguntamos:

Não se exige que o cadáver seja levado para Exame de Corpo de Delito exatamente como foi encontrado?

Como se explica que o corpo tenha sido encontrado de macacão e depois tenha chegado ao IML com outra roupa?

Outra questão: Por que não foi ouvido no IPM o capitão Ubirajara, oficial do DOI-CODI, cujo nome aparece nos laudos como requisitante da perícia?

3 – Todas as testemunhas ligadas ao DOI afirmam no IPM que havia ordens expressas para que Vladimir Herzog não pernoitasse na prisão e fosse libertado logo após escrever seu depoimento. O carcereiro diz mesmo, em seu depoimento, que o encontrou enforcado quando foi à cela “com a finalidade de retirar Vladimir Herzog a fim de ser liberado”.

Perguntamos:

Como poderiam as autoridades saber de antemão, como ficou registrado no IPM, “ser de pouca relevância o depoimento daquele jornalista nos fatos investigados”? Se o depoimento era de pouca relevância, por que a tentativa de prendê-lo na véspera, à noite, primeiro em sua casa, e depois em seu local de trabalho, só consentindo a autoridade com sua apresentação no dia seguinte, após interferência da direção da empresa?

Como era possível saber o teor do depoimento de Vladimir Herzog para se ter certeza de que seria liberado no dia seguinte?

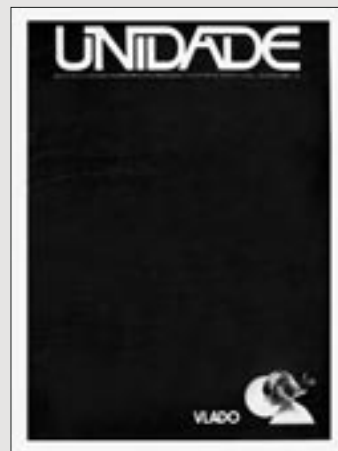
4 – O Relatório do IPM destaca, também, que “o corpo de Vladimir Herzog encontra-se sepultado na Quadra 28, túmulo 64, área em que são enterrados os suicidas”. Essa informação é baseada no depoimento de um membro da Congregação Israelita Paulista.

No entanto, informação diferente foi dada na ocasião da morte de Vladimir Herzog pelo rabino Henry Sobel, que participou do culto ecumênico em memória do jornalista. Numa entrevista publicada no mesmo dia do culto, o rabino disse que os ritos do sepultamento tinham sido normais, “pois a Chevrah Kadisha não encontrou indícios que comprovassem o suicídio do jornalista, o que implicaria a alteração dos procedimentos, inclusive o sepultamento em local diferente” (*O Estado*, 31/10/75).

São duas versões conflitantes, de dois membros da mesma religião. Qual a verdadeira?

5 – O Relatório do IPM informa que foram ouvidas 21 testemunhas “cujos depoimentos foram tomados sem qualquer constrangimento físico ou moral”. Pelo que sabemos, algumas testemunhas foram ouvidas enquanto ainda estavam no DOI, sob a custódia, em última instância, das autoridades cuja atuação no caso da morte de Vladimir Herzog estava sendo investigada. Indagamos: Isto não consistiria, para a testemunha, uma forma de constrangimento?

Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura viessem a ser levantados.



Jornal Unidade, nº 4, novembro de 1975. (Fundo Asmob/Liliane Zimbar)



Repressão policial a manifestação de estudantes no largo de S. Francisco. São Paulo, maio de 1977. (AE)

A high-angle, black and white photograph capturing a large-scale student demonstration in a city square. The square is paved with cobblestones and features a central monument with a tall, rectangular column. A large crowd of people, mostly young adults, is gathered throughout the square and on the steps of a grand, multi-story building with arched windows and doorways in the background. In the foreground, several military vehicles, including tanks and armored trucks, are positioned on the street. A group of soldiers in helmets and uniforms stands near the vehicles, facing the crowd. The scene is filled with the energy of a major public event.

**Pelas liberdades
democráticas:**

**O movimento
estudantil em 1977**

*Edição do jornal
Versus com a
manchete:
"Estudantes: a
marcha de 77",
junho de 1977.*



Em 1977 o movimento estudantil (ME) abriu a brecha para manifestações de rua na luta democrática. Passeatas e atos públicos estudantis, localizados inicialmente em São Paulo, estenderam-se para o resto do país e contribuíram para o clima de efervescência política do fim da década, marcada por mobilizações grevistas e de diversos movimentos sociais contra a ditadura e pela democracia. O movimento estudantil da época tinha diversas tendências com visões políticas diferenciadas, mas com um sentido forte de coletivo e representação em torno de suas entidades, o que possibilitou a formação de lideranças – boa parte das quais participou das lutas sociais e políticas dos anos 1980 e da formação do Partido dos Trabalhadores.

Um dos momentos marcantes daquele momento foi a realização, apesar da forte repressão, do III ENE (Encontro Nacional dos Estudantes) – o que possibilitou a continuidade do processo de reconstrução da UNE – e a invasão da PUC-SP pela Polícia Militar paulista, em resposta à realização do Encontro, ambas ocorridas em 22 de setembro de 1977.

Nosso objetivo com a publicação destes textos é recuperar parte destes acontecimentos poucos conhecidos pelas novas gerações e produzir uma reflexão sobre o significado do movimento estudantil e sua importância naquela conjuntura histórica e, ao mesmo tempo, levantar questões sobre o papel dos jovens, e particularmente dos estudantes, nos processos de transformação política do país.

Passeata com a palavra de ordem “Pelas liberdades democráticas” sai da cidade universitária, campus da USP, em 1977. (Acervo Iconographia)



Anos incríveis

Publicado na revista *Teoria & Debate*, nº 35, jul. /ago. /set. 1997 (Editora Fundação Perseu Abramo).

Dos pequenos atos de resistência de alguns poucos militantes na USP do começo dos anos 1970, nasceram um forte movimento estudantil de luta contra a ditadura e toda uma geração que se destacou na construção da democracia no país e do PT.

De pé num banco de jardim no largo do Paissandu, eu e um desconhecido levantávamos com orgulho a bandeira do Brasil e gritávamos o Hino Nacional. Uma multidão estimada em 15 pessoas (ou seriam dez?) nos acompanhava. Mal havíamos chegado ao “brado retumbante”,

Celso Marcondes

Aos 23 anos, era membro da coordenação nacional da Liberdade e Luta; é publicitário.

um barulho forte e muita fumaça interrompiam nossa “manifestação-relâmpago”. A correria recomeçava. Sirenes, C-14s, cassetetes, gritaria, até cada um se perder na multidão do centro de São Paulo em hora de *rush* ou ser levado delicadamente para o camburão.

Esta imagem, de 1977, não sai da lembrança. Tá lá, gravadinha num arquivo que não tem delete que destrua. E como me orgulho dela! Foram tempos de muita coragem e emoção. Manifestações, passeatas, atos públicos, cultos ecumênicos, milhões de assembléias, bilhões de reuniões, grupos de estudo, livros e mais livros, folhetos rodados em mimeógrafo a álcool no quarto da empregada. Tempos também de muita tensão e nervosismo, de insônias freqüentes, de cabelos caindo, de brigas com a família, de faltas às aulas, de atrasos no emprego. Mas tempos que eu sempre achei que valeram a pena.

Quem viveu viu

Depois da devassa patrocinada pelo AI-5 em todo o movimento social do país, no começo da década de 1970 as universidades viviam aquele clima de prostração para todos e de medo para alguns. Os professores “progressistas”, na sua maioria, tinham sido demitidos. Cartazes, pichações, nem pensar. Os corredores da USP eram assépticos, pareciam hospitais. Protestos, só nas portas dos banheiros, misturados com aqueles versinhos legais dos tempos de ginásio, cheios de rimas falando de órgãos genitais. “Aos soviets, companheiros do Camboja!”, dizia um inesquecível, lá no banheiro dos “barracos”, nome que dávamos ao conjunto de faculdades da área de Humanas, construções de blocos de concreto cobertos de telhas de amianto, quentíssimas no verão e geladas no inverno.

Mas o *campus* já era muito bonito. Grandes jardins, o bosque, anfiteatro ao ar livre, um belíssimo centro esportivo, com piscinas e quadras. Nós jurávamos que tudo tinha sido construído daquele jeito para “alienar os estudantes”. Os prédios das faculdades eram longe dos outros “para evitar o contato”. O CRUSP, o conjunto residencial, estava fechado para provar nossa tese. “Nossa” de quem? daquelas poucas dezenas de rapazes e moças que haviam sobrevivido ao “rapa” ou que entravam naquele momento na vida universitária almejando um pouco mais que um diploma.

Para todos estes, os canais que sobravam eram os centros acadêmicos, que ainda permitiam eleições diretas todos os anos. Promoviam filmes “polêmicos”, shows do Gonzaguinha, editavam “cadernos de debates” com textos de Celso Furtado, Fernando Gasparian, Maria Conceição Tavares, de um certo Fernando Henrique Cardoso, publicavam jornaizinhos tamanho ofício (em preto-e-branco, claro, batidos a máquina, com títulos em letreset) rodados nos raros mimeógrafos a tinta que sobreviviam em alguns “centrinhos”. O contato entre estes gatos pingados se dava em reuniões semiclandestinas, que tinham como objetivo estratégico a reconstrução do Diretório Central dos Estudantes, proibidíssimo na época.

No início dos anos 1970, éramos tão poucos que não dava para falar de uma “geração”, muito menos “espontânea”. Espalhados pelas diversas faculdades, militantes da Ação Popular (AP), da Ação Libertadora Nacional (ALN), do PCdoB, do PCB, entre outros, eram os impulsionadores de todas estas atividades “extracurriculares”, que iriam dar base para o ressurgimento vigoroso do movimento estudantil nos anos seguintes. Todos grupos muito pequenos. Os trotskistas? Bom, nós também cabíamos num fusca... Naquela época, dois agrupamentos se formavam: a FES – Frente Estudantil Socialista (ligada à Organização Comunista 1º de Maio)

e a Tendência pela Aliança Operário-Estudantil (animada pelo Grupo Outubro). Unidos, mais tarde, iriam dar origem à Liberdade e Luta. Diz a lenda que um certo Glauco encontrava-se todas as semanas numa praça com os três integrantes que formavam a FES, que tentavam cooperá-lo. Eles chegavam de carro, num Volkswagen, é claro, e um deles descia para discutir com o “contato” as lições da leitura dos livros da semana. Reuniam-se os dois na praça, despediam-se até o próximo “ponto”. Passados alguns meses os três da FES decidiram que Glauco já estava pronto para integrar o grupo. Pararam o carro a seu lado como faziam todas as semanas. Em vez de um descer, perguntaram a ele da janela: “Você já está pronto para entrar na FES. Quer entrar?”. Diante do sim do novo militante, abriram a porta do carro e disseram: “Então, entra!”. Dali em diante, Glauco passou a se reunir com os três juntos, toda semana, dentro do carro.

Pode não ter sido exatamente assim que aconteceu. Mas é como eu sempre gostei de lembrar... e contar.

A verdade mesmo é que para todos nós que teimávamos em militar clandestinamente naquelas épocas bravas de ditadura, de medo, prisões e torturas, as reuniões eram sempre entre poucos, dentro de um carro que vagava pelas avenidas marginais até a discussão, ou a gasolina, acabar. Ou nos bancos do Ibirapuera simulando um piquenique. Lembro até de idas a Santos, em pleno inverno, para reunir, na praia, três ou quatro pessoas, devidamente vestidas dos pés à cabeça. Nada suspeito, mas quais alternativas?

Lembro também que devorávamos os jornais – que eram devidamente arquivados – sempre em busca de notícias que prenunciassem o fim do regime militar ou que falassem de greves ou mobilizações da classe operária. Tarefa superdifícil, pois o pouco que acontecia neste sentido era censurado ou, mais tarde, substituído por receitas de bolo ou sonetos de Camões.

Também nos esforçávamos para aprender a falar espanhol, bem antes dos imperativos da formação do Mercosul. A tarefa era obrigatória, pois os livros marxistas que chegavam eram importados da Argentina ou da Espanha e vendidos numa só livraria, na praça da República. *Trabalho assalariado e capital*; *Salário, preço e lucro*; *Do socialismo utópico ao científico* eram alguns dos títulos básicos. Sem notícias quentes do Brasil, as matérias de conjuntura internacional passavam a ser importantíssimas. Discutíamos horas sobre os acontecimentos da França, do Chile e do Ceilão, vislumbrávamos a todo momento a chegada de fora de uma onda revolucionária que contaminasse o país.

Mas que nada. Em 1972, a seleção brasileira de futebol batia a de Portugal na final do Torneio do Sesquicentenário da Independência, no Maracanã, e eu, até então um ardoroso torcedor, aterrorizava meu pai com um comentário: “Devia ter perdido! Não tem por que comemorar independência, pois continuamos dominados pelo imperialismo americano! Essa vitória vai iludir ainda mais o povo!”.

Não sei também se era exatamente assim que as coisas se passavam nas cabeças dos colegas dos outros grupos. Creio que sim. Da nossa parte, a obsessão revolucionária crescia sem parar, apesar dos obstáculos em contrário. E isso dava muita coragem, incentivava que encarássemos como secundários um monte de “vícios pequeno-burgueses”, como namorar, ir a um estádio ou assistir a filmes de aventuras. Em compensação, a vida cheia de riscos e de medo, de codinomes, de pontos secretos, de atividades clandestinas, de panfletagens proibidas ia formando os núcleos centrais das tendências de massa que iriam se formar em 1976/77 e liderar as mobilizações de rua que ocorreriam nestes anos.

Estas futuras “lideranças”, é verdade, viam-se não só nas reuniões ou nas atividades culturais dos centros acadêmicos. As sessões dos cines Bijou e Belas Artes, os shows no Colégio Equipe, os bares das imediações do *campus*, o Riviera e a pizzeria Micheluccio, na Consolação, eram também pontos de encontro de militantes.

Uma geração nada espontânea

Das reuniões contra o ensino pago de 1972 às freqüentes passeatas em 1977, muita água correu debaixo da ponte. Mais devagar do que o almejado por nós, aqui e ali apareciam sinais de quebra da unidade das chamadas classes dominantes em torno do regime militar. Grandes jornais começavam a questionar a censura, surgiam os “jornais alternativos” (*Opinião, Movimento, Versus, Ex*, entre outros), ficavam públicos alguns entreveros entre os generais. Enquanto isso, nas fábricas das grandes cidades os dirigentes sindicais pelegos ainda reinavam tranquilos, pouco se incomodando com as “oposições” que resistiam heroicamente, elas também impulsionadas pelos grupos clandestinos.

Caberia ao movimento estudantil, o “ME”, a honra de ser o primeiro a botar a cara para bater. Literalmente.

Primeiro, foram as manifestações dentro do *campus*. Contra diretores de faculdades autoritários, contra a política educacional do governo, por melhorias no restaurante universitário (“feijão sem repressão”, gritávamos numa animada passeata), elas se multiplicavam. Até chegar a reivindicações mais politizadas, como as das passeatas pela libertação dos presos políticos. Eram chamadas pelas cada vez mais freqüentes assembléias gerais universitárias, que uniam estudantes das diversas faculdades, tornando palpável a reconstrução do Diretório Central. Na ânsia de acertar, gastávamos horas de discussões para definir eixos de luta. Uma das grandes polêmicas daquele momento dividia os defensores da luta “pelas liberdades democráticas” contra os que queriam a luta “em defesa dos direitos humanos”. Ganhava quem levava mais gente às assembléias. Democracia direta.

Aí já dava para falar de uma nova geração que se formava. Organicamente, fruto de anos de atividades embrionárias e pacientes de uns poucos. Para disputar as primeiras eleições para o DCE reconstruído, um grupo formado por remanescentes da AP iria formar a Refazendo, o PCdoB formaria a Caminhando, os trotskistas construiriam a Liberdade e Luta. Eram as três principais correntes da USP. Agrupavam centenas de estudantes, entre os quais dezenas se incorporavam às organizações políticas que impulsionavam.

Quando os limites do *campus* se tornaram pequenos, o grande debate passou a ser o da escolha do momento para nos aventurarmos pela cidade. Uma primeira grande passeata iria sair da Cidade Universitária, cruzar a ponte sobre o rio Pinheiros e desafiar os esquemas do secretário da Segurança, e depois deputado estadual, Erasmo Dias. A partir dali, a coisa não parou mais. Eram convocadas para o largo do Paissandu, para o parque Dom Pedro, para o meio da multidão, às 6 horas da tarde. Em dias de repressão caprichada a ordem era fazer “passeatas-relâmpago”. Juntávamos um punhado de gente e saíamos correndo, gritando “abaixo a repressão”, até as viaturas da polícia chegarem.

No dia seguinte, no *campus*, a tarefa era contar os presos e feridos e verificar quem havia participado de mais passeatas no mesmo dia. Com o passar do tempo fomos nos sofisticando. Já havia esquema de advogados de plantão e sistema de comunicação durante as

manifestações. Sem celular ou computador. Apenas um pacote de fichas telefônicas para os manifestantes e um número para ligar “dando os informes”.

Quando estas mobilizações ganharam destaque – e muito – nas páginas dos jornais diários, chegava-nos a certeza de que Lenin estava certo (ou seria Trotski?) num texto sempre evocado, no qual falava que os estudantes “saíam na frente”, eram “os batedores da revolução”. Entendíamos que a divulgação massiva de nossos atos iria influenciar categorias profissionais para que assumissem o enfrentamento, em particular, óbvio, os operários.

Coerentes com este raciocínio, as organizações começaram a “exportar quadros” do ME para as fábricas e os bancos ou até para o movimento secundarista (isso mesmo: universitário voltava para o colégio para militar!). Também fazíamos de tudo para trazer às nossas assembléias e aos nossos atos públicos “pelas liberdades democráticas” representantes de outros movimentos ou personalidades. Do “parlamento burguês”, os deputados Ayrton Soares e Alberto Goldman, do MDB, eram os que assumiam o risco de aparecer. As reuniões anuais da SBPC eram outro fórum que invadiamos, tentando colocar na pauta pontos mais políticos que os ligados ao “progresso da ciência”.

Da USP, o processo cresceu rapidamente para as universidades pagas e os colégios da cidade e espalhou-se pelo país. Do Rio de Janeiro, de Brasília, de Belo Horizonte, do Nordeste, de Porto Alegre, chegavam as notícias de movimentos semelhantes, impulsionados por inúmeros outros pequenos grupos políticos que se multiplicavam.

Reconstruído o DCE, queríamos as UEEs e a UNE. Multiplicavam-se as reuniões e encontros semiclandestinos reunindo gente de todo o país. As tendências estudantis ganhavam contornos nacionais. Aí, já vivíamos em função do movimento, com reuniões, viagens e articulações diárias. Quando as forças do coronel Erasmo Dias invadiram a PUC em 1977 para espancar e prender centenas de estudantes, o Encontro Nacional de Estudantes, que tinha acabado de se realizar, já havia tomado as deliberações principais que iriam levar à refundação da UNE. O disparate que foi a ação policial teve como principais resultados acirrar mais os ânimos do movimento e indignar a maioria da população.

Quando a UNE foi refundada, no histórico Congresso da Bahia, em 1979, o ME já havia virado coadjuvante do movimento social.

Em 1978, Lula e os metalúrgicos do ABC tinham roubado a cena e davam o passo decisivo que levaria ao fim da ditadura militar. Ao mesmo tempo, outras categorias profissionais também avançavam na retomada de seus sindicatos das mãos dos pelegos e faziam movimentos importantes. Mas isso já é uma outra história...

A marca ficou

Destes anos, com certeza ficou o exemplo. Ficaram também estruturas, experiências, lições muito úteis para os anos que se seguiram. Nada foi em vão, nunca foi “arroubo juvenil”. A maior fatia das tendências, das organizações e da massa que assumia as mobilizações de rua iria engrossar o caldo que daria origem ao Partido dos Trabalhadores. Gente formada neste período, que começava a seguir suas carreiras profissionais e iniciar uma militância sindical em outras áreas. Aos poucos, a grande maioria destes grupos ia se dissolvendo ou virando tendências no interior do PT. Fora dele, iam dar a base para outros partidos, como o PCdoB e o PSTU. Muitos se transformaram em dirigentes partidários ou sindicais, ativistas de movimentos sociais, professores, estudiosos,

jornalistas, comprometidos com a defesa da justiça social, da democracia – embora alguns poucos tenham decidido seguir os caminhos do neoliberalismo ou, até, de Fernando Collor. Uma geração inteira se formou e se destacou. Não só no campo político, mas também nas artes, na direção de empresas, milhares de pessoas por todo o Brasil, alguns conhecidos, uma maioria incógnita – como ocorria naquela época. Gente que, com certeza, tem algo a ver com o país de hoje.

É fato que, se ainda temos que conviver com massacres no Carandiru, em Eldorado dos Carajás e na Candelária, ou com casos como o da favela Naval em Diadema, já não temos censura, as eleições são diretas, já não existe a Oban e a *Teoria&Debate* pode ir às bancas. E, se isso está acontecendo, alguma coisa tem a ver com o que ocorreu naqueles tempos. Desprezá-los é mudar a história.

Quando termino este texto, a UNE está encerrando mais um congresso, em Belo Horizonte, e o noticiário sobre ele ocupa apenas uns poucos artigos nos jornais. Não, não é culpa da direção da entidade, da falta de espaço, nem ação da censura. Apenas, os tempos são outros. Eu só sei que, como diria Kevin Arnold, aqueles foram anos incríveis. E não voltam mais.



Manifestação
estudantil no centro de
São Paulo, 5/5/1977.
(Acervo Iconographia)

Medo e liberdade

Publicado na revista *Teoria & Debate*, nº 35, jul. /ago. /set. 1997 (Editora Fundação Perseu Abramo).

Para realizar esta reportagem sobre o movimento estudantil da USP nos anos 1970, *Têoria & Debate* entrevistou cinco importantes lideranças daquela época: duas da tendência Refazendo, duas vinculadas à Liberdade e Luta e uma ligada à Caminhando. Todas elas, hoje já na faixa dos 40 anos, são figuras mais ou menos conhecidas em distintos campos de atuação.

Tentamos usar critérios para fazer esta seleção. Estes cinco companheiros faziam parte das três tendências mais importantes do movimento estudantil da USP naqueles anos e seguiram depois trajetórias pessoais distintas. Mas todo critério de escolha tem sempre, nesses casos, uma dose de subjetivismo. Muitos outros poderiam ter sido procurados, pois uma das características do movimento estudantil (ME) nos anos 1970 era inclusive a tentativa de não-personalização do movimento. Pelo peso que tinham, dois deles muito provavelmente teriam sido ouvidos por nós se estivessem vivos: Celso Figueiredo, da Caminhando, e Marcelo Garcia, na época conhecido como Bundão, da Refazendo. A eles, dedicamos esta matéria.

Ricardo Azevedo

Sociólogo e jornalista, é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo e coordenador editorial de *Teoria & Debate*.

1. Quando da publicação original desta reportagem, em 1997.

Aloízio Mercadante entrou na Faculdade de Economia da USP em 1973. Filho de um militar identificado com o regime (seu pai chegou a ser comandante da Escola Superior de Guerra), começou sua militância política na própria USP. Foi presidente da associação atlética da faculdade e figura de primeira linha na Refazendo. Hoje, aos 43 anos, depois de ter sido deputado federal e candidato a vice-presidente da República na chapa com Lula em 1994, Aloízio é professor de Economia da PUC e da Unicamp e membro da Executiva Nacional do PT.

Alon Feuerwerker começou a militar quando entrou na Faculdade de Medicina da USP, em 1974. Eleito presidente do centro acadêmico em 1978 e vice-presidente da UNE em 1979 (na primeira diretoria da UNE reconstruída e por eleição direta), Alon era militante do PCdoB e uma das principais lideranças da Caminhando. Hoje, aos 41 anos, é diretor de desenvolvimento do Universo Online e não tem mais militância político-partidária.

Geraldo Siqueira, o Geraldinho, já militava no movimento secundarista em 1968. Em 1971, quando entrou na Geografia da USP, tinha um irmão no exílio. Presidente do centro acadêmico de sua escola e membro da primeira diretoria do DCE Livre da USP, eleito pela chapa Refazendo, Geraldinho foi uma das mais importantes lideranças do período. Respalhado em sua atuação no ME, foi eleito deputado estadual pelo MDB em 1978 e reeleito pelo PT em 1982. Atualmente, aos 46 anos, é funcionário do Banco do Brasil. Filiado ao PT, como muitos no entanto deixou de ter uma militância ativa nos últimos anos.

Quando Josimar Melo entrou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU), em 1971, já tinha participado de reuniões de esquerda para discutir *O capital*. Diretor do Grêmio da FAU em 1972, Josimar era figura de proa da Liberdade e Luta, a Libelu. Quando esta tendência ganhou as eleições para o DCE Livre da USP em 1978, ele fez parte de sua diretoria e em 1979 foi candidato a presidente da UNE. Aos 43 anos, ele é hoje um bem-sucedido jornalista especializado em gastronomia, que também não tem mais militância político-partidária, embora siga sendo filiado ao PT e admirador de Trotski.

Da mesma forma que Geraldinho, Júlio Turra, o Julinho da Libelu, desde 1968 participava do movimento secundarista. Ingressou no curso de Ciências Sociais da USP em 1973. Já no segundo semestre daquele ano era militante da Organização Comunista Primeiro de Maio. Em 1974, foi eleito membro da diretoria do centro acadêmico de sua escola e era também uma das mais importantes lideranças da Liberdade e Luta. Aos 44 anos, Julinho é hoje membro da Executiva Nacional da CUT, militante ativo do PT e da Quarta Internacional, corrente O Trabalho, no Brasil.

Reminiscências

Quando se fala em atuação política, imediatamente vem à tona a questão dos recursos: humanos, materiais, financeiros. Imprescindíveis sem dúvida para uma atuação eficiente. Muitos, no entanto, têm dificuldade em entender que nem sempre foi assim e que se hoje podemos ter acesso à TV, por exemplo, isso faz parte das conquistas democráticas, e por elas muito se lutou no Brasil.

Na década de 1970, sob o regime militar, eram bem outras as condições de militância. Militar na oposição significava enfrentar o risco de, a qualquer momento, ser preso, torturado, até mesmo assassinado, como aconteceu com tantos. Aloízio Mercadante lembra que “as normas de segurança tinham que ser absolutamente rígidas. Em qualquer reunião tinha um litro de ál-

cool no banheiro e um responsável para botar fogo em todas as anotações. Era só tocar a campainha e essa pessoa ia lá queimar tudo e jogar pela privada”. Geraldinho se recorda do clima que envolveu a missa pela morte de Alexandre Vannucchi, celebrada na Catedral da Sé em 1973: “Havia metralhadora de tripé no centro da praça apontada para a escadaria da catedral. Dentro da igreja, havia um cameraman da TV Gazeta filmando tudo para a OBAN. Ele ia de fila em fila e dava um close nas pessoas. De repente, durante a missa, carros de polícia começaram a dar a volta em torno da catedral com a sirene ligada. Era um verdadeiro clima de pavor!”. E Júlio Turra conta que, na invasão da PUC em 1977, “quando começou a confusão, com a tropa de choque entrando, bombas de gás lacrimogêneo, eu, o Josimar e uma moça chamada Anne Marie saímos correndo pelos fundos da PUC, entramos numa vilinha, pulamos o muro, subimos em uma casa e entramos na caixa d’água. Já de madrugada descemos e entramos em uma casa. As pessoas foram solidárias, nos tranquilizaram e até deram cafezinho. No dia seguinte de manhã, soube que todo mundo tinha ido em cana...”.

Nas primeiras eleições para o DCE, as chapas não apresentavam os nomes de seus candidatos. Em parte, isso era devido a uma concepção política de buscar não destacar nomes e sim idéias, mas em grande medida esta atitude era motivada pela necessidade de preservar as lideranças. Os estudantes votavam nas chapas sem saber quem iria fazer parte da diretoria, e só depois de eleita a chapa vencedora apresentava seus componentes. Formalmente, não havia presidente. Era um colegiado de diretores.

Mas, se a tensão e o medo faziam parte do cotidiano, a USP também era, na imagem do Geraldinho, um pouco “a aldeia gaulesa” do Asterix. Além do encaminhamento das lutas, lá tudo acontecia: palestras, ciclos de cinema, shows de música, grupos de teatro, festas juninas. Josimar explica, com certo tom crítico: “A gente precisava juntar gente, então fazia um show com um cantor que cantava música engajada e juntava as pessoas. Com o tempo, as coisas começaram a ir para o seu devido lugar, ou seja, política é política, cultura é cultura”. O fato é que músicos como Gilberto Gil, Gonzaguinha, Milton Nascimento, João Bosco e muitos outros se apresentavam de graça na USP para cantar com uma infra-estrutura absolutamente precária. Mercadante lembra que, quando foram convidar a Mercedes Sosa, que estava dando uma temporada em São Paulo, ela respondeu: “Yo no puedo cantar para los obreros ni para los campesinos; al menos voy a cantar para los estudiantes de São Paulo”. Na aldeia gaulesa da USP, os artistas que queriam manifestar seu repúdio à ditadura o faziam, contribuindo dessa forma para a reorganização do movimento estudantil. O simples fato de duas das principais tendências do movimento estudantil se chamarem Refazendo e Caminhando já mostra a importância que a questão cultural tinha na época. Porém, Alon faz um reparo: “A questão cultural teve uma influência. No entanto, a maior influência cultural foi do marxismo”.

Ainda que não estivesse presente em nenhuma carta-programa, a questão comportamental também tinha sua importância. Até mesmo pelo clima de repressão cultural e artística do momento, cada tendência se comportava mais ou menos como uma tribo, no dizer de Julinho. Congregando cada uma delas centenas de adeptos, formavam um círculo protetor onde as pessoas podiam “respirar” no meio de tanta tensão. Famosas eram também as festas e, como não poderia deixar de ser, cada tendência tinha as suas. Explica Júlio Turra: “O pessoal da Caminhando era do sambão, do pagode, da cultura popular. Nós, da Liberdade e Luta, éramos mais roqueiros; o pessoal da Refazendo era mais tipo Milton Nascimento. Havia até um certo

jeito de se vestir: o pessoal da Caminhando você reconhecia claramente – era o poncho e conga; a Libelu já era o cara mais cabeludo, meio roqueiro...”. Na noite da vigília das urnas, houve até mesmo duas polêmicas: que tipo de música se deveria tocar (rock ou samba?) e se poderia rolar bebida alcoólica ou não.

Nesse aspecto, no entanto, há divergências de apreciação. Para Josimar, “tínhamos um certo visual, um certo comportamento meio rebelde, meio pós-hippie, mas a não ser a questão da maconha, que tinha implicações de segurança, não discutíamos muito questões de comportamento”. Mercadante tem outra lembrança: “A gente tinha um pé em Woodstock. Havia uma discussão cultural e comportamental na vanguarda social do movimento. Estas coisas não estavam nas cartas-programa porque o nível de consciência do conjunto dos estudantes não era o mesmo da vanguarda social”. Julinho acentua: “Não havia muitos obstáculos; havia uma quase total falta de preconceitos. As questões comportamentais não eram tratadas nas cartas-programa, mas, no entanto, as transgressões à moral da época eram praticadas”.

As divergências

Na USP da década de 1970, três tendências políticas tinham maior destaque:

- *Refazendo*. Teve sua origem em militantes oriundos da Ação Popular que, tendo perdido contato com a organização quando das prisões de 1971, formaram um grupo independente – o Grupão. Em 1976, voltaram a retomar contato com a AP, que, progressivamente, absorveu seus principais quadros. A Refazendo tinha maior força nas faculdades de Geologia, Física, Geografia, Psicologia, Politécnica, Ciências Sociais e Economia. Foi vitoriosa nas duas primeiras eleições para o DCE.

- *Liberdade e Luta*. Era vinculada à Organização Socialista Internacionalista, formada em 1976 a partir da fusão de dois grupos trotskistas, a Organização Primeiro de Maio e a Organização Marxista Brasileira. Segundo Júlio Turra, ele e Markus Sokol quando discutiam a fusão, lembraram-se de uma frase de Spinoza que diz que “só há liberdade quando se luta pela liberdade”. Aí, Julinho disse “Luta e Liberdade pode ser o nome” e Sokol replicou: “Não, Liberdade e Luta soa melhor”. A Libelu, como ficou conhecida, tinha maior expressão nos cursos de Arquitetura, Comunicações, Filosofia, Economia e Ciências Sociais. Segunda força do ME na USP, em 1978 a Liberdade e Luta ganhou o DCE. Diz a lenda que em eleições em urna a Refazendo em geral ganhava, mas que nas assembléias normalmente dava Libelu.

- *Caminhando*. Vinculada ao PCdoB, era a terceira força na USP. Tinha maior presença na Medicina, na Politécnica e nas Ciências Sociais. Porém, em nível nacional, dada a maior organização do PCdoB, despontou como principal força, vencendo as primeiras eleições para a diretoria da UNE em 1979, em aliança com a Refazendo.

Além destas, e com menor expressão, havia ainda a Organizar a Luta, vinculada ao Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), e a Alternativa, ligada à Política Operária (Polop). Somente em 1976 surgiu, ainda que com pequena expressão, a Convergência Socialista.

Quais eram afinal as divergências que explicavam a existência de tantas tendências? Nesse ponto, vinte anos depois, as impressões dos entrevistados quase reproduzem os mesmos argumentos da época.

Para Josimar, “havia dois extremos dentro da esquerda: o PC, que tinha um projeto político de alianças com a burguesia progressista, e a Liberdade e Luta, que rejeitava toda aliança com qualquer setor da burguesia. No fundo, era isso que se refletia a todo momento. Na USP, a Refazendo era mais forte que o PC, que quase não existia, mas historicamente no Brasil nossa briga era com ele”. Na mesma linha, Julinho, para quem a polarização Refazendo/Liberdade e Luta era mais ou menos como o Corinthians e Palmeiras da época, prossegue: “a gente era contra qualquer aliança política com o MDB que não fosse a frente única elementar. O PCdoB tinha uma política mais de frente para combater a ditadura, com um programa tipo união dos patriotas. Já a Refazendo tinha uma postura crítica com relação ao MDB mas argumentava que era impossível fazer política fora dele. O próprio Geraldinho começou sua carreira política fora do ME como candidato da esquerda do MDB”.

Já para o pessoal da Refazendo, o centro das divergências era outro. Mercadante argumenta que “o PCB vinha perdendo espaço na USP. Nós éramos uma alternativa ao reformismo, mas não aceitávamos o trotskismo pelo seu vanguardismo, pela sua total incapacidade de dialogar com a massa. Eles sempre atuavam na vanguarda social e com uma postura vanguardista”. E Geraldinho complementa: “A Refazendo estava mais correta. A Libelu foi importante para empurrar o movimento quando a gente segurava um pouco, mas eles tinham uma análise errada. Eles achavam sempre que a ditadura estava para cair, que não tinha mais sustentação social. E a nossa análise era de que o que provavelmente ia acontecer era a abertura do Geisel, lenta, gradual e segura”.

Por sua vez, Alon considera que “o centro das divergências era o caráter da luta política em curso. Tinha uma posição de lançar o movimento de massas num embate contra o regime e pelas liberdades democráticas, que era comum à Caminhando e à Liberdade e Luta. A Refazendo e a Organizar a Luta já achavam que ainda havia aspectos importantes de resistência e que as questões democráticas não deveriam ser levantadas de uma maneira mais aberta. A Refazendo, por exemplo, nunca chegou a defender a Constituinte... Por outro lado, na análise de conjuntura, a Liberdade e Luta achava que a ditadura estava prestes a cair, e a Caminhando e a Refazendo achavam que ainda havia um longo período de acumulação de forças. Assim, do ponto de vista das bandeiras, a gente convergia com a Libelu, com exceção do ‘abaixo a ditadura’, que achávamos que não devia ser colocado; mas do ponto de vista da condução do movimento a gente era mais próximo da Refazendo”.

Passados 20 anos, alguma síntese é possível. Assim, Mercadante considera que “o melhor da luta estudantil era o resultado final. Os companheiros da Caminhando tinham uma dimensão do nacional, do democrático e popular, que nós desprezávamos. Por outro lado, o vanguardismo do trotskismo empurrava o movimento para a frente, questionava a direção. E nós tínhamos uma visão correta do acúmulo de forças, da relação do movimento estudantil com o restante da sociedade. Quer dizer, a síntese era melhor que as partes”. E Alon corrobora: “Cada tendência teve um papel fundamental. Sem o ímpeto e o voluntarismo da Liberdade e Luta nada teria acontecido. Sem a capacidade organizativa e o enraizamento na massa em alguns lugares que a Caminhando tinha, também nada haveria. E também não aconteceria sem o caráter flexí-

vel da Refazendo, que era um instrumento para que as pessoas que não estavam a fim de militar num partido comunista ou trotskista pudessem participar do movimento. Foi uma combinação muito interessante porque cada um cumpriu seu papel”.

Consensos

Passados 20 anos, é de uma maneira positiva e com certo tom de saudade que todos se referem ao período. Para Josimar, “foi decisiva a importância política do movimento estudantil. Ele não era vanguarda, mas era a ponta de um *iceberg* que terminou redundando no fim da ditadura”. Julinho considera que “a primeira importância é que foi uma forja de quadros. Em segundo lugar, possibilitou uma renovação do pensamento da esquerda brasileira. E jogou um papel de catalisador do descontentamento que existia”. Porém, ele pondera: “Mas o decisivo para cair a ditadura foram as greves do ABC”. Para Mercadante, “foi o primeiro grande movimento social da luta democrática no Brasil. Os estudantes saíram na frente, ganharam a opinião pública para a luta democrática e foram uma referência fundamental para outros movimentos que vieram a seguir”. Geraldinho comenta: “A gente queria fazer a revolução socialista, comunista, mas na verdade a gente jogou um papel importante na redemocratização do país”. E Alon arremata: “Na ideologia oficial da direita, a democracia teria sido fruto da distensão do Geisel e da abertura do Figueiredo. Por outro lado, na ideologia oficial da esquerda criou-se um mito de que a democracia no Brasil começou a nascer com as greves operárias de 1978, no ABC. Mas, entre 1973 e 1979, aconteceu alguma coisa que permitiu ao próprio movimento operário mais oxigênio para poder respirar no final da década de 1970. Nós achávamos que éramos uma organização de esquerda que estava preparando o caminho para a revolução brasileira. Na verdade, éramos lideranças políticas que estávamos mobilizando a massa para uma luta democrática. Realmente, foi um período incomparável em termos de experiência política, porque a gente discutia teoria, discutia política e fazia movimento de massa”.



Ato público por Anistia e liberdades democráticas no centro de São Paulo, maio de 1977. (Acervo Iconographia)

Os movimentos sociais nos anos 1970

Vou tratar dos assim chamados movimentos sociais e, em particular, do movimento sindical e dos movimentos de bairros. Mas para isso é preciso fazer uma periodização, necessária para se entender um pouco o momento em que esses movimentos se situam. O ano de 1968 é marcado por intensa luta social, inclusive estudantil e sindical. É, ao mesmo tempo, o momento em que se dá o golpe dentro do golpe com a decretação do Ato Institucional nº 5. Até o final da década de 1970 podemos pensar em três grandes momentos do movimento popular e sindical no Brasil.

Lúcio Kowarick

Cientista político. Professor da USP, autor de vários livros, entre os quais *Escritos urbanos* (Editora 34, 2000) e *Espoliação urbana* (Paz e Terra, 1993).

O primeiro eu chamaria de “anos de amordaçamento”, que poderia ser situado entre o final de 1968, início de 1969, até o final de 1972, início de 1973. Esse é o momento do auge da repressão, do auge do arbítrio e da violência. Permitam que eu cite algumas cifras para dar mais colorido ao que estou falando: 5.000 pessoas foram condenadas pelas auditorias militares, 4.877 cassadas nos seus direitos políticos, 10.000 foram exiladas. Centenas de peças de teatro e de músicas foram proibidas naquele período.

Esse, então, é o momento de maior amordaçamento da sociedade civil, de medo, de reatamento, e também o momento em que se dá a derrota da luta armada contra o regime.

Segundo momento: 1973/1976. É aquele no qual, à parte a missa em homenagem a Vladimir Herzog em 1975, não há nenhuma grande mobilização. O que ocorre são inúmeras pequenas reivindicações que se situam, de modo particular, nos bairros populares, nas periferias das cidades, principalmente em São Paulo: aí pipocam muitas manifestações, manifestações que reivindicam melhoria da moradia, acesso à terra, transporte, creches, saúde etc., e que reúnem às vezes 100, às vezes 200, às vezes 300, às vezes 500, às vezes mais pessoas. A presença da Igreja Católica é muito forte nesses movimentos, fundamentalmente através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e dos militantes de esquerda de várias origens.

Nas palavras de Éder Sader, eles eram “militantes dispersos ou dispersados pela repressão”. Esses movimentos lutam contra aquilo que podemos chamar de espoliação urbana. São pequenas manifestações que ocorrem, que pipocam e que adquirem grande visibilidade política em face da rigidez, da incompreensão, da violência e do arbítrio do regime. Fazer uma manifestação pedindo melhoria nas creches ou nos transportes, naquela época, era em si mesmo um ato de desobediência civil, que colocava em xeque o arbítrio do poder central.

É preciso dizer que até 1975, 1976 o espaço das fábricas estava extremamente controlado. Havia um controle muito intenso sobre o cotidiano dos operários, e qualquer tentativa de aglutinação e de organização dentro das fábricas era extremamente temerária. Os sindicatos estavam sob intervenção ou sob controle do poder central. Mas, pouco a pouco, nos bairros populares das cidades brasileiras – e esse é um fenômeno bastante geral – começa a haver uma reativação das aglutinações. Aí vai se formando uma cultura não só de resistência, mas também de insubordinação, um processo de aglutinação de pequenas experiências de luta, por creches, por saúde, por transportes, enfim, pelas reivindicações urbanas em geral. É então, também, que nesses anos de 1973, 1974 começam a aparecer as formas de organização que vão desenvolver as pequenas lutas nas fábricas. Como o controle sobre o sistema fabril era rígido, as ações planejadas para ocorrer dentro das fábricas eram discutidas e organizadas nos bairros das cidades. Ações como as operações-tartaruga de 1974, 1975, as paralisações-relâmpago e mesmo a distribuição de panfletos dentro das fábricas eram assim preparadas. Analisar o movimento sindical e os movimentos de bairro, a meu ver, implica fazer um esforço para pensar a conexão entre as lutas nas fábricas e as lutas nos bairros populares. Antes das fábricas, foram os bairros o local principal para a aglutinação das experiências de organização, de ajuda, de aprendizagem, enfim, de renascimento de uma consciência e de uma ação de insubordinação.

O último período é o que se inicia em 1977 e vai até 1978. Em 1977 é o movimento estudantil que sai maciçamente às ruas. É o primeiro a fazer isso, antes do movimento popular e também do movimento operário, que vai fazer a sua primeira grande greve no ano seguinte, em 1978. Ainda em 1977, além das ações do movimento estudantil e da grande reunião da

SBPC, um outro acontecimento vale ser ressaltado pela extrema importância que teve: a leitura da “Carta aos brasileiros”, realizada no dia 11 de agosto no pátio da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pelo professor Gofredo da Silva Telles, para uma enorme platéia de estudantes, professores, intelectuais, artistas. Em 1978 ocorre a primeira grande greve dos metalúrgicos, em 1978/79 a campanha pela Anistia e outra grande greve, e em 1980, finalmente, a grande greve de 41 dias, em São Bernardo do Campo.

Quero insistir numa idéia que me parece importante: uma greve como a de 1978, a de 1980 ou o movimento estudantil de 1977 têm uma trajetória que deve ser baseada nos momentos anteriores à deflagração do conflito. Ou seja, existem caminhos pouco perceptíveis, que passam por inúmeros locais de trabalho e de moradia e desembocam num acontecimento que se pode chamar de acontecimento de confronto, como o foram as três grandes greves dos metalúrgicos. A greve de 1978 passa por uma longa discussão, sobretudo quanto à organização, feita através das CEBs, nas áreas periféricas. Passa também pela Pastoral Operária e, só depois, pela Oposição Sindical Metalúrgica. E quando essa greve é deflagrada ela ocorre à revelia do sindicato.

O mesmo pode ser dito a respeito dos 41 dias de paralisação de São Bernardo do Campo em 1980. Neste episódio, verifica-se um enorme apoio dos bairros, das organizações populares, não só devido ao fato de que a maioria das assembleias que se processam no decorrer dessa greve ocorrem nos bairros. Independentemente disso, já se criou um enorme apoio popular a essa causa metalúrgica, revelando um grande entrosamento, uma grande interconexão entre as lutas que se travam nos bairros e as que se travam no mundo do trabalho. Uma análise da Anistia política de 1979 nos leva a antecedentes como: o movimento contra o aumento do custo de vida e, num momento mais anterior ainda, o movimento organizado pelos clubes de mães em torno da questão das creches em São Paulo.

O que sobra disso tudo? Sobra muita coisa. Em primeiro lugar, para além das reivindicações concretas, os movimentos sociais da década de 1970 puseram em xeque, através desses vários exemplos que dei, a ordem instituída e foram, na minha opinião, um elemento de fundamental importância para levar adiante o processo de abertura política. Em segundo lugar, desenvolveu-se uma prática de insubordinação, por meio de ações de desobediência civil que passaram a ganhar visibilidade pública, na medida em que se confrontavam com o regime autoritário da época. Tanto o movimento dos estudantes como o dos bairros e o operário sindical escancaravam a separação entre o legal e o legítimo. O que quero dizer com isso? As passeatas dos estudantes e as greves eram proibidas e, portanto, não permitidas do ponto de vista legal; mas elas eram feitas e adquiriam uma enorme legitimidade porque eram seguidas não só por aqueles que desencadeavam as ações, mas também por enormes segmentos da população que davam apoio a essas formas de confronto. Dessa forma se separava, de uma maneira bastante clara, o legal do legítimo, o que foi um elemento importante para desestabilizar o regime autoritário.

Esse movimento teve conseqüências muito importantes para os anos 1980, quando a conjuntura política já era bastante diferente. Primeiro, para levar adiante o processo de abertura política: o movimento das Diretas Já de 1984 teve uma ampla base de participação popular, seja dos bairros, seja do movimento operário sindical. Em segundo lugar, foi no bojo desses movimentos dos anos 1970 que se originou o PT, que, sem dúvida nenhuma, do ponto de vista po-

lítico-partidário, foi o fenômeno mais importante dos anos 1980. E foi também aí que se originou, dos anos 1970 até os 1980, o assim chamado novo sindicalismo e foram estruturadas as grandes centrais sindicais.

Finalizando, gostaria de discordar daqueles que falam da retração dos movimentos sociais hoje no Brasil. Eu não tenho essa opinião: acho que eles têm outra expressão, atuam numa conjuntura radicalmente diferente e, portanto, se organizam de outra forma. Eles não têm mais, salvo talvez o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a visibilidade que tinham nos anos 1970, porque, naquela época, uma greve ou uma manifestação nos bairros adquiria uma enorme visibilidade porque dilacerava o regime, escancarando a diferença entre o legal e o legítimo.



Em 17 de setembro de 1977, na Igreja Nossa Senhora da Penha, foi realizado o "Ato de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos", coordenado pelo jurista Hélio Bicudo, com a presença de cerca de 1.500 pessoas. Do lado de fora, um pelotão de choque da PM vigiava o ato. (AE)

A conjuntura política em 1977

André Singer

Foi grande o heroísmo dos companheiros que nos conduziram, em 1977, pelas ruas de São Paulo, desafiando a repressão num momento em que era preciso ter muita coragem para fazer isso. Até o momento em que, em setembro de 1977, houve a invasão da PUC, que foi o ato mais violento da repressão naquele ano, na verdade de uma escalada de repressão que começou em maio. A invasão da PUC representa, ao meu ver, o encerramento de um período. Eu acredito que o movimento estudantil de 1977 foi expressão de um momento muito particular, que transcorreu entre maio e setembro daquele ano. Naqueles meses aconteceu uma coisa muito importante no Brasil, e é isso que eu pretendo mostrar nesta intervenção.

Naquele momento o Brasil estava vivendo um período de liberalização do regime, que havia começado em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel na Presidência da República. Hoje, meu ponto de vista, que talvez não seja consensual, é que o regime começou a mudar porque quis. Em 1973, não havia nenhum motivo para isso, a não ser a própria vontade do regime para começar a se transformar. A oposição armada de esquerda havia sido dizimada e a oposição de esquerda não-armada já havia sido desmantelada no período de 1968/69. Vínhamos de um período de euforia econômica que havia durado cinco anos; o Brasil havia ganhado a Copa do Mundo de 1970.

Em 1973 estava se encerrando o governo Médici, que havia sido o governo mais duro da ditadura militar, cheio de êxitos e não de derrotas. Então, a pergunta é: por que um regime no auge de uma trajetória de êxitos decide empreender uma liberalização? Essa é a pergunta a que a ciência política teria que responder. Os analistas hoje dizem que o regime tinha um projeto que não era o de estabelecer uma democracia, mas sim um projeto de liberalização, com o objetivo de legitimar o regime militar, ou quem sabe, a longo prazo, consolidar um regime autoritário comandado por algum civil. Em nome desse projeto é que o presidente Ernesto Geisel vai começar a desenvolver uma série de medidas liberalizantes. A primeira delas, a mais evidente, foi permitir que as eleições de 1974 transcorressem num clima de muito maior liberdade do que havia acontecido até então, sobretudo em relação às eleições de 1970 e de 1972. O resultado, no entanto, foi muito adverso para o regime militar; inesperadamente (nem sequer os dirigentes do MDB esperavam isso), houve uma avalanche de votos que elegeu 16 senadores do MDB, contra apenas seis senadores da Arena. Isso foi uma grande surpresa.

Cientista Social e jornalista. É Secretário de Imprensa e porta-voz da presidência da República. É autor do livro *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994* (Edusp. 2002).

Em 1974, portanto, o regime começou a se ver numa situação desconfortável, porque a liberalização, que pretendia ser um dispositivo de legitimação do regime, começou a sofrer um desgaste por meio dos próprios instrumentos que o regime estava franqueando para a sociedade. Em 1975, foi dado mais um passo no sentido dessa liberalização, que foi o abrandamento da censura à imprensa. Não de toda a imprensa, mas, em particular, a do jornal *O Estado de S. Paulo*. A partir daí as notícias começaram a circular mais livremente. A partir de 1975, e sobretudo de 1976, fica evidenciada a existência, dentro do regime, de uma luta entre duas correntes: a que queria liberalizar, tendo em vista o projeto de legitimação do regime, e a que não queria liberalizar, a chamada “linha dura”. É essa linha dura que vai promover a repressão ao Partido Comunista, no bojo da qual o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado, e que vai dar margem à primeira manifestação pública de maior envergadura daqueles anos: o ato ecumênico na Catedral da Sé em protesto contra a morte de Herzog.

A partir daí fica claro que há uma luta dentro do regime. Não estava evidente qual das correntes prevaleceria, a liberalizante ou a dura. Em 1976, foi assassinado mais um preso político, Manoel Fiel Filho, aparentemente também ligado ao Partido Comunista, e o presidente Geisel decidiu tomar uma atitude. Veio a São Paulo e demitiu o comandante do II Exército, Ednardo D’Avilla Mello. Essa foi a primeira derrota significativa da linha dura.

O ano de 1977 marca um acirramento dessa disputa.

Quais são os principais fatos que ocorrem em 1977? Primeiro: o presidente Geisel fecha o Congresso em abril e edita uma série de medidas que são prejudiciais para o MDB, tendo em vista as eleições parlamentares de 1978 (o regime estava apavorado com a perspectiva de uma nova derrota). O famoso Pacote de Abril é um conjunto de medidas que adia as eleições diretas para governador, institui os famosos senadores biônicos (o governo passa a ter o direito de indicar um terço do Senado), modifica as leis eleitorais de modo a procurar garantir uma vitória da Arena em 1978. Surpreendentemente, no entanto, o Congresso é reaberto, ou seja, o Pacote de Abril acaba não tendo o sentido de uma vitória da linha dura, mas, ao contrário, acaba significando o prosseguimento desse projeto de liberalização, que visava a legitimação do regime. O Congresso é reaberto e, pouco depois do Pacote de Abril, ocorrem as prisões, em São Paulo, de estudantes que estavam organizando o 1º de Maio. Em função dessas prisões o movimento estudantil vai às ruas. E esse período, que começa em maio, vai terminar em setembro de 1977, com a invasão da PUC, quando o movimento estudantil passa a mudar de caráter.

Qual é o saldo desse período? Qual é o significado histórico desses meses de luta heróica dos estudantes de São Paulo e do Brasil? O resultado, a meu ver, é que, naqueles meses, o Brasil conquistou a cidadania civil. A partir de setembro de 1977, não houve mais, que eu me lembre, tortura institucionalizada de presos políticos. A tortura como prática sistemática acabou a partir de maio/junho de 1977; esse foi o saldo daquele movimento. O que aquele movimento ajudou a conquistar foi a liberdade de manifestação e de organização, foi o fim da tortura. O processo de transição democrática haveria de durar ainda mais dez anos. Até quando dura a transição democrática? Até o momento em que nós voltamos a eleger o presidente da República, ou seja, o momento em que readquirimos os direitos políticos. Isso só foi acontecer uma década depois. Qual foi a então a vitória do regime ao fazer o projeto de liberalização? Foi conseguir retardar muito a volta à democracia política. Esse foi o resultado da estratégia liberalizante. O que o movimento estudantil e os outros movimentos sociais conseguiram naquele período foi estabelecer que no Brasil não se poderia prender e torturar gente por motivos políticos, ou seja, garantiram a liberdade de manifestação e de expressão, uma coisa que foi conquistada na Inglaterra no século XVII só foi reconquistada no Brasil em 1977.



A retomada das ruas

Laís Wendel Abramo

No contexto ditatorial dos primeiros anos da década de 1970, a intervenção repressiva do Estado na sociedade e a multiplicação dos seus instrumentos de controle e coerção representaram um ônus por demais evidente para o movimento popular ou para qualquer tentativa de expressão autônoma da sociedade. Além da repressão física, do clima de medo, opressão e impotência bastante conhecidos por todos os que viveram aqueles tempos, foram drasticamente reduzidos todos os espaços por onde era possível mover-se.

Durante muito tempo, a fragmentação, o protesto isolado, a solidão e o silêncio foram o resultado disso.

Mas, contraditoriamente, nisso havia também um risco para o poder autoritário. Multiplicaram-se os pontos de tensão e conflito potencial entre o Estado e a sociedade. O Estado passou a ser “um referente negativo para um número cada vez maior de cidadãos”. Mal a sociedade começou a se mover, tendeu sempre a encontrar-se com o Estado – e quase sempre do lado oposto. Espremido pela institucionalidade vigente, por menor que fosse, o movimento tendia a

Socióloga; foi líder estudantil nos anos 1970, diretora do DCE Livre da USP, participante ativa da campanha do CBA/SP. É diretora para o Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

se chocar com ela. Será inclusive através de alguns dos próprios instrumentos criados ou mantidos como peças importantes do projeto de legitimação do regime (como o bipartidarismo, as eleições controladas e o sindicalismo oficial), que, contraditoriamente, surgirão algumas das mais poderosas tendências de contestação da ordem imposta.

Por isso, nessa situação, não era tão ridículo, como poderia parecer à primeira vista, que passássemos com tanta facilidade da reclamação em relação ao banheiro que não funcionava, ou à falta d'água no bebedouro, ou contra o professor mal preparado, à denúncia do caráter do regime militar.

Isso não aconteceu apenas com o ME. Aconteceu também com a população pobre dos bairros da periferia que se organizava nas CEBs, que se manifestava através de vários movimentos pelos equipamentos sociais básicos, por alguns direitos básicos de cidadania, entre os quais o mais expressivo foi o Movimento Contra a Carestia.

Aconteceu também com jornalistas, professores, artistas, cientistas, setores progressistas da Igreja, advogados, operários.

Cada esforço de organização, cada ato de manifestação, cada pequeno resultado obtido por cada um de nós tinha dois sentidos: por um lado, o sentido explícito, da reivindicação que se buscava atender (água nos bairros, melhoria de um ou outro aspecto das condições de ensino, aumento salarial); por outro, e acoplado a esse primeiro (e talvez mais transcendente), a possibilidade/capacidade de se manifestar, de ampliar os, naquela época tão estreitos, limites do possível, de afirmar a nossa própria existência coletiva em face de um Estado (que se pretendia) onipotente.

Em outras palavras: muitas vezes, mais importante para nós mesmos (e mais perigoso para o regime estabelecido) do que “as conquistas concretas do movimento”, ou os seus *resultados*, era justamente a nossa capacidade de ação, de manifestação, de expressão, provada e reiterada em cada um daqueles pequenos movimentos.

Esse aspecto, ou seja, a importância de se manifestar, de provar a si mesmo e à sociedade que éramos capazes de fazer coisas que pareciam impossíveis (estender os limites do possível), era justamente uma das características mais marcantes e importantes do processo de reorganização dos movimentos sociais (o movimento estudantil entre eles) no quadro da ditadura militar.

De como o “lento acúmulo” se transforma em outra coisa, ou Como e por que éramos diferentes dos nossos “irmãos mais velhos” de 1968

Quem viveu aquela época nas escolas sabe dos milhares de reuniões, grupos de estudos, murais, cineclubes, grupos de teatro e de música, semanas de recepção de calouros, boletins informativos, eleições de centro acadêmico, elaboração de cartas-programa, organização de shows etc. etc. etc. que tivemos que fazer. Era o chamado “trabalho de formiguinha”, o chamado “lento acúmulo”, através do qual se expressava a nossa tentativa de reconstituir um *movimento de massas*, democrático, de melhoria das condições de ensino, e de oposição à ditadura, que realmente tivessem a ver com o conjunto dos estudantes, que expressasse os seus anseios e os representasse.

(Outra vez: a realidade, a dinâmica dos movimentos que tentavam se reconstituir naquele momento, não era muito diferente disso nos bairros populares, nas fábricas, nas redações de jornal, nos sindicatos etc.)

Esse trabalho de formiguinha era em parte imposto pelas condições objetivas – que dificultavam as formas de expressão mais heróicas. Mas também tinha a ver com uma (auto)crítica dirigida aos nossos “irmãos mais velhos” que haviam sido os protagonistas do movimento – mais heróico – de 1968. Nós éramos menos heróicos, mas, tentando aprender as lições deixadas por um passado recente, tínhamos a pretensão de construir um movimento com mais solidez.

O que quero dizer com isso: tem-se dito, nesses dias, que a geração dos anos 1970 ficará para a história como a sombra da geração dos anos 1960. Pode ser. Mas para discutir isso é importante recuperar alguns dos significados daquela experiência coletivamente construída, que, sem dúvida, é diferente da experiência de 1968, mas que, eu me atreveria a dizer, não é menos importante, e que teve muito a ver com o processo de reconstrução democrática desse país.

Sem dúvida, os anos 1960, principalmente o ano de 1968, têm um significado geral de rebeldia, de explosão cultural, de expressão de novas subjetividades, individuais e coletivas, em escala mundial, muito mais importante que o ano de 1977.

No Brasil, podemos dizer que 1968, e especialmente o movimento estudantil de 1968, com tudo de novo, expressivo, massivo e representativo que teve, em compasso com o que acontecia em escala mundial, constituiu a última tentativa – e, principalmente, a última possibilidade –, naquela conjuntura, de organizar um movimento de massas em oposição à ditadura militar instalada quatro anos antes (ao lado de outras experiências extremamente importantes, como a manifestação de 1º de Maio e as greves operárias de Osasco e Contagem). Depois disso, da queda do Congresso da UNE em Ibiúna, da prisão e do exílio de nossas principais lideranças, veio o AI-5, e a época mais obscura da ditadura militar.

Por outro lado, o ME de 1977 foi, não podemos dizer o início de um processo – já que o que aconteceu naquele ano foi o resultado de todo um esforço de reconstrução iniciado vários anos antes –, mas sim a expressão de um “momento de inflexão”, de uma “conjuntura de encontro”, que constituiu uma etapa importantíssima no processo de reorganização dos movimentos sociais que serão sujeitos fundamentais do processo de construção democrática, que estão na base da constituição de experiências coletivas e formas de organização vigentes até hoje.

E nós, que entramos na Universidade no pós-68 (e assim sentíamos aqueles anos; era a derrota, o fundo do poço do pós-68), na época mais dura da ditadura? O que pretendíamos? Quem éramos? Como nos identificávamos?

Certamente tínhamos a pretensão (e a vontade) de reconstruir o que havia sido destruído pelo regime autoritário. Sem dúvida nossas referências principais eram a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, o protesto contra a morte de Edson Luis no restaurante Calabouço, Luís Travassos, José Dirceu, Vladimir Palmeira. Sem dúvida o que pretendíamos era reconstruir nossas entidades, as mesmas existentes e atuantes até 1968, ou seja, os centros acadêmicos, os DCEs, as UEEs, a UNE. Queríamos voltar a discutir os rumos da universidade brasileira, queríamos retomar a luta de massas contra a ditadura e pela democratização do ensino no nosso país, queríamos um dia poder voltar a realizar assembléias estudantis, greves, passeatas.

Nós nos identificávamos, portanto, com todos esses símbolos, essas bandeiras, essa tradição.

Mas também, em alguma medida, significávamos uma ruptura com alguns aspectos dessa tradição.

Tínhamos a pretensão de ser menos vanguardistas. Não divulgávamos os nomes das nossas lideranças, não definíamos presidentes e vice-presidentes nas nossas chapas, não apenas

Os estudantes participaram de forma ativa da campanha pela Anistia. Na foto, faixa afixada numa das entradas da Faculdade de Direito do largo São Francisco convoca para ato público em favor da Anistia. São Paulo, 1977. (Acervo Iconographia)



como uma forma de defender-nos da repressão, mas também por acreditar em formas de organização mais democráticas, menos personalizadas.

Nós nos organizávamos em tendências porque não havia liberdade partidária no país, porque as organizações de esquerda, tornadas clandestinas pela ditadura, encontravam-se muito debilitadas, mas também porque buscávamos construir novas formas de organização do movimento. As tendências eram um espaço em que contingentes significativos de estudantes, muitos deles não identificados com nenhuma dessas organizações, mas preocupados com a direção do movimento, podiam discutir, refletir, consolidar uma experiência coletiva, formar-se individualmente e enquanto vanguarda social. E enquanto tiveram esse significado foram muito importantes.

A primeira vez que fizemos a leitura coletiva de uma carta aberta, nas nossas manifestações de rua, isso aconteceu porque não tínhamos megafone, e a voz do representante do DCE-Livre da USP, por mais potente que fosse, não podia ser ouvida à distância necessária. Nesse dia pretendíamos apenas fazer uma manifestação no largo do Arouche, na frente da Delegacia de Ensino do MEC, mas o coronel Erasmo, ao cercar todas as saídas viárias possíveis da Cidade Universitária, nos entregou de bandeja a oportunidade de fazer a primeira passeata estudantil do pós-68, aquela que foi até o largo de Pinheiros. A passeata, portanto, não havia sido planejada, e nem megafone tínhamos, por isso a saída (inventada por alguém na hora) foi repetir em coro cada frase da carta aberta lida pelo representante do DCE. Depois disso, pela força desse símbolo – a voz dos estudantes em passeata não era apenas a voz de sua liderança, era uma voz coletiva, de todo o movimento –, adotamos isso como nosso procedimento normal e que identificava o caráter do nosso movimento.

No meio desse “trabalho de formiguinha”, de repente, algum fato novo provocava um salto de qualidade nesse “lento acúmulo”. Em geral, algum ato de arbitrariedade da ditadura militar, dentro ou fora das escolas, que, se num primeiro momento nos assustava, nos obrigava também a fazer coisas que antes pensávamos que fossem impossíveis: a reação ao assassinato de Alexandre Vannucchi Leme em março de 1973, a greve da ECA e o assassinato de Vladimir Herzog em 1975, a luta do CRUSP, as eleições do DCE em 1976 etc.

Eram momentos em que a indignação vencida o medo. Eram momentos em que conseguíamos ampliar nosso raio de ação, nossos espaços de solidariedade, em que conseguíamos nos reconhecer mais amplamente, dentro e fora da universidade.

Mas, mesmo assim, no início de maio de 1977 não poderíamos imaginar que mais um ato de protesto contra a prisão de companheiros estudantes e operários que faziam uma panfletagem no ABC no ato de 1º de Maio juntasse, quase como se fosse da noite para o dia, mais de 5 mil pessoas na frente da PUC-SP, e, três dias depois, mais de 10.000 pessoas em pleno centro da cidade, no largo São Francisco.

Esses fatos em si podem não parecer tão importantes para quem viu, depois, as massivas concentrações de 1º de Maio em São Bernardo em 1979 e 1980, as passeatas das Diretas Já! ou pelo *impeachment* de Collor. Mas há de lembrar que as passeatas estudantis de 1977, em março no largo de Pinheiros e em maio no centro da cidade, representaram a *retomada das ruas pelo movimento social como espaço de manifestação pública* após quase uma década de ausência (algo que durante tanto tempo, e com tanta eficácia, havia sido impedido pela ditadura militar).

Como explicar isso?

Alguns anos depois, estudando a irrupção das greves metalúrgicas de 1978, cheguei à conclusão de que havia muitos elementos comuns a esses dois processos.

As conjunturas de fusão, os momentos de encontro

As passeatas estudantis de 1977 (assim como as greves metalúrgicas de 1978) não podem ser pensadas apenas como resultado de um longo e linear acúmulo de trabalho de base (embora este tenha sido fundamental). Sua força e sua expressividade superaram em muito a organicidade existente até um instante antes desse momento de expressividade, o que em parte explica a *surpresa* suscitada por essas manifestações na massa estudantil (e operária), nos setores que se identificavam com o movimento, no conjunto da sociedade, e até mesmo nas suas próprias lideranças.

Trata-se de “conjunturas de fusão”, de “momentos de encontro” (na feliz expressão de Lúcio Kowarick), para onde confluíram processos gestados durante toda a década, e, *na medida dessa confluência, e da possibilidade de sua expressão condensada*, começaram a inverter-se tendências. O que durante tanto tempo havia estado particularizado, atomizado, fragmentado, expressou-se. E, na medida dessa expressão, conquistou espaços antes impensados e abriu novos caminhos.

Em 1977 a tensão entre o governo e a sociedade civil irá alcançar o seu ponto máximo em todo o período compreendido desde 1968. Nessa conjuntura, caracterizada pelo acirramento da crise de legitimidade do regime, o questionamento ao autoritarismo não mais será dirigido a um ou outro de seus aspectos parciais, mas se voltará contra o regime na sua globalidade. Pela primeira vez em nove anos, um ato de massas será capaz de recuperar o espaço público como

local de manifestação política. Apesar da ausência orgânica do movimento sindical no cenário da contestação ao regime, a conjuntura de crise terá sobre ele significativa incidência.

“Queremos falar contra os que nos oprimem” ...

A conjuntura do início de 1977 é particularmente tensa. Preocupado com as eleições parlamentares de 1978, o governo estava decidido não apenas a evitar a repetição da derrota eleitoral e política de 1974, mas a garantir a maioria governamental no Colégio Eleitoral que elegeeria o sucessor de Geisel. Pela primeira vez após 1968, e num quadro de reorganização e fortalecimento do movimento de oposição, o Congresso Nacional foi fechado. Por meio do Pacote de Abril o governo impôs uma reforma eleitoral casuística, destinada única e exclusivamente a mudar as regras do jogo a seu favor.

Mas o feitiço virou contra o feiticeiro. Apesar de garantir o atendimento dos seus objetivos específicos e momentâneos, o Pacote de Abril provocou o acirramento do descontentamento em relação ao regime, assim como o aprofundamento da sua crise de legitimidade. Pela primeira vez irá se colocar na sociedade, clara e massivamente, a reivindicação do fim imediato da ditadura militar.

Nesse processo, o movimento estudantil cumpriu um importante papel. Os setores liberais da oposição (entre eles o MDB), duramente atingidos pelo Pacote de Abril, que cerceava o seu projeto de conquistas no plano parlamentar, foram incapazes de dar uma resposta a esse novo ato de força da ditadura e à generalizada insatisfação que a ele se seguiu. Nesse exato momento, o movimento estudantil, ao travar mais uma de suas lutas em resposta à repressão e de protesto contra a prisão de operários e estudantes no 1º de Maio, obteve uma repercussão inesperada, tanto interna como externamente. Da mesma forma que acontecerá com os sindicalistas de São Bernardo em maio de 1978, sua liderança será surpreendida pela amplitude da adesão das bases ao ato de protesto realizado no dia 3 de maio, e na passeata que dois dias depois enchia pela primeira vez as ruas do centro da cidade de manifestantes de oposição após quase uma década de ausência. Surpreendente será também a repercussão social que o movimento irá adquirir. Da mesma forma que acontecerá aos grevistas metalúrgicos em maio do ano seguinte, o movimento estudantil, mesmo utilizando uma forma bastante radical de luta para as condições da época, conseguirá criar um “momento de consenso”. Ninguém, nem mesmo o conservador jornal *O Estado de S. Paulo*, se atreverá a questionar a legitimidade das reivindicações estudantis, e, ainda mais importante, o seu direito de apresentá-las à sociedade.

A surpresa provocada pelas mobilizações estudantis, inclusive em sua própria liderança, revela a ocorrência do mesmo fenômeno já vivido nas eleições de 1974 e que novamente terá lugar nas greves metalúrgicas de 1978. A mobilização irá superar em muito a organicidade a ela preexistente. Sem desprezar a experiência de lutas e o grau de organização até então acumulados pelos estudantes, assim como pelos metalúrgicos de São Bernardo, as mobilizações em questão representaram um salto de qualidade que não pode ser explicado por uma visão linear e cumulativa. A conjuntura de crise política e o clima geral de insatisfação existente na sociedade em relação ao regime militar irão operar como fatores potencializadores e multiplicadores da disposição de luta. Por isso a surpresa, mesmo daqueles que durante tanto tempo, e por tantas formas, haviam desenvolvido um esforço constante e cotidiano de organização e mobilização de suas respectivas categorias.

O caráter massivo e claramente antiditatorial do movimento aumentava a sua representatividade e a sua amplitude. Da mesma forma que os metalúrgicos em 1978, os estudantes em 1977 se sentirão “fazendo história”. Mais do que a questão específica dos colegas presos, o que explodia nas ruas era um “basta” global à prolongada vivência da opressão, e a reivindicação do direito de ser ouvido e considerado (“Queremos falar contra os que nos oprimem...”). A legalidade vigente será abertamente desafiada e em seu lugar se defenderá a legitimidade dos anseios durante tanto tempo reprimidos. Esse será o *algo mais* presente no movimento: o fato de os estudantes terem tido a coragem de sair às ruas, afirmando a sua existência e a sua não-disposição de continuar suportando a onipotência do regime. Além de gravado na subjetividade de cada um dos manifestantes presentes nas ruas naqueles dias, esse significado está claramente expresso na carta aberta “Hoje consente quem cala”, que se converteu em um dos símbolos do movimento.

A alegria e a incredulidade que perpassavam os 15 mil estudantes em passeata no dia 5 de maio de 1977 foram provavelmente as mesmas sentidas pelos metalúrgicos da Scania e de cada fábrica que parava em São Bernardo em maio de 1978. Parecia tão impossível estar no meio da rua, recuperando um espaço de manifestação por tanto tempo fechado, e gritando alto e bom som o nome dos companheiros criminalizados pelo regime, redefinindo pública e coletivamente a sua identidade e assumindo a legitimidade das ações pelas quais haviam sido reprimidos, quanto “poder andar de cabeça erguida”, obrigando os chefes a baixar a voz e a dirigir-se com respeito aos trabalhadores dentro das fábricas metalúrgicas em greve.

Será esse *algo mais* que multiplicará a força do movimento e que irá torná-lo significativo para outros setores da população. Não serão as reivindicações ou palavras de ordem específicas dos estudantes, mas, principalmente, o fato de eles terem ousado sair às ruas e manifestar publicamente o seu inconformismo, a sua disposição de não aceitar mais a situação vigente e de afirmar uma outra versão da história, por tanto tempo subalterna e silenciada, que irá atrair diversos setores da população, entre eles muitos metalúrgicos de São Bernardo. Segundo vários depoimentos, as mobilizações estudantis foram intensamente comentadas nas fábricas.

A incidência do clima político sobre a eclosão das greves de 1978 foi assim descrita por Lula: “Eu acho que a paralisação tem muito a ver com o quadro político. Tinha movimento de estudantes, de intelectuais, de custo de vida, tinha dezenas de movimentos na rua, a imprensa dava muito destaque, aquela coisa toda. Os trabalhadores na fábrica sentiam o que estava acontecendo na sociedade: a revolução na Nicarágua, ela foi muito difundida na televisão, a TV mostra muita coisa que vai ficando na cabeça dos trabalhadores. Então, quando a TV mostrava os estudantes enfrentando a política, embora o pessoal não leia muito jornal, vê TV e escuta rádio, então isso vai criando um clima”.

A vivência de opressão e exclusão existente no interior das empresas criava uma base sobre a qual era possível de alguma forma compartilhar essas experiências. Por isso talvez o movimento tenha sido tão vulnerável ao “clima geral” da conjuntura. Porque dentro das fábricas havia a expressão mais ou menos difusa da mesma insatisfação. O que estava acontecendo nas ruas chegava aos olhos e ouvidos dos operários, auxiliando-os a compreender a situação vivida, assim como a abrir perspectivas de reação. Ainda nas palavras de Lula: “Era um momento crítico que o Brasil vivia. Todos os setores da sociedade já tinham se manifestado. Os estudantes, os intelectuais, a Igreja, os políticos, os empresários; me parece que 1977 foi um ano em que vários

setores da sociedade gritaram para encontrar um pouco de oxigênio para que pudessem respirar um pouco mais. Todos se queixavam, inclusive os operários. Mas os operários não se manifestavam. Nós sabíamos que era necessário a classe trabalhadora se manifestar. A gente sabia que tinha que fazer alguma coisa”.

Um operário da Scania entrevistado destaca também a importância dos acontecimentos gerais e particularmente das passeatas estudantis de 1977 na criação do “clima de greve” em São Bernardo: “A efervescência política que começou a aparecer em 1977, principalmente por causa do Movimento Estudantil, que fazia greves e saía às ruas em passeata, atingiu a fábrica. Era muito comum ouvir os trabalhadores, não só da Scania, mas também de outras empresas, principalmente as maiores, dizerem: ‘Precisamos fazer alguma coisa, tomar, alguma atitude’. Instintivamente o pessoal falava dentro da fábrica: ‘Até estudante está indo pro pau, por que nós não vamos? Estudante que não trabalha, quando faz greve dá essa confusão, imagina a gente que produz, se parar, o que acontece. Aí vira uma revolução’. Várias pessoas da fábrica foram às passeatas dos estudantes em São Paulo. Porque era um negócio vivo. É o negócio da vida. Sentir que estamos vivos. Ia muita gente olhar. O pessoal se sentia identificado porque era luta, era pau, era pau no governo”.

PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS:
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL EM 1977



Ato público no largo São Francisco. São Paulo, 1977. (Acervo Iconographia)

Na garagem de uma velha casa na Lapa Aloizio Mercadante

Minha geração entrou na Universidade no início dos anos 1970. A UNE já não existia, tinha sido duramente reprimida pela ditadura militar. As entidades estudantis estavam banidas. Na USP, os centros acadêmicos resistiam, isolados; sem espaço nas faculdades, sobreviviam precariamente.

Em 1973 a repressão assassinou Alexandre Vannucchi Leme. Os estudantes da USP decretaram luto, suspendemos as festividades do trote e ajudamos a organizar uma missa na Catedral da Sé, extremamente policiada, mas que representou um marco na luta contra a tortura e as prisões políticas em São Paulo.

Começamos a organizar grupos de estudantes clandestinos nas escolas para reconstruir o movimento estudantil. Estes pequenos grupos cumpriram um papel decisivo na retomada das lutas estudantis e na reorganização das entidades. Tínhamos um grupo, autodenominado Grupão, que coordenava os diversos grupos das escolas, tirava atividades conjuntas e iniciava um processo de discussão para reorganizar o DCE-Livre da USP. Começavam a se organizar também outras tendências estudantis.

Nós nos reuníamos todo domingo à noite. As reuniões avançavam pela madrugada. Debatíamos a conjuntura, o avanço da luta de resistência, a relação entre o movimento estudantil e a luta de massa, a construção de um partido de esquerda, e sonhávamos com a revolução.

Senador pelo PT-SP. Economista e professor universitário, foi presidente da Apropuc (Campinas). Militante do movimento estudantil nos anos 1970. É autor do livro *Brasil primeiro tempo: análise comparativa do governo Lula* (Planeta, 2006).

Publicado na revista *Teoria & Debate*, Diretório Regional PT/SP, nº 31, abril/maio/junho de 1996.



Quase todas as reuniões eram na garagem de uma velha casa na Lapa, na casa da Laís Abramo, uma jovem estudante do curso de Ciências Sociais, filha de Perseu e Zilah Abramo. Tínhamos rígidas normas de segurança e abrimos contatos com várias organizações de esquerda que começavam a se reorganizar em São Paulo.

Foi neste ambiente de resistência à ditadura, impulsionado pelos belos sonhos dourados de uma geração que teve que ajudar a reconstruir a sociedade civil e conquistar as liberdades democráticas, que conheci o velho Perseu Abramo.

Ele era editor da seção de Educação na *Folha de S. Paulo*. Seus editoriais eram pauta obrigatória em nossas discussões. Era na coluna dele que de alguma forma nossos sonhos clandestinos começavam a ganhar a luz do dia. Ele, sempre ao lado do sorriso doce de dona Zilah, era o consultor nas horas difíceis. O paciente socialista que ficava horas ouvindo nossas frágeis certezas e inumeráveis dúvidas. Com aquele jeito tranqüilo, leve, solidário, o seu Perseu era o nosso mais vivido e ilustrado militante.

Ele foi uma referência fundamental na nossa luta, fez a *Folha de S. Paulo* abrir espaço para as incipientes lutas estudantis.

Dois anos depois, éramos manchetes em todos os jornais. Paralisávamos a USP, em 1975, para protestar contra o assassinato de Vladimir Herzog. O ato ecumênico na Catedral da Sé, mais um com o respaldo do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, não reuniu apenas estudantes, foi uma ampla e poderosa resposta da sociedade civil.

Em 1976, reorganizávamos o DCE-Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme. Nossa tendência política agora era pública, a Refazendo.

Tínhamos a Liberdade e Luta, a Caminhando, a Organizar a Luta, a Alternativa e mais algumas. Vencemos as primeiras eleições para o DCE por larga margem de votos. A Universidade de São Paulo saía na frente, mas a luta estudantil avançava em todo o Brasil.

PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS:
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL EM 1977



*Polícia reprime passeata
estudantil no largo
São Francisco.
São Paulo, 1977.
(Acervo Iconographia)*

O processo de reorganização das UEEs e da UNE crescia. A repressão invadiu a PUC em setembro de 1977 para impedir o Encontro para a reconstrução da UNE. Estudantes foram queimadas, salas de aula depredadas e centenas de lideranças presas. Mas a vitória política era nossa. A luta pela Anistia também ganhava força, e seu Perseu sempre à frente.

Escrevemos uma página da luta estudantil e democrática e em cada linha tivemos o toque solidário de Perseu Abramo.

O mesmo Perseu que ajudou a fundar e dirigir o Partido dos Trabalhadores durante todos estes anos. Sempre tranqüilo, firme e comprometido.

Perseu Abramo foi uma referência fundamental para minha geração, um exemplo de dignidade política, coerência ideológica, humildade militante e consistência socialista. Valeu, Perseu, tem um pouco de você em cada uma das lutas que travamos e muito em cada um de nós.

Eu queria tudo! Beatriz de Paula Souza

Entrei no curso de Psicologia da USP em 1975. Muitos parentes e pais de amigos já tinham me avisado para tomar cuidado com os comunistas subversivos. Mas, saindo de oito anos de colégio de freira, todo mundo de saia plissada, meia três-quartos e blusinha branca, eu estava mais era ávida por coisas diferentes e louca para ver como era esse tal bicho comunista.

Foi bem fácil de achar: logo na semana de calouros apareceram vários. E falavam de coisas que me interessavam: de notícias que os jornais tinham sido impedidos de dar, de preocupações com a população pobre e da luta por uma sociedade mais justa; eu gostei deles.

Psicóloga. Militante
do movimento estudantil
nos anos 1970.

Tinha uma veterana que me fez entender o porquê da expressão “magnetismo pessoal”, a Veroca. Ela parecia um magneto mesmo, ela ia andando por aqueles corredores e ia grudando um monte de rabinhos nela.

Acho que a Veroca foi com a minha cara e pensou que eu levava algum jeito, aí me convidou para ver uma reunião. Perguntou para macaco se queria banana. Eu queria, queria tudo!

Fui na tal da reunião e não entendi nada. Era à noite, nalgum lugar da USP. Logo que eu cheguei, sozinha, foi aquela fuzilada geral de olhares para cima de mim, até que a Veroca me “salvou”, foi me receber. Aí aquela gente acho que viu que eu era limpeza e sossegou um pouco.

Tinha um clima pesado, carregado, tenso, que eu não entendia. Tão diferente daquela descontração na Psico!

Só mais de ano depois soube onde eu tinha ido parar: numa reunião do CCA [Conselho de Centros Acadêmicos] clandestino, cheio de gente que tinha no mínimo um morto nas costas, o Alexandre [Vannucchi Leme].

Nunca consegui compartilhar profundamente alguma coisa que não sei definir bem que o pessoal que estava [na USP] em 1973 tinha, que por falta de um bom nome vou dizer que era um peso, uma sisudez, uma sombra que os perpassava de vez em quando – não o tempo todo, que eram grandes festeiros!

Uma ilustração dessa diferença aparece nos nomes das chapas do CA [Centro Acadêmico] da Psico – naquele tempo com o típico nome-disfarce (como se disfarçasse muito) de Associação Universitária de Estudos Psicológicos (AUEP). Era para parecer uma inocente e alienada associação científica, só que os dirigentes só falavam de política. Era um disfarce tão eficiente quanto a peruca loira que a Regina Duarte passou a usar quando seu personagem precisou voltar incógnito para o Brasil numa novela (“Selva de Pedra”?). Faz de conta que ninguém reconheceu.

As chapas da turma de dois anos antes tinham nomes ao estilo dos das “tendências”: Refazendo, Caminhando etc. A nossa se chamou Caia na Estrada e Perigas Ver (saudades da

Lídia... Lídia Yuri Kubota). O grande Yves Jean Joel etc. etc. de la Taille caiu matando, chamando a gente de “Odara”, crente que estava nos mostrando o quanto estávamos erradas (no feminino mesmo, porque a chapa era quase só de mulher: Marilde, Lídia, eu, Eliana, Arlene e mais outras. E tinha o Yo!). Só que a gente achava Odara um grande barato!

No ano seguinte, mais experientes, nos autodenominamos Pé na Estrada Mandando Ver.

Bom, aí tinha as passeatas. A primeira, no largo de Pinheiros, eu perdi, mas foi só essa também. Fui a todas as ou-

*Assembléia de estudantes na
Universidade de Brasília,
10/6/1977.(AE)*



tras. Ia a tudo que podia. Tinha a nítida sensação de que fazíamos história. Saíam notícias enormes nos jornais, a gente via que estava levantando um monte de polêmica, que estava pondo muita gente para pensar, que aconteciam coisas de verdade, grandes autoridades se pronunciavam, havia transformações!

Era uma coisa tão estimulante, tão legal e de tanta responsabilidade que me fazia até vencer o medo de ir ao encontro de cachorros, bombas, corre-corre. Confesso que eu não gostava nada dessa parte, por mim eu passaria muito bem sem, que nunca fui chegada a adrenalina; meu negócio era mais para um Almeida, relaxante e alegre.

Para ir às passeatas, a orientação era disfarçar: levar uma revista *Contigo*, por exemplo. Aí eu vestia minha camisola de flanela xadrez ou minha bata indiana, punha uma revista dessas debaixo do braço e ia para a cidade. “Ninguém” percebia que eu era estudante militante.

O de 1977 foi o meu aniversário mais chocante. Cinco de maio. Comemorei numa grande e linda passeata no viaduto do Chá e ainda por cima descobri então que também era aniversário do Marx! Melhor que isso, só dois disso!

O “causo” da PUC já foi mais *punk*. Não me lembro por que mas cheguei atrasada. Quando já tinha descido do carro e andado um pouco, quando faltava meio quarteirão para chegar na frente do TUCA, veio vindo um monte de gente na contramão. Fiquei atônita por alguns momentos, mas o corre-corre engrossou depressa e resolvi ir embora.

Fiquei que nem uma barata tonta, não sabia o que fazer, o que estava acontecendo, para onde ir. Afinal, resolvi ir pro apê do Yves, onde encontrei mais umas gentes, assustadas como eu. Aí soube das bombas, de gente presa no estacionamento em frente. Bateu um sentimento de culpa danado. Eram meus colegas. Eles estavam lá e eu tinha corrido.

No dia seguinte, fiquei sabendo de dois colegas de classe meus, a Dorinha e o Melão, que tinham ficado presos várias horas. A Dorinha ainda conseguiu ser liberada antes, graças à sua carinha de boa moça. Mas o Melão passou a noite toda lá, saiu só de manhã. Eram pessoas que tinham ido pela primeira vez a uma grande manifestação. Merda. E o pior era que eu, na minha onipotência, me sentia responsável pelo que tinha acontecido a eles.

E depois vieram aquelas fotos horrorosas das moças queimadas.

Pois é, ainda peguei umas barras...

O cerco da Medicina Carmen Prado

Professora de Física da USP,
foi militante do movimento
estudantil nos anos 1970.

A manifestação na Penha, uns dias antes... Isto só tem a ver com o resto porque eu fui presa lá. Foi a primeira vez que fui presa, foi a maior bobeira, pois já estava relativamente longe da confusão e me considerando salva, procurando um modo de reencontrar meu carro, quando escutei gritos e vi uma correria de gente para cima de mim, nem deu tempo de nada, fui atropelada como por um estouro de gado e todos fugiram e eu fui pega...

Fiquei num camburão com montes de gente rodando um tempão, cerca de duas horas procurando (e prendendo) mais gente.

Eu não estava propriamente com medo, sabia mais ou menos o que me esperaria e, confesso, até estava contente de matar minha curiosidade de ver o DEOPS por dentro. Até que me lembrei de algo trágico, que me deu um nó no estômago que não tinha ainda se desfeito por ocasião da prisão na Faculdade de Medicina: na véspera, noite adentro, tínhamos feito uma reunião e acertado *tudo* o esquema para receber as pessoas para o encontro [ENE] em São Paulo. Eu tinha ficado encarregada de passar os “pontos” para diversas outras pessoas, com hora de chegada de cada um, locais já combinados nos outros estados etc. etc., e tudo isto estava anotado cuidadosamente numa folha de papel que estava... dentro da minha bolsa!!! Da qual fui irremediavelmente separada assim que fui pega. Só voltei a revê-la na hora da revista no DEOPS, depois de fichada, fotografada etc.

O medo de ser a responsável pelo fracasso de tudo me colocou quase fora do ar, foi um esforço enorme me controlar. Bem, as anotações estavam muito resumidas, era pouco provável que alguém as entendesse, isto é, soubesse só pelo papel quando e quem ia chegar aonde. Mas sem dúvida nenhuma ficaria claro que o que estava naquele papel era exatamente isso. E aí, bem, e aí eu fui tentando me preparar para o pior. Logo depois da burocracia, puseram todos em diferentes salas, acho, e em fila, tipo caixa de supermercado, cada um achava sua bolsa num monte e se dirigia a uma mesa. Lá virava tudo, uma pessoa (no meu caso uma mulher gorda) ia olhando coisa por coisa. Fui ficando para o fim da fila, quando não teve jeito lá fui eu. Mas cabeça fria vale ouro. De repente, vi a oportunidade, era pegar ou largar, em frações de segundos ponderei prós e contras, riscos, e ousei! Como as coisas já vistas estavam se misturando com as da menina revistada antes de mim, perguntei se poderia ir guardando de volta na bolsa o que já teria sido visto, e a resposta foi sim. Então eu, morrendo de medo, dei um jeito de passar, numa hora de distração, o tal papel para junto das coisas já vistas. *E deu certo!!!*

Quando acabou não conseguia acreditar que aquilo estava de fato acontecendo comigo. Corri para o banheiro, piquei mais que depressa o tal papel e relaxei. Fui solta na terceira leva (ainda teve gente que ficou), passei por duas “conversas”, acho que nem dava direito para chamar de interrogatório, numa um fulano queria saber por que tínhamos ido à Penha etc. E na outra tive que agüentar um longo discurso de conselhos sobre por que deveria deixar de ser inocente útil, aquele blablablá que quase todos nós ouvimos inúmeras vezes.

E com isso caí fora do esquema do encontro, deveria estar “visada”, e assustada, por algo que não tive coragem, na hora, de contar a ninguém. Só muito tempo depois contei o acontecido para uns poucos. E também nunca mais fiz semelhante besteira.

Por tudo isto, na véspera do encontro estava de “castigo” em casa, a ordem era me resguardar...

Lá pelas tantas da manhã, umas 10 horas acho, recebi um telefonema não sei de quem dizendo que não ia dar para ficar de fora, tinham cercado a USP, os estudantes não estavam entrando, e precisava alguém para organizar (o resto das pessoas, acho – esta era ao menos a minha impressão –, estava envolvido com o que de fato importava, os delegados...) e lá fui eu para a entrada da USP. Quando cheguei tinha a história de reunir todos na Medicina. Tinha o boato de que o encontro ia ser na USP, a confusão foi propositalmente plantada, e a ordem era correr e tentar se reorganizar na Medicina. Esta informação foi passada de boca em boca, como se a polícia não fosse saber... E lá fui eu para a Medicina, chegamos antes, já havia muitos estudantes lá, e eles continuavam a chegar.

PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS:
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL EM 1977

Aquilo é um porão sem saída, estava na cara o que iria acontecer. Resolvemos (me lembro bem do Arnaldo chefão, do Paulinho e do Hugo, mas tinha mais gente) que apenas um ou dois de nós precisariam ficar ali e ser presos (não dava para largar a massa sem liderança...), mas ser preso todo mundo era pura estupidez... e então participei de uma das mais surrealistas reuniões da minha vida: todos numa sala tentando decidir quem ficava para o sacrifício e quem fugia. Claro, todos nós tínhamos um discurso do tipo “o companheiro é muito mais importante para o movimento do que eu, deixa que eu fico”. Como isso não estava resolvendo, decidimos, em vez de nomes, primeiro discutir critérios objetivos. Também não resolveu, é óbvio, estávamos todos no mesmo barco, se tivéssemos tirado no palitinho acho que seria muito mais razoável e eficiente. Para resumir, quando finalmente decidimos quem saía (só lembro que o Paulinho Massoca ia sair), verificamos que o prédio já estava cercado e fomos presos... Acho que eu iria sair também, nem isto lembro direito...

A polícia cercou o quarteirão, depois o prédio. Ficamos encurralados no porão, não havia saída senão se entregar. E fomos negociar a saída de todos. Acho que foi o Arnaldo e/ou o Massoca quem conversou com a polícia. Meu papel, lembro bem, era ficar falando e acalmando os estudantes, cada novidade na negociação era transmitida por meio de um correio sem fio até a assembléia. Quando não tinha novidade inventávamos mesmo, era preciso rolar algo para que a tensão não aumentasse muito.

Por fim, ficou decidido que todos saíam em ordem, em grupos de cinco eu acho, já ia fazendo uma lista dos nomes. Quando por fim eu saí, fui na frente do camburão, fui ouvindo no rádio a descrição e o nome das pessoas que, segundo ordens superiores, eles queriam que fossem separadas, entre algumas descrições (camisa assim etc.) estavam alguns nomes, entre eles o meu. E pelo clima deu para perceber que a situação seria muito diferente. Eles (a repressão) estavam perdidos, “p” da vida por não terem pego lá ninguém de outro estado (na verdade estávamos consciente e deliberadamente montando uma farsa), querendo saber o que estava rolando, onde estavam os outros, o que ia acontecer. E tinha ficado muito claro lá quem estava dirigindo, quem tinha controle da situação e alguma chance de saber de fato o que ia rolar. No DEOPS, depois de um tempo em que todo mundo ficou no chão, fui separada de todos e passei por vários interrogatórios, alguns com muita ameaça. Desta vez eu senti muito medo, pois a confiança na nova conjuntura foi desaparecendo lá dentro, eu já não estava tão certa como da primeira vez que o máximo que iria acontecer era eu agüentar inúmeros sermões...

*Ato pelos 75 anos do
Centro Acadêmico XI de
Agosto reivindica liberdade
de expressão e de
organização. Largo São
Francisco, 11/8/1978.
(Acervo Iconographia)*



Teve um lance que não esqueço, uma hora eles me chamaram e me levaram para uma sala vazia com uma cadeira no meio, onde sentei com uma lâmpada em cima. Fiquei lá sentada sozinha, sem que nada acontecesse por um tempo, que para mim pareceu uma enormidade. Depois vieram me buscar para ter nova conversa. Finalmente fui solta, para encontrar meu pai na porta me esperando, desta vez realmente preocupado também. E fui proibida de sair de casa no outro dia, e nem queria, desta vez realmente fiquei com medo. Soube da realização do encontro pelo rádio, mas não tive ânimo para ir à PUC. Foi a Cristina, minha irmã, e lá foi meu pai para a frente do DEOPS novamente...

Geraldo Siqueira A eleição para o DCE da USP

É geógrafo e trabalha no Ministério do Meio Ambiente. Foi uma das principais lideranças do movimento estudantil nos anos 1970 e integrou a primeira diretoria do DCE Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme. Foi deputado estadual do PT por duas legislaturas.

A reorganização do DCE da USP já estava sendo discutida desde 1975. A Libelu achava que aquele era o momento. Mas nós, da Refazendo, achávamos que cada passo que a gente dava tinha de ter muita gente acompanhando. Entendíamos que não devíamos nos descolar muito da grande maioria dos estudantes. Então, esperávamos para amadurecer um pouco mais. O fato é que a Refazendo reunia muitos centros acadêmicos, era quase uma federação de centros acadêmicos. E quando demos o o.k., foi o.k. para 1976.

O porquê dessa divergência era que a Libelu tinha uma análise de que a ditadura estava débil, muito fraca, que ela não tinha apoio social, em resumo, estava por um fio. E que bastava que algum segmento social partisse para uma mobilização de verdade para pôr a ditadura no chão. Eles acreditavam que a ditadura não tinha força para reprimir o movimento estudantil. E concluíam que não era necessária uma grande quantidade de pessoas, que uma vanguarda ativa já poderia fazer esse serviço. Estou simplificando muito, é evidente que os discursos eram mais sofisticados. Mas, *grosso modo*, era isso.

Já o pessoal da Refazendo achava que o mais provável de acontecer no quadro nacional era a prevalência da tese do Golbery do Couto e Silva, ministro de Geisel, da distensão lenta, gradual e segura. Achávamos que ia ser essa a saída, e não uma derrubada abrupta do regime por uma mobilização social. Mas, concluíamos, as mobilizações poderiam acelerar esse processo de abertura, forçar o processo em marcha, inclusive porque ele era contraditório: havia um setor do regime que queria fechar de uma vez, e que era uma ameaça constante de endurecimento. Foi uma queda de braço que ficou até o final do regime. A bomba do Riocentro era uma prova de que a contradição persistia.



Geraldo Siqueira e Aloizio Mercadante, lideranças do movimento estudantil da USP em 1977. (Foto cedida por Ana Rosa Abreu)

Por isso, entendíamos que o nosso movimento tinha importância, sim, no processo de democratização. Mas ele precisaria se fortalecer, procurar alianças com outros setores porque a capacidade de repressão do regime era grande.

O roubo das urnas

Bem, a própria eleição do DCE, em 1976, já virou uma manifestação, porque tivemos um comparecimento bom. Só que as urnas, que ficaram guardadas na Faculdade de Economia, foram roubadas na madrugada. Arrombaram a porta e roubaram as urnas. Resolvemos, então, juntar todas as chapas e fazer uma segunda eleição, na qual as chapas entravam todas juntas, sem mais fazer propaganda separada para cada uma. Entravam todas juntas denunciando a ação da repressão – não havia dúvidas de que era uma ação da repressão – e convocavam a segunda eleição. Foi convocada também uma mobilização para vigiar as urnas. A vigília convocada para a defesa das urnas durou a madrugada inteira no dia da eleição.

A assembléia que decidiu como seria a vigília foi engraçada.

A turma do MEP defendia que a gente tinha de passar todo o tempo da vigília debatendo a política educacional do governo. O pessoal da Libelu queria que a gente fizesse assembléia para discutir sei lá que outro tipo de coisa. E no meio disso, nós, que éramos mais desorganizados, propusemos o quê? Propusemos comprar muita fruta no Ceasa e passar o filme *O incrível Exército de Brancaleone*, e coisas do gênero. Tudo regado a quentão. Eu me lembro que o pessoal da Caminhando foi contra o quentão porque diziam que beber durante a madrugada poderia fazer perdermos o controle. Mas a nossa proposta prevaleceu. Então pusemos as urnas verdadeiras num lugar bem escondido, fizemos outras urnas, as urnas falsas, que pusemos num lugar bem visível. Compramos muita fruta – melancia, abacaxi – e providenciamos o quentão, o violão, o filme... E passou-se a madrugada. A turma de vigias ficou na caixa d'água para ver se vinha tropa. Nada aconteceu e pudemos fazer a apuração.

O comparecimento aumentou muito na segunda eleição. Por tudo que aconteceu, podemos afirmar que a eleição, em si, já tinha virado uma manifestação.

A Refazendo ganhou a eleição, com uma grande diferença sobre a Libelu, que ficou em segundo.

As primeiras mobilizações

No final de 1976, estávamos sentindo que todo o clima era para ir para a rua. Aqui, em São Paulo, com absoluta certeza. E às vezes parece que é verdade essa coisa meio premonitória de artista. Por exemplo, Chico Buarque, no fim daquele ano, soltou a música “O que será”: “O que será que será/que todos os meninos vão desembestar/... que estão falando alto pelos botecos”. E a gente escutando e tomando a decisão de arrebentar. Então, em março de 1977 aconteceu o corte na verba federal para a Educação, e decidimos marcar uma manifestação de protesto na frente da Delegacia do MEC, na avenida São João, no Centro da cidade. No dia marcado, pela manhã, já estava tudo cercado, a ponte da Cidade Universitária interditada, o trânsito parado, e o secretário de Segurança Erasmo Dias esbravejando: “Ninguém vai fazer manifestação nenhuma porque não vão chegar no Centro. Não tem como

chegar, vamos bloquear a rua. Pára o trânsito, mas ninguém chega”. O que aconteceu? Todo mundo que estava na USP foi para a Poli e se reuniu numa assembléia grande em que foi decidido que se o trânsito estava parando para que não passássemos, se não podíamos ir de carro ou de ônibus, iríamos a pé. Era um eufemismo para a passeata. Discutimos os detalhes até do que deveria estar escrito nas faixas. O pessoal da Libelu ficou “p” da vida, mas decidimos não escrever a palavra ditadura em nenhuma faixa. Não precisava botar uma palavra de ordem ofensiva. O ato em si já era suficiente, e era preciso não dar o mínimo pretexto para que o pau baixasse. Até porque achávamos que o pau ia baixar de qualquer jeito, mas era importante mostrar que não estávamos provocando.

Finalmente saímos do *campus*, atravessamos logo na saída a Delegacia de Polícia, pegamos a avenida Corifeu de Azevedo Marques e atravessamos a ponte sobre o rio Pinheiros. E o Paulo Egídio (então governador de São Paulo) já estava em rede na televisão, falando ao vivo, pedindo calma para as famílias – e isso era transmitido pelas rádios. Alguns dos companheiros tinham rádio de pilha e iam transmitindo o que ele estava falando. Havia um helicóptero da rádio Jovem Pan que também estava sobrevoando a passeata, e os repórteres estavam irradiando tudo o que acontecia. Quando chegamos no largo de Pinheiros, eles iam dando a localização das tropas, indicando que estavam vindo pela Vila Madalena, até ali mais ou menos a avenida Rebouças, para interceptar nosso caminho. Eles pediam bom senso. Bom, decidimos não subir a rua Teodoro Sampaio e discutimos se devíamos continuar ou voltar. Eu lembro aí de ter visto o Perseu Abramo, que estava cobrindo os acontecimentos como repórter da *Folha de S Paulo*. Alguns de nós tínhamos subido numa mureta para dar a orientação para o grupo, mas ainda havia dúvidas sobre continuar ou não. Nós descemos, ficamos em volta do Perseu e ele falou: “Vocês já fizeram muito, não precisam insistir, a coisa já está feita”. Concordamos: “Tá bom, já fizemos bastante, vamos virar à direita na rua Cardeal Arcoverde”. Foi o que fizemos, viramos à direita, e vimos que os caras da Jovem Pan estavam comemorando. Diziam: “Os estudantes estão voltando... não haverá o confronto, não haverá sangue. Graças a Deus”.

Aí nós voltamos para a USP. Era um belo dia de sol, tinha aquela pequena fonte próxima ao Cepeusp, antes de começar a subida para o prédio da História e Geografia. Pulou todo mundo naquela fonte de água, todo mundo foi se banhar, todo mundo ficou molhado. Essa foi a primeira manifestação de rua depois de 1968 e aconteceu no dia 30 de março de 1977.

Depois teve a passeata do viaduto do Chá, que foi no dia 5 de maio. O motivo foi o protesto contra a prisão dos militantes da Convergência Socialista lá no ABC. Aí teve enfrentamento com a polícia. Na praça Ramos de Azevedo, o Erasmo Dias mandou soltar umas bombas e falou: “Daqui ninguém passa”. Aí nós sentamos no chão, lemos um manifesto e resolvemos voltar. Tínhamos decidido que não íamos partir para o confronto. Quer dizer, sempre que houvesse tropa, não íamos pegar paus e pedras e ir para cima. A gente ia bater em retirada, organizadamente. Durante todo o ano foi assim.

Depois disso, entramos em contato com os estudantes do resto do país e decidimos fazer um Dia Nacional, no país inteiro. Marcamos para 19 de junho, para dar tempo de outros estados com maiores dificuldades poderem também convocar e organizar. Então, no dia 19 ficamos na Faculdade de Medicina, na avenida Doutor Arnaldo, fora da Cidade

PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS:
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL EM 1977



Concentração de estudantes no campus de Londrina. Paraná, 14/6/1977. (Luiz Prado/AE)

Universitária, cercados pela tropa, porque nós quisemos reunir gente do MDB também. O Suplicy foi discursar lá em nome dos professores, declarando apoio. Compareceram vários deputados e vereadores, jornalistas, várias entidades que chamamos para mostrar que nós não estávamos sozinhos.

A tentativa frustrada de realizar o III ENE em Belo Horizonte **Fernando Nogueira**

Vai aqui um fragmento de memória pessoal. O que tenho achado mais difícil é recompor as cenas completas. Logo após esse período, contei e recontrei à exaustão muitas histórias, para desespero dos que conviviam comigo, mas, agora, faltam uns pedaços. Não sei quem era o quarto cara que foi conosco no fusca branco do Gerson da Física para Belo Horizonte. O terceiro era o Sérgio, da Sociologia e Política. Lembro ainda que ele foi contando histórias de Itaici, acho que era a terra dele. A viagem era comprida, lá pelas tantas adormeci. Acordei – pelo meio da madrugada – com um cano frio encostado na testa e quase me borrei todo ao abrir os olhos. Um cara todo de preto, com um gorro daqueles que só deixa os olhos para fora, metralhadora encostada na *minha* cara, mandava aos berros descer do carro. Em 1989, morando em Cunha, grudei num fio de alta tensão e – é claro – continuo vivo, porque o coração parece que é bem forte. Naquele mesmo ano, na madrugada do 1º de Maio, eu tinha sido acordado (morava com o Bundão e o Candeias na rua Coronel Ferreira Leal, vizinho ao Raduan) por um ladrãozinho com um canivete (o meu próprio canivete suíço) quase na minha cara. Enfim, tive fortes emoções, mas o atirador de

É geólogo e consultor de risco sobre questões de favelas. Foi militante do movimento estudantil nos anos 1970.

elite, com metralhadora, me deixou bambo. Desci do fusca, pude ver que estávamos ainda na estrada, próximo a Belo Horizonte (não sei exatamente onde era aquela barreira), e muita gente estava sendo detida e levada para os ônibus. Do Exército? Da PM? Estávamos iluminados por holofotes, e então eu percebi que estava com as pernas tremendo demais, visivelmente. Ergui a cabeça, e dentro do ônibus, passando incólume, mas assistindo à minha tremedeira, estava a Grécia da Caminhando. Cacete! E eu não conseguia controlar as pernas! Penso que nesse momento fiquei mais envergonhado do que com medo.

Fomos levados para o DOPS de Belo Horizonte, onde já tinha muita gente, as meninas nos andares mais altos, e muita, muita gente se amontoando, conforme chegava. Lembro do Amaral, do Pedro e do Ary, da Poli, levantando rapidamente o astral da moçada, e da voz da Ieda, da Geografia, puxando lá de cima o coro feminino que cantava “Oh, Minas Gerais, quem te conhece não esquece jamais”.

Foi a prisão mais divertida do ano. Éramos centenas, entre estudantes e laranjas, que, por estarem em grupo ou por terem barba ou portarem mochilas, foram garfados pela repressão mineira. Tinha uma excursão de Geologia inteira lá. Fizemos greve de fome – principalmente porque a gororoba que queriam nos servir era de lascar. O Pedro puxou um jogo de futebol com uma marmita servindo de bola. Fizemos coro ao canto das meninas. Acho que já era madrugada do dia seguinte quando fomos levados para a sessão de fotos e tinta nos dedos. Como éramos muitos, os caras fotografavam de três em três. Gostaria demais, viu Jânio? (Jânio Bragança), se houver arquivo por aí, de recuperar a foto do meu trio – eu, o Amaral e o Ary Peres. Puseram-nos na rua, com nossa cara tresnoitada.

Andamos pela madrugada mineira até achar um jeito de chegar onde tinha sido a barreira, nem sei como, e imediatamente entrar no fusca e fazer uma viagem terrível por aquela estrada esburacada e comprida, tentando manter os olhos abertos a qualquer custo. O Sérgio voltou falando sem parar sobre Itaici.

Lúcio Kowarick O livro de cabeça de coronel

Cientista político. Professor da USP, autor de vários livros, entre os quais *Escritos urbanos* (Editora 34, 2000) e *Espoliação urbana* (Paz e Terra, 1993).

Na década de 1970, infelizmente, eu não era mais estudante, mas professor. Mas 1977 também para mim é uma data muito significativa, como é para um bom número de professores universitários. Eu participei da reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que foi realizada na PUC-SP em julho de 1977. Essa reunião, é bom que se diga, estava programada para se realizar em Fortaleza, mas foi proibida, de fato, pelo governo federal quando retirou as verbas do CNPq e de outros organismos que deveriam financiar esse evento. Por uma série de razões a SBPC não pôde se realizar na USP, como era esperado, mas, finalmente, como mais uma demonstração de coragem dada pela então reitora Nadir Kfoury, foi aqui na PUC que o encontro veio a acontecer.

Quero deixar aqui uma nota de caráter mais biográfico, relativa ao coronel Erasmo Dias, que foi a pessoa que comandou a invasão da Pontifícia Universidade Católica. Em 1976, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) publicou, por encomenda da

Comissão Justiça e Paz e com o empenho pessoal do arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, o livro *São Paulo, crescimento e pobreza* [Edições Loyola, 1975]. O Cebrap é uma instituição criada em 1969, para abrigar, como pesquisadores, professores da Universidade de São Paulo que haviam sido compulsoriamente aposentados pela ditadura. O livro, prefaciado pelo cardeal Arns, provocou a ira do então secretário da Segurança Pública, Erasmo Dias. Ele deu várias entrevistas a jornais da época nas quais segurava o livro e dizia: “Este é o meu livro de cabeceira. Eu leio ele todas as noites para ter ódio dos comunistas”.

Dom Paulo comentou o caso com uma citação em latim, que queria dizer: “Podem lê-lo”.

PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS:
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL EM 1977

“O que fazemos agora?” Vinicius Signorelli

Formado em Física pela USP.
Militante do movimento
estudantil nos anos 1970.

Meus primeiros contatos com a USP e as coisas da “política” deram-se em 1971, um ano antes do meu ingresso na universidade. Em 1971, graças a um amigo de escola (Colégio Estadual Plínio Barreto, na Moóca), que estava um ano na frente e tinha entrado na Poli, eu conheci o Grupo de Teatro da Poli (o GTP). Em duas oportunidades estive com ele e outros amigos no *campus*. Esse contato com a universidade me fez tomar a decisão de tentar Física em vez de Engenharia. Uma das coisas que me fez decidir pela Física foi que eu descobri que no Cefisma, o Centro Acadêmico da Física, o pessoal não aplicava trote violento e, o que para mim era muito importante, não cortava o cabelo. Essa coisa do cabelo para mim sempre teve um valor muito grande.

Foi também em 1971 que um colega meu de escola de muitos anos (mas não próximo) foi fazer o serviço militar. Ele foi para o CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (quem já está no 3º colegial com 18 anos faz esse troço e sai como tenente da reserva; é bem melhor que ser recruta). Mas acontece que numa noite fria de julho, férias, a turma sentada na praça conversando, e esse cara chegou. Fardado de verde oliva. E, de repente, começou a nos contar como ele se divertia jogando água no chão de uma cela onde estava um cara que, nós deduzimos, era um preso político, que eles não deixavam deitar nem no chão gelado, os canalhas. Ele logo se mandou e eu me lembro perfeitamente da minha indignação diante daquele relato. Eu fiquei mesmo indignado e senti como o poder dos ditadores só se propaga porque existe sempre uma cambada de colaboradores imbecis. Certamente, foi sempre essa indignação que fez com que eu superasse o medo, que eu sentia aos borbotões.



Professor Gofredo da Silva Teles, autor da “Carta aos brasileiros”, na tribuna do largo São Francisco. (AE)

Anos depois, já em 1977, lembro-me do Geraldinho [Siqueira] olhando pra mim no meio do largo de Pinheiros. Depois de falar algumas frases pro pessoal que se aglomerava na praça, ele desceu da mureta que lhe servia de palanque e perguntou aos que estavam ao seu lado: “O que fazemos agora?” (lembro-me da Veroca, do Marcelo [Bundão] e do Vinicinho). Realmente não me lembro de onde veio a idéia da leitura da carta da forma como ocorreu. Mas lembro-me perfeitamente de que olhei para todas as janelas da rua Butantã que dão para o largo e vi muitas pessoas me olhando, vi fotógrafos e pensei qual daqueles estaria tirando fotos para a minha pasta no DOPS, que o delegado Tácito Pinheiro Machado havia me mostrado alguns meses antes. Nesses momentos as lutas internas são muito intensas. O medo *versus* a valentia, a vontade, a coragem, o esforço de racionalizar a luta pela resistência, de se fazer forte diante do poder. Naquele dia, durante toda a tarde, eu pensei no que havia acontecido muito intensamente, e minha aversão ao heroísmo me fez decidir que eu não iria me apresentar como voluntário para “subir em todas as muretas”, para aparecer como um “combatente representativo”. Pensei muito em como aquilo poderia ser apenas uma “desculpa” para fugir do pau, mas no final achei que o jeito certo era esse. Alguns dias depois, no largo São Francisco, novamente havia alguma coisa para subir em cima e falar, eu achei melhor deixar que outros falassem. Democracia, representação, participação, consciência política, tudo isso me passava pela cabeça naqueles dias. Fiquei no meio do largo, no meio da multidão ouvindo os discursos. Achei muito bom, apesar de ter uma certa tendência a procurar o “estrelato”.



Ato em favor da reorganização da UNE, em frente ao Tuca, na PUC-SP. Pouco depois, a polícia dispersaria violentamente a manifestação, causando ferimentos em dezenas de estudantes. São Paulo, 22/9/1977. (Jornal da PUC)

Noite de violência: A invasão da PUC-SP em 1977

Na noite de 22 de setembro de 1977, o *campus* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi brutalmente invadido pela Polícia Militar paulista. A razão imediata da invasão foi o fato de haver se realizado ali, na tarde daquele dia, o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE), cujo objetivo maior era reorganizar a UNE (União Nacional dos Estudantes), então na ilegalidade. O ENE havia sido terminantemente proibido pelo governo, e sua realização já havia sido impedida, dias antes, em Belo Horizonte e, em seguida, no *campus* da Universidade de São Paulo (USP).

Em desafio aberto à repressão, os estudantes conseguiram burlar a vigilância policial e realizar o encontro na PUC. Na noite daquele mesmo dia ainda se comemorava o feito quando a polícia investiu violentamente contra os estudantes, agredindo e prendendo centenas deles e depredando as dependências da PUC, que havia permitido que o encontro se realizasse em seu *campus*.

A revista *IstoÉ*, em matéria dos jornalistas Tão Gomes Pinto e Alex Solnik¹, relatou da seguinte forma este acontecimento:

[...] A polícia desabou sobre a PUC, na noite de quinta feira [22/9/1977], com tropas de choque e dezenas de agentes à paisana. Até o momento em que começou o avanço, precedido de uma barragem de bombas de efeito moral, os estudantes, cerca de 2 mil, permaneceram em seus lugares, no jardim do teatro da Universidade Católica.

1. Publicada na revista *IstoÉ* em 28/9/1977, p. 6-9.

Daí para frente, bombas estourando, casseteres vibrando, a única saída era se refugiar dentro da Universidade, ao lado do teatro. Os policiais foram atrás, deixando vidraças quebradas no caminho. No prédio novo de sete andares e 110 salas – havia até cursos do Mobral, um coral se exercitava –, os policiais acabaram com as aulas, mandando alunos e professores saírem em fila. Fila por um, explicavam. Não houve reações e mesmo assim muitos levaram cacetadas enquanto caminhavam. Dos prédios vizinhos, as pessoas assistiam. [...] quem tinha coragem para falar, gritava “assassinos, assassinos”. Pais e mães chegavam à PUC desesperados à procura dos filhos.

[...] houve pessoas feridas, cinco passaram a noite no Hospital das Clínicas para serem medicadas por queimaduras provocadas pelas bombas de gás – e, no fim, um diálogo desalentador desenrolou-se entre a reitora da PUC, Nadir Kfoury, e o secretário de Segurança.

“O que aconteceu, coronel?”, perguntou a reitora logo depois de chegar ao estacionamento em frente à PUC, onde 2 mil pessoas estavam detidas, sentadas no chão e vigiadas pelos policiais. O coronel Erasmo Dias explicou que os estudantes estavam realizando um ato ilegal. “Mas o ato não era fora?”, retrucou a reitora. “Vocês depredaram a faculdade.”

“Vamos reparar os danos”, respondeu o coronel Erasmo. “Há danos que não podem ser reparados”, disse a reitora. [...]



*Estudantes reunidos
para discutir a invasão
da PUC-SP. São Paulo,
23/09/1977. (AE)*



Polícia invade o campus da PUC-SP e prende centenas de estudantes. São Paulo, 22/9/1977. (Jornal da PUC)

Relato da invasão da PUC

Diretório Central dos
Estudantes da PUC-SP

Publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 28 de novembro de 1977.

A invasão

No dia 22 de setembro de 1977, aproximadamente ao meio dia, iniciou-se no Salão Beta na PUC uma Assembléia Estudantil Metropolitana. Essa Assembléia visava a decidir as medidas a ser tomadas em protesto ao cerco policial da USP [Universidade de São Paulo], da PUC [Pontifícia Universidade Católica] e da FGV [Fundação Getúlio Vargas], no dia 21, que impediu a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE). Encerrada às 14 horas, deliberou a realização, à noite, em frente ao TUCA, de um ato público de repúdio à repressão ao III ENE.

Simultaneamente à assembléia, em condições precárias, delegados de vários Estados se reuniram e realizaram o III Encontro Nacional dos Estudantes na PUC.

Às 21 horas, iniciou-se o ato público, com a presença de cerca de 2.000 estudantes

Estava sendo lida em coro uma carta aberta denunciando as medidas policiais tomadas no dia 21, quando nas esquinas das ruas Monte Alegre e Bartira pararam várias viaturas policiais comandadas pelo secretário de Segurança Pública do Estado.

Investigadores civis e tropas de choque desceram das viaturas, bateram as portas com violência e começaram a dar cacetadas e a jogar bombas nos manifestantes que se encontravam sentados.

Devido à violência da investida, os estudantes se levantaram e correram para a entrada da PUC, vários em pânico. Os policiais os perseguiram, histéricos, dando cacetadas e jogando bombas que expeliam gás, outras que soltavam chamas e outras ainda que espirravam líquidos

que queimavam a pele. Os estudantes que entraram na PUC se chocaram com outros que estavam saindo das classes e indo embora para casa. Tudo isso contribuiu para aumentar o pânico, fazendo que vários estudantes caíssem na rampa e fossem pisoteados e queimados.

Vários estudantes conseguiram escapar descendo a rua Monte Alegre, e outros pelos fundos da PUC. Mas os policiais, agindo de maneira coordenada e rápida, cercaram o prédio logo em seguida, invadindo-o também pelas entradas das ruas Bartira, Ministro de Godoy e João Ramalho.

Consumado o cerco e a invasão, aumentou a violência.

No restaurante, vários estudantes e professores, em intervalo de aula, estavam fazendo um lanche ou tomando café, quando viram a correria na rampa. Assustados, fecharam a porta de vidro do restaurante. Minutos depois chegaram os policiais, que quebraram a porta a golpes de cassetetes e invadiram o restaurante, espancando e insultando alunos, professores e funcionários.

Alunos que estavam nas sedes das entidades estudantis foram expulsos à força, muitas vezes sem ter tempo sequer de recolher seus documentos e material didático. No DA [Diretório Acadêmico] Leão XIII e no CA [Centro Acadêmico] 22 de Agosto, colegas que jogavam xadrez viram os tabuleiros serem jogados longe a pontapés.

As sedes dos DA de Filosofia e Letras, DA Leão XIII, CA de Ciências Sociais e Serviço Social, CA 22 de Agosto e do DCE [Diretório Central dos Estudantes] foram totalmente depredadas. Portas que estavam fechadas apenas com o trinco foram arrombadas a pontapés. As gavetas foram arrancadas fora das mesas e seu conteúdo jogado no chão.

Em vários restos de portas ficaram bem nítidas as marcas dos pontapés. Em diversas salas foi pichada a sigla CCC (Comando de Caça aos Comunistas), organização terrorista que, como a AAB [Associação Anticomunista Brasileira], vem ameaçando a segurança da população. Uma lista enorme de bens das entidades foi levada pela polícia.

A biblioteca também foi invadida e seus ocupantes expulsos aos gritos e ameaças de cassetetes. Os policiais jogaram vários livros no chão.

Entraram com violência e, usando palavras de baixo calão, nas salas de aula, prendendo todos os seus ocupantes, e muitas vezes espancando-os.

Alunos que participavam de um ensaio de coral na Casa Paroquial também foram presos.

Estudantes feridos, principalmente os que foram queimados pelas bombas que provocaram chamas, só a muito custo foram atendidos. Os policiais não só demoraram muito para levá-los à ambulância, como espancaram os colegas que procuravam atendê-los.

Cabe ressaltar que os policiais, principalmente os investigadores à paisana, comportavam-se com o máximo de violência e arbitrariedade. Espancavam quem quer que passasse à sua frente. Várias pessoas viram um colega que sofreu empurrões e cacetadas e, quando caiu no chão na rampa do prédio novo, levou pontapés. Mesmo depois de dispersado o Ato Público, continuaram jogando bombas. Vários policiais mostravam-se demasiadamente excitados, sem autocontrole, com os olhos completamente “vidrados”. Insultos, palavras de baixo calão e provocações eram feitos o tempo inteiro. Toda essa violência era absolutamente desnecessária, pois não houve, em nenhum momento, qualquer tentativa de reação por parte das vítimas da agressão policial.

No estacionamento de automóveis, mais de 1.500 professores, funcionários e alunos ficaram sentados pelo menos uma hora no chão de pedregulhos, submetidos à triagem policial. Investigadores circulavam nervosamente entre as pessoas sentadas e quando reconheciam na



O coronel Erasmo Dias, secretário de Segurança de São Paulo, foi o mais destacado representante da repressão ao movimento estudantil no estado em 1977. Para ele, por trás dos estudantes estavam “elementos subversivos [que] tentam a todo custo desobedecer a lei vigente, num desafio que está caracterizado como estado

multidão alguma pessoa que procuravam, ou quando alguma pessoa muito ferida exigia ser levada a um hospital, abriam caminho a golpes de cassetete e pontapés entre a multidão. Todas essas violências foram presenciadas pelo coronel Erasmo Dias, que nada fez para impedi-las.

Cerca de 700 estudantes foram conduzidos em ônibus da Prefeitura ao Batalhão Tobias de Aguiar. Alguns foram conduzidos ao DEOPS [Delegacia Estadual de Ordem Política e Social]. Todos esses colegas foram fichados. Entre os presos, é bom lembrar que havia grande número de estudantes que estavam sem documentos por tê-los perdido durante a invasão. No DEOPS colegas foram submetidos a sevícias e a tratamentos humilhantes. Alguns tiveram que prestar depoimento apoiados numa perna só, ameaçados de ser espancados se perdessem o equilíbrio ou se uma perna encostasse na outra. Um colega, que foi violentamente espancado por investigadores, reclamou, a um delegado, do tratamento a que estava sendo submetido. Então o delegado, em tom irônico, pediu a um investigador que “cuidasse do caso”. Esse investigador levou o colega a um canto e continuou o espancamento.

Desses 700 colegas, 37 foram logo em seguida enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Esses estudantes, vítimas da invasão, passaram a ser interrogados como réus num processo que corre pelo DEOPS e em outro que corre pela Polícia Federal. De outro lado, a autoridade que assumiu a responsabilidade pela invasão e pelas violências cometidas é agraciado pelo ministro do Exército com a “Medalha do Pacificador”, a mesma que foi atribuída ao Dr. Harry Shibata¹.

Considerações finais

1. A invasão, ao que tudo indica, foi premeditada.

O ato público foi apenas um pretexto para justificar a invasão policial. Se o objetivo do coronel Erasmo Dias fosse apenas dissolver o ato, poderia tê-lo feito usando formas menos violentas, pois sua realização foi decidida na Assembléia do meio-dia, onde havia muitos informantes da polícia.

1. Médico legista que ficou conhecido por ter assinado o atestado de óbito de Vladimir Herzog, em 1975, declarando que ele havia se suicidado, apesar de todas as evidências de que ele havia sido torturado e morto nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, como foi comprovado posteriormente (Nota do editor).

2. A invasão teve os seguintes objetivos:

a) Represália à realização do III ENE. Este regime que retirou toda a autonomia das entidades estudantis, que fechou os DCEs, UEEs [União Estadual dos Estudantes] e a própria UNE [União Nacional dos Estudantes], que transformou os sindicatos em corporações pelegas, que reprime e tortura aqueles que procuram se organizar em defesa de seus legítimos interesses, não vai deixar o nosso movimento avançar sem também o reprimir, pois este regime se sustenta na exploração da maioria da população e não tolera a reorganização dos vários setores da população em defesa dos seus direitos. b) Atingir com brutalidade a Reitoria da PUC, que tem se caracterizado pela independência frente às pressões do regime, como quando cedeu as instalações da Universidade para a 29ª Reunião Anual da SBPC, pela defesa intransigente da autonomia universitária.

3. Reafirmamos o propósito de continuar a luta em defesa da autonomia universitária. É necessário pôr fim à triagem ideológica que vigora em todas as universidades. É necessário denunciarmos pressões financeiras que a PUC está sofrendo desde a realização da Reunião da SBPC.

Numa universidade onde não predomine o obscurantismo cultural, é indispensável a ampla liberdade de pesquisa e debate. Nesse sentido, quaisquer livros e publicações, por mais polêmicos que sejam, devem circular livremente e ser analisados segundo o interesse acadêmico e não segundo o prisma de policiais em função de censor.

4. As entidades estudantis se regem por princípios de democracia e representatividade. Decisões referentes a atos públicos, tirada [eleição] de delegados para os congressos estudantis e eleição de diretorias são tomadas pelo conjunto dos estudantes, em assembleias e eleições onde não há Lei Falcão, nem AI-5, nem Lei de Segurança Nacional. Nas assembleias, os únicos elementos infiltrados são policiais disfarçados.

Nas entidades estudantis os alunos se organizam para defesa de seus interesses acadêmicos e para se posicionarem em relação a questões políticas nacionais.

Reafirmamos o propósito de continuar lutando em defesa de nossas entidades representativas, visando ao fortalecimento dos CAs e dos DCEs livres, a criação de UEEs em todos os Estados e a reconstrução de uma entidade estudantil em nível nacional.

5. Reafirmamos também que as intimidações policiais não diminuirão as nossas lutas por liberdades democráticas. Acreditamos que invasões como a que sofreu a PUC só deixarão de ocorrer quando o povo, através de uma Assembleia Constituinte livre, democrática e soberana, substituir o regime policial em que vivemos por um regime que atenda aos interesses da maioria da população.

São Paulo, 22 de novembro de 1977, DCE-LIVRE da PUC/SP

PELAS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS:
O MOVIMENTO
ESTUDANTIL EM 1977



Estudantes confeccionam faixas na PUC-SP, 1977. (Acervo Iconographia)

O III ENE e a invasão da PUC Laís Wendel Abramo

Eu estava lá, naquela sala de aula da PUC, onde conseguimos finalmente realizar o III Encontro Nacional dos Estudantes, depois das tentativas frustradas de Belo Horizonte, em junho, e da USP alguns dias antes. Cercados pelas tropas do então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, coronel Erasmo Dias, com os companheiros dos outros estados sendo perseguidos nas ruas de São Paulo, decidimos que deveríamos nos ater ao fundamental. Deixar de lado por um momento as teses, contrateses, discussões e mais discussões sobre o caráter da política educacional do governo, o caráter da conjuntura pela qual estávamos passando ou da luta democrática na qual todos estávamos envolvidos. Resolvemos deixar tudo isso de lado por um momento e nos unir em torno do que era realmente fundamental: avançar na reorganização do movimento estudantil em nível nacional, avançar na reconstrução da UNE (União Nacional dos Estudantes), nossa entidade nacional destruída pela ditadura quase uma década antes.

Enquanto alguns dos diretores organizavam uma reunião aberta com os estudantes no Salão Beta da PUC, nós, os que não estávamos alocados a outras tarefas, por exemplo, os sistemas de comunicação e informação, nos reunimos disfarçadamente em uma das

Socióloga; foi líder estudantil nos anos 1970, diretora do DCE Livre da USP, participante ativa da campanha do CBA/SP. É diretora para o Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

salas de aula daquela universidade que, alguns meses antes (julho de 1977), já tinha tido a coragem e a energia para sediar a reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Sentados como alunos em uma das salas de aula do segundo andar do prédio novo, com um companheiro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul à nossa frente, fingindo-se de professor (para que quem passasse pelos corredores – e eles estavam cheios de “tiras” – pensasse que se tratava simplesmente de uma aula qualquer), rapidamente chegamos a um consenso e rapidamente concretizamos nossas esperanças de avançar na reorganização do nosso movimento, criando a Comissão pró-UNE.

Depois disso – o III ENE em si, realizado nessas circunstâncias, não durou mais de uma hora – saímos apressadamente dali. Havíamos conseguido driblar as forças policiais que nos perseguiam desde junho em Belo Horizonte, a sanha feroz do coronel Erasmo Dias, que, em várias ocasiões, havia esbravejado, declarado, prometido, jurado e reiterado impedir a realização do III ENE.

Eu saí da PUC levando comigo dois companheiros e uma companheira – do Rio, Minas, Rio Grande do Sul. Estava encarregada de cuidar da segurança deles até o dia seguinte, quando iriam embarcar de volta para os seus respectivos estados. Algum tempo depois, a realização do III ENE foi comunicada à assembléia estudantil reunida no Salão Beta. Quando estacionava o carro logo depois, na porta da casa dos meus pais na Lapa, ouvimos pelo rádio que, apesar de todas as proibições, os estudantes haviam conseguido realizar o III ENE. Imaginávamos a fúria do Erasmo ao receber a notícia.

Entre nós o clima era de comemoração. Estávamos entusiasmados porque, finalmente, com aquela reunião, realizada clandestinamente (ainda que numa sala de aula da PUC, em plena luz do dia), havíamos conseguido duas coisas muito importantes: em primeiro lugar, dar mais um passo no processo de reorganização do movimento estudantil. Em segundo lugar, provar, uma vez mais, que éramos capazes de nos organizar e manifestar apesar das proibições existentes na legislação vigente e da repressão policial. Além dos três companheiros a que me referi, estavam nessa tarde na casa dos meus pais minha irmã Helena, caloura da Ciências Sociais da USP, mas já engajada na nossa luta, e Beatriz Tibiriçá (a Beá), que havia integrado a primeira diretoria do DCE-Livre da USP.

Nesse clima de festa, não imaginávamos as terríveis conseqüências que a nossa façanha teria, naquela mesma noite, algumas horas mais tarde, quando se concretizou a invasão da PUC.

Minha mãe teve essa clarividência. Quando chegou em casa e viu a gente comemorando daquele jeito, caçoando do Erasmo, ficou apavorada. Mais realista do que nós, previu o que aconteceria na PUC naquela noite (é claro, não previu as bombas, a selvageria da repressão, mas previu que muito provavelmente aconteceria algo grave). Ela era, na época, uma combativa participante da Comissão de Mães pelos Direitos Humanos, que tinha se organizado naquele ano para apoiar as mobilizações dos estudantes.

No fim da tarde, quando ficamos sabendo que tinha sido convocado o ato de comemoração lá na PUC, ela insistiu para que tentássemos dissuadir os promotores do ato de realizar esse evento, que muito provavelmente seria reprimido com violência. Dissemos que isso seria impossível porque a realização do ato tinha sido decisão de assembléia, mas que era

importante mandar alguém para retirar da manifestação os delegados de outros estados que porventura estivessem participando. Eu não podia ir porque tinha estado no encontro da manhã e porque tinha que tomar conta do conjunto dos delegados. Mário, meu irmão, também militante ativo do movimento, era uma pessoa muito visada. Sobravam a Lena e a Beá para essa missão. Minha mãe, com justa apreensão, não gostou nada da idéia de deixá-las assumir esse risco (a Lena tinha só 18 anos). Mas não havia outro jeito.

O meu pai estava no hospital, recém-operado. O Mário foi levar minha mãe para passar a noite com ele, e, no caminho, deixou a Beá e a Lena nas imediações da PUC. Elas chegaram quando já tinha começado o ato e estava sendo lido o manifesto preparado para a ocasião. Logo, a euforia que reinava entre os estudantes pelas realizações da manhã mudou para um pânico generalizado. A polícia invadiu a PUC e as duas emissárias foram vítimas da violência: Helena chegou a desmaiar com a fumaça desprendida das bombas de “efeito moral”, e só escapou de sofrer queimaduras por ter sido socorrida a tempo por alguns colegas. Beá machucou o pé e o joelho quando tentava escapar das bombas. Ambas foram detidas.

Quando ficamos sabendo da invasão da PUC e das prisões, foi a maior confusão; ninguém sabia direito o que fazer. Nós nos reunimos – os que tinham escapado da repressão policial – na casa da Carmen Cintra do Prado, nossa colega da Física, tentando nos organizar para enfrentar mais aquela situação. Eu, além de tudo, estava muito preocupada com a Lena. Minha mãe e meu pai no hospital, eu apavorada com a idéia de que meu pai ficasse sabendo que a Lena tinha sido presa. Afinal de contas, ele estava convalescendo de uma operação grave.

A partir de uma certa hora da madrugada, o pessoal começou a ser solto. Para que os estudantes fossem liberados, a polícia exigia a presença de alguém da família que se responsabilizasse por eles. O que fazer com a Lena? Como eu disse, meu pai e minha mãe estavam no hospital, eu e o Mário não podíamos aparecer, arriscávamo-nos a ser presos também. Não havia na família quem pudesse se apresentar. Aí, as valorosas integrantes da Comissão de Mães entraram em ação: organizaram o resgate dos estudantes que estavam em situação como a da Lena (sem mães e/ou pais disponíveis para o resgate), escolhendo “mães postizas” para se apresentarem no lugar dos verdadeiros pais.

E foi assim que a Lena foi solta. Já era madrugada avançada, quase manhã, e a minha grande preocupação era chegar com ela no hospital antes que meu pai acordasse e ficasse sabendo do que tinha acontecido. Felizmente, isso foi possível. Quando minha mãe, tomando conhecimento pelos jornais matutinos do que tinha sido a repressão na PUC, telefonou para a nossa casa, foi possível dizer que a Lena já tinha sido liberada e estava a caminho do hospital.

O malfadado dia da invasão da PUC Beatriz Tibiriçá (Beá)

Havia sido uma semana agitada, muitas manifestações, tentativas frustradas de realizar o III ENE, alunos, famílias, amigos, outros setores, todos em estado de alerta e em pé de guerra. Eu fazia parte da Comissão de Segurança e meu nome completo, e ponha nome nisso, já havia sido publicado numa matéria de capa do *Estadão* da véspera do “dia D”. Mas,

Assessora da Assembléia Legislativa de São Paulo. Na época, era estudante de Ciências Sociais e membro da primeira diretoria do DCE Livre da USP.

mesmo assim, eu ainda não tinha sido presa naquela semana atribulada e era a menos visada da diretoria do DCE Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme.

Na manhã do malfadado dia fizemos uma assembléia na PUC. Assembléia tensa e difícil. Somente alguns poucos sabiam que era uma assembléia de fachada, para proteger o encontro clandestino que ocorria em alguma sala da PUC, lotada de delegados de outros estados, os mais “queridos” pela repressão. Os poucos que sabiam do que acontecia avaliavam que qualquer excesso seria uma provocação notável, mas não podíamos tornar isso claro para todos os que participavam da assembléia. Neste clima e nesta situação surreal, a Libelu (Liberdade e Luta) aprovou, por ampla maioria, a realização, à noite, de um Ato Público na PUC, para comemorarmos nossas vitórias.

Sabíamos do risco que estávamos correndo. A Comissão de Segurança decidiu que nenhum delegado de outro estado deveria comparecer ao Ato da noite. Passamos a tarde confabulando como enfrentar esse novo desafio, entre a alegria de ter realizado o III ENE e o temor pelo que estava por vir. Poucos da Diretoria do DCE Livre da USP poderiam estar à noite, tinham que ser preservados. Saí para ir para a PUC da casa dos Abramo. No carro, comigo, a Helena Abramo, caloura das Ciências Sociais. Dona Zilah ainda pediu: “Tome conta da Lena”!

Chegando na PUC, uma sensação de que tudo estava estranho tomou conta de mim. Era uma calmaria densa, daquelas que precedem um forte temporal. Logo de chegada, tivemos um bate-boca com um pessoal da Convergência de Brasília que não havia aceitado as recomendações da Comissão de Segurança.

Fomos para a frente do TUCA (Teatro da Universidade Católica), local do Ato. O Hugo Lenzi coordenava a mesa pela Refazendo. O Ato ia rolando, eufórico, até que o temporal despencou: não dava para visualizar direito o que acontecia, em questão de segundos era fumaça para todo lado, estava montada uma praça de guerra. Eu agarrei a Lena e junto com mais um grupo grande, sabe Deus como, nos alojamos dentro do teatro. Como eu tinha prometido para Dona Zilah, tomei tanta conta da Lena que ela acabou sendo presa junto comigo.

O fato de estarmos no teatro só retardou um pouco a nossa prisão. Fomos os últimos a chegar ao estacionamento onde agrupavam os estudantes para colocar nos ônibus que nos levariam presos.

Os alunos de Ciências Sociais da USP estavam em peso naquele estacionamento. Fomos de ônibus para o Batalhão Tobias de Aguiar. Parecia longe, muito longe. O ônibus dava voltas para nos enganar e para evitar que fôssemos vistos. Chegando lá, fomos separados, meninos ao relento, num cercadinho, ao lado de um cercadinho onde ficavam os “meganhas” que aguardavam ordem de ir para a rua pegar estudantes. Eles eram tratados com a mesma truculência que os estudantes. Numa área coberta, as meninas. Éramos muitos, muitos mesmos. Todos tinham que responder a um questionário padrão. Aos poucos, começaram a separar os que iam para o DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), na cidade. Lá fui eu. Junto estava o Plininho, calouro, filho do exilado Plínio de Arruda Sampaio, e mais alguns de diretorias de entidades, filhos de subversivos, “reincidentes” etc. Quando chegamos no DOPS, veio a tática da humilhação, fiquei um tempo considerável obrigada a fazer o quatro com as pernas, o que deixou o Plininho indignado.



Ato público no largo São Francisco levanta mais uma vez a palavra de ordem dos estudantes "Pelas liberdades democráticas". São Paulo, maio de 1977. (Acervo Iconographia)

Depois desceram os que eram de entidades para uma salinha no que parecia ser o porão. Além de já termos visto alguns infiltrados, agora revelados, interrogando gente, estávamos indo para o famoso porão do DOPS, e ainda tivemos que ouvir que não sairíamos tão cedo. No porão, encostaram um jovem repressor com o discurso treinado: "Tá vendo, você aqui, nesta situação, e os líderes no bem-bom, só se aproveitando da sua ingenuidade"... Eu, na minha "ingenuidade", bati no peito e falei: "Mas eu sou liderança, sou do DCE Livre da USP", com todo orgulho que nós tínhamos na época. Ponto para nós, o cara se desconcertou e foi embora. Iam nos levando aos poucos para tomar depoimento, abusavam do impagável teatro do repressor malvado e do repressor bonzinho, tentavam nos jogar uns contra os outros. Mas tomavam suas "invertidas". A mais significativa para mim foi quando terminei meu depoimento, no qual reafirmei toda plataforma da Diretoria do DCE, e da Refazendo. Eles foram buscar na rua testemunhas para assinar e dar mais veracidade àquela parafernália. Subiu um senhor (digo isso com os olhos jovens da época, talvez tivesse uns 40 anos), aparentando ser uma espécie de caixeiro viajante, tinha uma maleta e olhos baixos. Ouviu atentamente todo o depoimento, as liberdades democráticas, contra o ensino pago, por melhores condições de vida e trabalho, toda a plataforma

explicada rapidamente. Quando acabaram de ler, ele perguntou: “Ela falou tudo isso?”. “Falou”, responderam. Ele perguntou para mim: “Você falou?”. Só pude confirmar com a cabeça. Ele levantou os olhos e disse: “Então, não assino!”. E não teve quem fizesse o cara assinar. Foi embora com sua maleta, deixando para trás meus interrogadores nervosos e eu, caladinha, mas feliz e tranqüila. Tinha feito a coisa certa. Nunca soube quem era aquele senhor, mas... sempre que posso, lembro dele, quem dera um dia ele saiba o quanto foi importante sua atitude naquele dia de medo.

Mais algumas horas e um dos investigadores me pegou, me levou para a rua, me deu um dinheiro e parou um táxi. O motorista ficou assustado diante da visão daquela garota, meio desfigurada, sem saber direito o que estava acontecendo, com um pé descalço com uma meia verde de futebol, um joelho estourado, no outro pé um tênis novinho, lindo, de *nylon* azul celeste. Fui para casa com aquele motorista mudo, que nem conferiu o dinheiro que eu dei (eu também não conferi). Lá já tinha a querida Comissão de Mães para saber o que tinha acontecido. Minha mãe, atormentada, abriu um sorriso e me acolheu.

No dias seguintes, ainda voltei à PUC para ver se achava o outro pé do meu tênis novo, comprado com tanto sacrifício. Eu me deparei com uma pilha de roupas e sapatos, visão do inferno que tínhamos enfrentado. E não achei meu tênis, claro. Mais alguns dias e fui enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Mas nada conseguia tirar o gosto de vitória que eu sentia!

Cassandra Maroni Nunes Uma classe de alunos bem-comportados

É vereadora pelo PT em Santos (SP). Foi militante do movimento estudantil nos anos 1970.

Eu não pretendo fazer uma avaliação política e nem ser muito rigorosa ao colocar os fatos, a minha intenção aqui é muito mais contar para mais gente alguns momentos que eu vivi e que foram para mim dos mais emocionantes nos quatro anos de trabalho no ME.

Relembro com muita raiva o clima nas redondezas do [bar] Rei [das Batidas] naquele dia em que a polícia cercou a USP. A sensação de impotência era geral, as pessoas se aglomeravam perto da barreira dos policiais e o máximo que conseguíamos fazer era gritar

Estudantes participam de assembléia no campus de Londrina. Paraná, 14/6/1977. (AE)



coros contra a repressão. No entanto, não podíamos entrar e a certeza de que o III ENE não ia ser realizado começava a cristalizar nas nossas cabeças. A USP cercada, a PUC cercada, a GV [Fundação Getúlio Vargas] cercada... Lembro-me de que eu era da comissão de segurança e percorri na moto do Carioca da Geo todos os locais alternativos. Aqueles macacos de macacão marrom (roupas novinhas, recém-adquiridas) estavam em todas as partes.

Quando cheguei na central da Comissão de Segurança a confusão reinava. Havia sido divulgado a todos os estudantes para se concentrarem na [Faculdade de] Medicina e a polícia achou que o encontro ia ser realizado lá. A Medicina estava cercada, na Comissão de Segurança a gente transava a retirada de alguns delegados de outros estados que se encontravam cercados lá dentro. Na Medicina tem um corredor subterrâneo que se liga com o outro lado da rua, onde tem o cemitério, e tentávamos retirar os delegados com o primeiro enterro que saísse. O clima dentro da Comissão não era dos mais calmos. O local onde estávamos não oferecia segurança nenhuma, era colado à Medicina, exatamente onde o aparato todo da repressão estava concentrado. Lembro que quando entramos no local, de moto, acho que já havíamos dado muita bandeira, e ouvi dois caras típicos dedo-duros que estavam vigiando o local comentarem: “Olho nos caras da moto”, que éramos eu e o Carioca da Geo. Por questão de minutos, a Comissão de Segurança não foi presa. Mudamos logo de local.

O resultado desse dia foram muitas prisões na Medicina, alguns delegados de outros estados inclusive, porém a maioria deles continuava guardada com segurança nos locais em que estavam hospedados e em contato com a Comissão de Segurança, através de todo um esquema de telefone que tínhamos. O dia terminou e até esse momento estava mesmo para os meninos do Erasmo [Dias, secretário de Segurança]: o Encontro não tinha sido realizado, inúmeros colegas nossos tinham sido presos na Medicina.

O dia seguinte encontrou a USP sem o cerco da polícia, normal, pudemos então realizar uma assembléia em frente à ECA. A assembléia discutia se ficaríamos ali na USP ou se todos nós nos deslocaríamos para a PUC. Eu mesma não entendia muito bem por que nos juntarmos aos companheiros da PUC, sendo que isto nunca havia acontecido antes. Embora travássemos lutas comuns, as duas universidades tinham assembléias independentes. O que me abismava era o consenso, todos os caras de liderança defendiam que a assembléia fosse transferida para a PUC. Foi a essa altura que um companheiro da diretoria do DCE (Refazendo), um cara da Poli, me chamou de lado e tomando todos os cuidados me disse: “Não comente com ninguém, nem com outras pessoas da diretoria do CEPEGE, mas você deve ir lá para a PUC, pois vamos tentar fazer o III ENE lá, clandestino. Sigilo absoluto, saia agora mesmo e lá você vai encontrar as orientações necessárias”.

Fiquei absolutamente surpresa e comeci a entender o porquê de toda aquela discussão na assembléia sobre irmos todos para a PUC. Logo encontrei alguns companheiros que também sabiam do lance, inclusive uma companheira da História, que foi comigo até a PUC. Tamanha era a preocupação com o sigilo que eu e a companheira da História não podíamos conversar com ninguém na PUC, pois se a informação de que pretendíamos fazer um encontro clandestino vazasse ele não seria realizado. Se a polícia havia colocado 70 mil homens na rua para impedir a reconstrução da UNE, isso me dizia que eles não estavam brincando e que não deixariam o encontro se realizar legalmente e muito menos clandestinamente.

Logo que chegamos na PUC, encontrei um companheiro da diretoria do DCE da USP, graças a Deus. Reconhecendo a mim e à companheira da História, sem muito papo, num raio de segundos me deu o número de uma sala. Nenhuma de nós conhecia nada na PUC e o número da sala não significava nada para nós. No entanto, continuamos naturalmente caminhando, acreditando que alguma outra informação logo viria. Logo que entramos no prédio novo, que fica nos fundos da PUC, encontramos outra pessoa que nos repetiu o número da sala (não me lembro mais dele, ele saiu no jornal inclusive). Caminhamos meio feito barata tonta, num lugar desconhecido, até que finalmente, sem poder pedir informação para ninguém, encontramos o número procurado. A sala estava vazia. Entramos e no canto direito da lousa (se não me engano) havia escrito, no meio de toda uma rabisqueira, um outro número de sala. Logo imaginamos que seria a dica de onde os outros delegados estavam. Até encontrar a outra sala foi a mesma batalha: caminhar disfarçadas pelos corredores, como se conhecêssemos o pedaço, até encontrarmos uma sala cheia de gente. Na porta, uma pessoa da segurança, que felizmente nos reconheceu e abriu a porta. Olhando dentro da sala, parecia uma classe de alunos bem-comportados: todos os alunos sentados, com papel e caneta e um rapaz de barba na frente da classe explicando sobre o efeito das queimadas, fazendo anotações na lousa. Esse era o álibi. O rapaz era um delegado do Rio Grande do Sul. Ele era professor quando a porta se abria e, quando ela se fechava, ele era na verdade a mesa do encontro. Os alunos, atentos quando a porta se abria, na verdade eram delegados de todos os estados, que representavam suas escolas, e das mais longínquas plagas traziam o anseio de reconstrução da UNE de todos os estudantes do país.



Memória: O movimento estudantil na USP

Beatriz Tibiriçá

Publicado na revista *Teoria & Debate*, nº 35, jul. /ago. /set. 1997 (Editora Fundação Perseu Abramo).

1971

Surge o Conselho de Centros Acadêmicos da USP (CCA), que visa preencher a lacuna deixada pela autodissolução do Diretório Central dos Estudantes, entidade que tinha se tornado clandestina – e praticamente desconhecida do conjunto dos estudantes – desde 1969. No final do ano, diante da prisão de estudantes, é lançado um documento denunciando a arbitrariedade, assinado por alguns centros acadêmicos.

1972

Realização no final do ano de um plebiscito, coordenado pelo CCA, em que 95% de 10 mil alunos votantes se manifestam contra o ensino pago.

Assessora da Assembleia Legislativa de São Paulo. Na época, era estudante de Ciências Sociais e membro da primeira diretoria do DCE Livre da USP.

1973

17 de março: morre do estudante de geologia Alexandre Vannuchi Leme, que foi preso pelos órgãos de repressão dentro da Cidade Universitária.

22 de março: os órgãos de segurança divulgam nota comunicando a morte de Alexandre por “atropelamento”. Ninguém acredita nessa versão.

23 de março: assembléia no Instituto de Geologia aprova a realização de uma missa de sétimo dia; a formação de uma comissão jurídica com a finalidade de apurar as circunstâncias da morte bem como das constantes prisões de estudantes; decretar luto e propor às outras escolas da USP a paralisação simbólica em protesto.

30 de março: missa celebrada na catedral da Sé pelo Bispo de Sorocaba (Dom Malhado) e pelo cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Apesar da repressão, cerca de 5 mil pessoas acompanham a celebração.

1974

março: prisões de estudantes, operários e intelectuais provocam o reinício das mobilizações na universidade. Em assembléia geral universitária é criado o Comitê de Defesa dos Presos Políticos (CDPP).

Ao lado dos momentos de mobilização, a própria universidade é mais e mais questionada. Por salas de aula ou por escolas, criticam-se o conteúdo das matérias, arbitrariedades de professores, organização e objetivos de cursos, pagamento de apostilas, reprovações em massa etc. Multiplicam-se os jornais estudantis, grupos de teatro, de música, associações atléticas, cineclubes etc.

1975

janeiro: tentativa de aplicação do decreto 477 em três estudantes. O movimento reage e a Reitoria volta atrás.

março a julho: crise na Escola de Comunicações e Artes. Estoura greve pela queda do autoritário diretor Manuel Nunes Dias. Há duas paralisações gerais na USP, com passeatas até a Reitoria em apoio às reivindicações dos colegas da ECA. É criada a Comissão Universitária para coordenar o movimento.

25 de outubro: Morre Vladimir Herzog, jornalista e professor da ECA, nas dependências do DOI-CODI.

27 de outubro: enterro de Vlado, ao qual comparecem cerca de 500 pessoas.

28 de outubro: assembléia geral universitária. Aprovada a proposta de paralisação de aulas até o dia 31.

31 de outubro: culto ecumênico na Praça da Sé, celebrado por D. Paulo Evaristo Arns, rabino Henri Sobel e reverendo James Wright, com a participação de cerca de 8 mil pessoas, que se transforma em ato público de protesto pela morte de Vladimir Herzog.

1976

janeiro: Reunião nacional de estudantes em Campinas propõe a Campanha Nacional de Luta por Liberdades Democráticas.

maio: em assembléia geral universitária é criado o DCE Livre da USP.

14 de maio: primeiras eleições para o DCE Livre da USP. Votam 9 mil estudantes.

15 de maio: misterioso roubo das urnas que estavam guardadas no centro acadêmico da Faculdade de Economia. Decide-se pela realização de novas eleições e de uma noite de vigília para guardar as urnas até o início das apurações.

18 de maio: Segundas eleições para o DCE Livre da USP, em que votam 14 mil estudantes. A vigília das urnas no prédio da História e Geografia se transforma numa noite de debates, festa, atividades culturais e comemoração. É eleita, por ampla maioria, a chapa Refazendo

julho: corte drástico nas verbas oficiais destinadas ao Congresso da SBPC inviabilizaria sua realização. Estudantes, professores, intelectuais e artistas se juntam e promovem campanha de fundos nas universidades, nas ruas, nos teatros e cinemas. O congresso se realiza na PUC, à revelia das autoridades. Durante o evento, a PUC se torna palco de vários encontros nacionais por área de estudantes e atividades culturais intensas

agosto: realização na cidade de São Carlos do I Encontro Nacional de Estudantes (ENE).

agosto: Ocupação do restaurante do CRUSP devido ao aumento do preço das refeições. É montada uma comissão aberta de estudantes para administrar, fazer funcionar e servir as refeições ao preço anterior. O CRUSP se torna um grande centro de vivência político-cultural.

16 de outubro: realiza-se na USP o II Encontro Nacional de Estudantes.

1977

30 de março: primeiro ensaio do movimento fora da Cidade Universitária. Uma passeata com mais de 5 mil estudantes segue do campus até o largo de Pinheiros, sob vigilância de forte aparato policial.

1º de maio: prisão, durante manifestação no ABC, de quatro operários e quatro estudantes que distribuía panfletos.

3 de maio: uma assembléia geral na PUC, com cerca de 5 mil estudantes, decide marcar uma manifestação de protesto para o largo São Francisco. Também nesta assembléia é criado o Comitê de Anistia Primeiro de Maio.

5 de maio: concentração no largo São Francisco de 10 mil pessoas, seguida de passeata até o viaduto do Chá, onde quase se inicia uma batalha com o forte aparato montado pelos órgãos de repressão.

8 de maio: primeira assembléia estadual em São Paulo.

19 de maio: concentração de cerca de 8 mil pessoas nos jardins da Faculdade de Medicina e outras 2 mil no largo São Francisco. Passeata da praça do Correio até a avenida Consolação e manifestações-relâmpago dão início à Jornada Nacional de Luta pela Anistia. A concentração é duramente reprimida. As emissoras de rádio e TV são proibidas de noticiar as manifestações estudantis.

2 de junho: mais de 16 mil estudantes votam nas eleições para renovação da diretoria do DCE Livre da USP, vencendo novamente a chapa Refazendo.

4 de junho: tentativa de realização do III ENE em Belo Horizonte. A Faculdade de Medicina é cercada e são presos mais de 400 estudantes, delegados eleitos em todo país.

15 de junho: Dia Nacional de Luta, marcado em São Paulo para a praça Fernando Costa, transforma-se em manifestações e passeatas-relâmpago por toda a cidade. São presas 65 pesso-

as. As rádios noticiam o desenrolar dos acontecimentos até as 18h30min, quando uma ordem da Polícia Federal proíbe as transmissões.

4 de agosto: em greve desde o dia anterior em protesto contra a invasão do campus da UnB por tropas da Polícia Militar, as prisões de estudantes em Brasília e no Rio de Janeiro e a tentativa de introduzir novos dispositivos autoritários nos Estatutos da USP, os estudantes realizam uma marcha fúnebre e o enterro simbólico do reitor da UnB e dos estatutos da USP

11 de agosto: Ato público com mais de 7 mil pessoas – estudantes, professores e representantes de diversos setores da sociedade – no largo São Francisco, seguido de passeata. Neste dia é lida à nação, sob as arcadas da Faculdade de Direito, a Carta aos Brasileiros, elaborada pelo professor Gofredo da Silva Telles

23 de agosto: Dia Nacional de Luta. Em São Paulo, realizam-se dezenas de passeatas-relâmpago. A mais numerosa ocorre na rua General Carneiro, onde uma concentração de cerca de 5 mil estudantes chega, por um momento, a cercar as tropas do aparato repressivo

27 de agosto: realiza-se na Escola Politécnica da USP o Congresso de Reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE).

18 de setembro: missa e ato público na Igreja da Penha, promovidos pelo Movimento pela Justiça e Libertação, formado por várias organismos ligados à Igreja e entidades da sociedade civil. Várias prisões.

20 de setembro: ato público na Faculdade de Medicina. O forte aparato repressivo tenta invadir a faculdade e faz várias prisões.

22 de setembro: pela manhã, realiza-se em uma sala da PUC-SP o III Encontro Nacional dos Estudantes e é criada a Comissão Pró-UNE, enquanto em um auditório da mesma universidade ocorre uma assembléia universitária programada para encobrir o Encontro proibido. Esta assembléia, ao final da qual é comunicada a realização do Encontro Nacional, marca um ato público para a noite, também na PUC, em comemoração. Durante o ato ocorre a invasão da universidade. Bombas jogadas pela polícia do coronel Erasmo Dias ferem 16 estudantes. São hospitalizadas com graves queimaduras as estudantes Graziela Eugênio Augusto, Iria Visona, Maria Cristina Raduan e Maria Virgínia Finzetto. Centenas de estudantes são presos e sete enquadrados na Lei de Segurança Nacional.



Carta Aberta: “Hoje, consente quem cala”¹

Basta às prisões. Basta de violências. Não mais aceitaremos mortes como as de Vladimir Herzog (jornalista e professor), Manoel Fiel Filho (operário) e Alexandre Vannucchi Leme (estudante, que hoje é nome do DCE-Livre da USP). Não aceitamos que as autoridades maltratam e mutilem os nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis como Manoel da Conceição.

Hoje viemos às ruas para exigir a imediata libertação dos nossos companheiros operários – Celso Brambilla, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida e Adamir Marini – e estudantes – Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek, Claudio Julio Gravina – presos sob a alegação de subversão.

Hoje neste país são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos, todos aqueles que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, a alta do custo de vida, as péssimas condições de vida e trabalho. Todos aqueles que protestam contra as contínuas violências policiais.

Subversivos, enfim, são considerados aqueles que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos anseios da população.

Hoje, não mais suportamos as correntes. Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de manifestação, expressão e organização de todos os setores oprimidos da população.

Queremos falar contra os que nos oprimem. E entendemos que a melhor maneira de falarmos e lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através de sindicatos e entidades livres, de nossas organizações independentes.

Na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os estudantes criaram as suas entidades livres (os Diretórios Centrais de Estudantes, DCEs Livres da USP e da PUC). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas, que impedem a nossa liberdade de manifestação e organização.

Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos, não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, [pelo] fim do arrocho salarial,

Greve de estudantes na Universidade de Brasília, 2/6/1977. (AE)

¹ Documento lido em coro pelos estudantes em passeata realizada no centro de São Paulo no dia 5 de maio de 1977. Essa passeata, realizada em protesto contra a prisão de operários e estudantes em Santo André (SP) no dia 1º de maio daquele ano, marcou o início de uma série de mobilizações estudantis contra a ditadura militar que ocorreram nos meses seguintes.

[pela] liberdade de organização e [de] expressão para reivindicar os seus direitos.

É por isso que conclamamos todos, nesse momento, a aderir a esta manifestação pública, sob as mesmas e únicas bandeiras:

- FIM ÀS TORTURAS, PRISÕES E PERSEGUIÇÕES

POLÍTICAS

- LIBERTAÇÃO IMEDIATA DOS COMPANHEIROS PRESOS

- ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA A TODOS OS PRESOS, BANIDOS E EXILADOS POLÍTICOS

- PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Lógica e logística

Perseu Abramo¹

Publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 28/08/77. Republicado no livro *Um trabalhador da notícia – Textos de Perseu Abramo*, organizado por Bia Aramo (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 175-76).

O ponto central da polêmica questão da repressão policial às manifestações estudantis reside no questionamento da legitimidade das determinações que as proíbem. Enquanto a discussão não incidir francamente sobre esse tema, pouco se avançará na busca de uma solução civilizada para o problema: de um lado, os estudantes – simbolizando, aí, grandes parcelas da sociedade civil – continuarão tentando exercer com liberdade os seus direitos de reunião, organização, expressão e manifestação; de outro, as autoridades continuarão utilizando-se cada vez mais da eficácia operacional de que dispõem para reprimi-los, descharacterizá-los, impedi-los de todo. Os estudantes, em justificativa de suas pretensões, alegam que a democracia pratica-se, não se pede, conquista-se, não se aguarda. Eles têm razão, de seu ponto de vista. As autoridades encarregadas de executar a tarefa de repressão, por sua vez, justificam-se dizendo que as manifestações estão proibidas e, portanto, sua missão é impedi-las. E têm, ao seu lado, não apenas a força das armas como também o endosso das instituições vigentes, que lhes autorizam, quando não as obrigam, a assim agir.

É compreensível que no entrevero das cacetadas, no entrelhecho das patas de cavalo, dos caninos arreganhados e das bombas, a questão teórica se concretize na passeata e na dispersão da passeata, na ação da polícia contra os estudantes e no pavor ou na ira que os estudantes passam a sentir diante da polícia. O problema passa a ser

visto assim, e, pouco a pouco, passa a se transformar nisso. A polícia passa a ver os estudantes como inimigos. Os estudantes tendem a ver como inimigos os policiais, agentes executores de uma autoridade que lhes é imposta. A rua se transforma num campo de batalha, a praça numa trincheira, a faixa numa bandeira. E os dois exércitos? De um lado, camisa aberta ao peito, pés descalços, braços nus, cabelos ao vento, sem lenço nem documento, mãos desarmadas, na garganta um brado e nos olhos o pavor e a coragem, corações e mentes dispostos a dizer não, basta, já, porque quem cala consente; de outro lado, couraça e viseira, bomba e *spray*, cavalo e cão, brucutu e tatu, cinturão e porrete – ou seja, os profissionais, adestrados, condicionados, e remunerados para cumprir a tarefa de cuja validade não duvidam, e que executarão cada vez mais eficaz e completamente.

O verdadeiro sentido da manifestação e da repressão começa a escapar da percepção e da capacidade de controle de ambos os lados. As características da situação iniciam o distanciamento cada vez maior da possibilidade de uma solução. Começa, pouco a pouco, a esvair-se o caráter político capaz de tornar compreensível o que está acontecendo: o confronto entre a liberdade e a legitimidade da proibição da liberdade.

É preciso, portanto, voltar ao ponto de partida. É preciso entender que a responsabilidade fundamental da repressão é de quem a autoriza, é do sistema de poderes que a inclui em seu bojo como elemento essencial, é do conjunto de atos, leis e instituições que a mantém e a aperfeiçoa. E que a falha histórica, o ponto fraco desse conjunto não é o cassetete ou a bomba: ao contrário, aí o sistema é formidavelmente forte; o ponto fraco é a fraqueza da legitimidade que o justifica, é a inexistência de



consenso geral, sistemática e reiteradamente consultado, para sustentá-lo. Por isso, é aí que a discussão deve incidir, com franqueza e reflexão crítica.

Os direitos à livre reunião, à livre organização, à livre manifestação, são direitos inalienáveis. O fato de que, numa passagem conjuntura histórica, eles são na prática suprimidos e reprimidos, não quer dizer que eles não continuem a ter vida na aspiração de todos. Todos, portanto, têm o dever de transformar essa vigência virtual numa vigência concreta, real. Isto é, todos – e não apenas os estudantes – devem exercer o direito de reunião, de organização e de manifestação. A proibição do exercício desses direitos não é legítima porque não corresponde à vontade geral, uma vez que essa vontade geral foi a primeira a ser eliminada para permitir que, sem ela, se impusesse sobre todos a vontade de uma minoria. A circunstância de que essa minoria teve, em determinados momentos, força suficiente para impor-se à vontade geral, não lhe confere a virtude de estar do lado da razão; ao contrário, acentua-lhe a desrazão, a excepcionalidade, a temporalidade, a fragilidade.

As Bombas

Perseu Abramo¹

Publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 27/11/1977. Republicado no livro *Um trabalhador da notícia – Textos de Perseu Abramo*, organizado por Bia Abramo (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 176-77)

As bombas que a polícia jogou contra os estudantes, durante a invasão da PUC, na noite de 22 de setembro, feriram pelo menos 16; esse é o número oficial que consta dos depoimentos prestados à Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Assembleia Legislativa, encerrada esta semana. Também consta do material entregue aos deputados um documento da Comissão Justiça e Paz, evidenciando a extrema gravidade das queimaduras provocadas pelas bombas em cerca de meia dúzia de estudantes. Os deputados e os presentes à CEI tiveram ocasião de presenciar as fotos das moças queimadas; algumas dessas fotos foram publicadas pela imprensa. Numerosos professores e estudantes, em seus depoimentos, referiram-se às altas labaredas que saíam das bombas. Essas bombas, segundo a versão oficial dos acontecimentos, não seriam diferentes das que normalmente a polícia utiliza em casos semelhantes. Esse foi um ponto sobre o qual as autoridades policiais fizeram questão de insistir, aduzindo a seu favor o parecer de laudos periciais elaborados pela própria polícia.



E nesse terreno, mais poderosos que as bombas e os casseteres são a paciência, a reflexão ponderada, o debate crítico, a disposição de não consentir nem calar.

Conclusão: as bombas que a polícia joga contra estudantes são capazes de ferir e queimar, com suas labaredas, a ponto de colocar as vítimas em perigo de vida.

Isso é uma violência. O exercício do poder de jogar essas bombas sobre os estudantes é uma violência. Eles podem falar o que bem entenderem, mas a impunidade no exercício desse poder é uma violência.

Não importa o nome que se dê a essas bombas: qualquer que seja, elas estão peçadas de arbítrio e violência, e caem sobre as cabeças dos estudantes como o resultado final de ordens emanadas de cima, também prenhes de violência e arbítrio.

Apenas, que o pudor impeça, doravante, de se continuar chamando esses violentos petardos de “bombas de efeito moral”. Ao contrário: é extremamente imoral o tempo em que se permite que essas bombas sejam impunemente jogadas sobre os estudantes.

Também que o bom senso evite chamá-las de bombas de gás lacrimogêneo, para não favorecê-las com o endosso da amena respeitabilidade que a violência polí-

1. Jornalista e sociólogo, trabalhou em diversos veículos de comunicação. De 1981 a 1983 editou o *Jornal dos Trabalhadores*, órgão do Diretório Nacional do PT, e também foi responsável por outras publicações avulsas do partido. Foi professor da Universidade de Brasília (1962/64), da UFBA (1965/70) e da PUC-SP (1981/96). Importante militante da luta pela redemocratização do país, foi secretário de Comunicação da prefeitura de São Paulo em 1989 (gestão de Luiza Erundina). Fundador do PT, foi seu dirigente nacional por 16 anos. Faleceu em 1996.

tica assume quando se lhe aplicam expressões técnicas. As lágrimas que elas provocam não resultam apenas de efeitos químicos: nascem da indignação diante da injustiça, do ódio diante da prepotência, da vergonha e da desesperança.

São bombas, simplesmente: artefatos de destruição, de dor e de morte, que homens armados jogam contra

inimigos. E não pode haver malabarismo semântico ou contrafação humanística capaz de disfarçar a simplicidade eloqüente dessa abominável constatação: na noite de 22 de setembro, na PUC, os estudantes brasileiros foram atacados como inimigos.

Não foi a primeira vez. Mas agora chega: é preciso que seja a última.

A ponte que os une¹

Apesar de tudo – UNE revista

Publicação do DCE-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”

Edições Guaraná, São Paulo, 1978, 120 p.

A tentativa de recuperação da memória nacional tem sido, ultimamente, uma visível preocupação na produção intelectual. Como que a seguir na esteira dos *brazilianists*, os brasileiros também têm procurado, com sofreguidão, contida mas indisfarçável, fontes primárias ou secundárias que lhes possibilitem colocar na ordem do dia a nação passada e desconhecida.



É claro, história sempre se fez. Mas o que talvez seja um dado novo, na atual vertente inquiridora, é que ela deixa de ser um específico e especializado campo historiográfico para se tornar quase uma arena comum, à qual se lançam historiadores, sociólogos, politicólogos, jornalistas e quejandos. Na liça, como armas de combate, tanto os métodos universitários como os extra-acadêmicos.

O que estaria a indicar essa emergente tendência? Apenas moda passageira, ou há algo de mais profundo e mais significativo por trás dessa busca patética?

É difícil resistir à tentação de interpretá-la. Os mais cínicos dirão, à guisa de explicação científica, que se trata de um estertor da má consciência da pequena burguesia bem dotada.

Talvez seja, mas é muito pouco para permitir compreender a verdade inteira. É possível que o fenômeno reflita uma cíclica e justificável *necessidade que sentem as sociedades humanas: a de anular o tempo histórico, reconstruindo pontes ali onde o obscurantismo cavou abismos, ou a inércia plantou desertos.*

O mais provável, porém, é que se trate de uma tomada de consciência ao mesmo tempo cultural e política: tudo se passa como se se quisesse tirar a limpo o passado, estabelecer um patamar de consenso, para prosseguir em novas direções, refazendo o caminho percorrido mas sem repetir-lhe os desvios e os atalhos tortuosos. É como – em suma – se alguém dissesse: até aqui fizemos isto e tudo isto, mas agora é necessário fazer mais isto.

É nesta última linha que parece situar-se *Apesar de Tudo – UNE Revista*, que acaba de ser publicada pelo Diretório Central de Estudantes-Livre “Alexandre Vannucchi Leme”, da Universidade de São Paulo. É uma obra de pouco mais de 100 páginas, fartamente ilustrada, contendo elementos para uma história da União Nacional dos Estudantes.

1. Resenha de Perseu Abramo publicada no jornal *Folha de S.Paulo*.

Com material compilado e redigido pelos próprios estudantes, a revista se propõe reconstituir, no plano histórico, a maior entidade estudantil do país, com o evidente e louvável intuito de também reconstruí-la no plano jurídico e prático.

Significativamente, a publicação abre com um famoso texto dos primeiros anos da década de 1960: um trecho de *A questão da universidade*, de Álvaro Vieira Pinto, editado pela então existente UNE. A partir dessa quase apresentação, a revista começa a alinhar os principais fatos que serviram de embasamento social e político ao nascimento e à atuação dos estudantes. O corte histórico também é significativo: a Revolução de 1930 e, mais precisamente, o telegrama dos revolucionários demitindo Washington Luís. É o momento em que se rompe o pacto das oligarquias agrárias dominantes para permitir o surgimento de um novo personagem do capitalismo brasileiro: a burguesia industrial, tendo como suas fiéis aliadas as evanescentes classes médias urbanas. É esse marco histórico que vai suscitar, alguns anos depois – e já quase sob a égide da ditadura do Estado Novo – a fundação da União. Não há de ter escapado aos elaboradores da publicação o liame que tem vincu-

lado sempre, no Brasil, o movimento estudantil e as inquietações e aspirações das classes médias.

A revista prossegue com relatos, documentos e fotografias que assinalam os momentos mais expressivos da existência da UNE, até outubro de 1964, quando pouco mais da metade do Congresso Nacional de então aprovou um projeto de extinção da organização. A partir daí, o testemunho das passeatas e das greves estudantis, o trágico episódio do Calabouço e a retomada do movimento, vagarosa e esparsa, a partir dos anos 1970. As últimas páginas são as fotos das mais recentes manifestações estudantis.

O mérito da publicação é duplo: de um lado, repõe para a verdade histórica os fatos que a censura oficial tem procurado manter escondidos. E, nisso, é tão patética quanto os personagens de *1984*² ou de *Fahrenheit 451*³. De outro lado, recoloca para a consciência nacional a necessidade de abrir e ampliar os espaços políticos, as liberdades democráticas e, principalmente, os direitos de reunião, de expressão, de manifestação e de organização. Nisso, é política e pedagógica, como política e pedagógica tem sido e pode ser a atividade dos estudantes brasileiros.

2. Livro de George Orwell.

3. Livro de Ray Bradbury.

*Paulo Roberto
Jabour, anistiado,
deixa a prisão. (JB)*





Anistia
.....
não é
esquecimento

O título deste capítulo, produzido originalmente para marcar os 20 anos da promulgação da Lei da Anistia, expressa com clareza o pensamento da Fundação Perseu Abramo sobre essa questão: Anistia não é esquecimento!

Em primeiro lugar, porque é impossível esquecer os episódios da grande luta em que, em plena ditadura, se engajaram centenas de milhares de brasileiras e brasileiros, exigindo justiça para as vítimas do autoritarismo e do terror de Estado.

Em segundo lugar, porque a concepção de Anistia, que permeou a campanha e continua a nortear a atuação dos seus militantes, nunca foi a do perdão, menos ainda a do esquecimento. Ao contrário, a tônica dos pronunciamentos e dos panfletos da campanha sempre foi a denúncia dos crimes da ditadura, exigindo o esclarecimento das mortes e dos

“desaparecimentos”, com a devida responsabilização dos culpados; a total reintegração na vida nacional dos que foram dela alijados por medidas arbitrárias; e a reconquista dos valores democráticos – a liberdade, a justiça social e o respeito aos direitos humanos – que haviam sido proscritos pelas leis de exceção.

Para contar a história desse movimento, recolhemos dezenas de depoimentos que mostram diversas experiências vividas na luta pela Anistia. São pessoas que relatam, de um ponto de vista pessoal, suas

memórias do movimento e fazem a avaliação, 20 anos depois, do que ele representou para as suas trajetórias de vida e para a luta contra o autoritarismo no Brasil.





A continuidade da luta

Zilah Wendel Abramo

A luta dos movimentos de Anistia não terminou no dia 28 de agosto de 1979. Apesar de toda a campanha por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a lei nº 6.683/79, que o governo conseguiu fazer aprovar, era restritiva e parcial. Restavam ainda muitas coisas por que lutar.

O II Congresso Nacional pela Anistia, que se realizou de 15 a 18 de novembro de 1979, em Salvador, Bahia, já com a presença de alguns exilados que haviam retornado ao país, definiu, no seu documento final, a disposição e o compromisso de “continuar e intensificar unitariamente” a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, “até a derrocada final e definitiva do arbítrio e do autoritarismo”, afirmando que esse compromisso decorria do próprio caráter parcial da Anistia conquistada à ditadura em agosto, lembrando que ainda existiam presos, exilados, mortes e desaparecimentos impunes e sem explicação, e que ainda permanecia o aparato repressor no país.

Apesar das “inegáveis vitórias já conseguidas pelo povo brasileiro, através das memoráveis campanhas de agosto e setembro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, diz o documento, “nossas vitórias precisam ser completadas: libertar todos os presos, trazer de volta todos os exilados, reintegrar todos os afastados, apurar todos os crimes da Ditadura”.

Formada em Ciências Sociais pela USP. Única contribuição para a Sociologia brasileira: participar, com Perseu Abramo, da formação de duas filhas sociólogas. Foi assessora da Secretaria de Estado da Saúde para a área de Recursos Humanos e militante do CBA/SP. Foi professora na Universidade de Brasília de 1962 a 1964. É presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

Outra decisão do Congresso foi ampliar o campo da luta. A conjuntura havia mudado. No momento em que diminuía a perseguição aos opositores políticos graças à intensa mobilização em torno da Anistia, a força repressiva da ditadura estava se redirecionando, dirigindo-se preferencialmente para reprimir o movimento operário e popular que ressurgia – especialmente o novo sindicalismo que despontava no ABC e em outros grandes centros –, voltando todo o brutal peso do seu aparato repressor, ainda inteiramente impune e intacto, contra a classe trabalhadora. A dissolução de piquetes com bombas e cassetetes, a prisão de grevistas, a intervenção nos sindicatos, a destituição de líderes e dirigentes sindicais, o assassinato de operários nas portas das fábricas e nas ruas se sucediam. As lutas populares por melhores condições de vida transformavam-se, assim, na luta contra a repressão – respaldada pela vigência da Lei de Segurança Nacional (LSN), que tentava impedir os trabalhadores e o povo em geral de se expressar, de reivindicar, de se organizar.

O II Congresso, sensível a essa mudança, definiu como outra frente de luta o apoio decisivo aos movimentos populares em suas reivindicações por liberdade de organização e por melhores condições de vida e trabalho.

Uma terceira frente de atuação, também definida pelo Congresso, foi a solidariedade aos movimentos de resistência e às lutas libertárias do continente, especialmente o apoio aos refugiados vindos do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai), que fugiam dos sangrentos regimes ditatoriais desses países.

Assim, as tarefas dos militantes da Anistia foram diversificadas e ampliadas; sem deixar de lado a cobrança permanente pela libertação dos presos não beneficiados pela Anistia e o esclarecimento das mortes, com responsabilização dos culpados, foi preciso dar conta da recepção aos exilados que retornavam, garantir a segurança do seu desembarque e a assistência jurídica para os que, ainda no aeroporto, eram chamados pelos órgãos policiais para “prestar declarações”. Além disso, havia que cuidar da reintegração de presos libertados e exilados retornados, dando-lhes apoio na difícil fase de readaptação à vida social e política do país.

Na outra frente, a do apoio dos militantes da Anistia à luta dos sindicalistas e dos movimentos populares, foi intensa a participação: nos comitês de apoio à greve dos metalúrgicos, nos grandes comícios e comemorações do 1º de Maio em São Bernardo, na assistência aos sindicalistas presos e a suas famílias, nos protestos contra assassinatos de operários e contra as condenações de Lula e seus companheiros.

Concomitantemente, travava-se a campanha pela libertação dos brasileiros ainda presos no exterior: uma Flávia (Schilling) e dois Flávios (Tavares e Koutzii) eram mantidos encarcerados, respectivamente, no Uruguai e na Argentina. A campanha de libertação desses companheiros foi intensa; transformou-se numa questão de honra para todos os que tinham conhecimento dos sofrimentos e dos riscos que os ameaçavam. O dia da chegada de Flávia Schilling no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, teve toda a aparência de uma festa nacional.



Cartaz da
campanha
pela Anistia.
(Acervo CSBH)



*Faixa numa das fachadas
do largo São Francisco. São
Paulo, 1977. (Acervo
Iconographia)*

Um episódio que mostra como as duas frentes se entrelaçavam aconteceu no dia em que o CBA/SP ofereceu a Flávia uma festa para comemorar seu retorno. Lula e seus companheiros estavam presos no DOPS. Quando estava terminando a festa e se discutia o que fazer dos doces que haviam sobrado, alguém sugeriu: “Vamos levar tudo isso para os companheiros presos”. E isso foi feito: dessa forma, os companheiros do ABC puderam participar da festa da Flávia.

No capítulo da solidariedade internacional, criou-se uma comissão especial, o CBS (Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina), que, juntamente com a Comissão Justiça e Paz, se empenhou em dar apoio e encontrar formas de garantir a legalização e a permanência no Brasil de milhares de refugiados do Cone Sul. Além disso, foram inúmeros os pronunciamentos de condenação às violências praticadas contra os opositores em todo o Continente. Destacam-se aí as manifestações de repúdio à visita do ditador argentino, Rafael Videla, ao Brasil, a campanha pela atribuição do Prêmio Nobel da Paz às Mães da Praça de Maio (Argentina), a exigência da elucidação do seqüestro dos uruguaiois Universindo Dias e Lilian Celiberti em território brasileiro.

Todas essas atividades prorrogaram a necessidade da existência das entidades de Anistia por mais de um ano depois da promulgação da Lei 6.683. A situação se modificou a partir do momento em que os partidos políticos populares, que haviam sido proscritos e violentamente perseguidos durante a ditadura, foram reestruturados e novos partidos, como o PT, foram criados.

A partir da organização desses partidos, as discussões sobre temas políticos, que durante os tempos de repressão encontravam fórum privilegiado nas entidades como as de Anistia, passaram a se deslocar para esses instrumentos novos, de resto mais qualificados que as aquelas entidades para desenvolver certas questões e propostas. Muitos militantes que, na luta pela

Anistia, encontravam a única forma de exercer a atividade política, remanejaram-se para a militância partidária para, aí, continuar sua luta pela reconquista das liberdades democráticas e da justiça social.

De outro lado, pessoas dispostas a exercer a atividade política não-partidária ingressaram ou continuaram militando em movimentos como o Tortura Nunca Mais, o Grupo de Estudos da Não-Violência, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, as comissões de direitos humanos. Outros, ainda, conseguiram combinar esses dois tipos de atuação.

Para todos os militantes, partidários e não-partidários, permanece a necessidade de continuar o combate sem tréguas à impunidade dos crimes cometidos contra os setores oprimidos da população, incluindo todas as formas de violência, de injustiça social e de desrespeito aos direitos humanos, como, por exemplo, a tortura a presos comuns. Todos esses males, infelizmente, persistem no nosso regime “democrático”, como herança maldita dos anos de autoritarismo em que imperou o terror de Estado. Essa constatação torna atual o título que foi dado ao documento final do II Congresso Nacional pela Anistia: A LUTA CONTINUA.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Passeata pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita. (CSBH/Acervo Em Tempo)

Ao lado da luta por direitos **Alexandre Cunha**

No Estado do Pará, a vanguarda da luta pela atual reconquista democrática iniciou-se em 8 de Agosto de 1977 com a fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). A SPDDH surgiu como resultado da mobilização de elementos da sociedade civil em favor de posseiros paraenses que estavam presos incomunicáveis. Logo, apoiou a primeira revolta civil do período no estado, quando moradores de Belém interditaram ruas poeirentas que haviam contribuído para o atropelamento de uma criança, no que se chamou de “Guerra da Poeira”. Tiveram apoio político e jurídico da SPDDH os posseiros urbanos que corriam o risco de expulsão de suas casas, as lutas sindicais, assim como a Igreja Católica, que tinha sua Doutrina Social ameaçada de enquadramento na Lei de Segurança Social, como no caso do bispo D. Estevão. Devemos ter presente a situação de arbítrio e de repressão aos direitos e à mobilização do povo naquele momento, resultante da perseguição política que ia desde a morte, os seqüestros, os processos, até outras intimidações.

Em dezembro de 1977 a SPDDH juntou-se ao clamor nacional que lançava a reivindicação por Anistia, promovendo uma palestra/debate sobre o significado da “Anistia”, com a participação do prof. Alexandre Cunha, da UFPA, e do então deputado federal Jáder Barbalho. Em janeiro de 1978, numa ampla assembléia, foi criado o Comitê Paraense pela Anistia, como núcleo da SPDDH, que permitia integrar a luta democrática com a luta por direitos e bem-estar social. A presidência foi ocupada pelo prof. Alexandre Cunha, a vice por Raimundo Jinkings e a secretaria pela estudante Marly. Concebia-se que a conquista da

Professor universitário;
integrante da Sociedade
Paraense de defesa dos Direitos
Humanos e presidente do Comitê
Paraense pela Anistia.

Anistia Ampla, Geral e Irrestrita era o passo fundamental para a reconstrução política, social, econômica e cultural do país. Nesse mesmo tempo, criava-se o jornal *Resistência*, como órgão divulgador e integrador das lutas populares.

Dessa forma, a luta pela Anistia no Pará sempre encaminhou a luta por direitos e reivindicações com a luta política geral, mostrando que essa conquista era essencial para todo o conjunto de outras lutas por terra, moradia, trabalho. Assim, o Comitê Paraense juntou-se aos movimentos nacionais pela Anistia, fazendo parte da direção nacional desses movimentos, participando de reuniões, manifestações e campanhas locais e em todo o Brasil.

Entre dezenas de ações, em nível local trouxemos o general Pery Bevilacqua, que se integrara à luta, para debates em Belém, lançamos o livro *Liberdade para os brasileiros: Anistia ontem e hoje*², de Roberto Ribeiro Martins, lançamos a campanha pelo traslado dos restos mortais do paraense Edson Luiz, assim como de indenização de seus familiares por parte do Estado, campanha hoje vitoriosa. Encaminhamos esforços jurídicos que permitiram a volta de exilados como Flávio Sales e Alberto Capiberibe, posteriormente governador do Amapá. Promovemos a vinda a Belém do governador Miguel Arraes e organizamos um show de repentistas pró-Anistia. Promovemos a caravana dos familiares dos mortos e desaparecidos da guerrilha da Araguaia e a campanha pela libertação de Flávia Schilling. O Comitê de Anistia organizou campanha nacional contra a apreensão de uma edição do jornal *Resistência* e o conseqüente processo pela LSN contra editores e colaboradores que denunciavam torturas sofridas em dependências do Exército. Finalmente, Belém promoveu e abrigou um Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia.

Dessa forma, a conquista da Anistia há vinte anos foi fundamental para assegurar que não era crime lutar por democracia e liberdade, permitindo a reconquista de direitos individuais, indenizações, reparações e outros benefícios que por si justificam a luta. Além disso, permitiu a ampla liberdade ideológica e partidária que hoje vivemos, a conquista de uma Constituinte, que instituiu uma sociedade de direitos, mostrando que o destino democrático do povo brasileiro estava e está ligado a esta luta que juntos travamos, ombro a ombro com as massas.

Editora Civilização
Brasileira, 1978.

Amelinha Teles (Maria Amélia de Almeida Teles) **Direito à alegria e à dor**

Professora e bacharel em Direito, ex-presa política, integrante da União de Mulheres de São Paulo. Participa da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos e da Comissão Especial da Lei 10.726/2001, que visa indenizar os ex-presos políticos torturados. É autora dos livros *Breve história do feminismo no Brasil* (Brasiliense, 1993) e *O que são direitos humanos das mulheres* (Brasiliense, 2006), entre outros.

Na década de 1970, quando começamos a discutir a Anistia, eu já era, de certa forma, comprometida com essa bandeira.

Desde que saí da prisão (12/10/1973), pensava que a única forma de tirar todos (as) os(as) presos(as) daquela situação era através de um trabalho político como parte da Anistia. Não que eu fosse uma pessoa iluminada, mas a organização política da qual eu fazia parte apontava em todos os documentos sobre conjuntura nacional três bandeiras de luta: fim dos atos de exceção, Anistia e Constituinte livre e soberana. Só que a idéia de Anistia que eu tinha era bem outra... Ela viria com a derrubada da ditadura. Coisa, aliás, a que nós nunca assistimos no Brasil. A coisa aqui se deu de maneira lenta e gradual. E sempre mais lenta do que gradual!

Na minha vida o político e o pessoal sempre se misturaram. Eu nunca tive uma atuação inteiramente política ou inteiramente pessoal. O hibridismo fez parte da minha vida. E cada amigo, amiga que perdi ou que ganhei nesta luta política fazem parte da minha família. Aliás, a mistura era tão grande que até mesmo os policiais se confundiam.

Em 1975, eu retomei a minha condição de familiar de preso político. Meu companheiro, César Augusto Teles, fora condenado e estava cumprindo pena no presídio Romão Gomes, Barro Branco, São Paulo.

Eu atuava junto com mulheres militantes, ex-presas políticas ou não, que falavam em feminismo, sexualidade, igualdade de direitos, assuntos que fizeram e fazem parte do meu trabalho político.

Trabalhava e tinha colegas que me davam muita esperança, torciam por nossa causa. Nossa diretora era alemã e judia. Era uma refugiada do nazismo. Era totalmente solidária à nossa causa. Quando eu estava para ser admitida no trabalho, um agente do DOPS foi até lá e disse para ela que não me contratasse, que eu era envolvida com subversão. Ela indagou se eu estava sendo procurada pela polícia. Ele disse que não: “Ela está aguardando julgamento na Auditoria Militar”. Aí, a diretora respondeu: “Então, enquanto ela aguarda o julgamento, ela deverá trabalhar, não? Vou contratá-la...”. [...]

Nunca faltaram apoio e solidariedade de amigos e amigas como a Rioko, a Betinha, a Erica, a Jô, o Zé Pereira, a Elza, a Marli e tantos outros(as). Como eles nos ajudavam? Deixavam roupas, livros e cadernos para a escola dos meninos, sacola com verduras, legumes e frutas. Eles passavam lá em casa. Não achavam ninguém, deixavam a sacola cheia na porta.

No final do dia, às vezes passava no escritório da Rosinha (minha querida advogada, Dra. Rosa Cardoso) para saber das notícias do meu processo e ela me entregava um envelope cheio de dinheiro que ela dizia que uma pessoa anônima havia deixado para mim. Ela não podia revelar o nome: era segredo profissional. Nunca fiquei sabendo quem foi a pessoa ou as pessoas que me deram dinheiro. A Rosinha pedia encarecidamente que eu aceitasse, porque a pessoa tinha dado de coração. [...]

Na luta pela Anistia tive uma atuação polivalente. Discutia com os presos políticos, entre os quais havia um setor significativo que era contrário a esta bandeira. Não aceitavam a Anistia mesmo sendo qualificada como Ampla, Geral e Irrestrita. Eles achavam que a Anistia era pedir perdão e eles não aceitavam a idéia. Afinal, eles não tinham cometido crimes. Era o Estado que havia cometido crime contra o povo brasileiro.

Eu argumentava que a Anistia significava um passo fundamental para a democracia. Assim, poderíamos conquistar liberdades políticas etc. Mas minha conversa não entusiasmava muito esses presos. Minhas idéias eram muito conciliadoras.

No trabalho com as mulheres, muitas vezes aparecia o medo de defender a Anistia por causa da repressão. Outras vezes, aparecia um certo desprezo. Afinal, a bandeira da Anistia era geral e não específica. No bairro de periferia onde morávamos, a Anistia significava defender bandidos.

Os mais entusiastas eram mesmo os estudantes e alguns advogados. Os primeiros viam nesta bandeira uma possibilidade de retomar, nas ruas, o movimento estudantil, que estava bastante acuado. Houve momentos em que os estudantes tomaram a iniciativa de

fazer a defesa da Anistia na USP e os familiares de presos políticos foram desautorizados pelos próprios presos políticos de se manifestar de maneira favorável a essa bandeira.

Talvez os anos de 1975 a 1977 tenham sido os mais difíceis para convencer aqueles que deveriam ser os mais beneficiados com a conquista da Anistia.

Os policiais procuravam nos intimidar onde estivéssemos, fosse na OAB, na Igreja ou na universidade. Eu cheguei a ouvir um desses policiais comentando com um colega sobre nossa participação na luta pela Anistia: “Se elas quiserem falar de feminismo, vá lá... Mas libertar terrorista, isto não vai dar mesmo” (se não me engano, esses policiais se encontravam num Congresso de Advogados na OAB/SP, em novembro de 1975).

Para mim e para minha família, a Anistia significou a alegria de poder ficarmos juntos com aqueles que sobreviveram, o direito de manifestar nossa saudade, o direito de ter sentimentos, de chorar nossas perdas e de reencontrar pessoas queridas.

Os momentos mais significativos foram muitos!

Alguns foram tristes, como o de reencontrar companheiros e companheiras em situação de muita pobreza, distantes da vida política, sem saber o que tinha acontecido em nosso país, pois fazia muitos anos que se encontravam clandestinos. Era como se eles fossem nossos antepassados.

A localização, a exumação e o traslado dos ossos de Carlos Nicolau Danielli, que havia sido preso, torturado e assassinado na Oban, de cujo assassinato fomos testemunhas e de quem éramos amigos. Felizmente, depois desse ato de sepultamento pude dormir tranqüila. O que não acontecia antes, tinha um sono agitado e muitas vezes pesadelos em que ele aparecia todo ensanguentado como eu o vi quando estava sendo torturado na Oban.

A triste certeza de que nunca mais veria alguns companheiros e algumas companheiras.

A tristeza de ver que minha irmã nunca foi anistiada por ter sido guerrilheira do Araguaia. É como se tivessem roubado uma parte da vida dela.

A alegria de ter sido anistiada juntamente com o meu companheiro e meu pai. Meu nome saiu nos jornais no dia 30/08/1979.

A Anistia possibilitou a renovação dos quadros políticos.

A grandeza da participação das mulheres que recuperaram a história.

Ana Guedes As mulheres na dianteira

Participou da campanha da Anistia como membro do Movimento Feminino pela Anistia e, em seguida, compondo a diretoria do CBA/BA.

Naqueles idos dos anos 1970, especialmente na sua primeira metade, o povo brasileiro foi vítima das maiores atrocidades da sua história. O regime ditatorial, fruto do golpe militar de 1964, chegou ao auge da sua repressão política, atingindo de diversas formas todos aqueles que ousavam remar contra a maré de arbítrio que tomou conta do nosso país. O Ato Institucional n.º 5, do final de 1968, permitiu que a ditadura implantada no Brasil ampliasse ainda mais a perseguição política, o que resultou em inúmeros desaparecidos, assassinados, presos, exilados, banidos, cassados. O método hediondo da tortura fazia parte



Parentes de mortos e desaparecidos protestam na galeria da Câmara Federal, 22/8/1979. (AE) 2

da rotina diária dos presos, levando-os ao desespero e muitas vezes à morte. Nesse período foram cometidos os mais bárbaros crimes contra os direitos humanos na nossa pátria.

Houve um momento em que perseguidos políticos eram apresentados à sociedade, pelos meios de comunicação, como terroristas, inimigos da pátria, criminosos, e até cartazes com fotos e legenda de PROCURA-SE eram afixados em locais públicos, na tentativa de exterminar com qualquer tipo de oposição ainda visível no país. Esses perseguidos eram estudantes, intelectuais, operários, professores, bancários, trabalhadores rurais, profissionais liberais, parlamentares, religiosos, enfim, setores integrantes da nossa sociedade que, desde o golpe militar, reagiram e combateram o regime de exceção implantado.

Na retaguarda desses perseguidos políticos encontrava-se um significativo número de famílias brasileiras, de patriotas, de democratas que clamavam por justiça, embora ainda de forma surda, sem que seu clamor atingisse a nação. Aos poucos, o sentimento libertário foi sendo gestado. Na luta pela derrubada da ditadura militar era preciso especificar, de imediato, a necessidade da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita para os brasileiros perseguidos, o fim da famigerada Lei de Segurança Nacional e a implantação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Bandeiras de luta que foram defendidas pelas forças de oposição mais conseqüentes do nosso país.

As mulheres tomaram a dianteira em meados da década. As mães, como as da Plaza de Mayo na Argentina, e as demais mulheres brasileiras que se colocavam contra a ditadura

militar, criaram o Movimento Feminino pela Anistia. Inicialmente em São Paulo e depois em quase todo o Brasil. Mas foi com a fundação do Comitê Brasileiro Pela Anistia no Rio de Janeiro que a campanha começou a tomar vulto. Rapidamente os comitês foram se multiplicando pelo Brasil afora, se transformando numa rede que conseguiu sensibilizar a população quando passaram vir à tona os crimes cometidos pelo regime militar. Os comitês pela Anistia aglutinaram grande contingente de brasileiros, tornando a luta cada vez mais vigorosa. Finalmente, a força da sociedade organizada fez com que o governo, naquele momento dirigido pelo general João Batista Figueiredo, aprovasse em agosto de 1979 o projeto de Anistia, promulgado em 28 de agosto do mesmo ano.

Mesmo anistiando os torturadores e todos aqueles que fizeram parte da repressão, a Anistia foi uma grande vitória do povo brasileiro. Ela representou uma grande lição de democracia que desembocou na derrubada do regime militar, revelando do que é capaz uma sociedade organizada.

A Anistia foi fundamental para a conquista das liberdades políticas no Brasil. A libertação dos presos, o retorno dos exilados, o fim das cassações abriram caminho para a derrubada do regime de arbítrio. Para mim, meus amigos e minha família foi particularmente emocionante o retorno de Renato Rabelo, meu cunhado, juntamente com sua companheira, Conchita, e seus filhos, Nina e André, que só puderam retornar da França, onde estavam exilados, após a Anistia.

Ana Maria Müller Uma campanha suprapartidária

Advogada. Fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ e do Partido dos Trabalhadores/RJ; conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ. Durante vários anos foi membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Mulheres da OAB-RJ.

[...] A partir do final dos anos 1960, os familiares de presos políticos, entre os quais eu também me incluo, começaram a se esbarrar pelas prisões, auditorias militares, delegacias e todas as dependências onde pudesse existir um preso político. [...]

Ainda no início de 1968, algumas mães formaram um movimento que se chamou de União de Mães. Elas se reuniam em torno de trabalhos manuais e chás e atividades sociais para poderem passar informações sobre as novas prisões e a situação de saúde dos presos.

Conheci de perto, aqui no Rio de Janeiro, as senhoras que compunham esse movimento, pois algumas tinham filhos que estavam presos junto com o meu então companheiro.

Nós, que já tentávamos organizar as famílias em torno das reivindicações dos coletivos de presos, fomos ampliando nossos conhecimentos pessoais e formando uma opinião sólida de que era necessário e urgente fazer um movimento visando a libertação dos presos.

Em 1975, soubemos da criação do Movimento Feminino pela Anistia pela dra. Terezinha Zerbini.

O momento ainda era muito confuso e de muita repressão, apesar da minúscula bancada oposicionista eleita pelo MDB já denunciar na Câmara as atrocidades cometidas contra os presos políticos.

Logo em seguida, no Movimento contra a Carestia, tentou-se novamente: falou-se em Movimento Primeiro de Maio pela Anistia, que, ainda tímido, não repercutiu.

Nos anos de 1976 e 1977 já era mais comum falar-se de Anistia, tanto na Câmara como na OAB, na ABI e na CNBB, e nos encontros anuais da SBPC. Entretanto, à medida que tomávamos conhecimento dos debates em torno da Anistia, sentíamos a urgência de tomar outras iniciativas, pois as intervenções eram confusas e a todo instante havia tentativas de classificar os presos e exilados em várias categorias.

Daí sentimos a necessidade de adjetivar a nossa Anistia: ela deveria ser Ampla, Geral e Irrestrita, para que pudesse abranger todos os atingidos e exigir o esclarecimento dos crimes cometidos pela ditadura.

Particpei do grupo que inaugurou o Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1978.

Destaco um dos momentos mais marcantes durante a luta pela Anistia, a primeira greve de fome nacional dos presos políticos, desencadeada no primeiro semestre de 1978, que reivindicava a quebra do isolamento dos presos de Itamaracá/PE: Carlos Alberto e Rholine. O CBA-RJ participou ativamente das negociações e, no meio do movimento, meu companheiro e eu fomos até Pernambuco e lá soubemos da vitória do movimento grevista. Os familiares nos solicitaram que fôssemos até o presídio na condição de advogados, para dar a notícia, pois temiam que os presos só fossem saber da decisão favorável no dia marcado para a visita dos parentes. Como ainda faltavam alguns dias para essa data, temiam que eles continuassem com a greve e, em consequência, o estado de saúde deles se agravasse. Arthur Müller e eu fomos até o presídio acompanhados pelas esposas de dois dos presos. O presídio fica no meio da ilha e o silêncio naquele lugar é quase absoluto. O princípio da visita foi tenso porque os presos não tinham noção de quem nós éramos e mantinham-se reservados e distantes (as esposas não puderam entrar). Começamos a citar nomes de presos do Rio e vimos que reagiam bem. Em seguida, dei um abraço no Assis – preso que visitava naquele momento – e sussurrei no ouvido dele: “Vocês foram vitoriosos na greve, quebrou-se a incomunicabilidade”. Naquele momento Assis gritou: “Companheiros, vitória!!”. E de todas as celas vieram os mais diferentes ruídos e batidas, formando um único e enlouquecido som, próprio das manifestações vitoriosas. [...]

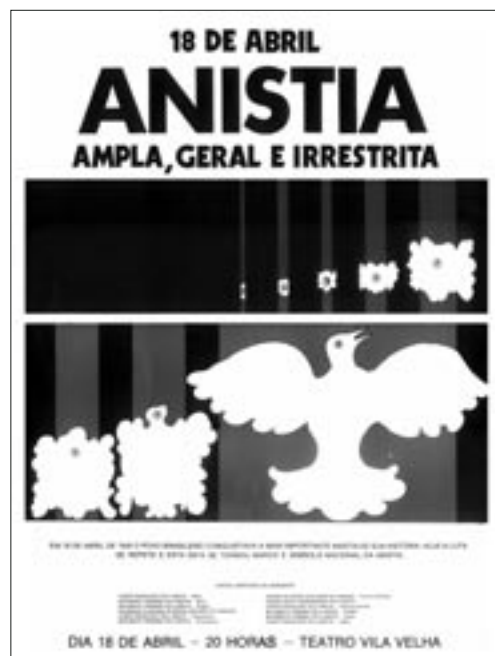
A campanha da Anistia foi, na minha avaliação, o movimento político mais importante dos últimos 30 anos.

Desenvolveu-se num clima suprapartidário em que se demarcaram os objetivos a ser alcançados, e as lideranças do movimento foram suficientemente determinadas para não se deixar levar pelos atalhos da política fácil e dos grandes acordos.

A lei que conquistamos não foi a que queríamos, e foi aprovada sob veemente protesto da sociedade organizada, que tomou fôlego e aprendeu com ela a propor e marchar junto para novas conquistas.

Através dessa experiência, a cada golpe da ditadura, o movimento respondia com sua forma de organização espontânea. Assim foi na criação dos novos partidos, quando de igual forma o Partido dos Trabalhadores foi criado, apesar de não estar no roteiro da “abertura”.

*Cartaz da campanha
pela Anistia.
(Acervo CSBH)*



Assim foi na Campanha pelas Diretas.

Assim foi na organização e na participação pró-Constituinte.

Numa radiografia do Brasil pós-Anistia/1979, o que vamos encontrar?: as ONGs, que permitiram a autonomia de organização de vários segmentos do movimento popular, muitas delas dirigidas por ex-integrantes do movimento pela Anistia, ex-exilados, ex-presos; nos partidos políticos do campo da esquerda, as principais lideranças vinham do movimento pela Anistia; em todos os grandes acontecimentos e, principalmente, onde existam propostas de transformação social, lá estão as pessoas que militaram na luta pela Anistia.

Antônio Carlos Fon Nós e a torcida do Corinthians

Jornalista, familiar de preso político; participante do CBA/SP. Teve atuação destacada no Sindicato dos Jornalistas Profissionais nos anos 1970/80. Recebeu vários prêmios Wladimir Herzog por matérias que denunciavam violências contra direitos humanos.

Quando a polícia começou a subir os degraus da arquibancada, os torcedores da Gaviões da Fiel deram-se os braços e fecharam o caminho. Os soldados da Polícia Militar ainda tentaram forçar a passagem mas, nas fileiras de trás, milhares de outros corinthianos, braços dados, formando uma massa compacta, começaram a gritar, ameaçando descer as escadarias do estádio do Morumbi. O comando do policiamento deve ter avaliado a situação e dado uma contra-ordem, porque os PMs recuaram, desistindo de chegar até nós. “Eles estavam falando da nossa faixa”, rádio de pilha colado no ouvido, boné e camiseta do Corinthians e um sorriso nos lábios, o torcedor a meu lado informava a reação no estádio. Eu jamais o vira antes e nem o encontrei depois, mas nunca o pronome possessivo na primeira pessoa do plural me pareceu tão saboroso.

“Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita” – dizia a faixa, e o fato de ele a chamar de “nossa” tinha, para mim, pelo menos, um significado que ultrapassava em muito aquela fugaz solidariedade que se estabelece nos campos de futebol entre torcedores do mesmo time: a bandeira era minha e da torcida do Corinthians.

A idéia surgiu em uma conversa na redação de *Veja*, onde trabalhávamos eu e o Chico Malfitani. Não lembro bem quem a teve primeiro, mas creio que foi ele – um dos fundadores da Gaviões da Fiel. Naquele segundo semestre de 1978, a campanha pela Anistia começava a crescer junto às entidades da sociedade civil, artistas e políticos, mas não chegava à população em geral, que ainda tinha na cabeça a imagem dos opositores do regime militar como “terroristas, assassinos de pais de família”, divulgada pela ditadura.

Nós, do Comitê Brasileiro pela Anistia, formado inicialmente pelos parentes de presos políticos, no escritório do Luiz Eduardo Greenhalgh, tentávamos desfazer essa imagem através de um cartaz – esse, sim, idéia minha – invertendo o sinal e, utilizando a mesma fórmula dos cartazes de “Procurados” da ditadura, mostrando quem eram os desaparecidos políticos. O cartaz teve um impacto bastante forte nos grupos comprometidos com a campanha, mas faltava avaliar sua repercussão junto ao povo. E foi aí que surgiu a idéia de levar a faixa ao estádio do Morumbi.

Como a idéia era do Chico Malfitani e minha, nós dois ficamos encarregados de “pendurar o sino no pescoço do gato”, com a ajuda do professor Carlos MacDowell, que se

apresentou como voluntário. Para isso foi escolhido um clássico – o jogo Corinthians X Santos – para a manifestação, enquanto o Luiz Eduardo Greenhalgh ficaria de plantão para o caso de um de nós ser preso. O Malfitani combinou com a direção da Gaviões da Fiel, mas no dia do jogo ele teve um problema pessoal e só conseguiu chegar ao estádio minutos antes da entrada do Corinthians em campo, o momento marcado para desfraldar a faixa.

A faixa pedindo Anistia foi levada ao ar pelas emissoras que transmitiram o jogo e, no dia seguinte, estava nas primeiras páginas de todos os principais jornais do país. O dia só não foi perfeito para o Carlos MacDowell, que foi preso – mas solto logo em seguida – na saída do estádio. E para completar seus infortúnios o Corinthians ganhou o jogo, se não me engano, por dois a zero. O Mac Dowell é santista.

Anistias Apolonio de Carvalho

A conquista de uma Anistia ampla não costuma ser, entre nós (que me perdoe o “velho Aurélio”), um “convite oficial ao esquecimento”. E muito menos “um gesto de clemência”. Vem sendo, ao contrário, uma aspiração sempre renovada do nosso povo, na seqüência de suas lutas e protestos diante das infrações constantes ao Estado de direito, a regimes de execução sucessivos e aos desníveis chocantes e crescentes de nossa sociedade.

Não por acaso, em nosso século, são escassos os exemplos de Anistia geral. Eles só chegam, aliás, a concretizar-se sob a pressão de crises excepcionais. Como em 1930, com a queda das velhas oligarquias; em 1945, à aurora de uma época nova para o mundo, com a derrota político-militar do nazifascismo; e em 1979, no ápice da crise geral da ditadura militar.

Mesmo assim, seus efeitos mostram marcas flagrantes de intolerância e unilateralidade. Em 1945, beneficiam de imediato os participantes do *putsch* integralista de maio de 1938. Já os envolvidos, direta ou indiretamente, nos movimentos populares de 1935 só

Militante político, participou como integrante da Brigada de Voluntários Internacional da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial. No Brasil, desde os tempos de cadete na Escola Militar não deixou de lutar pelos movimentos libertários. Foi por muitos anos militante do PCB e, depois, do PCBR. Fundador do PT, figura entre os seis primeiros assinantes da ata de criação do partido. Faleceu em setembro de 2005.



Votação na Câmara Federal do projeto de Anistia, 22/8/1979. (Adão Nascimento/AE)

voltariam aos seus postos 60 anos mais tarde, em 1990-1992; e já, aliás, sob as benesses da nova Carta de 1988. Após agosto de 1979, aquinhoam-se e promovem-se os mentores e torturadores do DOI-CODI. Só 20 anos depois, no entanto, iriam surgir as primeiras respostas, ainda que parciais, às denúncias e angústias das famílias dos “desaparecidos”.

Como agravante, os regimes de força sucedem-se, eles também, a curto prazo. Na década de 1930, um terror oficial mascarado abre espaços ao “Estado Novo”; a partir de 1945, toda uma caravana de tentativas armadas frustradas (1954, 1958, 1960-61) prepara, mesmo assim, o golpe de abril de 1964; dois anos apenas depois de agosto de 1979, vem a tentativa de massacre popular na festa cívica de 1º de Maio, no Riocentro. Em síntese, um esboço de retrato da nossa época: tão somente entre 1920 e 1985 – dois terços de nosso século – nada menos que 44 anos de ditaduras militares e civis.

E não é tudo. Entre uma e outra decretação de Anistia, recorre-se a um pretenso modelo de democracia – comprimida, como numa camisa-de-força, por medo do povo. [...] Esta a folha corrida das classes dominantes, em nossa história recente. No caso da Anistia de 1979 – que foi sem dúvida uma conquista da luta constante e abnegada do povo brasileiro –, tem-se mais uma vez uma amostra clara do zelo cego daquelas classes pelos privilégios, e de sua intolerância tradicional.

Resta recolher, com humildade, as lições antes ignoradas, olhar de frente os novos desafios, opor-lhes a resposta de uma alternativa clara e viável, que só pode vir do povo e de sua capacidade criadora; da unidade, sob um programa comum, das forças interessadas numa sociedade dotada de liberdade e de justiça. Ao impulso, portanto, de uma democracia viva – expressa numa cidadania inovadora e numa sociedade civil voltada para a crítica sem peias do poder de Estado. Chamada a combinar as demandas do movimento social e a prática institucional crescente. E a abrir caminho, no desdobramento de suas lutas parciais, a conquistas políticas e sociais no sentido do socialismo, sua expressão mais humana e fecunda, sua forma acabada e superior.

Arthur Poerner No exílio, a luta pela Anistia

Escritor e jornalista; ex-preso e exilado. Entre suas obras literárias destaca-se o livro *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* (nova edição em 2004 pela Booklink, Rio de Janeiro) que foi marcante para a geração que iria lutar nos movimentos estudantis.

Promoção: do inferno para o purgatório. Foi como encarei a mudança da prisão, do DOI-CODI do Rio para o exílio na Alemanha, onde viveria quase 14 anos. Entre outros motivos óbvios, porque, às margens do Reno, foi possível reengajar-me na campanha pela Anistia, lançada, já em 1965, pelo diário carioca *Correio da Manhã*, onde havia participado da mais importante resistência na imprensa à ditadura militar.

A luta pela Anistia era parte da resistência e, portanto, do cotidiano no exterior. Pois a volta ao Brasil era o supremo objetivo, que orientava todas as ações. De modo que, transmitindo para o país pelas ondas curtas da Voz da Alemanha, redigindo para o *Pasquim*, colaborando na obra coletiva *Memórias do exílio* ou escrevendo o catártico romance *Nas profundas do inferno*, eu me sentia rompendo as barreiras da tirania e antecipando, de certo modo, o retorno, que, no entanto, só seria completado com a queda do regime ou com a Anistia.

Com o tempo, à medida que se inviabilizava a utopia de uma derrubada revolucionária, a segunda hipótese foi se impondo como palavra de ordem: Anistia Ampla, Geral e Irrestrita! E nós, exilados, passamos à condição de apóstolos dessa boa causa na Europa, que percorríamos em busca de apoio à campanha afinal aqui deslanchada. Entre os eventos de solidariedade a que compareci, lembro-me especialmente dos que me levaram, com Apolônio de Carvalho e Augusto Boal, à Dinamarca e à Suécia. A multiplicação dos convites para palestras sobre o tema e sobre a situação política brasileira prenunciava a iminência da vitória e, por conseguinte, do tão almejado regresso.

A Anistia de 28 de agosto de 1979 significou, sem dúvida, outra promoção, mas não para o céu. Para começar, ela não foi Ampla, Geral e Irrestrita, mas insuficiente e discriminatória, tanto que, mesmo ampliada pela Constituição de 1988 e pela legislação subsequente, continua, 20 anos depois, tendo sua efetivação emperrada, obstruída e até contestada em estatais e órgãos da administração pública federal, como a Petrobrás e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que chegam a descumprir decisões judiciais favoráveis aos anistiados. Para muitos militares – sobretudo subalternos, como os marinheiros –, a Anistia até hoje não se concretizou.

Nos tribunais e nos teatros **Belisário dos Santos Júnior**

O dia-a-dia nos tribunais militares. A noite nos teatros, contra a Lei de Segurança, pela Anistia. A vida do advogado era assim.

A prisão foi a realidade para muitos, como produto de militante ação em organizações políticas, mas foi a defesa técnica e política exercida nas tribunas das Auditorias Militares que galvanizou a opinião pública.

O advogado foi o escolhido para denunciar a tortura do cliente pela polícia política. A perseguição aos parentes, a tortura, as revistas vexaminosas, o longo tempo de encarceramento, tudo militava contra os presos, dividindo famílias. O advogado era a família dos presos políticos.

Denúncias contra a atuação do Esquadrão da Morte no presídio Tiradentes foram feitas pela voz de advogados. E seguiu-se a prisão de oito advogados paulistas, em vez do criminoso denunciado. Seus escritórios foram invadidos.

Colocar na emergência de um hospital de São Paulo um perseguido político baleado – figura de cartaz (aquela ignomínia que reproduzia a cara de patriotas e a expressão “procura-se”) – a três advogados custou a prisão, a um digno procurador militar a carreira, mas valeu a vida – e isso ainda emociona – àquele mineiro simpático que a polícia política queria matar.

O dia-a-dia nos tribunais. A noite nos teatros...

A Anistia assim construída não foi concebida apenas como “esquecimento” das condutas políticas cometidas contra a lei penal durante o período de chumbo. A Anistia foi pensada – e só teria sentido assim – como forma de restabelecer a igualdade em relação àqueles que

Advogado em São Paulo, foi defensor de presos e perseguidos políticos durante o regime militar e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; ex-secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, presidiu a Comissão que julga os pedidos de indenização das vítimas da repressão ditatorial (1995/2000).

usaram do direito de insurgência contra a opressão, no caso a ordem autoritária constituída, e, assim procedendo, foram processados, presos, afastados ou demitidos de seu trabalho, cassados em seus mandatos parlamentares. Por isso, não havia e não há sentido em se falar de Anistia para os crimes comuns cometidos por agentes do Estado. Estes não cometeram crimes políticos...

A luta pela Anistia foi a luta pelo retorno do exílio, pela saída da prisão de brasileiros, mas foi principalmente a forma da cidadania brasileira de gritar o seu sonho por um Estado de Direito, por uma nova sociedade. Que vem vindo, vamos reconhecer os avanços. Há o que comemorar. Mas saibamos identificar os nós, as muitas resistências. A democracia é um processo. É bom saber disso, para não desanimar. A luta segue. A indignação ante a injustiça não pode ser guardada. Há muito por fazer.

Carlos MacDowell de Figueiredo No estádio

Professor. Membro do CBA/SP, teve atuação marcante em todas as lutas que precederam ou deram sequência à campanha da Anistia.

Com passos lentos dirijo-me à da livraria Brasiliense no centro de São Paulo; ainda manco por causa da botinada de um PM, domingo passado. Um casal caminha em minha direção e a moça me aponta com ar de dúvida, fala alguma coisa para o companheiro e apressa o passo, arrastando-o. Bem perto me pergunta se sou a pessoa que no domingo estava com o pessoal que abriu a faixa “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” no estádio do Morumbi (jogo do Santos!). Ainda tenho cuidados e (in)seguranças, afinal estamos em plena ditadura militar, mas, sentindo cumplicidade, confirmo. Penso no que ocorrera: Cosme e uma participante da Torcida Jovem, além do Mané, foram presos junto comigo no DOPS; Fon conseguiu escapar e a faixa, que o Fon havia engomado, era “a prova”. Seguem-se então comentários de aprovação, apoio e um forte abraço a três. Sinto-me fortalecido. Nunca mais os vi, não sei seus nomes, mas guardo a emoção. Apenas sei que não fazemos uma luta isolada. Apenas sinto que milhares de anônimos dão um grande impulso para a luta pela Anistia. Nosso comício reuniu mais de 20 mil pessoas na praça da Sé.

São passados 20 anos e o filme em minha memória mostra cenas da violência policial nas manifestações do Centro, a Passeata das Mulheres pela Anistia (todas de negro e com velas acesas) e as mães da praça de Maio em Buenos Aires. Mostra o atentado que sofremos no Tuca, além da proibição do show pela Anistia no mesmo Tuca. Reuniões com amigos do IPT e da USP que davam apoio decidido, do TEDUT em Canoas (onde aconteceram fatos inesquecíveis para mim); reuniões intermináveis no CBA, no Sindicato dos Bancários e no Centro Cultural Paulo Pontes em Guarulhos, panfletagens em navios e portos por todo o país. Lembra-me do atentado a Cândido Pinto em Recife (há 30 anos). Dos assassinatos do padre Antônio Henrique, de Alexandre Vannucchi Leme e Duda Collier (da dor de Dadá e dona Risoleta).

Apenas uma luta sem quartel, dos que não se conformaram com a violência e arbitrariedades da ditadura e contribuíram para sua derrota. Com encontros e desencontros, entendimentos e desentendimentos, somos companheiros em uma das lutas mais importantes travadas no país.



*Manifestação na
Assembléia Legislativa do
Rio de Janeiro contra as
prisões de militantes da
Convergência Socialista,
30/8/1978. (Acervo
Iconographia)*

Foram 20 anos de ditadura militar que deixaram como herança, além da situação social mais grave, com o aumento da concentração de renda e a completa corrupção das diversas instâncias oficiais que contracenam com o completo saque local e internacional dos esforços de todos, o agravamento da dependência externa. A violência da classe dominante é a mesma e a tortura continua sendo praticada.

Será que ficaremos calados? Onde estão os que não “caíram na real” e passaram a sentar-se à mesa dos que dão suporte à exploração? Será que não temos motivos suficientes para levantar da rede, deixar os chinelos de lado e retomar as lutas contra a exclusão social?

Vamos nos mobilizar?!

Na trincheira do *Em Tempo* Carlos Tibúrcio

Acompanhei as campanhas pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita da trincheira do *Em Tempo*, semanário da imprensa alternativa formado por uma frente de jornalistas (e outros profissionais) de esquerda e independentes, grande parte originária do *Movimento*. Em 1978, lançamos a edição histórica que denunciava nominalmente 433 torturadores, ao lado de Bernardo Kucinski, Flávio Andrade, Virgínia Pinheiro, Mouzar Benedito, Altair Moreira, Maria Rita Kehl, Flávio Aguiar, Marco Aurélio Garcia (enviando colaborações ainda da Europa), os saudosos Jorge Baptista e Eder Sader – e tantos outros companheiros em São Paulo e em vários Estados. O jornal esgotou em todo o país – e passamos a enfrentar a reação da extrema direita, que fazia ameaças de morte e atirava bombas na redação.

A luta pela Anistia era pauta constante do jornal, ao lado da cobertura dos movimentos sociais, em especial da retomada das greves do movimento operário, e das reflexões sobre as experiências da esquerda brasileira e internacional.

Jornalista. Dirigente do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/SP) e vice-coordenador do Instituto Lidas. Autor, juntamente com Nilmário Miranda, do livro *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar* (Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo). Foi liderança do movimento estudantil na Bahia e preso político em São Paulo de 1973 a 1975. Desde 2003 trabalha na área de comunicação do Governo Federal.

Edição histórica do jornal *Em Tempo* (nº 17, 2/7/1978) que publicou lista com os nomes de 233 torturadores. (Reprodução)



tendo contudo a sua autonomia enquanto jornal independente. Contribuiu, assim, para uma rica experiência de construção política democrática em nosso país.

Em termos muito mais amplos, a luta pela Anistia significou uma grande vitória da esquerda brasileira. Centenas de milhares de pessoas se mobilizaram em todo o Brasil. A conquista teve grande importância para toda a sociedade, apesar de não ter representado tudo o que ela almejava. Novas conquistas têm sido obtidas ao longo dos anos. E muitas outras precisam ser alcançadas.

Uma outra pauta que se transformou em campanha no *Em Tempo* foi a da luta pela libertação de Flávia Schilling, brasileira, militante tupamara, presa no Uruguai. Lembro-me da matéria emocionada e afetiva – talvez até melosa – feita com ela no momento do seu retorno ao Brasil.

A cobertura da morte do delegado torturador Sérgio Fleury, cuja manchete novamente atraiu a ira de direitistas contra o *Em Tempo*, foi outro ponto de destaque na existência do semanário.

A frente de esquerda organizada em torno do jornal cumpria, assim, alguns papéis importantes: contribuía no combate à ditadura; reciclava o exercício da militância política; e construía alternativas efetivas de comunicação ligadas aos movimentos sociais.

Quando surgiu a perspectiva de organização do Partido dos Trabalhadores, o *Em Tempo* engajou-se de forma positiva, man-

Celeste Fon Um momento de solidariedade

Familiar de preso político e participante do CBA/SP; atualmente coordenadora do CEPIS do Instituto Sedes Sapientiae.

Participei da campanha da Anistia Ampla Geral e Irrestrita como irmã dos presos políticos Antonio Carlos Fon e Aton Fon Filho, e no CBA-SP.

Ao começar a redigir este depoimento sobre a campanha da Anistia, tanta coisa foi reavivada em minha memória que não sabia o que escrever, o que selecionar.

Alguns momentos de medo e terror vividos antes da campanha voltaram fortes, eu os escrevi, depois desisti. Escrevi também sobre muitos momentos de carinho, solidariedade, de exemplo, e de pessoas que proporcionaram esses momentos. Alguns estão neste depoimento:

– A solidariedade e o amor da querida vó Jeanne Sahuc (que adotamos como a avó que nunca tivemos e por quem fomos adotados). Francesa, hoje com 97 anos, que enfrentou os policiais armados que vigiavam nossa casa, para nos levar o seu conforto, num momento em que muitos se afastaram de nós.

– A coragem de Maria Lúcia (a baixinha), colega do Banespa, que não titubeou em atender ao meu pedido de passar um telegrama quando eu não pude fazê-lo.

– A acolhida de Fernanda Coelho, na sua casa no Rio de Janeiro, numa noite de Natal, para que eu pudesse no dia seguinte visitar meu irmão Aton – depois de tanto tempo sem vê-lo, porque havia sido transferido de São Paulo para a Ilha Grande.

– O exemplo e a firmeza de Dona Isabel, mãe de Chiquinho e Virgílio, que, apesar de sua idade avançada e da dura vida que levava, foi uma fortaleza na luta pela vida e pela Anistia.

– A atitude serena e competente do saudoso Perseu Abramo, um dos fundadores e membro da executiva do CBA e que escreveu sua Carta de Princípios.

– A firmeza e a coragem da inesquecível madre Cristina, que certamente salvou muitas vidas. Acolheu no Instituto Sedes Sapientiae o 1º Congresso de Anistia, vigiou reuniões de familiares de presos e escondeu muitos perseguidos políticos.

– O conforto e a ação de Dom Paulo Evaristo Arns, batalhador incansável dos direitos humanos, que tantas vezes nos recebeu em sua casa ou na Cúria, ouviu nossas súplicas, nossos choros, e nos ajudou sempre.

– A dedicação do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. Lembro-me de um dia em que, com ele, acordamos a secretária da Auditoria Militar a fim de localizar o juiz auditor para resolver um problema urgente que se passava com os presos.

– A determinação dos presos políticos, que lutaram, pondo em risco as próprias vidas (como nas inúmeras greves de fome), dando a sua contribuição à luta pela Anistia.

– O momento de esperança na votação do projeto em Brasília. De alegria por cada voto “sim” pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, e tristeza, raiva, indignação por cada voto “não”. A traição, votando “não”, do então deputado Francisco Rossi, que havia prometido aos familiares votar a favor, causou tanta revolta aos familiares que, se não estivessemos nas galerias, ele teria apanhado.

– Os muitos momentos de solidariedade, força, trabalho produzidos por todos aqueles que constituíram a campanha pela Anistia, e que possibilitaram sua conquista. São tantas pessoas e tantos momentos que passam agora pela minha memória!

O momento de alegria pela saída dos presos anistiados e de tristeza por não ter atingido meu irmão, que permaneceu preso até novembro de 1979. Aton foi solto em liberdade condicional, o juiz suspendeu a decisão e ele ficou novamente um mês na clandestinidade, até dezembro de 1979, quando então foi reafirmada sua liberdade condicional. Nesse período voltamos a viver momentos de tensão e medo.

Mas a campanha da Anistia foi, para toda minha família, um momento em que já não nos sentíamos sós. Sentíamos que éramos uma grande família, tínhamos rompido até mesmo os limites do nosso país. Todos, sem exceção, deram sua contribuição, das mais diversas formas. Papai, infelizmente, morreu antes de ver o Aton solto.

Para mim, a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita foi sobretudo um grande momento de solidariedade, o maior que jamais vivi. Junto com os companheiros, tantos e tantas, aprendi que nunca estamos sozinhos se é justa a nossa causa, embora os inimigos nos queiram fazer acreditar no contrário. Eu, que entrei na luta pela vida e pela libertação dos meus dois irmãos, vivi a certeza de que “eu tenho tantos irmãos que não os posso contar”.

Consuelo de Castro O passado incicatrizável

Dramaturga, participante do movimento dos artistas pela Anistia.

Foi o Idibal Piveta quem primeiro me falou da possibilidade de vir a acontecer uma Lei da Anistia por aqui. Idi era um otimista crônico, de modo que custei a acreditar. Mas acabei acreditando e me engajei nos grupos de trabalho que ele promovia em seu escritório de advocacia, passando depois a atuar nos fóruns da classe teatral.

A Anistia se articulou e cresceu até que o mês de agosto, a despeito de sua fama de aziago, viu aquele embrião de esperança se concretizar em certeza de lei, abrindo presídios políticos e fronteiras e trazendo de volta à vida útil do país alguns dos seus mais ativos compatriotas.

A essa altura eu estava grávida de Ana Carolina, cumpria determinações médicas de permanecer em repouso absoluto e tive que assistir pela TV à chegada dos exilados. O coração disparava a cada silhueta que saía do avião, a cada rosto que as câmeras mostravam e que me eram familiares apesar das mudanças provocadas pelo tempo. Um andar, um perfil, um jeito de rir e falar, eu reconhecia a todos com uma ternura antiga e profunda, que fundia presente e passado.

O passado. Tão recente e incicatrizável. A Oban, o pânico, o arbítrio. Ideais esmagados, gente esmagada. Esmagada? Mas e a resistência, a teimosia, a moral altíssima dos presos políticos do DOPS, da Penitenciária, do Carandiru – que visitei por cinco anos e meio? Quem estava mais preso – eles em suas celas ou eu a céu aberto? Sozinha, dando murro em ponta de faca, vendo a censura cortar minhas peças de teatro como cadáveres em necropsia, eu teria visto a juventude se esvaír num deserto de sonhos mortos, se não recebesse, a cada visita de sábado, a centelha de vida que vinha dos companheiros presos. Se prestava solidariedade ao visitá-los, eles me prestavam solidariedade ainda maior com aquela lição de fé. Eram tantas as atividades! Lá dentro, alfabetização de adultos para os presos comuns, cursos de línguas, culinária, filosofia, artesanato. Aqui fora, famílias virando uma só. Tempo de compaixão, de partilha, de afeto incondicional.

À imagem dos amigos desembarcando no aeroporto, pensei na coincidência dolorosamente bela e simbólica que foi o meu primeiro filho, Pedro Paulo, ter nascido no dia, mês e ano em que a ditadura sacrificou Vladimir Herzog. Mas pensei também que Ana Carolina ia conhecer um Brasil mais amoroso, mais meu. E tive, naquele preciso instante, a convicção de que meus dois filhos, triunfo do amor e da vida, honrariam para sempre as lutas passadas, lutando – no presente – por uma democracia e uma Anistia honestamente irrestritas.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

*Manifestação pela
Anistia em Porto Alegre,
23/4/1978. (CSBH/
Acervo Em Tempo)*

Um reforço na esperança **Dalmo de Abreu Dallari**

Há 20 anos os brasileiros comprometidos com a liberdade e a justiça tiveram um momento de felicidade, pois uma Lei de Anistia iria permitir que compatriotas idealistas, que tinham sido punidos pela única razão de lutarem por esses valores, deixassem os presídios políticos ou voltassem do exílio, reunindo-se aos que tinham permanecido na resistência democrática.

Eu tinha sido um desses resistentes, tendo sofrido uma prisão e um seqüestro por minha ousadia de não transigir e não calar, trabalhando com valorosos companheiros, na Comissão Pontifícia Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, sob a liderança firme e corajosa de D. Paulo Evaristo Arns, para localizar desaparecidos, salvar torturados, libertar patriotas, vítimas de prisão arbitrária, pregando sempre a restauração democrática. A possibilidade de Anistia era um reforço em nossa esperança de reintegrar brasileiros de boa vontade no esforço comum pela implantação de uma ordem social justa, baseada no reconhecimento da liberdade e da igualdade como direitos fundamentais de toda pessoa humana e regida por uma Constituição democrática.

Visando a conquista da Anistia, percorri o Brasil e publiquei muitos artigos, fazendo palestras e participando de debates, sempre sob vigilância da polícia política e da censura,

Jurista e professor catedrático aposentado da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da USP. Integrou o grupo de juristas que teve papel fundamental nas lutas pela democratização e pela volta do país ao Estado de Direito. Ele próprio foi preso por conta das posições assumidas.

mas procurando ampliar os espaços, explicando o sentido jurídico da Anistia e discutindo seu alcance, uma vez que se falava em Anistia recíproca, beneficiando perseguidos mas também perseguidores. Nós sabíamos que seria inevitável aceitar limitações e admitir que criminosos participantes do governo ou protegidos por ele escapassem da punição que mereciam por justiça, mas considerávamos conveniente aceitar essa distorção, pelo benefício que resultaria aos perseguidos e às suas famílias e pela perspectiva de que teríamos ao nosso lado companheiros de indiscutível vocação democrática e amadurecidos pela experiência.

Eu tinha consciência de que, uma vez implantada uma ordem livre e assegurada a diversidade de opiniões e ações, muitos daqueles por quem nós lutávamos estariam em campo diferente do nosso, porque nossas convicções políticas eram divergentes e, em certo sentido, até mesmo opostas. Mas para mim isso era parte de um sistema democrático, e eu tinha convicção de que no essencial nossos objetivos eram comuns, variando apenas os caminhos para chegar a eles. Eu tinha também a certeza, que ainda mantenho integralmente, de que um regime de liberdade, que inclui e respeita o direito de divergência, é melhor do que qualquer ditadura.

A par disso, eu estava convencido de que o povo brasileiro já tinha tomado consciência de que as tremendas violências praticadas por brasileiros contra brasileiros só beneficiavam, injustamente, um pequeno número de privilegiados, desejosos de poder arbitrário, de ostentação de força e de vantagens econômicas sem nenhuma limitação moral e sem qualquer preocupação social ou patriótica. Eu acreditava, também, que a presença daqueles lutadores, no ambiente brasileiro, iria significar um reforço significativo na pressão política e psicológica pelo apressamento da restauração constitucional e democrática. Seria difícil manter um sistema autoritário com tantos militantes democratas vivendo em liberdade no país.

A idéia inicial de Anistia era muito genérica e resultou no lema “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, mas logo se percebeu que seria necessária uma confrontação de propostas, pois os que ainda mantinham o comando político logo admitiram que seria impossível ignorar a proposta dos democratas, mas perceberam que uma superioridade de força lhes dava um poder de negociação e cuidaram de usar a idéia generosa de Anistia, para dizer que não seria justo beneficiar somente os presos políticos e exilados, devendo-se dar a garantia de impunidade àqueles que, segundo eles, movidos por objetivos patrióticos e para defender o Brasil do perigo comunista, tinham combatido a subversão, prendendo e torturando os inimigos do regime. Nasceu assim a proposta de “Anistia recíproca”.

De início, procurou-se limitar a Anistia aos perseguidos políticos, dizendo-se que não deveriam ser anistiados os que tivessem cometido “crimes de sangue”. Isso foi, afinal, sintetizado numa enumeração de crimes que não seriam anistiados, compreendendo, segundo a Lei da Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), os que tivessem sido condenados “pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Em sentido oposto, beneficiando os que abusando de uma função pública tivessem cometido crimes, foram abrangidos os que houvessem cometido crimes políticos ou “conexos” com esses.

Assim, aquele que matou alguém numa sessão de tortura estaria anistiado porque seu principal objetivo era combater um adversário político. O homicídio seria apenas conexo de outro crime, a ação arbitrária por motivos políticos, que seria o principal.

Assim se chegou à Lei da Anistia. Foi bom, efetivamente, ter apressado o retorno dos idealistas, que tinham arriscado sua liberdade, sua carreira profissional e até sua vida para livrar o Brasil da ditadura. Muitos criminosos, incluindo assassinos e torturadores, que a história não absolverá, ficaram livres da condenação por um juiz de tribunal. Por outro lado, houve supostos idealistas e patriotas que se revelaram meros oportunistas, que as circunstâncias de então faziam crer que se tratasse de pessoas idôneas e respeitáveis e que, bem longe disso, tiraram proveito da imagem de vítimas para obter proveitos pessoais e não tardaram em se aliar aos arbitrários e corruptos que diziam combater. Hoje se sabe que houve muitos exilados de luxo, que apenas fugiram da luta ou foram punidos pela cegueira e pela intolerância dos golpistas. Alguns desses já estão desmascarados e deverão sofrer a mais rigorosa condenação, que nenhuma Anistia poderá apagar.

Prêmio Vladimir Herzog e a Anistia de 1979 Dodora (Maria Auxiliadora Arantes)

A luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita no Brasil se organizou no país ainda dominado pela ditadura militar. Por isso mesmo, todas as denúncias que então se fizeram e as formas de luta eram, em si, atos de coragem e de compromisso ético com a nação. O Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo (CBA/SP), fundado em maio de 1978, teve suas primeiras reuniões dentro do Instituto Sedes Sapientiae, autorizadas pela saudosa madre Cristina Sodré Dória, sua diretora. Os integrantes do CBA, familiares de presos políticos e profissionais liberais, estudantes e artistas, foram incansáveis na edificação da entidade e do movimento pela Anistia, que se multiplicava por todo o país. Foi, talvez, a primeira experiência de um movimento que hoje podemos entender como um movimento em rede. Somente *a posteriori*, com as reuniões gerais e com o Primeiro Congresso de Anistia, realizado em São Paulo (no Sedes Sapientiae, e no Tuca – Teatro da PUC/SP) – é que os comitês tiveram uma organização nacional, ganhando uma coordenação geral. Houve um segundo congresso, em Salvador, além de vários encontros nacionais.

O Congresso de São Paulo foi convocado pelos 17 movimentos de Anistia, reunidos em Salvador, em 7 de setembro de 1978. A organização geral do Congresso esteve sob a responsabilidade dos Comitês pela Anistia de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, dos movimentos femininos pela Anistia de São Paulo e de Pernambuco e pela Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará. Os objetivos gerais e específicos do Congresso, definidos em um regimento interno, propunham a congregação de todas as entidades que se posicionassem a favor da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; o auxílio na articulação dos diversos setores sociais em prol da luta pela Anistia e a aprovação de encaminhamentos comuns.

O Congresso estabeleceu oito objetivos específicos, ao mesmo tempo políticos e organizativos, marcados pelos propósitos éticos de fazer avançar a luta pela conquista da Anistia sem deixar de denunciar, a cada passo, os crimes e vilanias do regime militar. Em nenhum momento se fizeram alianças ou acordos com os militares e seus aliados. Ao contrá-

Psicanalista, autora do livro *Pacto Revelado: psicanálise e clandestinidade política* (Escuta, 1999). Participou da fundação e foi uma das incansáveis diretoras do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo de 1978 a 1982. Constituiu, com Perseu Abramo e Vanya Sant'Anna, o trio que foi responsável pela redação de quase todos os documentos do CBA.



(CSBH/Acervo:
Em Tempo)

rio, os dirigentes da Anistia foram em busca dos seus próprios aliados, e foi assim que foram convidadas sete entidades de caráter nacional que se destacavam na luta pelos direitos humanos: a CNBB, a OAB – Conselho Federal, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Comissão Justiça e Paz/SP, a comissão pró-União Nacional dos Estudantes e o Movimento Democrático Brasileiro.

Nesse cenário é que foi aprovada a criação do Prêmio Vladimir Herzog, a partir de sugestão apresentada por Helena Grecco do CBA/MG, e abraçada por todos, como justa homenagem ao jornalista assassinado pela ditadura e comprometido com os ideais de justiça e liberdade. Coube ao CBA/SP elaborar e materializar o regimento do prêmio, tarefa imediatamente assumida por Perseu Abramo, integrante do CBA/SP.

O leque de decisões desse Congresso foi a sistematização das várias resoluções elaboradas pelas 12 comissões de trabalho, que se reuniram durante os três dias que precederam o encerramento do Congresso.

A comissão de trabalho dos jornalistas tomou como sua a carta “Compromisso com a verdade”, aprovada no Primeiro Congresso Nacional de Liberdade de Imprensa, realizado em São Paulo, em outubro de 1978, que protestava contra a violação sistemática do direito de informar e de ser informado, o que, em última instância, é o direito de o povo decidir o seu próprio destino. Nas resoluções da comissão reunida durante o congresso em São Paulo, entre vários propósitos, os profissionais de imprensa assumiram a tarefa de exigir “a responsabilização judicial, individual e coletiva dos agentes da repressão envolvidos na prática de atos de violência contra os que lutam pelos interesses populares,

a exemplo da sentença emitida recentemente pela Justiça Federal, responsabilizando a União pela morte do jornalista Vladimir Herzog...” (Resoluções do Congresso Nacional pela Anistia, novembro de 1978).

Ancorado no resgate da verdade e na denúncia do arbítrio, o “Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Direitos Humanos” sedimenta a pauta de compromissos assumidos durante a campanha da Anistia, especificamente pelos profissionais de jornalismo, e se reatualiza na permanente defesa dos princípios que norteiam um Brasil melhor e o amadurecimento de uma nação cidadã.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Excluir a violência D. Paulo Evaristo Arns

1. Como o senhor participou da campanha da Anistia?

Não tive participação direta, nem nas negociações, nem mesmo nas condições em que deveria realizar-se essa Anistia. Minha única preocupação, muitas vezes expressa, se resumia no princípio de que a violência deveria ser excluída, para chegarmos, pouco a pouco, a uma democracia política.

2. O que essa campanha representou pessoalmente para o senhor, seus familiares e amigos?

Participei, por diversas vezes, de reuniões de brasileiros e latino-americanos exilados na América do Norte e na Europa. Todos eles manifestavam ansiedade e pressa para voltar ao país, e, assim, retornar à vida pública e particular.

3. Quais os momentos marcantes do processo para o senhor (não necessariamente os momentos públicos, os grandes atos e manifestações, mas também especialmente os momentos que tenham tido significação especial para o senhor e que nem sempre foram tornados públicos)?

O momento mais marcante, para mim, foi a viagem a Genebra, ao Conselho Mundial de Igrejas, para o encontro com o educador Paulo Freire e seus amigos. Cheguei a passar dois dias com o nosso querido e ilustre pedagogo Paulo Freire, para garantir-lhe volta sem dificuldades especiais e, ainda, um cargo de professor em nossa Universidade Católica. Aceitou o meu convite e confiou nas garantias que lhe demos para voltar ao nosso país e estado.

Ele mesmo preferiu encontrar-se com o seu povo nordestino, mas acabou aceitando a proposta de retornar com mais segurança, através das organizações de direitos humanos em São Paulo.

4. Na sua opinião, de que forma a campanha da Anistia contribuiu para a luta pela conquista das liberdades políticas e dos direitos sociais em nosso país?

A proposta da Anistia chegou no momento certo. O governo militar vinha fracassando nas mais diversas áreas da organização do país. A economia, bem como os movimentos políticos, revelaram a fraqueza e o despreparo daqueles que haviam assumido à força os destinos do país. Considero, por isso, positivos os resultados imediatos da campanha da Anistia.

Arcebispo de São Paulo de 1970 a 1998, teve atuação incansável no apoio às vítimas e aos perseguidos pelo regime ditatorial. A coragem com que assumiu a tarefa de visitar as prisões, denunciar a violência e abrir a igreja para eventos de protesto contra os assassinatos de Alexandre Vannuchi Leme, Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho foi decisiva para mudar o clima de terror vigente.

Entrevista em São Paulo, em 1º de junho de 1999.

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÁRIO

Um embaixador de grande prestígio confirmou minha idéia, quando afirmou que, em qualquer país, as mudanças são inevitáveis quando os frutos de uma árvore apodrecem e o povo revela o seu descontentamento. Acrescentou até que o Brasil se mostrava por demais tolerante em relação ao governo imposto pelos militares.

Eduardo Suplicy **Lutar e resistir**

Economista, professor universitário, parlamentar destacado do Partido dos Trabalhadores. Participou ativamente das campanhas pela democratização do país. É, pelo terceiro mandato seguido, senador pelo PT/SP.

Ao se completarem os 20 anos de Anistia, convém lembrar a corajosa luta de familiares, companheiros/as de ideais e de luta por justiça em nosso país, para que se compreendam as razões de profundidade que moveram tantos na tentativa de afastar todos os obstáculos e desobstruir os caminhos da democracia, da ética, da liberdade e da equidade.

Para as novas gerações, é fundamental se recordar que, não faz muito tempo, no Brasil, houve a proibição da livre manifestação do pensamento, a censura à imprensa, a proibição de eleições livres e diretas, o fechamento dos partidos políticos, a intervenção nos sindicatos de trabalhadores e tantas outras restrições às liberdades.

Por essa razão, muitos resolveram lutar e resistir, mas sofreram a perseguição do regime. Para sua superação, a Anistia foi fundamental.

Egle Vannuchi Leme **Jamais voltarão**

Participante e dirigente do CBA/Sorocaba/SP, mãe de Alexandre Vannuchi Leme, líder estudantil assassinado sob tortura em 1973.

Fomos convidados, meu marido José de Oliveira Leme e eu, para participar do CBA que se instalava em Sorocaba (SP), em 1978. Era um pequeno grupo – 20 pessoas mais ou menos – e havia forte motivo, creio eu, para o funcionamento desse núcleo: a morte sob tortura do nosso filho Alexandre, líder estudantil, em 1973, durante a ditadura militar.

Havia também casos de prisões arbitrárias de pessoas supostamente comunistas ou pertencentes ao Partido e um exilado em Cuba.

A campanha da Anistia pareceu-me a continuação da luta de todos aqueles que a ditadura militar encerrou nas prisões, banuiu da pátria ou silenciou para sempre. O mesmo sonho, o mesmo ideal. Era por eles, por causa deles e por todos os nossos irmãos brasileiros. E, declarada a Anistia, não exatamente a que desejávamos, voltaram-nos liberdades políticas perdidas, a democracia, embora imperfeita, e vol-



Elza Monnerat deixa o presídio feminino do Carandiru em São Paulo, 1979. (AE)

taram ao nosso convívio nossos irmãos presos políticos e exilados políticos. Alegria e emoção imensa. A isso juntou-se também a nossa dor. Essa alegria nos foi vedada. Nosso filho jamais voltará. Os mortos e desaparecidos jamais voltarão.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Atento e forte **Emiliano José**

Ex-preso político, jornalista, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Deputado estadual pelo PT-BA; é membro do Conselho de Redação da revista *Teoria & Debate* da Fundação Perseu Abramo.

Todos nós que enfrentamos a ditadura, a tortura, as prisões ou o exílio, sabemos das limitações da Anistia de 1979. Não só aquela que tentava dividir os que tinham cometido “crimes de sangue” e os demais, como principalmente a que anistiava os torturadores, os carrascos que assassinaram tantos dos nossos. Mas ninguém negará a alegria, a emoção, a sensação de liberdade, o sentimento de euforia por poder abraçar tantos companheiros saídos da prisão ou chegados do exterior.

Eu havia cumprido quase quatro anos na penitenciária Lemos de Brito, em Salvador (BA), entre 1970 e 1974, saído sob liberdade condicional, condenado que fora a oito anos. Entre 1974 e 1979, a tristeza constantemente me assaltava, ao lembrar que Theodomiro [Romeiro dos Santos] e Paulo Pontes, amigos queridos, continuavam na Lemos de Brito. E que a eles se juntaram outros.

A Anistia acabou com isso, embora no caso de Theo ele tenha feito sua Anistia particular, ao fugir antes, certo de que poderia ser morto se esperasse sua libertação, que não seria imediata pelo fato de ele se incluir entre os casos denominados “crimes de sangue”.

Aqui, como em outros cantos do país, coube um papel destacado ao Comitê Brasileiro de Anistia, mas também ao Movimento Feminino pela Anistia. A justiça aos dirigentes desses movimentos certamente será feita em outros textos.

A par da alegria, das emoções, da certeza de que a Anistia foi uma conquista difícil, com todas as suas limitações, penso na nossa tradição acomodatória. Na capacidade das classes dominantes brasileiras, por suas elites políticas, de produzir transições pactadas, conservadoras, capazes, até hoje, de sempre estancar a continuidade de um processo de mudanças. Mudar, remexer, revolver, e depois rapidamente jogar a terra por cima, e continuar o processo de dominação. Tem sido essa a nossa história, por mais que as análises cândidas queiram diferente. A Anistia e o processo de abertura política conduzido pela ditadura tiveram muito disso, e os resultados posteriores o confirmaram.

A perspectiva de reabertura do caso Riocentro quem sabe abra alguma perspectiva de punir criminosos. Mas é bom conferir, pressionando. A luta pela democracia e pelo socialismo no Brasil não é fácil e nem de curta duração, como se tem visto. Mesmo nos países vizinhos latino-americanos, o processo pós-ditadura foi mais rigoroso que o nosso. As vitórias do pensamento neoliberal no país têm contribuído para reforçar a tradição “prussiana” e para que não só torturadores desfilem impunes como para que políticos que tiveram papel destacado na ditadura continuem em postos de mando nos dias de hoje.

Com isso se está querendo dizer que é necessário estar atento e forte. Continuar a luta pela democracia e pelo socialismo. Que, para ser dignos dos que ficaram pelo caminho,

temos que ser persistentes e, no Brasil, pacientes. A construção de um novo país será feita tijolo por tijolo, mesmo que o desenho não seja lógico. O importante é que duas décadas se foram, e muitos de nós continuamos aqui, na mesma trincheira, certos de que a Anistia conquistada foi um passo numa longa caminhada.

Flávia Schilling **Libertada por todos os brasileiros**

Ficou presa por motivos políticos no Uruguai durante mais de sete anos. Sua libertação se deu em maio de 1980, em função do grande movimento deflagrado no Brasil – e que continuou mesmo depois da promulgação da Lei da Anistia – que exigiu a soltura dos presos brasileiros que continuavam nos cárceres do Uruguai e da Argentina. É professora da Faculdade de Educação da USP.

Em agosto de 1979 eu estava presa no Uruguai, na prisão política de mulheres conhecida como Punta Rieles. É curioso como naquele lugar, naquela prisão feita para ficar alheia às mudanças e separada de tudo o que fosse percebido como “político”, instituição total e austera onde a informação era censurada, controlada, cercada de olhares vigilantes por todos os lados, os menores sopros de mudança e liberdade entravam! Entravam fragmentados, na forma de um pedaço de jornal entrevisto, de uma fala audaz em uma visita que, com isso, corria o risco de ser interrompida, na indiscrição de algum oficial muito confiante de seu poder... De fato, não ficamos sabendo do movimento pela Anistia, da mobilização que acontecia. Sabíamos que algo mudava sem saber sua exata dimensão. “As prisões políticas não são feitas para durar”: todos o sabíamos. Mas essa “duração” pode durar tanto tempo! A prisão política no Uruguai durou de 1972 a 1984. Os militares que comandavam a repressão completavam: como as prisões políticas não são feitas para durar, precisamos aproveitar o tempo que temos para destruí-los a todos. Não contavam com a resistência cotidiana de mulheres e homens que, mesmo presos, eram “moinhos incansáveis”. Uma das formas da resistência era justamente essa: não deixar que o segredo dominasse, que a separação com o mundo de “fora” fosse vitoriosa, que a informação deixasse de circular. A importância do Brasil – na época, com a luta pelo fim da ditadura e a Anistia – para os demais países de nossa América foi (e é) enorme: o que aqui acontece é cercado de atenção, atenção inversamente proporcional à que se dá aqui, no Brasil, aos nossos países vizinhos. O Brasil mudando significava esperança para os países que viviam situações similares.

É claro que fui beneficiada pelo grande movimento da Anistia no Brasil. Fui liberada por todos os brasileiros em 14 de abril de 1980 e, junto comigo, saíram da prisão todos os estrangeiros que estavam presos no Uruguai. A volta ao Brasil foi uma festa, uma festa de liberdade. Teve hino nacional, bandeiras, gritos, muitos abraços, aquela emoção! Como homenagear todos esses cidadãos e cidadãs? Talvez pensando no Mouzar Benedito, sempre presente; talvez pensando no nosso grande Carlito Maia, que durante um ano, todos os dias 14, mandou para nossa casa cravos vermelhos. Luz, fogo, esperança... até hoje. Pensando nas irmãs do Santa Maria, na irmã Michael. Em Dom Paulo, figura luminosa e iluminadora sempre presente.

Penso que o movimento pela Anistia foi um dos momentos de construção ou constituição da república no Brasil, república que até hoje estamos tentando fundar, república de cidadãos e cidadãs, livre, fraterna e igualitária. Outros momentos igualmente fundadores nessa direção foram o das Diretas Já e o que resultou no *impeachment* de Fernando Collor.

Cada um deles foi muito importante, mesmo que depois, aparentemente, tudo se dilua no ar, se dissolva novamente no predomínio da injustiça. Foram passos, foram raros momentos de felicidade pública neste país tão sufocado por infelicidade.

A história que vivi no Brasil nestes 20 anos nos mostra que as transformações profundas são difíceis, são lentas, percorrem as gerações e, principalmente, que vale a pena lutar por elas.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Preso na Argentina Flávio Koutzii

A Anistia foi resultado de uma ampla mobilização da sociedade brasileira pela redemocratização do país, que se expressava na retomada da luta sindical simbolizada nas greves do ABC, na resistência dos intelectuais, na agitação estudantil e, especificamente, no trabalho dos comitês pela Anistia, os CBAs. No meu caso específico, a “Anistia” ocorreu cerca de um mês e meio antes, em junho de 1979, quando fui libertado dos cárceres argentinos após quatro anos de prisão.

Naquele momento, éramos três brasileiros – e gaúchos – presos em países vizinhos, com a incrível coincidência de termos o mesmo nome. Eu fora detido em 1975, na Argentina, onde estava exilado. O jornalista Flávio Tavares e a jovem Flávia Schilling haviam sido presos pela ditadura uruguaia. Houve uma intensa campanha dos comitês brasileiros pela Anistia em favor da nossa libertação, com repercussões no exterior, que certamente pressionou os governos argentino e uruguaio a nos libertar.

Saí do Brasil em 1970, quando a atividade dos grupos políticos de esquerda se tornou cada vez mais precária pelo recrudescimento da repressão desde a edição do AI-5. Passei pelo Chile, onde acompanhei a primeira fase do governo de Allende, e me transferi para a Argentina, onde retomei minha militância. Fui seqüestrado e, depois, formalmente processado e preso por atividades políticas um pouco antes do golpe militar do general Videla, em 1976.

Posso dizer que o trabalho constante, intenso e sistemático dos comitês pela Anistia e dos meus familiares não apenas encurtou minha permanência nas prisões como também pode ter salvo a minha vida. A ditadura Videla foi uma das mais sanguinárias das que assolaram a América latina nos anos 1960 e 1970,

Ficou preso por motivos políticos na Argentina durante quatro anos. Autor do livro *Pedaços de morte no coração* (L&PM, 1984), no qual faz a análise do regime carcerário da Argentina, mostrando que o objetivo do governo ditatorial argentino era a aniquilação total dos adversários políticos. Foi deputado estadual pelo PT-RS; é membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.



Cartaz em favor da libertação de Flávio Koutzii, brasileiro preso por motivos políticos na Argentina. (Arquivo CSBH)

sendo responsável por mais de 300 assassinatos reconhecidos e pelo desaparecimento de 30 mil pessoas. Portanto, a insegurança era permanente, inclusive dentro das prisões.

A campanha dos comitês que produziam noticiários sobre a minha situação de brasileiro preso na Argentina, as repercussões das visitas da Cruz Vermelha e de entidades e diplomatas significavam uma denúncia permanente da ditadura Videla, fazendo com que minha presença se tornasse um incômodo para o governo militar. Eu estava condenado a seis anos e meio de prisão e acabei, fruto deste campanha, sendo indultado pelos militares. Como não podia retornar ao Brasil, fui para a França como refugiado político, sob a proteção das Nações Unidas. Só estive no Brasil em dezembro de 1979, para rever familiares e agradecer pessoalmente às entidades e pessoas que lutaram pela minha libertação.

Decidi permanecer na França para terminar o curso de sociologia e trabalhar psicologicamente minha experiência nas prisões argentinas que funcionavam para aniquilar o ser humano, quebrar suas referências e destruir suas vontades. Relatei esta experiência na tese que defendi na França e que, quando retornei definitivamente ao Brasil, em 1984, foi transformada no livro *Pedaços de morte no coração*²³. No final das contas, entre o Chile, a Argentina e a França, foram 14 anos longe do Brasil, de Porto Alegre, da minha cidade, dos familiares, dos amigos. Quem viveu a impossibilidade de estar sabe exatamente a importância, o valor e a alegria de retornar.

Gianfrancesco Guarnieri e Vanya Sant'Anna O gosto pela vida e pela luta política

Gianfrancesco Guarnieri, é teatrólogo e ator, participante do movimento dos artistas pela Anistia/SP. Autor de vários filmes e peças de teatro que abordam as violências e injustiças cometidas contra o povo brasileiro. Exemplo disso é a peça *Ponto de partida*, inspirada no assassinato de Vladimir Herzog. Faleceu em 2006, e Vanya Sant'Anna é socióloga e professora universitária. Trabalhou na Fundação Getúlio Vargas e na Fundap. Foi um dos pilares do CBA/SP, integrando com Dodora Arantes e Perseu Abramo o trio responsável pelos documentos mais importantes do CBA.

O movimento pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita que ocorreu nos dois últimos anos da década de 1970 foi, juntamente com o movimento posterior pelas Diretas Já, provavelmente o mais importante fenômeno de manifestação da vontade popular em defesa da democracia, de um futuro favorável à solução dos problemas mais urgentes do país, e demonstrativo da determinação de um povo que, essencialmente, acredita nas possibilidades de ultrapassar os obstáculos que se agigantaram em passado recente, impedindo avanços fundamentais em todos os quadrantes da atividade humana.

Como artista, minha participação na campanha da Anistia concentrou-se basicamente em manifestações e atos públicos. Era necessário que as pessoas soubessem quais as nossas posições diante do quadro político vigente. A campanha pela Anistia nos devolvia a voz, nos fortalecia na batalha pela livre expressão.

Na época, como vice-presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, participei da Executiva do CBA de São Paulo. Durante dois anos, nada foi mais importante na minha vida. A campanha pela Anistia devolveu à minha geração o gosto pela vida, pela luta política, nos fez sorrir em meio às lágrimas e reergueu o nosso olhar.

A sociedade brasileira fartara-se da truculência, dos desmandos e desvarios fanáticos da ditadura. Todos sentiam urgente necessidade de rearrumar o tabuleiro, com todas

O texto em itálico é de autoria de Gianfrancesco Guarnieri e o texto em negrito, de autoria de Vanya Sant'Anna.

as suas peças, para que o embate pudesse continuar, porém em moldes civilizados, respeitando-se os princípios democráticos básicos. A retórica autoritária dos militares no poder já não enganava nem mesmo os mais crédulos. Apesar do bafo ditatorial impregnar nossas vidas, dos poderosos esquemas de atemorização e violência, cada vez mais pessoas se empenhavam na campanha pela Anistia, por considerá-la justa, imperiosa, um dever para com todos aqueles que, patrioticamente, se insurgiram contra a arrogância ditatorial que, pela força, pretendia eternizar-se no poder impondo-nos seu caminho liberticida. A campanha da Anistia significou esses sentimentos todos. Foi extremamente rica em ensinamentos de solidariedade, afeto, determinação. Despertava a consciência política, nos indicava caminhos na procura do que fazer.

Nossa dor se suavizava com o calor das presenças amigas e alertas. A cada pequena conquista, a emoção de uma grande vitória. A esperança voltando a iluminar olhos cansados de sofrimento e angústia pela morte, pelo desaparecimento, pela prisão, pela tortura de parentes, queridos amigos, companheiros de sonho na luta por uma democracia que começara a balbuciar e fora amordaçada.

Formaram-se novos elos de amizade e solidariedade – Judith, Zilah, Perseu, Leda, Luiz Eduardo, Maria, Cristina, Regina Stella, Dodora, quantos dias e noites partilhados na angústia e na esperança, quantas mãos dadas!... Quantos abraços! A imensa tristeza e as enormes alegrias! Nada mais glorioso que a luta vivida até o fim!

Anistia, campanha que, em meio a ferro e fogo, despertou os melhores sentimentos de carinho, afeto e, por que não, ternura. A campanha pela Anistia reorientou nosso processo histórico, despertou e renovou o substrato da luta pelas liberdades políticas e pelos direitos sociais em nosso país.

Gilney Viana Trinta e três dias de greve de fome

Médico e ambientalista. Ex-presos político, deputado estadual pelo PT-MT.

Às 17 horas do dia 22 de agosto de 1979 começou o meu 33º dia de greve de fome em 3.442 dias de cárcere político. Estava fisicamente debilitado e intelectualmente excitado. A prudência mandava ficar deitado, poupar energias e evitar um acidente de percurso na linha de chegada; a ansiedade impulsionava à ação continuada de articulação tentando influenciar os últimos lances da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Na noite do dia 22 de agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou o projeto de Anistia parcial proposto pelo general Figueiredo e derrotou a Emenda Djalma Marinho, que a ampliava, por uma diferença de apenas quatro votos; e o Substitutivo do MDB pela diferença de 15 votos, inviabilizando na esfera legislativa a tese da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Pelo telefone ouvimos, diretamente do Congresso Nacional, os choros e protestos de nossas mães, pais, esposos e esposas, parentes e lideranças do movimento pela Anistia que estiveram nas rampas, nas galerias e nos gabinetes lutando até a última hora para nos libertar da prisão e libertar o povo brasileiro da repressão institucionalizada.

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÍO

Senador Teotônio Vilela, de Alagoas, relator do projeto de Anistia, foi um dos grandes militantes da causa, mesmo pertencendo à Arena, o partido da ditadura. (AE)



Honrando mais este compromisso, o senador Teotônio Vilella telefonou de Brasília ao presídio político do Rio de Janeiro, nos informando dos últimos lances da batalha pela Anistia, das votações e da derrota. Com a mesma voz pausada e firme com que anunciou à nação, depois de visitar os cárceres políticos, que lá não tinha encontrado terroristas, legitimando a nossa resistência armada ao regime e nossa reintegração à vida política nacional, ele vaticinou: depois do movimento cívico pela Anistia e da sua aprovação, ainda que parcial, pelo Congresso Nacional, o regime militar não terá mais condições de manter opositores políticos presos.

Após ouvir nossos familiares, deputados e senadores do MDB, lideranças do movimento pela Anistia, eu e mais 14 presos políticos da Frei Caneca (como os demais presos políticos em greve de fome em São Paulo, Fortaleza, Salvador, Recife, Natal) reunimos nossas últimas forças físicas para fazer uma avaliação da greve de fome e da luta pela Anistia, e chegamos a três conclusões: a Anistia não saiu como nós queríamos; nós continuaríamos presos por mais algum tempo; mas a ditadura militar estava com os seus dias contados! Pausadamente caminhamos até o refeitório e esperamos a nossa primeira refeição após 33 dias de greve de fome, com aquela alegria interior dos que se sentem vitoriosos!

Helena Grecco A luta em Minas Gerais

Mineira, é grande militante das causas libertárias. É professora aposentada. Foi fundadora e presidente do MFPA/MG, fundadora e vice-presidente do CBA/MG.

*“Um dos mais cruéis exercícios da opressão é a espoliação das lembranças.”
(Eclea Bosi)*

Participei da gloriosa luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita como fundadora e presidente do Movimento Feminino Pela Anistia de Minas Gerais (1977-79) e como fun-

dadora e vice-presidente do Conselho Brasileiro de Anistia de Minas Gerais (1978-80). Em Minas Gerais CBA e MFPA atuaram organicamente vinculados.

Primeiro, gostaria de destacar a importância do Movimento Feminino pela Anistia no qual, mais uma vez, as mulheres jogaram papel de vanguarda na história. Se, num primeiro momento, foram as mães, as irmãs e as filhas dos atingidos que se aglutinaram em torno de um objetivo comum – a busca de familiares desaparecidos e a defesa dos familiares presos –, logo em seguida esse movimento se ampliou, se politizou e envolveu os mais diversos setores da sociedade.

Além de feminino, o MFPA teve caráter também feminista. O seu programa tinha a centralidade na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e na luta contra a discriminação e a opressão de gênero. Foram os MFPA que iniciaram no Brasil a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Sua radicalidade é inquestionável:

- pela primeira vez foi constituído legalmente um movimento de enfrentamento direto à ditadura militar;

- esses movimentos tinham funcionamento em cada estado (reuniões regulares, núcleos, conselhos, categorias diferenciadas de sócios etc.) e se articulavam nacionalmente;

- sua visibilidade era significativa: as atividades promovidas eram amplamente divulgadas, possibilitando mobilização efetiva, o que colocou limites concretos à repressão que se abateu ferozmente sobre eles.

As pressões partiram principalmente do braço clandestino da repressão (o Comando de Caça aos Comunistas e suas variantes): bombas, ameaças, intimidações, grampos telefônicos, violação de correspondência. Só em 1978, o MFPA e o CBA/MG foram atingidos por cinco atentados a bomba – um deles na minha casa – assumidos por aqueles grupos. O MFPA acumulou forças e abriu espaço para a constituição dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) que se organizaram pelo Brasil afora e adentro. Os CBAs significaram um salto de qualidade na luta pela Anistia, potencializando sua politização, ganhando radicalidade e promovendo tamanha ampliação que podemos dizer que o movimento assumiu caráter de massa.

Houve importante processo de interiorização e aperfeiçoamento da organicidade, com a criação da Comissão Executiva Nacional, que unificava a agenda e articulava lutas e campanhas por todo o país. Houve também importante processo de internacionalização: os companheiros exilados (cerca de 10 mil) e banidos (118) espalhados pelo mundo se organizaram para denunciar os horrores da ditadura brasileira e angariar o apoio das entidades de direitos humanos dos países que os acolheram. Outra frente importante foi a dos presos políticos, que se organizaram nos cárceres e denunciaram as torturas e as péssimas condições a que eram submetidos.

Além disso, se houve uma internacional da repressão (como a Operação Condor) formada pelas ditaduras que se instalaram no Cone Sul na década de 1970, houve também uma internacional da resistência formada pelos movimentos de direitos humanos e Anistia desses países.

Na minha opinião, o I Congresso Nacional pela Anistia (São Paulo, nov./78), o Congresso pela Anistia no Brasil em Roma (jul./79) e o II Congresso Nacional pela Anistia (Salvador, nov./79, primeiro e último depois da promulgação da Lei de Anistia, 6.683/79)

foram os momentos mais marcantes da luta. Os três, em suas cartas e resoluções políticas, reafirmaram os princípios da luta, que atingiam em cheio a essência do regime militar, a própria Doutrina de Segurança Nacional:

- Anistia Ampla, Geral e Irrestrita *versus* Anistia parcial e recíproca;
- erradicação da tortura;
- esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e desaparecimentos políticos;
- responsabilização jurídica do Estado e dos agentes da repressão;
- desmantelamento do aparelho repressivo.

O Congresso de Roma – no qual tive a honra de ser a representante do Brasil, juntamente com o companheiro Luís Eduardo Greenhalgh – reafirmou todas estas bandeiras e começou a preparar o retorno. O Congresso de Salvador demonstrou que houve a compreensão do caráter político da repressão policial, na medida em que ela provoca sentimento de medo e impotência diante do Estado todo-poderoso; a vinculação com o movimento operário e popular emergente foi colocada na prática como prioridade.

Todos sabemos que a Anistia aprovada na Lei 6.683/79 não foi aquela que queríamos. Ela foi parcial para os opositores do regime e Ampla, Geral e Irrestrita para os torturadores e membros da repressão, antes mesmo de qualquer julgamento. Todas as bandeiras do movimento pela Anistia continuam valendo; aí está a sua importância. A partir da luta pela Anistia, sem dúvida, foi estabelecida nova gramática de direitos humanos no Brasil.

Henry Sobel Persiste a violação dos direitos humanos

Presidente do Rabinato da Congregação Israelita Paulista e coordenador da Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Formou, com D. Paulo Evaristo Arns e com o reverendo James Wright o trio ecumênico que apoiou a luta travada contra as arbitrariedades do regime.

Em agosto de 1999 comemoramos o 20º aniversário da Lei da Anistia, um passo da maior importância na transição do regime militar para a democracia, um marco no processo de abertura política brasileira. A partir da aprovação dessa lei, os exilados puderam retornar ao país, os cassados tiveram seus direitos restituídos, os presos políticos se reintegraram na sociedade. Foi, sem dúvida, uma luz no fim do túnel, razão pela qual nós, os defensores dos direitos humanos, acreditávamos na época que tínhamos alcançado uma grande vitória. Passados 20 anos, entretanto, tenho sérias dúvidas se a Lei da Anistia foi realmente tamanha “vitória”. Confesso que tenho uma relação de amor e ódio com ela. Em primeiro lugar, se Anistiar significa desculpar, conceder perdão a quem perpetrou algum delito, pergunto-me: que delito haviam cometido os militantes de esquerda, os assim chamados subversivos? Alguns, convenhamos, tinham participado de atos “terroristas”. Mas e os outros, os milhares de opositores do regime, cujo único crime tinha sido manifestar suas opiniões e por isso haviam sido presos ou expulsos do país? Que sentido tinha perdoar alguém que havia apenas usufruído da liberdade de expressão, um direito concedido por Deus?

Em segundo lugar, incomoda-me profundamente o fato de que a Anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”, pela qual tanto clamávamos, acabou beneficiando os torturadores e assassinos, esses, sim, culpados de crimes hediondos, premiados pela Lei da Anistia com uma ficha

novinha em folha, imaculada, que lhes permitiu continuar vivendo como se nada tivesse acontecido, alguns até alçados a importantes cargos públicos. Com a redemocratização do país, teve-se a impressão de que a tortura acabou. Impressão falsa. A tortura, um crime inafiançável, de acordo com a Constituição Brasileira, continua a ser praticada pelos agentes do Estado. O espancamento, o choque elétrico, o pau-de-arara são técnicas usadas rotineiramente nos interrogatórios policiais. A impunidade de ontem – resultante, em grande parte, da Lei da Anistia – deu tranqüilidade de consciência aos torturadores de hoje.

Infelizmente, a maioria das pessoas só se revolta com a tortura quando ela é de caráter estritamente político. Quando um criminoso comum é torturado, a sociedade se cala ou – pior ainda – aplaude. A triste verdade é que a violência da polícia conta hoje com o respaldo de uma parcela considerável da população.

O 20º aniversário da Lei da Anistia nos lembra que há muitos problemas mal resolvidos em nosso amado Brasil. O cenário mudou, as vítimas são outras, mas a violação dos direitos humanos persiste.

Em 1979, logo após a aprovação da Lei da Anistia, Perseu Abramo comentou: “Uma batalha vencida, falta ganhar a guerra”. Agora, onde quer que ele esteja (nalgum lugar lá em cima, com certeza), Perseu deve estar torcendo por nós e incentivando-nos a continuar lutando até ganhar a guerra.

Gratidão aos que lutaram pela Anistia **José Dirceu**

Zilah, como você sabe, quando da Anistia eu estava clandestino no Paraná; acompanhei tudo pela imprensa e por alguns contatos em São Paulo – Cláudio Abramo, Paulo de Tarso, Clauset, e outros companheiros e companheiras. É evidente que para mim tudo mudou com a Anistia. Uma vez promulgada, comecei a preparar minha saída do país e minha

Militante político e advogado foado pela PUC-SP. Foi um dos principais líderes do movimento estudantil de 1968. Preso, foi um dos 15 militantes libertados em decorrência do seqüestro do embaixador norte-americano em 1969. Foi banido e viveu vários anos em Cuba. Foi fundador do PT, presidente do partido e deputado federal. Foi Ministro da Casa Civil do governo Lula de 2003 a 2005.



I Congresso Nacional pela Anistia. São Paulo, novembro de 1978. (Acervo Iconographia)

“volta legal”. Vocês podem imaginar a alegria e a angústia de esperar a Anistia e vê-la tornar-se realidade. Depois da volta para o Brasil, passei a freqüentar o escritório do Aírton Soares, onde funcionava o CBA, e participei ativamente de toda luta pós-Anistia com você, o Perseu, o Alípio, a Suzana, o Luiz Eduardo e todos os demais companheiros e companheiras. Fiz questão de ter as tarefas do CBA como primeira atividade, como sinal de gratidão a todos que lutaram pela Anistia, e pelo sentido quase religioso que dou à solidariedade que recebi de Cuba, dos que me ajudaram na clandestinidade e de vocês do CBA.

Você pode imaginar o que significou para mim, que há dez anos vivia na clandestinidade, sem nacionalidade, banido de minha pátria, isolado no Paraná havia quatro anos, pensar em rever meus pais, irmãos e irmãs, companheiros e amigos. Ao mesmo tempo, havia a tristeza de ter de deixar o Paraná, meu filho que acabara de nascer e toda a vida que constituí com tantos, como a Clara, que foi minha companheira das horas amargas e difíceis.

Quero destacar a importância do CBA e do trabalho de milhares de anônimos que lutaram para conquistar a Anistia, figuras como Teotônio Vilela, o papel do Perseu, do Luiz Eduardo Greenhalg, do Aírton Soares, a luta da Suzana Lisboa, que depois continuou e continua até hoje com os familiares dos mortos e desaparecidos, que até hoje esperam o esclarecimento e a responsabilização pelos crimes da repressão, para descansarem em paz.

Sou grato a todos que lutaram pela Anistia e todos os dias procuro fazer, da melhor maneira, aquilo que me restou: continuar lutando pelos ideais dos que deram anos e anos de liberdade por um Brasil democrático e justo, sempre procurando honrar a memória dos que deram a vida por todos nós. Pela Anistia.

José Keninger Primeiro passo rumo à democracia

Economista, presidente do CBA/
RS, familiar de desaparecido
político.

Normalmente, quando se analisa o período discricionário em nosso país, iniciado pelo golpe militar em 1964, e as mobilizações populares que puseram fim a ele, é usual que sejam citadas as greves dos trabalhadores metalúrgicos do ABC como os primeiros movimentos de massa que marcaram o início do fim dos chamados “anos de chumbo”; entretanto, na verdade foi a luta pela Anistia que primeiro mobilizou parte das lideranças políticas de oposição e que obteve apoio público massivo que obrigou o regime militar a ceder e promulgar a Lei da Anistia.

Quem viveu aquele momento sabe que era a defesa dos direitos humanos, tripudiados pela ditadura, a grande ponta de lança inicial da luta pela redemocratização. E esse não é um fenômeno brasileiro, pois outros exemplos mostram que a luta em prol dos direitos humanos está sempre na vanguarda durante os períodos de arbítrio; esse é o caso das “Mães da Praça de Maio”, certamente um dos pouquíssimos movimentos populares que desde o início condenou a Guerra das Malvinas, contrariando a maioria da opinião pública argentina, que não soube reconhecer ali uma manobra diversionista dos generais para encobrir a crise do regime.

Essa é a importância política mais relevante da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, ombreando com o aspecto humanitário sempre presente nesses movimentos.

Outra faceta a ressaltar foi o caráter suprapartidário do movimento, englobando um leque amplo de forças políticas, organizadas ou não, e que se uniram nos Comitês Brasileiros pela Anistia que surgiram em quase todo o país, ao lado dos Movimentos Femininos pela Anistia, Movimentos pelos Direitos Humanos e outros, cuja tarefa foi lutar pela volta dos exilados, pela libertação dos presos políticos, pela denúncia da tortura e pelo esclarecimento dos casos dos mortos e desaparecidos. A Comissão Nacional dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos funcionou sempre juntos aos CBAs, muitas vezes se confundindo com eles; no caso do CBA-RS, assumimos essa bandeira, juntamente com a luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), após a decretação da Anistia.

O II Congresso da Anistia, realizado em Salvador em dezembro de 1979, decidia que os CBAs a partir de então deveriam se juntar aos movimentos populares exigindo a total redemocratização do país; os inúmeros casos de prisões e enquadramentos na LSN que viriam a acontecer, atingindo lideranças dos trabalhadores, se encarregaram de demonstrar a justeza dessa decisão e a necessidade dessa luta.

Ao mesmo tempo que propugnava pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, o CBA-RS participou da campanha pela libertação dos gaúchos Flávia Schilling e Flávio Koutzii, presos no Uruguai e na Argentina, respectivamente.

Do CBA-RS, após a Anistia, surgiu o primeiro movimento organizado no Brasil exigindo o fim da LSN e que congregou dezenas de entidades representativas da sociedade civil. Também por iniciativa do CBA-RS foi publicado pela vez primeira, pela Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, o “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos” que havia sido elaborado por familiares ligados ao CBA-SP, marco histórico dessa luta.

Mais adiante, o CBA-RS patrocinou a elaboração de um vídeo sobre Luiz Eurico Tejera Lisboa, o primeiro desaparecido político cujo corpo foi localizado por sua mulher Suzana Keniger Lisboa, enterrado como indigente no cemitério de Perus, em São Paulo, caso denunciado à opinião pública e amplamente divulgado. A mobilização dos familiares dos desaparecidos políticos no Brasil deflagrou no Cone Sul, todo ele submetido à mesma Doutrina de Segurança Nacional, um movimento que levou à localização dos NN – os “Ningum Nombre”, militantes políticos torturados e assassinados, e enterrados pelas forças da repressão em cemitérios muitas vezes clandestinos.

Essa luta derivou, um pouco mais tarde, para o movimento Tortura Nunca Mais, que denunciava e pedia o fim das torturas que haviam saído dos porões da ditadura para o cotidiano das delegacias em todo o país, e exigia a punição dos torturadores como condição imprescindível para o fim dessa prática, sendo parte essencial do Ato Público com que marcamos em 1989 os dez anos da Lei da Anistia.

Na Lei da Anistia os assassinos e torturadores se auto-anistiarão, mas esses crimes de lesa-humanidade são imprescritíveis e o esclarecimento de todas as mortes e desaparecimentos de militantes políticos e a punição exemplar dos culpados é a única garantia que temos de que tais fatos não mais se repetirão; entretanto, ainda hoje, em 1999, a impunidade é uma realidade, haja vista o episódio do massacre de 19 sem-terra pela Polícia Militar em Eldorado dos Carajás (PA), cujos responsáveis, passados três anos, ainda não foram condenados.

A Anistia não foi Ampla, Geral e Irrestrita como pretendíamos, pois serviu para acobertar os crimes e criminosos até hoje não punidos, mas foi inegavelmente uma grande vitória contra a ditadura militar e se constituiu, como já afirmamos, no primeiro passo rumo à democracia política no Brasil, etapa inicial do processo de emancipação do povo brasileiro rumo a uma sociedade justa e fraterna.

Joviniano Neto Memória e julgamento da ditadura

Sociólogo, ex-presidente do CBA/BA e do CABH (Comitê pela Anistia e Direitos Humanos).

A experiência de ajudar a fazer e acelerar a história do Brasil contra a resistência dos que pretendiam limitar e amesquinhar a democratização. A vivência de uma compreensão e da solidariedade, acima das divergências políticas e ideológicas, com todos os combatentes contra a ditadura militar e com as vítimas da repressão, muitas vezes eles próprios, outras os seus familiares. A progressiva certeza de que ajudava a abrir nova fase da luta pelos direitos humanos, não só nas esquerdas, mas no Brasil. A memória de uma série de momentos inesquecíveis. Estas as lições da minha participação no movimento da Anistia como presidente do CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), membro da Coordenação Nacional dos Movimentos de Anistia e Presidente do CADH (Comitê de Anistia e Direitos Humanos).

A luta dos movimentos pela Anistia conseguiu, em 1978/79, ampliar a lei quando os militares e Figueiredo falavam inicialmente em revisão de processos (que processos? Em muitos casos nem processos, mesmo facciosos, existiam) e revisão de cassações. A Anistia de

1979 não só foi a mais longa a ser concedida na história do Brasil. De 1964 a 1979 passaram-se 15 anos. Foi, também, pelas resistências e mesquinhas, a mais demorada a ser aplicada. Após 1979, a luta continuou até a Constituinte de 1987/88, quando foi ampliada, até 1995, quando a lei reconheceu a responsabilidade do Estado pelos desaparecidos políticos e criou comissão que concluiu seus trabalhos em 1998 com casos pendentes e com os familiares ainda procurando corpos e circunstâncias das mortes. E durante todo esse tempo milhares tiveram de lutar para conseguir reintegração, aposentadorias e indenizações. Por tudo isto, a Anistia de 1979 não gerou esquecimento, mas o julgamento do regime militar.

A luta contra a ditadura, as prisões e punições arbitrárias, a espionagem pelo SNI, as torturas e mortes contribuíram para que as

Cartaz da campanha pela Anistia. (Acervo CSBH)



esquerdas valorizassem a luta pelos direitos humanos, minimizada, antes de 1964, como parte do ideário liberal ou como garantias já consolidadas no período democrático de 1946/64. A história mostra o momento da luta pela Anistia como o do surgimento de organizações e lutas que estão na base do movimento nacional de direitos humanos que, hoje, reúne mais de 300 entidades no Brasil. O primeiro encontro nacional dos movimentos de Anistia e direitos humanos, realizado em 1978, em Salvador, no CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), presidido por mim e do qual saiu a coordenação nacional, já reunia representantes do Movimento Feminino pela Anistia, Comitês Brasileiros pela Anistia e Sociedades de Defesa dos Direitos Humanos. E aí já começamos a falar de eventos memoráveis. Lembrarei rapidamente e fora de ordem alguns dos tantos que aconteceram na Bahia.

A abertura do II Congresso Nacional de Anistia, em dezembro de 1979, em auditório do Colégio 2 de Julho (presbiteriano), o maior que conseguimos, depois de procurarmos mais de 30 lugares enfrentando a pressão dos agentes que fechavam portas, mesmo aquelas que, diante do pedido do cardeal D. Avelar, inicialmente admitiam se abrir. A sensação de vitória – o auditório superlotado, extravasando gente pelas escadas, corredores, pátio. Uma imensa mesa diretora com representações de todas as oposições e grupos atingidos. O apoio de um conjunto de entidades – Clube de Engenharia, Associação dos Sociólogos, Associação dos Funcionários Públicos, escolas etc. –, que, na ausência de local único, descentralizou os trabalhos no Congresso possível. Junto com a vitória a percepção das dificuldades e da pressão para abafar a luta por parte de adversários e antigos aliados.

A alegria das filhas pequenas de Haroldo Lima, no dia da sua soltura e no gabinete do diretor do presídio. E a reação do agente penitenciário impedindo que se fotografasse uma delas sentada na cadeira do diretor – “Vocês querem que ele seja demitido?”

O baixo, intenso e dolorido depoimento de Dilma Alves, no antigo teatro Vila Velha, falando de Mário Alves, baiano, ex-deputado, morto do modo mais cruel (empalado com um cano de ferro) pelos torturadores.

A beleza da Hora Santa – momento de reflexão e orações – realizada na capela do Colégio Antônio Vieira, em apoio a presos políticos em greve de fome. Um momento no qual a Igreja Católica, graças inclusive à ação de padre Renzo Rossi, visitador dos presos políticos no Brasil e pároco na capelinha de São Caetano em Salvador, já revira a rejeição à greve de fome como uma forma de suicídio para entendê-la como uma forma-limite de luta pelos direitos e pela vida.

A alegria de Elis Regina após abrir espaço no teatro do Instituto Normal para a manifestação do CBA, com o apoio do público que entendera o recado de suas músicas.

As passeatas, a repressão, as prisões e a libertação dos manifestantes que levavam à rua a luta pela Anistia e as tergiversações do governo estadual, ordenando e negando ações repressivas feitas pela Polícia Militar.

A ação de D. Avelar visitando presos políticos, rezando missas, apoiando o padre Renzo e o movimento sem perder a imagem de moderado. E do seu irmão, Teotônio Vilela, senador, visitando as prisões e, apoiado na bengala, discursando na rua, mostrando que se pode viver e lutar bem à sombra da morte.

A fúria da direita e as ações desencontradas e arbitrárias das autoridades quando Theodmiro Romeiro dos Santos, primeiro preso político condenado à morte e que não seria

atingido pela Lei de Anistia, fugiu da penitenciária. Theodomiro era um mito raivosamente construído pela direita – o “bandido” que “covardemente” havia morto um sargento da aeronáutica. Mito que esquecia que o “sargento” estava à paisana, participando de uma ação policial de seqüestro à qual provavelmente se seguiria tortura e, talvez, morte. Theodomiro era símbolo – seu retrato quase adolescente, algemado no julgamento, corria mundo nos cartazes da Anistia.

A colocação da placa da pequena rua Jorge Leal Gonçalves, a primeira em Salvador homenageando um desaparecido e colocada em bairro (Itapagipe) no qual viveu. Na década de 1990, gestão Lídice da Mata, todos os desaparecidos políticos baianos ganharam nome de rua em um bairro – ironia da história – chamado Castelo Branco.

Os poetas nas praças lançando o grito dos “filhos da noite” e cordelistas traduzindo a Anistia para a tradição popular sertaneja.

Tantos eventos. Terminei com uma primeira lembrança. Presidente da ASEB (Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia), espaço onde inicialmente funcionou o CBA, no meu primeiro pronunciamento, ainda reticente com a idéia da Anistia representar esquecimento e reconciliação, comecei falando: “A palavra Anistia significa (etimologicamente) esquecimento. Mas eu não quero esquecer”. E lembrei da morte ou tortura de companheiros de geração. A história e a mesquinha dos governantes e a luta dos movimentos de Anistia fizeram com que a Anistia de 1979 não produzisse esquecimento, mas memória e julgamento da ditadura militar. E convicção da necessidade de aprofundar a luta pelos direitos humanos e pela democratização.

Judith Kardos Klotzel **Laços de solidariedade**

Professora e pesquisadora aposentada da USP; teve papel destacado na ADUSP e foi das mais dedicadas integrantes da Comissão Executiva do CBA/SP.

Participei do CBA, desde o início de sua formação. Representando a ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), fui às primeiras reuniões no teatro Ruth Escobar, em que se discutiu a formação do CBA de São Paulo. Fui designada pela diretoria da ADUSP como suplente de representante na Comissão Executiva do CBA e pouco tempo depois assumi como titular. As reuniões da Comissão Executiva foram feitas na minha residência durante muito tempo. Apesar de sérias, essas reuniões assumiam um tom de amizade e mesmo intimidade, com lanchinhos ou sopinhas para os representantes que vinham diretamente do trabalho. Assumi o papel de responsável por contatos nacionais com políticos, e com muitos dos CBAS de todo o Brasil.

Participei ativamente de quase todas as atividades do CBA São Paulo: os congressos pela Anistia, em São Paulo, Bahia, reuniões em Belém, idas a Brasília, atos públicos, passeatas, coordenação da atividade de Anistia dentro da USP, pela Anistia dos professores cassados.

Os anos de luta pela Anistia, assim como as atividades posteriores, a recepção de anistiados em aeroportos, a conquista de Anistia para os cassados e presos políticos, o apoio à greve dos metalúrgicos do ABC etc. constituíram durante vários anos a minha atividade

prioritária, quando freqüentemente descuidava das atribuições como professora da USP, sendo advertida pelos meus colegas de que eu estaria me prejudicando profissionalmente.

As nossas atividades foram tantas que fica difícil resumir tudo em poucas palavras. Grande parte delas deixaram marcas indeléveis, que voltam à tona da mente e dos sentimentos, em capítulos ou rasgos entre nuvens esquecidas. Por exemplo, o acompanhamento das várias greves de fome dos companheiros presos, a recepção de Flávia Schilling no aeroporto, depois de sua libertação, a visita a familiares de presos e desaparecidos, os depoimentos de pessoas após sua libertação etc.

Dois episódios ilustrativos: uma visita à mãe idosa do deputado Rubens Paiva, quando ela ainda não se conformava com o desaparecimento de seu filho. Com lágrimas nos olhos levou-me ao seu quarto; em uma mesa, mostrou as fotografias de seus dois mortos: o marido, e um filho falecido pouco depois do desaparecimento de Rubens Paiva. Depois, em outra mesinha, fotografia de Rubens Paiva, “este não sei se está vivo ou morto”.

Mais alegres e animadores foram os contínuos contatos com Teotônio Vilela, sempre prestativo e ativo em tudo que dizia respeito à Anistia e à luta contra a ditadura. Em uma primeira ida de representantes dos CBAs a Brasília, vínhamos andando pelo corredor, quando Iramaia Benjamin, avistando Teotônio, disse: “Este é o único parlamentar da Arena com quem vamos conversar”, e perguntou: “Que tipo de Anistia o senhor preconiza?”; e ele: “Anistia não tem adjetivo, é Anistia mesmo”. [...]

Considero a minha participação no processo de Anistia a parte mais significativa de minha vida (fora da família), e a contribuição mais importante para a sociedade em geral. Atrevo-me mesmo a afirmar que acredito ter dado uma pequena contribuição para a conquista da democracia. Esta atividade significa mais do que os aproximadamente 50 trabalhos científicos que publiquei em revistas nacionais e estrangeiras, as mais de 12 teses de mestrado e doutorado orientadas.

A luta pela Anistia fez com que eu crescesse e amadurecesse política e pessoalmente. Certamente essa atividade influenciou os meus filhos, que por sua vez participaram de outras formas na resistência. Aliás, as influências foram recíprocas. Certamente o exemplo de nossa luta também se estendeu a meus amigos, orientandos e todas as pessoas com quem convivemos. Formaram-se laços de solidariedade e amizade indestrutíveis com os companheiros de luta, por tudo que passamos juntos, que perduram mesmo depois de trilharmos caminhos políticos diversos. Pelo menos eu sinto assim.

“Não chore mais” Laís Abramo

Julho de 1973, Rio de Janeiro. Eu era estudante de Ciências Sociais na USP. Estávamos dando os primeiros passos na reorganização do movimento estudantil, desarticulado após 1968. Estava no Rio com um amigo e companheiro de luta estudantil. Uma noite fomos ao encontro de um outro companheiro, que estava na clandestinidade. Com as precauções de costume, saímos andando pelas ruas do Rio, conversando sobre várias coisas: a situa-

Socióloga; foi líder estudantil nos anos 1970, diretora do DCE Livre da USP, participante ativa da campanha do CBA/SP. É diretora para o Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

ção política, as últimas prisões e desaparecimentos, o que fazer diante de tudo isso. Ele era baixinho, barbudo e muito simpático. Eu não podia perguntar nem dizer nada (eram as regras da época), mas tinha quase certeza de que se tratava de Honestino Monteiro Guimarães, último presidente da UNE, perseguidíssimo pela repressão. Ele nos contou que havia acabado de escrever um “Mandato de Segurança Popular”, um documento em que denunciava as repetidas ameaças de morte que vinha sofrendo, e que tinha a intenção de enviar para as autoridades políticas e militares, parlamentares e outros personagens proeminentes do país, em uma tentativa de defender a sua vida, que ele sabia estar em risco, e de denunciar antecipadamente qualquer versão fabricada sobre uma possível prisão ou desaparecimento.

Mas não falamos só de política. Terminamos a caminhada no Aterro do Flamengo, numa bela noite de lua cheia, nos sentamos no chão perto do Monumento aos Pracinhas e conversamos sobre muitas outras coisas. Nos meus 19 anos, impressionou-me muito ouvi-lo falar das saudades que tinha da filha pequena, e da sua impossibilidade de vê-la devido à perseguição da qual era vítima. Poucos meses depois recebemos a notícia do desaparecimento de Honestino. E não sei quanto tempo depois (quando me atrevi a perguntar ou quando alguém se atreveu a me contar) tive a confirmação de que era ele mesmo o nosso companheiro de caminhada naquela noite.

Por isso, quando ouvi pela primeira vez o Gil cantando “Não chore mais”, levei um susto. Tinha a sensação de que ele estava falando de nós, daquela caminhada, daquela noite: “bem que eu me lembro, a gente sentado aqui, na grama do Aterro, sob o céu... ob-observando estrelas, junto à fogueirinha de papel... amigos presos, amigos sumindo assim... pra nunca mais...”. E até hoje, sempre que ouço essa música lembro daquela noite, e do Honestino.

E talvez tenha sido por isso também que, mais de cinco anos depois, em novembro de 1978, no I Congresso Brasileiro pela Anistia, eu tenha decidido participar da “Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos”. Eu continuava nas Ciências Sociais (fínzinho de curso) e tinha sido diretora do DCE-Livre da USP “Alexandre Vannucchi Leme”. Havíamos vivido muitas coisas naqueles anos: as primeiras articulações em defesa dos direitos humanos, os dois grandes atos religiosos da Catedral da Sé, em protesto contra os assassinatos de Alexandre Vannucchi Leme (1973) e Vladimir Herzog (1975), o lento processo de reorganização do movimento estudantil, que havia explodido nas ruas das principais cidades do país em 1977, e o reaparecimento na cena pública do movimento operário, a partir das greves de maio de 1978. O Movimento pela Anistia (Ampla, Geral e Irrestrita, e com punição aos torturadores, como reivindicávamos) era uma continuidade de todo esse processo e tinha o grande mérito de criar um espaço de articulação e encontro de todos os setores que vinham se destacando na luta contra a ditadura. O Congresso pela Anistia foi um momento de consolidar, avançar e socializar todo o esforço desenvolvido pelo CBA durante tantos meses, e que, por sua vez, estava baseado na luta que vinha de muito antes, articulada pelos familiares e amigos das vítimas da repressão, com apoio de seus advogados.

A Comissão que iria tratar da questão dos mortos e desaparecidos estava composta, na sua maioria, por esses familiares. Alguns deles já se conheciam e haviam compartilhado, em momentos anteriores, buscas, esperanças, pistas, decepções, frustrações, impotência. Mas

naquele encontro havia mais gente, e quando cada um deles começou a contar a sua história foi como se, coletivamente, começássemos a montar um imenso quebra-cabeça. Foi como se, de repente, através dos fragmentos de informação que se entrelaçavam, das memórias e lembranças de cada um, naquele momento compartilhadas, comessem a aparecer outra vez ante nós aqueles companheiros e companheiras. Foi como se, de alguma forma, conseguíssemos com isso resgatá-los do silêncio, da escuridão e do esquecimento aos quais haviam sido condenados pela violência repressiva da ditadura militar.

Voltando à música do Gil: a única coisa com a qual eu não consigo me identificar é quando ele diz: "... as recordações, retratos do mal em si, melhor é deixar pra trás". Entre outras coisas, o movimento pela Anistia foi justamente o oposto disso: uma recusa a deixar para trás, uma recusa ao esquecimento. Uma tentativa de refazer, coletivamente, publicamente, as versões da história. Se alguma vez esse foi o sentido da palavra Anistia (esquecimento, perdão), esse sentido foi transformado pelo nosso movimento coletivo, que deixou a sua marca na luta pela redemocratização do Brasil.

Um tempo febril **Larissa Pelúcio**

O ano era 1979. Fazia um ano que minha família havia mudado para São Paulo, uma cidade que eu repelia com o ódio que só os adolescentes são capazes de sentir. Mas aos 15 anos, quase 16, não custou muito para a adolescente que eu era passar do ódio ao amor incondicional pela cidade. Ainda que ela fosse poluída, fétida, entupida de carros, que eram as coisas que mais me incomodavam a princípio, São Paulo era alucinante e alucinada. Tinha vida e, principalmente, vida política. Isso eu vinha aprendendo desde o fim de 1978, quando fizera campanha para Fernando Morais – "O candidato da maioria silenciada" –, que pleiteava um lugar na Assembléia Legislativa, e Fernando Henrique, um intelectual que acabara de voltar do exílio e queria o Senado.

Era tudo feito de uma forma febril, com a certeza de que poderíamos mudar os rumos políticos do país (e acho que de certa forma mudamos mesmo). Panfletagens, reuniões, discussões, corre-

Militou no extinto MDB e hoje é filiada ao PT em São Carlos (SP). Professora de história, é doutoranda em Ciências Sociais na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).



Primeira aparição pública de Luís Carlos Prestes no retorno do exílio. São Paulo, 9/12/1979. (Acervo Iconographia)

ria. Boca-de-urna feita na saliva, no convencimento; com uma fé e uma verdade que nunca mais fui capaz de ter pela política. Paixão.

O Brasil vivia um momento especial, crucial, empolgante. Fernando Moraes foi eleito, Suplicy, Geraldinho Siqueira, Alberto Goldman, Airtton Soares, estavam todos lá. “Vitória” eleitoral também para o candidato ao Senado, Fernando Henrique, que ficou como suplente de Franco Montoro.

Eu e a moçada que integrava a campanha estávamos superentusiasmados. No final dos anos 1970 ainda tínhamos uma nostalgia por um passado que não havíamos vivido. Todo mundo queria ser um pouco “guerrilheiro, forasteiro, orra, meu!” Havia uma causa para se lutar: a redemocratização do país. “O povo, unido, jamais será vencido”, acreditávamos piamente. Passeatas, atos políticos na Sé pela abertura e pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Palavras de ordem repetidas com a convicção dos puros, aos urros, aos berros na Sé, com fé.

A praça da Sé era o *point*, ou o *locus* privilegiado de ação, como preferirem. Lembrome de que um dia, passando por lá, vi um pequeno grupo em torno de uma mulher que falava sobre o marido exilado. Parei. Ouvi tudo aquilo como quem tem uma revelação. Não que eu desconhecesse aquela realidade, mas daquela forma, contada por uma pessoa que vivia o drama, uma testemunha... era forte e verdadeiro. Anistia, já. Abertura, já. “Ninguém agüenta mais a ditadura dos generais!”

Assassinaram Santo Dias, um operário que fazia piquete em uma greve na Zona Sul de São Paulo. Fez-se uma imensa passeata que desceu da igreja da Consolação até a Sé. As pessoas saíam às janelas e jogavam papel picado sobre a gente, aplaudiam, outras engrossavam a marcha. Eu estava inteiramente arrepiada e comovida. Lembrando-me desse momento ainda me emociono. “Você aí parado também é explorado”, gritávamos, tentando convencer as pessoas a nos seguir até o ato.

Logo depois, começaram a chegar os presos políticos e exilados. Íamos com faixas e farra recebê-los. Gabeira, Brizola, Arraes, Almino Affonso... Depois chegou o “Velho”, o camarada Prestes, um verdadeiro ícone. Lá estávamos nós na Lapa, em um sindicato, se não me engano, para ouvi-lo.

Dias febris. Mario Covas e Almino foram ao diretório do MDB de Pinheiros, antigo comitê de campanha de Fernando Moraes, para uma espécie de palestra. Nós, os “jovens”, boíamos. A gente era meio porra-louca e não entendia muito bem aquele negócio de “questão de ordem, companheiro”, “um aparte”, “mesa, por favor, mesário, ordem”. E os termos, então?! Conjuntura, revisionismo, esquerdismo, rachar, maoístas, tendências, stalinista...

Precisávamos, urgentemente, ler o *Manifesto*, Lenin, Che, Plekhanov; ir mais além e ler Reich, discutir a sexualidade, a questão da mulher, das minorias. De repente o mundo havia crescido, nós havíamos crescido e o país... quanto otimismo, companheiros, quanto otimismo.

Os presos políticos voltavam, a oposição tivera – uma ano antes, em 1978 – uma vitória esmagadora nas eleições para o Legislativo, a censura começava a cair, as passeatas e os atos engrossavam. Havia um clima de festa (sem essa de tachar de esquerda festiva esse envolvimento tão honesto de parte de uma geração que se alfabetizava em política).

A imprensa nanica ganhava espaço e leitores. Vendíamos pôster do Che. Usávamos boina do Che. Citávamos Marx. Cuba era um sonho. A música latino-americana de protes-

to virava febre... “Soy loco por ti América, ellos no pasaran” e “amanhã vai ser outro dia”, isso era tão certo quanto a revolução.

Vinte anos depois, a sensação que fica é de que Walter Benjamin tinha razão: todos somos personagens históricas. E fomos. E somos.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Artistas na campanha da Anistia **Lélia Abramo**

Embora eu não estivesse presente e só soubesse do ocorrido através do noticiário de jornais e de vários relatos, um dos acontecimentos mais chocantes de 1977 foi a invasão do campus da PUC, na noite de 22 de setembro, comandada pelo então secretário da Segurança, coronel Erasmo Dias. [...]

A revolta causada por esse episódio contribuiu para intensificar a luta pela Anistia. A parte mais progressista da Igreja Católica estava presente através de organizações como a Comissão Justiça e Paz e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que lutavam pelos direitos humanos, mas estava também na base de muitos outros movimentos populares como o Movimento contra a Carestia e o da Panela Vazia e o Movimento de Saúde da Zona Leste, cujos membros, especialmente na periferia, iam de porta em porta, procurando conscientizar a população para lutar por melhorias nas condições de vida e contra a repressão. [...]

Ao mesmo tempo em que os movimentos pela Anistia se organizavam e evoluíam, explodiam as greves dos metalúrgicos do ABC, que lutavam basicamente por melhorias salariais. Meu interesse foi despertado pela força com que esse movimento surgiu. Tratava-se de uma categoria de trabalhadores da indústria que, sendo mais bem remunerada, tinha um nível de vida um pouco mais alto que outras categorias, o que lhes facultava maior consciência sobre as questões de direito trabalhista e direitos humanos. Os trabalhadores promoviam greves que não eram somente impulsionadas pela luta reivindicatória de ordem salarial. O que me parece, embora não o pudesse confirmar, é que o impulso dos grevistas continha uma consciência política de classe.

Embora não houvesse de início muita coesão entre os vários movimentos, foi se desenvolvendo uma irresistível convergência em direção ao mesmo objetivo.

Na atmosfera pesada em que vivíamos nesse final de década, o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e as greves do ABC (Grande São Paulo) provocavam grande impacto e eram ao mesmo tempo exemplos estimulantes contra a opressão de que éramos vítimas.

O povo já se manifestava pela Anistia em nível nacional, pressionando o governo militar.

No dia 7 de setembro de 1978, deu-se o encontro dos Movimentos pela Anistia, em Salvador, Bahia, no qual eu estava presente, tendo assinado a Carta então elaborada.

Pouco depois, de 2 a 5 de novembro, realizou-se o I Congresso pela Anistia, do qual participei.

Na abertura do Congresso estavam, compondo a mesa, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, da Comissão Justiça e Paz, da Comissão Pró-União Nacional dos Estudan-

Atriz, sindicalista e militante política durante toda a sua vida. Foi presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED) de São Paulo e participou intensamente do movimento dos artistas pela Anistia; Fundadora do PT, figurou entre os seis primeiros a assinar a ata de fundação do partido. Foi candidata a suplente de senador na primeira eleição disputada pelo PT (1982). Faleceu em 2004.

Depoimento baseado em trechos selecionados por Lélia Abramo de seu livro *Vida e arte - Memórias de Lélia Abramo* (Editora Fundação Perseu Abramo, 1997).

tes, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, além de um familiar de preso político de Pernambuco e de um familiar de preso político desaparecido e do deputado cassado Lysâneas Maciel, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, pela legislação eleitoral em vigor naquele momento, representava o papel de partido de oposição.

Estavam presentes também vários representantes de organismos internacionais que davam apoio ao movimento, como o Tribunal Bertrand Russell (que havia julgado os crimes de guerra do Vietnã), a Comissão Internacional de Juristas Católicos, o Comitê de Solidariedade França-Brasil, além de entidades semelhantes da Suíça e ainda membros do Parlamento italiano. Muitas outras entidades internacionais enviaram propostas, teses e moções de apoio à luta pela defesa dos direitos humanos. O movimento adquiria uma grande força. [...]

Nessa ocasião, eu e todos os presentes assinamos o Manifesto da Anistia.

O movimento pela Anistia foi se ampliando e envolvendo um número cada vez maior de pessoas e de categorias sociais, que passaram a atuar cada vez mais e de forma organizada.

Era o período em que eu trabalhava pela regulamentação de nossa categoria, além de estar participando de gravações de “casos especiais” na TV Cultura. Nos rápidos intervalos entre uma viagem e outra conseguia participar também do movimento pela Anistia.

Lembro-me que organizamos, nós atores, uma tática bastante audaciosa, não somente em São Paulo, mas também no Rio e em Salvador: tratava-se de visitar os presídios em que estavam presos políticos. Eu, como presidente do SATED (Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão), convidava as mais conhecidas entre as atrizes de televisão para essas visitas. Formávamos pequenos grupos, o suficiente para lotar o fusca de um

deputado cassado: Mário Covas. Sua participação, sua compreensão e sua solidariedade foram de imensa importância, apesar de ele estar, pessoalmente, impedido, por sua condição de cassado, de ingressar nos presídios. Covas – posteriormente prefeito e governador de São Paulo – ficava pacientemente esperando nas imediações. Ele também nos cedia o seu escritório para rápidas reuniões quando decidíamos quem convocar para as visitas.

Certo dia, fomos ao presídio Barro Branco, com um grupo do qual fazia parte Bruna Lombardi, que, maravilhosa como sempre, muito à vontade, adentrou aquele lugar horrível. Ao chegarmos ao pátio houve um grande alvoroço: muitos soldados que estavam de guarda, vigiando dos altos muros que cercavam o edifício, curiosos e deslumbrados com a visão da bela criatura, aglomeraram-se num canto da muralha, de onde podiam avistar a diva. Tivéssemos previsto essa reação por parte dos vigilantes, po-

*Paulino Vieira
deixa a
penitenciária em
Salvador (BA),
1979. (AE).*



deríamos ter aproveitado para antecipar a Anistia dos presos políticos que ali se encontravam detidos. Não foi sem receio que constatei tal situação.

Dias depois, eu recebi ordem de um quartel militar, da capital, cuja identificação agora me foge, proibindo-me a entrada nos presídios em que houvesse presos políticos. Jamais imaginei ocasionar tal preocupação. Lembro-me de que houve, na Câmara Municipal, uma reunião em que me foi comunicado tal absurdo e a única voz que se levantou contra o fato foi a de Perseu Abramo.

Tais acontecimentos, comuns naqueles tempos, não nos impediam de continuar a protestar contra a opressão através de outras formas. Decorridos 15 anos de ditadura, todos ansiavam pelo regresso dos exilados e pela libertação dos presos políticos. O movimento cresceu tanto, com a participação de vastas camadas da população, e exerceu tamanha pressão que, em 28 de agosto de 1979, foi promulgada a lei de Anistia, apesar de não corresponder às nossas expectativas, pelas quais tanto havíamos lutado: Ampla, Geral e Irrestrita.

O regresso dos exilados foi motivo de concorridas recepções nos aeroportos. A cada desembarque – e eles chegavam um ou dois de cada vez – não faltavam discursos e flores, risos e lágrimas de alegria. Houve também muitas lágrimas de tristeza por todos os sofrimentos passados e por todas as pessoas que não haviam tido condições de sair do país e que aqui mesmo foram mortas pela repressão ou rotuladas como “desaparecidas”. Além disso, deveríamos continuar a luta pela libertação de alguns brasileiros que se encontravam presos em outros países da América Latina, como Flávia Schilling, na época ainda detida no Uruguai.

A luta pela Anistia na Europa **Luiz Hildebrando Pereira da Silva**

A campanha da Anistia em Paris, centro nevrálgico da oposição brasileira no exílio a partir de 1973, teve evolução exemplar no sentido da convergência unitária das diferentes correntes políticas de esquerda, fruto de longa e paciente negociação.

Logo depois do golpe de abril de 1964, entre 1964 e 1968, os exilados em Paris eram poucos. Apenas personalidades como o ex-presidente Kubischek, os ex-ministros Celso Furtado, Almino Affonso, Raul Ryff e Waldir Pires, ex-deputados como Josué de Castro, dirigentes da UNE como José Serra, Vinícius Caldeira Brandt, Nelson Vanuzi e alguns cientistas e universitários. Após 1968, com o AI-5 e o reforço da repressão no país, a população de exilados aumentou com a chegada de outras personalidades da área intelectual, como Oscar Niemeyer, e alguns políticos, como os ex-deputados cassados Márcio Moreira Alves, Fernando Perrone e David Lerer, além do governador Miguel Arraes, que se instalara em Argel.

A partir de 1970 Paris se tornou centro importante do exílio político, com a instalação de Arraes em Argel e a chegada dos 40 prisioneiros políticos liberados após o seqüestro de diplomatas, entre os quais Apolonio de Carvalho. As atividades de Niemeyer e sua equipe em Argel, com a construção das novas universidades encomendadas pelo presidente Boumedienne, promoviam freqüentes deslocamentos entre Argel e Paris, facilitando interações entre os exilados na Argélia e os parisienses, fortalecidas pelas passagens de Arraes por

Médico e pesquisador na área de parasitologia. Foi preso e demitido do cargo de professor da Faculdade de Medicina da USP nos primeiros momentos em que se instalou a repressão ditatorial dentro da Universidade de São Paulo, sendo forçado a sair do país. Durante o exílio na França, desenvolveu trabalhos que lhe deram renome internacional.

Paris. A casa de Pierre Gerveseau e Violeta Arraes Gerveseau no 16.º bairro de Paris se transformou então em centro de conspiração e encontros obrigatórios de exilados e entre estes e os brasileiros de passagem.

A partir de 1973, após o “pinochetaço” no Chile, verificou-se a revoada maciça de exilados brasileiros para a Europa. A França foi o país europeu que recebeu o maior número de exilados vindos do Chile, entre os quais mais de 800 brasileiros, seguida de Suécia e Bélgica e, em menor escala, Suíça, Holanda e Itália. Note-se que assistíamos na França nessa época aos primórdios do Programa Comum da Esquerda (que levou à vitória da coalizão socialista-comunista com Mitterrand em 1981). Nessas condições, reforçava-se a solidariedade às lutas de libertação nacional como no Vietnã e aos povos latino-americanos como os de Brasil e Chile. Na Associação France-Amérique Latine, víamos sentar-se, no comitê diretor, representantes dos três grandes partidos de esquerda (PCF, PS e MRG) e das grandes centrais sindicais (CGT, CFDT e FEN).

O quadro político-institucional humano da esquerda brasileira em Paris ficava também definido. A força política mais estruturada era, sem dúvida, o PCB. Com a presença em Paris de Armênio Guedes, reforçada pela chegada de Zuleica Alembert, vinda do Chile, mantinha dois quadros importantes do comitê central, apoiados ainda em Sérgio Moraes em Genebra, Marco Moro e Ruth Tegon em Bruxelas, Marcus Del Roio em Milão e Marcus Jaimovitch em Argel. A organização de base do PCB em Paris-Lion contava com mais de 30 membros e um largo grupo de simpatizantes. Apoiada basicamente na estrutura do PCF, a OB desenvolvia suas ações de solidariedade ao Brasil e a denúncia internacional da ditadura militar através da Associação France-Amerique Latine. Outras forças políticas de esquerda eram menos representativas, com exceção do PCBR que alinhava a figura legendária de Apolonio de Carvalho, ex-comandante e herói da Resistência Francesa na guerra de 1940/45. As outras organizações e grupos não tinham à sua frente mais do que antigos dirigentes estudantis ou jovens ativistas sindicais. Contavam-se entretanto em grande número, com quantidade variável de aderentes e amigos: o PCdoB, a AP e a APdoB, a VPR, o MR-8, a VAR-Palmares, a POLOP, o grupo Debate etc. Em seu conjunto a população da ultra-esquerda ultrapassava largamente a população da esquerda clássica, mas sua extrema divisão a desfavorecia em termos de liderança.

Os conflitos entre as diferentes correntes da esquerda, que se manifestavam desde os anos 1960, se cristalizavam essencialmente em torno da questão de métodos de luta. De um lado havia organizações e correntes que defendiam a necessidade de “luta armada” para derrubar a ditadura e abrir caminho para um poder democrático e popular. Essa tese se manifestava em alternativas diversas, defendendo algumas correntes a necessidade de guerrilhas rurais, outras a de ações urbanas capazes de induzir revoltas populares e a “revolução popular de conteúdo socialista”. Tais tendências foram fortalecidas e prestigiadas com a reunião da “Tri Continental” em Havana em 1967, o desencadeamento da guerrilha de Guevara na Bolívia e das guerrilhas na Colômbia, movimentos que se proclamavam convergentes com a palavra de ordem do “Che” : “criar Vietnãs em todo o mundo”.

O PCB, isolado entre as forças de esquerda no país, defendia uma linha centrada na ação popular e da sociedade civil pela reabertura democrática em ligação com os movimentos sociais e, em particular, no que se chocava com a ultra-esquerda, uma coordena-

ção com a “oposição legal”, isto é, com a oposição admitida pela ditadura que se estruturava em torno do MDB (considerado pela ultra-esquerda elemento integrante do esquema da ditadura militar).

O clímax da confrontação em Paris entre as correntes ditas “reformistas”, lideradas pelo PCB, e as ditas “revolucionárias”, constituídas por um grande número de organizações e frações dissidentes, se deu entre 1967 e 1972. A confrontação coincidia com o desenvolvimento do “Maio francês de 1968”, que propiciava o surgimento na França de centenas de movimentos, dissidências, frações e grupos ultra-esquerdistas devotados à “revolução mundial” e, por definição, favoráveis às correntes ultra-esquerdistas da diáspora brasileira e sul-americana.

Paradoxalmente, foi após o pinochetato chileno e a chegada de centenas de exilados brasileiros e sul-americanos na França no final do ano 1973 que começou a quebrar-se o gelo entre as duas tendências conflitantes da esquerda brasileira. Isso foi favorecido pelas vitórias esmagadoras da “oposição legal” do MDB nas eleições de 1974, pelo surgimento do neo-sindicalismo no ABC paulista e pelas ações de oposição à ditadura na sociedade civil brasileira com os movimentos de juristas, jornalistas (ABI), cientistas (SBPC), tornando clara a importância da sociedade civil e da oposição legal.

Esses e outros elementos prepararam o ambiente político e social da diáspora brasileira para unir-se em torno do movimento em prol da Anistia. A iniciativa decorreu igualmente de visitas a Paris de membros do Comitê Feminino pela Anistia que, em São Paulo, sob impulso de Terezinha Zerbini, Ruth Escobar, Jovina Pessoa e outras, desenvolvia, desde o Congresso da UNE de Ibiúna, um intenso movimento em favor da Anistia. Terezinha Zerbini tinha ligações com os dominicanos brasileiros exilados e conseguiu facilmente mobilizá-los. Por outro lado, estabeleceu-se um relacionamento direto do movimento de mulheres de Paris, que já era unitário, com os movimentos de mulheres brasileiras nas outras cidades européias e com o grupo do jornal *Brasil Mulher*, de São Paulo, que assumira papel importante no movimento de Anistia no interior do país. Pode-se assim dizer que o movimento de mulheres teve um papel precursor da convergência unitária. Faltava um elemento de circulação aceito na área ultra-esquerdista para cristalizar o movimento. Alguns elementos fizeram esse papel, mas os que mais se salientaram foram José Aníbal, André Luiz, Jean Marc von der Weid e Sérgio Menezes. Conseguiu-se assim reunir representantes das correntes para definir a área de ação e o terreno de entendimento para a ação unitária. Isso não se fez sem dificuldades e durou não menos de três meses de contínuas reuniões. Três dificuldades maiores se apresentavam: a de definir que “organização” seria reconhecida com direito a assento na mesa diretora da campanha; a de definir os princípios de tomada de decisão: maioria?, unanimidade?, direito de veto?; a de saber que amplitude devia tomar a campanha de Anistia.

Famílias de presos e desaparecidos reivindicam Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, 1979. (AE)



Três meses de reuniões e debates acalorados para vencer preconceitos de cada um e definir normas aceitáveis por todos.

O exemplo unitário dado pelo Comitê Brasil Anistia de Paris, obtido à custa de paciência e perseverança, teve grande repercussão no conjunto da diáspora brasileira na Europa e repercutiu igualmente no interior do país, servindo de ponte de unificação entre movimentos clandestinos, movimentos da sociedade civil e a oposição parlamentar, que conseguiram finalmente levar a campanha ao sucesso da vitória em agosto de 1979.

Luiz Inácio Lula da Silva Processo incompleto

Presidente da República, reeleito em 2006. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Fundador do PT, foi o seu primeiro presidente. É presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

Na primeira vez em que Luiz Eduardo Greenhalgh me procurou para conversar sobre a campanha pela Anistia eu me lembro bem de que argumentei mais ou menos na seguinte linha: nossa preocupação era com as maiorias, com a classe trabalhadora, mais do que com a situação de um conjunto restrito, como o dos presos políticos, dos exilados ou dos cassados.

Daí para a frente nossa consciência política felizmente foi avançando. E as mobilizações pela Anistia jogaram um importante papel nessa direção. Aos poucos, o tema foi se tornando pauta obrigatória de qualquer encontro sindical que a gente passou a realizar cada vez mais freqüentemente nos últimos anos da década de 1970.

Durante um encontro entre várias categorias, em Gragoatá, Niterói, decidimos fazer uma visita aos presos políticos do Rio de Janeiro. Fomos, o Olívio Dutra, eu e vários sindicalistas. Lá no presídio estivemos com os companheiros Perly Cipriano, Gilney Amorim Viana, Nelson Rodrigues Filho, Jesus Paredes Soto e outros de que não me lembro agora. Nos debates sindicais acabava sempre acontecendo uma votação entre duas posições. Uma era incluir nos nossos documentos a defesa da Anistia, sem nenhum adjetivo, que era o argumento do pessoal mais cauteloso. Outra era a “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, em que a gente votava e acabava vencendo.

Lembro-me, também, e isso não deve ser esquecido agora, do papel importante do Teotônio Vilela naquele momento. Mesmo vindo da Arena, tornou-se, como senador, uma das mais importantes figuras públicas na defesa da bandeira.

Na chegada ao Brasil do companheiro Manoel da Conceição, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que eu presidia na época, preparou uma manifestação no aeroporto, com bastante gente, bandeiras, uma festa.

Mas a verdade é que, em agosto de 1979, quando a Anistia foi aprovada, nosso sentimento foi de frustração. Era parcial, restrita, cheia de armadilhas, como a questão dos “crimes conexos”, que as forças governistas e conservadoras de um modo geral passaram a interpretar como Anistia recíproca. A Anistia para valer só veio mesmo quando da promulgação da Carta de 1988, junto com aquele discurso bonito do Dr. Ulisses.

Olhando a partir de hoje, fica uma impressão de processo incompleto, algo que precisa ser retomado e levado adiante com mais profundidade. Mistérios como o de Rubens Paiva, que o Dr. Ulisses lembrou no discurso, precisam ser esclarecidos. Só tendo

um conhecimento profundo sobre tudo o que se passou nos porões da repressão naqueles anos o Brasil conseguirá se proteger de verdade contra a repetição de um período tão tenebroso de nossa história.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Celebrar sem esquecer **Marcelo Santa Cruz**

Advogado, coordenador-adjunto do Cendhec (Centro D. Hélder Câmara de Direitos Humanos), vereador em Olinda (PE) pelo PT. Familiar de desaparecido político.

A Anistia política, conquistada em agosto de 1979, é uma das mais importantes datas a ser comemoradas pelos democratas, em nosso país. Ela não veio como a queríamos – Ampla, Geral e Irrestrita –, mas mesmo assim foi o coroamento de um dos principais movimentos de oposição ao regime militar. Representaram um papel fundamental nessa conquista o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia, surgidos em 1975 e 1978, respectivamente, e que rapidamente espalharam-se pelo país.

A resistência contra a ditadura, entretanto, começou já no 1º de abril de 1964. Adolescente, participei nesse dia de manifestação de rua, no Recife, contra a deposição do governador Miguel Arraes, legitimamente eleito pelo povo pernambucano. E a poucos metros de mim vi tombar, vítimas de balas assassinas, os estudantes Ivan Rocha Aguiar e Jonas José de Albuquerque Barros, dois dos primeiros jovens mártires da luta pela redemocratização.

Nos anos 1960, durante a primeira fase do regime ditatorial, os estudantes desempenharam um importante papel político no país. Ao ingressar na Faculdade de Direito, em 1966, engajei-me na luta que então se travava, de resistência democrática e em defesa de uma universidade crítica e participativa, contra os acordos MEC/USAID. A violência governamental, entretanto, crescia aceleradamente, e a prática da tortura e dos assassinatos foi se tornando corriqueira. Cândido Pinto, por exemplo, estudante de engenharia e presidente da UEP, foi vítima de atentado a bala, que o deixou paralítico, em maio de 1969. Um mês depois, foi torturado e assassinado o padre Henrique Pereira Neto, pároco da juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Esse processo culminou com a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro daquele ano. Sobre os políticos, parlamentares e militantes de organizações populares desabou uma avalanche de prisões e cassações arbitrárias. Sobre os estudantes e professores que se opunham democraticamente aos militares, caiu o Decreto Lei nº 477, que determinava a expulsão da faculdade [dos estudantes que atuassem politicamente], além da proibição de frequentar qualquer curso universitário no país pelo prazo de três anos.

Quartanista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, fui vítima do 477, ao lado de Eneida Melo Correia de Araújo, Marlene Diniz Vilanova e Valdomiro Pereira Barros, meus colegas de turma, além de José Áureo Bradley, que cursava o segundo ano. As perseguições se tornaram freqüentes também contra a minha família, composta de dez irmãos, todos engajados na luta pela democracia e solidários aos opositores do regime, em risco de vida.

Fui então, como tantos outros brasileiros, obrigado a me exilar. Percorri diversos países europeus, como Portugal, Espanha, França, Alemanha, Inglaterra, Holanda e Bélgica, nesse último trabalhando como operário.

Retornei ao Brasil em 1971, passando a viver no Rio de Janeiro. Nessa época minha irmã, Rosalina Santa Cruz Leite, e seu esposo, Geraldo Leite, foram presos, no Rio, e torturados barbaramente, ficando detidos por um ano. Passamos então a participar da rede de solidariedade aos familiares de presos políticos que passou se articular. A esse movimento se juntaram instituições civis e cidadãos democratas, que vieram em seguida a fundar o Comitê Brasileiro de Anistia, em 1978.

Participei da fundação desse Comitê e integrei a comissão dos “Mortos e Desaparecidos Políticos”, que desenvolvia atividades articuladas com as comissões de “Presos e Torturados” e “Exilados e Perseguidos”, e com outros comitês instalados pelo Brasil. Essa comissão, que antecedia a fundação do próprio Comitê, tinha atuação destacada e, no seu trabalho, uma enorme carga de emoção.

Os que dela fizemos parte não podemos esquecer da dor que era listar os nomes dos familiares e companheiros assassinados – entre os quais meu próprio irmão, Fernando Santa Cruz, desaparecido no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1974, juntamente com Eduardo Collier Filho.

Foram anos de um trabalho doloroso, arriscado e difícil, em confronto com a violência da repressão, convivendo com as angústias das greves de fome dos presos políticos e com o silêncio dos meios de comunicação, amordaçados pela censura. Mas da época também nos vêm muitas lembranças da solidariedade, abnegação, coragem e enorme desprendimento dos que participaram desse movimento.

Entre tantos companheiros, nos recordamos, por exemplo, de Abigail Paranhos, a Biga, uma das fundadoras do Comitê Brasileiro de Anistia no Rio de Janeiro, maravilhosa figura humana que sofreu bárbaras torturas nos porões do regime. E de Jair Ferreira, dirigente da Ação Popular Marxista Leninista, uma verdadeira lenda na luta antiditatorial, que esteve na clandestinidade desde 1964, com o codinome Dorival, e com a maior simplicidade se apresentou, surpreendendo a todos nós, numa das reuniões do Comitê.

A Anistia finalmente chegou. Não como a queríamos – Ampla, Geral e Irrestrita –, mas permitiu, entre outras conquistas, a volta de muitos brasileiros que até então permaneciam no exílio, e a libertação de outros que ainda penavam nos cárceres da ditadura. Devemos comemorá-la com alegria, mas sem esquecer que ainda faltam mortes e desaparecimentos a ser apurados, e crimes contra a humanidade a ser punidos.

Maria Augusta Capistrano Uma luta antiga

Fundadora e dirigente do CBA/SP; esposa de David Capistrano, desaparecido político. Maria Augusta nunca se conformou com o desaparecimento do marido e se recusava terminantemente a ser chamada de viúva. Dizia sempre: “Não sou viúva, sou mulher de desaparecido”.

Minha participação na Campanha da Anistia dos anos 1970 se deveu à continuidade de um trabalho político que se iniciou na minha juventude, quando participei da campanha da Anistia de 1945.

Na organização do Comitê Brasileiro de Anistia nos anos 1970, o que me deixou a mais forte impressão foram as assembléias realizadas no teatro Ruth Escobar [em São Paulo], onde se reuniram todas as facções da esquerda com fortes divergências sobre a conjun-

tura política do momento. Naquela altura da vida nacional a ditadura ainda mantinha em vigor os seus órgãos de repressão. Não lembro bem quantas foram essas assembléias até chegar-se a um consenso, mas sei que foi através de um organograma incluindo como participantes as organizações existentes na sociedade que elegemos uma comissão executiva com poderes para iniciar os primeiros trabalhos.

Sempre que as liberdades democráticas foram suspensas no país, houve necessidade de um movimento que envolvesse as forças políticas mais interessadas na liberdade e na democracia para que o Estado de Direito se recompusesse e, com ele, a livre manifestação do pensamento. O Movimento dos Familiares dos Desaparecidos Políticos tinha como objetivo, em especial, ver esclarecido os casos de tantos brasileiros vitimados, sem que se soubesse como e quais os responsáveis por esses crimes. Para esses familiares, a Anistia corresponderia às suas aspirações.

A campanha da Anistia foi o primeiro grito de alerta contra a opressão da ditadura militar que já infelicitava o país por vários anos. O povo brasileiro soube compreender e não faltou com seu entusiasmo em todo o decorrer da campanha.

A consecução da Anistia, porém, não resolveu todas as nossas aspirações, pois, apesar de lutarmos por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, a Lei de Anistia muito deixou a desejar, anistiando os torturadores em igualdade de condições com os torturados.

Até hoje, apesar da continuidade da luta dos familiares dos desaparecidos, nada foi esclarecido, como se estivéssemos diante de um crime perfeito.

No momento em que comemoramos os 20 anos da Lei de Anistia, o povo brasileiro está enfrentando uma luta desigual por aspirações muito antigas, como a reforma agrária, a luta contra o analfabetismo e melhores condições de vida e de trabalho.



Maria Augusta Capistrano em ato de saudação a exilados que voltavam ao país. São Paulo, 1980. (Acervo Iconographia)

Uma luta que continua **Maria Dolores Perez Gonzalez (Lola)**

O meu trabalho, na campanha da Anistia, começou em São Paulo, quando participei da realização do Congresso Nacional de Anistia, em novembro de 1978.

Ao me mudar para o Rio de Janeiro, em janeiro de 1979, continuei junto ao CBA/RJ, até a Anistia de agosto, a qual, apesar de não ter sido nem ampla, nem geral e nem irrestrita, foi uma vitória do povo brasileiro.

Tomar parte na campanha da Anistia foi uma grande satisfação, tanto para mim como para a minha família, já que, juntos, participamos do Congresso de 1978. Esse foi o nosso primeiro contato direto com os familiares, cujos relatos de mortes e desaparecimentos dos seus entes queridos nos deixaram profundamente emocionados e marcados.

Professora universitária aposentada, participou do CBA/SP e CBA/RJ. Hoje integra o grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Momentos importantes desse processo foram os da volta dos exilados e a libertação dos presos políticos.

Particularmente importante para mim foi a primeira visita que fiz a Alzira Grabois. Quando lhe perguntei quem ela tinha perdido na luta contra a ditadura, ela me respondeu na sua voz sumida: “Todos”. Ela perdera o marido, o filho e o genro na Guerrilha do Araguaia.

Depois de 1979, quando os CBAs foram perdendo vigência, continuei com algumas mães do Rio (Alzira Grabois, Elza Joana Vasconcelos, Cirena Barroso, Dilma Alves e várias outras) nos seus protestos todas as quintas-feiras na Cinelândia (centro do Rio), quando distribuíam panfletos e expunham fotos dos filhos e maridos mortos ou desaparecidos.

No primeiro semestre de 1985 participei da fundação do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, e, desde então, com esse grupo, continuamos a luta pelos direitos humanos, contra a impunidade e a tortura que ainda ocorrem nesta nossa “democracia”.

A campanha da Anistia ajudou a conscientizar a população sobre a repressão que havia no país, denunciando esse período recente e triste da nossa história. E, ao promover a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos, permitiu a retomada, por esses lutadores, da conquista das liberdades políticas e dos direitos sociais no Brasil.

Maria Liège Santos Rocha A Bahia presente

Ex-militante do Movimento
Feminino Pela Anistia e do CBA
da Bahia.

Minha participação na campanha da Anistia teve início com o meu engajamento no Movimento Feminino pela Anistia/Bahia, tendo sido uma de suas organizadoras. Realizamos várias atividades no MFPA; destacamos a que ocorreu no Colégio das Mercês.

Depois desta passagem pelo MFPA, juntamente com Joviniano Neto, Ana Guedes, Arthur de Paula, Aguinaldo Rabelo, entre outros, constituímos a Comissão Organizadora do CBA-BA, tendo sido publicada a sua composição no *Diário Oficial* da Bahia.

As atividades do CBA-BA foram intensas, como em vários outros lugares. Participei de várias caravanas pelo interior do estado, quando fazíamos atividades em praça pública nas cidades por onde passávamos, transformando, por vezes, carrocerias de caminhões em palco, de onde falávamos para a população local sobre a “campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”. Integrei a comissão que organizou o II Congresso da Anistia. Estive em muitas reuniões regionais de Anistia realizadas em Aracaju (SE), Maceió (AL), Recife (PE) e Salvador (BA). Por ocasião de uma reunião regional do CBA ocorrida em Salvador, realizamos uma manifestação em frente ao teatro Castro Alves, e um companheiro de Alagoas, Eduardo Bonfim, até hoje quando me encontra lembra que, enquanto a polícia se aproximava para cercar a nossa manifestação, eu cantava. Um dos momentos marcantes para mim foi quando Theodomiro dos Santos, que estava preso na mesma época que meu ex-companheiro, tirou uma foto de minha filha Lia, com um ano e pouco de idade, atrás das grades, com a palavra ANISTIA escrita no chão, e esta foto se transformou no cartão que os presos enviaram no Natal de 1977, sendo inclusive publicado no *Estadão* ou na *Folha* e em jornais do exterior, como símbolo da luta pela Anistia. Até hoje guardo essa foto com muito carinho e várias lembranças.

A luta pela Anistia fez parte integral da minha vida. No último período da campanha eu estava grávida da minha filha Maíra, que nasceu no dia 22 de julho de 1979, às vésperas da votação da lei. Os companheiros diziam que eu iria parir na sede do CBA-BA. Foi um momento muito importante quando comemoramos a aprovação da Lei da Anistia nas escadarias da igreja do Bonfim, encerrando uma carreata que durou o dia inteiro. Não fui na carreata, mas estava nas escadarias da Igreja com minhas filhas Lia e Maíra, recém-nascida.

Foi muito emocionante, pois na ocasião foi lida a carta escrita por Haroldo Lima, falando da fuga de Theo, que começava assim: “E viva a Liberdade!”.

Destaco também o show “Falso Brilhante”, de Elis Regina, no teatro do ICEIA, em Salvador, que doou parte da arrecadação para o CBA-BA. Ela, Elis, nos chamou (Joviniano, Fátima Gaudenzzi e eu) ao palco para falarmos da campanha para o teatro lotado.

Outro momento importante foi o lançamento do livro *Anistia* no Colégio 2 de julho, em Salvador, com a presença de Teotônio Vilela; na ocasião os filhos pequenos de ex-presos, inclusive minha filha Lia e sua amiga Joana (filha de Rosa e Miltinho), entraram no auditório com ramos de flores brancas para serem entregues a Teotônio e a vários homenageados, ex-presos e ativistas da luta da Anistia. O auditório estava lotado, com muitas pessoas querendo entrar e sem poder, ficando no pátio do Colégio até o fim da atividade.

Foram muitas as horas passadas no aeroporto 2 de Julho para recepcionar os exilados vindos de vários países. A qualquer hora estávamos a postos, desde às 4 horas da manhã até altas horas da noite. A disponibilidade e a solidariedade das pessoas ligadas ao CBA-BA eram muito grandes, criando uma ligação especial entre seus integrantes.

A campanha da Anistia jogou papel preponderante na luta pelas liberdades políticas e pelos direitos sociais, pois estava no centro das discussões e atividades a busca da liberdade para os que a tiveram cerceada, a denúncia das atrocidades das torturas e dos desrespeitos aos direitos humanos.

Estas questões fizeram com que familiares e vários setores da sociedade se mobilizassem e contribuíssem com a campanha, manifestando seu repúdio àquela situação, exigindo liberdades democráticas, a extinção da Lei de Segurança Nacional e outras leis de exceção. A campanha da Anistia deu visibilidade a este anseio do povo brasileiro.

O movimento pela Anistia no Ceará **Maria Luiza Fontenelle**

Em março de 1975 foi lançado no Ceará o terceiro núcleo estadual do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), contando com a presença de Dra. Terezinha Zerbini, coordenadora nacional do MFPA, e um público estimado em torno de 500 pessoas. Fato surpreendente naquela conjuntura de forte repressão política da ditadura militar, em que o medo impedira até um simples debate em torno do filme *Giordano Bruno*, exibido em novembro do ano anterior, em Fortaleza.

O MFPA surgiu no Ceará pela confluência de três aspectos da realidade: a existência de expressivo número de presos políticos e seus familiares; a existência de um núcleo de pes-

Professora. Foi prefeita de Fortaleza (CE) eleita pela sigla do Partido dos Trabalhadores em 1985.

soas comprometidas com a transformação social; e a indignação de importantes segmentos da sociedade diante do terror instaurado pelo regime de exceção e que ansiavam pela justiça, pela liberdade e pelo efetivo respeito aos direitos humanos de todas as pessoas numa sociedade democrática.

Esse contexto político forjou no seio do MFPA a convicção política de que a justiça, a liberdade e a felicidade social só poderiam ser construídas com base no respeito à pluralidade de opiniões e convicções políticas e na consolidação do posicionamento político em defesa da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

A amplitude e a legitimidade desse movimento levaram à unificação dos mais diferenciados segmentos sociais numa mesma trincheira, perpassando pelos setores populares e democráticos, dos quais são emblemáticas as figuras do confesso comunista José Duarte e do liberal Teotônio Vilela.

Em Fortaleza integravam o Núcleo do MFPA, entre outras, as professoras Nildes Alencar, eleita presidente, Rosa Fonseca, Maria Luiza Fontenelle, Angélica, a psicóloga Socorro Saldanha, Raimunda Zélia e Irmã Imelda, vinculadas à Igreja, Rosário Veloso, arquiteta, Marilde Loyola, Dulcineide Bessa, estudantes universitárias, dona Lourdes Albuquerque, Cristina Fonseca e Josenilde Cunha, respectivamente mãe, irmã e esposa de presos políticos. Aos 11 dias do mês de agosto de 1976 foi estruturada a diretoria do movimento e registrado o seu estatuto. Logo depois foram organizados os núcleos de Tauá e Crateús.

Em relação aos presos políticos, o MFPA desenvolveu, além de uma solidariedade concreta, apoio afetivo e político, as denúncias das péssimas condições das prisões, propiciando visitas semanais e ação política integrada ao acompanhamento jurídico realizado pelos advogados Vanda Sidou, Pádua Barroso, Antônio Carlos de Araújo e Sousa, Roberto Martins Rodrigues e Jurandir Porto. Vale ser ressaltada a nossa atuação no julgamento do processo dos militantes do PCdoB, em especial, a atuação da Dra. Vanda Sidou, aguerrida advogada de presos políticos do Ceará, homenageada por ocasião das comemorações dos 20 anos da Anistia em nosso país.

Uma das atividades mais relevantes empreendida pelo movimento foi a busca do esclarecimento e da justiça em relação aos mortos e desaparecidos políticos, tendo destaque a caravana de familiares e amigos dos assassinados e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, que contou no Ceará com a participação das companheiras do MFPA, da deputada Maria Luiza, de Raimunda Zélia, Noélia e tia Rita.

O MFPA teve ainda papel destacado na intensificação da luta por liberdades políticas no estado, a exemplo da luta dos colonos da Várzea do Boi, em Tauá, quando as denúncias da repressão exercida sobre trabalhadores rurais ganharam repercussão nacional. O mesmo ocorreu, mais tarde, em relação às lutas dos trabalhadores urbanos, como, por exemplo, na ocupação da favela José Bastos. Não pode ser esquecida a participação do MFPA na luta em defesa da liberdade de imprensa e opinião, consubstanciada na promoção de debates e no apoio concreto à imprensa alternativa, como por exemplo aos jornais *Movimento* (nacional) e *Mutirão* (Ceará).

O nosso núcleo também influenciou decisivamente na criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e na articulação do trabalho conjunto de entidades democráticas, sindicais e populares, na defesa da democratização do país, do direito de livre organização e dos direitos

humanos. Acumulou assim força organizativa, respaldo popular e legitimidade política para integrar a coordenação nacional do Movimento pela Anistia, que assegurou no pleito de 1978 a eleição, em todo o país, de várias militantes (a exemplo da companheira Maria Luíza Fontenelle, eleita no Ceará com a segunda maior votação do MDB para deputada estadual) e a implantação em 1979 da Comissão Parlamentar de Anistia, presidida pelo senador Teotônio Vilela.

A massificação do movimento em nível nacional assegurou a promulgação da Anistia aos 28 dias do mês de agosto de 1979. Essa luta que apaixonou corações e mentes de milhares e milhares de pessoas que ansiavam por uma sociedade igualitária, justa e livre impulsionou e alavancou uma das mais importantes e amplas lutas daquele período político: a campanha pelas Eleições Diretas em nosso país.

Emoções no cotidiano **Maria e Regina Stela Moreira Pires (As manas)**

Militar pela Anistia nos fez sentir alegria e sofrimento, garra e desânimo, solidariedade e revanchismo, vitória e derrota, paixão e falta de tesão, enfim, as emoções se renovavam no cotidiano de luta de uma forma bem mais intensa do que em outros amores que vivemos por aí!...

Integrantes do CBA/SP, foram fundadoras do PT e militantes políticas incansáveis dos movimentos de mulheres e das lutas contra a ditadura. Maria Stela é advogada e atualmente assessora da bancada do PT na Assembleia Legislativa/SP. Regina faleceu em 2004.

“Não me senti anistiada” **Marília Medalha**

Eu até hoje não me senti anistiada. Nem vejo essa Anistia para o povo brasileiro.

A Anistia foi uma troca boa para os que a concederam, porque continuaram no poder, impunemente, sacrificando o povo, as artes, a cultura em geral, numa verdadeira lavagem cerebral, espoliando a criação espontânea de gerações.

Cantora e compositora; familiar de preso político.



I Congresso Brasileiro pela Anistia. São Paulo, 1978. (AE)

Ganhamos em troca da Anistia a mentira crescente, a mediocridade, o cinismo, a corrupção, a droga, a proliferação de várias igrejas que tudo prometem em troca de pão, uma democracia fraca e o achatamento da qualidade do povo brasileiro.

Ufa, “Viva o povo brasileiro”.

Mário Simas O principal passo para a redemocratização

Advogado e defensor de presos políticos em todo o período do governo ditatorial. É autor do livro *Gritos de justiça: Brasil 1963-1979* (FTD, 1986).

No dia 28 de agosto de 1999, comemoraram-se 20 anos da decretação da Lei de Anistia.

Registro, de plano, que falei pela primeira vez, como advogado e cidadão, em Anistia quando do julgamento do processo político a que responderam frades dominicanos, em setembro de 1971, perante a II Auditoria de Exército da II Região Militar. Trouxe à baila, naquela histórica audiência, a lição de Carlos de Laet, inserta na obra *O frade estrangeiro e outros escritos*, acerca daquele instituto jurídico e político.

Foi importante, sob qualquer enfoque, ter participado na campanha da Anistia, que, infelizmente, não chegou a ser Ampla, Geral e Irrestrita, como se pretendeu, porque, até hoje, há brasileiros que, vítimas da ditadura militar, não foram anistiados.

A mulher brasileira exerceu papel relevante na luta pela Anistia, por ter sido ela quem ousou lançar aos quatro ventos, sob clima profundamente hostil e repressor, a palavra de ordem, sensibilizando, a partir de então, vários segmentos da sociedade.

Minha atuação serviu de exemplo aos jovens da época, inclusive, de forma notória, aos meus filhos, então estudantes universitários.

Claro que, apesar de não ter sido tão ampla quanto desejada, a campanha e a lei traduziram na prática o principal passo para a democratização do país que, diga-se, ainda se quer alcançar em sentido lato.

Inesquecível o momento da libertação de Elza de Lima Monnerat, grande brasileira, mulher valente, velha militante de esquerda, que se encontrava presa em São Paulo, onde sofrera toda a sorte de vexações e torturas, e que por força da Lei da Anistia foi posta em liberdade por determinação da mesma Justiça que a condenara.

Sem dúvida, valeu a pena a luta pela promulgação da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, fruto de uma conquista do que melhor tinha e tem o nosso povo.

Maurício Segall A dívida da ditadura

Paulistano de carteirinha desde seu nascimento em 1926; ex-presos político. Administrador e museólogo formado em 1949 pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com especialização na E.N.A. de Paris em 1952/1953. Dirige o Museu Lasar Segall em São Paulo.

A Lei da Anistia, a despeito da generosa campanha pública que acelerou um desfecho já previsível, foi, a meu ver, um ato apenas formal, sem efeitos práticos a curto prazo a não ser para poucos casos. Além disso, ela foi, a rigor, um ato ilegal pois decretado pelos mesmos poderes que deflagraram o golpe de 1964 e decretaram “ilegalmente” os atos institucionais,

culminando, em fins de 1968, com o Ato Institucional nº 5, que radicalizou a Lei de Segurança Nacional da ditadura militar, nos termos da qual foram condenados aqueles que seriam ironicamente anistiados em 1979. Não me senti, portanto, anistiado (assim como não tinha me sentido condenado em 1973) por não ter lavrado procuração seja para quem fosse, sobretudo os ligados à ditadura, para me “perdoar” de atos de militância na oposição a ela que me “condenou” com base na sua lei ilegal e, ainda por cima, no mesmo pacote que anistiou seus verdugos de plantão, inclusive aqueles que me torturaram.

Preso em 1970, fui condenado no primeiro semestre de 1973, pelo Tribunal Militar de São Paulo, a dois anos de prisão, tendo a ela retornado, após uma interrupção em liberdade condicional (*ménage*) e a confirmação da minha sentença pelo Superior Tribunal Militar, e terminado de cumprir pena em fins de 1973, no presídio Tiradentes, em São Paulo. Em outras palavras, a Anistia, como tal, só me afetou na prática ao me restituir a condição de réu primário em qualquer delito previsto no Código Penal que viesse a cometer futuramente.

Moralmente, eu era credor; a devedora era a ditadura. Creio que foi essa, no fundo, a situação dos que foram atingidos pelo arbítrio da ditadura militar pois, em 1979, quando foi promulgada a Lei da Anistia, a esmagadora maioria já estava solta ou em processo de soltura, e a maioria dos exilados, ainda fora do país, com suas possíveis penas provavelmente já prescritas. Em 1979, a reabertura política já estava sendo “presenteada” à nação pela ditadura em falência e sem saída. A agitação da campanha pela Anistia, como mais tarde se confirmou na campanha pelas Diretas Já, não passou, por parte de uma minoria da população brasileira, a despeito dos grandes comícios, de um gesto participativo, generoso sem dúvida, mas passageiro e, sobretudo, sem riscos, que parecia, como outros, se esgotar em si mesmo sem acúmulo real no processo de correlação de forças. Minoria essa politizada, mas sempre comodamente ausente da militância consistente e regular no combate às iniquidades do sistema, como já tinha ficado amplamente confirmado pela sua omissão nos mais de 15 anos de arbítrio da ditadura militar, com seus instrumentos de tortura e assassinato. Nesse processo, é preciso salientar as exceções, como, por exemplo, a mais marcante delas – o conjunto de manifestações e greves dos trabalhadores do ABC paulista em 1979/80, que desaguou na fundação do PT, da qual também participei.

Qual o grau de importância da “conquista” da Anistia no processo de redemocratização do país, talvez o “possível politicamente” naquele momento, mas insuficiente, realmente não sei avaliar. O que é preciso não esquecer é que, indubitavelmente, essa campanha, como as outras da época, foi iniciativa e teve a direção de uma abnegada e corajosa minoria daqueles queridos companheiros dos mais diversos matizes que nunca se entregaram e que mantiveram, e mantêm até hoje, seu potencial de indignação

Cartaz da campanha pela
Anistia. (Acervo CSBH)



e contestação sempre fervendo a pleno vapor na panela de pressão. O fizeram não apenas como participantes passivos dos eventos de catarse coletiva como, por exemplo, em São Paulo, o ato ecumênico da catedral de São Paulo em memória de Vladimir Herzog ou o enterro de Santo Dias, ambos assassinados pela repressão, e mesmo dos grandes comícios da praça da Sé e do Anhangabaú, atos todos dos quais participei na condição de “massa”, mas como militantes ativos na tentativa, por vezes quixotesca e romântica, de transformar a história.

Mino Carta Ato imperfeito

Jornalista, editor da revista
Carta Capital.

Quando o Congresso da ditadura fardada aprovou a Lei da Anistia, em agosto de 1979, eu dirigia a revista *IstoÉ*, que a criticou duramente. Os sonhadores de uma democracia contemporânea do mundo clamavam por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, para pacificar a nação e virar de vez uma página amarga; saiu-se o regime com um ato imperfeito, que não escondia seu autoritarismo e semeava a inquietação. Ou seja, atingia objetivo oposto àquele que teria de visar.

De todo modo, o tempo galopou. Houve o arranjo pós-campanha das Diretas Já, conforme as vetustas regras da conciliação das elites. Tancredo morreu antes de assumir e Sarney regeu a chamada transição. A partir de 1989, uma prática eleitoral democrática se estabeleceu em todos os níveis.

Após 20 anos releio a *IstoÉ* da época e experimento um arrepio entre o fígado e a alma ao perceber o quanto me iludia então, e quantos se iludiam, indignados com a lei recém-aprovada, mas ainda resistentes na barricada, esperando pelo raiar do sol da liberdade e da igualdade.

Pergunto-me: quem ali tinha fé bastante para todo o sempre? Peguem os figurões hodiernos, peguem os comportamentos da sociedade afluyente e influente, peguem os envolvimento da mídia com o poder. Peguem o que quiserem, entre o neoliberalismo governista e a sujeição à vontade da metrópole (capital: Washington); entre os índices cada vez mais negativos de pobreza e má distribuição de renda e a resignação do povo sem líderes (com exceção do MST); entre a laborfobia de FHC e a arrogância de ACM. Etc. etc. Este Brasil é uma espécie de burla da qual a Lei da Anistia de 1979 era a própria profecia. A metáfora pronta e acabada antes do acontecimento.

Houve quem não compreendesse, em estado de santa ingenuidade, que se completava naquele momento o acerto decisivo deste futuro hoje presente.

Esboçava-se a salada infame na qual se misturam todos os detentores e aspirantes do poder, sem distinção de credo, até porque não o têm. Quem perseguiu e quem foi perseguido.

Sei que ainda sobram alguns sonhadores. Não perderam a fé – ou, pelo menos, não encostaram as idéias que os inspiravam muitos anos atrás.

Não precisam declinar a entrega a uma *realpolitik* de marca tipicamente tropical para justificar, e até enaltecer, a rendição. Poupam-se de recomendar o esquecimento do

que já disseram. Trata-se, porém, de turma exígua. Quem manda são os outros, pacificados a despeito da lei que nasceu impura e nem por isso deixou de ser representativa dos humores e dos interesses das elites. Pois é, este é um país para poucos e quem bolou a Anistia à brasileira sabia o que fazia.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

Solidariedade aos presos políticos **Mouzar Bedito**

Minha participação na campanha pela Anistia aos presos políticos foi principalmente como jornalista, militante da imprensa alternativa, especialmente no jornal *Em Tempo*, que mais se dedicou ao assunto. Todas as edições, em certo período, tinham matérias sobre presos políticos e chegamos a publicar três listas de torturadores, fornecidas pelos próprios presos, que causaram grande reação nos órgãos de repressão – e essa reação não ficou só em ameaças: chegaram a colocar bombas e incendiar sucursais do jornal.

Meu ganha-pão não era a imprensa. Trabalhar nos jornais alternativos era uma forma de militância; além de não ganhar nada, a gente gastava com viagens. Passei mais ou menos um ano e meio visitando os presos num final de semana no Rio e os de São Paulo no outro.

Ou seja, passava todos os finais de semana na cadeia, e gostava, não era nenhum sacrifício. Nessas visitas, além da solidariedade que a gente levava (tinha muita gente que fazia isso), discutíamos política, fazíamos projetos, arrumávamos estratégias para tirar material escrito pelos presos (a revista era rigorosa na entrada e na saída do presídio) e eu fazia matérias com eles e sobre eles, para o *Em Tempo*, sempre assinando com pseudônimos, porque se usasse meu nome seria proibido de visitar os presos novamente.

Solidariedade

Em cada visita a gente pegava um monte de pôsteres feitos pelos presos (Che Guevara, Ho Chi Min, Carlitos, Marilyn Monroe, John Lennon etc.) para vender. E era fácil: amigos, parentes e a classe média mais crítica compravam tudo que viesse dos presos, e para alguns “proletas”, que gostavam dos pôsteres mas não tinham dinheiro, a gente dava. Até hoje vejo nas casas de alguns amigos trabalhos produzidos por aqueles presos, e tenho saudade da solidariedade e da esperança que as pessoas tinham na época.

Muita gente, inclusive o pessoal que morava comigo numa república da Vila Madalena [bairro de São Paulo], oferecia sua casa para presos que saíam da cadeia e para exilados que voltavam, até que eles se arranjassem (foi quando comecei a perceber que nem todos os exilados eram tão bons assim: tinha gente que voltava do exílio de nariz empinado, cheia de exigências, com comportamento bem “direitoso”, já com ares “tucanos”, mas felizmente era uma minoria).

Como eu passava um fim de semana num presídio e o seguinte em outro, às vezes levava notícias e propostas de um para o outro. Lembro-me bem de quando surgiu a proposta, pelos presos do Rio, de uma greve de fome pela Anistia. Sérios, eles me perguntaram primeiro se eu apoiava a greve. Lembro-me de que respondi que seria muito cinismo meu dizer que

Jornalista e geógrafo, autor de vários livros. Participou da campanha pela Anistia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sua grande preocupação era fazer visitas sistemáticas aos presos políticos e ser o leva-e-traz de notícias entre eles e as famílias, os amigos e outros presos em locais diferentes.

sim, pois seriam eles que passariam fome, mas se fizessem a gente daria todo apoio possível. Depois, levei a proposta de greve para os presos de São Paulo. Aqui, ela não foi aceita (o que não representa nenhuma fraqueza, eles discutiram e acharam que não seria uma boa estratégia). A greve durou mais de um mês, foi uma barra, mas terminou vitoriosa.

Momentos marcantes

Os momentos de emoção foram muitos. Cada leva de exilados que voltava era uma festa, cada saída de preso causava euforia na gente. Ver, de dentro da cadeia, o ritual de saída dos presos era mais emocionante ainda. Principalmente quando restavam poucos presos. Em São Paulo lembro-me bem da saída de Altino Dantas. Quando chegou o papel que permitia sua saída da cadeia, todos os presos se enfileiraram e cantaram a “Internacional”, ele abraçou um a um e saiu. Saí (como visita) junto com ele e havia um monte de gente na porta do presídio, uma festa, naquele ermo que era o Barro Branco.

Mas a cena mais emocionante, para mim, foi a chegada de Flávia Schilling. Depois que todos os presos daqui tinham saído, ela continuava presa no Uruguai, como militante do movimento tupamaro. Continuamos a campanha aqui, até a grande imprensa se envolveu, parecia que o Brasil inteiro estava apaixonado por Flávia Schilling, e o próprio governo brasileiro acabou pressionando o Uruguai pela sua soltura. O pai, Paulo Schilling, foi buscá-la. Seu desembarque em Congonhas parecia a chegada de uma seleção de futebol campeã do mundo. O aeroporto inteiro lotado, uma vibração imensa.

Saldo positivo

A campanha da Anistia serviu para fortalecer laços de solidariedade e amizade e trouxe de volta para a vida política um monte de gente importante para a redemocratização do país. Eram políticos experientes que estavam fora do país e jovens idealistas que estavam nos presídios, e que se engajaram na luta política imediatamente, e formam – até hoje – a maior parte do que resta de decente na política brasileira. Muitos ficaram fora da política, mas mantiveram a dignidade da mesma forma. Claro que entre os anistiados – eu acho sinceramente isso, apesar de parecer de mau gosto – há pessoas que teriam feito melhor se tivessem morrido sem recuperar seus direitos. Certos sujeitos que jogaram seu passado no lixo e estão fazendo safadezas por aí seriam lembrados como heróis, em vez de entrar para a história como vendilhões da pátria e neoliberais insensíveis, que acabaram com os direitos sociais no Brasil. Mas elas não desmerecem os outros, nem a grande ação de solidariedade e fraternidade que foi a campanha pela Anistia.

Paulo Schilling Desde o exílio

Ex-exilado no Uruguai, pai de Flávia Schilling, autor de vários livros.

No momento em que se comemoram os 20 anos da Anistia que assegurou a liberdade, o retorno do exílio e o restabelecimento dos direitos políticos aos perseguidos pela ditadura militar, nos permitimos algumas considerações.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

*Manifestação no largo
13 de Maio, no bairro de
Santo Amaro, zona sul de
São Paulo, 1979. (AE)*

Exilado, com toda a família (minha mulher, Inge – uma verdadeira mãe-coragem –, as filhas Cláudia, Flávia, Valéria e Andrea) inicialmente no Uruguai e posteriormente na Argentina, durante 15 anos acompanhávamos permanentemente o que acontecia no Brasil. Três horas da tarde, hora de chegada dos jornais brasileiros, era a mais importante do dia.

Sofríamos com as vítimas da repressão e nos alegrávamos com os eventuais sucessos populares. E tratávamos, dentro de nossas limitadas possibilidades, de veicular as denúncias que nos chegavam clandestinamente sobre as torturas e as violações de direitos humanos, através de divulgação na mídia e, especialmente, escrevendo artigos para a agência de notícias cubana Prensa Latina, que as distribuía em dezenas de países.

A situação de exílio deteriorou-se drasticamente quando os militares uruguaios, argentinos e chilenos resolveram emular seus colegas brasileiros, liquidando com a democracia vigente em seus países. E ainda mais quando da institucionalização da chamada Operação Condor, a regionalização da repressão. Do ponto de vista familiar, a situação tornou-se mais dramática com a prisão e com o ferimento quase mortal de Flávia, em razão de sua militância tupamara. Com minha expulsão, e a de Inge, do Uruguai, a família ficou dividida. Cláudia ficou em Montevideú, dando assistência a Flávia.

Vitoriosa, a campanha pela Anistia abriu as fronteiras para o retorno de todos, menos o de Flávia, condenada a dez anos de prisão. A luta por sua libertação intensificou-se à medida que os demais exilados voltavam. Foi tão grande a mobilização popular que o governo Figueiredo passou a pressionar o uruguaio, exigindo a libertação. A pressão verificava-se inclusive dentro do Uruguai, onde dezenas de jornalistas brasileiros aguardavam a promulgação da “Lei Flávia Schilling” (como eles denominavam a esperada Anistia da tupamara brasileira).

Depois de muita resistência uruguaia e de renovadas pressões brasileiras, a ditadura uruguaia teve de ceder e resolver o impasse (que havia se transformado em um incidente diplomático). Para disfarçar a capitulação, decretaram a libertação e a expulsão de todos os militantes estrangeiros presos. Assim, não somente a Flávia, mas em torno de 20 italianos e

espanhóis foram soltos e expulsos do país. A liberdade deles deve ser creditada, também, à campanha pela Anistia e pela libertação da Flávia.

A experiência histórica: campanhas como a da Anistia e outras (“O petróleo é nosso”, o *impeachment* de Collor, a luta contra a dívida externa etc.) são demonstrações do poder popular que devem ser devidamente estudadas e aperfeiçoadas como arma política/social. Povo na rua, reivindicando seus direitos, defendendo a soberania nacional, combatendo a corrupção e a prepotência governamentais, denunciando os privilégios das classes dominantes e das empresas transnacionais, constitui arma poderosa, capaz de derrubar bastilhas.

Pedro Terra (Hamilton Pereira da Silva) Colheita de luz

Ex-preso político, poeta, autor de vários livros, entre os quais o *Poemas do povo da noite* (Livramento, 1979), no qual fez homenagens aos companheiros mortos pelo regime. Foi secretário de Cultura no governo de Cristovam Buarque no Distrito Federal. É presidente da Fundação Perseu Abramo.



Desenho de Manuel Cirilo reproduzido em cartão, trazia no verso os seguintes dizeres:

Cultivarei o chão da manhã,
embora, hoje, eu deva
recompôr
o corpo de meu irmão feito
em pedaços.
Não importa se tarda a
colheita de luz.
*Presos Políticos, Carandiru,
Natal de 1974*

Uma vela acesa, frágil, sustentando a vontade da luz contra o cerco da escuridão. Uma vela acesa recortando com luz tênue as grades da cela. Como um murmúrio, uma notícia. É possível definir desse modo o primeiro sinal de que havíamos sobrevivido e já era tempo de mobilizar a sociedade em torno da idéia da Anistia. Um pequeno cartão, desenhado pela mão minuciosa de Mané Cirilo, com um poema curto na contraface, iludiu a vigilância do presídio Romão Gomes e ganhou a rua. Foi somar-se a outras esperanças cultivadas em outros presídios ou nas casas dos familiares dos perseguidos políticos dispersas pelo país, dos exilados, alguns deles convertidos em apátridas por decreto do governo militar, e tornar-se aos poucos uma realidade política: um clamor.

Em São Paulo nos concentramos na discussão e produção de documentos que buscavam fundamentar as razões da Anistia, defini-la conceitualmente. Distingui-la do indulto e do perdão. Não desejávamos ser perdoados por nada do que havíamos feito durante as lutas de massa ou a luta armada clandestina contra a ditadura. Para nós, presos e perseguidos políticos, portanto, que não aceitávamos como legítimos julgamentos fundamentados em depoimentos arrancados sob tortura, Anistia não era outra coisa senão a possibilidade de anular os processos e reintegrar os perseguidos à vida política do país. Esse esforço dos presos políticos de São Paulo foi recolhido e publicado por Roberto Martins no livro *Anistia para os brasileiros*¹.

Libertado em março de 1977, depois de cumprir pena em São Paulo, estive presente em alguns momentos da campanha da Anistia, que àquela altura já ganhara um espaço importante na agenda política do país e levava o regime militar a uma posição defensiva. O que se discutia, a rigor, eram os termos de uma Anistia que já se impunha como inevitável. Se seria uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita como defendíamos, ou se uma Anistia de calças curtas, como acabou acontecendo. Esse caráter restrito que prevaleceu era, na verdade, uma peça importante do quebra-cabeça montado para o recuo organizado que o establishment militar operou, afastando-se da cena política explícita, enquanto cuidava de preservar a incolumidade do sistema repressivo que lhe dera sustentação. Estavam assim dadas as condições para garantir, sem maiores solavancos, a transição pelo alto.

1. Editora Civilização Brasileira, 1978.

Há um momento curioso da campanha, já em 1979, quando percorri algumas capitais do Nordeste com um pequeno volume dos *Poemas do povo da noite*, publicados no Brasil graças à abnegação e ao heroísmo do Fábio [Ortiz Jr.], naquela época dirigindo a Editorial Livramento. Chegamos a Salvador e fomos para a atividade, um recital marcado para a antiga praça da Força. Talvez por estarmos pisando o chão dos Orixás, o que ocorreu naquele dia escapa inteiramente aos domínios surrados da razão... Saltamos do ônibus e demos com a praça cercada por um forte aparato militar. Nunca imaginei que a poesia fosse tão poderosa, considere, com uma ponta de orgulho... Nos concentramos em torno do monumento e deu-se início ao recital. Para minha surpresa um grupo de jovens atores havia feito uma seleção de poemas, para homenagear Pedro Tierra, poeta de origem latino-americana, morto sob tortura pelo regime militar... e lá se foram desfiando no tom dos discursos veementes da época os *Poemas do povo da noite*, aos quais tiveram acesso por uma edição mimeografada que corria de mão em mão entre eles. Senti-me morto e ressuscitado, comovido pela homenagem e temendo frustrar meus entusiasmados porta-vozes por estar prosaicamente vivo, entre eles...

Não atinava, porém, com o misterioso poder de uma poesia capaz de mobilizar tamanho aparato militar. Só mais tarde tomamos conhecimento de que exatamente na noite anterior havia fugido da prisão Teodomiro Romero dos Santos, condenado à morte, que tivera a pena comutada para prisão perpétua... E, para fechar o círculo surreal daquele dia glorioso, a pessoa que me acolheu em sua casa, com a generosidade de sempre, era a mesma que ajudara decisivamente a fuga de Teodomiro, que foi parar na Nunciatura Apostólica antes de se exilar no México o.

A poesia andava pelas praças, pelas ruas. Porque o coração das pessoas estava aberto para ouvi-la. Talvez até imaginasse que era capaz de grandes transformações... Em Recife, na bela livraria Livro 7, ou em Fortaleza, na praça José de Alencar, as pessoas se concentraram para ouvir poemas como esta “Marcha” que compus durante a campanha:

Venho da pátria dos tormentos.
Venho de um tempo de crimes.
Venho das chagas que a noite
lavrou na carne dos homens.

Não pedirei perdão
à corte dos meus carrascos
pelo grito de rebeldia
arrancado do meu sangue,
pelo sonho,
pelo sonho,
pelas armas,
pela marcha do meu povo
contra os muros!

Como se desata o cereal da terra,
levanto meu corpo de trigo

do corpo estendido de Orocílio Martins
sementeira de fúrias e esperanças —,
sangrando nas ruas rebeladas de Minas.

Liberto meu canto de pássaro
da voz impossível dos mortos:
luz acesa no porão da treva,
memória enterrada do povo.

E canto pela boca destroçada
do Comandante Carlos Marighella
dez séculos depois do silêncio;
pela garganta emudecida
de Mário Alves,
grito eterno que anda;

pelos olhos vazados

de Bacuri,
estrelas sangrando na memória;

pelas cabeças cortadas
no vale do Araguaia,
terra de rebelião;

pelo peito metralhado
do Capitão Carlos Lamarca,
granito de sonho enterrado
entre as pedras do sertão;

pelo corpo mutilado
de Manoel Raimundo Soares,
nas águas do Rio Guaiá,
sangue dos ventos do sul;

pelas mãos atadas de Alexandre,
arados de terra livre;
pelo sangue derramado
de Aurora Maria do Nascimento,
promessa de amanhecer.

E me faço boca
de todas as bocas
assassinadas,
canto de todos os cantos
aprimados,
sonho de todos os sonhos
submergidos
pela mão armada
dos carrascos do meu povo.

Hoje, o Poder se absolve dos seus crimes.
Mantém à sombra dos seus muros
os açoites e as vergastas.

Recolhe sob a manga verde-oliva
as mãos ensangüentadas dos verdugos
e espera...

E as mães aflitas do povo
tecem nos cegos teares da dor
um espesso tecido de agulhas infinitas:

quem responderá pela morte
dos meus filhos?

Quem responderá pelos torturados
até a loucura?

Quem assassinou a esperança
de Frei Tito?

Quem prestará contas ao meu coração
pelo destino dos devorados?

Pelas vidas, pelos sonhos
que a Noite transformou em cruzes?

Hoje, o Poder se absolve dos seus crimes.
Recolhe sob a manga verde-oliva
as mãos ensangüentadas dos verdugos
e espera...

Do ventre fecundo
das filhas do povo,
das cinzas dos ranchos
da terra queimada,
das marchas, das greves,
das ruas feridas
nascerão seus julgadores!
(1979)

Regina Seabra von der Weid Esperança

Mãe de Jean Marc von der Weid,
importante líder estudantil dos anos
1960, preso no Congresso de Ibiúna
e banido do país. Foi fundadora e
coordenadora do MFPA/RJ.

Esperança de ver meu filho Jean Marc, torturado e banido, de volta ao lar. Esperança da
liberdade para os presos políticos. Esperança de um Brasil melhor.

Quando Terezinha Zerbini, em 1975, fundou o Movimento Feminino pela Anistia, convidou-me para ser a coordenadora do Rio de Janeiro. Não me achava com forças nem capacidade para o cargo mas a bandeira era bela, irresistível.

Logo nos organizamos e lançamos o 1º Manifesto pela Anistia, na ABI, com a participação do doutor Barbosa Lima Sobrinho. Foi uma luta difícil, numa época de repressão, de medo. Não se podia pronunciar a palavra Anistia. O trabalho foi de formiguinha, ao pé do ouvido.

Aos poucos a idéia foi tomando maiores proporções, o povo começou a aderir e não houve mais quem segurasse a Anistia. O governo foi obrigado, pela opinião pública, a decretá-la.

Infelizmente, a Anistia não foi ampla e irrestrita como desejávamos, muitos não foram anistiados, sobretudo os mais necessitados; os marinheiros e pequenos funcionários; de certo modo foi uma Anistia elitista.

A conquista da Anistia foi um preâmbulo para as Diretas Já. Não havia mais clima para a ditadura e os militares se deram conta disso. Mais uma vez o povo, nas ruas, foi vitorioso.

Mas tivemos nossos banidos de volta, as prisões se abriram. Momento de grande emoção ao abraçar Jean Marc no Galeão – parecia um sonho.

Mas a luta continuou: o MFPA do Rio mudou sua sigla para MFALD a fim de se engajar em outras lutas democráticas.

Houve um avanço na conquista das liberdades democráticas com a Constituinte. A nova Constituição, talvez um pouco detalhada demais, garantiu os direitos sociais. Ainda lutamos para que os marinheiros pudessem ser anistiados com a Emenda nº 26, mas não foi possível.

“Por aqui” Renato Consorte

Participei da campanha pela Anistia, comparecendo a todos os movimentos organizados para essa conquista.

Essa campanha representou um grande esforço e demonstração de coragem, já que tínhamos que enfrentar inimigos muito bem municiados. Foi significativa a participação da classe artística, e em especial da classe teatral, que, através de seus espetáculos, mesmo os que foram proibidos e que foram apresentados da mesma forma, caracterizando uma desobediência civil, procurava desmoralizar aquele regime imposto pela ditadura militar, enfrentando organizações paramilitares e militares, sofrendo todo o tipo de arbitrariedades, agressões, mortes, torturas, perseguições etc.

Pela parte que me toca: fui preso na rua, no dia do meu aniversário de casamento (31/1/69), por três tenentes do Exército, um dos quais reconheci como participante das nossas assembléias. Este, depois de me dar voz de prisão, me levou, dentro de um jipão com mais dez soldados fortemente armados, para o quartel do REC-MEC no Ibirapuera. Chegando lá, fui entregue a dois majores: um muito boçal que disse ter-me visto no teatro “fazendo papel de gorila”. Isso tinha sido na peça de Plínio Marcos, *Verde que te quero verde*, em que eu fazia um gorila com uniforme do exército e censurava tudo quanto era texto,

Ator de teatro, cinema e televisão, participante dos movimentos pela democratização do país, como a campanha da Anistia.

rasgando e riscando, isto sem falar em muitos outros detalhes incluídos com o intuito de desmoralizar os censores da época. Esse major me martirizou muito, mentalmente, tentando me atemorizar.

O outro major, de nome Beltrão, me tratou delicadamente, se dizendo meu admirador desde o tempo em que eu trabalhava no Rio, e fazia questão de me tratar por *senhor* e acrescentava sempre: “O senhor vê que eu o trato com educação”. Eu soube, depois, que esse major matava os nossos companheiros dando-lhes um tiro na nuca. Naturalmente, antes de atirar ele devia pedir “licença” ao sacrificado. Ele me perguntou, entre tantas coisas, o que eu achava do CCC. Me fazendo de ingênuo, eu disse que “se tratava de um grupo de estrangeiros com o intuito de lançar brasileiros contra brasileiros”. Ao que ele observou, espantado: “Não, senhor Renato! Eles são daqui do nosso quartel mesmo!”. Aquele major boçal chegou a me dizer: “O Exército brasileiro, senhor Renato Consorte, está com o senhor por aqui”. E fez aquele gesto tocando na testa.

Pensei comigo: “Quanta honra”. E basta, porque o meu sistema nervoso se descontrolou.

Roberto Freire Um passo decisivo

Deputado e presidente nacional do PPS. Participou como parlamentar de toda campanha pela Anistia.

A luta pela Anistia foi algo que surgiu cedo na minha atividade política. Isto porque ainda muito jovem, e militante comunista desde os bancos universitários, assisti em 1964 à quebra violenta das liberdades e dos direitos democráticos junto com a truculência da ditadura militar (prisões, espancamentos, torturas, cassações etc.) contra as principais lideranças do meu estado e do país, assim como contra companheiros de luta e pessoas afetivamente muito ligadas a mim. Um marco desta luta foi o Encontro Nacional que o MDB realizou em 1972.

Naquela oportunidade, eu atuava nas fileiras do MDB pernambucano. Nesse histórico encontro, apesar da reação de algumas das principais lideranças nacionais do MDB, foi lançada a Carta do Recife, na qual se incluiu a bandeira da Anistia. Ressalte-se que essa proposta (havia também as bandeiras de luta pela Constituinte e por eleições diretas) foi a mais criticada por certas lideranças e setores oposicionistas, sob a alegação de tratar-se de influência de militantes do PCB nas fileiras do MDB pernambucano. De fato, no seu claudestino VI Congresso, o PCB havia definido a necessidade da criação de uma ampla frente democrática cujo objetivo era lutar pelas liberdades democráticas, por Anistia, Constituinte e eleições em todos os níveis. Como candidato a prefeito de Olinda, naquele ano, aproveitava as visitas a eleitores, os atos públicos e os comícios para levantar essas bandeiras.

Em 1974, eleito deputado estadual e depois líder da oposição na Assembléia Legislativa, dei seqüência às minhas pregações. E, em 1978, como deputado federal, fui membro da Comissão Mista do Congresso Nacional que examinou e deu parecer no projeto de Anistia encaminhado pelo governo militar.

A campanha representou muito para mim e para pessoas do meu convívio. De um lado, pela minha ativa participação na comissão criada no Congresso Nacional, que me



Movimento pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita no Rio de Janeiro, 30/8/1978. (Acervo Iconographia)

permitiu articular-me com lutadores pela Anistia de todo o país. De outro, por ela ter envolvido minha esposa, Letícia, que foi uma ativa militante do Movimento Feminino pela Anistia-PE. Seu pai e seu irmão (exilados no Chile e no Canadá), além de punidos pela ditadura, eram vítimas de perseguição política.

No processo da luta pela Anistia são imorredouras as imagens quando das visitas que fizemos, em 1979, aos presos políticos nos presídios em que foram jogados pelo Estado policial. A capacidade de luta deles era fantástica, realizando greves de fome para lançar denúncias e manifestos. Recordo uma visita ao presídio na ilha de Itamaracá, quando se travou um debate sobre a amplitude da Anistia. Muitos deles defendiam que se deveria votar contra o projeto, se ele não fosse amplo e irrestrito. Eu sempre advoguei que deveríamos votar a favor, por mais restrita que fosse a Anistia conseguida graças à luta e à pressão da sociedade. É que esse primeiro passo beneficiaria milhares de pessoas e criaria condições para outros passos maiores e mais rápidos. E foi o que ocorreu. A Anistia aprovada pelo Congresso e sancionada a 28 de agosto de 1979 não teve a amplitude pela qual lutamos. Porém, de imediato milhares voltaram ao país ou à atividade política; em seguida, os presos restantes foram soltos por redução de pena. Somente com a Constituinte, em 1988, alcançamos a plenitude do nosso objetivo. Após a conquista da Anistia, o momento mais marcante para mim foi receber, no aeroporto de São Paulo, a primeira leva de dirigentes comunistas vinda do exílio, como Gregório Bezerra (ex-deputado federal constituinte e líder camponês), Lindolpho Silva (fundador da Contag), Hércules Corrêa dos Reis (ex-deputado estadual e líder têxtil no Rio) e Luis Tenório de Lima (líder dos panificadores em São Paulo), todos dirigentes do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). E, no plano afetivo, o retorno do meu sogro, o engenheiro Antonio Baltar, ao Recife, e de vários companheiros e amigos ao nosso convívio.

Com o retorno à cena política aberta de milhares de lideranças políticas e sociais que haviam dela se afastado por cassação de mandatos, exílio, prisão, clandestinidade, o processo que se vinha desenvolvendo no país para isolar e derrotar a ditadura ganhou nova dinâmica, proporcionando maior liberdade de imprensa, o surgimento de novos partidos, maior espaço para a ação de trabalhadores e estudantes, e para a mobilização de grandes contingentes populares, de que foram exemplo as campanhas pelas eleições diretas em todos os níveis e pela Constituinte. A Anistia foi um passo decisivo na conquista da democracia e por melhores condições para a luta por direitos e novos avanços sociais.

Rosalina de Santa Cruz A Comissão de Familiares

Assistente social, ex-presa,
familiar de desaparecido político
e integrante do CBA/SP.

Era 1974, o mês era junho. Cheguei ao meu apartamento na avenida Angélica, em São Paulo, ansiosa e triste; mais um dia sem notícias de Nando, irmão querido, preso e desaparecido desde 23 de abril daquele mesmo ano. Meu primeiro filho, André, de apenas cinco meses, estava no seu bercinho com aquele sorriso desdentado, tão lindo e inocente, dos recém-nascidos. André, com tão poucos meses, já havia sido preso, ficando nas mãos dos policiais por dois dias naquele mesmo apartamento, quando eu e seu pai fomos seqüestrados e presos pela segunda vez.

Perdida em meio a pensamentos que me eram constantes naquele momento... minha prisão, os dias de tortura, as lembranças das companheiras de mais de um ano de convivência forçada... o medo do que poderia estar acontecendo com Fernando naquele momento, o que poderia vir a acontecer novamente comigo, com o Geraldo, com tantos outros companheiros que estavam na clandestinidade e os que estavam presos sem perspectiva de sair por muitos anos... abri a porta do apartamento temerosa como sempre ... e ... encontrei um bilhete que fora colocado por baixo da porta; peguei-o e o li apressadamente: "Sou uma mãe desesperada como a tua, em busca de minha filha presa e desaparecida. Peguei teu endereço ontem na Cúria quando fui falar com D. Paulo. Gostaria de encontrá-la lá na próxima terça-feira à tarde. Nossa dor e nossa luta são iguais, não falte!". O bilhete estava assinado por D. Felícia, mãe de Ísis Dias de Oliveira, desaparecida até hoje, como meu irmão.

Esse foi o começo para mim dos encontros entre aquelas mães, esposas, irmãs – que se transformaram no embrião da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos – que muito sofreram juntas e muito lutaram no período que precedeu a promulgação da Lei da Anistia e, posteriormente, a Anistia, na busca de desvendarmos o que realmente acontecera a nossos familiares. Juntaram-se a nós as famílias dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, e as famílias foram se unindo e se reunindo pelo Brasil inteiro. A nossa família, que é muito grande, se espalhou por outras cidades, e assim mamãe e Marcelo ficaram em Recife, Márcia, Eudes e Dodô no Rio. Durante muitos anos, desde aqueles primeiros encontros na Cúria de São Paulo em 1974, quando um grupo de familiares foi a Brasília junto com D. Paulo para ser recebido pelo general Golbery do Couto e Silva, e depois na

formação oficial da Comissão no I Congresso de Anistia, nós familiares percorremos juntos cemitérios; ficamos horas e dias lendo e pesquisando livros de necrotérios, recolhendo dados; buscamos pistas e, assim, no trabalho cotidiano, o nosso grupo crescia mais e mais. Fui ao exterior para participar do Congresso de Anistia em Roma representando a Comissão, junto com D. Maria Augusta [Capistrano], esposa de David Capistrano, e, quando voltamos, continuamos participando de passeatas, atos públicos e comícios; lutamos muito pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Mas quando a Lei da Anistia foi promulgada nada havia de concreto sobre os mortos e desaparecidos.

Fomos a Brasília, eu, D. Egle, mãe de Alexandre Vannucchi Leme, e Ivan Seixas para lutar por uma Comissão de Inquérito para apurar os crimes da ditadura. Convinçemos com os nossos depoimentos e apelos até os deputados mais conservadores sobre a importância dessa CPI. Foi uma grande vitória na época: a CPI foi aprovada em plenário na Câmara Federal, com o apoio da maioria dos deputados do MDB, único partido de oposição na época.

Quando fiz um depoimento em 1983, no teatro Municipal, no ato de julgamento da Lei de Segurança Nacional, o fiz em nome das famílias dos desaparecidos que continuavam sem saber do destino dos seus entes queridos, sem apuração das nossas denúncias, sem responsabilização dos culpados – e três anos já haviam transcorrido desde a promulgação da lei.

Os sábados e domingos em reuniões, as viagens, as vigílias, a dor e o sofrimento indescritíveis que passamos juntos por todos aqueles anos foram nos transformando numa grande família que até hoje – mais de 20 anos depois – ainda desconhece as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos de seus familiares. A maioria das famílias como a nossa nunca teve a possibilidade de sepultar os restos mortais de seus entes queridos; por outro lado, estamos vendo impunes os responsáveis falecerem – os mais velhos – e serem sepultados com honras militares e, pior ainda, os mais jovens serem até nomeados para cargos públicos ou se perderem no anonimato da impunidade.

A atuação da Comissão de Familiares foi muito importante e ainda há muito a se escrever sobre suas ações: a descoberta e os desdobramentos da vala de Perus, em 1990, a comissão que foi ao Araguaia descobrir as pistas dos mortos da guerrilha e muitas outras ações... que devem ser contadas por muitas companheiras, muito queridas...

Unindo setores de esquerda **Ruben Boffino**

A minha participação no movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita deu-se enquanto militante e como dirigente do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), organização marxista-leninista.

Atuei ao longo de todo processo de desenvolvimento do movimento pela Anistia, desde seu início até seu término. Nossa organização (MEP) sempre compreendeu o movimento pela Anistia como um espaço das forças políticas democráticas e populares, que o utilizavam para vários objetivos:

Professor. Fundador do PT, foi assessor parlamentar durante muitos anos na Assembleia Legislativa de São Paulo e integrante do CBA/SP desde a sua criação.

- aproximarem-se, construindo um fórum de debates e troca de políticas;
- elaboração e análise do momento político pelo qual passávamos;
- organização de uma frente política que viabilizasse a organização política dos diversos setores envolvidos na luta por uma sociedade socialista e democrática;
- conquista da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

A campanha pela Anistia representou, em minha vida militante, um aprendizado sem precedentes, pois permitiu que, juntamente com companheiros com histórias diferentes da minha, nos uníssemos e construíssemos uma política que demonstrou para vários segmentos sociais a necessidade e a possibilidade de alcançar conquistas democráticas e fundamentais para nosso povo.

A elaboração do Manifesto pela Lei da Anistia foi uma obra de construção coletiva, maravilhosa, incluindo companheiros como Luís Eduardo Greenhalgh, Perseu Abramo, Vanya Sant'ana, Dodora [Maria Auxiliadora Arantes] e outros; todos participamos e de maneira democrática demos nossa contribuição, permitindo com isso a implantação e o desenvolvimento de um processo que se alastrou por todos os estados do Brasil.

Tivemos muitos momentos marcantes, poderia escrever infinitamente, mas um episódio que gostaria de deixar registrado deu-se com o I Congresso Estadual pela Anistia, que ocorreu no Instituto Sedes Sapientiae [em São Paulo]. Nesse Encontro, após vencermos muitas dificuldades para sua realização, por conta da repressão política, inclusive com a infiltração de torturadores no evento, ameaças etc., conseguimos que personalidades, como o então deputado federal Ulysses Guimarães, viessem participar, permitindo com isso que o movimento ganhasse as ruas e se tornasse um movimento com características populares.

Outro momento importante aconteceu quando da realização do primeiro ato público na Sé, contando com a participação de milhares de pessoas. Esse ato foi marcante, pois



Manifestação de familiares de presos e de desaparecidos políticos, 1979. (AE.)

foi a primeira manifestação com características eminentemente políticas e puxada por nós, militantes da luta pela Anistia. Aqui cabe uma observação: muitos de nós, militantes da Anistia, vínhamos do movimento estudantil e pela primeira vez desenvolvíamos uma atividade pública de massas, nenhum de nós era deputado ou prefeito etc., mas tanto eu como o Zé Roberto Manesco, ou o Arnaldo Jardim, ou o [José Carlos] Raduan, tínhamos experiência de organizar atos políticos.

Não tenho dúvidas de afirmar que o movimento pela Anistia foi o que mais contribuiu para a conquista das liberdades políticas em nosso país. Tanto do ponto de vista dos direitos sociais, despertando junto aos setores populares a consciência da possibilidade de vencer barreiras até então intransponíveis, como servindo de modelo de organização democrática para esses segmentos.

O movimento de Anistia foi diretamente o instrumento que uniu setores da esquerda, dando-lhes organicidade e viabilizando um núcleo que criou, com sindicalistas e demais forças políticas, o Partido dos Trabalhadores (PT), instrumento de luta decisivo para o enfrentamento e a emancipação de nossos trabalhadores.

Enfim, entendo o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e a conquista da Lei de Anistia como momentos políticos vitoriosos e decisivos para todo o povo brasileiro. Sinto-me feliz e orgulhoso de ter contribuído, com todos os companheiros, para aquele momento privilegiado da luta política em nosso país.

Tortura, nunca mais **Sérgio Márcio P. Paschoal**

Duas décadas atrás, recém-egresso da Faculdade de Medicina, entrei para o movimento de Anistia, em que, junto a outros profissionais de saúde, organizamos o Núcleo de Profissionais de Saúde do CBA/SP.

Era um passo natural. Havia participado do movimento estudantil pelas liberdades democráticas e pela reorganização das entidades representativas, sendo o DCE Alexandre Vannucchi Leme um exemplo eloqüente. Exigir liberdade e democratização implicava a exigência de Anistia aos que haviam lutado, antes de nós, contra a ditadura e pela implantação de um Estado democrático no Brasil. Presos estavam porque haviam se disposto a gritar contra as barbaridades dos déspotas de então e a favor dos direitos dos cidadãos comuns. Eram prisioneiros políticos, uma maneira infame de tentar restringir a consciência.

Engajei-me na luta com todo o vigor. Minha formação cristã levava-me a lutar pela justiça. Solidariamente, engajei-me. Logo percebi que havia uma contribuição particular específica: a luta contra a tortura, um crime hediondo. E mais: a luta contra a participação direta ou indireta de qualquer profissional de saúde na sua prática. Quase ingenuidade, não conseguia entender como alguém que escolhera uma profissão voltada para o resguardo da vida e a minoração do sofrimento fosse capaz de ser o agente causador de danos e seqüelas, muitas vezes resultando em morte. Mas a triste realidade impunha-se a nós: essas pessoas existiam, médicos principalmente, profissionais que colocavam seu conhecimento a serviço

Médico geriatra, participou ativamente do Núcleo de Profissionais de Saúde do PT nos anos 1980; integrou o grupo de profissionais de Saúde do CBA/SP que fez um trabalho de grande importância sobre métodos e práticas de tortura e seus efeitos físicos e psicológicos sobre as vítimas.

da repressão, alguns torturando de fato, ou autorizando a tortura, outros recuperando a vítima torturada, vários tentando ocultar os resultados fatais através de atestados de óbito falsos, muitos se omitindo. Havia que expurgá-los. A luta contra a tortura passava pela denúncia e pela exigência de punição desses maus profissionais.

Tínhamos medo. Medo de também sermos vítimas, por estarmos denunciando. Medo de nos “fazerem desaparecer”. Mas, juntos, enchíamos-nos de coragem. Valeu a pena! Muitos processos desencadeados contra tais práticas tiveram ou estão tendo seu desfecho agora. A sociedade já rejeita veementemente a participação de médicos e outros profissionais de saúde em atos de tortura.

Vinte anos depois, posso afirmar que a experiência do núcleo e do movimento de Anistia foi importantíssima para a minha vida, para a boa formação do meu caráter, para o meu aprendizado de solidariedade humana, para o meu bom desempenho profissional. Trabalho atualmente junto à população idosa, com o objetivo de ajudar a garantir bem-estar e boa qualidade de vida, uma velhice saudável para todos. A luta pela Anistia e especialmente a luta contra a tortura e contra todo tipo de atendimento cruel e desumano forjaram-me profissionalmente. Abriram-me os olhos para a existência dessa prática tão freqüente em muitas delegacias, há muito tempo, contra seres humanos, os presos comuns.

Portanto, é preciso gritar com toda a força dos pulmões, força que vem lá do fundo da alma: *Tortura, nunca mais! Punição a todos os torturadores! Viva a vida!*

Theodomiro Romeiro dos Santos A fuga, apesar da Anistia

Ex-presos político condenado à morte pela ditadura, teve sua pena comutada em prisão perpétua pelo Supremo Tribunal Militar. É juiz trabalhista.

Preso no dia 27 de outubro de 1970, em Salvador (BA), e condenado, primeiro, à morte, pelo Conselho Especial de Justiça Militar da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, pena comutada em prisão perpétua pelo Superior Tribunal Militar, poucos meses depois de imposta, acompanhei e participei da luta pela Anistia na Galeria “F” da penitenciária Lemos Brito, situada no bairro da Mata Escura, em Salvador, de onde saíria, fugido, apenas em agosto de 1979, quase nove anos após minha prisão, para um exílio que durou até 5 de setembro de 1985.

A resistência dos presos políticos começou tão logo dois deles foram reunidos, cresceu quando transferidos dos quartéis e delegacias da Polícia Federal, onde se torturava, para as penitenciárias e, inicialmente, limitou-se à organização de “coletivos”, que conduziram lutas por melhores condições carcerárias, e ao combate no estreito campo jurídico, por redução de penas e obtenção de liberdade condicional.

Naquele período – início dos anos 1970 – o Estado ditatorial era presidido pelo general Emílio Garrastazu Médici, de muito triste memória, e o estado da Bahia era governado por delegado nomeado pelas Forças Armadas, o atual senador Antônio Carlos Peixoto Magalhães. Durante aqueles anos, nosso tratamento carcerário habitual era o destinado aos presos pela prática de delitos comuns, quando estavam de castigo. Anos terríveis, a luta que se travava era pela integridade física e mental. Impunha-se sobreviver. Os presos políticos,

então, tinham três tipos de aliados: as famílias, setores da Igreja Católica e os advogados. Em relação aos primeiros, partícipes do nosso calvário e dotados de uma solidariedade cujos limites nunca foi possível vislumbrar, não preciso tecer maiores comentários. Aos segundos, representados pelos padres Renzo Rossi e Cláudio Perani, santos na acepção católica do termo – o que, para um materialista como eu, é difícil de admitir –, seremos eternamente devedores. Aos terceiros, que na esmagadora maioria das vezes nos defenderam gratuitamente, enfrentando a hostilidade de um sistema esmagador que não admitia contestação, por menor que fosse, uma homenagem especial. Na Bahia, correndo o risco deliberado de praticar a injustiça da omissão, posso lembrar Augusto de Paula, Pedreira Lapa, Jaime Guimarães e Ronilda Noblat, incansáveis defensores dos direitos humanos e dos presos políticos. Até o fim dos governos Médici e Antônio Carlos, a Anistia era uma palavra somente proferida por delirantes sonhadores, entre os quais Alceu Amoroso Lima, D. Paulo Evaristo Arns e Sobral Pinto.

O ditador Ernesto Geisel assumiu [em 1974] prometendo distensão política, lenta, gradual e segura. Para a Bahia, foi nomeado outro interventor, Roberto Santos. Entre avanços e recuos, a oposição se reorganizava. Três objetivos políticos conseguiam unificar todas as tendências que se opunham à ditadura: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita; a eleição direta para presidente da República; e, finalmente, uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Esta última provocava divisões, pois expressivos setores da oposição exigiam, igualmente, que ela não fosse recíproca. Surgiram o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia. Exilados organizaram-se no exterior. Houve uma nítida melhoria no tratamento carcerário dispensado aos presos políticos, não sem que antes diversas greves de fome fossem deflagradas pelo Brasil afora. A idéia de volta ao país, para os exilados, e de liberdade, para os presos políticos, começou a tomar dimensões de realidade.

O ditador João Batista Figueiredo assumiu [em 1979] a presidência com a campanha pela Anistia em franco crescimento. Manifestações eram organizadas em todas as partes do país, com número cada vez mais expressivo de participantes. As prisões fervilhavam. As visitas eram muitas e representativas de setores organizados da sociedade civil. Associações de profissionais liberais, sindicatos, diretórios estudantis se faziam presentes. O ator Benvindo Cerqueira organizou espetáculo, para público numerosíssimo, com a renda toda revertida para os presos políticos. Foram incontáveis as manifestações de solidariedade que presenciei naquela época.

Dois fatos, contudo, estão gravados em minha memória de forma mais vívida, pois foram eles que me deram a certeza da iminência da Anistia: o primeiro, a reforma da auto-intitulada Lei de Segurança Nacional; o segundo, a visita realizada pelo senador Teotônio Vilela, das Alagoas e do partido do governo, a todos os presídios do país.

A reforma da Lei de Segurança Nacional tinha um objeto evidente: esvaziar as prisões, sem criar resistências maiores nos setores de extrema direita, ainda bem organizados e ocupando postos de comando nas Forças Armadas. É que aqueles setores exigiam que a Anistia não contemplasse os que haviam praticado “crimes de sangue”, ou seja, quem havia participado da resistência armada contra a ditadura militar. A solução encontrada pelo governo foi a reforma da lei, reduzindo drasticamente as penas, de forma a permitir a liberta-

ção dos presos não contemplados pela Anistia, fosse pelo cumprimento integral da pena, fosse pela liberdade condicional. No meu caso específico, estando condenado a 48 anos de prisão, após a readaptação, minhas penas foram unificadas em pouco mais de 16 anos, dos quais já havia cumprido quase nove.

A visita do senador Teotônio Vilela teve por objetivo discutir com os maiores interessados na concessão da Anistia sua forma e seus limites. Os presos políticos da penitenciária Lemos Brito, expusemos longamente para o senador nossa opinião. Repudiamos a proposta de limitação, denunciando quão absurda era ela. Não somente porque, do nosso ponto de vista, politicamente não havia diferença entre os que se opuseram por meios pacíficos à ditadura militar e os que escolheram o caminho armado, como também porque, juridicamente, enormes absurdos seriam cometidos. Imagine-se um dirigente de partido político que tivesse participado da resistência armada contra a ditadura militar e que, por falta de oportunidade, ou simplesmente por questão de segurança e preservação das lideranças, não tivesse praticado diretamente ações armadas. Esse seria anistiado. Outros militantes, do mesmo partido e que, por consequência, defendiam as mesmas posições, tendo participado diretamente das ações de guerrilha, não seriam (como inicialmente não foram) anistiados. Da mesma forma, manifestamos nossa irresignação contra a reciprocidade da anistia. Antecipando a legislação hoje vigente, explicamos ao senador que não seria ética, jurídica e politicamente admissível anistiar-se crimes contra a humanidade, como a prática da tortura. Alertamos o senador para a importância de os torturadores e, principalmente, seus mandantes civis e militares serem julgados, não somente como forma de permitir a ressocialização de delinquentes tão perigosos, mas também como instrumento de disseminação na consciência da população do repúdio a formas ditatoriais de governo e da prática da tortura como meio de exercício de poder político. Recordo perfeitamente que, na nossa conversa, a ênfase maior foi dada a esse assunto: a importância política, didática e pedagógica da apuração e da penalização dos crimes cometidos durante a ditadura militar.

Infelizmente, o acúmulo de força política pela oposição, quando da votação do projeto da Anistia, não foi suficiente para derrotar a proposta do ditador João Figueiredo. Se não me falha a memória, por um voto de diferença foi derrotada a proposta de estender o benefício a todos os presos, banidos, exilados e perseguidos políticos. A primeira Anistia, de 1979, foi ampla, geral e irrestrita para os torturadores. Para a oposição, foi parcial, limitada e restrita.

Pela primeira Anistia fui beneficiado apenas parcialmente, com a supressão da pena de três anos que me havia sido imposta por pertencer a partido político ilegal. Recusada a minha liberdade condicional por juiz auditor cuja tibieza fez com que se curvasse às pressões de extremistas de direita, corria o risco de ficar sozinho na penitenciária, pois os dois outros presos políticos remanescentes, Haroldo Lima e Paulino Vieira, seriam anistiados. O senador Antônio Carlos Peixoto Magalhães, novamente governando a Bahia, especulou sobre a possibilidade de acontecer algum acidente comigo, em decorrência de “briga de presos”. Tomei então a difícil decisão de não esperar os acontecimentos e fugi. Em outubro de 1979 fui acolhido na Nunciatura Apostólica, onde acompanhei a votação da Lei da Anistia. Em dezembro do mesmo ano, recebido pelo México como asilado político, viajei para a Cidade do México, onde permaneci por dez dias e, em seguida, para Paris, onde residi até minha volta.

ANISTIA NÃO É
ESQUECIMENTO

*Ato público na Câmara de Vereadores. São Paulo, 1978.
(Paulo Leite/AE)*

Mesmo assim, a conquista da Anistia representou inegável vitória das forças que compunham o campo democrático na arena política do país. Esvaziou por completo as prisões; propiciou o retorno dos banidos e exilados. Permitiu que importantes lideranças políticas voltassem a participar de eleições e, por consequência, da luta parlamentar. Impôs-se grande derrota à extrema direita. Apenas para recordar, poucos anos antes da Anistia, tive oportunidade de ler um livreto editado pela Escola Superior de Guerra, no qual um militar defendia a tese de que a “Revolução de Março de 1964” não se acabaria. Ela iria se extinguir gradualmente “quando seu ideário estivesse dissolvido no inconsciente coletivo do povo brasileiro”. A pretensão de eternidade de toda ditadura é sempre ridícula e patética.

Realizado, ainda que parcialmente, o primeiro objetivo, tempos depois os dois outros seriam alcançados. O Congresso Nacional foi reunido em Assembléia Nacional Constituinte, promulgando a Constituição Federal de outubro de 1988, que consagrou importantes avanços na institucionalização de regras assecuratórias do Estado democrático de direito e na regulamentação dos direitos sociais, que hoje são o principal alvo das investidas do arqueliberalismo, apelidado de “neo”. Findo o mandato do presidente José Sarney, eleito ainda por via indireta, o povo brasileiro, depois de uma abstinência de cerca de 30 anos, elegeu o presidente da República pelo voto universal, direto e secreto.

Não pretendo fazer apologia do regime hoje vigente no país. Longe disso! As desigualdades sociais provocadas por uma das piores distribuições de renda do mundo; o estado de miserabilidade de expressivos setores da população; a falência das políticas públicas dirigidas à saúde, à educação, à habitação e ao emprego; a renúncia à soberania; o sucateamento da indústria nacional; a delegação do planejamento econômico a instâncias decisórias alienígenas, como o FMI e o Banco Mundial; a má distribuição da terra; a subserviência aos interesses de grupos monopolistas transnacionais; a destruição do meio ambiente; os altos índices de corrupção etc. — são dados de realidade que devem cobrir de vergonha qualquer cidadão brasileiro.

Entretanto, é inegável que vivemos em um regime democrático. A organização política é livre: qualquer grupo de opinião tem o direito de constituir-se em partido e disputar eleições. Os setores homogêneos da sociedade civil podem organizar-se em entidades que defendam seus direitos. Os sindicatos urbanos e entidades estudantis funcionam livremente. Os trabalhadores rurais, com terra ou sem terra, estão organizados e perseguem seus objetivos. A livre manifestação do pensamento é assegurada. Eleições são realizadas regularmente, para todos os cargos políticos.

Para quem não viveu sob uma ditadura pode parecer pouco. Mas para os que, na época, tinham idade suficiente para compreender os mecanismos de controle social pelo terror político, a diferença é ponderável. E, se hoje vivemos em um regime democrático, é preciso que se diga que o processo político para conquistá-lo começou pela luta em defesa da Anistia.

Thereza Brandão Apoio aos perseguidos políticos

Professora, trabalhou como voluntária na Comissão de Justiça e Paz e participou das atividades do CBA como representante da Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos.

Meu engajamento, e de minha família, na luta política contra a ditadura militar começou nos idos de 1964. Em abril desse ano, por oferecer refúgio a duas amigas do Rio, procuradas pela repressão, tivemos nossa casa “visitada” pelos agentes do Cenimar. A casa foi vigiada por 24 horas pelos referidos agentes e pelo DOPS. Qualquer pessoa que chegasse era obrigada a se identificar. Nesse momento, eu e minha família tomamos consciência dos métodos utilizados pela ditadura militar e, ao mesmo tempo, da necessidade que tínhamos de participar ativamente da luta contra o regime então estabelecido no país. Começou então um compromisso da minha família com os perseguidos. Evidentemente, essa solidariedade se estendeu por todo o período que viria em seguida.

O ano de 1969 e os seguintes foram muito mais difíceis; era um trabalho constante de procurar abrigo para perseguidos políticos. A minha casa se abriu para esconder perseguidos pelo regime e para acolher familiares de presos políticos, que vinham a São Paulo para visitá-los no presídio Tiradentes.

No final de 1975 comecei a trabalhar como voluntária na Comissão de Justiça e Paz (CJP). Já em 1976 passei a fazer parte da referida comissão, bem como da Comissão Arquidiocesana de Pastoral de Direitos Humanos e Marginalizados (CADH). Esse era um grupo ecumênico formado por padres e freiras, e leigos que tinham trabalho na periferia. Éramos procurados por muitos familiares ou foragidos que buscavam apoio. A partir de 1977 essa solidariedade se estendeu aos latino-americanos do Cone Sul. Dentro desse contexto, quando começou formalmente a luta pela Anistia, fomos solicitados a participar. Eu e mais um companheiro fomos indicados pelo CADH para integrar o CBA; na verdade, representávamos a Igreja. Nem sempre o trabalho foi fácil. Havia desconfiança e preconceitos. O nosso papel foi, então, aparar as arestas no envolvimento da Igreja.

Um momento importante foi o da realização do I Congresso Nacional pela Anistia, organizado pelo CBA/SP. Alguns setores “preocupavam-se” com uma possível perda de controle da situação. Graças à participação muito clara da CNBB, as dúvidas se dissiparam.

Também durante a campanha da Anistia houve um fato que ilustra bem a situação reinante na época. Por ocasião de uma greve de fome dos presos políticos, as várias entidades que participavam da luta propuseram a realização de uma vigília. O local escolhido foi a igreja de São Domingos, nas Perdizes. No início, tudo estava transcorrendo razoavelmente.

Entretanto, a partir das 22 horas, quando os frades se recolheram, a igreja foi tomada pelos agentes da repressão. Houve, em consequência, muita tensão no restante da noite. Ainda assim a vigília continuou e foi muito bonita: manifestações artísticas, cantos, depoimentos pessoais etc. criaram um clima de muita emoção e participação.

Quando da greve dos metalúrgicos do ABC e da prisão de Lula e dos demais companheiros, tivemos uma atuação maior no CBA. Assim que Lula foi preso, Frei Betto telefonou para minha casa pedindo que, em nome da Marisa (esposa do Lula), levássemos para o DOPS alimentação para os presos, o que foi feito de imediato. Mas, como previmos que a situação ia perdurar, precisávamos de um esquema mais permanente para sustentar essa ajuda aos presos. Graças ao fato de o nosso grupo ser ligado à Igreja, conseguimos que um colégio religioso fornecesse as refeições. Assim, já no dia seguinte, e durante todo o tempo da prisão dos companheiros, na hora do almoço e do jantar, formando duplas com companheiras do CBA, íamos levar comida para os presos.

Durante os três anos da campanha do CBA, com maior ou menor intensidade, participamos de suas atividades. A campanha da Anistia foi fundamental na luta pela conquista das liberdades políticas, embora em 1979, quando foi promulgada a lei do governo, sentíssemos, por parte dos militantes, um certo desapontamento, dadas as limitações dessa lei, que deixou impunes os que mataram e torturaram tantos brasileiros.

Terror Tom Zé

Músico e compositor, participou do movimento estudantil dos anos 1970 e foi um dos artistas que se engajaram na campanha da Anistia.

Irmão meu e eu chegamos lá em abril de 1964. A cidade cheirava a terror. Estava em.

“O exército já vem em Alagoinhas.”

“Seu Elísio já foi preso...”

Em Irará, do ônibus para casa, passamos por um amigo, contemporâneo nosso, que nos cumprimentou só com o dedo indicador, e escondido na extensão do guidom da bicicleta. Um tal aceno assim camuflado me meteu muito medo.

Meu pai estava muito, muito assustado com a nossa chegada. Determinou que iríamos para o sítio de um amigo, bem longe da cidade. Um pequeno lavrador muito pobre.

Nessa noite, bateram à porta de casa. Ficamos quietos no quarto. Meus pais atenderam. Era o prefeito de Irará, seu Zé Valverde, do partido contrário ao da nossa família. Estava lá para oferecer empréstimos a meu pai. “Qualquer coisa que precisasse, o que os meninos (nós) precisassem.”

Ficamos paralisados no quarto, tal o terror com que o medo reinante da cidade impregnou a gente. Mas aquele gesto nos devolveu, a nós, a humanidade, a auto-estima – uma pequena centelha de respeito próprio.

Depois, no sítio de Pereira, ouvimos na “Hora do Brasil” o locutor dizer: “Denuncie esse estranho que está aí na sua casa. Mesmo que algum amigo ou parente tenha pedido para você hospedá-lo. Denuncie, porque ele pode ser um subversivo” ... etc. etc.

Quando ouvimos isso, nosso coração se constrangeu em tal humilhação e desespero que foi aquela visita do seu Zé que ainda nos deu coragem de olhar para os donos da casa.

Foi uma Anistia provisória, mas um socorro de força, naquela falência.

Então, fiquei convencido de que há

Há os que amam prender a humanidade ao homem.

Há os que velam.

Entocados dentro do homem, alguns resistem.

Há

Há o que sempre esteve desesperado contra o desespero.

Existe a nanica, a renitente, a ranheta, a obsessiva afeição pela espécie.

A bandeira dos sem:

a que vigia

a Anistia.

Zilah Wendel Abramo A Comissão de Mães

Formada em Ciências Sociais pela USP. Única contribuição para a Sociologia brasileira: participar, com Perseu Abramo, da formação de duas filhas sociólogas. Foi assessora da Secretaria de Estado da Saúde para a área de Recursos Humanos e militante do CBA/SP. Foi professora na Universidade de Brasília de 1962 a 1964. É presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

Durante três anos (1978-1980), dediquei todo o meu tempo livre à campanha da Anistia. Representava no CBA/SP a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, que não era propriamente uma entidade, mas apenas um grupo de mulheres (a maioria mães de universitários) que se organizaram em junho de 1977, quando os estudantes saíam às ruas para reivindicar seus direitos ou para manifestar solidariedade aos demais setores reprimidos da população, e tinham como resposta das autoridades toda forma de violência: espancamentos, prisões arbitrárias, bombas de gás lacrimogêneo, cerco e invasão dos *campi*.

Num dado momento nós tomamos consciência de que não poderíamos continuar, cada uma de nós isolada em sua casa, angustiada e impotente, esperando cada fim de ato público, cada fim de passeata, sempre temendo o pior. Resolvemos criar um grupo que rompesse o que chamamos, na nossa carta de apresentação, “a cumplicidade passiva do silêncio”, para assumir o apoio à luta dos estudantes, declarando publicamente a nossa concordância e a nossa identificação com os seus propósitos.

Com isso pretendíamos desmoralizar a tese das autoridades, que tentavam passar a versão de que a revolta dos estudantes contra o regime era um aspecto particular da “luta de gerações”. Fruto dessa tese era a pretensão de poder contar com a cumplicidade dos pais e mães para dissuadir os estudantes da sua luta. “Contenham os seus radicais, que nós conteremos os nossos”, era o que “eles” diziam, exigindo uma promessa de bom comportamento futuro, quando os estudantes detidos eram liberados. E nós, familiares, seríamos os fiadores desse bom comportamento. Era preciso responder com uma negativa veemen-

te a essa pretensão, dizendo bem claramente que nosso objetivo não era conter o movimento estudantil, mas, ao contrário, apoiá-lo no que fosse possível.

Assim, começamos a atuar, organizando plantões de informação, que mantinham contato permanente com os diretórios estudantis, no sentido de receber e transmitir notícias sobre quaisquer incidentes (cercos, detenções, estudantes feridos ou ameaçados), e de estabelecer os necessários contatos com advogados, imprensa, parlamentares e a Comissão Justiça e Paz. Nossa atuação mais importante deu-se no caso da invasão da PUC: fomos nós que conseguimos vencer o clima de amedrontamento imposto pela polícia aos familiares das moças feridas pelas bombas, fazer o levantamento da situação das quatro maiores vítimas: Cristina, Iria, Graziella e Virgínia, garantir que elas recebessem o adequado tratamento médico, e reunir o material informativo que integrou o dossiê utilizado pela CJP para instruir a ação indenizatória movida contra a Secretaria de Segurança Pública. Fomos nós também que fizemos o contato entre os familiares dos estudantes ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional e os advogados que se ofereceram para defendê-los.

Amainada a onda de repressão contra o movimento estudantil, a Comissão de Mães pôde inserir-se nas lutas mais amplas por liberdades democráticas e integrou-se na campanha da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Passávamos da retaguarda para a linha de frente e agora éramos nós que gritávamos nossas palavras de ordem nas ruas e nas praças, trilhando o caminho aberto pelos estudantes.

As lembranças marcantes são inúmeras (a chegada de Flávia Schilling, a epopéia de Teotônio Vilela nas suas visitas aos presídios, a coragem da inesquecível Madre Cristina, quando, apesar da sua fragilidade, encontrou forças para enfrentar e expulsar um torturador que tinha se infiltrado numa reunião no Sedes; o grande comício em que reunimos 10 mil



D. Paulo Evaristo Arns fala em favor da Anistia, 1978. (Alfredo Rizzutti/AE)

pessoas na praça da Sé, a pomba que pousou na faixa da Anistia). Destaco especialmente duas, que revelam, além da coragem, a criatividade, a capacidade de improvisação que foram algumas das marcas da campanha:

– a chegada de Manuel da Conceição em Congonhas, vindo do exílio, quando ele foi carregado nos ombros dos circunstantes, numa verdadeira passeata improvisada no saguão do aeroporto, sob os olhos atônitos dos guardas armados, que não sabiam o que fazer diante de tanto atrevimento;

– a passeata organizada pelo CBA como repúdio à visita do ditador argentino Videla, e como homenagem às mães da praça de Maio. Só mulheres participaram: todas vestidas de preto, cada uma levando na cabeça um lenço branco com o nome de um dos mortos ou desaparecidos, vítimas do terror argentino. Não havia *slogans* nem palavras de ordem, somente cartazes e faixas com os nomes das vítimas. Desfilávamos em silêncio, e só se ouvia, de quando em quando, o barulho das matracas, idéia brilhante da atriz Ruth Escobar, que as havia encomendado na Penitenciária do Estado. Fomos do teatro Municipal ao largo São Francisco, onde os homens (maridos, pais, amigos, companheiros) nos esperavam apreensivos. Apreensão inútil: por onde passávamos, os populares abriam caminho, respeitosos, emocionados.

Foram anos de muita emoção, de muita vibração, de muita solidariedade. A campanha da Anistia foi a continuidade natural do nosso trabalho na Comissão de Mães. Ambas as experiências constituíram o processo de minha libertação do período anterior, de semiclandestinidade, quando aparentemente tinha uma vida normal, com endereço certo, trabalho garantido, documentos em ordem, mas os meus verdadeiros sentimentos, minhas idéias e convicções estavam na clandestinidade, porque só podiam ser expressos “atrás de portas fechadas, à luz de velas acesas”, como os dos conspiradores do *Romanceiro da Inconfidência*.



A campanha pela Anistia

Vanya Sant'Anna

“Neste momento da conjuntura nacional, em que amplos setores da sociedade brasileira lutam de várias formas por direitos políticos, o CBA/SP afirma que é indispensável e urgente a Anistia Ampla e Irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos, como uma imposição da consciência nacional e como uma face imprescindível das liberdades democráticas. O CBA/SP proclama que essa Anistia deverá ser conquistada, pois não será concedida sem luta, e se compromete a travar essa luta até conseguir plena e totalmente os seus objetivos. O CBA/SP também afirma que as formas incompletas, insatisfatórias, imperfeitas e parciais de Anistia não atendem nem ao seu ideário de luta e nem configuram as liberdades democráticas. E o CBA/SP igualmente entende que a Anistia pela qual luta não se estende aos algozes de suas vítimas. A Anistia pela qual o CBA/SP se compromete a lutar, a partir de agora e até a consecução final de seus objetivos, é a Anistia Ampla e Irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos.”

(Carta de Princípios do CBA/SP, julho de 1978)

A Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no final dos anos 1970, foi o primeiro movimento nacional e unificado contra a ditadura militar e representou a maior frente política de caráter progressista da história brasileira.

Socióloga e professora universitária. Trabalhou na Fundação Getúlio Vargas e na Fundap. Foi um dos pilares do CBA/SP, integrando com Dodora Arantes e Perseu Abramo o trio responsável pelos documentos mais importantes do CBA.

*I Congresso Brasileiro
pela Anistia.
São Paulo, novembro
de 1978. (AE)*



A imagem é banal, mas muito precisa: a luta pela Anistia foi um rio caudaloso, de águas abundantes trazidas por muitos outros rios que, no subsolo da terra brasileira, teimaram em continuar fluindo, apesar da aridez e da crueldade do regime militar que penalizou milhares de brasileiros, como nunca antes na história do Brasil. [...]

Focos de resistência ao arbítrio, que afastou das universidades, da imprensa, da política e das mais diversas atividades profissionais preciosos talentos, apareciam por todo o país, ainda que silenciados pela força da censura. As Igrejas, de diferentes credos, foram sempre uma trincheira avançada na proteção de pessoas e instituições. Os estudantes, com a generosidade que lhes é própria, formaram as primeiras fileiras no movimento pela reconquista da liberdade e da democracia, pagando às vezes com a perda da sua liberdade, às vezes com a própria vida. Artistas e intelectuais encontraram novos meios e modos de expressar sua revolta contra a ditadura.

E chegou o momento em que as águas começaram a correr juntas e na mesma direção. A sociedade civil voltou a se organizar, a retomar posições nos sindicatos, nas associações profissionais, nos espaços livres dos meios de comunicação, por toda parte.

Desde 1973, com as manifestações contra a morte nas prisões, como no caso de Alexandre Vannuchi Leme, de apoio aos presos políticos nas várias greves de fome que fizeram em protesto contra as condições das cadeias, com o Natal de Paz organizado em São Paulo pela Cúria Metropolitana, formava-se a consciência de que a luta pela democracia tinha como ponto de partida o fim das torturas e das prisões dos opositores do regime político.

As mortes, em São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog (outubro/1975) e do operário Manoel Fiel Filho (janeiro/1976) deram ponto final ao medo que atormentava amplos setores da sociedade brasileira quanto à ação e à mobilização políticas. Significaram um enorme basta! ao terror que parecia sem fim. As Igrejas pontuaram o momento com firmeza e coragem. As mulheres, companheiras e mães, foram as primeiras, na sociedade, a clamar por Anistia. Em 1975 foi criado em São Paulo, com a liderança de Terezinha Zerbini, o Movimento Feminino

pela Anistia (MFPA), após a realização do Congresso Mundial da Mulher, no México, onde se decidiu que aquele seria o Ano Internacional da Luta pela Anistia. Cientistas e intelectuais brasileiros lançaram seus manifestos por liberdade e democracia exigindo Anistia na 28ª Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília, em 1976, e pela volta ao Estado de Direito na “Carta aos brasileiros”, lida por Goffredo da Silva Telles sob as arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, dia 8 de agosto de 1977. Nesses mesmos anos, os estudantes, na luta pela reconstrução de suas entidades, proscritas pelos militares, lançaram sua palavra de ordem pela Anistia. O Movimento de Justiça e Libertação constituiu um importante fórum em defesa de religiosos ameaçados de prisão e expulsão do país por causa de suas posições em favor da população oprimida.

Em 1978, estavam dadas as condições para o nascimento do memorável movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Foram criados os Comitês Brasileiros de Anistia, primeiro no Rio de Janeiro e São Paulo, rapidamente em todos os demais estados e no Distrito Federal, formados por personalidades, cidadãos e entidades da sociedade civil e com a decisiva militância dos familiares de presos, perseguidos e desaparecidos políticos. Nos diversos países onde viviam exilados brasileiros formaram-se comitês de Anistia que tiveram enorme importância na divulgação internacional da campanha.

O movimento de Anistia se estruturou em ritmo veloz, e forte foi o apoio conquistado nos mais diferentes setores sociais. A mobilização se dava nas ruas, em passeatas e atos públicos. A praça da Sé, tradicional território paulistano de manifestações políticas, foi reconquistada em ato pela Anistia. Jornalistas e artistas ecoavam a palavra de ordem da Anistia em seus meios de comunicação e expressão. A mobilização se adensou no I Congresso de Anistia em São Paulo, nos vários encontros nacionais e regionais, no Congresso Internacional em Roma. A rede dos comitês de Anistia, dos núcleos do MFPA, de comissões de familiares de vítimas da repressão foi decisiva para a unidade do movimento, pela adequação de suas táticas, pela sua popularização por todo o território nacional. Em 1979, muitos sindicatos de trabalhadores fortaleceram a luta pela Anistia, em especial os que expressavam o novo sindicalismo, nascido no ABC paulista.

Pressionado, o regime militar, à moda da elite brasileira de sempre se antecipar às conquistas populares para não partilhar o poder, enviou o projeto de lei da Anistia ao Congresso Nacional. O projeto atendia parcialmente aos objetivos da campanha da Anistia e contrariava um de seus mais fortes princípios – o de que não poderia existir anistia para os algozes do povo brasileiro. Ainda assim, sua tramitação pelo Congresso Nacional foi responsável por muitas páginas heróicas do movimento de Anistia.

O grande brasileiro Teotônio Vilela, chamado de Guerreiro da Paz, senador e presidente da Comissão que examinou o projeto de lei, empreendeu uma caminhada por todo o país para ouvir a voz dos encarcerados políticos, dos familiares de presos políticos mortos e desaparecidos, dos profissionais afastados de suas atividades por cassações, demissões e aposentadorias, de sindicalistas e representantes dos setores organizados da sociedade, o que amplificou ainda mais os objetivos dos movimentos de Anistia e deu publicidade aos atrozes crimes cometidos pela ditadura militar. Os presos políticos tiveram participação decisiva, utilizando a principal arma que detinham na prisão: suas vidas. Iniciaram uma greve de fome nacional, que durou de 22 de julho a 22 de agosto, em todos os presídios, reivindicando a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e contra a Anistia parcial proposta pelo governo.

Finalmente, em 28 de agosto de 1979, foi aprovada a Lei nº 6.683, a Lei da Anistia. Os presos começaram a ser libertados, a maioria beneficiada por recursos jurídicos e não pela Lei da Anistia, que não foi ampla nem irrestrita. Ainda quando alguns segredos da ditadura começaram a ser revelados, deixando clara a autoria dos crimes de torturas, assassinatos e desaparecimentos, foi impossível responsabilizar os criminosos do regime militar porque a Lei da Anistia os protegia. Poucos dos atingidos pelos Atos Institucionais, cassados, aposentados, demitidos, retornaram ao exercício profissional porque a Lei da Anistia impôs condições tais para sua readmissão que a muitos apenas restou o caminho da aposentadoria, o mais das vezes proporcional. Quase a totalidade dos políticos que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos já havia cumprido suas penas antes, ou poucos meses depois, da promulgação da lei.

A Campanha da Anistia, em que pese sua vitória parcial, foi diretamente responsável pela ampliação das conquistas democráticas do povo brasileiro e eternizou os direitos humanos como dimensão essencial das ações políticas. Legou à sociedade brasileira mecanismos de solidariedade ativa na defesa de todos que lutam pela liberdade, pela democracia, pela dignidade política. Com ela, recuperamos – as gerações de 1964 e de 1968 – a nossa própria dignidade e a possibilidade, sempre presente, de continuar na luta para fazer do Brasil uma pátria gentil e generosa para todos os seus filhos.



1 Congresso Brasileiro pela Anistia. São Paulo, novembro de 1978. (AE)

As vítimas da repressão

Zilah Wendel Abramo

De um modo geral, podemos afirmar que foram vítimas da repressão todos os que se sentiram aviltados e cerceados nos seus legítimos direitos pelas leis de exceção impostas ao povo brasileiro pela ditadura que se instalou no país a partir de 1964. Por meio dos sucessivos atos institucionais, o governo se arrogou poderes para suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos; para, mediante investigação sumária, demitir ou aposentar os que “houvessem atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade administrativa, excluída a apreciação judicial”. Assim, extinguiu os partidos políticos, substituindo-os pela farsa do bipartidarismo, tirou do povo o direito de votar para Presidente da República e para governadores dos estados, suspendeu o *habeas corpus*, autorizou o julgamento em tribunais militares dos “crimes políticos”, instituiu a pena de morte para “subversivos”.

Com as arbitrariedades incluídas nessa legislação, o povo brasileiro foi privado da liberdade de expressão, manifestação e reunião, submetido a regras inaceitáveis, como a exigência dos atestados ideológicos, e à existência de uma censura feroz, que proibia ou mutilava peças de teatro, programas de televisão, músicas e artigos de jornais e revistas; viu também limitado o seu direito de ir e vir. Ninguém estava livre de ser preso ou detido por qualquer motivo, ou de ter sua casa vasculhada, em busca de “material subversivo”.

Formada em Ciências Sociais pela USP. Única contribuição para a Sociologia brasileira: participar, com Perseu Abramo, da formação de duas filhas sociólogas. Foi assessora da Secretaria de Estado da Saúde para a área de Recursos Humanos e militante do CBA/SP. Foi professora na Universidade de Brasília de 1962 a 1964. É presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

Esse estado de coisas, que afetou todos os opositores do regime, criou os vários tipos de “atingidos” diretamente, que foram o alvo permanente de toda a campanha pela anistia:

Presos políticos

Nunca foi possível contabilizar com exatidão o número de prisões de opositores políticos, porque um grande número delas não eram notificadas ao Judiciário ou mesmo aos superiores hierárquicos dos agentes da repressão, e muitas sequer resultaram em processo regular. Mas certamente os presos políticos que povoaram os presídios nessa época contavam-se por milhares e as condenações de alguns superavam os cem anos de reclusão. As prisões, além de arbitrárias, figuravam verdadeiros seqüestros; casas invadidas durante a noite, depredações, ameaças aos familiares; violências desnecessárias (dada a superioridade numérica dos agentes da repressão) durante a prisão e na condução do preso. Muitas vezes, não encontrando a pessoa procurada, eram “detidos” os familiares que estivessem presentes: esposas, filhos menores, irmãos, pais ou mães dos “subversivos”.

As condições carcerárias eram terríveis: além das torturas, o preso muitas vezes era privado de alimentação e de água ou as recebia de forma irregular; os agentes da repressão escamoteavam todas as informações sobre os presos e procuravam amedrontar os familiares que iam buscá-las; além das torturas diretamente sofridas pela vítima, ela também sofria torturas indiretas, sendo obrigada a presenciar outros presos sendo torturados, ou a ouvir os gritos dos que estavam sofrendo tortura; eram freqüentes, também, as ameaças de morte e os fuzilamentos simulados.

As arbitrariedades e violências sofridas no cárcere por esses presos levaram-nos a inúmeras greves de fome, em todos os presídios do país.

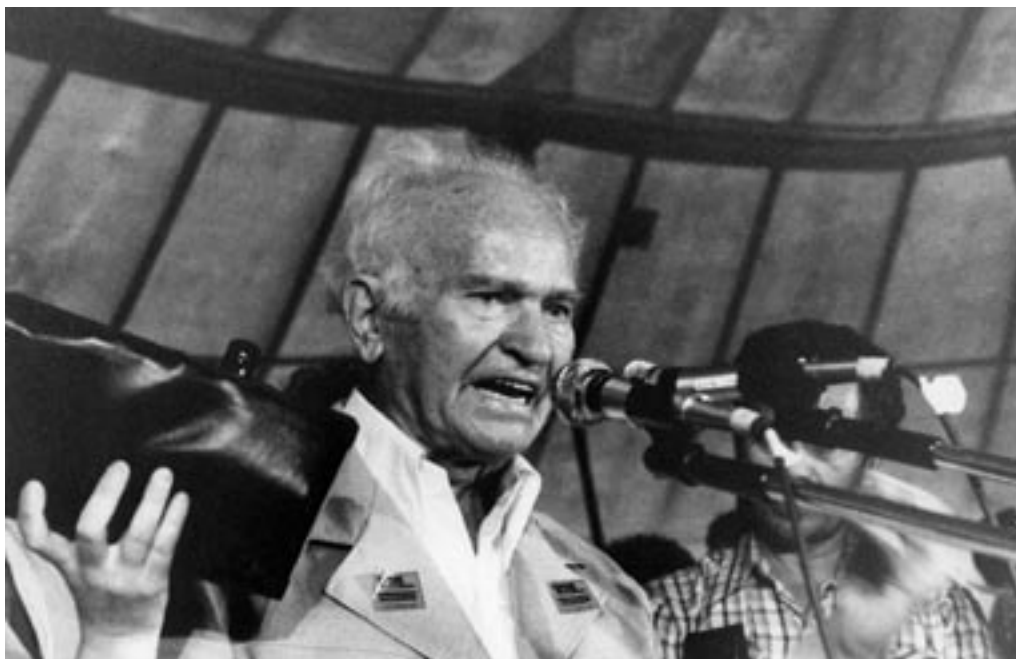
Mortos e desaparecidos

Os assassinatos dos opositores do regime nunca foram reconhecidos pelas autoridades; escamoteando a verdade, eram plantadas notícias em jornais falando de “mortes em tiroteio” dos que teriam resistido à prisão (o caso mais famoso foi o de Carlos Marighella); “atropelados por caminhões, ao tentarem evadir-se”, subterfúgios esses que encobriam os fuzilamentos sumários. No caso dos mortos sob tortura nas prisões, ou era preparada a versão de “atropelamento” ou se falava de “morte natural” ou de “suicídio”. Essas versões eram sustentadas por laudos médicos falsificados. O primeiro caso de “suicídio” desmascarado publicamente foi o do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, seguido logo depois pelo do operário Manoel Fiel Filho. Num enorme número de casos, o recurso usado era o não-registro da morte e a ocultação do cadáver, enterrado clandestinamente sob nome falso ou atirado ao mar.

Com isso surgiu a figura dos desaparecidos, para desespero dos familiares e amigos que, durante anos e anos, procuraram – muitos ainda procuram – notícias dos filhos, maridos, irmãos, companheiros de luta, para no final terem certeza de que eles haviam sido assassinados.

Exilados, banidos e clandestinos

Muitos dos opositores políticos, nos primeiros dias após o golpe de 1964, sentindo-se ameaçados, exilaram-se nas embaixadas e foram para o exterior. Esse exílio “voluntário” foi sucedido pelo caso dos banidos, aqueles que tiveram os direitos políticos cassados e perderam a cidadania brasileira. É o caso dos prisioneiros que foram libertados e expulsos do país em



Gregório Bezerra no lançamento do jornal Voz da Unidade, do PCB. São Paulo, 30/3/1980. (Acervo Iconographia)

troca da liberação dos embaixadores e do cônsul seqüestrados pelos revolucionários. Mais tarde, o contingente de exilados foi engrossado por novos parlamentares cassados, professores, pesquisadores e outros profissionais, cassados e demitidos, e pelos ex-presos políticos que, não encontrando condições de sobreviver no país, foram forçados a optar pelo exílio. Finalmente, clandestinos foram aqueles que, ameaçados de prisão ou de morte, e não querendo ou não podendo deixar o país, esconderam-se sob disfarces, documentos e nomes falsos, e permaneceram no Brasil, correndo todos os riscos. Muitos deles, descobertos pelos agentes da repressão, foram assassinados sumariamente.

Cassados, aposentados, demitidos de cargos públicos

Logo após o golpe, um grande número de parlamentares e outros políticos proeminentes, considerados adversários do regime, tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos. Nesse rol foram incluídos, num segundo momento, até mesmo alguns dos participantes do golpe de 1964, como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Além desses, o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Sucedeu-se a isso um violento expurgo no quadro de servidores públicos, atingindo especialmente as universidades, que tiveram alguns dos seus mais eminentes professores aposentados precocemente ou demitidos. Com esse expurgo, as universidades públicas perderam professores, cientistas, pesquisadores do porte de Mario Schenberg, Oscar Niemeyer, Florestan Fernandes, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Fernando Henrique Cardoso, João Vilanova Artigas.

Esse quadro mostra o alijamento arbitrário da vida nacional de inúmeros brasileiros que, dentro ou fora do Brasil, tiveram, durante anos, cerceada a possibilidade de contribuir positivamente para o progresso do país. O prejuízo só não foi maior porque, teimosamente, muitas pessoas reagiam: jornalistas corajosos construíam, com a imprensa alternativa e mesmo

procurando brechas na imprensa diária, uma possibilidade de informar o povo, apesar da censura feroz; artistas de teatro, músicos e literatos conseguiam, de cada centena de obras censuradas, salvar algumas dezenas; os presos, do fundo dos cárceres, retomavam as discussões políticas, mandavam para fora suas declarações e denúncias, escreviam seus poemas, desenhavam sua revolta nas peças de arte gráfica que conseguiam atravessar as muralhas dos presídios. E os exilados engrossavam os comitês de Anistia que se formavam no exterior e divulgavam informações sobre a situação do Brasil pelos quatro cantos do mundo. Tudo isso acontecia enquanto os familiares de presos, mortos ou desaparecidos, incansáveis, faziam suas denúncias e exigiam justiça, apoiados pelas Igrejas progressistas, por uma categoria admirável de advogados que enfrentou todos os perigos e desconfortos para assumir a defesa das vítimas da repressão e, pouco a pouco, pelas entidades da sociedade civil que se mobilizavam contra o autoritarismo. De todo esse tecido foi feita a Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.



A reparação de ofensa aos direitos humanos não prescreve

Janana de Almeida Teles

Em setembro de 2006, o juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, acolheu Ação Declaratória impetrada pela família Almeida Teles contra Carlos Alberto Brilhante Ustra (comandante do DOI-CODI de São Paulo entre 1970 e 1974) por entender que a ofensa aos direitos humanos não está sujeita a prescrição. Em novembro ocorreu a primeira audiência, quando foram ouvidas as testemunhas de acusação. O réu não compareceu.

Entre 1972 e 1973, Maria Amélia, César, Criméia (grávida de quase 8 meses) e as crianças de 5 e 4 anos, Janaina e Edson Luis foram seqüestrados e torturados. Presenciaram também o assassinato do amigo, Carlos Nicolau Danielli, dirigente do PCdoB, nas dependências do DOI-CODI. A ação requer o reconhecimento da ocorrência desses fatos e a responsabilização do réu sem o envolvimento de punição criminal ou indenização pecuniária.

Tomamos essa iniciativa por consideramos o direito de acesso à Justiça, aquele que garante o cumprimento de todos os demais, atributo fundamental da democracia.

A impunidade constituiu a pior herança que recebemos da ditadura e contabilizou a maior dívida da democracia. Ainda hoje não apuramos as responsabilidades referentes aos seqüestros, torturas, mortes e desaparecimentos forçados cometidos pelos agentes do Estado brasileiro. Há mais de 30 anos, familiares e amigos buscam restos mortais dos que ainda não foram sepultados. Passados tantos anos e após a edição de leis de reparação das vítimas e de seus familiares, mantêm-

Historiadora, defendeu dissertação de mestrado no Departamento de História da USP em 2005 intitulada *Os herdeiros da memória: A luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Organizou o livro *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* (Humanitas, 2001).

se o véu do silêncio e impede-se o acesso aos arquivos relacionados ao período. O interesse público de saber o que aconteceu nos remete à dimensão política dessa Ação Declaratória, que exige o funcionamento das instituições brasileiras. O ineditismo e o caráter paradigmático da ação fizeram com que se reiniciasse o debate sobre a tortura e a abrangência da Lei de Anistia parcial de 1979.

Declarações como as de Jarbas Passarinho, afirmando que a tortura fora ocasional, recolocam em cena a importância de se combater o “negacionismo” ou “revisionismo histórico” acerca dos crimes cometidos pela ditadura. Prática ainda presente em se tratando dos crimes cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, tem provocado o surgimento, em diversos países, de leis punitivas àqueles que negam a existência do genocídio dos judeus. Ressurgiu também a questão de que a Lei de Anistia teria sido recíproca, favorecendo vítimas e algozes, ao trazer à luz os conhecidos argumentos de que se tratava de uma “guerra” em que os dois lados cometeram “excessos”. Na Argentina, recentemente, a nova edição do chamado “Relatório Sábato” ou “Nunca Más”, organizado pelo governo daquele país, desmonta a “teoria dos dois demônios” e redimensiona a história da violência política ao salientar o abuso de poder que representou a violência estatal da ditadura. O debate reaberto nos aponta muitas questões mal resolvidas no Brasil.

Juristas como Hélio Bicudo voltaram a questionar os erros de interpretação da Lei de Anistia: esta não anistiou os torturadores. O parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei de Anistia, refere-se à Anistia aos crimes políticos ou conexos a estes, ou seja, crimes de qualquer natureza relacionados àqueles, praticados por motivação política. Para caracterizar a ligação ou conexão entre crimes é

necessário que os autores sejam os mesmos e que estes tenham os mesmos objetivos e motivações. Parece claro que este não é o caso entre os que torturaram e mataram presos políticos durante a ditadura e suas vítimas.

Ademais, a lei não contemplou aqueles que foram condenados pela prática de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal (parágrafo 2º). Vários presos políticos foram soltos, mas devido à redução das penas estipuladas pela Lei de Segurança Nacional reformulada em 1978. A Anistia não foi recíproca. Os exilados retornaram mas, na prática, apenas os torturadores permaneceram imunes aos julgamentos. A partir da Constituição de 1988, principalmente, a abrangência da anistia vem se ampliando em um longo processo, ainda em andamento, cujo marco foi a criação da Comissão de Anistia, em 2001.

Mas essa ação nos desperta também para seu aspecto ético: nosso direito de presenciar e ouvir, publicamente e com as garantias da Justiça, as narrativas doloridas de quem esteve nos cárceres da ditadura. Vislumbramos algum conforto ao ouvir os testemunhos diante do juiz. Recuperar os fatos nos ajuda a ultrapassar esse período sem ter de esconder nossas memórias de dor. Diante da impossibilidade de esquecer – pois não controlamos as memórias de corpos maltratados e da perda de pessoas queridas – percebemos que temos condições de sobreviver com dignidade às atrocidades sofridas.

Se existe alguma possibilidade de evitarmos a repetição dos erros e crimes do passado, é conhecendo-o. Pelo direito à justiça, à memória e à história. Tortura, nunca mais!

1. Reproduzido de JOSÉ, Emiliano. *As asas invisíveis do padre Renzo*: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

Dói gostar dos outros

Presa junto com seus pais aos 5 anos, Janaina Teles escreveu o poema que reproduzimos a seguir quando tinha 7 anos, em 1975.

Dói gostar dos outros¹

Oi para todos
Boa tarde para todos
E um viva para todos
Uns versos vou escrever
Vou começar... atenção
Prestem atenção
Dói o peito chorar
Dói nós chorar
Dói os seus olhos chorarem
Dói nós viver
Dói ver os outros chorar
Dói a natureza chorar
Dói gostar dos outros
Dói cair uma pedra no seu pé
Dói falar tchau, amigos.

(Janaina, aos 7 anos, 1975)



Livros e oposição

Flamarion Maués

Historiador e coordenador editorial da Editora Fundação Perseu Abramo.

Grande parcela dos setores artístico, intelectual, acadêmico e de comunicação teve importante papel na oposição ao regime autoritário pós-64. Assim – com justiça – são sempre lembrados o teatro, o cinema, a música, as artes plásticas, a universidade, a SBPC, a OAB, a ABI, os jornais alternativos e alguns da grande imprensa que assumiram posições de denúncia da ditadura e sofreram, quase sempre, as consequências dessa atitude – pressões, prisões, censura, entre outras estratégias de repressão.

Todavia, há um setor que também se destacou neste campo e que quase sempre é esquecido: o de edição de livros, que teve significativo crescimento nos anos 1970. Desenvolveu-se um segmento que podemos chamar de *livros de oposição* ao regime militar: livros de denúncias contra o governo, obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, clássicos do pensamento socialista. Eram livros que tratavam de temas que punham em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964. Este segmento ganhou impulso mais significativo a partir de 1977-78, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do movimento sindical, e com a campanha da Anistia.

Estes livros eram publicados por *editoras de oposição* – editoras com perfil marcadamente político e ideológico de oposição ao governo civil-militar. Algumas destas editoras mantinham vínculos estreitos com partidos ou grupos políticos, inclusive clandestinos, ou foram criadas por esses grupos. Outras não estabeleciam vinculações políticas orgânicas ou explícitas, mas representaram iniciativas políticas de oposição¹. Editoras como Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes, Paz e Terra, Alfa-Omega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Vega e Livramento, entre muitas outras, destacavam-se na edição dos livros de oposição.

Durante a campanha da Anistia – e após a sua aprovação – é possível perceber com nitidez a importância que estes livros tiveram. Obras como *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (de Antonio Carlos Fon, Global, 1977), *Memórias do exílio*, (organizada por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos, Editorial Livramento, 1979), *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje* (de Roberto Ribeiro Martins, Civilização Brasileira, 1978), *Memórias das mulheres do exílio* (coordenada por Valentina Lima, Paz e Terra, 1980), *O que é isso, companheiro?* (de Fernando Gabeira, Codecri, 1979), *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida* (de Alfredo Sirkis, Global, 1980) se destacaram na denúncia da ditadura e colaboraram para a recuperação da memória sobre a repressão.

1. Desenvolvi o estudo deste tema em *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): Negócio e política*. São Paulo, Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2006.



O presidente João Batista Figueiredo anuncia o projeto de Anistia do governo, no salão leste do Palácio do Planalto, 27/6/1979. (Adão Nascimento/AE).

Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979

Lei nº 6.683 - de 28 de agosto de 1979

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativos e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado)

§º 1 Consideram-se conexos, para efeito desse artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do artigo 3º.

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão nos 120 (cento e vinte) dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno

ou reversão ao serviço ativo:

se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro de Estado;

se servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e de Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes;

se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal;

se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governador ou Prefeito.

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Polícias Militares ou dos Corpos de Bombeiros, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos Comandantes.

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente será deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º Os requerimentos serão processados e instruídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba apreciá-los

§ 2º O despacho decisório será proferido nos 180 (cento e oitenta) dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o militar de acordo com o que estabelecer o decreto a que se refere o artigo 13 desta Lei.

§ 4º O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbidade do servidor.

§ 5º Se o destinatário da anistia houver falecido, fica ga-

rantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no artigo 2º não requererem o retorno ou a reversão à atividade ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo anterior acarretar proventos em total inferior à importância percebida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este pagamento da diferença respectiva como vantagem individual.

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim na linha reta, ou na colateral, ou o Ministério Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano.

§ 1º Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerimento e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o Juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência, gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º É concedida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º São anistiados, em relação às infrações e penalidades decorrentes do não-cumprimento das obrigações do serviço militar, os que, na época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impos-

sibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o artigo 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares ou incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10 Aos servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do artigo 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no artigo 11.

Art. 11 Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, soldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12 Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão votar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13 O poder executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário

João Baptista de Figueiredo - Presidente da República.

Petrônio Portella.

Maximiano Fonseca.

Walter Pires.

R. S. Guerreiro.

Karlos Rischbieter.

Eliseu Resende.

Ângelo Amaury Stábile.

E. Portella.

Murillo Macedo.

Délio Jardim de Mattos.

Mário Augusto de Castro Lima.

João Camilo Penna.

Cesar Cals Filho.

Mário David Andreazza.

H. C. Mattos.

Jair Soares.

Danilo Venturini.

Golbery do Couto e Silva.

Octávio Aguiar de Medeiros.

Samuel Augusto Alves Corrêa.

Delfim Neto.

Said Farhat

Hélio Beltrão

*Helicóptero do Exército sobrevoa
assembléia dos metalúrgicos.
São Bernardo do Campo, 1980.
(Acervo Pessoal Lula)*





Metalúrgicos do ABC:
.....
41 dias de greve em 1980



Luiz Inácio da Silva, o Lula, concede entrevista, 17/4/1980. (AE)

São Bernardo, 1980: o que esteve em jogo na greve metalúrgica

Marco Aurélio Garcia¹

Mais que um massivo movimento por melhorias salariais e de condições de trabalho, os operários do ABC lançaram em 1980 um desafio à ditadura militar que tentava sua auto-reforma através da abertura “lenta, gradual e segura”.

Ao questionar a política salarial do governo, os trabalhadores desafiaram o regime militar. A greve mostrou que o ABC não estava disposto a assumir o

modelo de sindicalismo submisso e bem-comportado vigente. Isso explica a violência empregada pelo governo contra os grevistas – a prisão da liderança sindical e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional – e as constantes provocações dos militares, como os vôos rasantes dos helicópteros sobre as assembleias de trabalhadores no estádio de Vila Euclides.

O ano de 1980 é ponto de chegada e ponto de partida. Representa a culminação de uma ampla e profunda articulação operária iniciada em meados dos anos 1970. Mas projetou, igualmente, uma nova estratégia de ação sindical e política no Brasil. Semanas antes da greve surgia o Partido dos Trabalhadores. Nos anos que se seguiram, as lutas populares ganharam consistência nunca antes observada em nossa história republicana. Em 1983 formou-se a CUT.

As lutas sociais e políticas, que marcaram toda a década, tiveram nas greves de 1980 importante laboratório.

Evocar este momento luminoso de nossa história não é apenas celebrar aqueles 41 dias em que os metalúrgicos do ABC encarnaram as esperanças de mudança no país. Trata-se de, a partir da análise do movimento, entender as transformações pelas quais vem passando o Brasil nos últimos anos e seus possíveis desdobramentos. Significa igualmente reatar com o sentimento de esperança que dominou aquele período glorioso de nossa história.

1. Professor licenciado de História da Universidade Estadual de Campinas, desde 2003 é assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais. Co-autor de *Socialismo no século XXI* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2005).

A primeira assembléia no estádio de Vila Euclides ocorreu em 13 de março de 1979, sem palanque. Lula subiu em mesas para falar. Suas palavras eram repetidas em coro pelos que estavam mais perto dele, para que os demais ouvissem. (Irmo Celso/Acervo Pessoal Lula)



307

“Sou o fiel resultado da minha categoria” Luiz Inácio Lula da Silva

Previsão política

Um episódio engraçado: Eu tinha ido jantar de madrugada com o Fernando Henrique Cardoso e o Fernando Morais [deputado estadual do MDB-SP]. E o Fernando Henrique Cardoso fez uma análise e disse que não tinha como a polícia intervir no sindicato. Ele disse que tinha informações de que isso não era possível. Ele era suplente de senador, na época. E aí nós voltamos para o sindicato três e pouco da manhã. Eu juntei umas almofadas no sofá e deitei. Quando eu estava começando a cochilar, veio o pessoal gritando: “A polícia cercou o sindicato!”. Eu olho e vejo o sindicato todo cercado: carro de bombeiro, polícia, cachorro, um monte de coisas. O Fernando Henrique já tinha ido embora. Tinha uns 500 trabalhadores dentro do sindicato querendo resistir. Nós não deixamos. Estávamos ilhados lá dentro. Era melhor irmos embora para casa. Fomos embora. Fernando Henrique já não era um bom analista político.

Antes de ser preso

Eu não estava com medo de ser preso. Fui para a casa do meu sogro, primeiro, porque não tinha muita experiência. Eu não queria ficar na minha casa. Meu sogro morava no

Presidente da República, reeleito em 2006. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Fundador do PT, foi o seu primeiro presidente. É presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

Rudge Ramos. A diretoria decidiu que eu não deveria ir à assembléia, que me parece seria no sábado ou domingo. E eu não fui na assembléia. Mas lá o pessoal passou o tempo inteiro gritando o meu nome. A diretoria tentava falar e a massa não deixava. Quando foi no domingo, a Lélia Abramo [presidente do Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões – SATED], o Arnaldo Gonçalves e alguns companheiros foram na casa do meu sogro dizer para mim: “Você tem um papel importante a cumprir, você não pode deixar de participar das assembléias”. No dia seguinte teve uma assembléia na igreja Matriz e eu voltei e assumi a greve de novo.

Categoria aprende

Quando foi em 1980, no começo do ano a gente intensificou o trabalho na porta de fábrica. Intensificou: era pau a pau. Eu ia para a porta de fábrica de manhã, de tarde e de noite. E aí, quando chegou a hora, nós fizemos uma greve ainda maior que a de 1979. Fui preso com 17 dias de greve. A greve continuou mais 25 dias e o pessoal voltou para trabalhar. Porque na cabeça dos companheiros passava o seguinte: “Nós agüentamos 500 dias de greve...”. Eles não tinham dimensão de que é muito difícil o trabalhador ficar 40 dias sem receber salário. Só quando ele está desempregado. Tem compromissos, conta de luz, conta de água, despesas. Então, foi importante a categoria ter feito os 41 dias de greve. Por quê? Por que ela aprendeu uma grande lição comparando com a experiência da greve de 1979.

Consciência sindical

Havia uma dinâmica na categoria. Na medida em que a categoria ia exigindo, você ia... Na medida em que nós fizemos uma opção de que o sindicato não seria o tutor da categoria, mas seria uma espécie de caixa de ressonância da categoria, cada vez que os trabalhadores exigiam, ao invés de a gente represá-los, a gente soltava. Então eles queriam mais boletim, era mais boletim; mais atividade, era mais atividade; mais curso de formação política, era mais curso de formação política. Eles queriam que a gente radicalizasse mais, a gente radicalizava mais. A gente passou a viver muito por conta do próprio crescimento da categoria. Por isso eu digo sempre que eu sou o fiel resultado do crescimento da minha categoria. Nem mais nem menos. Na medida em que ela avançava, eu avançava; na medida em que ela não avançava, eu não avançava.

Consciência política

A imprensa me ajudou muito até 1980. Porque a imprensa via no Lula um certo instrumento até para um objetivo que não era apenas nosso, era da classe empresarial brasileira que também queria as liberdades democráticas. Houve manifestações de vários empresários e de vários intelectuais pela democracia. Então, naquele tempo eu era “apolítico”. Tudo que um jornal conservador gosta é de um dirigente apolítico.

As elites conservadoras brasileiras são hipócritas. Elas até admitem que o trabalhador saiba reivindicar. Mas não admitem que a classe trabalhadora se organize politicamente. Então, quando eu era sindicalista, o tratamento era bom. Quando a gente começou a criar o PT, aí então é que começou a haver um divisor de águas neste país.



METALÚRGICOS DO ABC:
41 DIAS DE GREVE EM 1980

A diretoria eleita do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1978. Em pé, da esquerda para a direita: Devanir Ribeiro, Jaime Barros Viana, Gilson Menezes, Mariano Villaeta, Luiz Carlos Rodrigues, Salvador Venâncio, Djalma Bom, Heleno Cordeiro de Oliveira, Nelson Campanholo; agachados, da esquerda para a direita: José Joeste Fontes, Severino Alves da Silva, Manoel Anísio, Walmir Braga, Lula, Valise Volcov e Expedito Soares. (Carlos A. Monteiro)

Consciência política João Avamilenho

Sindicalista. É prefeito de Santo André (SP).

Na greve de 1980 eu trabalhava na Pirelli Cabos, área metalúrgica. Já tinha participado ativamente das greves de 1978 e 1979.

Na greve de 1980 a Pirelli não parou, por decisão dos trabalhadores, pois a data base da Pirelli era em junho e não em abril.

Mesmo assim participei ativamente de reuniões e mobilizações em 1980, junto com os diretores do Sindicato.

Tivemos muitos momentos marcantes que não esqueço até hoje:

- as visitas de madrugada nas portas de fábrica em greve;
- as assembléias no Sindicato;
- a arrecadação de alimentos para o Fundo de Greve;
- as imagens da polícia batendo nos trabalhadores;
- as assembléias do Sindicato na igreja do Bonfim, pois o Sindicato estava sob intervenção federal.

Mas houve dois momentos muito marcantes: o primeiro foi o 1º de Maio no Estádio da Vila Euclides e o segundo o dia da intervenção no Sindicato de Santo André. Quando fiquei sabendo da intervenção fui até a sede e todo o quarteirão estava tomado pela tropa de choque e nossas lideranças estavam sendo presas.

Isto significou uma grande mudança na minha vida pessoal. Minha consciência política cresceu.

Com a diretoria cassada e o sindicato sob intervenção, fui convidado a participar da chapa da retomada do sindicato.

Retomamos o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André somente em abril de 1982, pois a intervenção durou dois anos, de 17 de abril de 1980 a 17 de abril de 1982.

Jair Meneguelli Uma greve de todo o Brasil

Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (1981-1984), presidente da CUT Nacional (1984-1994) e deputado federal (PT/SP). É presidente do Conselho Nacional do Sesi (Serviço Social da Indústria).

Na greve de 1980, eu ainda não estava na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e nem tínhamos a comissão de fábrica na Ford. Naquela ocasião, eu fazia parte da chamada comissão de salário, posteriormente comissão de mobilização, que era formada por aproximadamente 400 companheiros, escolhidos em assembléias, nas mais diferentes fábricas.

Essa comissão se reunia constantemente com a diretoria para deliberar sobre os encaaminhamentos relativos à greve, entre uma assembléia e outra. E dentro dessa comissão de salário ou de mobilização, prevendo-se a possibilidade de a diretoria do Sindicato ser presa e cassada, tirou-se um grupo de 16 companheiros, chamado Grupo dos 16, que teriam a incumbência de assumir o comando de greve. Então passei a fazer parte também desse Grupo dos 16. Foi minha primeira atuação na greve de 1980.

Comecei a atuar na luta por melhores condições de trabalho e de salário de um modo muito especial. Naquela época, foi muito importante o papel do futebol, principalmente no meu caso, e no caso da Ford. Tínhamos um time de futebol lá dentro da ferramentaria. Eram vários times dentro da Ford: cada um de um setor e, de vez em quando, disputávamos um campeonato interno. Mas, além do campeonato interno, tínhamos ainda jogos com departamentos de outras empresas, grandes e menores.

Nessa época, houve um problema na ferramentaria: foram demitidos alguns companheiros. Mas, como já tínhamos jogos marcados, continuamos a nos encontrar aos domingos por ocasião do jogo. Começamos a perceber que esses companheiros que saíam da Ford, principalmente os profissionais qualificados, arrumavam emprego imediatamente. Conversando com esses companheiros, que continuavam jogando conosco, verificamos que nós, que ficamos na Ford e tínhamos oito, dez ou doze anos de empresa, estávamos com o salário menor do que o deles. Alguns tinham ingressado havia 15 dias apenas em outra empresa, na mesma profissão, na mesma função. Foi então que começamos a recolher o holerite de todas essas pessoas. Tapamos o nome do companheiro e tiramos cópia dos contracheques e, assim, fizemos um mostruário.

Fomos à gerência do departamento de recursos humanos da Ford e resolvemos pedir aumento, baseado no estudo que tínhamos feito nesses holerites. Foi uma mobilização espontânea. Mostramos aos diretores da Ford que os salários das outras empresas estavam mais altos, mas não contamos que tínhamos em mãos os holerites. Então eles nos disseram que iam verificar, mas que era muito difícil obter informação sobre os salários em outras empresas, pois elas negavam esse tipo de informação. Nesse momento, tiramos de uma pasta o material

METALÚRGICOS DO ABC:
41 DIAS DE GREVE EM 1980

reunido e mostramos a eles que já tínhamos holerites de todas as empresas. Bastaria que confirmassem a veracidade daqueles documentos para verificar os salários dos ferramenteiros em outras empresas.

Depois dessa conversa, percorremos alguns setores da empresa e sugerimos a todos que fizessem o mesmo na funilaria, na estamparia, na montagem, na pintura. E o resultado foi igual: a Ford pagava menos em todos os setores. Foi a partir daí que muitos funcionários de outros setores começaram também a montar comissões, fazer como nós e pedir aumento à empresa. Ainda não tínhamos recebido a resposta da empresa quando começou a greve.

Então, nós da Ford participamos da greve pelos motivos gerais da categoria e também pelas nossas reivindicações de equiparação com as outras empresas. Depois da greve, além dos resultados obtidos para o conjunto da categoria, conseguimos também o reajuste dentro da Ford. Fomos reajustados e equiparados com as outras empresas em todos os setores da fábrica. Isso foi um fato muito marcante nesse momento.

Como eu disse, o início da nossa luta veio do futebol. Aliás, se não fosse a dispensa de alguns companheiros que continuamos a encontrar mesmo depois de demitidos, possivelmente iríamos demorar muito mais tempo para perceber que a Ford pagava menos do que as outras empresas montadoras. E foi o futebol que nos trouxe essa possibilidade.

Fui me sindicalizar com 30 anos de idade. Em 1978, havia no sindicato um curso de madureza ginásial, no qual os sócios pagavam apenas a metade da mensalidade. Foi para pagar metade do valor do curso de madureza que resolvi me sindicalizar. Nessa época, além do segundo andar, onde estavam as escolas, comecei a freqüentar o primeiro andar, onde ficavam as salas dos diretores. Foi aí que comecei a entender um pouco mais sobre o papel do sindicato. Embora participasse das brigas dentro da fábrica e tivesse uma certa liderança, não tinha vinculação alguma com o sindicato.

Num determinado dia, ainda em 1978, o DIEESE descobriu um roubo praticado pelo governo, nos anos do “milagre” brasileiro, subtraindo um valor dos índices de inflação, da ordem de 34,1%, que foram confiscados dos nossos salários. Aí a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi para as portas das fábricas e convocou toda a categoria para ir à assembléia para discutir esse roubo. Esse era o mote que estava faltando para levar a categoria à luta, pois até então não se tinha isso. A diretoria convocou toda a imprensa, que começou a chegar para a assembléia, sem que chegasse nenhum peão das fábricas: a peãozada não havia atendido ao chamado do sindicato. Então, a diretoria do sindicato foi às salas de aula e pediu que os alunos fossem para o terceiro andar, pelo menos para serem fotografados pela imprensa que estava chegando para a assembléia, para mostrar que a categoria tinha



Lula durante a greve dos Metalúrgicos, 1980. (CSBH)

atendido à convocação. Aí é que foi a minha desgraça, porque nós não fomos apenas para sermos fotografados, nós acabamos participando da assembléia e assistindo à fala do Lula. A partir disso ingressei na luta sindical e não tive mais saída: gostei da coisa e não parei mais.

Antes de tudo isso, até meus 30 anos, eu lia *Gazeta Esportiva* e *Tio Patinhas*. Não me considerava um alienado, sempre exigi meus direitos, mas brigava de forma desvinculada, apesar de sempre ter sido uma liderança dentro da fábrica. Fazíamos uma luta por melhoria de salário de um ou de outro companheiro, lutávamos juntos ali na fábrica. Mas não tínhamos nenhuma vinculação da briga do dia-a-dia com o mundo externo, com a questão maior que era a política. Não havia um entendimento de que a nossa situação não iria se resolver ali no chão da ferramentaria da fábrica.

Houve uma enorme mudança na minha vida, que antes era corriqueira: saía do trabalho para casa e vice-versa. Vivia sempre junto da família, com minha mulher e minhas filhas. Quando comecei minha militância elas se assustaram muito com essa mudança, tivemos momentos muito difíceis, principalmente durante as greves. Eu tinha uma responsabilidade grande com o movimento, até que fui ser presidente do sindicato.

Minha família ficou com muito medo e chegou até a sugerir que eu não aceitasse. Mas insisti que se eu não pudesse participar da luta sindical eu não iria ser uma pessoa completa, seria um frustrado, porque nesse momento eu já tinha me engajado demais.

O movimento sindical passou por várias fases. O Lula viveu uma fase no sindicato que era a da briga para que os empresários reconhecessem o sindicato. Essa foi a fase que considero mais dura porque a prática dos empresários era discutir apenas com as federações. E os trabalhadores aceitavam. Quando entrei já tínhamos furado esse bloqueio. O Lula já tinha tirado o sindicato das mãos da federação. Até então, nós não nos fazíamos representar em negociações, eram as federações que negociavam pelos sindicatos. O Lula rompeu com isso e os sindicatos passaram a existir.

Foi aí que entrei na diretoria e começamos a solidificar essa existência. Iniciamos o processo de implantação das primeiras comissões de fábrica. Foi um trabalho muito difícil, já que estávamos mudando a cultura dentro das empresas, seja com seus donos ou com as gerências que muitas vezes se comportavam como se a fábrica fosse deles. Mudamos toda a cultura fazendo com que os empresários passassem a negociar no dia-a-dia em relação a todas as questões. Portanto, não era mais aquela negociação às vésperas da data-base. Começou-se a negociar constantemente, éramos chamados, ou, às vezes, provocávamos a negociação por qualquer motivo: fosse relativo a salário, condições de trabalho ou de higiene dentro das empresas.

Então, a minha fase no sindicato, coincidentemente, foi a fase de negociar e de organizar os trabalhadores por local de trabalho. E muitos conflitos eram evitados em função dessas negociações. E as comissões de fábricas começaram a fazer quase 80% das tarefas dos dirigentes sindicais. As próprias comissões resolviam internamente os problemas que existiam nas fábricas. Isso ainda acontece até hoje.

Sempre nos posicionamos contra o fato de que nossos conflitos fossem julgados por quem quer que fosse, inclusive a Justiça do Trabalho. Invariavelmente, os julgamentos consideravam nossas greves ilegais e pediam o retorno dos trabalhadores. Mas entendíamos que a greve era justa e permanecíamos em greve, ignorando a decisão do tribunal. Ficávamos revoltados também pelo fato de o parlamento legislar sobre detalhes da relação trabalhista.

Mas eu não aceitava essa competência do parlamento. Até hoje não vejo essa competência do parlamento para determinar o dia-a-dia entre o capital e o trabalho. É por isso que luto cada vez mais para que trabalhadores e empresários criem mecanismos de negociação e tenham que se entender sem que haja uma interferência externa.

É importante fazer um balanço político dessa greve de 1980. Acredito que essa greve foi uma experiência única nas nossas vidas. Aconteceu em São Bernardo, mas, decididamente, não foi uma greve de São Bernardo. O Brasil esteve nessa greve.

Chorávamos de tristeza e de alegria também. Montamos um fundo de greve, o sindicato estava sob intervenção e o estádio em que nos reuníamos também estava sob intervenção. Então, fomos acolhidos pela igreja, mais precisamente por D. Cláudio Humes, e, no fundo da igreja, numa quadra, montamos o fundo de greve e começamos a receber ajuda do Brasil inteiro e até de outros países. A ajuda vinha de todas as partes: donas de casa, sindicatos, associações de moradores, estudantes, e chegamos a receber ajuda até de uma associação de pescadores do Norte ou do Nordeste que não tinham condições, mas que nos mandavam alguma coisa. Quando as equipes de trabalhadores iam aos bairros, eram recebidos por todo mundo num clima de muita solidariedade.

Acredito que a greve de 1980 foi a maior lição de solidariedade que vivemos.

Decididamente não foi uma greve nossa, de São Bernardo. Foi uma greve do Brasil. O significado desse movimento foi que, a partir daí, houve uma retomada da coragem do trabalhador brasileiro. Começaram a pipocar por todo o país greves e movimentos de trabalhadores. E o mais importante é que isto nos alertou para a necessidade da criação de uma organização única de todos os trabalhadores. Foi então que começou a ser discutida a criação de uma central, que originariamente era uma central única de trabalhadores, mas que, lamentavelmente, depois, teve divisões.

Mas foi aí que surgiu a necessidade dessa unificação dos trabalhadores.

Também nessa época, surgiu a idéia da criação de um partido. Por quê? Porque assim como quando eu trabalhava na Ford e comeci a conhecer o sindicato e perceber que a situação não se resolveria apenas em uma luta na fábrica, dentro da ferramentaria da Ford, esses movimentos ocorridos no ABC nos remeteram à idéia de que a nossa luta não era uma luta



Prisões de trabalhadores após assembléia dos metalúrgicos em greve. São Bernardo do Campo, 8/5/1980. (AE)

apenas sindical. Começamos a perceber que a luta por salário ou por melhores condições de trabalho também era política. Percebemos que era necessário fazer uma reforma agrária para evitar uma migração constante do campo para a cidade, e essa também era uma luta política. E, portanto, já não podíamos mais pedir a outros para nos representarem no parlamento. Era preciso que começássemos a nos representar, porque também entendíamos de política. Fazíamos política sem saber que estávamos fazendo política.

Gilson Menezes Um basta à ditadura

Membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1980, foi presidente do Fundo de Greve. Fundador do PT, foi prefeito de Diadema por duas vezes e deputado estadual.

É muito significativo resgatar os momentos importantes da história da classe trabalhadora. Além do lado emocional, que é gratificante, o lado histórico é fundamental. Eu não sou daqueles que falam que o sindicalismo surgiu depois da nossa participação, ou seja, das greves de 1978, 1979, 1980, mas também [este movimento] não é de se desprezar porque foi dos movimentos mais importantes para a retomada da chamada democracia. Eu penso que os movimentos dos anos 1980 deram uma contribuição extraordinária nesta retomada em busca da democracia. Foram momentos muito importantes, eu acho que valeu ali pela participação, pelo caráter de as pessoas confiarem na gente, com figuras importantes que aí estiveram presentes. Eu sempre fico emocionado porque foi uma luta pura, a pureza valeu ali. Eu acho que nós nomeamos, naqueles anos de 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, nomeamos naquele momento um inimigo, que era a ditadura militar. Então, a gente sabia se unir, sabia ter espírito de unidade e enfrentar tudo o que vinha pela frente. Todos os movimentos que estavam acontecendo havia 20 anos, tanto na cidade como no campo, foram superimportantes no combate à ditadura e no combate à exploração capitalista. De norte a sul do país, pipocavam movimentações operárias, movimentações populares, movimentações no campo, movimentações contra a carestia, contra as torturas etc. etc.

A greve de 1980 foi um marco na história do Brasil. Quando a gente viu, naquele 1º de Maio de 1980, o Exército bater em retirada da praça da Matriz, a gente explodiu porque foi uma vitória. Quando a gente viu que as metralhadoras baixaram, quando a gente viu os cães ferozes colocarem o rabo entre as pernas, quando a gente viu os helicópteros sumirem do céu, quando a gente viu os “espinha de peixe” voltarem para as suas casernas, aquilo foi emocionante. Ali estavam em torno de 100 mil pessoas, pressionando, e acabaram saindo em passeata pelas ruas até ocupar a praça. Sem falar nos milhões de trabalhadores do Brasil afora que comemoraram com a gente. Aquilo foi uma demonstração de força. Aquilo foi um grito, um basta a uma ditadura que prendeu, torturou, processou e matou.

Mais uma coisa eu quero lembrar aqui e registrar: foi a solidariedade do povo. Eu fui um dos que estiveram à frente do Fundo de Greve. Todo mundo mandava a sua solidariedade. Era um copo de óleo, um quilo de arroz, um saco de batata, um pacote de macarrão, um saquinho de feijão, de farinha etc. E não era só do ABC, não. Era de toda a Grande São Paulo, do estado e do Brasil. Vinham de todos os cantos pequenas e grandes cargas de alimentos. E a gente tinha que tomar cuidado porque a repressão da ditadura brecava as kom-

bis e os caminhões que traziam mantimentos. O pessoal usava da inteligência e driblava a repressão. Nesta solidariedade juntaram-se o movimento de bairros, de favelas, de igreja, de oposições sindicais, enfim, vinha ajuda de todo o lado das classes populares.

É interessante que a greve de 1980 mostrou mais uma vez na história que o povo é o grande solidário do próprio povo. É por isso que os donos do mundo, as multinacionais e o seu braço armado, a ditadura, começaram a sentir que estavam sendo minados pela força dos trabalhadores e do povo em geral. E tudo isso era resumido numa única frase histórica: “Trabalhador unido jamais será vencido!”.

Outro ponto que eu gostaria de colocar é que as lutas dos anos 1980 mostraram o quanto a classe trabalhadora é capaz. A mobilização e a organização se davam em diversos níveis: era ao redor dos sindicatos chamados na época de combativos, era no surgimento e na consolidação das oposições sindicais, era nos movimentos de bairro, nas favelas, nos trabalhadores rurais, na organização político-partidária etc. A greve de 1980 foi um momento alto contra as injustiças, a exploração e a ausência de liberdade.

Todas as lutas anteriores foram colocando um tijolinho a mais na tarefa de quebrar com a situação de ditadura. Agora, a greve de 1980 foi um tijoloço. E aqui eu não poderia deixar de citar a greve da Scania como um movimento que fez o papel de abrir a porteira. Eu acho que a greve da Scania, em 12 de maio de 1978, deu um sinal muito forte no sentido de que era preciso mudar o sistema do país. Eu acho que tentar organizar uma greve naquele momento era um pouco de loucura. A greve foi inteligente, foi muito inteligente, modéstia à parte, aquela greve foi de uma inteligência extraordinária. Nós tivemos que organizar a greve sem que a empresa soubesse, de jeito nenhum, se soubesse iria por água abaixo. Então, tivemos que organizar em três dias e já começar com as máquinas paradas. E



Líderes metalúrgicos do ABC em passeata pelas ruas de São Bernardo, 1980. (Irineu/CSBH)

a greve aconteceu e foi batizada e reproduzida como sendo a greve dos “Braços cruzados, máquinas paradas”.

Olha, cá prá nós, naqueles anos 1980 nós fizemos a nossa parte no sentido de ter uma esperança de um Brasil melhor, um Brasil humano. E nós não paramos por aí, não. Criamos comissões de fábrica, participei da organização do Partido dos Trabalhadores e tive a felicidade de ser prefeito de Diadema, primeiro prefeito operário do Brasil. A questão de ter sido eleito prefeito de Diadema em 1982 foi um salto de qualidade na luta política. Nesse ponto, Diadema foi um marco em termos de *administração popular e democrática*. Foi ali o berço e o laboratório de uma nova estratégia de poder local, exercido com o poder do povo e voltado para os interesses populares. As dezenas e dezenas de administrações populares, que vieram e se multiplicaram a partir especialmente de 1988, se espelharam na experiência bem-sucedida de Diadema.

Expedito Soares Batista O trabalho de base

Membro da diretoria que, sob a liderança de Lula, organizou as greves dos metalúrgicos do ABC no final dos anos 1970, tendo sido preso e sofrido processo como os demais diretores. Fundador do PT, foi deputado estadual pelo PT-SP por dois mandatos. É advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

A categoria metalúrgica, naquela época, tinha por volta de 142 mil trabalhadores, só em São Bernardo e Diadema e, deste total, 32 mil eram mulheres.

Para que a categoria chegasse ao nível de organização que foi demonstrado nas grandes assembleias, nos anos anteriores muitas coisas aconteceram. Desde a década de 1970, nós, um número relativamente pequeno de militantes sindicais, persistíamos em efetuar um trabalho de base, visando lutas mais significativas para conquistar bandeiras históricas bem como para consolidar uma nova mentalidade sindical, ampliando a democracia dentro e fora das fábricas. Entregávamos, cotidianamente, um jornal específico aos trabalhadores, realizando inúmeros debates, reuniões por fábricas, greves isoladas, por fábricas em 1978/79.

Constituímos, também, comissões clandestinas de fábricas buscando sempre uma preparação maior do conjunto da categoria.

O resultado desse longo trabalho foi sem dúvida a grande greve de 1980, de 41 dias, com o estádio [da Vila Euclides] no dia 1º de maio lotado de trabalhadores. Para chegarmos a essa greve foi necessário constituir uma comissão de salário (mobilização) com mais de 300 trabalhadores, escolhidos nas reuniões das fábricas. Desta comissão foi escolhido um pequeno grupo para assumir o comando da greve, caso a diretoria do sindicato fosse cassada e presa pela polícia. E foi exatamente o que veio a ocorrer: a partir de 17 de abril de 1980, parte dos dirigentes foi presa, entre os quais o companheiro Lula, porém a greve continuou sendo comandada sem problemas enquanto, nas ruas do grande ABC, a violência policial predominava.

Os trabalhadores resistiram por mais de 41 dias de greve, retornando ao trabalho sem, concretamente, alcançar o reajuste salarial e as reivindicações pleiteadas. No entanto, ficou marcada uma nova época para o movimento sindical brasileiro, para a sociedade como um todo e, principalmente, para a combalida ditadura militar. Enfim, foi, sem dúvida, um grande passo para mudanças profundas na sociedade brasileira, que ainda está longe de ser

o que os trabalhadores esperam e querem, mas temos a certeza de que foi dada uma modesta contribuição para a construção de uma nova nação brasileira. Esperamos, ainda, que as novas gerações dêem continuidade àquilo que seus pais e avós iniciaram. A luta continua, companheiros!!!!

METALÚRGICOS DO ABC:
41 DIAS DE GREVE EM 1980

O que foi importante para a greve **Djalma Bom**

Durante as greves metalúrgicas dos anos 1978, 1979 e 1980, nós nos reuníamos em assembléias de mais de 100 mil trabalhadores. Nesse período, eu era diretor-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Esse sindicato tradicionalmente foi composto por diretores conscientes e combativos, com a participação de muitos católicos, socialistas e comunistas. Porém, foi nos últimos anos da década de 1970 que surgiu no cenário político brasileiro a força da classe trabalhadora, a partir dos operários metalúrgicos das grandes montadoras multinacionais do ABC e de outros setores de ponta do operariado industrial urbano. O sindicato no Brasil sempre foi uma entidade de colaboração com o Estado e resolvemos romper com isso, criando um sindicalismo combativo, isto é, uma prática sindical que procurava alargar e aprofundar as reivindicações econômicas e trabalhistas e romper, de fato, com a legislação sindical vigente no país, inspirada na *Carta del Lavoro* de Mussolini, extremamente restritiva e repressiva.

Nossas principais reivindicações:

- Liberdade e autonomia sindical.
- Jornada de 40 horas semanais sem redução do salário.
- Garantia de emprego.
- Salário mínimo profissional.
- Controle das chefias.
- Redução das faixas salariais, de 20 para três no máximo.
- Redução do ritmo de trabalho em linha de montagem.
- Formação de comissões de fábrica.

O que estava também em disputa nessas lutas era a contradição entre os interesses da burguesia, que mantinha o aparelho do Estado como monopólio seu, e os interesses da classe trabalhadora, importante, mas totalmente ignorada pelos centros de decisão do Estado. Estavam em evidência, nesse contexto, as forças repressivas da ditadura militar.

Lembrando um pouco de como foi essa disputa entre trabalhadores, patrões e governo...

Governo, inimigo dos trabalhadores

Eram estes os instrumentos do Estado repressivo – totalmente a favor do capital – contra os trabalhadores:

- Lei de Segurança Nacional.
- Ministério do Trabalho.
- Justiça do Trabalho.

Integrou a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo que, sob a liderança de Lula, organizou as greves do ABC no final dos anos 1970. Foi deputado federal pelo PT-SP.

– Técnicos do governo que, em 1972 e 1973, falsificaram os índices dos preços para menos, para o controle dos salários abaixo da inflação.

– A ditadura militar.

Eram estas as táticas usadas contra os trabalhadores:

– Intervenção nos sindicatos.

– Cassação dos diretores.

– Prisões e enquadramentos na Lei de Segurança Nacional.

– Dispensa por justa causa com proteção da Justiça do Trabalho.

Agentes do SNI com credencial de jornalista nas manifestações. Membros do Exército, da Polícia Militar e do DOPS, disfarçados de trabalhadores nos movimentos. Tudo com apoio das empresas. Quando fomos presos no DOPS, às 6 horas da manhã de 17 de abril de 1980, encontramos muitos deles lá.

Patrões, inimigos dos trabalhadores

Havia uma organização capitalista do processo de trabalho dentro das empresas, que tinha os seguintes objetivos:

– Reduzir o trabalhador a mero executor de tarefas, isto é, um apertador de botão, sem possibilidade de qualificação e aperfeiçoamento.

– Controlar os operários para evitar agrupamentos e troca de idéias.

– Cronometrar os movimentos dos operários, fazendo do operário um robô.

Estes eram os instrumentos usados pelos patrões contra os trabalhadores:

– Normas de comportamento dos trabalhadores.

– Grupos informais de administração de pessoal.

– Sistema de segurança interna das empresas.

– Linha de montagem como sistema de produção e exploração.

– Chefias, gerentes, mestres, contramestres, encarregados e líderes.

Formas de organização e de lutas dos trabalhadores para enfrentar o governo e os patrões:

– O sindicato como instrumento de defesa, luta e conscientização dos trabalhadores.

– Assembléias e reuniões – centenas de reuniões nos bairros e portas de fábrica; as assembléias no sindicato e no estádio de Vila Euclides.

– Fundo de Greve criado a partir da greve de 1978, fundado em 1979 e que, já na greve de 1980, deu atendimento a 120 mil pessoas, com a distribuição de 480 toneladas de alimentos.

– Comissões de mobilização – em 1980, chegamos a ter uma com a participação de 450 membros, além de uma, secreta, de 16 membros para nos substituir, em caso da prisão ou desaparecimento de toda a diretoria.

– Os piquetes nas portas das fábricas – que chamávamos de “correntes de trabalhadores” para ludibriar o DOPS.

– Os três congressos de 1974, 1976 e 1978.

– Formação de idéias que resultaram na fundação do PT e da CUT.

Policial vigia trabalhadores durante a greve do ABC, maio de 1980. (CSBH)



Lembrar é resistir

Para chegar nisto tudo, foram fundamentais:

– O teatro de Tim Urbinatti do grupo Forja – os atores eram, e são, os trabalhadores.
– A “rádio-peão”: trabalhadores que, pela sua função na fábrica, se locomoviam, levando a discussão do sindicato para dentro das empresas.

– O filme *Linha de montagem* [dirigido por Renato Tapajós]: um dos mais importantes instrumentos de mobilização.

– Nossa imprensa sindical: a *Tribuna Metalúrgica* mensal, suplemento informativo diário.

– O 1º de Maio de 1980 – um dos fatos históricos mais importantes do movimento sindical do Brasil: mesmo quando cercados pela polícia, pelo Exército, tanques de guerra, helicópteros, os trabalhadores mantiveram-se concentrados para reivindicar a liberdade dos sindicalistas presos e para exigir o cumprimento da pauta de reivindicações. Foram para o enfrentamento, obrigaram a polícia a recuar. Apesar de acuados na praça da Matriz, saíram em passeata pela Marechal, contornaram o Paço Municipal, entraram no estádio da Vila Euclides, e lá realizaram o 1º de Maio.

O significado de tudo isso: importante também é reagir

Na verdade, os trabalhadores metalúrgicos daquele período indicaram, juntamente com a resistência de outras forças da sociedade, novas condições políticas para o restabelecimento de uma nova democracia no Brasil, de acordo com o interesse da maioria.

E, por fim, para mim, juntamente com a categoria metalúrgica e com outros diretores do sindicato, tenho certeza de que valeu a pena ter participado desses episódios tão importantes da história mais recente do nosso país. Mas, de nossa parte, nunca será demais.

O amadurecimento do movimento sindical **Devanir Ribeiro**

“As greves dos metalúrgicos no ABC nos anos 1978, 1979 e 1980 serviram para o amadurecimento não só dessa categoria mas de todo o movimento sindical do Brasil.” Esse é o principal balanço que Devanir Ribeiro faz do movimento de que participou sendo funcionário da Volkswagen e secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Como consequência importante da amplitude que essa luta assumiu na sociedade, segundo ele, temos a formação do PT e da CUT.

Devanir lembra que a greve de 1978 ocorreu dez anos depois da última paralisação da categoria, ocorrida em 1968, mas já vinha sendo preparada havia uns três anos. “Mesmo assim, tivemos de dar uma trégua e nos preparamos ainda mais para a greve do ano seguinte, quando fomos afastados do sindicato.”

Em 1980, a categoria estava mais preparada, porém os empresários também tinham tido tempo para se fortalecer e resistiram mais de 40 dias – os metalúrgicos esperavam encerrar a greve com vitória em apenas dez dias.

Deputado federal pelo PT/SP. Fez parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no período das greves de 1978-80 tendo sido o encarregado da distribuição dos alimentos arrecadados pelo Fundo de Greve. Foi vereador do município de São Paulo.

Depoimento tomado pelo jornalista Arthur Lopez Couto.

É no decorrer dessa terceira paralisação que Devanir destaca o fato mais marcante para ele nesse período: a prisão de praticamente todos os dirigentes. “Ficamos presos mais de 40 dias e a grande angústia era não poder fazer nada enquanto todos os outros companheiros continuavam na luta.”

Como a convocação de assembleias no ABC foi ficando cada vez mais difícil, a opção dos dirigentes foi partir para os bairros de maior concentração de metalúrgicos. O Parque São Lucas, na Vila Prudente, onde Devanir morava, foi um exemplo. “Eu não participava diretamente de nenhum movimento popular, mas já havia companheiros mobilizados pela saúde, contra enchentes e nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).” Devanir lembra que, depois das greves, esses movimentos ficaram muito mais fortalecidos devido à mobilização que os metalúrgicos promoveram nos bairros.

Em caráter pessoal, Devanir se diz privilegiado pelo apoio que recebeu de toda sua família, “já que, depois da luta, muitos companheiros ficaram desempregados e acabaram com sérios problemas familiares”. No seu caso, ele conta que sua família também abraçou a luta e os laços ficaram ainda mais fortes.

O significado político direto para Devanir foi sempre a continuidade da luta, cada vez numa esfera diferente e mais ampla. “Depois do Sindicato, participei da fundação do PT, em seguida da CUT, da Anampos (Articulação Nacional de Movimentos Populares) e trabalhei no Instituto Cajamar até me eleger vereador em São Paulo, em 1988”. Ele diz que a adaptação a essas novas etapas não foi fácil. “Apesar de continuarmos com os mesmos princípios, como a luta de classes, a distribuição de renda e a cidadania plena, a solidariedade dos tempos de sindicato não é a mesma no parlamento, por exemplo.” A contradição, segundo ele, é que quando se atua numa esfera mais compacta, como no sindicato, há um trabalho mais coletivo, que fica individualizado cada vez que essa esfera se expande, como na Câmara Municipal.

Bete Mendes Valeu

Atriz que teve presença marcante na Campanha da Anistia e em outros movimentos pela democratização do país. Integrou a primeira bancada de deputados federais eleita pelo PT em 1982. É presidente da Funarj (Fundação de Arte do Rio de Janeiro).

Como grande parte da classe artística e intelectual que se solidarizou com as greves do ABC, estive diretamente na região e lembro de situações particulares, vividas na época, que vale a pena contar.

A primeira que me vem à memória é a do show fantástico, em que fiz parte da comissão de organização – e também apresentei – no galpão dos antigos estúdios da Vera Cruz, com mais de mil pessoas assistindo e o maior número de compositores e intérpretes da música popular brasileira, artistas e intelectuais no palco, junto aos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Esse show, em sua singeleza, expressa bem o compromisso com o movimento.

Havia, naturalmente, uma ordem para a entrada no palco dos convidados que iriam participar do show. Antes de se programar o espetáculo, no qual os artistas se apresentaram gratuitamente, contribuindo para a divulgação do movimento para a sociedade brasileira e,

principalmente, para o Fundo de Greve, foi feito um comunicado da ordem de apresentação. Por esta ordem, entrariam no final do evento, que durou mais de quatro horas, Milton Nascimento, Chico Buarque e, juntos, João Bosco e Elis Regina. O fato é que Elis, que chegou bem cedo como todos, estava doente, com febre de quase 40 graus, e, depois de esperar algum tempo, em acomodações improvisadas – o que não era surpresa para ela e para ninguém da classe artística acostumada a participar dos movimentos populares –, não agüentando a febre que lhe minava as forças, pediu que a secretária que a acompanhava me chamasse no palco, para antecipar sua entrada.

Lembro que não apenas não fui gentil com ela como, sem qualquer palavra de estímulo ou agradecimento por seu esforço especial, lhe disse que não havia maneira de mudar a ordem e que ou ela esperava a sua hora ou ia embora. Elis aceitou a decisão e o final do show foi uma glória, com ela e os citados cantando, juntos, “Os bóias frias” [“Rancho da goiabada”]. Na saída, essa maravilhosa companheira ainda me deu um presente, ao dizer, me abraçando, que eu tinha razão, que aquela era mesmo a hora certa de ela se apresentar. Valeu, Elis.

A segunda é curiosa: eu estava, além das atividades de solidariedade à greve, gravando uma novela na TV Bandeirantes, e filmando *Eles não usam black-tie*, tudo ao mesmo tempo. E, na coleta de contribuições para o Fundo de Greve, além de fazer a reportagem diária, nos dois locais de trabalho, do que havia acontecido no dia, madrugada ou noite anterior, andava feito uma sacoleira, com camisetas, adesivos, jornais do sindicato ou o que aparecesse para vender.

Em uma dessas situações na TV Bandeirantes estávamos em uma roda, eu e toda a equipe técnica (câmeras, sonoplastas, operadores de vídeo) mais a equipe da novela (contra-regras, assistentes de estúdio etc.), fazendo um relato. Cabe aqui dizer que o termo relato é mal aplicado porque, além de eles virem ávidos por notícias e contribuírem sempre, cada vez se gerava um debate, e um ou outro começava a discutir sua relação de trabalho com a emissora, e alguém se apresentava depreciando a greve, e dizia que os metalúrgicos eram a “elite brasileira”, enfim, isso tudo era muito bom, porque havia discussão



Passeata de mulheres e filhos de metalúrgicos em São Bernardo do Campo, 9/5/1980. (Joveci de Freitas/AE)

sobre as empresas e os assalariados. Voltando ao caso: estávamos em um desses debates quando, de repente, percebi que os olhares se desviavam de mim e todos se calavam. Henrique Martins, que dirigia a novela e é uma pessoa muito bem humorada, de pé, atrás do grupo, aplaude e me diz: “Será que dá para interromper a assembléia pra gente gravar mais um capítulo da novelinha que estamos fazendo?”... Esta lembrança me faz muito bem pois mostra que não houve a mínima censura à minha participação no movimento, por parte do diretor da novela, pelo menos. Valeu, Henrique Martins.

E a última, que me marcou muito, foi em um dos comícios do estádio da Vila Euclides, lotado de trabalhadores e suas famílias. Lula estava usando o microfone quando o Exército e a Polícia Militar de São Paulo, usando helicópteros, começaram a sobrevoar o estádio, em altitude muito baixa, com os militares apontando as metralhadoras em direção ao povo. Antes que o pânico ou a revolta tomassem conta da massa, Lula, com liderança firme, baixou o tom de voz e disse: “Companheiros, é isto mesmo que eles querem, mas nós não vamos sair daqui; vamos fazer silêncio e esperar até eles cansarem ou o combustível acabar...”. Eu, que estava próxima a ele e que começava a me assustar com o que pudesse acontecer, passei do receio à admiração, e desta para a alegria, pois todos entenderam imediatamente a palavra de ordem, ficaram quietos, e eram mais de 5 mil pessoas, de todas as idades, com crianças, mulheres, famílias inteiras, todos parados e calados, até que, depois de muitas voltas, os helicópteros foram embora, voltaram para o quartel, frustrando-se assim mais uma das manobras usadas para acabar com a greve. Ainda bem, pois teria sido uma catástrofe, se eles tivessem tido êxito. Valeu, Lula.

Clóvis Rossi O cheiro das bombas

Jornalista, teve atuação importante nos movimentos pela democratização do país e no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970/80.

A mais renitente lembrança das greves de 20 anos atrás é o cheiro acre das bombas de gás lacrimogêneo que a Polícia Militar de São Paulo não economizava, enquanto corria atrás, cassetete em punho, dos grevistas em São Bernardo.

Cada vez que volto à cidade, o cheiro volta às narinas, como se jamais tivesse se dissolvido. Fica a sensação de que, em parte como consequência das greves, nunca mais se voltou a usar gás lacrimogêneo contra atos que, em qualquer democracia, são no fundo banais (a não ser, é claro, em alguns episódios pontuais, mas que já não retratam o quadro institucional que as greves ajudaram a mudar).

Mas há uma outra lembrança que já se havia dissolvido, mas voltou à memória com força no dia em que participei de um debate no Sindicato dos Metalúrgicos, numa época em que, no saguão, havia uma exposição de fotos sobre as greves. Uma delas mostrava Fernando Henrique Cardoso e um punhado de outros políticos, a maioria deles hoje governista [ou seja, apoiadores do governo Fernando Henrique Cardoso, 1995-2002], participando de atos de apoio aos grevistas.

Ao ver a foto, me lembrei de uma frase irônica que os espanhóis usaram muito nos primeiros anos pós-redemocratização: “Contra Franco, vivíamos melhor”. Por quê? Porque

era nítido, durante a ditadura, quem eram os “mocinhos” e quem eram os “bandidos”. Depois, a fronteira dissolveu-se. No Brasil, ocorreu a mesma coisa: os “mocinhos” (pelo menos para o meu gosto) amontoaram-se contra a ditadura.

Terminada esta, houve uma enorme dispersão.

Tudo somado, dá até saudades das greves.

METALÚRGICOS DO ABC:
41 DIAS DE GREVE EM 1980

A participação dos jornalistas Laís Oreb

Jornalista, foi diretora do
Sindicato dos Jornalistas no
período 1975-1980.

“Gente, que congestionamento. Pela via Anchieta não vamos conseguir chegar! O que será que aconteceu? Olha as pessoas daquele carro. Elas estão avisando que tem bloqueio da polícia em vários pontos de acesso a São Bernardo. O quê? A polícia está apreendendo as faixas? Esta nossa é muito grande e se eles pararem o carro vão achar. Vamos deixá-la no canto daquele muro. O importante é chegar a São Bernardo”.

Assim fizeram alguns jornalistas que se dirigiam dentro de um volks para participar das comemorações de 1º de Maio. Entre eles, eu e meu filho Dilair.

Depois de passar por vielas e ruas sem asfalto, caminhos alternativos, finalmente chegamos a tempo na praça da Matriz.

Nós estávamos atendendo à convocação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que havia soltado uma nota, encaminhada às redações, conclamando à participação no 1º de Maio Unificado, como apoio material e político aos metalúrgicos do ABC. A nota assinalava também que o 1º de Maio não se limitava a protestar contra a política salarial do governo, mas também contra a intervenção no Sindicato de São Bernardo e Santo André e as prisões de dirigentes sindicais e trabalhadores grevistas.

Com o avanço do movimento sindical a partir de 1978, demonstrado por meio da greve dos metalúrgicos da Scania, uma nova história dos trabalhadores começou a ser escrita e os jornalistas, em 1979, também confirmaram essa nova história, com a greve por aumento de salário e estabilidade para os representantes de redação. Só que os donos dos meios de comunicação, que se diziam favoráveis ao direito de greve e à abertura da democracia, foram intransigentes nas negociações e permitiram a repressão policial, com agressões e prisões de jornalistas, principalmente nas portas dos dois maiores órgãos de imprensa de São Paulo.

Uma verdadeira demonstração de coragem foi dada por profissionais da imprensa durante os 41 dias de greve dos metalúrgicos. Muitos foram espancados e presos durante as manifestações de rua. Muitos também, numa demonstração de solidariedade, permaneciam nas noites de vigília no Sindicato dos Metalúrgicos, mesmo já tendo concluído o seu trabalho.

No Sindicato dos Jornalistas formaram-se as comissões de Propaganda, Divulgação e Finanças. A de Propaganda era responsável pela distribuição de panfletos nos teatros e em vários pontos da cidade. A de Divulgação fun-

João Ferrador, o
personagem símbolo dos
metalúrgicos do ABC.
(Ilustração: Hélio Vargas)

HOJE EU NÃO
TÔ BOM!



Ilustração: Hélio Vargas

cionava junto ao Comitê de Solidariedade, como uma assessoria de imprensa, e a de Finanças arrecadava fundos com a venda de bônus, camisetas do “João Ferrador”, cartazes e contribuições. Num festival de jazz, no Anhembi, eu e um grupo de jornalistas estávamos vendendo camisetas – muito disputadas entre os jovens – quando a polícia chegou e por pouco não fomos presos.

Mas, se por um lado a ajuda dos jornalistas foi significativa, nem sempre o noticiário correspondia ao que realmente acontecia no ABC. O governo e a FIESP usavam todos os meios de comunicação para desmoralizar a greve. A intervenção foi assinada pelo então ministro do Trabalho, Murillo Macedo, durante o Jornal Nacional da Rede Globo, e tudo isso causava grande revolta entre os metalúrgicos. Muitas vezes, o próprio Lula precisou esclarecer que a cobertura da greve não dependia só dos jornalistas. “Eles também são trabalhadores”, afirmava.

Para encerrar, não posso deixar de registrar um trecho de entrevista do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, sobre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, conforme a Folha de S. Paulo de 19 de abril de 1980: “Lula é um líder morto. Em seis meses os metalúrgicos o terão esquecido”.

Lélia Abramo Caminhando

Atriz, sindicalista e militante política durante toda a sua vida. Foi presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED) de São Paulo e participou intensamente do movimento dos artistas pela Anistia. Fundadora do PT, figurou entre os seis primeiros signatários da ata de fundação do partido. Foi candidata a suplente de senador na primeira eleição disputada pelo PT (1982). Faleceu em 2004.

Adaptado do livro *Vida e Arte*, de Lélia Abramo – Editora Perseu Abramo, 1997, p. 222-226.

No final da década de 1970, ao mesmo tempo em que se desenvolvia o movimento pela Anistia, explodiam as greves dos metalúrgicos do ABC, que lutavam basicamente por melhorias salariais. Meu interesse foi despertado pela força com que esse movimento surgiu. Tratava-se de uma categoria de trabalhadores da indústria que, sendo mais bem remunerada, tinha um nível de vida um pouco mais alto que outras categorias, o que lhe facultava maior consciência sobre as questões de direitos trabalhistas.

As greves dos trabalhadores haviam sido precedidas pelo movimento estudantil de 1977, por movimentos da Igreja Católica, como o da Justiça e Paz e os das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que lutavam pelos direitos humanos mas estavam também na base de muitos outros movimentos populares; além desses, vários movimentos populares como o Movimento contra a Carestia, o da Panela Vazia e o Movimento de Saúde da Zona Leste, cujos membros, especialmente na periferia, iam de porta em porta procurando conscientizar a população para lutar por melhorias nas condições de vida e contra a repressão. Embora não houvesse de início muita coesão entre os vários movimentos, foi se desenvolvendo uma irresistível convergência em direção ao mesmo objetivo. As greves não eram impulsionadas somente pela luta reivindicatória de ordem salarial. O que me parece, embora não o pudesse confirmar, é que o impulso dos grevistas continha uma consciência política de classe.

No ano de 1978 deu-se a primeira grande greve dos metalúrgicos do ABC. Fui levada a acompanhar os movimentos grevistas pela convicção de que surgia alguma coisa de atípico, de único: um movimento operário contra um governo militar que lhe negava seus direitos e de cujo desafio tinha plena consciência. Esse desafio continha, sem dúvida, uma

inclinação política, embora ainda não definida nem mesmo determinada.

Eu não pertencia a nenhuma corrente partidária nem a qualquer tipo de grupo político: era apenas uma atriz atenta às questões sociais e presidente de um sindicato que lutava pelos direitos trabalhistas de sua categoria. Somente isso e nada mais.

Segundo normas estatutárias, eu não podia tomar iniciativas de ordem política. Por essa razão, assumi uma posição pessoal de aproximação com o líder Luiz Inácio da Silva, o Lula, sem pretender envolver o Sindicato dos Atores, por mim representado.

Felizmente, fui muito bem recebida por Devanir Ribeiro e Djalma Bom, também metalúrgicos, e Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros. Eles estavam empenhados, nesse momento, na criação do Fundo de Greve para o qual também davam apoio várias outras categorias profissionais, entre as quais a dos funcionários públicos, que faziam nesse momento sua primeira greve geral em São Paulo e que, principalmente por meio de seus setores mais combativos, o dos professores e o da saúde, deram importante contribuição na coleta de mantimentos e na venda de material para angariar dinheiro.

Percebi a preocupação de Devanir, encarregado de organizar a distribuição de todo aquele material que ia sendo recebido. Devanir era muito jovem ainda para incumbir-se de tamanha tarefa. Permiti-me dar-lhe algumas sugestões, graças à minha experiência pessoal adquirida durante a guerra na Europa, quando eu fui classificada, por algum tempo, como *displaced person* (expressão usada naquela época para designar pessoas de várias nacionalidades, dispersas pela Europa).

No caso em questão – a distribuição de alimentos aos nossos grevistas metalúrgicos –, tratava-se de arranjar algumas balanças grandes e outras menores, sacos de um quilo e outros maiores. Enchê-los, de acordo com o número de membros de cada família, com os alimentos básicos como arroz, feijão, batatas, óleo, açúcar, massas etc.

Foi a partir desse episódio que acabei entrando em contato com Lula e nos tornamos amigos. Daí em diante, onde havia metalúrgicos em movimento, lá estávamos nós artistas. Nosso sindicato foi um dos primeiros sindicatos não-operários a aproximar-se de Lula, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas, na época dirigido por David de Moraes, e da oposição da APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), que fora vitoriosa nas eleições, constituindo finalmente uma diretoria livre. Naquele momento eram pouquíssimos os sindicatos livres; a maior parte ainda era considerada “pelega”.

Conflito de rua durante a greve dos bancários em São Paulo, 1979 (B. Salgado/AE)



Em maio de 1980, pouco depois da fundação do PT, participamos do grande comício do 1º de Maio, em São Bernardo do Campo. Essa manifestação foi memorável. O estádio de Vila Euclides havia sido interditado pelo governo para qualquer manifestação de trabalhadores; estava proibida a realização naquele recinto de qualquer comício ou reunião.

Nesse dia, nós da direção do SATED rumamos logo cedo para São Bernardo do Campo empunhando cravos vermelhos: eram os cravos retirados de uma corbelha que eu recebera no dia anterior. E lá fomos nós com muita disposição para enfrentar o que desse e viesse. Ao chegarmos, vimos a cidade em pé de guerra: soldados armados com fuzis, colocados a mais ou menos dois metros de distância uns dos outros e segurando as correntes daqueles terríveis cães adestrados, dispostos a atacar se ordenados. Helicópteros, para nos assustar e dispersar, faziam vôos tão rasantes que dobravam a copa das árvores.

Enquanto os dirigentes sindicais reunidos com políticos da oposição, no interior da igreja central da cidade, discutiam sobre a melhor atitude a tomar, nós, milhares de pessoas que chegavam sem cessar, esperávamos lá fora, espalhados pela praça e pelas ruas adjacentes. Finda a reunião dos líderes, fomos avisados de que marcharíamos em direção ao estádio de Vila Euclides apesar de todo aquele aparato bélico.

Eu estava no meio da multidão em frente à igreja quando um dos comandantes das tropas militares reconheceu-me, aproximou-se de mim e ofereceu-me refúgio no outro lado da praça cercada por soldados, dizendo-me que havia perigo de um próximo ataque no local onde nos encontrávamos. Agradei a gentileza mas respondi que meu lugar era ao lado dos trabalhadores ameaçados. E lá fiquei.

Em fileiras compactas nos encaminhamos ao estádio, mais uma vez cantando a música de Geraldo Vandré, “Para não dizer que não falei de flores (Caminhando)”. Os homens iam acompanhados de suas mulheres e carregando seus filhinhos nos ombros. Todos empunhando cravos de várias cores nas mãos e cantando. A idéia de levar flores nas mãos fazia parte do contexto histórico mundial, desde o final da década de 1960. E lá fomos nós, marchando e cantando, sob aquela ameaça de sermos atacados por armas verdadeiras, apesar dos cravos e cantorias.

A ameaça de um confronto, que teria resultado em verdadeiro massacre, durou várias horas. Felizmente, o comandante militar da praça, certamente por ordem superior, recuou, ordenando a retirada das tropas que, em poucos minutos, desapareceram. E então, sem termos interrompido nossa marcha e sempre cantando, entramos e retomamos posse do estádio que, a partir de então, se tornou um símbolo das reivindicações dos trabalhadores. Foi uma glória!

Luiz Dulci Greves históricas

Militante do movimento dos professores de Minas Gerais nos anos 1970/80. Foi presidente da UTE/MG. Fundador do PT, foi presidente da Fundação Perseu Abramo. E secretário geral da Presidência da República, desde 2003.

Nunca será demais sublinhar a importância social e política das greves operárias de 1979 e 1980, tanto as do ABC paulista quanto as de outras regiões do país. Pode-se classificá-las, sem nenhum exagero, de *históricas*, porque tiveram um impacto espetacular na

consciência nacional e contribuíram de modo decisivo para forjar uma nova etapa da vida brasileira. Com elas, no dizer de Éder Sader, que escreveu a melhor crônica analítica do período, novos personagens entraram em cena¹ e produziram alterações qualitativas no próprio cenário, dando dimensão popular à luta contra a ditadura (mesmo que essa não fosse a sua intenção consciente) e subvertendo o monopólio da política pelas elites tradicionais. Para lembrar a feliz expressão de Antônio Callado, aquelas greves, com suas formidáveis manifestações de massa e comovedora solidariedade civil, “ampliaram o horizonte do possível”. Sem elas, dificilmente as classes populares teriam conseguido, como conseguiram nas décadas seguintes, superar a sua condição de objeto da política conservadora, ou no máximo de aliado subalterno dessa ou daquela facção tradicional, para tornarem-se, como de fato se tornaram, autênticas protagonistas da disputa pelo poder no Brasil.

Não se deve esquecer, no entanto, de outros fenômenos sociais do período, que ajudaram a instaurar uma nova dialética política no país, fazendo do campo popular um de seus pólos efetivos. A (re)articulação do movimento dos trabalhadores rurais – na qual é justo ressaltar o pioneirismo do campesinato paraense – foi seguramente um dos mais relevantes. Como também a emergência sindical e política dos chamados “assalariados médios” – professores, bancários, profissionais de saúde, entre outros segmentos – que começaram a organizar-se e a promover fortes campanhas reivindicatórias em diversas regiões do país, contribuindo de modo não-negligenciável para a consolidação daquilo que viria a chamar-se de “novo sindicalismo”.

Tive a oportunidade de participar desse processo atuando no movimento do magistério mineiro. Em 1979, de modo bastante espontâneo, sem contar com uma entidade que nos representasse, realizamos uma greve de 40 dias, mobilizando cerca de 200 mil professores e outros trabalhadores do ensino (serventes, cantineiros, faxineiros) em mais de 400 cidades do estado. O movimento teve considerável repercussão regional, estimulando outras categorias a travar lutas análogas. Daquela greve nasceu a UTE-MG, depois Sind-UTE, que se fortaleceu orgânica e politicamente ao longo dos anos 1980 e 1990, tornando-se (com os seus 60 mil filiados, sua rede de subseções, suas campanhas salariais, educacionais e político-institucionais) um destacado sujeito da vida mineira.

Em 1980, nossa segunda greve foi duramente reprimida, dezenas de professores foram demitidos e parte da diretoria foi presa e enquadrada na Lei de Segurança Nacional, a exemplo do que ocorreu com outras categorias de trabalhadores. O objetivo assumido das forças de repressão era o de “destruir o movimento, quebrar as suas pernas”.

Mas isso já não era mais possível. A semente fora lançada em terreno fértil e o avanço dos movimentos, fossem eles do operariado fabril, de trabalhadores rurais ou de outros assalariados, já não dependia exclusivamente de vitórias materiais. As derrotas como as vitórias faziam parte de um aprendizado coletivo, cuja intencionalidade não era apenas de resistência econômica mas de poderosa auto-affirmação política e cultural, que se expressaria na criação da CUT, na fundação do PT, na campanha das Diretas Já... Mas isso é outra história.

Do ponto de vista existencial, aquelas greves são inesquecíveis. Relembra-las emocionalmente. Do ponto de vista político, sua inspiração continua oportuna.

1. Este é o título do livro de Éder Sader a que se refere Luiz Dulci: *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÍO

*Greve dos transportadores
de combustível, 1979.
(Waldemar Padovani/AE)*



Luiz Gushiken O vírus da rebeldia e da luta

Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1984-1986), presidente nacional do PT (1989-1990) e deputado federal (1987-1998). Foi secretário de Comunicação de Governo e Assuntos Estratégicos do governo federal (2003-2005).

A Fundação Perseu Abramo solicita-me que investigue no baú de minha memória, que é péssima, acontecimentos sindicais do final da década de 1970 e início da década de 1980, dos quais participei como dirigente sindical bancário. Apenas um rememorar de eventos daquele importante período histórico, já que análises mais acuradas e documentações sobre o referido momento existem em abundância na literatura sindical.

O que segue, portanto, são apenas fragmentos, um cutucar de memória, acontecimentos que em roda de amigos fazemos questão de gostosamente relembrar, dando um verniz lúdico para eventos que foram gestados em meio às violências e tensões dos tempos da ditadura militar.

A primeira lembrança que me vem à mente é a agitação de toda sociedade brasileira na esteira do formidável impulso provocado pelos metalúrgicos do ABC, espalhando por todos os cantos do país o vírus da rebeldia e da luta. Evidentemente, os bancários não se fizeram esperar e partiram para o confronto com os que eram os mais odiados dos patrões: os banqueiros.

Naquele contagiante ambiente, procuramos organizar, na campanha salarial de 1978, de forma mais ou menos atabalhoada, consequência da inexperiência, a primeira grande greve dos bancários na década de 1970. Ainda não tínhamos controle da máquina sindical, pois éramos oposição a uma diretoria que, por sua vez, fugia das greves como quem foge da peste. No primeiro confronto o nosso despreparo organizativo ficou visível.

No dia da greve, a sede do sindicato foi sacudida pela intensa movimentação dos grevistas. Lembro-me de grupos e mais grupos de centenas de bancários, afluindo ao vigésimo andar do sindicato para receber instruções do comando de greve, formado pela oposição à diretoria pelega, que covardemente se escondia no andar de baixo.

Nossa orientação, para perplexidade dos bancários, foi: “Retornem ao local de trabalho e cruzem os braços lá dentro”. Mal sabíamos que, em se tratando de empresa bancária, permanecer em greve nos recintos da empresa era guerrear no terreno inimigo.

O que nos teria levado a cometer aquela imprudência organizativa com um movimento que tinha tudo para ser vitorioso?

O erro foi tentar reproduzir mecanicamente a célebre palavra de ordem da greve dos metalúrgicos do ABC: “Braços cruzados, máquinas paradas”. Mal sabíamos da enorme pressão a que os grevistas estariam se expondo no interior dos bancos. Não nos dávamos conta de que a estrutura interna dos bancos era diferente da das empresas metalúrgicas e que o perfil dos funcionários bancários era, por sua vez, diferente do dos metalúrgicos. Em bancos o corpo administrativo, com cargo de chefia, era muito grande quando comparado com o dos metalúrgicos, e isto inviabilizava o sucesso do empreendimento grevista no interior do próprio banco.

Decorreu desta experiência a lição de que nem sempre a espontaneidade das massas, sua coesão e vitalidade para a luta são suficientes para superar as deficiências organizativas e materiais e os obstáculos provindos de uma direção inadequada ou despreparada. Na década de 1970 muitas categorias foram vitoriosas neste contexto. Mas outras, como a nossa, exigiam maior sofisticação em seus processos organizativos e políticos.

Aquela derrota foi um aprendizado decisivo e em nada abalou o ânimo da categoria bancária, que, nos anos seguintes, encetou novas paralisações. Mas em todas as greves posteriores o espaço da guerra foram as ruas e as praças, de que é exemplo a grande greve de 1985, quando os banqueiros foram obrigados a se curvar diante de um movimento de caráter nacional.

Em estado de tensão a massa sempre é capaz de demonstrar muita criatividade. Para evitar o acesso dos bancários ao local de trabalho, já que a experiência demonstrava que o método dos “braços cruzados, máquinas paradas” não funcionava em nossa categoria, os piquetes foram acionados assumindo sua função clássica, com uma diferença: levavam o nome de “comissão de esclarecimento”. Por trás dessa singela identificação, organizavam-se centenas de “comissões de esclarecimento” que pacificamente (nem sempre, é lógico) levantavam suas enormes faixas, postavam-nas na entrada dos bancos impedindo qualquer acesso para o local de trabalho.

E a repressão policial e militar? Muitas bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas contra trabalhadores, muitas costas arquearam com a violência dos cassetetes, mas, a bem da verdade, a escancarada hostilidade da ditadura jamais conseguiu sustar o ímpeto dos trabalhadores que, ao contrário, em sua luta por melhores salários, também gritavam por liberdades democráticas.

E como as lideranças bancárias driblavam a repressão em suas reuniões conspiratórias? Certamente agíamos como as demais: clandestinamente. Mas nós, bancários de São Paulo, inúmeras vezes reuníamos-nos em um circo (sim em um circo!). Éramos centenas de lideranças discutindo os caminhos do movimento debaixo de uma enorme lona circense, em ambiente de absoluta clandestinidade, cercado de extremadas cautelas em termos de vigilância, e, invariavelmente, suspeitando da infiltração de agentes da repressão. A sensação era terrível! Mas, como ninguém poderia comprovar a suspeita, as reuniões pros-

seguiram e as decisões eram tomadas. No dia seguinte aquelas preocupações se dissipavam tamanhas eram a energia e a vibração que as massas liberavam.

É importante notar que naquele período o ânimo das massas no Brasil estava tão eletrizado e infundia tão grande confiança nas lideranças que os mecanismos de repressão não atemorizavam tanto os dirigentes. A avalanche grevista do final da década de 1970 e início dos anos 1980 foi de tal forma tempestuosa que, certamente, as confusões e desorganizações também estavam presentes nas hostes da repressão. Aliás, na verdade, foi este grandioso movimento de massas que verdadeiramente solapou os alicerces da ditadura militar, fermentando as condições para a histórica campanha pelas Diretas Já, e, através dela, a derrocada do regime militar no Brasil.

Em abril de 1980, Lula e seus companheiros de diretoria sindical foram presos, provocando na sociedade uma indignação pouco vista em nossa história. Campanhas de solidariedade a Lula e à sua categoria foram organizadas em profusão, sendo, obviamente, vistas com maus olhos pela ditadura. Nós, bancários, pensamos em realizar algo que minimizasse a tensão do ambiente, e permitisse uma atividade pública de coleta de recursos em solidariedade à greve dos metalúrgicos. Organizamos então uma atividade inédita: no horário de almoço, na praça Antonio Prado (centro bancário de São Paulo), o campeão paulista de xadrez da época, Herbert Carvalho, e o vice-campeão brasileiro, Cícero Braga, fariam disputas simultâneas com bancários em dezenas de tabuleiros de xadrez dispostos na praça. Enquanto os bancários se divertiam com os campeões, com megafone na mão explicávamos a razão daquele evento, ao mesmo tempo em que recolhíamos dinheiro para auxiliar os metalúrgicos grevistas.

Parece que a ditadura não apreciava muito o entretenimento político, muito menos jogo de xadrez, pois rapidamente aquele evento se transformou em prisão de dirigentes sindicais e do ilustre campeão paulista daquele esporte. Durante uma semana pudemos conhecer o lúgubre DEOPS, lugar onde companheiros, em passado não muito distante, haviam sofrido as mais amargas torturas físicas e psicológicas na luta por um Brasil mais justo. No dia 1º de maio, logo pela manhã, dirigimo-nos à janela da prisão e gritamos bem alto: “Viva o 1º de Maio”. De outras celas, a resposta veio rápida, fazendo ecoar pelas paredes o mesmo brado, aquele que é o símbolo maior dos trabalhadores. Sabíamos que estávamos em uníssono com milhões de pessoas que, nas ruas e nas praças, também faziam ressoar seu brado de luta. Evidentemente o DEOPS já não era mais o mesmo.

O governo federal, por meio do Ministério do Trabalho, por duas vezes praticou a intervenção no Sindicato dos Bancários de São Paulo, cassando o mandato dos seus dirigentes e colocando na direção da entidade pessoas indicadas pelos banqueiros. Essas intervenções atrapalharam muito nosso trabalho, mas nunca foram capazes de impedir o nosso estreito relacionamento com a categoria. Sem o sindicato nas mãos, recolhíamos dinheiro junto aos bancários para confeccionar um jornal que servia de ligação com a categoria. Reuníamos-nos em locais emprestados por entidades amigas. Na verdade, a repressão só temperava nosso estado de espírito e fortalecia nossa vontade.

Ao longo da década de 1970 e no período posterior, a categoria bancária foi protagonista importante no movimento sindical brasileiro. Ricas experiências foram vivenciadas nesse período, lideranças germinaram em todos os espaços onde havia bancários (basta ver

o número de parlamentares, prefeitos, governadores de estado, sem contar com milhares de lideranças sindicais, todos de origem bancária, que proliferaram Brasil afora).

O que acima expus apenas tangencia essas experiências, é somente o rememorar de alguns fatos, inscritos nos grandiosos eventos da década de 1970 e início dos anos 1980. Se hoje os interpreto em tons lúdicos, nem por isso devem ser minimizadas a violência ditatorial e a tensão da época. As pessoas somente se regozijam com o sofrimento passado quando esse representa um sacrifício que valeu a pena.

Se pudesse sintetizar aquele período diria que, do ponto de vista sindical, ele representa a fase heróica do novo sindicalismo em confronto com dois obstáculos: a ditadura militar e os pelegos. O primeiro não mais existe e do segundo pouco se fala, demonstrando o seu desaparecimento enquanto característica predominante.

Mas a remoção daqueles obstáculos não significa facilidade para os dias atuais. A meu ver, o sindicalismo de hoje, às voltas com o fenômeno de intensa globalização, desemprego, flexibilização da mão-de-obra, e outras tantas questões, se depara com desafios de outra natureza, muito mais complexos.

Uma rara claridade **Sérgio Mamberti**

Em meados da década de 1970, o Brasil parecia encontrar-se anestesiado. O impacto das medidas autoritárias do Ato Institucional nº 5 e a truculência do governo Médici [1969-1974] haviam deixado marcas tão profundas na sociedade brasileira que apenas começávamos a emergir deste torpor e a nos dar conta de que o governo militar pretendia perpetuar o seu poder por muito mais tempo do que gostaríamos de supor.

O desmonte sistemático de todos os processos de participação, bem como do projeto cultural brasileiro, passou a ser meta prioritária para sua consolidação. Começando com a educação, o currículo escolar, as universidades e a escola pública, passava também pelo cinema, pela música e, principalmente, pelo teatro, que pleno de vitalidade na década de 1960 foi espaço privilegiado para a discussão da nossa realidade e um dos mais aguerridos esteios da resistência. Por outro lado, as redes nacionais de televisão, criadas pela ditadura, exaltavam as benesses do novo regime e do “milagre” brasileiro, fortalecendo seu domínio. Porém, mesmo com as promessas de distensão anunciadas pelo governo Geisel, nada havia realmente mudado. Pelo contrário, sob a aparência de uma paz duradoura, de uma nação finalmente expurgada das inconveniências das lutas pela liberdade de expressão e pelos valores democráticos, tramava-se a morte ignóbil de cidadãos honrados como Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, nos calabouços da repressão.

Para quem durante praticamente toda sua vida havia participado destas lutas, no anseio de ver concretizada a utopia de um Brasil solidário e justo, de uma América Latina livre e progressista, aumentava cada vez mais a distância entre o sonho e a mísera realidade que tínhamos que enfrentar. E eu me perguntava se ainda seria possível, em meio a tanta bruma, vislumbrar um caminho que nos pudesse reconduzir à esperança de um dia alcançar

Ator e militante político, participou dos movimentos contra a ditadura e pelos direitos humanos, especialmente pelo direito universal à cultura. Participou do grupo que elaborou o programa de Cultura do governo Lula.

os nossos objetivos. Mas parecia não haver nenhuma resposta para estas indagações. Uma monolítica imobilidade, aparentemente conformista, plasmava a sociedade brasileira.

O movimento operário, sufocado pelas leis de exceção, como acontecia, aliás, com todos os movimentos sociais, estava terminantemente proibido de fazer reivindicações de qualquer espécie, sobretudo reivindicações políticas, sob pena de ir-se para a prisão e sabe-se lá o que: tortura e até mesmo a morte.

Quando em 1978, no estádio de Vila Euclides, aquele jovem operário barbudo e mais um punhado de homens desaforados disseram não a tudo isto, uma rara claridade espalhou-se por toda a nação brasileira, como que afirmando ser possível mudar, sim. Na profunda letargia em que estávamos mergulhados, na angústia da desesperança que a nossa alma apequenava, algo começava lentamente a mover-se e a projetar perspectivas e alento para alimentar novas frentes de luta.

Naquele pequeno estádio, forjavam-se naquele momento histórico as matrizes para construção de um novo sentido de país e de nação. Hoje, apesar dos inegáveis avanços políticos das duas últimas décadas, mais uma vez nos deparamos com desafios ainda maiores, diante da ordem econômica excludente, imposta pela globalização e pela ideologia neoliberal.

Que o espírito de Vila Euclides possa inspirar-nos coragem e resolução, para vencermos outras etapas, rumo a uma época de prosperidade e justiça para todos.

Vanya Sant'Ana A solidariedade à greve

Socióloga e professora universitária. Trabalhou na Fundação Getúlio Vargas e na Fundap. Foi um dos pilares do CBA/SP, integrando com Dodora Arantes e Perseu Abramo o trio responsável pelos documentos mais importantes do CBA.

A gente tem feito 20 anos quase todo dia. No ano passado foram os da Anistia. Este ano, são os da epopéia da Greve do ABC. Comemoramos marcos fundamentais no processo da mesma luta que travamos, há décadas, muitas gerações de brasileiros, no sentido de transformar nossa pátria num país democrático, justo e igualitário.

A conquista da Anistia para os opositores da ditadura militar, em 1979, trouxe de volta nossa dignidade política e a possibilidade do resgate dos valorosos brasileiros vitimados pela vilania cruel da repressão.

Em 1980, o êxito do extraordinário movimento de solidariedade aos trabalhadores do ABC, de que participaram todos os setores organizados da sociedade, garantiu a base da reconstrução da ordem legal e democrática do Brasil de hoje.

Nós, do Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, tivemos a sorte, a oportunidade, de participar, de modo decisivo, na coordenação da ampla rede de solidariedade ao movimento grevista daquele ano. Esta participação foi, à época, bem caracterizada nas palavras do grande, inesquecível e sempre necessário companheiro Perseu Abramo: "A solidariedade é um sentimento difuso, e, no caso presente, ela existe de forma evidente, entre as classes trabalhadoras, os setores populares, e entre as camadas mais proletarizadas das classes médias. A tarefa prioritária dos CBAs, em conjunto com outras entidades democráticas, é a de organizar essa solidariedade, ou seja, de transformá-la em apoio efetivo, que se dá em dois planos, o material e o político. O primeiro se traduz em auxílio financeiro e em espécie, em assis-

tência jurídica e médica a presos e vítimas da repressão policial, em divulgação e propaganda tanto dos fatos quanto das reivindicações dos grevistas. O segundo exprime-se pela organização ou pela participação em manifestações populares de pressão contra as autoridades, que vão desde a emissão de notas e manifestos até os comícios, atos públicos, passeatas, e, nos casos em que isso for possível, greves de apoio, mesmo que simbólicas e parciais” (*Movimento*, 28/04 a 04/05/1980).

Ao lado de companheiras de grande valor combativo e enorme dedicação, como Leda, Zilah, Marta, Judith, mergulhei de cabeça e coração no primeiro dos caminhos indicados pelo Perseu. Cuidamos, principalmente, de ajudar os companheiros presos e suas famílias a agüentar o tranco da repressão. Não escolhíamos tarefas: tudo valia para manter elevada a moral dos líderes grevistas presos e de seus familiares.

Levávamos até o DOPS a comida, quentinha e saborosa, saída de um fogão muito generoso e feita por mãos muito carinhosas, a fim de minorar o sofrimento da brutal separação dos presos de suas famílias. Visitávamos a casa de cada um, seus pais, irmãos, mulheres e filhos, para levar notícias e saber de suas necessidades materiais – a feira da semana, o mercado, a prestação, o aluguel, e resolvê-las. Muitas vezes, também conseguíamos apoiá-los emocionalmente, no mínimo esclarecendo por que seus familiares, trabalhadores e honestos, estavam presos como se bandidos fossem.

Em pouco tempo, os líderes presos se organizaram em coletivo, escolheram o responsável e aí, por meio de bilhetes (que Judith ainda guarda), recebíamos seus pedidos e providenciávamos para que tivessem o que mais necessitassem: livros e revistas, algum objeto de utilidade, alguma coisa que aliviasse suas saudades e a falta da liberdade.

Atravessávamos várias vezes por dia as cidades do ABC para chegar às vilas onde moravam as famílias, cruzávamos as forças militares que ocupavam suas ruas, conhecíamos a cotidiana brutalidade das patas de cavalo e das pontas de baionetas pressionando os grevistas nas filas para receber gêneros alimentícios, adquiridos com recursos do Fundo de Greve, em lugares que foram, sucessivamente, bloqueados pela polícia, até que apenas as igrejas puderam continuar com sua distribuição.

A sensação era a de percorrer territórios ocupados por tropas invasoras. Fazíamos esforços para reconhecer sobre o lombo dos cavalos e por detrás das baionetas brasileiros como nós, como os grevistas. Os jornais contavam casos nos quais se confrontaram de um lado, armado, o soldado e de outro, o operário, seu irmão de sangue. E se perguntavam: e aí? Se tivesse que usar a arma, o que se passaria? Situações cruéis, reafirmando a crueldade da realidade daqueles dias (ou de sempre).

No dia em que as tropas saíram das ruas do ABC, eu e minha filha Mariana estávamos indo ao encontro da esposa de um dos líderes presos para lhe entregar algo de que necessitava. Quando nos aproximamos de São Bernardo cruzamos os caminhões de soldados



Líderes metalúrgicos do ABC em passeata pelas ruas de São Bernardo, 1980. (Irineu/CSBH)

que festejavam ruidosamente sua retirada, como a comemorar, também, a liberdade reconquistada. Na volta, à tarde, passamos pela cidade, já pacificada – as padarias reabriam suas portas, os jovens voltavam a passear pelas praças, os mais velhos recolocavam suas cadeiras nas calçadas. Inesquecíveis cenas que me traduziram, em sentimento, o clima do fim de uma guerra, o dia do armistício, a reconquista da paz.

Durante todos aqueles dias, por coincidência talvez, em nossa casa, [Gianfrancesco] Guarnieri, junto com Leon Hirszman, ultimava o roteiro do filme *Eles não usam black-tie*. No pouco tempo que tinha para estar em casa, pediam para contar tudo o que tinha visto ou sabido dos movimentos da greve. Passava para eles, sobretudo, sensações, sentimentos e emoções que, tenho certeza, impregnaram diálogos e situações do filme.

Assim vivi aqueles dias, em meio a fortes emoções, boas e más, agradecendo à vida a chance de ter podido participar, de forma radical e completa, das muitas lutas do CBA, ao lado de companheiras e companheiros fortes e corajosos. Mas, acima de tudo, por ter convivido e aprendido com Perseu Abramo a prática da tolerância e da sabedoria políticas, e com Zilah, sua mulher, a dimensão da ternura necessária a qualquer luta.

Zilah Abramo O setor da saúde e o ABC

Formada em Ciências Sociais pela USP. Única contribuição para a Sociologia brasileira: participar, com Perseu Abramo, da formação de duas filhas sociólogas. Foi assessora da Secretaria de Estado da Saúde para a área de Recursos Humanos e militante do CBA/SP. Foi professora na Universidade de Brasília de 1962 a 1964. É presidente do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

Entre as inúmeras entidades e movimentos sociais que se congregaram para dar apoio aos grevistas do ABC, nos anos 1978/80, teve grande destaque a participação dos movimentos do setor da saúde. No chamado “Quartirão de Saúde” (o quadrilátero compreendido entre a avenida Doutor Arnaldo, a avenida Rebouças e a rua Teodoro Sampaio, indo até os fundos dos prédios que compõem o Hospital das Clínicas, na capital paulista) foi intensa a movimentação: quilos e quilos de alimentos eram arrecadados, armazenados e distribuídos, campanhas para coleta de fundos eram incessantemente desenvolvidas e circulavam, a cada momento, as notícias mais recentes sobre o desenvolvimento das greves. Ali também se organizavam e se concentravam os grupos que iriam engrossar os inúmeros atos públicos e passeatas que se realizavam em São Bernardo ou em outros pontos da Grande São Paulo; ali se recrutavam os companheiros que iriam se incumbir das diversas tarefas realizadas na Assembleia Legislativa, onde estava sediado o Comitê de Apoio aos metalúrgicos. Entre essas tarefas, os plantões, que funcionavam 24 horas para recebimento de informações e divulgação dos eventos da greve e para contato com advogados, parlamentares e autoridades nos casos de prisões e outras formas de violência. Os profissionais de saúde, devido a uma grande experiência acumulada, eram preferencialmente destacados para os plantões noturnos.

O ambiente do Quartirão era propício. Naquele espaço estão concentradas três escolas de nível superior: Medicina, Saúde Pública, Enfermagem; quatro unidades hospitalares: o Hospital das Clínicas, o Incor (Instituto do Coração), o Emílio Ribas e o Instituto da Criança; dois institutos científicos: o Adolpho Lutz e o Instituto de Medicina Tropical, além da sede da Secretaria Estadual de Saúde. Assim, era intenso no quartirão o trânsito de estudantes, professores, técnicos e funcionários de todos os níveis e especialidades que se

uniam no esforço comum de dar respaldo para o movimento dos metalúrgicos. Os pontos de reunião eram variados: as dependências do CAOC (Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, no subsolo da Faculdade de Medicina), o restaurante da Faculdade de Saúde Pública, onde almoçavam diariamente vários grupos de funcionários, alunos e professores; a chamada “Praça da Tristeza”, diante do prédio da Administração do Hospital das Clínicas, lugar de passagem constante de funcionários e usuários dos serviços, ideal, portanto, para miniassembléias e panfletagens.

O sistema de comunicação era rápido e eficiente: a cada acontecimento, a cada movimento das forças de repressão, imediatamente os mimeógrafos ou as xerox do CAOC eram acionados para produzir ou reproduzir os panfletos que informavam todo o quartelão, ou as simples filipetas que eram utilizadas para as convocações para as passeatas, os atos públicos, ou para divulgar a agenda das tarefas diárias. E para a distribuição desse material havia diversos grupos a postos. Essa eficiência e essa rapidez eram de dar inveja aos recursos sofisticados da comunicação moderna.

Como se vê, no Quartelão de Saúde havia os recursos e as oportunidades para sustentar uma grande mobilização. Mas, como dizem os criminologistas, isso não seria o suficiente. O fator essencial é sempre a motivação. Que motivação seria essa? Porque o setor da saúde, inclusive o seu funcionalismo, havia se tornado assim tão engajado, tão politizado, tão empenhado nessa luta geral contra o autoritarismo e pelas liberdades democráticas? Por que, na grande greve geral de 1979, em que o movimento dos funcionários enfrentou durante dois meses o governo Maluf, o setor da saúde, pela primeira vez, teve papel tão destacado que chegou a ombrear-se com as categorias do magistério na capacidade de mobilização e na disposição para a luta? Por que, na campanha da anistia, várias associações de profissionais de saúde fizeram representar-se no CBA/SP, destacando-se o magnífico trabalho do Núcleo de Profissionais de Saúde, que, além das atividades de assistência a presos e vítimas da violência e da tortura, encarregou-se também de realizar um importante trabalho com o título “Estudo sobre a tortura no Brasil”?

A resposta é simples: nos anos 1975/79 (segunda gestão do secretário Walter Leser) tinha havido uma grande renovação do quadro de funcionários da Secretaria Estadual de Saúde. A clarividência de Leser fez com que ele, desde o início, percebesse que o déficit de recursos humanos da Secretaria era o principal obstáculo para que as diretrizes inovadoras da reforma administrativa, aprovada em 1968, não tivessem sido devidamente implementadas. E assim foi estabelecida, como prioridade número um da sua gestão, a de dotar a Secretaria do pessoal necessário – havia um déficit de, pelo menos, 12 mil servidores, num universo de 26 ou 28 mil –, dando ênfase especial ao recrutamento de profissionais de saúde pública.

A austeridade no trato da coisa pública, que era traço característico do secretário Leser, determinou que todos os funcionários (dos médicos ou técnicos mais especializados aos serven-

Lula, no dia da saída da prisão no DOPS, ao chegar em casa, é carregado pelos amigos, 20/5/1980. (Maurício Simonetti/Olhar Imagem)



tes, atendentes e artífices) fossem admitidos por concurso, tornando proscritos todos os subterfúgios que eram usados para burlar essa exigência, que já era estabelecida nos estatutos legais vigentes. Através desses concursos mudou significativamente a composição dos funcionários: em lugar dos apadrinhados, subservientes aos desígnios de quem os indicava, passaram a disputar e a classificar-se para os cargos e funções existentes todos aqueles que tinham a habilitação requerida pelos editais de concurso. Entre os novos funcionários estavam muitos dos profissionais que, ainda como estudantes ou professores, tinham tomado parte na movimentação dos anos anteriores contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, ou no apoio aos movimentos populares por melhores condições de saúde, que se organizavam nos bairros, também naqueles anos.

Os cargos da carreira de médico sanitarista, que eram até então ocupados principalmente por médicos consultantes, promovidos a sanitaristas pela antiguidade no cargo, passaram a ser providos por jovens provenientes das residências ou cursos das áreas de medicina preventiva ou medicina social, e, por isso, já imbuídos dos conceitos básicos da reforma: da saúde como direito inalienável do cidadão, tendo como corolário a universalização do atendimento; da saúde como um processo global e não restrito à assistência individual ao doente; da valorização do trabalho em equipe; da negação do autoritarismo nas relações médico-paciente etc. e, especialmente, da compreensão de que a questão da saúde está intimamente relacionada com as condições de vida e de trabalho da população. O mesmo acontecia com os profissionais de outras carreiras que, de uma forma ou de outra, na escola, no ambiente de trabalho ou na convivência com os movimentos de bairro, vinham internalizando o que era conhecido como a “ideologia da saúde pública”. Nada de extraordinário, portanto, que os funcionários do setor se sentissem extremamente solidários com a luta que era travada pelos metalúrgicos do ABC.

Não foi fácil a batalha para quem precisava lutar, também no plano interno, contra as estruturas e os procedimentos arcaicos que ainda caracterizavam o funcionamento dos serviços de saúde. Mas para aqueles que tinham passado sucessivamente pelos embates do movimento estudantil em 1977, pela greve contra o Maluf, pela campanha da Anistia de 1979, pelas batalhas iniciais da reformulação partidária, não era novidade o enfrentamento da violência policial, das manobras de intimidação e das tentativas de desqualificação do movimento. Além da oportunidade, dos recursos, da motivação, tínhamos também o necessário *know how* para sustentar a luta nas duas frentes.



Funerais do operário Santo Dias da Silva, metalúrgico assassinado por policiais em 1979, em São Paulo. (Kengo Honda/AE)

Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 1970

ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos

No final dos anos 1960, a grande maioria das organizações revolucionárias que atuam no Brasil escolhe o enfrentamento armado como meio para derrubar a ditadura civil-militar implantada pelo golpe de 1964. Mais do que derrubar a ditadura, essas organizações têm como objetivo o assalto ao poder para a constituição de um governo popular de programa socialista.

Em meados da década de 1970, porém, essas organizações são esmagadas pelo inimigo que, para isto, lança mão de uma das mais cruéis repressões conhecidas pelo povo brasileiro durante o século XX.

A repressão, desde seu início (1964), não se volta apenas contra os que escolhem a “via armada”, mas contra todas as tentativas de organização do povo.

É assim que, derrotados em suas táticas, aqueles revolucionários partem para uma autocrítica ou readequação de suas linhas de atuação, estabelecem novas formas de ação política e lutas. Recuam da idéia de uma escalada imediata visando à tomada do poder pelas armas, e

Alípio Freire

Jornalista e escritor, nasceu em 4/11/1945. Pertence aos conselhos editoriais das revistas *Teoria & Debate*, *Sem Terra* (do MST) e *Fórum*, e do jornal *Brasil de Fato*. Militou na Ala Vermelha em São Paulo e esteve preso entre 1969 e 1974.

se colocam como objetivo, no curto prazo, a conquista de um Estado de direito, dirigido por civis, ainda que nos limites de uma sociedade capitalista. Entendem que uma democracia – mesmo que burguesa – é indispensável para a propaganda de suas idéias e propostas, e para o acúmulo de forças necessárias para a tomada do poder e a construção do socialismo.

Para alcançar seus novos objetivos, as organizações remanescentes da chamada “luta armada”, novas organizações surgidas nessa nova fase e militantes cujas organizações foram destruídas ou se dissolveram e que permaneciam independentes lançam-se ao trabalho de organização do povo, reforçando iniciativas já em curso e/ou criando novas.

As organizações de massa são os instrumentos indispensáveis para a nova política.

A prioridade desses trabalhos situa-se junto à classe operária, a seus setores mais de ponta – seja nas fábricas ou nos bairros (locais de trabalho e moradia). O chamado trabalho de massa. A conjuntura favorece.

Ao mesmo tempo, o trabalho se desenvolve junto aos setores médios de assalariados urbanos, onde floresce mais rapidamente, pelo maior acesso que estes têm às informações, pela consciência política mais desenvolvida no que diz respeito ao regime etc. etc.

Mas, se o trabalho em meio ao povo é levado abertamente através de frentes legais de luta, sua articulação passa ainda por uma estruturação política clandestina de organizações e grupos políticos revolucionários ou apenas de oposição.

Além das forças e militantes provenientes do período da “luta armada”, é preciso ter em conta que, desde o golpe de 1964, muitos militantes e quadros de esquerda permaneceram organicamente soltos, seja pela extinção de seus partidos de origem (como o PSB), seja pela desilusão com as forças de esquerda que não resistiram ao golpe, seja pelos diversos rachas no interior desses partidos e organizações, seja pela hegemonização do processo a partir do final dos anos 1960 pelas organizações da chamada “luta armada”. Não significa que todos esses indivíduos tenham apenas cruzado os braços. Alguns, em seus diversos espaços, tentaram resistências. Mas estão muito isolados, principalmente depois do AI-5, quando a repressão chega a seu auge. Na nova conjuntura inaugurada em meados dos anos 1970, porém, muitos dos trabalhos por vários deles iniciados irão ter condições de desabrochar, e outros desses militantes e quadros encontrarão outra vez os espaços necessários às suas reinserções na cena política, onde desempenharão muitas vezes importantes papéis.

Por fim, vale lembrar que outras agremiações políticas, como o PCB e algumas de cunho trotskista, que não participam da chamada “luta armada” – mas que são igualmente atingidas pela repressão –, irão participar ativamente da nova conjuntura.

Conjuntura geral

Na segunda metade dos anos 1970, em termos internacionais, a fragorosa derrota dos Estados Unidos no Vietnã, a política de direitos humanos do presidente norte-americano Jimmy Carter e a crise do petróleo delineiam uma nova tensão e uma nova ordem mundiais. Os Estados Unidos ainda não desfrutam da hegemonia absoluta que hoje reivindicam. O mundo está polarizado entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética –, que rivalizam tanto em termos de influência política e desenvolvimento econômico quanto em termos militares. É neste período que as premissas do neoliberalismo começam a dar seus primeiros passos, o mais radical de todos nesta época na Inglaterra, com a eleição da primeira-

ministra Margareth Thatcher (1979). Esses passos culminarão dez anos depois (1989) na famosa reunião do Consenso de Washington.

Em termos de Brasil, por sua vez, o modelo implantado em 1964 e aprofundado a partir de 13 de dezembro de 1968 (AI-5, Ato Institucional nº 5) começa a fazer água.

No interior das forças que se aliam para desencadear o golpe em 1964, as fissuras já haviam começado em 1966, quando os militares alijam do projeto qualquer possibilidade de sucessão civil para o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que assume a presidência em 1964 e permanece no cargo até 1967. Nesse momento, várias lideranças civis de direita tornam-se oposição, e tentam organizar a natimorta Frente Ampla, que pretende reunir inimigos históricos como Carlos Lacerda (UDN, entreguista e articulador do golpe) e o deposto presidente João Goulart (PTB), passando ainda pelo também ex-presidente Juscelino Kubitschek (PSD). A crise deflagrada em 1966 faz que, por exemplo, o jornal *O Estado de S. Paulo* (golpista de primeira hora) passe a criticar o regime, transformando-se definitivamente em oposição com o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), quando – entre outras coisas – são cassados vários políticos de direita e mentores do golpe, como Carlos Lacerda. O oposicionismo do jornal paulista se reforçará no final da década de 1970, com a virada da política internacional de Washington sobre os direitos humanos, e com a visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil.

É bom ficar claro, porém, que tais dissidências são conservadoras e não se confundem em nenhum momento com as iniciativas de esquerda.

Embora este não seja o objeto de nossa atenção neste texto, seu registro é importante porque – além de ser um dado de peso para o entendimento daquela conjuntura –, entre as brechas abertas por tais fissuras, foi muitas vezes possível assentar cunhas, aproveitando a relativa desorganização das tropas inimigas para avançar.

O fato é que os aliados da véspera já não se entendem e buscam saídas que se chocam entre si. O período que se inaugura com o governo Ernesto Geisel (1974-1979) representa uma escolha de reajuste do regime e do sistema. Em termos de modelo econômico os primeiros sintomas da reorientação política, em consonância com a nova ordem mundial que se esboça, começam a dar claros sinais: o resultado dos acordos e empréstimos junto às grandes agências financeiras internacionais – particularmente com o FMI – passam a se voltar não mais para investimentos em áreas produtivas, como acontecera durante os governos civis-militares que o antecederam, mas para o desenvolvimento do mercado de especulação financeira. Por outro lado, em termos de reorganização política do país, o período Geisel escolhe inicialmente a “distensão”, que se desdobra em um processo de “abertura lenta, gradual, porém segura”, que se prolonga no governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) que o sucede e é o último presidente militar do período.

A expressão “abertura segura” implica o extermínio deliberado pelo Estado/governo de algumas importantes lideranças de esquerda, entre as quais inúmeros quadros dos comitês centrais do PCB e do PCdoB. Antes de abrir, são indispensáveis algumas medidas “sanitárias”.

Não é por acaso, portanto, que, ao mesmo tempo em que o então *establishment* tenta transformar Geisel no “campeão da democracia”, no paladino que, montado em seu corcel branco, vem salvar o país de uma ditadura, durante a gestão deste general – diferentemente do que possa parecer – registra-se o maior número de assassinatos políticos de opositores seguido de ocultação de cadáveres.



Professores em greve por aumento de salários fazem passeata no centro da cidade de São Paulo. (Rolando de Freitas/AE)

populares e de trabalhadores num processo de abertura apenas a direita do país.

Ativa, permanece também a ultradireita.

Esta ultradireita não aceita sequer as limitadas mudanças a que se propõe Geisel e, durante todos aqueles anos, continuará agindo através de diversos atentados terroristas, colocando bombas em bancas de jornais e em locais de encontros da oposição, invadindo sedes de jornais de esquerda ou de oposição etc.

Entre outros, talvez os resultados mais graves e de maior visibilidade desse tipo de ação tenham sido o assassinato em abril de 1976 da costureira Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel), mãe do desaparecido político Stuart Edgard Angel Jones (assassinado em junho de 1971); a carta bomba enviada à OAB, no Rio de Janeiro, que explodiu provocando a morte de Lyda Monteiro da Silva (27/08/1980), funcionária da entidade, e as bombas contra o Riocentro (RJ) durante o show comemorativo do 1º de Maio de 1981, os dois últimos já no governo do general João Baptista Figueiredo. Muitos desses atos estavam na órbita da Operação Cristal, organizada pelos extremistas de direita.

Outras matrizes da esquerda e da oposição

A ditadura, logo nos seus primórdios, além de intervir nos sindicatos de trabalhadores e nas demais organizações populares, havia extinguido os partidos políticos que existiam legalmente antes do golpe (PSB, PTB, UDN, PSD etc.) e criado por decreto dois novos: a Arena

O “milagre brasileiro” escorre pelo ralo, e o setor hegemônico da direita busca adequar-se à nova ordem econômica internacional e procura uma nova expressão política para seus interesses, o que pressupõe preservar o controle de todo o processo. A extensão da abertura pretendida por Geisel e seu estrategista Golbery do Couto e Silva, por sua vez, além das questões internacionais e das escolhas das elites brasileiras, dependia muito do nível de organização, mobilização e luta que a esquerda e a oposição fossem capazes de imprimir às suas ações.

Manifestações da ultradireita

É importante ter claro que a sinuosa estratégia do governo Geisel de buscar, ao mesmo tempo, adequar a reorganização do país à nova ordem internacional (de Washington), tomar medidas “sanitárias”, encontrar saídas para as divergências internas do que sobrara da aliança que fora a base do golpe de 1964 e controlar os movimentos

– Aliança Renovadora Nacional, o partido da situação, e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, o partido da oposição consentida. Os partidos comunistas, mesmo antes do golpe, já eram considerados ilegais.

Com a evolução da conjuntura que se desenvolve desde a criação dos dois novos partidos, em meados dos anos 1970 o MDB não apenas passa a englobar setores realmente de oposição à ditadura, como passa a crescer em todo o Brasil e a ser pressionado por seus eleitores e pelos movimentos sociais a assumir uma oposição mais efetiva – o que é também um dado da nova conjuntura. Mais que isto, algumas organizações de esquerda daquele período decidem-se pela filiação de parte (ou de toda) sua militância naquele partido, que serve em todo o país para eleger para os legislativos candidatos ligados a essas organizações. Outras organizações passam a trabalhar para a eleição de candidatos da esquerda do MDB, mas não assumem filiação à legenda. Além de tudo isto, a situação internacional, a abertura e as mudanças que se delineiam, mais que permitem, exigem uma ação de perfil nitidamente oposicionista para o conjunto da legenda, para que se legitime diante do povo e possa ressurgir no pós-abertura como a grande força dirigente do país.

Por sua vez, no interior da Igreja Católica afirmam-se os setores mais progressistas e de esquerda (processo que amadurecia havia anos), tomando corpo a política que tem como alicerce as Comunidades Eclesiais de Base. Ao mesmo tempo, em muitos pontos do país, cúrias criam suas comissões de Justiça e Paz, organismos de defesa dos direitos humanos.

Essas mudanças em setores significativos da alta hierarquia católica, refletindo-se na hegemonia no interior da instituição, além do mais, representam uma ruptura entre as forças da ditadura, pois a Igreja fora, em 1964, enquanto instituição, um dos importantes patrocinadores do golpe. O Vaticano foi um dos primeiros Estados a reconhecer o novo regime, havendo o núncio apostólico apresentado credenciais ao marechal Castello Branco imediatamente após sua posse na Presidência, em 11 de abril de 1964. A guinada obedece não apenas a problemas internos da Igreja Católica no Brasil, mas também à política dos pontificados dos papas João XXIII e Paulo VI.

Os cristãos protestantes também passam a imprimir uma dinâmica cada vez mais progressista (muitas vezes de esquerda) em parte de suas igrejas.

O ecumenismo, por seu lado, passa a criar espaços e organismos de colaboração entre as diversas confissões cristãs (católicas e protestantes), com a participação, algumas vezes, de representantes da comunidade judaica.

Construção dos instrumentos de luta

Com um projeto de organização do povo e sua articulação com os setores interessados na derrubada da ditadura, a esquerda (marxistas, socialistas de diversas tendências, setores católicos e de outras confissões cristãs – organizados ou não) lança-se à construção dos instrumentos necessários aos seus projetos para aquele novo momento da luta: organizações sindicais, associações profissionais e de bairros, centros culturais e de estudos, imprensa.

Nos bairros populares, além da retomada das sociedades amigos do bairro e associações de moradores, organizam-se os movimentos por creches, saúde, habitação, transporte, pela legalização de loteamentos clandestinos, educação, saneamento básico etc.

No setor operário, nas fábricas, o trabalho irá se concentrar sobretudo entre os metalúrgicos, químicos, petroleiros, eletricitários e outros setores considerados de ponta (estratégicos),



Jornais alternativos: um dos principais canais de expressão da oposição nos anos 1970.

ainda que várias outras categorias também sejam alvo dessa tentativa de organização do povo, como coureiros, vidreiros, padeiros, tecelões, sapateiros etc.

Criam-se novas associações profissionais entre os assalariados dos setores médios urbanos, algumas de caráter pré-sindical. Mesmo os funcionários públicos, proibidos de manifestação ou organização sindical, começam a se mobilizar. Professores, arquitetos, sociólogos, médicos e outros profissionais da saúde, economistas, bancários, artistas e técnicos de teatro, jornalistas, artistas gráficos, fotógrafos e outros assalariados urbanos (e mesmo alguns profissionais liberais) fortalecem suas organizações no interior dos seus locais de trabalho e na conquista ou criação de suas entidades de classe.

Diretorias de sindicatos e associações são conquistadas pela esquerda e forças de oposição, banindo dos seus comandos pelegos e colaboracionistas do regime – coroamento de trabalhos que às vezes persistiam havia mais de uma década.

Organizações de esquerda retomam sua ação junto ao movimento estudantil. Os estudantes se mobilizam e passam à reconstrução de suas entidades fechadas e proibidas pelo regime civil-militar de 1964 (centros acadêmicos, uniões estaduais dos estudantes e por fim a UNE – União Nacional dos Estudantes).

Surgem movimentos e entidades em torno de “temas específicos”: mulheres (movimentos femininos e feministas), homossexuais (homens e mulheres), movimentos negros e indígenas, ambientalistas etc.

A imprensa de resistência

A criação de uma imprensa de resistência, um dos instrumentos indispensáveis àquele momento, passa também à ordem do dia. A esquerda em particular e a oposição em geral lançam-se a essa tarefa. Proliferam publicações populares, de resistência, de oposição e socialistas, somando-se a iniciativas já existentes anteriormente, como os jornais *O Pasquim* e o *Opinião*.

São publicações legais. Algumas de caráter geral que organizam e veiculam o pensamento, o posicionamento, as análises e propostas de uma organização clandestina de esquerda ou de uma frente de várias dessas organizações como os jornais *Movimento* (SP), *Em Tempo* (SP), *Companheiro* (SP), *Versus* (SP), *O Trabalho* (SP), *O Povão* (PE), *Resistência* (PA), *Hora do Povo* (SP);

outras, de caráter sindical ou popular, voltadas mais especificamente para uma região, setor ou tema, como o *Jornal da Vila* (SP, zona sul da capital), o *Jornal da Periferia* (SP, zona sul da capital), o *Repórter de Guarulhos* (SP, município de Guarulhos), o *EspalhaFato* (SP, zona leste da capital), o *Repórter de Campinas* (SP, município de Campinas), o *Jornal da Baixada* (RJ, Baixada Fluminense) e o *ABCD Jornal* (SP, municípios do Grande ABCD); outras publicações, ainda, dedicam-se centralmente a temas específicos (ainda que sempre colocados no quadro político geral da ditadura) pertinentes às mulheres, como o *Maria Quitéria* e *O Mulherio*; dos homossexuais masculinos – *O Lampião de Esquina* –, ou femininos – *Chana com Chana*, para citarmos apenas alguns exemplos.

Muitos desses jornais – sobretudo aqueles que descrevemos como de caráter sindical ou popular – desdobram suas atividades em centros ou associações culturais de trabalhadores, com atividades que mesclam debates, palestras e seminários (sobre os mais diferentes temas e assuntos), cursos, organização de grupos de teatro, projeção de filmes, exposições etc.

As entidades sindicais também revitalizam ou criam seus órgãos de comunicação, como o jornal *Unidade*, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, estruturado desde a vitória da oposição daquela categoria em 1975; a *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e tantos outros Brasil afora.

A Cúria Metropolitana de São Paulo, por sua vez, reorienta seu jornal *O São Paulo*.

A importância de todos esses tipos de publicações é sem dúvida inestimável para o período. Muitas delas foram sistematicamente perseguidas e tiveram edições inteiras proibidas de circular, censores instalados em suas redações ou sofreram invasões ou atentados. Provavelmente as mais duramente atingidas foram os jornais *Movimento* e *Em Tempo*.

Cumprir notar que a contribuição dessas publicações comporta diversos aspectos:

– organização e divulgação das informações sobre lutas, perseguições, resistências, atentados terroristas da direita encastelada no poder, arbitrariedades e corrupção dispersas por todo o país;



Missa de apoio à greve dos metalúrgicos, quando Lula estava preso. Ao centro, D. Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo, e Marisa, esposa de Lula. São Paulo, 1980. (Silvestre Silva/Arquivo Pessoal Lula)

- organização do debate político e ideológico e da própria esquerda em termos locais, regionais e nacional, e sistematização de propostas de ação coletiva;

- divulgação dessas informações no país e no exterior, diretamente através de sua distribuição – além da esquerda dos diversos países, é preciso lembrar que havia então milhares de brasileiros exilados espalhados pelo mundo;

- divulgação “por tabela” dessas informações, no Brasil e no exterior – isto é, gerando repercussão na imprensa internacional e/ou criando situações que forçavam a grande imprensa brasileira a ir além dos limites da censura oficial. Um exemplo claro disto é quando o jornal *Em Tempo* publica uma denúncia assinada pelos presos políticos de São Paulo com a ficha de dezenas de torturadores. A edição foi apreendida, o jornal processado. Criou-se, no entanto, tamanho escândalo no país e no exterior, que os grandes jornais brasileiros foram obrigados a repercutir os fatos;

- organização de militantes de esquerda dispersos (jornalistas ou não) para a atuação nos movimentos gerais de oposição, nos movimentos populares e a organização desses próprios movimentos;

- ancorado nos movimentos de oposição ao regime que ascendem, é possível a esse conjunto de publicações, em muitos momentos, reverter pauta e agenda de discussões que o regime pretende impor.

É preciso termos também em mente que o processo de organização da categoria dos jornalistas para a retomada de suas entidades sindicais (sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) criará no interior das redações dos grandes veículos impressos, rádios e TVs (que permitem brechas, na medida mesmo em que suas contradições com o regime se aguçam) importantes núcleos de pressão e atuação interna de trabalhadores de esquerda ou pelo menos de oposição, na direção da definição de pautas, busca de fontes, tratamento e priorização de temas etc. Essas forças de pressão interna nas redações, das quais muitas vezes participam leitores, simpatizantes, militantes ou colaboradores da imprensa de resistência, funcionam também como amplificadores e multiplicadores através da grande mídia dos temas e pontos de vista divulgados pelas publicações da resistência.

A conquista das entidades sindicais de jornalistas, concomitante ao aprofundamento das divergências entre as forças que compõem o regime, avançará em muito o nível de organização e mobilização desse setor. Em São Paulo, por exemplo, chegou-se à constituição do CCRR – Conselho Consultivo de Representantes das Redações, em muitos dos principais locais de trabalho. O CCRR funcionava praticamente como um elo entre o sindicato e a base, não apenas levando propostas recolhidas das discussões nos locais de trabalho para serem articuladas na política geral do sindicato, como encaminhando essa política geral – elaborada a partir das assembleias da categoria – nos locais de trabalho.

Teatro e cinema: outras linguagens da resistência

Apesar de sua importância (real) saltar para o primeiro plano, ameaçando monopolizar de modo incorreto o espaço das comunicações naqueles anos, a verdade é que várias outras linguagens se recriam como instrumentos das lutas que então se travam.

Mesmo na imprensa de resistência, para além dos textos, cumpre chamar a atenção para três aspectos:

- o florescimento de charges, ilustrações, tirinhas, histórias em quadrinhos, vinhetas e todo o arsenal do fazer dos artistas gráficos;
- o papel dos fotógrafos e seu trabalho de registro, documentação e construção de uma história imediata através da imagem;
- a busca, a pesquisa e a discussão de uma linguagem gráfica (projeto gráfico e diagramação) com a prática de distintas experiências.

O fato é que outras linguagens, além das concernentes à imprensa, também vão dar importante contribuição para o ascenso e o desenvolvimento dos movimentos sociais daquele momento, com contribuições e mecanismos semelhantes àqueles que apontamos no caso das publicações, ainda que certamente com características próprias e numa escala mais reduzida.

Aqui vale a pena destacar os grupos de teatro e o cinema.

Diferentemente das demais formas de expressão de que estamos tratando (e inclusive do cinema), a representação teatral carrega consigo uma efemeridade que necessita de outros registros para além do seu próprio fazer para que sua memória se estabeleça. Isto cria portanto uma dificuldade maior na sua pesquisa e reconstrução histórica. O fato é que muitos grupos se espalham por periferias, bairros populares, fábricas e escolas, por todo o Brasil, aglutinando atores, atrizes, diretores(as), dramaturgos(as), cenógrafos(as), técnicos(as) em geral e todas as profissões ligadas ao fazer teatral, tratando diversos dos temas colocados por aquela conjuntura. Eram profissionais, estudantes, amadores e gente que se contagiou pelo assunto. Para citarmos apenas alguns desses grupos – e apenas como uma amostra (pois mais que no caso da imprensa aqui a pesquisa está ainda mais longe de ser começada) temos o grupo União e Olho Vivo (SP), O Grupo de Teatro da Zona Leste (SP), os grupos indigenistas de teatro da Amazônia (particularmente em Manaus), o Grupo Treta (teatro de rua – SP), o Grupo de Teatro da Associação Cultural ABCD Jornal (SP), o grupo Forja (SP), o grupo teatro/circo Abracadabra (SP) etc. etc. etc. Alguns acabaram se ligando a sindicatos conquistados pela oposição/esquerda, como o Grupo Treta, que será incorporado ao Sindicato dos Bancários; outros já surgem como atividade ligada a sindicatos, como o Grupo Forja, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Outros, como o da Associação Cultural ABCD Jornal, acabam por se desenvolver a partir de centros culturais populares, muitos deles (como neste caso) resultantes do desdobramento da ação de jornais da imprensa de resistência junto a uma região e/ou a um setor de trabalhadores etc.

Em termos de cinema, sem dúvida alguma, o mais marcante daqueles tempos, em termos do que estamos falando, ficou por conta do documentarismo. É importante lembrar que o vídeo ainda não alcançara o desenvolvimento tecnológico e a popularização de que passará a gozar poucos anos depois. Portanto, caberá fundamentalmente a cineastas, trabalhando em geral com bitola de 16 mm, o trabalho na área das imagens em movimento. Além do cinema, foi utilizado também o audiovisual, combinação de *slides* com locução e/ou música, dos quais provavelmente um dos mais importantes foi o realizado em Pernambuco sobre a greve dos canavieiros da Zona da Mata daquele estado.

No cinema, o prólogo dessa tendência (enquanto movimento), resgatando a preocupação de juntar-se à vida do povo e retornar o produto a seus protagonistas, pode ser marcado com o Cinema de Rua, levado a cabo por um grupo de professores e alunos da ECA (Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo). Ali, trabalhava-se ainda (programaticamente) com a construção de retratos, perfis, sem a intenção analítica.

*Passeata no centro de
São Paulo em favor
da libertação de líderes
sindicais presos,
24/4/1980.
(Renata Falzoni/CSBH)*



Será no mesmo leito desse movimento, mas já com uma preocupação nitidamente de análise, que despontará como talvez o mais importante conjunto o trabalho realizado através do Departamento de Cinema do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Não apenas por seu volume, diversidade de temas, sistematicidade e qualidade técnica, mas, sobretudo, pelo fato de ter sido um instrumento importante para o trabalho de organização de base da categoria, expandindo-se posteriormente através de cópias por todo o Brasil. Além disto, é possível através deste material reconstituir boa parte da história do movimento operário do ABC naquele momento, desde antes das greves até seu desenvolvimento e seu desenlace. Destacam-se aqui filmes como *Teatro operário*, *Acidente de trabalho*, *Congresso da mulher metalúrgica*, *A greve de março* e o longa-metragem *Linha de montagem*. Vários outros cineastas também irão registrar e produzir trabalhos sobre o ABC, mas apenas a partir das grandes assembléias de Vila Euclides, como os trabalhos *Greve!* e *O ABC da greve*.

São também deste período e desta safra de documentários: *Fim de semana* (sobre a auto-construção), *Braços cruzados, máquinas paradas* (sobre a greve e a oposição metalúrgica de São Paulo, capital), *Luta do povo* (sobre os movimentos de bairros), *Um caso comum* (sobre o movimento de saúde), *Santo e Jesus dos metalúrgicos* (sobre Santo Dias e sua luta), *Em nome da segurança nacional* (sobre o Tribunal Tiradentes que julgou e condenou a Lei de Segurança Nacional). Ainda que com outro viés (o da reconstituição histórica), é importante lembrar também *Libertários*, documentário sobre o movimento anarquista no começo do século XX no Brasil.

A fecundidade deste movimento de cineastas e demais trabalhadores no ofício do cinema pode ser medida pela criação da CDI (Cinema Distribuição Independente), organizada exatamente por aqueles que se lançam ao tipo de trabalho que descrevemos acima.

Por fim, é indispensável lembrar que as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC são importantes encontros dos intelectuais acadêmicos da resistência, transformando-se, naqueles anos, em importantes fóruns de discussão e debate político da esquerda e da oposição, não apenas das questões imediatas em pauta, mas sobre o futuro do país.

Alguns marcos da mobilização

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo e professor da USP, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI (São Paulo/SP), depois de uma infamante campanha promovida pelo jornalista Cláudio Marques, através de sua coluna jornalística, detona uma onda de manifestações em todo o país. Em São Paulo, os protestos culminam com um culto ecumênico na Catedral da Sé, oficiado por D. Paulo Evaristo Arns (cardeal arcebispo de São Paulo), pelo reverendo (pastor) Jaime Wright e pelo rabino Henry Sobel, reunindo milhares de pessoas. Presentes não estão apenas os jornalistas e suas entidades (Sindicato, Federação Nacional e Associação Brasileira de Imprensa – ABI), mas amplos setores médios urbanos organizados (sobretudo os assalariados), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Ordem dos Advogados do Brasil, o movimento estudantil, os representantes do MDB e mesmo as entidades populares e alguns sindicatos e oposições sindicais operárias.

Menos de três meses depois, um novo assassinato ocorre nas mesmas circunstâncias de Herzog: o do operário Manoel Fiel Filho (metalúrgico da capital). Preso em seu local de trabalho (empresa Metal Arte), no horário do almoço do dia 16 de janeiro de 1976, também é morto sob torturas no DOI-CODI de São Paulo no dia seguinte (17/01/76), acusado de ligações com o PCB. Manifestações, pressão da opinião pública nacional e internacional e as contradições dentro do próprio regime levam ao afastamento do então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.

O Movimento do Custo de Vida/Contra a Carestia mobiliza milhares de donas de casa e todos os setores de oposição, em diversas manifestações públicas.

O assassinato do operário Santo Dias da Silva por um policial militar num piquete em frente à fábrica Silvânia (zona sul), durante uma greve de metalúrgicos na capital paulista, em 30 de outubro de 1979, faz com que cerca de 40 mil pessoas ocupem a cidade de São Paulo, num longo cortejo que sai da igreja da Consolação (Centro) por volta da hora do almoço, ocupa ruas e avenidas, acompanhando o corpo até o cemitério onde é enterrado no final da tarde, na zona sul. Santo Dias era membro da Pastoral Operária de São Paulo, candidato a vice-presidente da Chapa 3 de oposição à diretoria pelega de Joaquim dos Santos Andrade, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (capital), e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA/SP.

Naqueles anos, os grupos que se vêm formando, de solidariedade aos presos, exilados, banidos e demais perseguidos pela ditadura, conseguem se estruturar nacionalmente. Esses grupos surgem desde o golpe, ampliam-se com a prisão dos estudantes no Congresso da UNE de 1968 (Ibiúna-SP) e, se inicialmente são as mães dos atingidos que se mobilizam, logo em seguida eles se ampliam com a participação de outros familiares, amigos e simpatizantes dos perseguidos políticos e dos próprios perseguidos políticos (ex-presos, cassados, exilados etc.). Por volta de 1977-1978, tais grupos ganham massivo apoio das entidades representativas dos setores médios urbanos, do movimento estudantil, de alguns sindicatos operários e de oposições sindicais operárias. Criam-se os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) em todo o país (e também no exterior, através dos exilados) que, em novembro de 1978, realizam seu primeiro Congresso, no TUCA (Teatro da Universidade Católica) e no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo.

O Movimento pela Anistia representa provavelmente o primeiro espaço de atuação em que a esquerda brasileira (desde os massacres da primeira metade dos anos 1970) consegue formular uma proposta que a unifique em sua grande maioria, ganhar outros setores da oposição e empolgar grande parte da nação, expressando-se em mobilizações de massa e refletindo-se no interior de instituições do Estado, como o Congresso Nacional e o Judiciário.

Embora não tenham sido totalmente vitoriosos (por diferença de menos de meia dúzia de votos) em sua proposta de Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, será graças às lutas dos CBAs que o Congresso aprovará, no dia 22 de agosto de 1979, a lei de Anistia que permitiu – apesar de seus limites [e juntamente com as modificações na Lei de Segurança Nacional] – a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados e banidos, a reincorporação dos direitos políticos por milhares de brasileiros cassados, a volta à legalidade de milhares de militantes condenados à clandestinidade etc. O ponto de derrota mais grave nessa questão foi a aprovação da Anistia recíproca – aberração jurídica que absolvía todos os torturadores, assassinos, ocultadores de cadáveres e seus mandantes, que jamais foram julgados.

O desafio de ocupar as ruas e praças

Não se pense, porém, que essas manifestações ocorrem de maneira consentida ou tranqüila. Ao contrário, o ir às ruas e às praças é sempre um desafio, com prontidão das forças de segurança e ameaças – muitas vezes concretizadas em intervenções diretas contra a massa, como na grande manifestação do Movimento do Custo de Vida convocada para a praça da Sé, em São Paulo, a invasão da PUC e várias das manifestações estudantis, para não falarmos das greves.

Por outro lado, a preparação e a decisão dos atos mais amplos de resistência envolvem, além de assembléias ou outros tipos de reuniões internas de diversas categorias e setores, a organização de um fórum (muitas vezes informal) para sua coordenação geral, uma série de contatos e reuniões clandestinos e semiclandestinos (formais ou não), e uma delicada articulação e costura dos setores mais moderados da oposição.

É preciso observar também que, no campo da esquerda, alguns setores (minoritários, e formados geralmente por organizações surgidas em meados dos anos 1970) entendiam aquela conjuntura como pré-revolucionária, e outros (também minoritários) resistiam sempre a avançar para além dos marcos permitidos pelo regime, semeando o ancestral medo de “um retrocesso” (o que significava deixar sempre nas mãos do poder a banca: o estabelecimento do jogo e suas regras, como já o haviam feito em 1964). Além dessas, várias outras divergências e disputas de hegemonia fervilhavam no caldeirão da esquerda – prenunciando já os alinhamentos e políticas que assumirão no pós-abertura.

A grande arte é unificar toda essa diversidade, para o que, em muitos momentos – como na campanha pela Anistia, para citar apenas um exemplo –, mais contribuíam os fatos que os argumentos.

Os metalúrgicos do ABC, sua importância e seus limites

É nesse contexto geral que eclodem as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, no final dos anos 1970. Essas greves culminam uma longa caminhada.

Os operários dessa região já vêm num processo de organização de anos, com a participação ativa de organizações e militantes de esquerda que ali atuavam, elaborando estratégias e or-



A imprensa deu ampla cobertura à greve dos metalúrgicos do ABC. Muitos jornalistas apoiaram os grevistas. (Irineu/CSBH)

ganizando comissões de fábricas, clandestinas ou semiclandestinas, e participando, muitas vezes, dos (ou junto aos) próprios sindicatos e suas direções. Como parte do mesmo processo, naquela região também florescem movimentos de organizações populares, com destaque para os diversos movimentos organizados nas favelas por moradia, infra-estrutura, saneamento básico etc. Ou seja, o ABC paulista – como não podia ser diferente – está integrado, faz parte de todo aquele contexto de que acima tratamos.

O mais importante diferencial dessas greves, com relação aos movimentos mencionados, reside no fato de se constituir em um movimento de operários da ponta mais avançada da produção nacional (setor estratégico) e organizados desde seus locais de trabalho. Ou seja, a suspensão do trabalho e, portanto, da produção naquele grande centro metalúrgico (ABC paulista) põe em xeque o principal setor da economia brasileira, influenciando ainda, diretamente, na vida e na política daqueles municípios onde estão instaladas as grandes montadoras e outras metalúrgicas fornecedoras dessas montadoras, desdobrando-se (também diretamente) por bairros daqueles municípios e de municípios vizinhos (como São Paulo) onde moram os grevistas e onde outras formas de organizações populares e movimentos encontram-se articulados, desencadeando um efeito dominó e, sobretudo, batendo de frente contra o próprio núcleo da política econômica, salarial e trabalhista do regime. Além disto, a extensão da greve – a quantidade de grevistas – também resulta numa outra qualidade diferencial do movimento.

É preciso ter claro, porém, que sem o paciente trabalho de organização no interior das fábricas, construído durante anos e com intensa participação e o empenho de militantes da esquerda clandestina então organizada e de outros que não se ligam a qualquer das organiza-

ções, mas com as quais dialogam e interagem, não haveria greve. Além disto, sem sua extensão por todas as grandes fábricas da região e o apoio dos milhares de núcleos de organização de outros trabalhadores e do povo em todo o país, que lhe garante suporte político e social, o movimento grevista do ABC teria corrido o risco de ter sido isolado e derrotado, como acontecera com as greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968, que, envolvendo sempre uma única unidade produtiva, isolada e sem respaldo organizado, numa conjuntura em que a ditadura ainda se mantinha forte, foram presas fáceis da repressão que cercou as fábricas, prendeu, torturou e processou vários dos seus dirigentes e participantes. Aos que conseguiram escapar coube apenas a clandestinidade. E na clandestinidade alguns acabaram assassinados.

Como todo gesto humano de grande significado é sempre maior do que as intenções de seus autores oficiais, naquele momento, ao sair na frente, o movimento dos operários do ABC representa, muito além de suas reivindicações específicas, vários outros interesses que unificam a luta dos trabalhadores e do povo – essa gente anônima – que se organizara em todo o Brasil: o direito de greve, de organização e de manifestação, o fim das políticas econômica e salarial do governo, o fim da própria ditadura. Por mais que suas principais lideranças hesitem e até se neguem a assumir bandeiras das lutas mais gerais que são travadas naquele momento e tentem limitar o movimento a suas reivindicações específicas, o processo foi mais forte que elas. E, entre outras coisas, esse processo envolve as articulações que se estabeleceram no seu interior e no seu entorno pelas forças de esquerda. Além disto, a própria ação da direita empurra essas lideranças recém-iniciadas e ainda sem história para novos rumos.

Um exemplo claro do que se pretende dizer: as principais lideranças do ABC (particularmente de São Bernardo do Campo), em pleno noviciado, no início da campanha pela Anistia, convidadas, recusam-se de modo incisivo a participar desse movimento, que entendem como coisa de “classe média”. Mais que isto, acreditam sinceramente que operário (trabalhador) não deveria fazer política, mas se limitar ao sindicalismo.

Sob anos de ditadura, sem qualquer militância anterior, numa sociedade fechada a qualquer discussão, aqueles dirigentes, neófitos em seus personagens, haviam introjetado ao pé da letra a ideologia que a burguesia triunfante transformara em lei. E introjetaram até mesmo o legalismo diante da legalidade imposta, como se a legitimassem. Somente depois da invasão e intervenção naqueles sindicatos e de suas lideranças terem sido enquadradas na Lei de Segurança Nacional (LSN) e detidas, é que esses dirigentes sindicais procuram os CBAs, e passam a entender (ou ao menos sentir) o quanto a LSN e a Anistia têm a ver com eles.

A mesma hesitação e a mesma resistência, fundadas nos mesmos argumentos, se repetirão poucos anos depois, no momento da reforma da legislação partidária, quando organizações de esquerda, através de suas lideranças públicas ou seus jornais, passam a propor a fundação do Partido dos Trabalhadores.

O Comitê de Solidariedade e o respaldo social e político

De qualquer modo, fazer a greve, por si só, já significa exercitar na prática o direito de greve negado pelo regime. Por sua vez, as mudanças exigidas na política econômica e suas conquistas significam uma fratura no modelo adotado desde 1964. E o ABC está em greve. Uma grande e massiva greve.

Forma-se então um grande e amplo Comitê de Solidariedade à greve do ABC, proposto e coordenado por representantes sindicais das mais diversas categorias, entidades democráticas, associações, movimentos populares e de bairros, movimentos organizados em torno da questão de “gênero” (as mulheres desempenharam importante papel), movimentos em torno das questões étnicas (com destaque para os negros), parlamentares da ala esquerda do MDB, “personalidades democráticas”, representantes da imprensa de resistência etc. Os representantes dessas diversas entidades e movimentos são, em sua grande maioria, quadros das organizações políticas clandestinas de esquerda existentes, quadros oriundos de organizações e partidos de esquerda que atuaram nos anos 1960 (desde antes do golpe) e na primeira metade da década de 1970 e que deixaram de existir enquanto organizações depois da grande repressão, ou, em outros, dos trabalhos da Igreja. Assim acontece com vários fóruns gerais montados naquele momento e com o próprio CBA. O Comitê de Solidariedade (bem como outros fóruns que se formariam neste período em torno de lutas concretas e de interesse geral), embora não responda pelo movimento do ABC (no caso) nem o dirija – na verdade o interpreta no contexto geral do país, mobiliza o apoio de forças em todo o território nacional (e mesmo entidades internacionais), criando um respaldo e uma dimensão que a greve por si só e isolada não alcançaria: o repúdio organizado de grande parte da nação ao regime da ditadura.

Na verdade, além da irrefutável solidariedade material e política aos grevistas (e até para isto e por causa disto), o Comitê força a ampliação dos limites da atuação política consentida pelo regime.

As comemorações do 1º de Maio naqueles anos também reassumem dimensões e significados jamais vistos desde o golpe de 1964. Todas as categorias profissionais, movimentos populares, setores de oposição e de esquerda estarão lá representados, no estádio de Vila Euclides, apesar da forte repressão policial que se montou na região para que não acontecessem, fazendo-



(Reginaldo
Manente/AE)

se representar com suas faixas, pirulitos, bandeiras e palavras de ordem. Esses 1º de Maio foram organizados com a participação de todas as forças que compunham o Comitê de Solidariedade e são sem dúvida importantes marcos das lutas dos trabalhadores naqueles anos.

Conclusões

Importantes desdobramentos da nova conjuntura inaugurada com o ascenso dos movimentos sociais, as greves dos metalúrgicos do ABC e seus “apoiadores” foram, sem dúvida alguma, a criação de uma articulação intersindical que passou a se reunir regularmente lançando bases para o surgimento da CUT; o desencadeamento de greves de grande número de categorias profissionais operárias, do setor de serviços (como funcionários públicos), de outros setores assalariados urbanos e mesmo no campo (como os canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco ou os movimentos de bóias-frias em São Paulo) em todo o Brasil.

Em termos de reflexão, é preciso ter em foco que, embora todas essas greves tenham contribuído para a derrubada da ordem da ditadura, muitas foram derrotadas em suas reivindicações específicas, pagando por isto um alto preço.

No plano sindical e político partidário, esse contexto geral de ascenso dos movimentos populares, sindicais e de oposição à ditadura forçará, como nos outros casos, concessões na abertura proposta pela direita no rumo da institucionalização do país, ampliando em muito os limites dessa abertura e delineando a futura reorganização nacional, com a legalização dos partidos comunistas (PCB e PCdoB), outros de matriz socialista ou trabalhista (como o PSB e PDT), a criação do Partido dos Trabalhadores e das centrais sindicais de trabalhadores.

Essas decorrências coroam e qualificam – com suas conquistas, seus impasses e suas derrotas – a luta pela mais ampla liberdade de organização e manifestação da classe trabalhadora, travada naqueles anos, durante os quais a esquerda – embora não tenha hegemonizado o processo – disputa política e ideologicamente, a cada momento, junto à massa, contra os conservadores e a direita. O que aconteceu naquele momento terá importantes desdobramentos que se consolidarão no melhor do que foi aprovado na Constituinte de 1987-1988, mas esta já é outra história.



Lula em assembléia no
estádio de Vila Euclides.
(Acervo Iconographia)

O resgate da dignidade: a greve metalúrgica em São Bernardo (1978)

“Enfim se respira! Greve dos Metalúrgicos!

O público que vê tudo isso de longe não compreende nada. O que é que é? Um movimento revolucionário? – Mas tudo está tão calmo... Um movimento reivindicatório? – Mas por que tão profundo, tão geral, tão forte e tão súbito?...

Quando certas imagens se aprofundaram no espírito, no coração, na própria carne, compreende-se. Compreende-se logo. É só deixar que as lembranças venham à tona.”

Simone Weil, França, 1936 (A condição operária)

Vinte e dois anos depois, as greves metalúrgicas de 1978 são parte da história contemporânea do Brasil. E não apenas pelo tempo decorrido desde então.

Surpreendidos todos pela força e pela expressividade da onda grevista que eclodia após dez anos de aparente silêncio da classe trabalhadora brasileira, e em meio a um quadro político fortemente autoritário, nos perguntávamos: Por que se moveram? Por que São Bernardo? Como explicar que essas greves houvessem surgido justamente no pólo então mais dinâmico da economia brasileira, no setor produtivo que fora o coração do “milagre brasileiro” e fossem protagonizadas por trabalhadores que estavam entre os mais bem pagos do país?

Vinte e dois anos depois, o que justificaria voltar a contar a história dessa greve (e do processo que a ela conduziu)?

Foi uma greve por 20% de aumento salarial imediato, mas que encerrou em si uma demanda muito mais ampla: a da *recuperação da dignidade dos trabalhadores*. Foi uma greve surgida

Laís Wendel Abramo

Socióloga; foi líder estudantil nos anos 1970, diretora do DCE Livre da USP, participante ativa da campanha do CBA/SP. É diretora para o Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

em um setor bastante específico (as empresas automobilísticas de São Bernardo), mas que imediatamente se irradiou: em primeiro lugar para os metalúrgicos paulistas, e, em segundo lugar, para amplos e diversificados contingentes da classe trabalhadora brasileira, em um poderoso ciclo grevista que chegou a atingir, nos dois anos seguintes, mais de 4 milhões de trabalhadores nas mais diversas regiões do país.

Foi uma greve na qual os trabalhadores, assim como o haviam feito os estudantes em 1977, conseguiram afirmar uma subjetividade coletiva diante do Estado autoritário e do despotismo empresarial vigentes; e, dessa forma, ampliar os limites do possível, não apenas para si mesmos, como também para o conjunto dos setores populares e democráticos do país.

Por isso São Bernardo não se transformou em um “enclave”, como havia ocorrido com tantas outras experiências históricas de greves ou movimentos coletivos surgidos em setores economicamente importantes e protagonizados por trabalhadores que possuíam graus elevados de organização. A capacidade de irradiação da greve contrariou muitos analistas da época, que viam nos metalúrgicos de São Bernardo uma nova expressão da “aristocracia operária”, ou de um movimento corporativista desvinculado, devido à sua situação relativamente privilegiada, dos interesses, condições, necessidades e identidade do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

O que ocorreu nesse caso foi exatamente o contrário. A greve, surgida nas empresas mais modernas da região mais industrializada do país, transformou-se rapidamente em símbolo, referência e estímulo para categorias tão diversas como as de trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte e de canavieiros de Pernambuco, de professores e de jornalistas, de coveiros e de bancários, entre tantas outras. O ciclo grevista iniciado em maio de 1978 não só se desenvolveu praticamente sem interrupções durante os dois anos seguintes como significou a irrupção dos trabalhadores na cena política no período pós-64, forçando a ampliação dos projetos de “abertura” que até então haviam sido formulados pelos representantes do regime. Esteve na base da criação da CUT e do PT, na transformação da “República de São Bernardo” no principal símbolo, não apenas da combatividade operária, como de todo o movimento democrático do país, na projeção de Luiz Inácio Lula da Silva como a principal liderança política popular do Brasil contemporâneo.

Sem dúvida a força desse processo, gestado na segunda metade dos anos 1970, é um dos elementos que podem explicar a situação relativamente especial do movimento sindical brasileiro nos anos 1980 e início dos 1990, se comparado aos seus similares no resto da América Latina e inclusive em muitos países europeus. Nesses anos de crise e globalização, de modernização tecnológica e reestruturação produtiva, o movimento sindical brasileiro não sofreu o retrocesso, o processo de fragmentação e o recolhimento a posições defensivas ocorridos em muitos outros países. Pelo contrário. Apesar das muitas dificuldades que teve e tem que enfrentar continuou buscando novos caminhos; em meio a um prolongado e contraditório processo de transição e consolidação democrática, conseguiu projetar-se como um sujeito na cena pública e foi reconhecido como interlocutor em muitos espaços, de maneira talvez inédita na história brasileira.

Mudanças no mundo do trabalho

Os metalúrgicos do ABC sempre estiveram na vanguarda desse processo.

Vinte anos depois, o mundo do trabalho não é mais o mesmo. Em 1980, a fábrica da Volkswagen em São Bernardo tinha 42 mil empregados. Os trabalhadores da indústria automobi-



1º de maio de 1979:
Vinicius de Moraes, ao lado
de Lula, declama o poema
“O operário em construção”
em missa de comemoração
ao dia do trabalhador, em
São Bernardo do Campo.
(Acervo Iconographia)

lística correspondiam a mais de 70% dos trabalhadores industriais da cidade e estavam altamente concentrados em algumas poucas grandes empresas. Hoje a Volkswagen emprega, em todo o país, menos de 30 mil trabalhadores. Somente entre 1987 e 1996 foram suprimidos quase 40% dos postos de trabalho que compunham a categoria dos metalúrgicos de São Bernardo. Nenhuma das plantas automobilísticas, com instalação prevista no país, produto dos novos investimentos realizados a partir de 1996, se localizará na região do ABC. Os principais argumentos empresariais: no ABC a mão-de-obra é muito cara e os sindicatos são muito conflitivos.

Estes dados refletem as dificuldades atuais. São algumas das expressões da forma pela qual os atuais processos de globalização e reestruturação produtiva estão atingindo a estrutura industrial e a classe trabalhadora brasileira: aumento do desemprego, principalmente industrial, precarização do trabalho, terceirização espúria. Os desafios hoje são outros e talvez mais complexos.

Isso estaria significando o esgotamento do “modelo sindical” que emergiu em São Bernardo a partir do final dos anos 1970?

Não há dúvidas de que esse modelo foi gestado em uma situação histórica e social bastante peculiar. Ele surge em uma etapa que corresponde ao auge de dois processos (e que antecede imediatamente o início da suas respectivas crises). Em primeiro lugar, o processo de industrialização por substituição de importações. O Brasil foi o país latino-americano mais bem-sucedido na concretização dessa estratégia. Os anos 1970, em especial, foram anos de intenso crescimento do produto e do emprego industrial, de intensa modernização da indústria e da classe trabalhadora brasileira. No final desse período, ao contrário do que aconteceu em muitos outros países, havia se produzido uma coincidência entre o pólo mais dinâmico do processo de acumulação e o setor mais avançado do movimento sindical. Ambos estavam localizados no ABC. Isso sem dúvida conferia possibilidades muito especiais ao sindicalismo que aí ressurgia, não apenas em termos da sua força, capacidade de mobilização e negociação, como também quanto a sua expressividade social. O mesmo poderia ser dito de outras categorias de trabalhadores, como, por exemplo, os bancários e petroquímicos.

Em segundo lugar, o final dos anos 1970 corresponde também ao auge do desenvolvimento do que poderia ser chamado de um “fordismo periférico”. Em outras palavras, de um

modelo de organização produtiva cuja espinha dorsal eram grandes empresas integradas verticalmente e concentradas territorialmente, e de um modelo autoritário e rotinizado de gestão da força de trabalho. Por mais heterogênea que fosse naquela época a configuração da estrutura produtiva e, conseqüentemente, da classe trabalhadora brasileira, pode-se pensar que era mais fácil (do que seria hoje) projetar a possibilidade de um sindicalismo “à la São Bernardo” para o conjunto da classe trabalhadora (ou para amplos contingentes desta).

O atual processo de reestruturação produtiva aumenta muito essa dupla heterogeneidade, dificultando, talvez, a possibilidade dessa projeção e dessa identificação. Mas o que chama a atenção na experiência do sindicalismo do ABC é justamente a capacidade que este vem demonstrando, ao longo dos últimos 20 anos, de exercer sua criatividade e sua capacidade de luta, de dar saltos, de inventar novos caminhos, exatamente quando a situação parece estar chegando a um ponto de estrangulamento.

Em cada um desses momentos, sem abandonar nunca seu esforço no sentido de aprofundar os processos de negociação no interior das empresas, ao mesmo tempo o sindicalismo do ABC tenta projetar sua ação para novos espaços e novos temas, assim como sua capacidade de interlocução para novos atores. Isso aconteceu em 1991/92 com a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva e voltou a acontecer com o processo de constituição da Câmara Regional do Grande ABC, no qual o sindicato participou ativamente visando contribuir para a discussão de alternativas e para a formulação de acordos que tivessem como objetivo não apenas o futuro da indústria automobilística, mas também o desenvolvimento econômico e social do conjunto da região.

Por isso o sindicalismo do ABC não envelhece. A experiência vivida na origem – e reproduzida nas distintas conjunturas que se sucederam desde então – está fortemente relacionada a essa capacidade inovadora e renovadora, combativa e negociadora, analítica e propositiva do sindicalismo do ABC.

A greve de 1978

Falar da greve de 1978 hoje não é sucumbir à nostalgia de um passado já relativamente distante. Não é apenas falar de uma experiência peculiar ocorrida em um espaço e um tempo muito singulares. É refletir sobre um momento histórico (e como este houve muitos) no qual se produziram experiências significativas que passam a incidir fortemente nos cenários em que se configuram e se decidem questões-chave de uma dada sociedade. É refletir sobre como podem nascer e renascer, surgir e ressurgir atores sociais, subjetividades e vontades coletivas, imaginários potentes e inovadores em momentos em que aparentemente dominam a repressão, a atomização, o isolamento e a desesperança.

Nesses tempos de flexibilização selvagem é muito importante voltar a examinar como foram conquistados e reconquistados, no período recente, alguns dos direitos básicos dos trabalhadores brasileiros. Antes que a Constituição de 1988 consagrasse a jornada de 40 horas semanais, essa já era praticada nas empresas metalúrgicas de São Bernardo como resultado das negociações coletivas ali desenvolvidas.

Naquela época os trabalhadores tinham que se defrontar com uma enorme desproporcionalidade de forças representada pelo Estado autoritário (pela ditadura militar) e pelos imperativos do “milagre econômico” (aumentar a produção e atender aos mercados em expansão). O



(CSBH)

caso brasileiro é um exemplo claríssimo de como o crescimento econômico não é nenhuma garantia de equidade ou justiça social, ou, nas palavras de Lucio Kowarick como é um “notável e funesto exemplo de capitalismo que associou crescimento e pobreza”. Mas era também um capitalismo que criava grandes empresas, concentrava e modernizava a classe trabalhadora, expandia o emprego. Daí vinha a possibilidade de força objetiva, mas que só se transformou em capacidade de modificar as condições vividas porque houve um esforço sistemático, prolongado, paciente, corajoso, inovador, de muitos homens e mulheres.

Hoje os trabalhadores se enfrentam com a lógica – aparentemente inexorável – da globalização, da necessidade de aumentar a produtividade das empresas para enfrentar padrões de competitividade cada vez mais exigentes. Em nome dessa lógica, se assiste a uma ofensiva de destituição de direitos, o trabalho se precariza, o emprego industrial se reduz. Muitos temas permanecem sem solução, surgem outros problemas. Qual é a diferença do que acontecia há 20 anos?

A democracia, sem dúvida é a grande diferença. A dignidade reconquistada. A existência de uma referência: a experiência de lutas, a memória coletiva. Esse é um grande patrimônio.

PT - GAMR - D.F.
POR UM
RNO DOS TRABALHADORES

PT - HORA da LEALDADE
DIRIGIDO e CONSTRUÍDO
PELOS TRABALHADORES

*Encontro Nacional de
Fundação do Partido
dos Trabalhadores,
colégio Sion, São Paulo,
10/2/1980. (Juca
Martins/Olhar Imagem)*





1980: nasce o Partido dos Trabalhadores

Participantes do 1º Encontro Nacional do PT, realizado no Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo, 1/6/1980. (Juca Martins/Olhar Imagem)



10 de fevereiro de 1980: significado da data

O dia 10 de fevereiro de 1980 ficou consagrado como a data oficial da fundação do PT. Contudo, desde o ano de 1978, a proposta de organização de um partido de trabalhadores vinha sendo objeto de acirradas discussões no meio sindical. Com avanços e recuos a idéia foi avançando e várias etapas foram cumpridas ao longo do ano de 1979.

Em 24 de janeiro daquele ano foi apresentada e aprovada a tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André para discussão no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, realizado em Lins (SP). O IX Congresso, representando mais de 1 milhão de metalúrgicos, deixava claro que um partido de trabalhadores só teria legitimidade se nascesse de um programa feito pelos próprios trabalhadores, sem interferência dos patrões. Dessa reunião saiu a proposta de organização de uma comissão com representantes de outros estados para discutir o programa e os estatutos do futuro partido.

(CSBH)



No dia 1º de maio do mesmo ano, foi dada a público a Carta de Princípios do PT e no dia 13 de outubro, em São Bernardo do Campo, foi aprovada uma Declaração Política e criada a Comissão Nacional

Provisória que iria dirigir o Movimento Pró-PT em todo o território nacional. Nessa reunião estavam presentes, além dos sindicalistas, vários representantes de movimentos sociais e da Igreja progressista, intelectuais, militantes de esquerda de variadas posições, que, todos, convergiam para engrossar o movimento pela criação do partido dos trabalhadores.

O dia 10 de fevereiro de 1980 ficou marcado como sendo o da fundação do PT porque na reunião realizada no Colégio Sion, na cidade de São Paulo, cumpria-se uma formalidade indispensável, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, para que o registro da nova agremiação se tornasse possível: a aprovação do Manifesto, com um mínimo de 101 assinaturas, expressando os objetivos e as linhas fundamentais de pensamento que deveriam ser a base da proposta do partido.

Paulo Skromov, membro da Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, conta (ver depoimento publicado abaixo na matéria intitulada “Fundação legal do PT no Colégio Sion”) que a realização dessa reunião chegou a parecer para alguns dos organizadores uma “bobagem”. Nas palavras de Skromov, diante da magnitude que o movimento tinha assumido, estendendo-se por todo o país, com milhares de adesões, a reunião de apenas 101 pessoas para assinarem um Manifesto que era exigido pela legislação parecia muito pouco, uma formalidade sem muita significação.

Contra tal opinião pessimista, o que aconteceu no dia 10 de fevereiro, no auditório do Colégio Sion, foi muito mais do que uma reunião formal. Em primeiro lugar, pelo comparecimento maciço dos representantes de quase todos os estados (242 delegados, mais de mil participantes) e pela presença de vários convidados, não engajados no movimento mas que foram dar apoio à iniciativa. Mas também, e talvez isso tenha sido o mais importante, pelo clima de conagração entre os diversos setores que se dispunham a levar avante o projeto da construção do Partido dos Trabalhadores.

Fora preciso vencer muitas barreiras: as dúvidas quanto à viabilidade do projeto; a divergência de concepções (tanto no movimento sindical como entre os intelectuais); as desconfiças mútuas entre os militantes de esquerda e os ativistas de movimentos sindicais e populares a que se refere Vinicius (ver depoimento de

Lula é carregado pelos trabalhadores durante assembleia no estádio de Vila Euclides. São Bernardo do Campo, 1979. (Acervo pessoal Lula)



Vinicius Caldeira Brant); os “preconceitos” da parte dos sindicalistas contra “intelectuais”, contra parlamentares e contra estudantes, e vice-versa; e assim por diante. Mas, finalmente, a utopia, havia longo tempo alimentada por tantos dos antigos militantes de esquerda, de construir um partido amplo, enraizado nos sindicatos, nos movimentos populares, no meio da juventude (ver depoimento de Paul Singer) parecia tomar forma visível, concreta, naquele auditório do Colégio Sion. Víamos ali, lado a lado, militantes de várias gerações que haviam lutado contra os regimes de opressão, professores universitários, representantes de igrejas e dos mais variados movimentos populares e associativos, intelectuais e a nova vanguarda sindical. Todos juntos num objetivo comum.

O entusiasmo gerado por essa percepção foi sem dúvida um dos fatores que concorreram para a deflagração das campanhas – de legalização e filiação – que permitiram que, em tempo recorde, todas as exigências da lei partidária fossem cumpridas e o PT pudesse começar sua vida legal.



Henfil/© Ivan
Consenza de Souza



1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES

1ª Convenção Nacional
do PT, Brasília, 1981.
(Milton Guran/DN-PT)

Uma nova era da esquerda brasileira **Antonio Candido**

A partir de 1977 muitos em São Paulo pensaram na fundação de um partido de cunho socialista para entrar na luta contra a ditadura declinante. Lembro de uma reunião em nossa casa com a participação de três que voltavam do exílio: Almino Affonso, Fernando Henrique Cardoso e (creio) Plínio de Arruda Sampaio; e três antigos militantes do Partido Socialista Brasileiro: Febus Gikovate, Antonio Costa Correia e eu. Achou-se que era preciso, antes de mais nada, alguém dar uma entrevista falando abertamente do socialismo como socialista, a fim de testar a reação da censura. Eu fui encarregado, por ser o único dos presentes que não tinha sofrido punição ou perseguição. A entrevista foi dada a Jorge Cunha Lima e saiu na revista *IstoÉ* em setembro de 1977. Em 1978 fundou-se um centro de debates com o nome de “Paulo Emilio Salles Gomes”, que havia falecido no ano anterior, e houve reuniões para articular a oposição. Lembro de uma, enorme, em Santo André, onde estavam líderes metalúrgicos que dariam origem ao PT: Lula, Jacó Bittar e companheiros.

Eu tinha fases de hesitação e cheguei a achar que, no momento, em vez de fundar um partido valia a pena preservar ao máximo o volume da grande força oposicionista que era então o MDB, agrupamento de presença nacional, com muitos deputados e símbolo claramente identificável de resistência ao regime. Em 1979 já se falava no Partido dos Trabalhadores como organização em andamento. Então, eu ressaltava sempre que, caso ele fosse mesmo fundado, eu daria a minha adesão. Mário Pedrosa, entusiasta da idéia, procurou-me mais de uma vez para me catequizar, e no mesmo sentido manifestou-se Febus Gikovate num quarto da Santa Casa, na antevéspera de morrer, em outubro de 1979, dizendo que o

É professor emérito da USP; foi vice-presidente da Associação dos Docentes da USP. É autor de importante obra sobre a literatura brasileira.

Foi presidente do Conselho Editorial da Editora Fundação Perseu Abramo.

Apolonio de Carvalho, antigo combatente da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa, fundador do PT. (Lisy Leuba Salum/DN-PT)



PT era o nosso lugar porque correspondia ao que tínhamos procurado fazer. Eu havia participado de reuniões preparatórias no Sindicato dos Jornalistas, algumas com a presença de Lula, e não hesitei em ir à reunião histórica do Colégio Sion, em fevereiro de 1980, na qual me sentei ao lado de um antigo companheiro do Partido Socialista, Paul Singer, vindo que lá estavam também outros companheiros mais velhos, como Lélia Abramo, Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, que receberam grandes aplausos.

Lembro que chamou minha atenção um sinal dos tempos: a presença de pessoas originárias de opções ideológicas que alguns anos atrás se hostilizavam, por vezes com grande aspereza: stalinistas, trotskistas, socialistas democráticos. Ao vê-los reunidos em coexistência pacífica, como quem partilha de convicções comuns, percebi que estava começando uma era diferente na história da esquerda brasileira.

Saindo da reunião, depois de aderir convictamente ao novo partido, senti uma espécie de euforia, pois me pareceu que a fundação do PT justificava de fato o nosso passado, forjado na União Democrática Socialista de 1945, na Esquerda Democrática, fundada no mesmo ano e denominada Partido Socialista Brasileiro em 1947. O que tínhamos querido fazer fora uma agremiação política visando a lutar por meios democráticos pela instauração de um regime igualitário de cunho socialista, adequado à realidade do Brasil. Nesse sentido, remontávamos à lição de clássicos do socialismo e rejeitávamos a noção mecânica de diretrizes preparadas pelos grupos mais importantes da esquerda internacional, que eram os stalinistas dos partidos comunistas, a oposição trotskista e a socialdemocracia. Tivemos atividade ponderável em alguns setores e marcamos posição que o futuro justificaria, mas éramos poucos e tínhamos escassa base operária. Daí o interesse do PT, que, ao contrário da tradição segundo a qual a iniciativa em tais casos era sempre de intelectuais da classe média, fora uma iniciativa devida aos próprios operários. A maciça presença deles e a sua determinação de liderança mostravam que estava finalmente em campo uma organização dotada de grande força transformadora, capaz de lutar com eficiência pelos nossos ideais.

A partir de então o PT obedeceu a tais premissas. Com mais acertos do que erros, com invariável retidão e muita competência administrativa nas esferas em que é chamado a governar, ele se tornou exemplo de agremiação que une a firmeza dos propósitos à flexibilidade dos meios, podendo acolher não apenas os que pensam como eu, mas uma variedade a meu ver salutar de posições, que são bem-vindas desde que não violem o pacto fundamental.

Eu não me enganara naquele dia no Colégio Sion, quando senti que estava no caminho certo e poderia encetar uma fase nova na rota do socialismo.

Apolonio de Carvalho Esboço de viagem

Militante político, desde os tempos de cadete na Escola Militar não deixou de lutar pelos movimentos libertários. Foi por muitos anos militante do PCB e, depois, do PCBR. Fundador do PT, figura entre os seis primeiros signatários da ata de criação do partido. Faleceu em setembro de 2005.

O PT entra em seus 20 anos sob um misto de desafios, ameaças e esperanças. Após um longo período de isolamento político e hesitações entre mudanças democráticas maduras e viáveis – e relativamente distantes objetivos finais –, as forças de oposição olham, no entanto, com uma confiança nova e bem fundada; sob a necessária visão de um modelo de

desenvolvimento diferente e soberano; e a busca de alternativas de superação das crises profundas – social, política e moral – que ensombrecem a vida de nosso povo. [...]

Abrem-se, assim, possibilidades e responsabilidades novas para os partidos políticos, instituições da sociedade civil e comunidades sociais que anseiam por uma sociedade melhor.

Estão elas – e o PT entre elas – à altura dessas responsabilidades?

A meu ver, ainda não. Começamos, sim, a abrir espaços para a superação de velhos tabus imediatistas e paralisantes que – por purismo ideológico ou pragmatismo concorrencial – abrem fossos nas relações nos vários níveis do poder do Estado; entre o nacionalismo impregnado de sentimento pátrio e a democracia; entre o estímulo às divisões e aos confrontos internos em nossas instituições e a luta aberta de opiniões soldadas ao respeito sincero e à validade (como leis que são) das decisões coletivas majoritárias. [...]

É, ainda, entretanto, apenas um esboço de viragem. Como fonte de inspiração, ainda e sempre, as velhas utopias seculares, com suas sugestões inovadoras. E entre elas – e já que a ciência nada mais trouxe de melhor à visão harmônica do mundo e da história, e uma vez superados os vícios e as ausências nascidos da carência de cultura teórica, humanismo e visão fiel das realidades, e, sobretudo a recusa à presença criadora do povo na cena política – por que não o socialismo, que, entre suas conquistas e seus tropeços iniciais, alenta, há já 150 anos, o sonho da criação e a felicidade das novas gerações?

Carlito Maia Uma paixão definitiva

Ser petista é ter uma paixão definitiva. É padecer no paraíso toda a vida e mais nove meses. Se saio do PT, que outro partido poderia ser o meu? Há tantos! Você chuta uma lata na rua e saem dez de baixo. “Partidos” com donos (deviam enquadrar essa gente por formação de quadrilhas). Cegos seguindo a seus cães. Pior ainda: cães indo atrás de seus cegos. Há mais outros partidos... sem comentários. Nada representam nem significam para mim.

“O PT primeiro e único”, não: nele só há voluntários, gente firme e decidida, apaixonada, que sabe das coisas. Que nada quer dos outros, mas que exige o que é seu. Quer dizer então que o PT chegou à perfeição? É “menos” verdade, pessoal. Ele é composto por seres humanos, com todos os defeitos e virtudes: xiitas e xaatos, xiiques e xuucros, xaaropes e xeeretas. Mas todos vão tirar as cismas numa boa, democraticamente – no I Congresso do Partido dos Trabalhadores. Acertar os ponteiros, corrigir rumos. O PT dá trabalho, se dá! Mas, nele, ninguém é melhor do que ninguém. Nos outros “partidos” há “líderes”, e é sabido: líderes dão as costas aos liderados: eles na frente, o rebanho atrás. Não, no PT só temos companheiros, irmãos de fé. Lutando lado a lado, ombro a ombro, com muita alegria. Sem medo de ser feliz. E o nosso companheiro nº 1, Lula, inspirador e fundador do partido (que não é do Lula, ele é que é do PT), já avisou: no Congresso é proibido proibir. Que cada um, pois, bote a boca no trombone, dizendo o que sente e pensa do Partido (aliás, a primeira novidade na política tupiniquim, desde 1500

Publicitário, fundador do PT, pai de cinco filhos, companheiro de Tereza. Foi o criador de memoráveis campanhas e *slogans* para o partido, como “oPTei”. Sua marca registrada era presentear os amigos com rosas vermelhas. Faleceu em junho de 2002.

Publicado no boletim
Linha Direta.



Carlito Maia retratado por Paulo Caruso.



Lula assina ata do 1º Encontro Nacional do PT, no Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo, 1/6/1980. (Juca Martins/Olhar Imagem)

desagradável e o desastroso”. Desagradável é (um pouco) o democratismo – excesso de reuniões, discussões cansativas e repetitivas, um pé no saco. Desastroso (demais) é o fascismo, imposição de idéias de cima para baixo. Pois eu prefiro perder com as bases a vencer sem elas. Não admito a ditadura de um sobre todos, nem a de todos sobre um. Vivo livre e solitário, como uma árvore, porém, solidário, como uma floresta. E para mim não há nada mais socialista – nem mais livre – do que uma boa democracia.

Para que a democracia plena seja alcançada, contudo, deve-se respeitar a opinião de cada um sobre o que irá afetar a vida de todos. “Nenhuma corrente é mais forte do que o seu elo mais fraco.” Tudo o que precisamos é uns dos outros. Venha ser um dos seus. Teje livre!

Eder Sader Um projeto radicalmente diferente

Sociólogo, autor dos livros *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina* (Pólis, 1982) e *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo* (Paz e Terra, 1988). Foi dirigente do PT. Faleceu em 1998.

Texto extraído do artigo “Os saldos de uma década”, publicado no jornal *Em Tempo*, edição de 20/12/1979 a 10/1/1980.

Quando várias das lideranças mais expressivas das recentes lutas operárias lançaram a idéia do Partido dos Trabalhadores, exprimiram a necessidade de dar uma formulação global – política – ao conjunto de suas mobilizações. Mais ainda, responderam aos diferentes projetos surgidos no interior das esferas dominantes (alguns por líderes combativos de oposição) com um projeto radicalmente diferente, um projeto de baixo, um questionamento global de toda essa “transição por cima”.

O projeto do PT, que surge no bojo das lutas sindicais, vem assim com a marca de uma luta concreta contra a exploração e marca, por isso, a vontade de ligar os movimentos sociais ao quadro político, transformando dessa forma sua qualidade. Mas ele é também a possibilidade de realizar a unidade e autonomia necessárias ao processo de emancipação dos trabalhadores.

Porque a simples luta sindical – por ser naturalmente uma luta para valorizar a força de trabalho de cada categoria (ou, na melhor das hipóteses, do conjunto das categorias empregadas) – não incorpora uma enorme massa popular sob uma forma estável. A conformação de um bloco histórico que solde todas as aspirações dos operários, do subproletariado, dos camponeses e da massa trabalhadora em geral exige a constituição de um movimento político. O

mais ou menos). Ocorre que ele nasceu de um jeito e estava crescendo de outro. Tem nada, não: é de pequenino que se torce o destino. O que faremos no Congresso. Porque o PT há-de-ser, sempre, o reflexo da vontade do conjunto dos seus militantes, brava gente. E dos simpatizantes, como eu. PT, utopia ao alcance do meu voto – eu te amo!

O petista é assim: em cada cabeça uma sentença. Não há, nem poderia haver num partido de gente consciente, lúcida, um pensamento monolítico, hegemônico, “crê ou morre”. Existem, sim, tendências, pretendências, desistências no interior do partido, abrigadas sob o generoso guarda-chuva vermelho e branco. Democracia é isso aí, bichos: “a arte da opção entre o

que não quer dizer que ele possa surgir da noite para o dia. Já são patentes as dificuldades de transferir as disposições de luta econômica para a esfera da organização e da mobilização políticas. Mas esse é o objetivo. Do arrojo, disposição de luta, lucidez política e persistência organizatória dependem que a próxima década assista ao surgimento de um movimento político dos trabalhadores que expresse seus profundos interesses de libertação social.

**1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

Um longo caminho **José Dirceu**

Tenho escrito muito sobre o nosso PT, particularmente sobre seus 20 anos, e tenho falado muito de nossas vidas. Isso mesmo, de nossos sonhos, filhos e filhas, de nossas famílias, nossas profissões, nossas esperanças e conquistas. Tenho falado muito de nossos problemas, impasses e desafios, de nossos erros e derrotas. Porque o PT é um pouco de tudo que nos aconteceu nas últimas duas décadas.

No meu caso particular, o PT surgiu em minha vida ainda na clandestinidade, quando li, pela primeira vez, notícias sobre um operário do ABC chamado Lula, cercado de jovens sindicalistas que falavam uma linguagem sincera, simples e direta, falavam de liberdade, de rebeldia e queriam lutar, ir para a ação conquistar seus direitos, sem medo da ditadura.

Logo de cara simpatizei com eles e com sua luta, que tomei como uma continuidade da minha luta, da luta da minha geração, a geração de 68. Sem muitas informações, fiquei vacinado contra as análises de “uma certa esquerda” que já tinha preconceitos contra Lula e os sindicalistas e, simplesmente, aderi, ou, como diria o Carlito Maia, optei, quando eles começaram a falar em criar um “partido dos trabalhadores”. Pensei comigo, “eis aí uma coisa nova”, talvez, na prática, uma resposta a todos os nossos sonhos de um partido popular, formado por trabalhadores, democrático, pluralista e de luta, um partido para mudar a política brasileira e dar um basta à ditadura. Um partido construído de baixo para cima, que ia consultar as bases, organizado por fora da legislação oficial e ligado às lutas populares e sindicais. Parecia um sonho, mas era realidade.

Muito tempo passou até a Anistia, minha volta para São Paulo e meu primeiro contato com o PT, seus núcleos, reuniões, com o Lula e o Encontro do Sion, quando o PT foi fundado. Assinei a ata de fundação com o sentimento de que acabava de readquirir meus direitos políticos e minha nacionalidade que a ditadura roubara. O PT entrou em minha vida para não sair.

Convidado para ser membro do Diretório Nacional, não aceitei, precisava estudar, terminar o curso de Direito, criar meu filho que ficara no Paraná, trabalhar e organizar mi-

Militante político e advogado, formado pela PUC-SP. Foi um dos principais líderes do movimento estudantil de 1968. Preso, foi um dos 15 militantes libertados em decorrência do seqüestro do embaixador norte-americano em 1969. Foi banido e viveu vários anos em Cuba. Foi fundador do PT, presidente do partido e deputado federal. Foi Ministro da Casa Civil do governo Lula de 2003 a 2005.



No Tribunal Superior Eleitoral, entrega do pedido de registro provisório do Partido dos Trabalhadores. Brasília, dezembro de 1980. (Mauró de Deus/DN-PT)



nha vida a partir do zero. Fui para o núcleo da ABI, que se reunia na rua Augusta, conhecido como “núcleo das estrelas”, pela quantidade de personalidades, e depois para o do diretório zonal do Jardim América, onde fiz um pouco de tudo, tesoureiro, organizador. Fui trabalhar na liderança do PT na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde me submeti a uma seleção interna para ser auxiliar administrativo, fui datilografar e organizar arquivos, ganhar a vida, recomeçar. Ganhava três salários mínimos. Acho que fiz certo. Comecei de baixo, no espírito do PT. Não me arrependo.

Em 1981, fui eleito para o Diretório Regional de São Paulo e fui secretário de Formação Política por dois anos. Fizemos cartilhas, seminários, palestras e cursos, cineclube, organizamos os primeiros grupos de trabalho de políticas públicas e demos início, no PT, à discussão – na época herética – de “programa de governo”. Preocupado com a falta de organização e estrutura do PT, ainda que avaliássemos ser natural o início espontaneísta e anárquico do partido, começamos a cuidar da primeira sede do PT em São Paulo, na rua Santo Amaro, em uma garagem, além da sede nacional, que ficava ainda junto ao escritório do Ayrton Soares, também no bairro da Bela Vista.

Durante os anos da clandestinidade ficávamos sempre em contato com os companheiros e companheiras da luta armada e das organizações de esquerda. Na volta à legalidade, retomamos os contatos e a discussão sobre nossos erros e derrotas e sobre o que fazer. Continuar com nossas organizações? Dissolvê-las? Fundi-las? Eu, desde o primeiro momento, percebi que o PT era uma oportunidade única de termos realmente um partido de trabalhadores, democrático e socialista, de luta social e para ser governo, um partido organizado, com militantes e discussão política, um partido com força real na sociedade. Defendi que nós, da esquerda, devíamos nos unir aos sindicalistas e às bases populares da Igreja e formar, dentro do PT, uma articulação para dar organização e direção ao partido. Fundamos a Articulação dos 113, que se propôs a transformar o PT em um partido e se contrapôs às organizações de esquerda que, durante anos, viram o PT como uma frente ou se viam como partidos de vanguarda, os verdadeiros partidos marxistas-leninistas do Brasil, os dirigentes da revolução.

Começamos a organizar o PT em São Paulo e a disputar sua orientação em nível nacional, primeiro para legalizá-lo – muitos não concordavam –, mas para legalizá-lo sem se adaptar à lei partidária da ditadura, para participar das eleições, mas sem deixar a luta social, para ter uma plataforma de luta contra a ditadura, mas sem deixar de lado nosso programa. Da luta contra a Lei de Segurança Nacional, da legalização do PT, fomos para as eleições de 1982, quando aprendemos o que era uma disputa eleitoral. E nunca mais esquecemos o papel da TV e do rádio, que usamos muito mal. Em 1985, já dávamos lições e revolucionávamos a comunicação.

De lá para cá percorremos um longo caminho e estamos nos constituindo numa alternativa de poder no Brasil. Hoje, governamos estados e municípios, temos uma presença marcante no parlamento, uma ampla base social e eleitoral e principalmente uma militância espalhada por todo o Brasil.

Constituímos uma frente de esquerda e um Fórum Nacional de Luta que congrega 80 entidades nacionais e participamos da vida política do país com propostas de governo e, mais do que isto, representamos ideais e valores socialistas.

A realidade de nosso país e do povo brasileiro, porém, exige mais do PT e da esquerda. Há dez anos [em 1989] sofremos uma derrota eleitoral e iniciou-se um amplo processo de hegemonia conservadora, sob a direção, primeiro, de Collor e, depois, de FHC. [...]

O grande desafio do PT é derrotar essa hegemonia e construir uma alternativa de poder para romper com a dependência externa e eliminar a exclusão social, aprofundando a democratização do poder, da riqueza e da renda no Brasil.

Esta é uma hora de desafios, que devemos assumir com a mesma garra e a mesma audácia que tivemos em tantos momentos históricos durante estes 20 anos do PT. Isto só será possível se mobilizarmos a sociedade brasileira e apresentarmos ao nosso povo uma alternativa de vida nova, numa sociedade fundada em novos valores, numa sociedade justa e solidária.

**1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

A estrela do PT Julio de Grammont

Você acredita que a estrela e a bandeira do PT nasceram de uma brincadeira, na mesa de um bar, em São Bernardo? Em 1980, no final de uma cansativa reunião do PT para organizar um ato contra a LSN (na Vila Euclides), Mário Serapicos, Augusto Portugal e eu, entre goles de Domec (naquela época só o grupo do *ABCD Jornal* bebia Domec), avaliando os detalhes para o evento, sentimos a falta de algo diferente, aquele toque a mais. Uma bandeira! É isso. Um guardanapo, uma caneta e alguns rabiscos.

– Tem de ser vermelha, claro!

– Peraí. Tem de ser vermelha, branca e preta.

– Por quê? Questionou Marinho Proposta (chamado assim porque sempre tinha proposta pra tudo). Dos três, eu e Augusto éramos torcedores do São Paulo. Mário perdeu, mas, em compensação, queria que ao centro da bandeira aparecessem a foice e o martelo. Bateu o pé.

– Uma estrela branca, no centro da bandeira, propus.

– Coisa de viado, alguém disse.

Quando expliquei que tinha lido num daqueles livros sebosos que circulavam no presídio Tiradentes, em 1971, que a estrela era o símbolo da juventude comunista da Albânia (vejam só!), todos toparam.

Como secretário-geral do PT, falei ao Expedito Soares, então presidente, e ele também topou. Decidimos que cada um dos 47 núcleos do partido (bons tempos), levaria uma bandeira e uma outra, de 15 metros quadrados, seria colocada nas arquibancadas do Vila Euclides.

Levei a idéia ao Lula, mas a surpresa maior ficou para o dia do ato, uma passeata de mulheres com mais bandeiras, lembrando cenas do filme *Red*.

Sabemos, porém, que esta história tem outras versões. Uma delas virou manchete de jornais, quando Lula, tentando explicar o vermelho, teria feito uma analogia com o sangue de Cristo. Pode ser.

Jornalista, foi assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Faleceu em 1998.

Publicado no boletim *Linha Direta*, de 23 a 29 de março de 1996, ano VI, nº 258.



(CSBH)

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÍO

Personagens publicados nos jornais e folhetos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema para representar a categoria.

Ou então que a estrela nasceu quando um operário olhou para o céu do ABC e viu uma estrela com um brilho diferente, como que indicando um caminho. Pode ser também.

O Zé acha que viu o Perseu fazendo seus primeiros contornos. Quem sabe? Hoje a bandeira não é mais tricolor. Por sugestão do Frei Betto, tiramos a cor preta (lembrava a bandeira sandinista) e, como ele mesmo enfatizou, “o vermelho representa a luta e o branco a paz”. Perfeito, o PT luta pela paz.

Hélio Vargas (falecido e um dos pais do João Ferrador e do Sombra¹¹), ilustrador do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fez os primeiros desenhos da estrela, que na época ainda tinha contornos retos, me perguntou:

– Por que ela tem cinco pontas e não quatro?

– Se tivesse três pontas, lembraria a Mercedes Benz. Se tivesse quatro, lembraria os brinquedos Estrela. Se tivesse seis, lembraria os judeus. Mas com cinco lembra Lampião, Che Guevara, Juventude..., disse (a primeira estrela do PT está na chácara Tara, perto de Peruíbe).

Lélia Abramo Nascido da luta contra a opressão

Atriz, sindicalista e militante política durante toda a sua vida. Foi presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED) de São Paulo e participou intensamente do movimento dos artistas pela Anistia. Fundadora do PT, figurou entre os seis primeiros signatários da ata de fundação do partido. Foi candidata a suplente de senador na primeira eleição disputada pelo PT (1982). Faleceu em 2004.

Trecho do livro *Vida e arte*, de Lélia Abramo – EFPA, 1997, p. 228-230.

* Trecho extraído, pela autora, do livro *Vida e Arte* - Memórias de Lélia Abramo.

“[...] Dois anos antes [a partir de 1978], parte das oposições estava se articulando para a criação de um novo partido de caráter socialista; essa iniciativa, entretanto, não teve êxito. No decorrer das memoráveis greves de 1978-80, todos os que participavam do movimento começaram a perceber a necessidade de sair das lutas puramente reivindicatórias e estendê-las para o campo político. Para isso a estrutura sindical era insuficiente; tornava-se evidente a necessidade da criação de um partido de trabalhadores. Essa idéia alastrou-se como um rastilho de pólvora. O Partido dos Trabalhadores ia nascer exatamente de todas as bases populares de oposição que vinham lutando contra a opressão naquele momento, especialmente os metalúrgicos do ABC.

Foi assim que chegamos, em fevereiro de 1980, ao ato de lançamento do Manifesto do Partido dos Trabalhadores, nome que já vinha se impondo nas etapas preparatórias de sua organização. Esse ato foi realizado no auditório do Colégio Sion, gentilmente cedido para a ocasião. Assinaram a ata de lançamento do Manifesto do PT personalidades ilustres

como Mário Pedrosa, Antonio Candido, Manuel da Conceição, Sérgio Buarque de Holanda, Apolonio de Carvalho – ex-combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), onde lutou contra Franco – e ainda muitas pessoas de renome. Foi-me dada a honra de assinar, entre os seis primeiros, aquela ata. Foi gentileza de Lula, talvez porque eu estivesse entre os primeiros presidentes de sindicato não-operário a aproximar-me e a reconhecê-lo como líder.



Lélia Abramo em atividade do PT. Osasco, 1980. (Maurício Simonetti/Olhar Imagem)

Havíamos passado momentos importantes, e às vezes perigosos, lado a lado.

No dia 17 de abril [de 1980] ocorreu a intervenção militar no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; dois dias depois, Lula, bem como vários diretores do sindicato, foram detidos. Ficaram presos nas dependências do DEOPS durante vários dias, processados e condenados. Posteriormente, impetrado recurso, foram todos absolvidos.

De fevereiro de 1980 a fevereiro de 1981 trabalhamos para a legalização do PT; a nossa atividade na criação de núcleos, na formação de diretórios e na campanha de filiação exigiu um esforço constante e diário de todos os simpatizantes, não apenas nesta capital de São Paulo mas em todos os cantos do país. Andávamos com as fichas de inscrição no bolso e, a cada pessoa que encontrávamos, explicávamos a importância e a necessidade de se obter o número de filiados exigidos para a legalização do partido. Fazíamos igualmente mutirões, bairro por bairro, rua por rua, casa por casa, com o mesmo objetivo, e finalmente o número de filiados ultrapassou em muito o exigido pela lei de organização dos partidos. Parecia estar surgindo uma esperança suscetível de movimentar uma boa parte da população, que, em breve tempo, formou centenas e até milhares de núcleos pelo Brasil todo. O PT alastrou-se com rapidez nunca vista aqui, só comparável àquilo que aconteceu em Roma no final da Segunda Guerra Mundial, quando a população, num só impulso, colocou-se em filas gigantescas para inscrever-se nos partidos políticos que haviam sido fechados durante os 21 anos de fascismo.

Os núcleos do PT não só se espalharam por toda a parte, mas iam sempre aumentando em número de filiados. Por exemplo, o núcleo de Perdizes, bairro de classe média de São Paulo, onde se situa a PUC, chegou a ter cerca de 300 pessoas, que se reuniam no restrito espaço de uma garagem e que acabavam se espalhando pela rua. O núcleo da rua Augusta, também na cidade de São Paulo, na sede da ABI, ficava lotado por militantes professores, artistas plásticos, engenheiros, arquitetos, estudantes, médicos etc., enfim, membros de várias categorias sociais e profissionais iam para aquelas reuniões.”

O Partido que começou dessa forma heróica, graças ao esforço e à garra de todos e de cada um de nós, é hoje, talvez, o maior partido de esquerda da América Latina, detentor de cerca de 30% dos votos nas eleições nacionais. A luta destes 20 anos valeu a pena.



Encontro Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores, colégio Sion. São Paulo, 10/2/1980. (Juca Martins/Olhar Imagem)

**1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

*Ato de fundação do PT no
colégio Sion. São Paulo,
10/2/1980. (AE)*



Luiz Inácio Lula da Silva Uma alternativa de cidadania

Presidente da República, reeleito em 2006. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Fundador do PT, foi o seu primeiro presidente. É presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

Toda vez que penso na minha vida política, penso no Partido dos Trabalhadores, que foi a minha primeira e única experiência de vida partidária.

Ajudei a fundar o PT com o objetivo de criar uma alternativa concreta de cidadania para milhões de trabalhadores brasileiros. E para mudar o Brasil. Fiz isso juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, lideranças rurais e religiosas.

Lembro do nosso trabalho há 20 anos, fazendo às vezes em um só domingo oito comícios em bairros diferentes. Reunindo o pessoal nas praças, nas portas de fábrica, e explicando por que era importante criar um partido nosso, de trabalhadores. Parecia uma coisa distante. Muita gente do povo pensava que partido era coisa de bacana, de quem tem dinheiro, dos donos do poder. Pensava que só podia participar como “massa de manobra”. Não acreditava que tinha condições de criar um partido próprio. Isso mudou no Brasil com o PT.

Milhões de trabalhadores passaram a fazer política com autonomia no nosso país. Fazem trabalho de base, participam dos movimentos populares, lutam pelos interesses do povo. São candidatos, vencem eleições e exercem cargos legislativos e executivos. Governam centenas de cidades e alguns estados brasileiros. Ganharam cidadania.

Mudaram as suas vidas pessoais também.

Quando eu era operário, e não tinha consciência política, chegava em casa, por exemplo, às 2 horas da madrugada e achava que Marisa, minha mulher, tinha de levantar para esquentar o jantar para mim. Aquela coisa machista, autoritária. Depois do PT, isso acabou. Marisa também participa politicamente, faz trabalhos, organiza reuniões. Se eu chegasse de madrugada com aquela conversa de antes, ela certamente diria: “Vá pro fogão esquentar sua comida...”.

Com participação política consciente, a pessoa dá um salto de qualidade na vida. A relação entre as pessoas muda, dá um salto também. É um crescimento humano. E foi isso que aconteceu comigo, com Marisa, e aconteceu também com milhões de trabalhadores, com milhões de pessoas neste país. Tenho orgulho de o PT ter contribuído muito nesse processo.

1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES

Outra coisa muito boa no PT é que o partido quebrou a lógica dos partidos tradicionais. Superou aquela idéia de “vanguarda”, de formar politicamente quadros de fora da classe trabalhadora para colocá-los na produção. O PT, desde o seu surgimento, faz o contrário: leva os trabalhadores a participar conscientemente da política. E participar com democracia, com discussões, debates, com vida política interna.

Lembro também de uma conversa de dois deputados conservadores que eu ouvi uma vez em Brasília, quando também era deputado. Eles falavam baixinho sobre uma mudança, que lhes parecia desagradável, provocada pela existência do PT. Diziam que depois do surgimento do nosso partido tinha ficado mais difícil e mais caro disputar eleição. Agora, tinham que gastar muito mais dinheiro para fazer propaganda e enfrentar as campanhas pevistas. Ficara mais difícil enganar o povo.

O PT é hoje a mais importante alternativa de poder no Brasil. Um partido que tem e sempre teve compromissos sociais. Que desde a sua origem surpreendeu historicamente – e continua surpreendendo. Nasceu das lutas sindicais e trouxe – e continua trazendo – trabalhadores para a vida política do Brasil. E é na luta política que se decidem o poder e o destino da sociedade.

Muitas vezes me pergunto o que seria deste país se o PT não existisse.

Certamente grande parte das elites seria ainda mais cruel em sua dominação. E com certeza o povo teria menos esperança de transformar radicalmente as condições de vida no Brasil.

Nestes 20 anos de luta, o PT amadureceu muito. Precisa agora aprimorar suas políticas e reforçar suas organizações de base. Oferecer inclusive alternativas para os excluídos da sociedade, que muitas vezes buscam saídas fáceis diante do aumento da miséria e do desgoverno. Trabalhar a própria imagem junto aos setores sociais que estão se desiludindo cada vez mais com os governos das elites, mas ainda têm preconceito contra as alternativas dos trabalhadores para o nosso país. Desenvolver políticas de alianças que fortaleçam o campo popular, sem cair na promiscuidade política.

Se o PT fizer isso, mobilizando e organizando nossos milhões de apoiadores, o século XXI começará com o nosso partido governando as principais cidades brasileiras – e o próprio Brasil.

Mário Pedrosa A missão do PT

“[...] O Partido dos Trabalhadores é o povo organizado. [...] O Partido dos Trabalhadores não é um partido como os outros, pois é, no fundo, um produto intrínseco da história do Brasil contemporâneo. Não é por outra razão que sua missão é mais do que política, é civilizadora. Não é por outra razão também que ele não vai nascer como os outros de natureza parlamentar, já de botinas. É um partido que tem de alcançar os eleitores de pé no chão e obter deles o consentimento que necessita para fazê-lo vingar.

[...] A marcha do Partido dos Trabalhadores é longa como a própria História e com esta se integrará.

Crítico de arte e militante político. Em ambos os campos sempre foi um internacionalista, polemizando e abrindo perspectivas. Autor de obras como *Arte, necessidade vital* (Casa do Estudante do Brasil, 1949), *A opção imperialista* (Civilização Brasileira, 1966) e *Arte, forma e personalidade. 3 estudos* (Kairós, 1979). Foi fundador do PT. Faleceu em 1981.

Trechos do livro *Sobre o PT*, de Mário Pedrosa – Ched Editorial, 1980.



O crítico de arte Mario Pedrosa, a atriz Lélia Abramo e o historiador Sérgio Buarque de Holanda no ato de fundação do PT. São Paulo, 10/2/1980. (Juca Martins/Olhar Imagem)

O PT e o Estado

[...] O Partido dos Trabalhadores não é uma invenção de ninguém, nem mesmo de Lula e seus amigos, é, porém, um produto lento da história do Brasil. Ele começou a aparecer quando acabou a infâmia da escravidão, feneceram os carros de bois, irromperam as primeiras locomotivas e os trens de ferro, os barcos a vapor abriram a navegação costeira, chegaram os primeiros imigrantes do sul da Europa e os negros foram enfim promovidos a trabalhadores e os índios, quando não massacrados, viraram ca-

boclos por todo o Brasil e o general Rondon salvou os restantes, ao determinar a seus soldados que morressem, sim, não os matassem, porém.

[...] A idéia do Partido dos Trabalhadores é a única idéia politicamente realmente nova nesta década começante [1980]. A imagem do Estado, que governo e oposição nos apresentam, é visivelmente uma idéia cansada, uma idéia do já visto. O Estado que concebem, o Estado que propõem, é um Estado cujo objetivo fundamental é manter o *status quo* econômico e social do país e que garante o uso e o gozo dos monopólios que capitais estrangeiros e nacionais já vinham desenvolvendo sem o menor impedimento durante as décadas passadas. Esse Estado não permite, como não permitiu e não permitirá para frente, qualquer concessão séria aos direitos democráticos do povo brasileiro. O proletariado atual, tal como se apresenta de norte a sul do país, não tem direitos próprios. Mal chegou a ter certas garantias de autonomia sindical que a CLT controla, corta e rebaixa. Esse Estado que está aí, sem o Partido dos Trabalhadores como partido, é um Estado incompleto e espúrio porque não permite que a classe trabalhadora se insira nele e possa aí representar um papel que lhe é fundamental.

[...] Ninguém pode traçar aprioristicamente e ainda menos doutrinariamente qualquer ação ou comportamento prévio para o nosso Partido dos Trabalhadores. O empirismo salutar será no fundo a sua força para a ação. O Estado burguês não admite, porém, nenhuma mudança estrutural, seja de que natureza for. Aqui surge, queira-se ou não se queira, entre a burguesia e a classe dos trabalhadores um impasse, ou melhor, um choque de posições como o de dois times em disputa de área.

A missão do proletariado contemporâneo como classe consciente de seus próprios interesses será oposta à da burguesia, pois, não levando o Estado a qualquer forma política do capitalismo, altera-lhe sem dúvida a forma classista, e como classe consciente, abre ao Estado uma perspectiva que tende a estabelecer formas conseqüentes e democráticas de socialismo.

O futuro do povo

[...] Um novo momento histórico aparece com força de projetar em todas as camadas da população, até ontem sem presença nem esperança, uma nova luz. Essa nova luz se concretiza nessa grande generalização da classe dos militantes operários que, coroando todas as suas lutas, se reúnem para formar o novo partido dos trabalhadores do Brasil, bandeira que nenhum brasileiro não comprometido com a dominação das classes dirigentes pode desconhecer. O Partido dos Trabalhadores é o grande projeto de transformação do Brasil.

[...] Marx, ainda jovem, na polêmica contra Proudhon, *Misère de la philosophie*, diz, sem equívocos, que de todos os meios de produção o mais poderoso, o mais rico, o mais fecundo, o mais cheio de energia é uma nova classe social. E eis a verdade histórica do Brasil atual: não é o ouro, nem as pedras preciosas, nem as riquezas minerais, nem os nossos intelectuais, nem nossas indústrias.

O nosso principal meio de produção é a nova classe social, esta classe operária que assume agora missão verdadeiramente histórica: dar-nos, com o Partido dos Trabalhadores, o penhor do futuro do povo brasileiro.”

Fala de Mario Pedrosa na reunião do Colégio Sion (trecho)¹

“Na hora em que aqui nos reunimos, companheiros de todo o Brasil, para assinar o nome sob a flama do Partido dos Trabalhadores, temos consciência do que estamos fazendo. Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade. [...] Partido de massas não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores.”

1. Colocar nota.

“Os moços ficam mais velhos e os velhos ficam mais moços” **Olívio Dutra**

Estes 20 anos de existência do PT representam, do ponto de vista da minha história política pessoal, uma tomada de consciência muito grande. Uma consciência política que vinha se constituindo e amadurecendo, desde mais de 20 anos atrás, quando vivia na periferia de uma cidade pequena, São Luiz Gonzaga, no interior do Rio Grande do Sul, na região das Missões. Embora interessado nas lutas sociais e sendo eu mesmo vítima das desigualdades sociais, como filho de um carpinteiro pobre, no interior, não passava, até então, de um reles militante bissexto desses movimentos.

Em 1970, venho para Porto Alegre, com mala e cuia, e aqui entro na luta efetiva do movimento sindical, de minha categoria bancária. Quatro ou cinco anos depois, já na direção do Sindicato dos Bancários, foi o tempo de viver a luta contra a estrutura sindical corporativista, contra o peleguismo, pelo sindicato de base, pela organização nos locais de

Foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre no final dos anos 1970. Fundador do PT, foi presidente nacional do partido. Integrou a primeira bancada que o PT conquistou na Câmara Federal. Foi prefeito de Porto Alegre, eleito em 1988, e governador do Rio Grande do Sul, eleito em 1998.

trabalho. No fim da década de 1970, junta-se a esta a luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, pela Anistia.

Surge, de forma cada vez mais clara para mim e para o povo com quem convivia, aprendia e lutava, a importância de ter uma ferramenta para a luta política sob o controle dos sujeitos sociais que efetivamente querem mudanças e são capazes de visualizar um mundo diferente, de igualdade, sem exploração, sem preconceitos de caráter algum e baseado nos princípios do humanismo e da solidariedade.

No final da década de 1970, venho a ser um dos fundadores do PT, e o fato de ter estado integrado a um movimento que formulava um projeto nacional, com uma visão maior de luta social, representou um grande salto para minha consciência política. O PT, para mim, é um enorme aprendizado e uma ferramenta política de grande significado.

Penso que tenha este sentido também para milhares de homens e mulheres que percorreram o mesmo caminho e que estiveram presentes nas lutas do início da década de 1980 pelas eleições diretas, pelo *impeachment* [de Collor] e pela Constituinte. Estas lutas enraizaram e espalharam pela sociedade um sentimento nascido da classe trabalhadora, dos movimentos sociais do campo e da cidade, que se corporificaram no PT. Se o partido tem condições de expressar tudo isto e avançar, esta é a grande questão. Penso que o PT tem enormes potencialidades pela forma como se construiu, pelo centro do que ele significa e pelas forças sociais que congrega e agrega.

Hoje, o quadro político é outro e nosso partido, sendo o maior da esquerda brasileira, tem muitas responsabilidades. O PT terá que saber compartilhar com as outras forças no campo popular democrático para enfrentar a avalanche neoliberal, que não representa futuro digno para a humanidade. Temos que ser capazes de nos constituir como força que reúne em torno de si, consciente e seriamente, outras forças sociais que possam ter, não apenas uma candidatura à Presidência, mas um programa para nosso país, nosso povo, afirmar-se como senhor de seu destino.

São 20 anos de existência de um partido que não pode negar as lutas sociais e socialistas que em gerações passadas foram se acumulando. Temos que ser caudatários deste grande movimento, capazes de avançar na qualidade desta luta.

Quando um partido como o PT comemora neste início de século e de milênio 20 anos de existência, sinto-me, humildemente, um aprendiz neste processo. Digo, com orgulho, que estive entre os poucos que no início ousaram construir este partido. Orgulha-me também ser, hoje, um dos milhares de militantes do PT pelo país afora e ser uma de suas figuras públicas, como governador do Rio Grande do Sul [de 1999 a 2002]. Pela importância histórico-cultural e econômico-política desta unidade federativa mais meridional e la-

Sérgio Buarque de Holanda, Olívio Dutra e Lula no ato de fundação do PT. São Paulo, 10/2/1980. (Juca Martins/Olhar Imagem)



tino-americana do Brasil, nosso governo tem uma importância estratégica muito grande. Sabemos disso e assumimos essa responsabilidade na sua integralidade, com paixão e alegria.

Para mim, os 20 anos de existência do PT são aquele tempo em que, na definição da primavera, cantada por Jaime Caetano Braun, “os moços ficam mais velhos e velhos ficam mais moços”. Boa luta para todos nós e longa vida para o PT.

**1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

O partido como educador-educando **Paulo Freire**

[...] um partido de elite não pode realizar uma educação que, desenvolvendo-se na intimidade mesma dos movimentos populares, ajude as massas a fazer melhor o que ainda não foi feito. Esta, sim, é uma das tarefas político-educativas de um partido de massas como o PT. O em favor de que e o em favor de quem, o contra que e o contra quem em torno dos quais o PT vem se constituindo, ao nascer no corpo mesmo dos movimentos sociais, lhe exigem uma compreensão e uma prática necessariamente diferentes, enquanto educador.

O PT não pode ser o educador que sabe tudo, que já tem uma verdade intocável, diante de uma massa popular incompetente a ser guiada e salva. Um educador para quem o futuro seja algo preestabelecido, uma espécie de fado, de sina, de destino irremediável.

Enquanto educador, se, de um lado, não pode aceitar que a educação seja a alavanca das transformações sociais, não pode, por outro, desconhecer o seu papel indiscutível nessas transformações. Papel que se realiza, entre outros momentos, fundamentalmente, no esforço mobilizador e organizador das massas populares, como também no da capacitação de seus quadros de militantes.

É preciso, contudo, chamar a atenção para o fato de que a questão não está apenas em proclamar a opção pelas classes e pelos setores dominados, mas ter uma prática político-pedagógica rigorosamente coerente com a proclamação verbal. Uma coisa é a expressão oral da opção pelas classes oprimidas, pelas massas populares, a outra é uma prática elitista, quando sabemos que não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso. É então a coerência entre a sua prática e as suas opções proclamadas que virá fazendo o PT, enquanto educador, reconhecer-se também como educando. Vale repetir: para que o PT assuma o seu papel de educador enquanto partido, coerentemente com as suas opções proclamadas, ele tem de assumir também o papel de educando das massas po-

Educador, criador da pedagogia do oprimido. É autor de vasta obra sobre educação. Foi fundador do PT.

Publicado na coletânea *A educação como ato político-partidário*, de 1981.



Na sua primeira campanha à Presidência, em 1989, o vice de Lula foi o senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Nesta foto, Bisol fala em comício da praça da Sé, São Paulo, 17/9/1989. (Raquel Camargo/acervo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC)

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÍO

Na campanha de 1982, a primeira do PT, foi obrigatório o “voto vinculado”. Na foto, vemos uma “aula”, em plena rua, para explicar como votar sem invalidar o voto. (DN-PT)



pulares. A sua tarefa formadora, como partido de massas e não de quadros, se dá na interioridade das lutas populares, na intimidade dos movimentos sociais de onde ele veio, dos quais não pode afastar-se e com os quais deve aprender sempre.

Só os educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de ser educado pelos educandos, só eles separam o ato de ensinar do ato de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe.

Vinicius Caldeira Brant O movimento real

Sociólogo. Foi presidente da UNE antes do golpe militar. Em 1964, exilou-se na França, onde fez pós-graduação. Em 1975, como pesquisador do Cebrap, coordenou o trabalho *São Paulo: Crescimento e pobreza*, transformado em livro que alcançou grande repercussão no meio acadêmico. Foi professor da Fafich-UFMG e ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Faleceu em 1999.

Depoimento publicado em HARNECKER, Marta. *O sonho era possível*. Havana: Mepla/Casa América Libre, 1994.

Havia um preconceito da esquerda – o movimento estudantil era constituído por tendências de esquerda – contra essa nova classe operária que estava aparecendo. Muita gente achava que, pelo fato de serem reconhecidos pelo poder, eles seriam cúmplices desse poder. Havia uma desconfiança com o novo e eu me lembro perfeitamente que, em uma dessas reuniões, a esquerda achava que o Lula era pelego por-



Lula, Eduardo Suplicy e Vinicius Caldeira Brant em atividade política. São Paulo, 1982. (Acervo CSBH)

que ele não era da esquerda organizada oficialmente, com todas aquelas coisas leninistas que a gente ficava escrevendo.

O movimento estava ocorrendo apesar das leis, apesar da esquerda, e, de repente, a esquerda achava que era um absurdo que alguém que não fosse membro da sua tendência tivesse um papel de vanguarda.

Eu me lembro de ter dito numa dessas reuniões: “O próprio Marx, quando rompeu com os socialistas oficiais e foi fundar o partido comunista, foi-se juntar ao movimento real do proletariado; foi por aí que surgiu o Manifesto. Eu não vejo nenhuma dificuldade em me juntar a esse movimento real e não estou aqui como intelectual e muito menos como intelectual orgânico, mas como alguém que está lutando pela mesma causa”.

**1980: NASCE O PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

Os 15 anos do PT Perseu Abramo

O Partido dos Trabalhadores chega, enfim, aos 15 anos de existência, apesar das previsões em contrário e de enormes dificuldades.

Graças a seus filiados, militantes, líderes, dirigentes e simpatizantes, o PT contribuiu decisivamente para construir a democracia no Brasil. Os petistas estiveram presentes em todas as lutas mais importantes desses anos: Anistia, reforma partidária, criação da CUT, diretas, Constituinte, combate à corrupção, *impeachment*. Nas campanhas eleitorais, o partido tem tido vitórias e derrotas, mas seus parlamentares e prefeitos conseguiram imprimir a marca petista nas instituições brasileiras.

Agora o Brasil entra numa nova era: as classes dominantes tentam implantar um modelo marcado pelo aprofundamento das desigualdades, da miséria e da injustiça.

O PT precisa iniciar, também, um novo ciclo, que vai exigir mais trabalho, maior empenho, mais dedicação, e, sobretudo, preparação política mais sólida e mais atualizada.

E nesse novo ciclo as tarefas que o partido tem pela frente são muitas e complexas.

De imediato, planejar e executar uma política inteligente e eficaz de oposição ao governo da aliança PSDB-PFL-PTB, no plano federal e nos planos estaduais.

Com a mesma urgência, reestruturar-se para ampliar e fortalecer ao máximo sua influência na vida política, social, cultural e institucional do país.

A médio prazo, continuar o esforço de elaborar um projeto alternativo que articule e integre as profundas transformações políticas, sociais, econômicas necessárias e que seja capaz de contrapor-se ao modelo vigente.

E, com os olhos no futuro, é indispensável que o PT reafirme, neste momento, seus compromissos com a busca de uma sociedade justa e igualitária, sem exploração nem opressão, superando o capitalismo e construindo o caminho para o socialismo.

Jornalista e sociólogo, trabalhou em diversos veículos de comunicação. De 1981 a 1983 editou o *Jornal dos Trabalhadores*, órgão do Diretório Nacional do PT, e também foi responsável por outras publicações avulsas do partido. Foi professor da Universidade de Brasília (1962/64), da UFBA (1965/70) e da PUC-SP (1981/96). Importante militante da luta pela redemocratização do país, foi secretário de Comunicação da prefeitura de São Paulo em 1989 (gestão de Luiza Erundina). Fundador do PT, foi seu dirigente nacional por 16 anos. Faleceu em 1996.

Publicado em 10 de fevereiro de 1995.



O jornalista Perseu Abramo (Arquivo da Família)

Em seu 1º Congresso (1991) o PT aprovou a cota de 30% para mulheres nos cargos de direção. (Vera Siqueira)



Ata da reunião no Colégio Sion (10/2/1980)

A fundação do PT

Foi aberta domingo, dia 10, às 11:30 horas, a sessão inicial da reunião de fundação do Partido dos Trabalhadores. A mesa que dirigiu os trabalhos estava formada por Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia (presidente); Henrique Santillo, senador de Goiás (secretário); Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; Wagner Benevides, dirigente sindical de Minas Gerais; José Cicote, dirigente sindical de Santo André; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros de São Paulo; Luiz Inácio Lula da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Olívio Dutra, líder bancário do Rio Grande do Sul; Édson Khair, deputado federal do Rio de Janeiro; Manuel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Arnóbio Vieira da Silva, líder popular de Itanhém; Lourin Martinho dos Santos, da construção civil do Rio Grande do Sul.

Logo no começo o secretário, Paulo Skromov, fez um relato das resoluções adotadas no dia anterior pela Coordenação Nacional (ampliada com dois representantes de cada estado): fixar como objetivo fundamental a fundação do Partido dos Trabalhadores sem desprezar nenhum espaço possível para a atuação política dos trabalhadores e, nesse sentido, lutar pela legalização do partido; discutir e aprovar o manifesto de lançamento divulgado no dia 1º de janeiro; decidir sobre a Comissão Diretora Nacional Provisória, referendando qualquer decisão no Encontro Nacional de 12 e 13 de abril; abrir o processo de discussão dos textos programáticos e estatutários nas bases do partido, preparando, assim, a realização do Encontro Nacional; promover a eleição, em cada estado, das Comissões Diretoras Regionais Provisórias, que serão referendadas pela Comissão Nacional; proceder à filiação dos militantes e simpatizantes do PT.

A seguir, o senador Henrique Santillo, secretário da mesa, procedeu à chamada dos seis primeiros signatários do manifesto, que foram intensamente aplaudidos pelas cerca de 700 pessoas presentes no auditório do Colégio Sion: Mário Pedrosa, escritor, crítico de arte e líder socialista; Manoel da Conceição, líder camponês; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abrammo, presidente licenciada do Sindicato dos Artistas de São Paulo; Moacir Gadoti, que assinou em nome do

educador Paulo Freire; e Apolonio de Carvalho, combatente na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa, um dos líderes dos movimentos da resistência popular no Brasil.

Os demais signatários ficaram de assinar o manifesto no fim da sessão plenária. A seguir, o plenário foi dividido em cinco comissões, para discutir o manifesto de lançamento e indicar uma comissão de oito integrantes para redigir a forma final do documento.

Manifesto aprovado na reunião do Colégio Sion

Aprovado pelo Movimento Pró-PT em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

Manifesto

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios

e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão imposto aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar



Encontro Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores, colégio Sion. São Paulo, 10/2/1980. (Juca Martins/Olhar Imagem)

uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democra-

cia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão po-



Reunião no Colégio Sion (SP) para discutir a viabilidade de um novo partido, 1979. (Ricardo Malta)



*Lula discursa
no 1º Encontro
Nacional do
PT, realizado
no Instituto
Sedes
Sapientaes.
São Paulo,
1/6/1980.
(Juca Martins/
Olhar Imagem)*

lial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação po-

pular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a

liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.



*Comício pelas Diretas Já na praça da Sé.
São Paulo, 25/0/1984.
(Rolando de Freitas/AE)*



**Diretas Já:
o fim da
ditadura**





O comício do vale do Anhangabaú foi a maior de todas as manifestações pelas Diretas Já. A PM calculou 1 milhão e 400 mil pessoas, no começo da noite; os organizadores falaram em 1 milhão e 700 mil. São Paulo, 17/4/1984. (Rolando de Freitas/AE)

É bem verdade o que afirmam vários dos autores de depoimentos que compõem este capítulo: o movimento pelas Eleições Diretas começou muito antes do comício organizado pelo PT e por outras entidades no Pacaembu, São Paulo, no dia 27 de novembro de 1983. Na esteira das grandes manifestações coletivas dos anos 1970 e início dos 1980 – tais como o movimento estudantil, a campanha da Anistia, as grandes greves do ABC, o movimento pró-PT e pela fundação da CUT –, foi aparecendo naturalmente, como uma das formas de repúdio ao regime de exceção, o anseio popular pelo restabelecimento do direito do povo de escolher, pelo voto direto, os seus dirigentes. Esse anseio manifestava-se de várias formas: declarações de políticos de oposição em entrevistas, artigos na imprensa, discursos e propostas de parlamentares, moções em assembléias.

Tudo isso foi confluindo, tomando corpo, até desembocar na primeira manifestação pública pelas Diretas Já, que foi a grande festa-comício organizada na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, no dia 27 de novembro de 1983. Não há como minimizar a importância desse ato pioneiro. O número de participantes estava aquém do que se esperava?

Não se conseguiu, como era o desejo dos promotores do evento, a participação de todos os partidos de oposição ao regime? A desejada composição da frente suprapartidária não se efetivou naquele momento?

Tudo isso pode ter sido verdade. Mas ninguém pode negar que foi uma festa inesquecível: um domingo perfeito de sol, os verdes do Pacaembu, o colorido dos balões e das pipas que cruzavam o céu azul, as bandeiras vermelhas e brancas, o aspecto festivo das barracas, o entusiasmo dos 15 mil participantes. Mesmo a manifestação de tristeza com que foi acolhida a notícia da morte do grande batalhador pela democracia, Teotônio Vilela, tinha a marca consoladora da solidariedade, da dor partilhada com os companheiros ali mobilizados para mais uma jornada de lutas.

Aqueles que, como eu, participaram desse comício tiveram o privilégio de, pela primeira vez em espaço público, gritar os *slogans* que depois se espalharam pelo Brasil inteiro: “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil”, “Presidente quem escolhe é a gente”... E isso a gente não esquece.

Esse foi o primeiro episódio de uma história que, como diz no seu depoimento nosso querido Osmar Santos, o “locutor das Diretas”, “começou pequena, delicada, com a sutileza das idéias generosas. E se transformou num oceano, num mar de gente espalhada pelas praças do país afora”.

Zilah Wendel Abramo



Franco Montoro e Leonel Brizola no comício pelas Diretas Já na praça da Sé, São Paulo, 25/1/1984. (João Pires/AE)

A nação tem o direito de ser ouvida

Artigo Publicado na Folha de S.Paulo de 27/11/83.

"A eleição direta dos governadores foi resultado do longo combate do povo brasileiro pela democracia. A eleição direta dos governantes em todos os níveis, do prefeito municipal ao presidente da República, é o anseio que a nação deseja agora ver realizado como próximo passo dessa longa caminhada".

(Discurso de posse, 15/03/1983)

Oito meses depois da posse dos governadores eleitos diretamente pelo povo, ninguém mais duvida de que é chegada a hora das eleições diretas para a Presidência da República.

Quando a emenda que restaurou a eleição direta dos governadores foi apresentada, muitos a consideravam lírica, impossível, porque não tinha o apoio dos detentores do poder. A lembrança daquela luta hoje nos serve de exemplo. A verdade social não é estática, ela é dinâmica. A emenda, que tinha sido inicialmente da oposição, depois de duas ou três derrotas em votações feitas no plenário, acabou por ser apresentada pelo governo.

É evidente, para os que conheceram as circunstâncias, que a decisão não correspondeu a uma vontade espontânea dos governantes de então. Decorreu claramente de uma luta de toda a sociedade civil, que atingiu setores do governo.

É o que acontece agora com as eleições diretas para a Presidência. No mesmo momento em que se reúnem todos os governadores eleitos pela oposição, para afirmarem em documento que a nação tem o direito de ser ouvida, torna-se patente que as eleições diretas são desejadas pela grande maioria dos brasileiros.

Pelas Diretas Já se manifestaram inúmeros parlamentares, de todos os partidos, e vários governadores do PDS¹. O mesmo reivindicam artistas e advogados, a imprensa, estu-

Franco Montoro

Deputado e senador pelo MDB-SP, foi governador de São Paulo (1983-1987) e um dos iniciadores e principais líderes da campanha das Diretas Já.

1. Partido da Democracia Social, sucessor da Arena, era o partido de sustentação do regime autoritário.



*Comício
da Candelária,
um dos maiores
realizados durante
a campanha
das Diretas.
Rio de Janeiro,
10/4/1984.
(Ricardo Azoury)*

dantes, jovens, sindicatos, empresários, enfim, todos os setores representativos da sociedade. A nação está falando. Sua voz é límpida.

A decisão é de competência do Congresso Nacional. É importante que ele responda ao apelo da sociedade. A crise atual, reconhecidamente a mais grave da nossa história, está ligada ao modelo autoritário, centralizador e dependente que nos foi imposto.

A forma de corrigir esse desvio é devolver ao povo brasileiro o direito de escolher seu presidente e de fixar rumos de seu próprio destino. As eleições diretas constituem o grande instrumento de participação, a forma pela qual o povo brasileiro pode passar de uma posição de passividade tutelada para a de uma participação responsável.

São necessárias eleições diretas para uma nova economia, dinamizada com a ampliação do mercado interno e com a descentralização administrativa e financeira que assegure permanência de recursos e poder de decisão nos estados e municípios.

A escolha do chefe da nação por um colégio eleitoral que não exprime a represen-

tação autêntica do eleitorado nacional só pode contribuir para ampliar o abismo entre a política econômica e os interesses do povo brasileiro.

Toda nossa tradição republicana consagra a escolha do presidente da República pela votação direta do eleitorado, para assegurar a confiança da população no principal responsável pela condução do seu destino. A escolha por um colégio eleitoral pré-fabricado, além de ilegítima, se presta a manipulações inadmissíveis.

Para que a nação reconquiste o direito de ser ouvida, é preciso que o Congresso aprove emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para a Presidência da República.

Essa modificação exige o quórum qualificado de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nenhum dos partidos tem esses dois terços. Impõe-se, por isso, o entendimento político quanto ao modo de restaurar esse direito reclamado por todos.

Essa é, hoje, uma opção suprapartidária e que nada tem a ver com a discussão em torno de nomes ou pessoas. O importante é que o povo possa escolher seu presidente.



Dias de vertigem

Extraído do livro *Diretas Já: O grito preso na garganta* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2003).

Foram momentos de “loucura”, dias de vertigem durante os quais era muito difícil raciocinar com base nos padrões usuais da política brasileira. Naquele ano de 1984, a contagiante festa cívica fez com que acreditássemos todos que o golpe de misericórdia na ditadura militar estava ao alcance de nossas mãos.

Situações assim não são corriqueiras, são encruzilhadas históricas muito especiais.

Um acontecimento como a campanha das Diretas Já não pode ser compreendido senão como algo que veio à luz numa conjuntura crítica, num estuário de diferentes crises sem as quais ele não teria sido possível.

Enormes concentrações – que chocaram os donos do poder e emocionaram toda uma nação havia tanto tempo sufocada – não surgiriam apenas do desejo das oposições de confrontação com o regime autoritário. A campanha das Diretas Já existiu porque os anos que a antecederam assistiram a uma revolução subterrânea na economia, na sociedade e na política brasileiras.

Alberto Tosi Rodrigues

Cientista político e doutor em Ciências Sociais. Foi professor da Universidade Federal do Espírito Santo e autor dos livros *Diretas Já: o grito preso na garganta* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2003) e *Sociologia da educação* (DP&A, 2000), entre outros. Faleceu em 2004.

As Diretas foram, decerto, uma bandeira eminentemente política, uma palavra de ordem simples e contundente. Propunham a ruptura com um dos principais mecanismos da estratégia de liberalização adotada pelo regime militar, isto é, a eleição indireta do presidente da República, por meio de um Colégio Eleitoral com maioria controlada pelo governo.

Mas é possível que tal bandeira não encontrasse eco se não estivessem àquela altura maturados os atores políticos da sociedade, forças que, mesmo distantes dos partidos e da política parlamentar ou administrativa, souberam organizar-se de modo autônomo e assumir papel de protagonistas na construção da democracia brasileira.

Mas, antes que acompanhem os passos desses principais atores, é importante não perder de vista que, apesar do caráter centralmente político da campanha, contribuíram para a catarse coletiva de 1984 pelo menos dois elementos estruturais que naquele momento seguiam seu curso na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a crise do modelo de desenvolvimento econômico e do tipo de Estado a ele associado. O fenômeno, à época chamado de “crise do milagre brasileiro”, atingiu o bolso, as condições de vida, a auto-estima, enfim, o cotidiano das pessoas.

Desde meados dos anos 1970 e, principalmente, nos primeiros anos da década de 1980, a economia brasileira

entrara em declínio. Das taxas espantosas de crescimento verificadas nos anos de chumbo da ditadura (11%, 12% e até 13,6% ao ano entre 1968 e 1974) passamos à depressão econômica (com queda do Produto Interno Bruto – PIB – em 1,6% em 1981 e 3,2% em 1983). Dos baixos índices de inflação (20%, 15% ou até 5,5% ao ano, nos primeiros anos da década de 1970) fomos à explosão inflacionária (quase 100% ao ano em 1981 e 1982, e 200% em 1983). A estagnação econômica combinou-se com a inflação elevada.

A crise do desenvolvimentismo e do Estado desenvolvimentista foi um processo complexo associado a mudanças profundas no capitalismo internacional, fatos dos quais é impossível tratar neste espaço. Mas uma de suas implicações políticas mais importantes foi a de que, a partir da moratória mexicana no pagamento da dívida externa, em 1982, os organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a impor aos países devedores uma receita de “ajuste”



*Vista aérea
do comício
pelas Diretas
Já na praça
da Sé.
São Paulo,
25/1/1984.
(Oswaldo
Palermo/AE)*

interno baseada em princípios “neoliberais”, como por exemplo o controle da inflação mediante o enxugamento da base monetária, o que redundou em arrocho salarial. As Cartas de Intenções firmadas entre o governo brasileiro e o FMI tiveram impactos importantes sobre a sucessão do presidente João Figueiredo.

Se recordarmos que as justificativas para o golpe de 1964 haviam sido, entre outras, a “agitação política” e a desorganização econômica, poderemos compreender que a recessão e a volta da inflação, naquele início da década de 1980, prenunciavam o desgaste do importante apoio dado ao regime militar pelas elites econômicas e pelos setores médios.

Em segundo lugar, um elemento sem o qual a crise de 1984 seria ininteligível foi o chamado ressurgimento da sociedade civil. Diversos estudos já demonstraram que, durante a década de 1970, a presença de militantes de extração católica, ligados a organizações de esquerda e de sindicalistas, privados dos canais usuais de expressão por causa da repressão política, acabou contribuindo para o desenvolvimento de uma enorme rede de movimentos populares urbanos. Fora da “grande política”, tais militantes tomaram como trincheira de luta espaços como fábricas, associações de moradores, movimentos por moradia, contra o aumento do custo de vida, movimento estudantil etc., especialmente nos centros urbanos. Eles mobilizaram pessoas até então sem participação política ativa, ajudaram a organizar instituições populares e a confrontar o poder público em nível local.

Não apenas o deslocamento de militantes, mas as profundas mudanças da cultura política e da estrutura econômica (ocorridas nos anos 1970) possibilitaram a emergência de tais movimentos populares, bem como do chamado “novo sindicalismo”, de caráter mais combativo, que teve seu epicentro nas greves do ABC e da capital paulista do final dos anos 1970 e início da década de 1980, além de um forte incremento do associativismo e do sindicalismo de classe média.

Quando se iniciaram os anos 1980, a sociedade civil brasileira contava com um novo padrão organizacional, com uma densidade política diferenciada e com uma disposição militante de caráter autônomo que contrastava com as vinculações populistas do período pré-1964. Nesse sentido, a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 – espécie de efeito indesejado da reforma partidária de 1979, como se verá – significou a construção de uma instituição representativa para a qual convergiram esses novos movimentos populares e sindicais, e à qual se agregaram intelectuais e militantes cristãos, numa tentativa de oferecer um canal partidário institucional aos “de baixo”.

Foram sobretudo esses setores previamente mobilizados em movimentos, sindicatos, organizações de classe média, comunidades de base da Igreja Católica e no PT que responderam de modo organizado e sistemático à palavra de ordem Diretas Já.



Cartaz da campanha das Diretas, 1984. (CSBH)

*Broche da campanha
das Diretas, 1984.
(CSBH)*



Além desses dois fatores estruturais, há um terceiro elemento, de ordem político-institucional, que ajudou a compor o cenário em meio ao qual emergiu e desenrolou-se a campanha pelo restabelecimento de eleições Diretas para presidente. Era a própria estratégia desencadeada pelos articuladores políticos do regime para a transição, que visava mantê-la, tanto quanto possível, sob controle. Essa estratégia consistia-se num jogo de concessões e de restrições alternadas, que envolvia normatizações referentes aos partidos, aos processos eleitorais e, especialmente, à composição do Colégio Eleitoral que elegeria o presidente. Se as Diretas ganhassem, tal estratégia iria por água abaixo.

Sob o peso de uma crise econômica que combinava estagnação e inflação; associada ao despontar da crise do modelo de desenvolvimento que embalara o crescimento do país desde o pós-guerra; sob o impacto de uma ruidosa erupção da sociedade civil e confrontando a estratégia do regime militar de transição “lenta, gradual e segura”, a campanha das Diretas Já desafiou a ditadura e amedrontou a oposição consentida. Como veremos, se foi derrotada em seu objetivo imediato, mesmo assim impôs à democratização brasileira uma nova pauta política.



O resultado de duas décadas de lutas Aldo Rebelo

A campanha das Diretas Já não pode ser entendida à margem dos acontecimentos históricos que nela desembocaram, e dos que dela decorreram. A mobilização popular de 20 anos atrás pela volta das Eleições Diretas para a Presidência da República resultou de quase duas décadas de luta contra a ditadura que se instalou no país em 1964, nas diversas formas que essa luta assumiu.

Em seu livro *A ditadura derrotada*¹, o jornalista Elio Gaspari mostra como a vitória eleitoral do MDB em 1974 rachou irremediavelmente o regime autoritário. Essa divisão resultaria, dez anos depois, na perda do poder pelos herdeiros do núcleo golpista que havia deposto João Goulart em abril de 1964.

A derrocada da ditadura não foi um processo linear. Batida em 1974, a direita manobrou o quanto pôde. A resistência reacionária à redemocratização do Brasil assumiu diversos contornos. Houve a face repressiva, com a perseguição feroz aos comunistas. Houve a face terrorista, simbolizada nos atentados do Riocentro e contra a Ordem dos Advogados do Brasil. E houve a resistência institucional, os “casuísmos”: mudanças feitas

Foi líder do movimento estudantil e militante de todas as lutas contra a ditadura, como a da Anistia. É deputado federal (PCdoB-SP) e presidente da Câmara dos Deputados.

1. Cia. das Letras, 2003.

*O grande comício
pelas Diretas na
praça da Sé em São
Paulo, 25/1/1984.
(Oswaldo Palermo/AE)*



na legislação para impedir que a maioria popular obtida pela oposição nas urnas se materializasse numa maioria parlamentar e permitisse aos democratas e patriotas chegar ao poder pela via eleitoral.

Mas a marcha da história não pode ser detida por manobras ou golpes de mão. Pode talvez ser retardada, mas nunca detida. A fissura aberta no regime pela derrota de 1974 foi o espaço pelo qual penetraram as forças democráticas e populares. O período entre 1974 e 1979 assistiu à reorganização nacional do movimento estudantil. Comandados pela esquerda, os estudantes reconstruíram a UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1979. Em 1977, os universitários produziram as primeiras manifestações de rua desde 1968. Em 1978-79 o movimento sindical renasceu a partir do ABC, para introduzir de vez os traba-

lhadores no cenário político nacional. A conquista da Anistia e a abertura política, marcantes na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, foram em boa parte produtos dessas manifestações.

A ditadura tentava se antecipar aos acontecimentos. Suspirou aliviada quando as eleições de 1982 garantiram ao partido situacionista a maioria do colégio eleitoral que escolheria o sucessor do presidente João Figueiredo. Mas o cenário era de nuvens carregadas, pois o comando dos maiores estados havia caído nas mãos da oposição.

Nem tudo caminhava conforme os planos do continuísmo. O segundo “choque do petróleo”, de 1979, mergulhou o país numa grave crise cambial. O resultado foi uma recessão profunda, com sério desgaste do governo junto às próprias elites econômicas do país. As divisões políticas dentro do partido governista diante da sucessão presidencial não encontravam no presidente Figueiredo um líder com habilidade ou vontade política para impor a necessária unidade para enfrentar a oposição.

Em 1983 eu estava em São Paulo, após ter entrado na política por meio da militância clandestina no PCdoB, no qual ingressei ainda estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas. De 1979 a 1981 pertenci à diretoria da UNE, primeiro como secretário-geral e depois como seu presidente, sempre representando Alagoas. Terminado o segundo mandato na UNE, radiquei-me em São Paulo para organizar a União da Juventude Socialista. Fui candidato a deputado federal em 1982 pelo PMDB, pois o PCdoB ainda estava na ilegalidade.

Então, eis que nasce a campanha das Diretas. A primeira iniciativa de massas veio do PT, ainda em 1983. Um grande ato público na praça diante do estádio do Pacaembu. De-

pois, tivemos a participação decisiva do governador de São Paulo, Franco Montoro. Sua entrada em cena, com coragem e visão política, foi determinante para que a luta adquirisse a amplitude necessária para a vitória.

Mas que vitória, se as Diretas ainda demorariam mais cinco anos? As Diretas não vieram em 1984, mas a união da frente democrática com o movimento de massas selou o fim da ditadura. O situacionismo se dividiu, o que permitiu a formação da chapa Tancredo-Sarney e a vitória no colégio eleitoral. As portas se abriram para a democracia. Estes são os fatos. Não há como compreender a chegada de um operário ao poder em 2002 sem lembrar que, quase duas décadas atrás, brasileiros de todas as cores políticas e sociais se uniram para devolver a liberdade ao nosso país. Afinal, não haveria Lula presidente se não houvesse aquela grande luta e aquela grande vitória.

**DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA**

O povo escrevendo a história **Almino Affonso**

A campanha das “Diretas Já”, de tão grande significação em nossa história recente, veio amadurecendo ao longo de anos. Acodem-me lembranças que, articuladas, revelam o confronto crescente da sociedade contra o regime militar, cuja síntese se deu naquele admirável comício da Praça da Sé, a 25 de janeiro de 1984, em São Paulo.

A própria expressão “Diretas Já”, que se transformou numa convocação à luta, com enorme poder de aglutinação, remonta a 1977, no fecho da “Carta aos brasileiros”, escrita e lida pelo professor Goffredo Telles Junior, no Pátio das Arcadas, numa memorável noite que reuniu na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, como indicador de um novo tempo, centenas de professores e estudantes.

Mas o povo, em sua expressão coletiva, ainda não se movera de modo decisivo. Em Curitiba se intentara, sob a liderança do governador José Richa, em ato público em defesa da eleição presidencial, livre e direta. O evento, entretanto, dera-se no apertado espaço de um salão de teatro. Era uma centelha, sem dúvida, mas não ateara fogo. Mesmo em São Paulo o PT convocara o povo a reunir-se num comício, na praça Charles Müller, para exigir a reimplantação das instituições democráticas. Contudo, esse marco cronológico não teve o condão de sacudir a sociedade.

Não obstante essa realidade, uma sucessão de fatos ia quebrando o imobilismo. Foi assim em Poços de Caldas, em Minas Gerais, em 19 de novembro de 1983, quando Franco Montoro e Tancredo Neves, numa de-

Advogado, ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social e ex-deputado federal, teve seu mandato cassado em 1964. Ficou exilado durante 12 anos. Voltando ao Brasil, passou a participar de movimentos pela democratização do país. Foi vice-governador de São Paulo e novamente deputado federal.



Na praça da Sé, popular com cartaz pelas Diretas. (Acervo DN-PT)

claração conjunta, traçaram a estratégia da abertura democrática. Dias depois, reuniram-se no Palácio dos Bandeirantes os governadores Franco Montoro, de São Paulo; Gerson Camata, do Espírito Santo; Gilberto Mestrinho, do Amazonas; Íris Rezende, de Goiás; José Richa, do Paraná; Leonel Brizola, do Rio de Janeiro; Tancredo Neves, de Minas Gerais; Wilson Barbosa Martins, do Mato Grosso do Sul. Ao fim do encontro, divulgaram um manifesto, cujo fecho categórico soava como um grito de guerra: “A nação tem o direito de ser ouvida”.

Nesse estado de espírito nos reunimos, no Palácio dos Bandeirantes, com o governador Franco Montoro, para um almoço de confraternização, com os prefeitos e vereadores da Região Metropolitana. Foi num desses dias que antecede Natal. Ao discursar, o governador verberou o regime autoritário e convocou as lideranças municipais à luta pela redemocratização.

De repente, uma voz interrompeu-lhe a palavra: era o prefeito de Itapevi, professor Silas de Oliveira, que propôs a realização de um comício, no dia 25 de janeiro, como arrancada popular pelas “Diretas Já”. O governador Franco Montoro, desde logo, incorporou a proposta à sua agenda.

Mas é importante que se confesse: não foram poucas as vozes da descrença. Na opinião de muitos, sobretudo entre as lideranças políticas, o povo não assumiria as bandeiras da campanha.

Ainda assim, o comício foi convocado. Vale recordar aquela tarde/noite memorável! Na praça da Sé, centenas de milhares de cidadãos, de todas as tendências partidárias, clama-



Comício do Anhangabaú, o maior de toda a campanha. São Paulo, 17/4/1984. (Alfredo Rizzutti/AE)

ram com a voz poderosa de um vendaval: “Diretas Já!”. Não sem razão o governador Franco Montoro arrematou o seu discurso com essa visão histórica: “Perguntam-me se há aqui 300 ou 400 mil pessoas. Aqui na praça da Sé estão presentes 130 milhões de brasileiros!”.

No palanque se apinhavam as maiores lideranças democráticas do país: governador Franco Montoro, deputado Ulysses Guimarães, governador Tancredo Neves, governador Leonel Brizola, deputado Miguel Arraes, governador José Richa, Luiz Inácio Lula da Silva – o líder sindical que, à época, abria as asas para o grande vôo! E não faltaram parlamentares os mais ilustres, lideranças sociais, artistas, intelectuais, jornalistas. Atrás do palanque erguia-se a Catedral da Sé a recordar, no cinzento de seu granito, quase três quartos de séculos de história. Lá no fundo, até onde o povo se agrupava, sabia-se que o Pátio do Colégio, em silêncio, guardava 430 anos de São Paulo, desde que suas sementes foram plantadas pelas mãos de Nóbrega e Anchieta.

Era a presença da história que ali estava para comprovar que, apesar de todas as desencanças, o povo podia pôr abaixo o regime militar. Até onde o olhar alcançava, até lá o povo se impunha. A praça da Sé e a praça Clóvis Beviláqua reduziram-se a uma só, unificadas pela multidão. E pelos seus costados, rua a rua, o povo afluía, como rios que chegassem à embocadura... Era de ver o povo saindo das estações do metrô, como se estivesse brotando das entranhas da Terra! Relembrando a multidão daquela tarde/noite, não há outra imagem a que eu possa recorrer: era um mar humano, em ondas que se encrespavam e aos poucos remanseavam, enquanto as bandeiras, numa festa de cores, sacudidas aos milhares, pareciam velas panejando...

A partir daí, multidões em toda parte saíram às ruas. Ao lado do deputado Ulysses Guimarães, corri o país. Nada mais tinha forças para deter o caudal em marcha. Por isso, passados 20 anos, sinto que posso dizer: naquele dia, na praça da Sé, eu vi o povo escrevendo a história.

Viagem no tempo **Belisário dos Santos Jr**

Misiones, Paraguai. Domingo, 9 de maio de 1989. Dia de eleições presidenciais. Depois de um golpe militar, que derrubou Stroessner, em fevereiro de 1989, o general Rodriguez Arias convocara Eleições Diretas para a Presidência da República. Ele seria consagrado presidente, em meio a um pleito que, não obstante muitas denúncias, seria visto pelos observadores internacionais, entre eles o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, como razoavelmente legítimo.

Tocara a mim a observação da eleição na província de Misiones. Ali reinava um missionário norte-americano, de nome Donald. À minha chegada, convocou a presença de todos os líderes locais, para uma reunião. Alguns nunca haviam se reunido em torno da mesma mesa, anteriormente.

Imaginei que, em algum momento, eualaria algo. Mas a reunião transcorreu toda ela em guarani. Volta e meia algum orador apontava para mim. O curioso era que os pre-

Advogado em São Paulo, foi defensor de presos e perseguidos políticos durante o regime militar e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; ex-secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, presidiu a Comissão que julga os pedidos de indenização das vítimas da repressão ditatorial (1995/2000).

sentes se socorriam do castelhano apenas para algumas “más palavras”, como fraude, propaganda, transporte ilegal, entre outras, uma vez que o guarani não as possuía, como vim a aprender mais tarde. A reunião acabou e Donald me esclareceu que a presença do observador, mais que suas palavras, é que era fundamental como garantia para que tudo desse certo e o pleito transcorresse em calma. No dia 9 de maio, entrevistei vários daqueles camponeses, em trajes de domingo (em roupas de ver Deus, segundo diria meu pai). Um deles particularmente me impressionou. Indaguei-lhe se era bom votar para presidente e se aquela festa, aquela alegria, significaria a possibilidade de uma vida melhor.

Respondeu-me com a candura de um sábio, com uma pergunta-afirmação. “Todavia no hubo comícios presidenciales en Brasil, verdad?” Era verdade. Comícios em castelhano quer dizer eleições. Comícios, que em bom português significam reuniões públicas, tinham ocorrido. E importantes. Transporte-me no tempo.

Vinte e sete de novembro de 1983. Estádio do Pacaembu. São Paulo. A convocação chamada pelo Partido dos Trabalhadores coincidiu com a morte de Teotônio Vilela. Foi em verdade a grande data simbólica para o início de outras grandes manifestações populares de apoio à realização das Eleições Diretas. Foi seguida da apresentação da Emenda Dante de Oliveira. Dois outros grandes comícios ganharam minha mente na frente daquele camponês paraguaio, com cara marota. Vinte e cinco de janeiro de 1984, na praça da Sé. Era impossível alguém se mexer sem tocar no vizinho.

Presente a esperança de todo o povo brasileiro, como diria [Franco] Montoro. E 16 de abril de 1984, o comício do Anhangabaú, uma das maiores manifestações públicas ocorridas no Brasil. Ao meu lado duas meninas, de 10 e de 7 anos, pulando para responder “Já”, a cada vez que Osmar Santos perguntava: Diretas, quando? Aprendi ali o sentido lúdico da democracia, que me seria lembrado pelo velho e maroto camponês paraguaio. Dias após o comício, aquela gente veria a insensibilidade da maioria do Congresso rejeitar a Emenda Dante de Oliveira. O regime militar seria implodido a partir de uma eleição indireta.

O povo voltaria àquele vale, de cara pintada, no 18 de setembro de 1992, para exigir o impedimento do primeiro presidente eleito pelo voto popular, após a ditadura militar de 1964. Também aí estavam minhas duas filhas, já adolescentes, mais angustiadas com a nossa democracia. Sabemos o que aconteceu depois. O que esse processo nos ensinou?

Voltando da viagem ao passado, venho constatar no presente a percepção que se tem de democracia na América Latina. A Latinobarômetro (www.latinobarometro.org), entidade chilena de pesquisas, divulgou em 2003 dados de pesquisa feita em 2002 sobre democracia como cultura, estrutura e processo. Na América Latina, 68% entendem que a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo. Ou seja, concordam com Winston Churchill: “A democracia é o pior dos regimes, exceto todos os outros”. Mas, na América Latina, 50% dos entrevistados estariam dispostos a aceitar governo autoritário se com isso resolvessem seus problemas. Na América Latina, 37% aceitariam passar por cima das leis. Mas 75% estão de acordo que a solução dos problemas não depende da democracia. No Brasil, apenas 37% entendem que democracia é o melhor sistema. É o índice mais baixo da América Latina. Mais baixo que na Colômbia (39%), que vive em guerra civil há 40 anos. É igualmente no Brasil que ocorre o maior índice de pessoas que “não sabem o que é democracia” (59%). Os países mais próximos são El Salvador (41%) e Colômbia (40%). Foram

observadas na pesquisa algumas características preocupantes: a democracia tem um caráter minimalista. Para grande parte que respondeu o que é democracia, o conceito se resumia a liberdade e eleições regulares, limpas e transparentes. Um conceito defasado, de 150 anos atrás. Há baixa confiança nas instituições democráticas. A maior confiança está depositada nas seguintes instituições: Igreja, em primeiro lugar; em seguida, a televisão. As Forças Armadas vêm em terceiro. O Brasil lidera a aprovação das Forças Armadas, com 61%. Sem menção a nomes de políticos, há baixa confiança na gente que governa (29% na América Latina). Embora se deva acrescentar que, quando há trocas de governantes, essa confiança aumenta. Há diminuição da legitimidade do Congresso e dos partidos políticos. Diminuiu na América Latina de 63% (em 2001) para 52% (em 2002) o número das pessoas que acreditam que sem partidos e/ou congresso não há democracia. A angústia aumenta quando se lembra que essa terceira geração de democracia na América Latina é antecedida de poucos anos de regimes militares extremamente violentos para calar e domesticar sua cidadania.

A natureza da pessoa humana – isto já foi proclamado pela Conferência de Viena – exige que os direitos sejam cumpridos de forma indivisível, devendo os direitos políticos ser acompanhados pelos demais direitos, entre eles os econômicos, sociais e culturais. A construção de um processo democrático ético que melhore a vida dos latino-americanos é o desafio. O problema é que, enquanto alguns olharão para essa realidade pensando em transformá-la por um processo de educação, de valorização cotidiana dos movimentos sociais, de implementação dos direitos econômicos e sociais, outros olharão essas estatísticas com olhos de tirar proveito político-eleitoral desse estágio incipiente de percepção da democracia. A nossa sabedoria enquanto povo – e possivelmente nosso futuro – estará em distinguir uns dos outros.



Comício do dia 25 de janeiro de 1984 na praça da Sé, em São Paulo. (Oswaldo Palermo/AE)

Dalmo de Abreu Dallari O belo espetáculo da multidão

O que pode garantir o caráter democrático de uma sociedade é a participação efetiva e permanente do povo no governo e não apenas a forma de escolha dos governantes. Essa é uma verdade que a história tem comprovado no Brasil e no mundo. Sendo assim, seria

Jurista e professor da Faculdade de Direito da USP. Integrou o grupo de juristas que teve papel fundamental nas lutas pela democratização e pela volta do país ao Estado de Direito.

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÁRIO

*Manifestação de mulheres
em favor das Diretas em frente
ao Congresso Nacional,
abril de 1984.
(Cynthia Brito/Olhar Imagem)*



correto concluir que os líderes democratas e o povo brasileiro foram ingênuos quando desencadearam o movimento pelas Diretas Já, repudiando a escolha indireta dos chefes do Executivo e reivindicando o restabelecimento da escolha direta pelo povo? Teria havido uma derrota dos democratas quando o Congresso Nacional rejeitou, em 25 de abril de 1984, a Emenda Dante de Oliveira, proposta de emenda constitucional que visava justamente a reimplantação das Eleições Diretas no Brasil?

Antes de tudo, é importante lembrar que naquela ocasião havia uma ditadura no Brasil, que impunha decisões arbitrárias, cometia violências, praticava corrupção, privilegiava os interesses dos militares e civis encastelados no governo e dos empresários seus associados, tudo isso reforçando e aumentando as injustiças sociais e sufocando a liberdade. O povo já não suportava tantas agressões e humilhações, mas o regime instalado apoiava-se na força das armas e do dinheiro e, para que fosse possível uma reação eficaz, era necessário encontrar um elemento unificador, uma proposta que servisse de bandeira para todas as aspirações democratizantes, sem criar o risco de mais violência e sem exigir sacrifícios heróicos.

A campanha pelas Diretas Já cumpriu esse papel. Como não se tratava de uma proposta de uso da força, mas de mudança das regras do jogo político por meios pacíficos, não forneceu pretexto para mais repressão. Além disso, como era um objetivo desejado pela ampla maioria do povo e não representava comprometimento com qualquer proposta política determinada e excludente de outras, como direita ou esquerda, capitalismo ou socialismo, conseguiu uma união de forças que deu caráter nacional à reivindicação por um processo mais democrático. Pelo fato de reunir grande número de pessoas em torno de seus objetivos, a proposta das Diretas deu coragem aos que tinham medo da repressão, pois,

tendo assumido a forma de campanha popular, não exigia comprometimento pessoal e criava um escudo protetor, pois num movimento de massa seria impossível individualizar as responsabilidades.

A par disso, o movimento das Diretas Já serviu de estímulo para que os acomodados, os tímidos e os oportunistas também se mobilizassem, pois, além de não haver riscos, percebia-se que a obtenção do resultado era viável, devendo-se ainda somar a isso tudo o fato de que, tendo havido logo muitas adesões, não seria bem-visto quem estivesse à margem ou, pior ainda, quem manifestasse oposição à proposta. Na realidade, para os oportunistas era muito conveniente a participação, que não significava o rompimento com a ditadura vigente e, ao mesmo tempo, criava a imagem de preferência por um sistema democrático, ainda que, no caso de alguns participantes, essa imagem não correspondesse a uma convicção autêntica e profunda.

Isso tudo explica por que o movimento das Diretas ganhou um extraordinário vigor, conseguiu uma gigantesca mobilização popular e se converteu no ponto de partida para a mobilização nacional contra a ditadura. A derrota da emenda constitucional foi decepcionante para quem esperava resultados imediatos e acreditava na possibilidade de conseguir, mas o que se viu em seguida foi que mesmo os mais decepcionados não abandonaram a luta pela restauração dos instrumentos formais da democracia. Pode-se mesmo dizer que a campanha das Diretas foi o ponto de partida para a última etapa da derrubada da ditadura. Com efeito, aquela campanha mostrou o caminho mais adequado, teve efeito conscientizador, estimulou a intensificação da mobilização popular e definiu o modelo para a vitoriosa campanha pela Constituinte.

O que se viu depois foi, uma vez mais, a comprovação de que o fato de dar ao povo a possibilidade formal de eleger seus governantes pode contribuir para a democratização da sociedade mas, por si só, é insuficiente para assegurar esse resultado. Basta lembrar os exemplos de Collor e de Bush, levados ao poder pelo critério formal das Eleições Diretas e, no entanto, sem nenhum compromisso com os princípios democráticos. Além disso, conhecidos e reconhecidos aproveitadores dos privilégios ditatoriais estão aí, até mesmo em posições de alta relevância política, formalmente escolhidos pelos métodos democráticos e fazendo pose de paladinos da democracia.

Apesar disso, não há dúvida de que a campanha das Diretas foi um movimento de alta inspiração cívica do povo brasileiro, tendo dado valiosa contribuição para que se acelerasse a eliminação da ditadura. Por esse motivo, aquela campanha deve ser celebrada como fato histórico positivo, de alta significação, pois, além de ter proporcionado o belo espetáculo da multidão comovida lutando pela democracia, deixou comprovado que a mobilização do povo cria uma força irresistível, que nem a força das armas, nem a força do dinheiro, nem ambas juntas conseguem sufocar.

**DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA**



Cartaz do PT de convocação de comício pelas Diretas após a derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso, 1984. (CSBH)

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÁRIO

*Lula discursa no
Comício do Pacaembu,
São Paulo, 27/11/1983.
(Lau Polinésio)*



Jair Meneguelli Quem sabe faz a hora

Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (1981-1984), presidente da CUT Nacional (1984-1994) e deputado federal (PT/SP). É presidente do Conselho Nacional do SESI (Serviço Social da Indústria).

No último suspiro da ditadura militar, diversos setores sociais passaram a se manifestar publicamente, expressando indignação e exigindo cidadania. Nesse processo de reorganização da sociedade civil, ocorrido no final da década 1970 e início dos anos 1980, os sindicatos desempenharam papel fundamental mobilizando os trabalhadores, deflagrando greves por remuneração justa, ampliação dos direitos trabalhistas e, principalmente, buscando exercer o direito de organização e expressão.

Nessa época as greves tinham duas características marcantes, ambas relacionadas à motivação dos trabalhadores: a primeira estava pautada na recuperação do poder de compra dos salários. Essa movimentação surgiu na região do ABC paulista, quando o governo promoveu um expurgo no índice da inflação de 34,1%. A segunda corresponde à recuperação paulatina da liberdade de expressão e de reivindicação, que por anos foi tolhida pelo governo militar. Em toda manifestação as lideranças enfatizavam a necessidade de assegurar a plena liberdade e o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, incluindo o direito de protestar, votar, escolher seus governantes e reivindicar mudanças.

O clima estava tenso, havia uma forte repressão às mobilizações, além das intervenções governamentais em diversos sindicatos. Mas queríamos a democratização do país e estávamos dispostos a lutar por ela. Ao longo desse processo surgiu o movimento das Diretas, uma luta que veio ao encontro das nossas reivindicações manifestadas durante os movimentos grevistas.

Fundamos a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 28 de agosto de 1983. A entidade nasceu desse amplo questionamento ao autoritarismo, da luta pela democracia e

pela cidadania. Sua criação significou um rompimento, na prática, com os limites da estrutura sindical oficial vigente, baseada no corporativismo e no assistencialismo.

A Central se comprometeu com os trabalhadores de diferentes categorias no sentido de defender seus interesses, lutar por melhores condições de vida e trabalho. Nesse momento propício foi lançada a bandeira pela transformação social e construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária. Sua atuação tornou-se reconhecida e memorável, não só pela realização de greves gerais, como pela participação ativa na campanha por Eleições Diretas para presidente da República. Em 27 de novembro de 1983, todos os sindicatos filiados, fiéis a esse ideal, abraçaram a primeira manifestação pelas Diretas Já, em frente aos portões do estádio do Pacaembu.

No início, alguns partidos de centro, descrentes no movimento, recusaram-se a participar. Porém, com a imprensa debatendo e divulgando as ações, o movimento começou a tomar corpo, crescer e envolver todos os partidos de oposição à ditadura militar, as entidades de classe, estudantes e representantes religiosos. Surgiram então os comícios memoráveis com a participação de Lula, Brizola, Ulysses Guimarães e outros importantes nomes da política nacional.

Sob a pressão do movimento popular que se ampliava pelo Brasil, o deputado Dante de Oliveira havia apresentado um projeto de emenda constitucional restabelecendo as Eleições Diretas para presidente. Por não atingir a maioria de dois terços, necessária à modificação de matéria, a emenda foi rejeitada no Congresso Nacional, permanecendo a escolha do futuro presidente pela via indireta, através do Colégio Eleitoral.

A decepção contagiou o país, que mais uma vez foi vítima de grandes conchavos de suas elites, tanto das que representavam a oposição democrática liberal quanto das constituídas pelas lideranças civis ligadas ao regime militar. O pacto firmado entre elas resultou na eleição indireta de Tancredo Neves, em detrimento de Paulo Maluf, candidato do PDS, antiga Arena.

Esse foi um momento de frustração, mas não chegou a nos abater totalmente. Como sempre, nós sabíamos que a luta ia continuar e que poderíamos tardar, mas chegaríamos a conquistar o direito de eleger o presidente da República.

O povo fez tremer as bases da ditadura **José Dirceu**

Eu sempre disse que o PT é mais que um partido político, o “petismo” é um conjunto de valores que nos guiaram e nos guiam na busca incessante pela liberdade, pela democracia, que em alguns momentos chegou a parecer apenas um sonho distante ou devaneio, mas que se transformou em realidade, coroando uma época inteira, gerações e gerações de brasileiros e brasileiras que acreditaram no Brasil e nunca desistiram. É bom a gente sempre lembrar de onde veio e, também, como nós merecemos, sem nenhuma falsa modéstia, ter chegado até aqui. Mas a luta não foi fácil e deixou marcas, principalmente quando lembro dos companheiros e companheiras que estiveram ao nosso lado e que não puderam estar

Militante político e advogado, formado pela PUC-SP. Foi um dos principais líderes do movimento estudantil de 1968. Preso, foi um dos 15 militantes libertados em decorrência do seqüestro do embaixador norte-americano em 1969. Foi banido e viveu vários anos em Cuba. Foi fundador do PT, presidente do partido e deputado federal. Foi Ministro da Casa Civil do governo Lula de 2003 a 2005.

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÁRIO

O deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) foi o autor da emenda constitucional que restabelecia as Eleições Diretas. (AE)



aqui conosco, participando dessa coroação da democracia brasileira que é o momento que vivemos hoje governando o país. Eu já disse e vou repetir: não os esqueço, trago em meu coração, em minha memória, a imagem de cada um e os ideais de todos, uma vez que o Brasil deve também a eles a consolidação da nossa democracia.

A minha geração, de 68, a duras penas aprendeu o significado da democracia, que é mais do que uma palavra. Democra-

cia traz consigo lições de vida, de possibilidades, de futuro, colocando em nossas mãos as decisões que vão mover uma nação. Somos nós que decidimos o que queremos e como queremos. Democracia é uma carga de liberdade e de responsabilidade, porque dá ao povo a oportunidade única de escolher o seu destino de forma soberana. E foi esse ideal que nós perseguimos, pelo qual nós lutamos, e pagamos um preço, porque durante essa luta muitos companheiros e companheiras foram presos, alguns morreram e muitos de nós foram banidos do país, expulsos da nossa nação, do nosso Brasil. Assim como eu, que passei dez anos na clandestinidade, muitos de nós foram praticamente arrancados de suas origens, de suas famílias, de suas vidas, de seus sonhos, para viver em outro lugar, em outro país e outra cultura, tudo por acreditar num mundo melhor, num Brasil livre de suas amarras, de sua triste época de ditadura militar, que emudeceu vozes, mas nunca as calou.

Foi um período obscuro na história do Brasil, quando a ditadura militar emudeceu vozes, através da repressão e do medo, mas nunca calou o povo, a vontade popular, os anseios de toda uma nação, o desejo de liberdade, que, embora sufocados pela violência, pela opressão que tomou conta do Brasil após o golpe de 1964, nunca foram apagados das nossas mentes e dos nossos corações.

Essa chama foi crescendo e nós sentíamos isso, sentíamos a insatisfação generalizada se instalar em grande parte da população, assim como o clamor da massa, as reivindicações do nosso povo por um país livre e justo. Enganaram-se aqueles que pensavam emudecer, mais uma vez, a vontade do povo brasileiro que começava, então, um movimento pelas Eleições Diretas para eleger o presidente da República, mas que deixava clara, na verdade, a angústia de 20 anos de ditadura. O movimento se transformou em marco da história política brasileira, mobilizando o povo, ora oprimido, para essa luta.

O dia 27 de novembro de 1983 tem seu lugar garantido na história, porque foi ali, na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, que a campanha das Diretas teve início, com a manifestação pública convocada pelo Partido dos Trabalhadores. Foram mais de dez mil pessoas, mais de dez mil vozes, mais de dez mil destinos que se cruzaram clamando por liberdade! Corações batendo forte, envoltos em um

DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA

misto de alegria e de tristeza. Alegria por vislumbrar em cada cidadão, cada cidadã, o desejo de se incorporar à luta pelo fim da opressão e da violência impostas pelas Forças Armadas, mas tristeza porque quis o destino que nesse mesmo dia de glória para o Brasil um brasileiro ilustre nos deixasse: Teotônio Vilela morreu nesse dia, deixando uma lacuna em todos nós, um vazio em cada um, em cada uma. Mas o povo brasileiro já demonstrara a sua força, a sua persistência, a sua garra, e foi adiante, não esmorecendo nem mesmo com a rejeição da emenda do deputado Dante de Oliveira que pedia as eleições diretas. Um ano mais tarde era incontestável a vontade do nosso povo. A árvore da democracia já estava plantada e seus frutos se espalharam por todas as regiões. A prova da nossa vitória estava na praça da Sé, em São Paulo, repleta com seus 400 mil brasileiros e brasileiras gritando a uma só voz: Diretas Já!

Depois de longa caminhada, o povo fez tremer as bases da ditadura e não havia mais volta, a democracia chegaria mais cedo ou mais tarde. E ela chegou, se instalou e nós passamos a ser, mais uma vez, parte da história do nosso Brasil. A eleição do presidente Lula é a incontestável manifestação do desejo do nosso povo de consolidar a democracia, a liberdade, o grito incontido por justiça e igualdade social. A emoção continua, porque a vitória do presidente Lula é o começo de uma nova história, mas uma história escrita por nós, brasileiros e brasileiras, que são, novamente, donos dos seus próprios destinos, do nosso destino. Não é pouca coisa: a democracia cada vez mais ampliada cria as condições, todos nós sabemos, para a participação política. E participação política de forma institucional e de forma organizada cria as condições para que o país possa avançar no sentido da justiça, da igualdade social. Esse é o nosso compromisso: fazer com que o Brasil ocupe o seu lugar no mundo.

O fato é que o povo brasileiro viveu tempos difíceis e não se deixou esmorecer e nem se calar diante das adversidades impostas pelos regimes ditatoriais, que tentaram impor sua vontade através da violência. O povo brasileiro viveu pelo sonho maior de ver o Brasil livre e democrático, mas foi além, nos momentos históricos importantes demonstrou a sua força e o seu desejo de um Brasil democrático. A campanha das Diretas foi um desses momentos determinantes. E este sonho, hoje, mais do que nunca, se transforma numa realidade que começa a ser construída, passo a passo, por cada brasileiro e cada brasileira. Este sonho, que hoje não é mais uma quimera e sim uma realidade palpável, nos traz o sentimento de uma etapa vencida, ainda que muitas outras estejam por vencer.

A campanha das Diretas Já foi um momento que nos deu a lição histórica de que as grandes mudanças políticas e institucionais em nosso país só são feitas quando o nosso povo se levanta e participa da vida política. E neste momento histórico que vivemos, em



Cartaz da campanha
das Diretas, 1987.
(CSBH)

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÁRIO

Juca Kfouri “Nunca tinha visto isso antes”

Jornalista esportivo, foi militante da ALN e do PCB. Votou para presidente pela primeira vez aos 39 anos, junto com seu filho mais velho, André, que já tinha 16.

Juca Kfouri e Osmar Santos, em novembro de 2003, em festa na sede da Fundação Perseu Abramo pelos 20 anos do início da campanha das Diretas Já. (CSBH)



que a nação brasileira escolhe o seu caminho e elege um governo do povo, espero que estejamos à altura de transformar em realidade os desejos e as lutas democráticas travadas outrora – como a luta pelo direito às Eleições Diretas – em um Brasil justo, solidário e democrático.

Mas eu já vi isso antes. Quando, se em 1960, com 10 anos de idade, só o futebol era capaz de me emocionar tanto?

Mas já vi isso antes e deve ter sido mesmo por causa do futebol. Não foi num Fla-Flu, no Maracanã, bem sei, porque sempre morei em São Paulo.

Mas já vi isso antes. Tantas bandeiras, de todas as cores. Verdes, amarelas, azuis, brancas, vermelhas, pretas. As pessoas nas ruas, tomando conta de tudo. O mundo é delas, o Brasil é delas.

Ah, já vi isso antes. Deve ter sido em 1958, quando o Brasil foi campeão na Suécia. Que festa! A gente cantava, dançava e eu, menino, ficava comovido com tanta alegria. Chorava um choro que não sabia explicar. “É de emoção”, alguém dizia. “É de alegria”, falava outro. Só sei que chorava e sentia um estranho orgulho. Orgulho do Pelé, do Mané, do Didi e do Nilton Santos.

É claro que já vi isso antes. Foi em 1962, quando fomos bicampeões no Chile. Corintianos, são-paulinos, palmeirenses, todos juntos. Tinha até bandeiras do Flamengo – porque sempre tem bandeiras do Flamengo. Eu tinha crescido um pouco, como não! Mas chorava o mesmo choro inexplicável. Orgulhoso do Mané, do Gilmar, do Amarildo, do Didi e do Nilton Santos.

Sim, já vi isso antes. Foi em 1970, quando a Copa veio morar para sempre por aqui. Era o tri nos campos do México e, cá ente nós, eu já estava bem grandinho e trabalhava para a *Placar*. E chorava com o mesmo nó na garganta. Confuso porque, no dia da estréia, contra a Tchecoslováquia, entre um gol e outro do Brasil, soube da morte do meu compadre Norberto Nehring, um ídolo que tinha só seis anos a mais que eu, morto pela tortura, vítima da sensibilidade que, como a tantos outros jovens, levava ao equívoco da resistência armada.

Mas eu tinha orgulho ainda assim do Pelé, do Rivelino, do Tostão, do Jairzinho e do Gérson. Que confusão! Estava feliz. Como podia estar se, menos de um mês antes, o “Ale-mão” tinha morrido? Mas eu estava feliz.

Não, eu nunca tinha visto isso antes. O povo desceu das arquibancadas e tomou conta de seu destino. Com bandeiras de todas as cores – e que importância tem a cor das bandeiras quando é o povo que a escolhe?

Todo o povo deixou de assistir para participar.

Definitivamente, foi a primeira vez que vi.

Nos comícios pelas Diretas Já, comandados pelo melhor locutor esportivo da história do Brasil, Osmar Santos, que poderia ser Osmar Corinthians, Osmar Flamengo, Osmar Inter, Osmar Galo.

Estávamos todos lá. De todos os times, todos os partidos, todas as raças e preferências pessoais. Todos mais que torcendo, todos lutando pelo Brasil.

Perdemos em seguida uma batalha, no Congresso Nacional.

Mas ganhamos em seguida, nas ruas.

Nós votamos para presidente! Pela primeira vez, em novembro de 1989, minha geração votou para presidente.

E chorei outra vez. Pai de três filhos, chorei de novo. Orgulhoso do meu pobre país. Que vai ser rico, muito rico, se puder votar de novo e de novo e de novo. E se meus filhos nunca forem impedidos de escolher o que acharem melhor para eles. Que errem, que acertem, mas que escolham sempre. O Norberto merece. Todos merecemos. Viva o povo brasileiro!

No palanque **Lélia Abramo**

[...] Em 1982, o PT iria participar das eleições para governadores dos estados, bem como para deputados estaduais e federais e senadores, as primeiras realizadas no Brasil desde a ditadura implantada em 1964. [...]

As eleições para a Presidência da República e para as prefeituras das capitais continuavam a ser indiretas. De fato, nesse período, Mário Covas foi indicado pelo governador [Franco] Montoro para a prefeitura de São Paulo.

Uma certa turbulência permanecia, provocada pela semiliberdade eleitoral. Começou então a campanha pelas Eleições Diretas para a Presidência da República – as Diretas Já. O primeiro comício em São Paulo foi realizado pelo PT, e deu-se na praça Charles Miller, um grande espaço defronte do estádio do Pacaembu, no dia 27 de novembro de 1983. No início, a frequência ainda era pequena, mas quem abriu o comício fui eu, à espera de que chegassem as lideranças. Esperávamos também a presença dos dirigentes do PMDB, que não compareceram. No final da tarde, quando já tinha aumentado muito o número de participantes, chegou a notícia do falecimento de Teotônio Vilela, que, anunciada, provocou grande emoção. O senador Teotônio vinha desenvolvendo incessante

Atriz, sindicalista e militante política durante toda a sua vida. Foi presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (SATED) de São Paulo e participou intensamente do movimento dos artistas pela Anistia. Fundadora do PT, figurou entre os seis primeiros signatários da ata de fundação do partido. Foi candidata a suplente de senador na primeira eleição disputada pelo PT (1982). Faleceu em 2004.

Trecho do livro *Vida e arte*, de Lélia Abramo (Editora Fundação Perseu Abramo, 1997).

atividade em favor dos direitos humanos, tendo participado intensamente da campanha da Anistia, viajando pelo Brasil todo, percorrendo os presídios para verificar as condições dos presos políticos e denunciar as arbitrariedades do regime, onde houvesse necessidade, como no caso das moças queimadas na PUC. Continuou até o final sua luta pelos direitos humanos e pelas liberdades democráticas, apesar de sua gravíssima e fatal doença.

A campanha pelas Diretas foi crescendo com o apoio dos diretórios e núcleos do PT, dos sindicatos e das associações de bairros, das CEBs e de toda a sociedade civil organizada. Ganhou as ruas e teve a adesão de outros partidos, como o PMDB e o PDT, além dos demais partidos de esquerda, formando-se então uma frente suprapartidária. Tornou-se o maior movimento popular do país até então.

Em 25 de janeiro de 1984 houve um grande comício pelas Diretas Já, na praça da Sé, calculando-se a afluência de mais de 300 mil pessoas, que agüentaram durante cerca de cinco horas uma chuva teimosa, persistente e forte.

O movimento pelas Diretas Já tomou uma proporção gigantesca, com comícios suprapartidários enormes pelo Brasil todo, alguns dos quais reunindo em torno de 1 milhão de pessoas, como o do Rio de Janeiro em 10 de abril, na Candelária, e o de São Paulo, em 16 de abril, no vale do Anhangabaú, apresentado pelo brilhante Osmar Santos. Eu continuava no palanque desses comícios sempre que possível.

No dia 25 de abril, deu-se a rejeição pelo Congresso da emenda que estabelecia as eleições diretas, de autoria do deputado pelo PMDB por Mato Grosso, Dante de Oliveira. Com essa derrota, prevalecia a fórmula da eleição indireta do presidente da República por um Colégio Eleitoral.

Lúcia Souza e Silva Diretas quando?

É arquiteta. Sua primeira experiência de participação política foi a da campanha das Diretas Já.

Minha memória pode ser muito falha quanto aos detalhes da campanha das Diretas. Mas eu sei que era uma época em que andávamos especialmente engajadas nesses acontecimentos, até por influência do ambiente do colégio Equipe em que vivíamos.

A diferença, dessa vez, era que, ao contrário do que acontecia nas demais manifestações, o movimento pelas Diretas era uma unanimidade, em torno da qual se aglutinava a esmagadora maioria de pessoas como nós. Nesse momento, toda e qualquer incompatibilidade política desaparecia e abria espaço à defesa dessa grande causa em comum.

Na escola, me lembro da suspensão temporária das atividades curriculares para que os alunos pudessem se preparar para os principais acontecimentos do movimento – como o comício que reuniu 1 milhão de pessoas no Anhangabaú. Fiquei especialmente impressionada com o fato, e senti na pele a importância e a escala adquiridas pelo movimento – suspensão de aulas era coisa séria!

A participação nos eventos só reforçava essa sensação. A cada passeata, carreata ou comício, percebíamos o envolvimento crescente de pessoas, e vibrávamos de emoção ao misturar-nos às multidões cada vez maiores. Minha glória pessoal foi o dia em que consegui

DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA

José Richa, Franco Montoro, Jacó Bittar, Lula e Orestes Quércia no palanque da praça de Sé. (Ângelo José Perosa)

ir a um desses eventos na companhia de meus pais. Embora politicamente esclarecidos, eles haviam herdado do período da ditadura um temor considerável de manifestações públicas. Sua participação em tais episódios representava, para mim, o alastramento irreversível da campanha.

No dia da votação pelas Diretas, um telefone instalado em pleno palanque passava ao vivo as informações do Congresso para a praça pública. Em alto e bom som, escutávamos o voto de cada um dos parlamentares, xingando ou enaltecendo a sua participação na votação. Nem é preciso dizer qual foi a reação do público ao ouvir o voto do Sr. Paulo Maluf. E, na sequência de cada um dos votos, abríamos os pulmões ao responder cada vez mais alto à incessante pergunta de Osmar Santos: “Para quando vocês querem eleições diretas, meu povo?” “Jáááááá!”

Um divisor de águas Luiz Inácio Lula da Silva

O movimento pela volta das Eleições Diretas para presidente da República começou, na verdade, bem antes daquele comício de 27 de novembro de 1983 na praça Charles Miller. Começou nas muitas lutas do movimento popular, na resistência ao regime militar, nos embates pela Anistia, no novo sindicalismo que levou à criação do PT e da CUT.

A campanha das Diretas foi o resultado de um processo que levou ao esgotamento do regime militar e ao fortalecimento da sociedade civil. A nossa vitória eleitoral de 2002, co-

Presidente da República, reeleito em 2006. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Fundador do PT, foi o seu primeiro presidente. É presidente de honra do Partido dos Trabalhadores.

roamento desse movimento que começou na campanha das Diretas, só foi possível graças às lutas generosas de milhares de companheiros e companheiras nas portas das fábricas, nas escolas, nas igrejas, nas associações comunitárias, nas ruas e nos campos.

Podemos dizer que a campanha das Diretas, o maior movimento cívico já visto no país, foi o divisor de águas de um período da nossa história que durou 20 anos e custou a vida e os sonhos de tantos brasileiros. Mais 20 anos passados, desde o início do movimento que devolveu aos brasileiros o direito de eleger seu presidente, permitiram que o Brasil se reencontrasse consigo mesmo e com seu destino de nação solidária, democrática e progressista.

Agora, precisamos continuar lutando para que a democracia política se torne plena também no campo social e econômico, e se traduza em distribuição de renda e igualdade de oportunidades, um direito permanente de todos os brasileiros. Nunca mais vão sair da minha memória as imagens de homens e mulheres que vi por todos os cantos, inundando as praças do nosso país em busca dos seus direitos. Em nome deles, governamos para o futuro, sem esquecer das lutas do passado, tendo no presente a certeza de estar cumprindo o nosso dever.

Marta Wendel Abramo Com os próprios pés

Teve sua primeira participação política na campanha das Diretas Já, quando era estudante. É advogada e presta assessoria jurídica ao Ministério das Cidades, em Brasília.

Minha memória do movimento pelas Diretas não é nada linear ou precisa. Ainda assim, guardo gravados muito fortemente na lembrança os episódios que acompanhei de perto.

Eu tinha 14 anos e estava no colegial, em uma escola tida como liberal e tolerante (senão incentivadora) para com as reivindicações e manifestações espontâneas dos alunos. Certamente o assunto das Diretas Já era tema de conversa na minha casa – afinal, eu passara toda minha infância esperando a ditadura cair (e fazendo as mais absurdas imagens literais do tão esperado episódio).

Também foi com meus pais e irmãos que participei do primeiro ato: o comício do Pacaembu, do qual não guardei na memória muitos detalhes; contudo, lembro com bastante nitidez do clima festivo e esperançoso das pessoas.

Mas diferentemente das minhas outras “participações políticas” da infância, quando acompanhava meus pais em comícios, passeatas, congressos e reuniões e me divertia com assuntos paralelos – ou exigia em troca um dia de passeio –, pela primeira vez na campanha das Diretas meu envolvimento ganhou autonomia. O assunto chegou na escola e tomou conta das conversas do recreio, dos intervalos das aulas, do lanche da cantina. Em pouco tempo, a questão foi envolvendo os alunos e naturalmente brotou um sentimento entre nós de que deveríamos participar daquilo.

Foram tardes e tardes no pátio da escola ou na casa de um dos colegas pintando faixas e cartazes, combinando as idas às passeatas e – a parte mais difícil – decorando a letra do Hino Nacional que alguém havia distribuído em cópias mimeografadas. E nós, que havíamos aprendido a não idolatrar os símbolos nacionais...



O deputado Ulisses Guimarães (PMDB-SP) tornou-se o “doutor Diretas”, por ser um dos principais líderes da campanha. (AE)

uma alteração radical na ordem cronológica da redemocratização. A maioria dos oposicionistas achava que tudo teria de começar por uma Assembléia Constituinte. Mas eu julgava que a sucessão presidencial de 1984 seria uma bela oportunidade para avançarmos porque, ao contrário das eleições anteriores, o Exército não tinha um general indicado para o cargo de presidente. Além disso, o partido de situação também não tinha um bom nome civil. Mas, apesar da falta de consenso entre os militares, havia no Congresso grupos que queriam chegar à Presidência sem depender do voto popular.

O fim do regime ficou patente quando o movimento pelas Diretas Já começou a arrastar multidões às ruas em comícios como nunca se tinha visto antes no país. O governo, às pressas, montou uma proposta indecente. Se a sociedade civil desistisse das Diretas Já, eles garantiriam a aprovação de uma

emenda constitucional estabelecendo Eleições Diretas em 1988. Na verdade, eles queriam apenas ganhar um último presidente “nomeado”.

A oposição não aceitou. Partimos para a votação no Congresso, pois era cada vez maior o número de membros do PDS que se integrava à idéia das Diretas Já. Casualmente, havia no Congresso uma emenda de um jovem deputado por Mato Grosso, Dante de Oliveira, que previa eleição direta para a Presidência. Era uma proposta entre provocativa e audaciosa. Logo a proposta de Dante de Oliveira foi assumida pela sociedade civil.

Por consenso dos meus companheiros, tive a honra de ser o coordenador nacional da campanha das Diretas Já dentro do PMDB. Nunca sequer imaginei que fosse possível um movimento popular crescer tanto, tão rapidamente. A ânsia de liberdade movimentava aquelas multidões.

É importante lembrar que tudo se deu na maior paz, sem um único incidente, sem a menor provocação. Pessoas de todas as classes e opções ideológicas aderiram ao movimento. A cobertura de mídia foi crescendo de comício a comício. Passamos das 40 mil pessoas de Londrina, no Paraná, no comício de 2 de abril de 1984, ao milhão do comício do Rio, em 10 de abril. Alcançamos 1,7 milhão de São Paulo, dia 16 de abril.

Na votação da Emenda Dante, na Câmara dos Deputados, foram 298 votos “sim” e 193 “não”. Ganhamos, mas não levamos, pois não alcançamos o quórum de dois terços, exigido no caso de emenda constitucional.

O governo decretou Medidas de Emergência a ser executadas em Brasília pelo general Newton Cruz, comandante militar do Planalto, nos dias que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso.

Essas Medidas de Emergência se transformaram num grande fiasco, porque foram desafiadas pela gente de Brasília que promoveu o primeiro “panelaço” do país.

Foi com a campanha das Diretas Já que o país se reencontrou com a democracia. Foi por causa dela que acabamos, em 1985, elegendo Tancredo Neves, em eleição indireta.

A votação da emenda das Diretas ocorreu no dia 25 de abril [de 1984]. Já no dia seguinte teve início uma articulação para que a oposição apresentasse um candidato à Presidência da República capaz de representar a vontade de mudança.

Acredito piamente que, se tivéssemos tido Eleições Diretas em 1984, ninguém venceria o doutor Ulysses Guimarães porque, durante o movimento, ele havia se tornado o “Senhor Diretas”. Mas, no ano seguinte, quando a eleição teve que ser indireta, a situação mudou. Na eleição indireta, o nome mais forte era o de Tancredo Neves.

Foi uma etapa muito difícil para o doutor Ulysses. A mudança de um nome por outro, para a disputa pela Presidência, foi muito rápida. Num certo momento, Ulysses era o centro, o líder, o comandante. Mas, de repente, foi o nome de Tancredo Neves que se tornou consensual. O pior dessa situação para o doutor Ulysses é que dependia dele administrar e conduzir as ações que acabariam por viabilizar a candidatura Tancredo.

Dou aqui o meu testemunho: o doutor Ulysses se portou com grande altivez e dignidade, como era do seu feitio. Quando a situação se reverteu em favor de Tancredo Neves, ele não vacilou. Abriu mão da sua candidatura à Presidência e foi coordenar a

DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA

O comício realizado na praça Charles Miller foi um dos primeiros a pedir Diretas Já. São Paulo, 27/11/1983. (Acervo DN/PT)



candidatura de Tancredo. Sei que estava sofrendo, mas como político experiente ele compreendia e aceitava a realidade. Por um tempo muito longo, acompanhei a forte amizade que uniu o doutor Ulysses e Tancredo Neves. Os dois se completavam. Tancredo Neves era o bom senso, o equilíbrio, a organização e o método. O doutor Ulysses era o impulso, a garra, a vontade. Cada um com seu estilo, foram grandes líderes políticos.

Ricardo Kotscho Valeu!

Jornalista, atuou ativamente no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo nos anos 1970 e 1980. É autor de vários livros, entre eles *Explode um novo Brasil: Diário da campanha das Diretas Já* (Brasiliense, 1984) e *Do golpe ao Planalto: Uma vida de repórter* (Cia. das Letras, 2006). Foi secretário de imprensa do presidente Lula de 2002 a 2004.

Vinte anos depois, vendo o belíssimo pôr do sol de Brasília aqui da minha sala no Palácio do Planalto, bem abaixo do gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de mais um dia ganho honestamente, só posso dizer uma coisa: valeu! Valeu a pena esperar tanto tempo para que o grande movimento democrático e popular da sociedade civil iniciado com a campanha das Diretas levasse, finalmente, um legítimo representante do povo brasileiro ao poder, 500 anos depois de Cabral.

Valeu a pena nunca perder a esperança. Valeu a pena ver a alegria daquelas centenas de milhares de pessoas que, no dia da posse de Lula, ocuparam a Esplanada dos Ministérios com o sorriso da alma lavada e a alegria que só é possível depois de muita luta. Nesse dia, a campanha das Diretas completou um ciclo da nossa história.

Roberto Saturnino Braga Fato único na história do país

Economista, foi senador pelo Rio de Janeiro por três mandatos.

Foi a maior campanha da história do Brasil em termos de mobilização de massas: quase 5 milhões de brasileiros foram às ruas, em comícios que agitaram muitas dezenas de grandes e médias cidades, desde Curitiba, na segunda semana de janeiro de 1984, até Vitória, já no meio de abril, passando pelo Rio e duas vezes por São Paulo na fase final, puxando 1 milhão de manifestantes cada uma destas. Êxito completo de um planejamento político desencadeado pelos principais líderes da oposição ao regime militar, em novembro de 1983, em reunião no Palácio Bandeirantes.

Outros momentos houve em que o sentimento popular esteve na mesma altura, quicá até mais exalçado: a campanha da Abolição, por exemplo. Eu mesmo, como militante, tive oportunidade de participar de outra campanha vasta e arrebatadora, a do “petróleo é nosso”, quando o sentimento nacional atingiu um auge de qualidade hoje quase impensável. Mas os gigantescos caudais de gente que pediam eleições pelo Brasil afora naqueles meses iniciais de 1984 jamais tinham sido antes vistos.

Claro que, para mim, o comício do Rio teve um significado todo especial, e me fez experimentar uma sensação absolutamente única: a de falar para um oceano de gente eletrizada e atenta, num ato político que era sem dúvida, e de longe, o maior da história

DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA

até então. Só dias depois o de São Paulo, no Anhangabaú, o igualou. Líderes políticos da maior expressão lado a lado com figuras legendárias como Sobral Pinto e Barbosa Lima. No dia seguinte, ainda emocionado, eu falava no Senado de “algo que não é nem insólito nem extraordinário porque é mais do que isso, é único, é fato único até hoje na história do nosso país”.

Antes das Diretas Já, duas tentativas políticas haviam buscado o apoio popular para derrubar a ditadura: a anticandidatura de Ulysses Guimarães [em 1973/74] e a candidatura militar de oposição, do general Euler Bentes [em 1978]. Foram episódios que tiveram sua importância no desgastar o militarismo mas que foram marcados, desde o início, pela incredulidade. Na campanha das Diretas, ao contrário, o povo acreditou que havia chegado o momento. E ao sentir assim o povo tinha razão: mesmo não tendo sido aprovada, a Emenda Dante de Oliveira deu partida à contagem regressiva do regime militar. E essa foi a razão principal de não ter havido protestos maciços no dia seguinte ao da grande frustração, como esperava o governo – o povo sabia que havia determinado, com a sua presença maciça na rua, o fim do regime, e que as eleições voltariam com certeza. O próprio presidente Figueiredo logo correu a propor uma emenda constitucional restabelecendo as Diretas ao fim do mandato do seu sucessor.

Lembro-me da divergência funda que então se instalou entre Tancredo Neves, que queria negociar uma redução daquele prazo proposto, com um mandato mais curto do sucessor, e Ulysses, irredutível – “a luta continua” –, repudiando qualquer negociação e insistindo na apresentação de uma subemenda à proposta Figueiredo, declarando a eleição imediata. Naquele embate de bastidores, acompanhado pelos generais, Tancredo começou a ganhar a última Presidência pelo voto indireto.

A condição de reverberação popular das iniciativas políticas está na avaliação da respectiva viabilidade pelo sentimento do povo. A maioria dos líderes políticos daquele momento entendeu que a campanha de rua estava esgotada, sua continuidade não era mais viável, não só pelo gasto imenso de energia, mas principalmente pela crença geral de que não era mais necessário o pesado dispêndio adicional de forças, já que a volta das Diretas estava garantida. A maioria, com a opinião pública, seguiu Tancredo nas negociações, e o comandante legítimo da maior campanha popular da nossa história, o “Senhor Diretas”, foi aliado, honrosamente, do comando dos acontecimentos.

A avaliação da viabilidade política não é nem pode ser científica. Ela se informa de elementos da realidade – e no recolhimento dessas informações usa instrumentos científicos – mas ela é feita pela via da sensibilidade humana, e por isso mesmo a política é e será muito mais arte que ciência.

E ninguém vai nunca duvidar da apuradíssima sensibilidade política de Ulysses Guimarães. Ele certamente sabia que a continuidade da campanha das Diretas Já era inviável. Mas sabia também que, pela radicalidade das posições necessariamente assumidas



Broches em favor das Diretas. (CSBH)

PELA DEMOCRACIA,
CONTRA O ARBITRÁRIO

*Deputados no plenário
da Câmara e populares
nas galerias cantam o
Hino Nacional após a
derrota das Diretas.
Brasília, 25/4/1984.
(Jorge Beraldo)*



no comando da oposição à ditadura, e na condução da própria campanha das Diretas, a sua candidatura à Presidência numa negociação com os militares era ainda muito mais inviável. Esperar outra eleição seria fatal: a política é feita de momentos, e o seu era aquele; num momento posterior, outros valores novos se levantariam, ele bem sabia. Era inevitável o seu honroso revés. A política é cheia desses contratempos.

Vinte anos passados nos colocam hoje um enorme desafio político, o de fazer acreditar à nação brasileira, profundamente, que aquela gigantesca e memorável campanha valeu a pena, isto é, definitivamente, terminantemente, que a democracia vale a pena. E isso vai depender, decisivamente, de que o governo Lula, ao final do seu período, preencha as brilhantes expectativas acendidas com a sua eleição: expectativas de justiça e de soberania.

Eu o creio. De fato. E com muita convicção.

Ronald Rocha **Vitória parcial**

Sociólogo e ensaísta.

Acontece o vigésimo aniversário da campanha pelas Diretas Já. Se o critério escolhido for o auge das mobilizações populares que encheram as ruas e praças das capitais – nas vésperas da votação da emenda constitucional que pretendia restabelecer o pleito direto imediato para presidente –, a data estará no primeiro semestre de 2004. De fato, entre janeiro

e abril de 1984, ocorreram as maiores concentrações públicas da história do país: 400 mil em Belo Horizonte, 1 milhão no Rio e 1,7 milhão em São Paulo.

Todavia, os atos caracteristicamente voltados a tal exigência começaram no ano anterior. A manifestação do Pacaembu – convocada pelo PT – reuniu cerca de 10 mil pessoas. Antes, várias correntes de esquerda, ainda proscritas, já estavam propondo – aos partidos de oposição legalmente existentes e às entidades representativas de massa – iniciativas capazes de quebrar a lógica conciliadora que preparava a transição “por cima”, sem povo, acorrentada à lógica do Colégio Eleitoral. Não foi casual a proibição e a literal caça de bandeiras vermelhas nas primeiras manifestações.

O mais importante – para além dos eventos que marcaram a memória nacional e do papel desempenhado pelos indivíduos que apareceram na crista da onda democrática – é reconstituir o ambiente político, bem como as contradições objetivas que permitiram e mesmo constrangeram sua eclosão. Trata-se do ocaso da ditadura militar – vale dizer, o seu esgotamento como forma do Estado e a diáspora de suas forças político-sociais de sustentação –, que pôs na ordem do dia um tema que já estava na agenda nacional desde os anos 1960: a passagem a um novo regime político.

A gestação primordial desses acontecimentos estava no âmago da sociedade civil – que detém a prioridade ontológica sobre a sociedade política e ambienta a práxis dos atores sociais – e não na mera vontade dos indivíduos, grupos e partidos, por mais importantes que suas atitudes tenham sido.

De fato, o novo ciclo de acumulação e centralização de capitais – inaugurado em 1964 com a reação aberta ao movimento por reformas progressistas em crescimento e radicalizado com a reorganização monopolista-financeira da economia política a partir dos órgãos estatais aquartelados – exigiu a ruptura com a desde sempre limitada e precária República democrática. Excluindo a modorra dos primeiros anos, os técnicos a serviço dos generais de plantão, escancarando as portas aos interesses imperialistas e seus sócios internos, conseguiram alcançar altos índices de crescimento do PIB, ainda que às custas da soberania nacional e da miséria generalizada. Mas o fim do chamado “milagre brasileiro”, na primeira metade dos anos 1970 – com a irrupção da crise de longo curso do capitalismo –, falou mais alto do que o desejo de perpetuar o terrorismo de Estado.

Não tardou que a tentativa de enquadrar as instituições políticas na autovolição militarista, à revelia da realidade viva, agravasse o dissenso e evoluísse para uma crise institucional. Após sucessivos impasses, todos os sujeitos foram, literalmente, obrigados a levar em conta o terreno da transição necessária, mas de desenho contingente. O núcleo duro do regime se articulou para defender os dispositivos ditatoriais ou – quando se evidenciou a impossibilidade de fazê-lo por inteiro – para manter o que fosse viável, incluindo as salvaguardas legais para torturadores e mandantes. Os quadros mais esclarecidos e menos autistas da reação – percebendo as tendências em curso, inclusive internacionalmente, e a possibilidade real de uma derrota – passaram a negociar os termos de um tipo de passagem que mantivesse o máximo da herança do antigo regime e impedisse a emergência das forças que sempre lhes haviam sido hostis.

No campo democrático, a esquerda revolucionária trabalhava para a derrota completa da ditadura militar e por uma ruptura que favorecesse uma saída popular para a

crise, abrindo brechas para conquistas democráticas e sociais profundas e duradouras. Interessava-lhe a convocação imediata de Eleições Diretas para presidente – que por si só já significariam uma conquista importante – mas insistia em medidas democráticas concomitantes e as mais avançadas possíveis. Por exemplo, os amplos direitos de expressão política e de organização partidária. O lema que melhor expressou tal postura foi “Diretas com liberdade!”.

A oposição burguesa possuía uma fração democrático-constitucionalista, que desejava o fim imediato do regime militar e se mostrava mais sensível aos ritmos e métodos das mobilizações populares, embora evitasse comprometer-se com formas de luta consideradas radicais, especialmente passeatas com forte presença contestatória, greves e propostas de transformações de fundo que de algum modo tocassem na ordem social estabelecida. Mas o seu setor liberal-conservador – que jamais cessava de fazer um jogo duplo – priorizava os entendimentos com a ala “reformadora” do regime militar e visava cada vez mais à transição pelo “topo”, antes que perdessem o controle da situação e as massas impusessem soluções jacobinas.

A passagem dos anos 1970 foi marcada por um vigoroso fortalecimento das lutas populares, que obteve vitórias parciais como a Lei da Anistia, a extinção do bipartidarismo, o restabelecimento de Eleições Diretas para governador e o crescimento eleitoral das oposições, ao mesmo tempo em que o recrudescimento da crise econômica e as grandes greves operárias, com suas conquistas econômicas e políticas, soavam como o dobre de finados do regime militar. Estava claro que os “de baixo” já não suportavam viver e os “de cima” já não podiam governar como antes.

Porém, a hegemonia burguesa, ao fim e ao cabo estabelecida nos palanques – a partir da influência da oposição consentida e seus governadores diante de uma esquerda ainda debilitada pela repressão e de uma sociedade civil cuja consciência democrático-radical se mostrava gelatinosa –, conseguiu manter a campanha pelas Diretas engessada nos limites de uma reivindicação meramente institucional e que apostava todas as fichas no calendário de um Parlamento viciado. A aliança dos liberais da campanha pelas Diretas com os “redemocratizadores” da caserna fez prevalecer o pacto conservador que teve no Colégio Eleitoral o locus operacional privilegiado e condenou o movimento ao esvaziamento. Tal desfecho, além de atrasar o cronograma da transição e funcionar como a camisa-de-força que o disciplinou para evitar a emergência plebéia, foi também responsável pela manutenção do entulho autoritário que até hoje marca as instituições políticas brasileiras e pela pavimentação do caminho para a restauração neoliberal dos interesses oligopolistas financeiros que tantas mazelas nos legou.

É impossível voltar no tempo para retomar o movimento democrático no exato momento de seu maior impulso progressista – quando o controle conciliador ainda não havia sido estabelecido e seu desdobramento comportava múltiplas e avançadas possibilidades –, na quimera de refazer a práxis e a história. Destarte, faz-se necessário aprender com a experiência para travar os combates do presente com maior consequência. Talvez o legado revolucionário das extraordinárias lutas da primeira metade dos anos 1980 seja a consciência – não por todos obtida ou cultivada – de que vitórias parciais, sob quaisquer condições e governos, se não consolidadas como afirmação permanente e autônoma, pelos “de baixo”, de

**DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA**

No vale do Anhangabaú, em São Paulo, o maior comício de todos os tempos. Abril de 1984. (Iconographia)

um projeto, uma organização e uma mobilização transformadores, sofrerão retrocessos e se extinguirão na reprodução metabólica do capital e de sua sociedade política. Respeitar tal ensinamento é a melhor forma de comemorar as Diretas Já.

Rumo à cidadania Sérgio Mamberti

O movimento Diretas Já chegou para a sociedade brasileira como a aurora do novo dia tão ansiosamente esperado, depois de praticamente 20 anos de trevas sob a ditadura militar. As mortes de Vladimir Herzog e Santo Dias, bem como as greves do ABC, que sob o comando de Lula abriram a brecha para a democratização do nosso país, prepararam o caminho que nos conduziria ao Estado de direito. A institucionalização do voto direto para a eleição dos governantes passou a ser um imperativo inadiável. O Partido dos Trabalhadores nasce então como um fato cultural e político, que vem atuar como catalisador deste processo, que nos levou finalmente a exigir Diretas Já.

Lembro-me bem do momento em que, estando no Rio de Janeiro a trabalho, fui convocado para uma reunião de toda a classe artística, na cobertura da atriz Dina Sfat, no Leblon. Lá estavam as lideranças dos principais partidos falando com artistas e intelectuais sobre o que seria um dos mais importantes fatos sociais e políticos do século XX, mobilizando a totalidade do povo brasileiro a lutar pelos seus direitos e pela construção de um novo projeto da nação.

Ator e militante político, participou dos movimentos contra a ditadura e pelos direitos humanos, especialmente pelo direito universal à cultura. Participou do grupo que elaborou o programa de Cultura do governo Lula.



*Comício pelas
Diretas em
Belo Horizonte,
24/2/1984.
(Acervo DN/PT)*

Havia uma expectativa extraordinária no coração de todos os presentes naquela noite. Representando o Partido dos Trabalhadores, o próprio Luiz Inácio Lula da Silva. O PDT se fez presente através de Doutel de Andrade, e pelo PMDB nada menos que o professor Fernando Henrique Cardoso. Todos falaram de forma veemente, da urgência de mudança e da organização de uma mobilização nacional para atingirmos nossas metas com sucesso.

Tudo parecia caminhar às mil maravilhas, até que o ator Carlos Vereza questionou a sinceridade da proposta, alegando que se era para o nosso prestígio vir a ser usado no esforço de convencimento, gostaria de saber se lutaríamos todos, sem retroceder, pelo voto popular ou se nos conformaríamos diante dos obstáculos a vencer, com a opção de antemão repudiada do Colégio Eleitoral.

Lula foi o primeiro a manifestar-se, reassegurando, como era de se esperar, sua firme

convicção por eleições diretas. O deputado Doutel de Andrade, representando o partido de Leonel Brizola, o acompanhou, confirmando o compromisso assumido. Já o professor Fernando Henrique Cardoso, embora concordando com os que o antecederam, deixou clara a possibilidade de uma alternativa negociada, aceitando inclusive o Colégio Eleitoral.

Pela primeira vez a imagem de FHC, forjada a partir de sua trajetória na USP e no exílio, deixava entrever o posicionamento ético e político que tomaria nos próximos passos de sua carreira política, culminando com a aliança espúria com o PFL em seus oito anos de governo. A partir desse pronunciamento, passei a observar com desconfiança e cautela essa figura que um dia cheguei a pensar seria o presidente esperado para o desafio de um novo Brasil.

No primeiro ato público de conclamação ao povo brasileiro por Diretas Já, numa tarde ensolarada na praça Charles Miller no Pacaembu, eu e a atriz Esther Goes, ao lado de tantos outros artistas que nos sucederam, fomos a primeira dupla de apresentadores a conclamar a população para o advento dos novos tempos. Essa militância, que teve nos artistas brasileiros, como aliás historicamente tem sempre acontecido, uma de suas mais atuantes vanguardas, nos conduziu a tantos outros atos públicos, que sacudiram o Brasil na sua marcha rumo à democracia plena.

Não conseguimos daquela vez o voto direto para presidente, a vitória viria bem depois. Apesar da intensa campanha que reacendeu a esperança de trilharmos novos caminhos, só em 1989 teríamos a efetivação de nosso pleito.

Para isso tivemos que passar pelo trauma da eleição [indireta] e morte de Tancredo Neves e de um governo de transição chefiado por José Sarney. Perdemos também, nesse

embate, dois importantes companheiros, os deputados Bete Mendes e Aírton Soares, que contra a decisão partidária votaram no Colégio Eleitoral e foram afastados do PT.

As eleições de 1989, que simbolicamente marcariam a mudança, com a derrota de Lula para Fernando Collor de Mello, seu *impeachment*, o governo tampão de Itamar Franco e os oito anos da era Fernando Henrique Cardoso adiaram por mais 12 anos a chegada de um governo democrático popular. Apenas agora começamos a colher os frutos dessa extraordinária campanha, que unificou a sociedade brasileira rumo à cidadania.

DIRETAS JÁ:
O FIM DA DITADURA

Esperança e entusiasmos Sócrates

[...] Caminhando com dificuldades naquele mar de gente pude, como raras vezes na vida, me sentir muito mais brasileiro. Os rostos eram plenos de esperança e de entusiasmo. A euforia ultrapassava qualquer expectativa que pudesse ter tido. O grito “Diretas Já” havia tanto tempo engasgado em nossas gargantas era a bandeira que representava os que sofreram nas mãos da ditadura e a busca por um caminho mais justo e nosso. Como, aliás, era a democracia corintiana, que de há muito provocava extensas discussões sobre a redemocratização do país. Aquele movimento provocou profundas transformações na sociedade brasileira. Quem poderia imaginar que 20 anos depois tivéssemos um legítimo representante do povo portando a função presidencial.

Nada será mais belo do que aquilo que vivemos naquele período.

Doutor Sócrates foi um dos jogadores mais originais da história do futebol brasileiro. Usava a cabeça como poucos e o calcanhar como ninguém. É articulista da revista *CartaCapital*.



Henfil/© Ivan
Consenza de Souza

- AAB – Associação Anticomunista Brasileira
 ABC – região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano
 ABCD – região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema
 ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política
 ABI – Associação Brasileira de Imprensa
 ABL – Academia Brasileira de Letras
 ACM – Antonio Carlos Magalhães
 ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
 ALN – Ação Libertadora Nacional
 Anampos – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
 ANL – Aliança Nacional Libertadora
 AP – Ação Popular
 APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
 Apropuc – Associação dos Professores da PUC-SP
 Arena – Aliança Renovadora Nacional
 ASEB – Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia
 AUEP – Associação Universitária de Estudos Psicológicos
 Banespa – Banco do estado de São Paulo
 BBC – British Broadcasting Corporation
 Caco – Centro Acadêmico Cândido de Oliveira
 CADH – Comissão Arquidiocesana de Pastoral de Direitos Humanos e Marginalizados.
 CADH – Comitê de Anistia e Direitos Humanos.
 CAOC – Centro Acadêmico Oswaldo Cruz
 CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
 CBS – Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina.
 CCA – Conselho de Centros Acadêmicos
 CCC – Comando de Caça aos Comunistas
 CCCR – Conselho Consultivo de Representantes das Redações
 CDI – Cinema Distribuição Independente
 CDPP – Comitê de Defesa dos Presos Políticos
 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.
 Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
 CEBs – Comunidades Eclesiásticas de Base
 CEI – Comissão Especial de Inquérito
 CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino Americano
 Cenimar – Centro de Informações da Marinha
 CEPEGE – Centro Paulista de Estudos Geológicos
 Cepeusp – Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
 CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
 Cescem – Centro de Seleção de Candidatos às Escolas Médicas
 CFDT – Confédération Française Démocratique du Travail
 CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
 CGT (França) – Confédération Générale Du Travail
 CIE – Centro de Informações do Exército
 CISA – Centro de Informações e Segurança da Marinha
 CJP – Comissão Justiça e Paz
 CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
 Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPC – Centro Popular de Cultura
 CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
 CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
 CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DCE – Diretório Central dos Estudantes
 DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social
 DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
 DI-GB – Dissidência Estudantil do PCB na Guanabara
 DOI – Destacamento de Operações de Informações
 DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna
 DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social ou Departamento de Ordem Política e Social
 ECA – Escola de Comunicação e Artes (USP)
 ENA (de Paris) – Ecole Nationale d'administration
 ENE – Encontro Nacional dos Estudantes
 FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (USP)
 FEB – Força Expedicionária Brasileira
 FES – Frente Estudantil Trabalhista

- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FPLN – Frente Popular de Libertação Nacional
- FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
- Funarj – Fundação de Arte do Rio de Janeiro
- Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo
- GTNM – Grupo Tortura Nunca Mais
- IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- ICEM – Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas
- IML – Instituto Médico Legal
- Incor – Instituto do Coração
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
- IPM – Inquérito Policial Militar
- KGB – Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti (polícia secreta soviética)
- Libelu – Liberdade e Luta
- LSN – Lei de Segurança Nacional
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- ME – Movimento Estudantil
- ME – Movimento Estudantil
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MEC/USAID (acordos) – Ministério da Educação (MEC)/United States Agency for International Development (USAID)
- MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado
- Mercosul – Mercado Comum do Sul
- MFALD – Movimento Feminino pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas
- MFPA – Movimento Feminino pela Anistia
- Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- MRG – Mouvement des Radicaux de Gauche
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- OB – Operação Bandeirante
- Oban – Operação Bandeirante
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ONGs – Organizações Não-Governamentais
- PC – Partido Comunista
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PCF – Parti communiste français
- PDS – Partido Democrático Social
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PIB – Produto Interno Bruto
- PM – Polícia Militar.
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- POC – Partido Operário Comunista
- Poli – Escola Politécnica (USP)
- Polop – Política Operária
- PPS – Partido Popular Socialista
- PS (da FR) – Parti Socialiste
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSD – Partido Social Democrático
- PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
- PUA – Pacto Unificado Anti-arrocho
- PUC – Pontifícia Universidade Católica
- QG – quartel-general
- REC-MEC – 1º Esquadrão Independente de Reconhecimento Mecanizado
- SATED – Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão
- SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência
- SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.
- SESI – Serviço Social da Indústria
- Sind-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
- SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa
- SNI – Serviço Nacional de Informações
- SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.
- Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
- TEDUT – Terminal Marítimo Almirante Soares Dutra
- TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo
- Tupamaro – também conhecido como Exército de Liberação Nacional, foi uma organização de guerrilha urbana no Uruguai das décadas de 1960 e 1970. O nome deriva do revolucionário Inca Tupac Amaru.
- UDN – União Democrática Nacional
- UEE – União Estadual dos Estudantes
- UEP – União Estadual de Professores
- UFBA – Universidade Federal da Bahia
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
- UFPA – Universidade Federal do Pará
- UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
- UnB – Universidade de Brasília
- UNE – União Nacional dos Estudantes
- Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- USP – Universidade de São Paulo
- UTE-MG – União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
- UTI – Unidade de Terapia Intensiva
- VAR – Vanguarda Armada Revolucionária
- VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
- VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

- AAB – Associação Anticomunista Brasileira
 ABC – região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano
 ABCD – região da Grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema
 ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política
 ABI – Associação Brasileira de Imprensa
 ABL – Academia Brasileira de Letras
 ACM – Antonio Carlos Magalhães
 ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
 ALN – Ação Libertadora Nacional
 Anampos – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical
 ANL – Aliança Nacional Libertadora
 AP – Ação Popular
 APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
 Apropuc – Associação dos Professores da PUC-SP
 Arena – Aliança Renovadora Nacional
 ASEB – Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia
 AUEP – Associação Universitária de Estudos Psicológicos
 Banespa – Banco do estado de São Paulo
 BBC – British Broadcasting Corporation
 CADH – Comissão Arquidiocesana de Pastoral de Direitos Humanos e Marginalizados.
 CADH – Comitê de Anistia e Direitos Humanos.
 CAOC – Centro Acadêmico Oswaldo Cruz
 CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
 CBS – Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina.
 CCA – Conselho de Centros Acadêmicos
 CCC – Comando de Caça aos Comunistas
 CCCR – Conselho Consultivo de Representantes das Redações
 CDI – Cinema Distribuição Independente
 CDPP – Comitê de Defesa dos Presos Políticos
 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social
 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.
 Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
 CEBs – Comunidades Eclesiásticas de Base
 CEI – Comissão Especial de Inquérito
 CELAM – Conferência Geral do Episcopado Latino Americano
 Cenimar – Centro de Informações da Marinha
 CEPEGE – Centro Paulista de Estudos Geológicos
 Cepeusp – Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
 CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
 CGT (França) – Confédération Générale Du Travail
 CIE – Centro de Informações do Exército
 CISA – Centro de Informações e Segurança da Marinha
 CJP – Comissão Justiça e Paz
 CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
 Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPC – Centro Popular de Cultura
 CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
 CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
 CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DCE – Diretório Central dos Estudantes
 DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social
 DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
 DI-GB – Dissidência Estudantil do PCB na Guanabara
 DOI – Destacamento de Operações de Informações
 DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna
 DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social ou Departamento de Ordem Política e Social
 ECA – Escola de Comunicação e Artes (USP)
 ENA (de Paris) – Ecole Nationale d'administration
 ENE – Encontro Nacional dos Estudantes
 FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (USP)
 FEB – Força Expedicionária Brasileira
 FES – Frente Estudantil Trabalhista
 FGV – Fundação Getúlio Vargas
 FHC – Fernando Henrique Cardoso
 Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 FPLN – Frente Popular de Libertação Nacional

- FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
 Funarj – Fundação de Arte do Rio de Janeiro
 Fundap – Fundação do Desenvolvimento Administrativo
 GTNM – Grupo Tortura Nunca Mais
 IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
 ICEM – Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas
 IML – Instituto Médico Legal
 Incor – Instituto do Coração
 INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
 IPM – Inquérito Policial Militar
 KGB – Komitet Gosudarstvenno Bezopasnosti (polícia secreta soviética)
 Libelu – Liberdade e Luta
 LSN – Lei de Segurança Nacional
 MDB – Movimento Democrático Brasileiro
 ME – Movimento Estudantil
 ME – Movimento Estudantil
 MEC – Ministério da Educação e Cultura
 MEC/USAID (acordos) – Ministério da Educação (MEC)/United States Agency for International Development (USAID)
 MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado
 Mercosul – Mercado Comum do Sul
 MFALD – Movimento Feminino pela Anistia e pelas Liberdades Democráticas
 MFPA – Movimento Feminino pela Anistia
 Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
 MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
 MRG – Mouvement des Radicaux de Gauche
 MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 OB – Operação Bandeirante
 Oban – Operação Bandeirante
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 ONGs – Organizações Não-Governamentais
 PC – Partido Comunista
 PCB – Partido Comunista Brasileiro
 PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
 PCdoB – Partido Comunista do Brasil
 PCF – Parti communiste français
 PDS – Partido Democrático Social
 PDT – Partido Democrático Trabalhista
 PFL – Partido da Frente Liberal
 PIB – Produto Interno Bruto
 PM – Polícia Militar.
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 POC – Partido Operário Comunista
 Poli – Escola Politécnica (USP)
 Polop – Política Operária
 PPS – Partido Popular Socialista
 PS (da FR) – Parti Socialiste
 PSB – Partido Socialista Brasileiro
 PSD – Partido Social Democrático
 PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro
 PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
 PT – Partido dos Trabalhadores
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
 PUA – Pacto Unificado Anti-arrocho
 PUC – Pontifícia Universidade Católica
 QG – quartel-general
 REC-MEC – 1º Esquadrão Independente de Reconhecimento Mecanizado
 SATED – Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão
 SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência
 SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.
 SESI – Serviço Social da Indústria
 Sind-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
 SIP – Sociedade Interamericana de Imprensa
 SNI – Serviço Nacional de Informações
 SPDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.
 Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
 TEDUT – Terminal Marítimo Almirante Soares Dutra
 TUCA – Teatro da Universidade Católica de São Paulo
 Tupamaro – também conhecido como Exército de Liberação Nacional, foi uma organização de guerrilha urbana no Uruguai das décadas de 1960 e 1970. O nome deriva do revolucionário Inca Tupac Amaru.
 UDN – União Democrática Nacional
 UEE – União Estadual dos Estudantes
 UEP – União Estadual de Professores
 UFBA – Universidade Federal da Bahia
 UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
 UFPA – Universidade Federal do Pará
 UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
 UnB – Universidade de Brasília
 UNE – União Nacional dos Estudantes
 Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
 URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
 USP – Universidade de São Paulo
 UTE-MG – União dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
 UTI – Unidade de Terapia Intensiva
 VAR – Vanguarda Armada Revolucionária
 VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
 VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

A

- A CONSTITUIÇÃO que não foi: história da Emenda Constitucional n.1, de 1969. Brasília: Senado Federal, 2002.
- A GREVE na voz dos trabalhadores. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *Reconstruindo os caminhos da APASSP e do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo nos marcos do Novo Sindicalismo, período 1978-1988*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1992.
- ABRAMO, Bia (org.). *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1992.
- ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1987.
- ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Unicamp, 1999.
- ABRAMO, Lélia. *Vida e arte: memórias de Lélia Abramo*. São Paulo/Campinas: Ed. Fundação Perseu Abramo/Unicamp, 1997.
- ABRANCHES, Sérgio H. Crise e transição: Uma interpretação do movimento político nacional. *Dados*: Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 307-329, 1982.
- ABREU, Alzira Alves de (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ABREU, Alzira Alves de et alii (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, Alzira Alves de. LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- ABREU, Hugo. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/ Mauad, 2000.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da Federação. Os governadores e redemocratização*. São Paulo: USP/ Hucitec, 1998.
- AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. *Resistindo à ditadura, 1964 a 1978*. Rio de Janeiro: Ação Católica Operária, 1990.
- ACCO, Marco Antonio de Castilhos. *Elites da burocracia econômica e as reformas institucionais do sistema financeiro no governo Castelo Branco (1964-67)*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1996.
- ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Visões da luta: as diferentes análises sobre a atuação das esquerdas brasileiras no período militar. *Estudos de História*: Franca, v.8, n.1, 2001.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADUSP [Associação dos Docentes da USP]. *O Controle Ideológico da Universidade*. São Paulo: ADUSP, 2004.
- AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- AGUADO, Juventino de. *O ocaso da utopia e o despertar do Cansino: Vivências na Igreja Católica em Ribeirão Preto (1967-1988)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da USP, 1997.
- AGUIAR, Flávio (org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Boitempo/Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. Panorama da música popular brasileira. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- AGUIAR, Luís Antônio e SOBRAL, Marisa. *Para entender o Brasil*. São Paulo: Alegro, 2001.
- AGUIAR, Roberto A. R. *Os militares e a Constituinte: poder civil e poder militar na Constituição*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- ALARCÓN, Rodrigo. *Brasil, represión y tortura*. Santiago: Orbe, 1971.

- ALARCÓN, Rodrigo. Pena de muerte en Brasil: de los hechos a la legalidad fascista. Santiago/Chile. *Cuadernos brasileños 1*, ediciones letras, 1971.
- ALBIN, Ricardo Cravo. *Driblando a censura*: de como o cutelo vil incidiu na cultura. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.
- ALBRIGHT, David E. Comparative conceptualization of civil-military relations. *World Politics*, v.32, n.4, p. 553-576, jul. 1980.
- ALBUQUERQUE, Walter Pires de Carvalho e. *Administração Gen. Ex. Walter Pires de Carvalho e Albuquerque*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi de. *A entrada da Igreja no escurinho do cinema*: a censura católica ante a produção cinematográfica dos anos 20 aos 60. Tese de Doutorado. Departamento de História da USP, 1996.
- ALENCAR, Sandra Siebra. A censura *versus* o teatro de Chico Buarque de Hollanda, 1968-1978. *Acervo*: Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 101-114, jul./dez. 2002.
- ALMADA, Izaias. *A metade arrancada de mim*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.
- ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente*: A morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue-quente*: a morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de, BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira Justiça e Paz*: 1969-1995 (Empenho e Memória). Rio de Janeiro: Educam, 1996.
- ALMEIDA, Claudio Aguiar. *Cultura e sociedade no Brasil*: 1940-1968. 2. ed. São Paulo: Atual, 1996.
- ALMEIDA, Francisco Inácio (org.). *O último secretário*: a luta de Salomão Malina. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002.
- ALMEIDA, Jorge, VIEIRA, Maria Alice, CANCELLI, Vitória (orgs.). *Partido dos Trabalhadores*: Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-1998. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Diretório Nacional do PT, 1998.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara*: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.4. p. 319-409.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Novas demandas, novos direitos: experiências do sindicalismo paulista na última década. *Dados*: Rio de Janeiro, v.26, n.3, p. 265-290, 1983.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Questões & Debates*, n.6, p. 49-74, 1975.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Tendências recentes da negociação coletiva no Brasil, *Dados*: Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 161-189, 1981.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Tomando partido, formando opinião*. Cientistas sociais, imprensa e política. São Paulo: Sumaré, 1992.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares, SORJ, Bernardo (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ALMEIDA, Sérgio Roberto Porto de. *A concentração de capital nos bancos comerciais brasileiros*: 1964-1981. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1983.
- ALMEIDA, Suely Souza de, SILVEIRA, Maria Lúcia Souza da, OLÍMPIO, Victória Lavínia Graboís (orgs.). *Violência estatal e experimentos de resistência na vida social brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Revinter, 2003.
- ALMEIDA, Wellington Lourenço de. *Direitos humanos no Brasil (1988-1998)*: um desafio à consolidação democrática. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- ALN [Ação Libertadora Nacional]. *Repressão Militar-Policial no Brasil*. São Paulo, 1975, mimeo.
- ÁLVARES, Delaine de Souza Silva. *Le Monde e a tortura no período Médici*. Dissertação de mestrado apresentada à UFSCar. São Carlos, 1998.
- ALVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brazil*: women's movements in transition politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.15, p. 111-124, nov. 2000.
- ALVES, J. A. Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- ALVES, Magda Magalhães. *Autoritarismo e censura no Brasil*. Tese de doutorado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1978.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- ALVES, Márcio Moreira. *Beabá do Mec-Usaid*. Rio de Janeiro: Editora Gernasa, 1968.
- ALVES, Márcio Moreira. *El despertar de la revolución brasileña*. México: Diógenes, 1972.
- ALVES, Márcio Moreira. *Teotônio, Guerreiro da Paz*. São Paulo: Vozes, 1983.
- ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1987.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no*

- Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ALVES, P. e Paiva, A. A revolução nacional-democrática, segundo o V e o VI Congresso do PCB. In: *Debate*, n. 16, Paris, maio 1974.
- ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFF. Niterói, 2001.
- ALVES, Valdir. *João Rocco: o último guerrilheiro*. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.
- ALVES, Valéria Aparecida. *Pra não dizer que não falei dos festivais: música e política na década de 60*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 2001.
- ALVIM, Thereza Cesário. *O golpe de 1964: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto, PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- AMARAL, Hélio Soares do. *Censura à televisão: ensaio sobre os efeitos da censura na linguagem da televisão no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 1980.
- AMAZONAS, João. *Pela liberdade e pela democracia popular*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.
- AMES, Barry. *Rhetoric and reality in a militarized regime: Brazil since 1964*. Beverly Hills: Sage Publications, 1973.
- AMNESTY International. *Report on allegations of torture in Brazil*. London: Amnesty International Publications, 1972.
- ANDERSON, Benedict. *Memória e esquecimento*. In: _____ *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Revisited Edition. London/New York: Verso, 1991.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDRADE, Auro Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias. 1961-1967*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ANDRADE, Jéferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado, a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: Golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo: Contexto, 1989.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes, OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- ÂNGELO, Ivan. Nós, que amávamos tanto a literatura. In: SCHWARTZ, Jorge, SOSNOWSKI, Saúl (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 69-73.
- ANGUITA, Eduardo. *Sano Juicio*: Baltasar Garzón, algunos sobrevivientes y la lucha contra la impunidad en Latinoamérica. Buenos Aires: Sudamerica, 2001.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Desapariciones*. Caracas: Fundamentos, 1983.
- ANISTIA INTERNACIONAL. *Eles nos trataram como animais: tortura e maus-tratos no Brasil*. Desumanização e impunidade no sistema de justiça criminal. 2001.
- ANSARA, Soraia. *Repressão e lutas operárias na memória coletiva da classe trabalhadora em São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 2000.
- ANTERO, Luiz Carlos, AMAZONAS, João, SILVA, Aumano. *Uma epopéia pela liberdade: guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- ANTERO, Luiz Carlos. Araguaia: Presente! *Revista Princípios*, n.64, 2002.
- ANTOINE, Charles. *Church and power in Brazil*. New York: Orbis Books, 1970.
- ANTUNES, Priscila C. B. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista*. São Paulo/Campinas: Ed. da Unicamp/Ensaio, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991.
- AQUINO, Maria Aparecida de, MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de, SWENSSON JR., Walter Cruz (orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.
- AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política (séculos XIX-XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos cruzados: Imprensa e Estado autoritário no Brasil (1964-1980)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1994.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de S. Paulo e o Movimento*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1990.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)*. O exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de S. Paulo e o Movimento*. Bauru/São Paulo: Edusc, 1999.
- AQUINO, Maria Aparecida de. Mapeamento e sistematização do acervo DEOPS/SP: um projeto

- pioneiro. *Revista Histórica*: São Paulo, n.2, p. 43-48, ago. 2000.
- ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular, da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1994.
- ARANTES, Paulo (editor). *Opinião: Tortura e perdão. Revista Reportagem*, Os arquivos militares, n.65, fev. 2005.
- ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e Política no Brasil*. São Paulo: Idesp/Ed. Sumaré/ Fapesp/Educ, 1997.
- ARAÚJO, Alcione. *Nem todo o oceano...* Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ARAÚJO, Angela, FERREIRA, Verônica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.10-11, jun./nov. 1998.
- ARAÚJO, Arturo Gouveia. *Os homens cordiais: a representação da violência oficial na literatura dramática brasileira após-64*. Dissertação de mestrado apresentada à UFPB. João Pessoa, 1991.
- ARAÚJO, José Pessoa de. *Lamarca, Herzog e outros heróis*. São Paulo: Scortecci Editora, 1998.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as "novas esquerdas" no Brasil e no mundo na década de 70*. Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1998.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi- Revista de História*: Rio de Janeiro, n.5, p. 333-353, set. 2002.
- ARAÚJO, Nilton Clovis Machado de. *Programas de apoio financeiro do Estado ao setor industrial privado, através do sistema BNDES, no período pós-1964*. Uma abordagem através da economia da informação. Tese de doutorado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1997.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARBIX, Glauco. *Uma aposta no futuro: os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Scritta, 1996.
- ARDAILLON, Danielle (apres.). *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.
- ARGOLO, José Amaral, RIBEIRO, Kátia, FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ARGOLO, José, FORTUNATO, Luiz A. M. *Dos quartéis à espionagem: caminhos e desvios do poder militar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- ARMONG, Miguel. *A linha justa: a faculdade Nacional de Filosofia nos anos 1962-1964*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- ARNS, D. Paulo Evaristo (apres.). *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- ARNS, D. Paulo Evaristo (pref.). *Arquidiocese de São Paulo: perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Fé e política: povo de Deus e participação política*. São Paulo: Vozes, 1981.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Torture in Brazil: a shocking report on the pervasive use of torture by Brazilian military governments*. Austin: University of Texas Press, 1998.
- ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Imprensa alternativa e cultura: 1970-1984*. Brasília: Editora do Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *DOPS, a história oficial*. Curitiba: O Arquivo, 1991.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Catálogo de folhetos apreendidos pelas polícias políticas*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2001.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Catálogo de livros apreendidos pelas polícias políticas*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2001.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dops: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 1996.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas: reflexos de nossa história*. Rio de Janeiro: Faperj, 1996.
- ARRABAL, José, LIMA, Mariângela Alves. *O nacional e o popular na cultura brasileira: teatro*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ARREGUI, J. J. Hernandez. *Que é ser nacional?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- ARRUDA, Maria Hermínia Nascimento. *A embalagem e o sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985.
- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.17, nov. 2001.
- ARTURI, Carlos S. *O empresariado industrial e a abertura política no Brasil (1978-1984)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1989.
- ASSIS, Chico de et alii. *Onde está meu filho?* A história de

- um desaparecido político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe: 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- ASSIS, Sulamita M. B. de. *Censura à imprensa no regime brasileiro pós-64: seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos*. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1987.
- ASSUNÇÃO, Vânia N. F. de. *O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1999.
- ATTI, César Augusto. Arquivo do DEOPS-SP: os documentos da "subversão". *Populações. Boletim do CEDHAL*: São Paulo, n.4, p. 8-10, 1996.
- AUGUSTO, Agnaldo del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- AVELAR, Ildeber. *Alegorias da Derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.
- ÁVILA, Fernando Bastos de. *Igreja e Estado no Brasil: perspectivas e prospectivas*. São Paulo: Loyola, 1987.
- ÁVILA, Henrique Manuel. *Da urgência à aprendizagem: sentido da história e romance brasileiro dos anos 60*. Londrina: Ed.UEL, 1997.
- AYERBE, Luís Fernando e outros. *O choque econômico e a transição brasileira*. São Paulo: Ed. Vértice, 1995.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *Leninismo e social-democracia: uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de mestrado em ciência política apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AZEVEDO, Helvécio de O. Política da industrialização brasileira pós-1964: primeiros resultados. *Revista de Ciência Política*, v.23, n.2, p. 135-141, maio/ago. 1980.
- AZEVEDO, Marcello. *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*. São Paulo: Loyola, 1986.
- AZEVEDO, Ricardo e MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória – Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1997.
- AZEVEDO, Ricardo, MAUÉS, Flamarion. *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AZEVEDO, Sérgio. Política de habitação popular: balanço e perspectivas. *Dados*: Rio de Janeiro, n.22, p. 99-118, 1979.
- AZZI, Rioldo. A Igreja Católica no Brasil no período de 1950 a 1975: relação cronológica de fatos, episódios e declarações relevantes. *Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro, v.34, n.2, p. 79-109, 1977.
- BACCHUS, Wilfred A. *Mission in mufti: Brazil's military regimes, 1964-1985*. New York: Greenwood Press, 1990.
- BACHA, Edmar Lisboa e KLEIN, Herbert S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945. Volumes 1 e 2*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BADAN, Ude, SEGATTO, José Antonio. *Sociedade e Literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- BADEN, Nancy T. *The muffled cries: the writer and literature in authoritarian Brazil, 1964-1985*. Boston: University Press of America, 1999.
- BADER, Wolfgang (org.). *Brecht no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.
- BAIA, Paulo Fernandes. *Economia política do Partido dos Trabalhadores: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.
- BANDEIRA, Marina. *Comissão Brasileira Justiça e Paz (1969-1995): empenho e memória*. Rio de Janeiro: Educam, 1996.
- BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil, 1930-1992*. Brasília/São Paulo: Ed. Unb/ Ensaio, 1993.
- BANDEIRA, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARAGLIA, Mariano. *O poder na Igreja e as Comunidades Eclesiais de Base*. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da USP, 1991.
- BARATA, Agildo. *Vida de revolucionário*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BARBEIRO, Heródoto (entrevistador). *O que pensam os presidentiáveis: Lula*. São Paulo: Harbra, 1989.
- BARBOSA, Airton Lima (coord.). *Que caminho seguir na música popular brasileira*. *Revista Civilização Brasileira*, n.7, p.375-85, maio, 1966.
- BARBOSA, Jarbas. *30 anos de Cinema Novo*. Entrevista de Jarbas Barbosa a Silvia Oroz. Rio de Janeiro: Imprensa da Cidade, 1993.
- BARBOSA, M. A. Rodrigues et alii. *Direitos Humanos: um debate necessário*. São Paulo: Brasiliense, Instituto Interamericano de Direitos Humanos, v.1, 1988/v.2, 1989.
- BARCELLOS, Augusto, GUAZZELLI, César, WASSERMAN, Claudia. *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1992.

- BARCELLOS, Jalusa (org.). *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BARRETO, Egídio. *Heranças de abril: um enfoque sobre o golpe de 64 e seus desdobramentos na vida social brasileira*. Fortaleza: E. Barreto, 1991.
- BARRETO, Sebastião da Silva. Crime contra o Estado e a ordem política e social. *Revista dos Tribunais*, v.307, p. 65-69, maio 1961.
- BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Editora Equador, 1965.
- BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1991.
- BARROS, Maria Lúcia Paiva M. *O caso Rubens Paiva*. Dissertação de Mestrado entregue ao departamento de História da PUC. São Paulo, 1992.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BASTOS, Alcmeno. *A história foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80*. Rio de Janeiro: Caetés, 2000.
- BASTOS, Aurélio Wander. Do estatuto jurídico conferido aos documentos privados de titulares de cargos públicos em diferentes países. Comentários. In: *Documentos Privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.
- BASTOS, Élide Rugai. *Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BATALHA, Cláudio H. M. Pra frente Brasil: o retorno do cinema político In: FERREIRA, Jorge, SOARES, Mariza de Carvalho (orgs.). *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BATISTA, Nilo. Aspectos Jurídico-Penais da Anistia. Rio de Janeiro: *Revista Civilização Brasileira*, p.195-206. 1980.
- BATISTA, Nilo. Lei de Segurança Nacional: o direito da tortura e da mente. *Revista de Direito Penal e Criminologia*, v.34, p.48-62. jul./dez. 1982.
- BATISTA, Paulo Nogueira et alii. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BATLEY, Richard. *Incorporation and exclusion in Brazilian development*. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, 1978.
- BAUMGARTNER, José Luiz et alii. *Os desaparecidos: a história da repressão do Uruguai*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- BECHLOSS, Michael R. *Taking Charge: The Johnson White House tapes, 1963-1964*. Washington, Simon and Shuster Inc., outubro de 1997.
- BEIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BENEDITO, Mouzar. *Ousar lutar, memórias da guerrilha que vivi. Depoimento de José Roberto Rezende*. São Paulo: Viamundo, 2000.
- BENEVIDES, Maria Victória de M. *Cidadania e Direitos Humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *Cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1992.
- BENJAMIN, César et alii. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BENJAMIN, Iramaya. *Ofício de Mãe*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- BENTES, Ivana. *Joaquim Pedro de Andrade: a revolução intimista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- BERARDINELLI, Cleonice. Ensaio de censuras e de censura. *Palavra*: Rio de Janeiro, n.1, p.41-49, 1993.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira 1978-1980*. Dissertação de mestrado entregue ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- BERCHT, Verônica. *Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- BERG, Creuza de Oliveira. *Os mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (Brasil, 1964-1984)*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1998.
- BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: Edufscar, 2002.
- BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papius, 1984.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BERQUÓ, Alberto. *O seqüestro dia a dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BESSERMAN Vianna, Helena. *Politique de la psychanalyse face à la dictature et à la torture: n'en parlez a personne*. Paris: Editions L'Harmattan, 1997.
- BESSERMAN, Helena. *Não conte a ninguém*. São Paulo: Imago, 1994.
- BETHELL, Leslie, ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BETINHO [Herbert José de Souza]. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- BETINHO [Herbert José de Souza]. *Revoluções da minha geração: depoimento a François Bougon*. São Paulo: Moderna, 1996.
- BETTO, Frei [Carlos Alberto Libânio Christo]. *Batismo de sangue: a luta clandestina contra a ditadura*. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. 11. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- BETTO, Frei [Carlos Alberto Libânio Christo]. *Cartas da prisão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BETTO, Frei [Carlos Alberto Libânio Christo]. *Das catacumbas: cartas da prisão (1969-1971)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

- BETTO, Frei. *O dia de Ângelo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 2 vols.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Segurança Nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BICUDO, Hélio. *Anistia desvirtuada*. São Paulo, 2004, mimeo.
- BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. 10ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIERRENBACH, Julio de Sá. *Riocentro*: quais os responsáveis pela impunidade? Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- BIOCCA, Ettore. *Estratégias do Terror*: a face oculta e repressiva do Brasil. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.
- BITARELLO, Beatriz Helena Domingues. *"Reinventar a roda"?* Estudo da política nuclear dos governos militares no Brasil pós-1964. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1988.
- BITTAR, Jorge (org.). *O modo petista de governar*. Cadernos de Teoria & Debate, 2ª ed. São Paulo: Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, 1992.
- BITTENCOURT, Getúlio. *A quinta estrela*: como se tenta fazer um presidente no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- BIZ, Osvaldo (org.). *Sessenta e quarto: Para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004.
- BLACK, Jan Knippers. *United States penetration of Brazil*. Manchester: Manchester University Press, 1977.
- BLAUSTEIN, Eduardo e ZUBIETA, Martín. *Decíamos Ayer*: la prensa Argentina bajo el proceso. Buenos Aires: Colihue, 1998.
- BNM. *Projeto – "Brasil: Nunca Mais"*. "Projeto A", 6 tomos, 12 v. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo: 1985.
- BOAL, Augusto, GUARNIERI, Gianfrancesco. *Arena conta Tirandentes*. São Paulo: Sagarana, 1967.
- BOAL, Augusto. *Milagre no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOAL, Augusto. O que pensa você da arte de esquerda. *Arte em Revista*, n.2, maio/ago. 1979. [Artigo publicado no programa da *Feira Paulista de Opinião* em 1968 e transcrito em *Arte em Revista*, n.2, maio/ago. 1979]
- BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BOAL. *Hamlet e o filho do padeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOANOVA, Antônio Carlos. *Clero e povo*: o catolicismo na América Latina nos anos 60. São Paulo: CERU, 1981.
- BOCCANERA, Sílvia. *An experiment in prior restraint press censorship in Brazil, 1972-1975*. Dissertação de mestrado apresentada à University of Southern California. San Diego, 1975.
- BOCCHI, Carmen Priscilla. *O movimento pela ética na política e as mobilizações pró-impeachment*. São Paulo: Dissertação de mestrado em ciências políticas apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Hucitec, 1991.
- BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v.9, n.26, p. 51-65, out. 1994.
- BONAVIDES, Paulo. *A crise política brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- BORAN, Jorge. *O futuro tem nome: juventude*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- BORBA, Ângela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e política*: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- BORBA, Marco. Aurélio. *Cabo Anselmo*: a luta armada ferida por dentro. São Paulo: Global, 1981.
- BORGES FILHO, Nilson. *As polícias militares como aparelho repressivo do Estado*: o papel político das polícias militares antes e pós-64. Tese de doutorado apresentada à UFSC. Florianópolis, 1989.
- BORGES FILHO, Nilson. *Os militares no poder*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.
- BORGES FILHO, Nilson. *Sobre o sagrado e o profano*: civis e militares na política brasileira. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- BORGES, José Ribeiro. *Tortura*: aspectos históricos e jurídicos. O crime de tortura na legislação brasileira – análise da Lei n.9.455/97. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 2000.
- BORGES, Mauro. *O golpe em Goiás*: história de uma traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- BORGHETH, Luiz Eduardo. *Quem e como fizemos a TV Globo*. Rio de Janeiro: A Girafa, 2003.
- BOSCHI, Renato Raul. Abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982. *Dados*: Rio de Janeiro, v.29, n.1, p. 5-24, 1986.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A bênção de abril*: "Brasil, urgente". Memória e engajamento católico no Brasil, 1963-64. Petrópolis: Vozes, 1983.

- BOTOSSO, Marcelo, SILVA, Márcia Pereira da. FALN: a esquerda em armas. *Ensaio de História*: Franca, v.2, n.2, 1997.
- BOTOSSO, Marcelo. *A guerrilha ribeirão pretana*: história de uma organização armada revolucionária. Dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Franca, 2001.
- BOTOSSO, Marcelo. A guerrilha rural no Brasil pós-1964. *Estudos de História*: Franca, v.8, n.1, 2001.
- BOTOSSO, Marcelo. Igreja versus repressão: o caso Maurina Borges. *Ensaio de História*: Franca, v.3, n.1/2, 1998.
- BOVO, Cassiano Ricardo M. *Anistia Internacional*: roteiros da cidadania em construção. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002.
- BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*: mais pra epa que pra oba. Brasília: UnB, 1991.
- BRAGA, Teodomiro e BARBOSA, Paulo. *Meu filho Alexandre Vannucchi*. Depoimentos de Egle e José Vannucchi. São Paulo: Edição S.A., s/d.
- BRANCA, Eloisa (org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*: Castello Branco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*: o ato 5. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*: o baile das solteironas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- BRANCO, Carlos Castello. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- BRANDÃO, Anna Lúcia. *A resistência parlamentar após 1964*. Brasília: Senado Federal, 1984.
- BRANDÃO, Antonio Helonis Borges. *O cordel*: relato político. A institucionalização do "popular" na literatura de cordel em Fortaleza (1979-1988). Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964). São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Literatura e resistência. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BRANDÃO, Marco Antônio. *Socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores*: a história de uma utopia (1979-1994). Dissertação de Mestrado apresentada à Unesp. São Paulo, 1998.
- BRANDÃO, Ricardo. *Terrorismo, Tortura e Morte no Brasil*. Ponta Porã, 1981.
- BRANFORD, Sue. *Brazil: carnival of the oppressed*. London: Latin America Bureau, 1995.
- BRAZIL, Érico Vital e SHUMAHAR, Shuma (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BRIGAGÃO, Clóvis. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BROSSARD, Paulo. *Anistia e torturas*. Brasília/DF: Senado Federal, 17/03/81.
- BROSSARD, Paulo. *Chega de arbítrio*. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- BROSSARD, Paulo. *É hora de mudar*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BROSSARD, Paulo. *O caso Herzog*. Brasília/DF: Senado Federal, 03/12/78.
- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- BRUNEAU, Thomas. *Religião e politização no Brasil*: a Igreja e o regime autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.
- BUARQUE, Chico e GUERRA, Ruy. *Calabar, o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- BUCCI, Eugênio. Guerrilheiros Udenistas. *Teoria e Debate*: São Paulo, 19, set. 1992.
- BUCHANAN, Paul G. Democratization top-down and bottom-up. In: BINNENDIJK, Hans (org.). *Authoritarian regimes in transition*. Center for the Study of Foreign Affairs, Foreign Service Institute, US Department of State, 1987, p. 223-233.
- BUENO, Zuleika de Paula. *Bye bye Brasil*: a trajetória cinematográfica de Carlos Diegues (1960-1979). Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, IFCH, Unicamp, 2000.
- BULHÕES, Maria da Graça Pinto. *Movimento dos professores gaúchos, 1972-1991*: a difícil trajetória da questão democrática. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes da USP, 1994.
- BUZUID, Alfredo. *Rumos políticos da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1970.
- BYARS, Robert Stafford. *Small group theory and political leadership in Brazil. The case of the Castelo Branco regime*. Tese de doutorado apresentada à University of Illinois. Illinois, 1969.

C

- CABRAL, Ana Maria Rezende. *A vez e a voz das classes populares em Minas*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1996.
- CABRAL, Maria do Socorro Reis. *CENEAS/ANAS: uma trajetória de lutas no campo do Novo Sindicalismo no período 1978-1988*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1992.
- CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambodá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CABRAL, Reinaldo, LAPA, Ronaldo (orgs.). *Desaparecidos políticos*: prisões, seqüestros, assassinatos. Rio de Janeiro: Opção/ Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

- CACCIA-BAVA, Silvio. *A luta nos bairros e a luta sindical: a experiência de São Bernardo*. São Paulo: Cedec, 1983.
- CADERNOS DO PRESENTE. Greves operárias (1968-1978). *Aparte*: Belo Horizonte, n. 2, jul. 1978.
- CALDAS, Álvaro. *Balé da utopia*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1993.
- CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 5.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CALDEIRA, Jorge e outros. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires. Direitos humanos ou “Privilégios de Bandidos”? Desventuras da Democratização Brasileira. São Paulo: *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 30, julho de 1991.
- CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDEVILLA, Vinícius. *Vitral do tempo*. São Paulo: Xamã, 1994.
- CALIARI, Tânia, Pereira, Raimundo Rodrigues. Os arquivos militares. Por que o governo não abre. *Revista Reportagem*: São Paulo, n.65, 2005.
- CALIGIURI FILHO, Júlio César *et alii*. *Onde estão?* Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e os desaparecidos políticos. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1992.
- CALLADO, Antônio. *Bar Don Juan*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CALLADO, Antônio. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CALLADO, Antônio. *Reflexos do Baile*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CALLADO, Antônio. *Sempre viva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CALLADO, Carlos. *Tropicália, a história de uma revolução musical*. São Paulo: Ed.34, 1997.
- CALVO, Roberto. *La doctrina militar de la seguridad nacional: (autoritarismo político y neoliberalismo económico en el Cono Sur)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1979.
- CÂMARA, D. Hélder. *Um olhar sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CAMARGO, Aspásia e DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989.
- CAMARGO, Aspásia e outros. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CAMARGO, Aspásia. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CAMARGO, Aspásia. As gerações políticas e a transição brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, v.30, n.1, p.5-28, 1987.
- CAMARGO, José Maria de Toledo. *A espada virgem: os passos de um soldado*. São Paulo: Ícone, 1995.
- CAMARGO, Sônia de. *Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil: uma década de política exterior, 1973-1984*. São Paulo: Convívio, 1988.
- CAMARGOS, Márcia, MARINGONI, Gilberto e SACCHETTA, Wladimir. *A imagem e o gesto. Fotografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CAMPO, Mônica Brincalipe. *O desafio e as vicissitudes político-culturais das esquerdas no pós-64*. Dissertação de mestrado, Departamento de História da USP, 1995.
- CAMPOS COELHO, Edmundo. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- CAMPOS, Joaquim Pedro de Souza. *O papel dos militares no processo de abertura política no Brasil*. In: KOHUT, Karl (org.). *Palavra e poder: os intelectuais na sociedade brasileira*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991.
- CAMPOS, José Narino de. *Brasil: uma Igreja diferente*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.
- CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. *As universidades brasileiras como centro de resistência*. In: KOHUT, Karl (org.). *Palavra e poder: os intelectuais na sociedade brasileira*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna de Popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *O século esquisito*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990.
- CAMPOS, Roberto, SIMONSEN, Mário Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- CANABRAVA FILHO, Paulo. *No olho do furacão: América Latina anos 60/70*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFSCar. São Paulo, 2001.
- CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz: gênese e atuação política (1972-1985)*. São Carlos/SP: Edufscar, 2005.
- CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *Estudos Avançados*, n.8, p. 4-18, jan. 1988.

- CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- CANTARINO, Geraldo. 1964: a Revolução para inglês ver. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A rebelião dos marinheiros*. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- CAPPARELLI, Sérgio. *Ditaduras e indústrias culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1989.
- CARANDELL, José Maria. *A contestação juvenil*. Rio de Janeiro: Ed. Salvat, 1979.
- CARDOSO, Celia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1995.
- CARDOSO, Fernando H. e LAMOUNIER, Bolívar (eds.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A questão dos partidos. *Contexto*, n.5, p. 1-20, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. As eleições e o problema institucional (3): notas sobre o Estado e a sociedade. *Dados*: Rio de Janeiro, n.14, p. 201, 210, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites. *Estudos Cebrap*, n. 15, p. 5-24, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *La cuestión del Estado em Brasil*. Lima: Taller de Estudios Políticos, Programa Académico de CCSS/Universidad Católica del Perú, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O “modelo brasileiro” de desenvolvimento. *Questões & Debates*, n.1, p. 18-47, 1973.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição. O caso brasileiro. *Dados*: Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 9-27, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O regime político brasileiro. *Estudos Cebrap*, n.2, p. 83-118, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. *Estudos Cebrap*, n. 26, p. 169-194.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, v.2, n.2, out. 1990.
- CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: USP/Curso de Pós-Graduação em Sociologia/ Editora 34, 2001.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, n.27, p. 179ss., 1994.
- CARDOSO, Lucineide Costa. *Memória e poder. As criações memorialísticas e o regime de 64*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1993.
- CARDOZO, José Eduardo Martins. *A máfia das propinas: investigando a corrupção em São Paulo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CARMO, Sônia Irene Silva do. *A construção da pátria: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- CARNEIRO, D. Dias. Passivo do governo e déficit público no período 1970-1985. In: LOSARDO, E. (ed.). *Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- CARNEIRO, Glaucio. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. 2v.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luíza Tucci Carneiro. *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade:/Arquivo do Estado/ SEC, 1997.
- CARONE, Edgar. *O PCB (1922-1982)*. 3 v. Rio de Janeiro: Bertrand, 1973.
- CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHEIRO, Nelson. *Bancos comerciais no Brasil: 1964/1976. Crescimento e concentração*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1982.
- CARVALHO, Alessandra. *Do autoritarismo à democracia? Um estudo dos processos de transição no Brasil (1945 e 1984)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
- CARVALHO, Aloísio H. C. de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1989.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARVALHO, Elisabeth, KEHL, Maria Rita, RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos 70: televisão*. Rio de Janeiro: Europa, [19--].
- CARVALHO, Ferdinando. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. (Coleção General Benício, v.47). Inquérito Policial Militar n. 709. v.1.
- CARVALHO, Ferdinando. *O comunismo no Brasil: a*

- construção, a infiltração. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. (Coleção General Benício, v.50). Inquérito Policial Militar n. 709. v.2.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Nação imaginária: memória, mitos e heróis. In: *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Luís Maklouf. *Contido à bala: a vida e a morte de Paulo Fonteles*. Advogado de posseiros do sul do Pará. Belém: Cejup, 1994.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Senac, 2001.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- CARVALHO, Michiko Shiroma de. *Transformações constitucionais de 1964 a 1969 e o papel do Estado no modelo econômico*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1981.
- CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *Trilogia do terror: a implantação*, 1964. São Paulo: Vértice, 1988.
- CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil (1967-1971)*. Lisboa: Moraes, 1976. .
- CASSAL, Alex Barros. Lamarca e Iara. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970, v.8, n.14/15, p. 97-113, 1. e 2. sem. 2001.
- CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Desengajamento dos militares. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, 22 março, 1983. p. 2.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964*. 1. tomo: agonia do poder civil. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Liberdades relativas. *Jornal do Brasil*: Rio de Janeiro, 10 jun. 1978.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder* (2 volumes). Nova Fronteira, 1976/1977.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Retratos e fatos da história recente*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.
- CASTRO, A. Barros de e SOUZA, F. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre a cultura e a ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTRO, Consuelo. *A prova de fogo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- CASTRO, Marcos de. *64: conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASTRO, Marcos de. *A igreja e o autoritarismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CATELA, Ludmila. Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Os limites do movimento estudantil, 1964-1980*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1987.
- CAVALCANTE, Adahil Barreto. Dia nacional antiterror: democracia com constituinte. *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, v.29, p. 176-181, set./dez. 1981.
- CAVALCANTE, B. *Certezas e ilusões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes*. Memórias. 3.ed. Recife: Guararapes, 1980.
- CAVALCANTI, Pedro C. U., RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)*. São Paulo: Livramento, 1978. v.1.
- CAVALIERI, Ana Maria Villela. *Cultura de massas e criatividade artística no Brasil da abertura política*. Dissertação de mestrado apresentada à FGV. Rio de Janeiro, 1987.
- CEHELSKY, Marta. *Land reform in Brazil: the management of social change*. Boulder: Westview Press, 1979.
- CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*: conclusões de Medellín. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CELIBERTI, Lilian, GARRIDO, L. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- CELISO, José. A guinada de José Celso. *Arte em Revista*: São Paulo, n.2, maio/ago. 1979. [Entrevista-manifesto publicada na revista Aparte, n. 1, RCB, n. 2 e Arte em Revista, n. 2]
- CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CERRI, Luis Fernando. 1972: “sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos”... *Estudos Ibero-Americanos*/ PUC-RS, v.25, n.1, p. 193-208, jun. 1999.
- CERRI, Luís Fernando. Espaço e nação na propaganda política do “milagre econômico”. *Revista de História Regional*, v.5, n.2, p. 113-135, 2000.
- CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mário (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/ Universidade de Brasília, 1998.
- CESAR, Benedito Tadeu. *Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil*. Tese de doutorado

- apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Campinas, 1995.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CHACON, Vamireh. *O dilema político brasileiro*. São Paulo: Convívio, 1978.
- CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CHAGAS, Carlos. Jornalista depõe na censura. *Estado de Minas*, 17 maio 1979.
- CHAGAS, Carlos. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1972)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2000.
- CHARLES, Antoine. *Les catholiques brésiliens sous le régime militaire: 1964-1985*. Paris: Éd. du Cerf, 1987.
- CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- Chauí, Marilena. *O mito fundador*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CHAUI, Marilena. *O nacional e o popular na cultura brasileira – seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 1
- CHIAVENATO, Julio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CHINEM, Rivaldo, LOPES, Tim. *Terror policial*. São Paulo: Global, 1980.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- CIAMBARELLA, Alessandra. *“Anistia ampla, geral e irrestrita”*: a campanha pela anistia política no Brasil (1977-1979). Dissertação de mestrado em História apresentada à UFF. Niterói, 2002.
- CIDAL. *La presidencia de Geisel y el pragmatismo responsable*. Caracas: Centro de Información, Documentación y Análisis Latinoamericano, 1976.
- CINTRA, A. O., e REIS, F. W. *Política e desenvolvimento: o caso brasileiro*. América Latina. Rio de Janeiro: Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1966.
- CIOTOLA, Marcelo. *Os atos institucionais e o regime autoritário no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.
- CITTADINO, Monique. *Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Universitária/ Idéia, 1998.
- CLARK, Walter. *O campeão de audiência*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- CLETO, Ciley. *Blanc/Bosco: arte e resistência*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1996.
- CODATO, Adriano Nervo. *A estrutura política e interesse de classe: uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964. O caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1995.
- CODATO, Adriano Nervo. Centralização política e processo decisório: o governo Geisel em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.2, jun. 1994.
- COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- COELHO, Cláudio N. P. A Tropicália: cultura e política nos anos 60. *Tempo Social*: São Paulo, v.1, n.2, p. 159-176, 2.sem. 1989.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *A política e a cultura nas memórias de Fernando Gabeira*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- COELHO, Cláudio Novaes Pinto. *A transformação social em questão: as práticas sociais alternativas durante o regime militar*. Tese de Doutorado do Departamento de Sociologia da USP, 1990.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- COELHO, Fernando. *A OAB e o Regime Militar (1964-1986)*. Recife: OAB/Pernambuco, 1996.
- COELHO, José Saldanha. *Um deputado no exílio*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: FAPESP/ Iluminuras, 1997.
- COELHO, Teixeira. *História natural da ditadura*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- COELHO, Thomaz. *A sombra do sistema: de Castelo a Geisel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- COES, Donald V. *Macroeconomic crises, policies, and growth in Brazil, 1964-90*. Washington: World Bank, 1995.
- COGAN, Arthur. Assalto a banco e Lei de Segurança Nacional. *Revista dos Tribunais*: São Paulo, v.461, p. 301-303, mar. 1974.
- COGAN, Arthur. Crimes contra a segurança nacional. *Revista dos Tribunais*: São Paulo, 1976.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina: a era das ditaduras*. Chile, Argentina e Brasil. Luta armada e repressão. São Paulo: Contexto, 2001.
- COHEN SALAMA, M. *Tumbas anônimas*: informe sobre la identificación de víctimas de la represión ilegal. Argentina: Catálogos, 1992.
- COHEN, Youssef. Democracy from above: the political origins of military dictatorship in Brazil. *World Politics*, v.40, n.1, p. 30-54, out. 1987.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Cidadania ainda recusada: O Plano Nacional de Direitos Humanos e a Lei sobre Mortos e Desaparecidos. In: *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*. São Paulo/Brasília: Casa do Psicólogo/Conselho Federal de Psicologia, 2000.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: violência urbana e alguns de seus efeitos*. Projeto de pós-doutorado do Núcleo de Estudos da Violência/USP, mimeo, 1997.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto, 2001.
- COLARES, Anselmo Alencar. *Sociedade e educação em Santarém – PA. Estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969/1984)*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1998.
- COLETÂNEA de documentos do PC do B apreendidos no aparelho da rua Pio XI, no. 767/SP, em 16/12/76. Documento entregue ao jornalista Amaury Ribeiro Jr. em abril de 1998. Anexo 14.
- COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COLLING Ana Maria. "Choram Marias e Clarices". Uma questão de gênero no regime militar brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1994.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- COLOMER, Josep M. Transitions by agreement: modeling the Spanish way. *The American Political Science Review*, v.85, n.4, p. 1283-1302, dez. 1991.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Ed. de Pernambuco, 1995.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.
- COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL. *Anistia 20 anos de luta!* São Paulo: 1999.
- COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO. *Pela revogação da Lei de Segurança Nacional*. São Paulo: A Comissão, 1982.
- COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO. *Tribunal Tiradentes: o julgamento da Lei de Segurança Nacional*. São Paulo: Marco Zero/CJP-SP, 1983.
- COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NA ARGENTINA (CONADEP). *Nunca Mais*: informe da Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina presidida por Ernesto Sábato. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- COMITÊ BRASILEIRO DE ANISTIA/seção RS e Assembléia Legislativa do RS. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*. Porto Alegre: Imprensa da Assembléia Legislativa RS, 1984.
- COMITÊ PRÓ-AMNISTIA GERAL DOS PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL. *Dos Presos Políticos Brasileiros*. Lisboa: Maria da Fonte, 1976.
- COMPARATO, Fábio K. Experiência totalitária do século XX: lições para o futuro. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COMPARATO, Fábio K. *Muda Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Para viver a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CONCEIÇÃO DOS SANTOS, Manuel. *Essa terra é nossa*: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no Estado do Maranhão. Entrevista e edição: Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- CONTIER, Arnaldo Daraya. Edu Lobo e Carlos Lyra: o nacional e o popular na canção de protesto (os anos 60). *Revista Brasileira de História*, v.18, n.35, 1998.

- CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: a opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares - confissões: histórias secretas do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões*. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- CONY *et al.* *64 DC - coletânea de contos*. Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1979.
- CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CORDOVANI, Gloria Maria. *Millôr Fernandes, uma voz de resistência*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1997.
- CORLAZZOLI, Pablo. *Los regímenes militares en América Latina – estructuración e ideología: los casos de Brasil, Chile y Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.
- CORREA, Hércules. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro: Ópera Nostra, 1994.
- CORREA, Hércules. *O ABC de 1980*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORRÊA, José Celso Martinez. *Primeiro ato: cadernos, depoimentos, entrevistas (1958-1974)*. São Paulo: Ed.34, 1998.
- CORRÊA, Marcos Sá. *1964: visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- CORRÊA, Tupa Gomes. *Vigília de papel: crônica do crepúsculo da ditadura militar, 1983-1985*. São Paulo: Instituto Literário, 1996.
- CORRÊA, Villas-Bôas. *Conversa com a memória: a história de meio século de jornalismo político*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- COSTA, Adolpho Mariano da. O DOPS e os trabalhadores. *Cadernos da UPT*. Curitiba, UPT, ano 1, n.1, 1993.
- COSTA, Albertina Oliveira, MORAES, Maria Teresa Porciúncula de, MARZOLA, Norma, LIMA, Valentina da Rocha (orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- COSTA, Alcir Henrique da. *Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- COSTA, Caio Túlio. *Cale-se: a saga de Vannucchi Leme. A USP como aldeia gaulesa. O show proibido de Gilberto Gil*. São Paulo: A Girafa, 2003.
- COSTA, Célia, PANDOLFI, Dulce. *Dom Waldyr Calheiros: O bispo de Volta Redonda*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- COSTA, Edmilson Silva. *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. Tese de doutorado apresentada à Unicamp. Campinas, 1996.
- COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil (1964-1985): 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- COSTA, Fernando José Leite, KLEIN, Lúcia Gomes. Cronologia – um ano de Governo Médici. *Dados*: Rio de Janeiro, n.9, p. 156-221, 1972.
- COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- COSTA, Iná Camargo. Por um teatro épico. *Vintém*: São Paulo, ano 2, n.3, p. 12-17, [1999?].
- COSTA, Iná Camargo. *Sinta o drama*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, Manto. *Meu caro Júlio: a face oculta de Julinho de Adelaide*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- COSTA, Maria Lygia Silva Magalhães. *Estudo analítico-interpretativo das greves nos anos 80 como fenômeno indicador de mudanças nas relações do trabalho em instituições universitárias da administração pública federal*: UFRJ e UFF. Dissertação de mestrado apresentada à FGV. Rio de Janeiro, 1992.
- COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.
- COSTA, Sílvio. *Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia: Anita Garibaldi, 1995.
- COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *As Forças Armadas e a nova ordem constitucional: limites e possibilidades da integração institucional dos militares ao regime democrático*. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1991.
- COSTELLA, Antônio F. *O controle da informação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COTRIM, Cecília, FERREIRA, Glória. *Anos 60/70: escritos de Artistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: Quartim de Moraes, João (org.). *História do marxismo no Brasil, III. Teorias. Interpretações*. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 123-157, 1998.
- COUTO, Adolpho João de Paula. *A Revolução de 1964, a versão e o fato*. São Paulo: Gente do Livro, 1999.
- COUTO, Adolpho João de Paula. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora
- COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.
- COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablume, 2003.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil (1964-1985). 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- COUTO, Ronaldo Costa. *La transition démocratique au Brésil, 1974-85*. Tese de doutorado apresentada à Université Paris Sorbonne – Paris IV, 1998.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*: Brasil (1964-1985). Rio de Janeiro: Record, 1998.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *Intelectual e o poder*: análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1982.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *A idéia de revolução*: da luta armada. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFF. Niterói, 1992.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio*: entre raízes e radares. Tese de doutorado em História apresentada à UFF. Niterói, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia de Almeida. *A identidade de ex-militantes de grupos de esquerda*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC/SP, 1988.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. 1968: movimento estudantil e crise na política brasileira. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.2, jun. 1994.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. *Empresariado e Estado na transição brasileira*: um estudo sobre a economia política do autoritarismo, 1974-1977. Campinas: Unicamp, 1995.
- CUNHA, Bruno Domingues. *História da esquerda em Goiás – 1960-1979*. Dissertação de mestrado apresentada à UFG. Goiânia, 2001.
- CUNHA, Luiz Antônio, GOES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CUNHA, Maria de Fátima da. 'A revelação da dor': guerrilha e repressão nos anos 60/70. *Pós-História*: Assis, n.2, p. 55-69, 1994.
- CUNHA, Maria de Fátima da. *Eles ousaram lutar*: a nova esquerda no período de 1964-1972. Dissertação de mestrado apresentada à Unesp. Assis, 1993.
- CUNHA, Maria de Fátima. *Eles ousaram lutar*: a esquerda e a guerrilha nos anos 60/70. Londrina: Ed. da UEL, 1998.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da, CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré*: entre o sabre e a pena. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- CUNHA, Paulo V. da. Reajustes salariais na indústria e a Lei Salarial de 1979. Uma nota empírica. *Dados*: Rio de Janeiro v.26, n.3, p. 291-312, 1983.
- D
- DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- D'AGUIAR, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- D'AGUIAR, Hernani. *Ato 5*: a verdade tem duas faces. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.
- D'AGUIAR, Hernani. *Estórias de um presidente*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.
- DAHL, Maria Lúcia. *O jardim do nada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- DALAND, Robert T. *Exploring Brazilian bureaucracy: performance and pathology*. Washington: University Press of America, 1981.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor – o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 1996.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Constituição e constituinte*. Belo Horizonte: Saraiva, 1982.
- D'AMARAL, Marcio Tavares. *O dia do AI-5*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- DAMASCENO, Alberto et alii. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988.
- DAMASCENO, L. H. *Espaço cultural e convenções teatrais na obra de Oduvaldo Vianna Filho*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- DAMASCENO, Manoel José. *Os presidencialíveis*. Brasília: Itiquira, 1984.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*: um possível romance autocrítico. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DANTAS Jr., Altino (org.). *Lula sem censura*: "e aí a peãozada partiu pro pau". Petrópolis: Vozes, 1981.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984*: partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *21 anos de regime militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- D'ARAUJO, Maria Celina. *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Tese de doutorado apresentada ao Iuperj. Rio de Janeiro, 1989.
- DARNTON, Robert. O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, ano 7, n.18, p. 5-17, fev. 1992.
- DAROS, Eduardo J. A política econômico-financeira e as decisões do setor público. *Dados*: Rio de Janeiro, n.9, p. 84-91, 1972.
- DASSIN, Joan. *Censorship in Brazil*. New York: Vintage Books, 1978.
- DAVALLE, Regina Aparecida. *A Frente Ampla: um fenômeno de crise e deslocamento de representação (1966-1968)*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1989.
- DAVID, Maurício Dias. *Control militar-corporativo en Brasil y en Chile: funciones, consecuencias y perspectivas*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1977.
- DAVIS, Darién. The Arquivos das Polícias Políticas of the State of Rio de Janeiro. *Latin American Research Review*, v.31, n.1, p. 99-104, 1996.
- DAVIS, Sonny B. Brazil – United States military relations in the early post-World War II era. *Diálogos*: Maringá, v.6, p. 13-29, 2002.
- DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Edição do Autor, 2002.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *Os intelectuais e a redemocratização no Brasil*. In: KOHUT, Karl (org.). *Palavra e poder: os intelectuais na sociedade brasileira*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991.
- DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966-1980*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DEL PORTO, Fabiola Brigante. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada à Unicamp. Campinas, 2002.
- DEL ROIO, José Luiz. *Zarattini: a paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone, 2006.
- DEL VECCHIO, Angelo. *A era Delfim: planejamento estratégico e regime militar (1967-1973)*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1992.
- DELGADO, Maria do Carmo Godinho. *Desigualdade de gênero e participação política das mulheres: a experiência do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de mestrado em apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Política trabalhista e sindicato no Brasil – 1964-1967*. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1980.
- DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: MAINWARING, Scott, KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja nas bases em tempo de transição (1975-1985)*. São Paulo: L&PM, 1986.
- DELLA CAVA, Ralph. *A Igreja em flagrante: catolicismo e sociedade na imprensa brasileira, 1964-1980*. São Paulo: Marco Zero, 1985.
- DELLA CAVA, Ralph. *Debate on church and politics in Brazil, 1978*. Toronto: Brazilian Studies, 1978.
- DELLA CAVA, Ralph. Política a curto prazo e religião a longo prazo: uma visão da Igreja Católica no Brasil (em abril de 1978). *Encontros com a Civilização Brasileira*: São Paulo, n.1, p. 242-258, 1978.
- DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- DEPOIMENTOS IV. Rio de Janeiro: MEC/SEC/SNT, 1982. (Coleção Depoimentos, v. 6).
- DEPOIMENTOS V. Rio de Janeiro: MEC/SEC/SNT, 1981. (Coleção Depoimentos, v. 5).
- DEVESCOVI, Domenico Luigi Adriano. *A crise do desenvolvimento e a inflação: Brasil 1974/1984*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1988.
- DIAP (org.). *Quem foi quem na constituinte*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1988.
- DIAS, Luciana, AZEVEDO, Jô. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DIAS, Lucy. *Enquanto corria a barca: Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva*. São Paulo: Senac, 2003.
- DIAS, Luiz Antônio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder*. A *Folha de S.Paulo* e o golpe de 1964. Dissertação de mestrado apresentada à Unesp. Assis, 1993.
- DIAS, Luzimar Nogueira (org.). *Esquerda armada: testemunho dos presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.
- DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná, 1962/1973*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UNESP/Assis, 1997.
- DIAS, Reginaldo. Elementos para uma história da Ação Popular no Paraná. *Revista de História Regional*, v.4, n.2, p. 61-91, inverno, 1999.
- DIAS, Reginaldo. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná (1962-1973)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Unesp. Assis, 1997.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O complot que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.
- DIMESTEIN, Gilberto e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Democracia em Pedacos: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DINES, Alberto e outros. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- DINIZ, Eli. *A história do vice-presidente, o que tomou vergonha*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.
- DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma

- reavaliação da dinâmica da Abertura. *Dados*: Rio de Janeiro, v.28, n.3, p.329-346, 1985.
- DINIZ, Eli. Crise política, eleições e dinâmica partidária no Brasil: um balanço histórico. *Dados*: Rio de Janeiro, v.32, n.3, p. 323-340, 1989.
- DINIZ, Eli. *Crise, reforma do Estado e governabilidade. Brasil, 1985-1995*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DINIZ, Eli. *Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas*. In: FLEISCHER, David. *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: UnB, 1988.
- DINIZ, Eli. Máquinas políticas e oposição: o MDB no Rio de Janeiro. *Dados*: Rio de Janeiro, v.23, n.3, p. 335-357, 1980.
- DINIZ, Eugenio. Estratégia, informação e defesa nacional. Entrevista com Mario César Flores. *Novos Estudos*, n.39, p. 115-132, jul. 1994.
- DINIZ, Freitas, Trilateralismo: a receita das multinacionais para o regime militar brasileiro. *Encontros com a Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro, n.16, p. 15-25, out. 1979.
- Diniz, Josué. *O cerco das Trevas-Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.
- DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Entrevistas, edição e cartuns: Solange Bastos, Paulo Becker, Ari Roitman e Henfil. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é o desenvolvimento*. O Estado civil-militar. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-RS. Porto Alegre, 1999.
- DOIMO, Ana Maria. *Movimento popular no Brasil pós-70*. Formação de um campo ético-político. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1993.
- DOMONT, Beatriz. *Um sonho interrompido: o Centro de Cultura da UNE (1961-1964)*. São Paulo: Porto Calendário, 1997.
- DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.
- DORFMAN, Ariel. *O longo adeus a Pinochet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DÓRIA, Palmério et alii. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*. Tese de doutorado apresentada à University of Glasgow. Glasgow, 1980.
- DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: o governo Médici, 1969-1974*. São Paulo: Global, 1986.
- DRUMMOND, Roberto e MELO, J. G. Bandeira de. *Magalhães Pinto. Navegando contra o vento*. Belo Horizonte, Cemig, 1994.
- DUARTE, Celina Rabello. A lei Falcão: antecedentes e impactos. In: LAMOUNIER, B. (org.) *O voto de desconfiança*. São Paulo: Vozes, 1980.
- DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.181-195, 1983.
- DUARTE, Terezinha Maria. *Se as paredes da catedral falassem: a arquidiocese de Goiânia e o regime militar (1968-1985)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFG. Goiânia, s.d.
- DULLES, John W. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- DULLES, John W. F. *Castello Branco: o presidente reformador*. Brasília: UnB, 1983.
- DUPAS, Gilberto. *Crise econômica e transição democrática. 83/86. A delicada trajetória brasileira*. São Paulo: Klaxon, 1987.
- DURHAM, Eunice. *O livro negro da USP: o controle ideológico na Universidade de São Paulo*. São Paulo: ADUSP, 1978.
- DUTRA, Eloy. *Ibad, Sigla da Corrupção*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.
- E**
- ELOYSA, Branca (org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: depoimentos e debates*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *The Brazilian corporative state and working-class politics*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- ESCARIZ, Fernando. *Por que Theodomiro fugiu*. São Paulo: Global, 1980.
- ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- ESTRADA, Elizabeth. *A história da guerrilha, entre o mito e a ficção*. Dissertação de mestrado em Comunicação apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.
- EUGÊNIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Nós que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977-1984*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1994.
- EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. Representações políticas no movimento Diretas-Já. *Revista Brasileira de História*, v.15, n.29, p. 207-219, 1995.
- EUGENIO, Marcos Francisco Napolitano de. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da Música Popular Brasileira (1959/1969)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1999.
- F**
- FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura e liberdade de expressão*. São Paulo: Editora e distribuidora do autor, 1975.

- FAGUNDES, João Batista da Silva. O crime político da justiça militar. *Revista do superior tribunal militar*: Brasília, v.4, p. 83-103, jul./jun. 1997.
- FALCÃO, Armando. *A revolução permanente*. Brasília: Imprensa Nacional, 1975.
- FALCÃO, Armando. *Geisel. Do tenente ao presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FALCÃO, João. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.
- FANTIN, Maristela. *From Movement to Politics: the formations of the Worker's Party in Brazil*. [s.n.]: Columbia University, 1986.
- FANTIN, Maristela. *The Worker's Party and democratization in Brazil*. Yale: Yale University Press, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Assembléia constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FARAONE, Maria Luiza. *A educação no pensamento brasileiro contemporâneo – 1955-1979*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1982.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. *Um longo e reticente final: a abertura política nos governos Geisel e Figueiredo*. Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1992.
- FARIA, Catia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFF. Niterói, 2005.
- FARIA, Hamilton. *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário - 1964/1978*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.
- FARIA, Otávio de. Cinema Novo e cinema cultura. *Revista Brasileira de Cultura*: Rio de Janeiro, n.1, p. 49-60, jul./set. 1969.
- FARIAS, Ignez de Cordeiro de. Um troupier na política: entrevista com o general Antônio Carlos Muricy. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 124-146.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de, CAMARGO, Aspásia, GOÊS, Walder. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- FARIAS, Tales, KRIEGER, Gustavo, NOVAES, Luiz Antonio. *Todos os sócios do presidente*. 3ª ed. São Paulo: Scritta, 1992.
- FARO, Luiz César, BUENO, Ricardo. *Brasil: propostas de reforma*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- FASSY, Amaury Santos. *De Castelo a Sarney: a dependência total*. Política, econômica e tecnológica. Brasília: Thesaurus, 1987.
- FAUCHER, Philippe. *Le Brésil des militaires*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1981.
- FAUST, Jean-Jacques. *Le Brésil, chroniques d'une démocratisation*. Paris/Montréal: Éditions L'Harmattan, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FAVARETO, Celso. *Tropicália: alegria, alegoria*. São Paulo: Kairós, 1987.
- FENANTE, Vera Lúcia B. *FGTS: Ideologia e Repressão*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERES, Sheila Maria. *A censura, o censurável, o censurado*. Tese de doutorado apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *A transição prolongada*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *Apointamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. O intelectual, um personagem histórico. *Debate & Crítica*: São Paulo, n.5, p. 127-137, 1985.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- FERNANDES, Marcos Inácio. *PT no Acre: a construção de uma terceira via*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1999.
- FERNANDES, Millor. Sem censura. *O Pasquim*, jun. 1975.
- FERNANDES, Rofran. *Teatro Ruth Escobar: 20 anos de resistência*. São Paulo: Global, 1985.
- FERNANDES, Rofran. *Teatro Ruth Escobar: 20 anos de resistência*. São Paulo: Global, 1985.
- FERNANDES, Sílvia. *Grupos teatrais: anos 70*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- FERRARINI, Sebastião Antônio. *A imprensa e o Arcebispo Vermelho (1964-1984)*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1989.
- FERRARO, Juliana Recarte. *Teatro brasileiro: anos de rebeldia e repressão. Ensaios de História*: Franca, v.2, n.1, 1997.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra*. Dissertação de mestrado apresentada à Unesp. Assis, 1994.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *A reconstrução da democracia: ensaio sobre a institucionalização da democracia no mundo contemporâneo, e em especial no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1979.

- FERREIRA Jorge, NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O Brasil republicano*. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FERREIRA Jorge, NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Da democratização ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FERREIRA, Célio de Jesus Lobão. Crimes contra a segurança do Estado: anotações sobre a Lei 7170 de 14/12/83. *Revista do Superior Tribunal Militar*, Brasília, v. 9/10, p. 23-88, 1984/1985. [AQUINO, 2001]
- FERREIRA, Denise Paiva. *Oposição e transição democrática: a estratégia peemedebista nas eleições de 1982*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1991.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência. *Tempo*: Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.126-141, abr. 1996.
- Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo*: Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 149-182, jul. 1997.
- FERREIRA, Jorge. Como as sociedades esquecem: Jango. In: FERREIRA, Jorge, SOARES, Mariza de Carvalho. *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de M., ROCHA, Dora, FREIRE, Américo (org.). *Vozes da oposição: depoimentos*. Rio de Janeiro: Grafine Artes Gráficas, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERREIRA, Oliveira, S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FERREIRA, Rogério. *O parto de demiurgo: a gênese da estratégia econômica do governo Geisel*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2000.
- FERRO, Sérgio. *Futuro anterior*. São Paulo: Nobel, 1989.
- FIALHO, Carmela Roseli Parente. *Tropicália ou panis et circenses no país do rei da vela*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.
- FICHAS do extinto Dops desafiam Minas. *Jornal do Brasil*, 12 abr. 1998, p. 5.
- FICO, Carlos, POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 189-208.
- FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*: Rio de Janeiro, n.5, p. 251-286, set. 2002.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar. *Estudos de História*: Franca, v.8, n.1, 2001.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. Espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. Dos anos de chumbo à globalização. In: PEREIRA, Paulo Roberto. *Brasileira da Biblioteca Nacional: guia das fontes sobre o Brasil*. Obra em comemoração aos quinhentos anos do Brasil e aos 190 anos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2001, p. 349-368.
- FICO, Carlos. Eles não usam black-tie: várias histórias, muitos protagonistas. In: FERREIRA, Jorge, SOARES, Mariza de Carvalho. *A história vai ao cinema: vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, Carlos. *Ibase: usina de idéias e cidadania*. São Paulo: Garamond, 2000.
- FICO, Carlos. *O regime militar*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FIECHTER, Georges-André. *Le régime modernisateur du Brésil: 1964-1972*. Étude sur les interactions politico-économiques dans un régime militaire contemporain. Tese apresentada ao Institut Universitaire de Hautes Études Internationales. Genebra, 1972.
- FIECHTER, Georges-André. *O regime modernizador do Brasil, 1964-1972*. Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FIGUEIREDO, C.E.S. *Mário Pedrosa, retratos do exílio*. Rio de Janeiro: Antares, 1982.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a democracia: análise estrutural da ideologia do presidente Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- FIGUEIREDO, Marcus Faria. *Política de coerção no sistema político brasileiro*. Rio de Janeiro: Comissão Justiça e Paz, 1978.
- FILC, Judith. *Entre o parentesco y la política: Familia y dictadura (1976-1983)*. Buenos Aires: Biblos, 1997.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FISCHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 74/84. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA, vol.16, no.3, 1986.
- FISCHLOW, Albert. Some reflections on post-1964: brazilian economy policy. In: STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- FISHLOW, Albert. Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após-1964. *Estudos Cebrap*, n.7, p. 5-66, 1974.
- FISHLOW, Albert. Distribuição da renda no Brasil. Um novo exame. *Dados*: Rio de Janeiro, n.11, p. 10-80, 1973.
- FLEISCHER David, BARROS, Alexandre de S. C. *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: UnB, 1988.
- FLORIDI, Ullisse Alessio. *O radicalismo católico brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil*. São Paulo: Hora Presente, 1973.
- FLORIN, Jose Luiz. *Religião da imanência: uma leitura de discursos presidenciais (1964-1978)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1983.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 1986.
- FONSECA, Francisco César Pinto da. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987)*. Projeto político e estratégias de convencimento (revista *Visão* e jornal *O Estado de S.Paulo*). Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1994.
- FONSECA, Guido. DOPS: um pouco da sua história. *Revista ADPESP*, n.18, ano 10, p. 41-85.
- FONSECA, Maximiano. *O que segura este país*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA. *Diário da guerrilha do Araguaia*. Apresentação de Clovis Moura. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FORGET, Danielle. *L'émergence d'un discours démocratique au Brésil: conquêtes et résistances du pouvoir, 1964-1984*. Québec: Éditions Balzac, 1992.
- FORTES, Alexandre, FRENCH, John D. *Urban labor history in twentieth century Brazil*. Albuquerque: Latin American Institute – The University of New Mexico, 1998. (The Brazilian Curriculum Guide Specialized Bibliography Series II)
- FOX, M. Louise. Income distribution in post-1964 Brazil: new results. *The Journal of Economic History*, v.43, n.1, The Tasks of Economic History, p. 261-271, mar. 1983.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. A nova lei de segurança nacional. *Revista de Direito Penal e Criminologia*, v.35, p. 61-69, jan./jun. 1983.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lei de Segurança Nacional. *Encontros com a civilização brasileira*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lei de Segurança Nacional: uma experiência antidemocrática*. Porto Alegre: Fabris, 1980.
- FRANCE. DIRECTION DE LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. *Le régime autoritaire brésilien et la "libéralisation" politique, 1970-1980: structures sociales, élections et changement politique*. Paris, 1982.
- FRANCIS, Paulo. 1º aniversário do golpe: quem deu, quem levou, reações possíveis. *Civilização Brasileira*, n.2, p. 61-70, maio, 1965.
- FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. *Civilização Brasileira*, n.7, p. 75-91, maio, 1966.
- FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: o que eu vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. Jurisdição especial para o crime político. *Revista dos Tribunais*, v.401, p. 30-40, mar. 1969.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. O crime político e a justiça federal. *Revista Forense*, v.224, p. 22-28, out./dez. 1968.
- FRANCO, Augusto de. *Autonomia e partido revolucionário*. Goiânia: Ferramenta, 1985.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. *A construção do silêncio: o caso Amílcar Lobo e a psicanálise*. Dissertação de mestrado apresentada à UnB. Brasília, 1994.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. In: *Caderno de Debate*, São Paulo: Brasiliense, 1:pp. 61-64, 1976.
- FRANCO, Renato Bueno. *Ficção e política no Brasil: os anos 70*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1992.
- FRANCO, Renato Bueno. *Itinerário político do romance pós-64: a festa*. Tese de doutorado apresentada à Unesp. Araraquara, 1997.
- FRANCO, Renato Bueno. *Itinerário político do romance pós-64: a festa*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.
- FRANCO, Renato. Política e cultura no Brasil: 1969-1979. (des)figurações. *Perspectivas*: São Paulo, n.17/18, p. 59-74.

- FRANK, A. Gunder. "A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo". In: *Revista Brasileira*, São Paulo: Brasiliense, jan/fev 1964.
- FRANK, A. Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires, Ed. Signos, 1970.
- FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário (1964/1984): a crise do "milagre brasileiro"*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário (1964/1984): a reconstrução*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- FREDERICO, Celso (org.). *A esquerda e o movimento operário (1964/1984): a resistência à ditadura*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- FREDERICO, Celso. 1968: guerrilha urbana e movimento operário. *Ciências Sociais Hoje*, Anuário de Antropologia, Política e Sociologia da Anpocs. São Paulo: Vértice, 1989, p. 269-294.
- FREDERICO, Celso. *A crise do milagre brasileiro*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.
- FREDERICO, Celso. A memória das greves operárias. *Contexto*, n.3, p. 19-32, 1977.
- FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil*: teorias, interpretações. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 275-304.
- FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.
- FREI BETTO. *Batismo de sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar*. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- FREI BETTO. *Frei Tito: memória – esperança*. São Paulo: 1999.
- FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.
- FREIRE, Alípio. Quem pintou na cadeia. In: *Teoria e Debate*, no. 27, p.52-57, dez 94/ jan/fev 1995.
- FREIRE, Alípio. Um acervo de imagens dos presídios políticos: o cotidiano através das artes plásticas. *Projeto História*: São Paulo, n.21, nov. 2000.
- FREIRE, Marcos. *Oposição no Brasil, hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura política e ditadura no Brasil: o pensamento político de militares e tecnocratas no pós-64*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1999.
- FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso: memória do tempo da morte civil do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- FREITAS, Jânio de (org.) *A imprensa nos anos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FRENCH, John D. *The Brazilian workers' abc: class conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992.
- FRÓES, Hemílio. *Véspera do primeiro de abril ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- FURHAMMAR, Leif, ISAKSSON, Folke. *Cinema e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, Alencar. *Salgando a terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Celso. *A análise do "modelo brasileiro"*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- FURTADO, Celso. *A construção interrompida*, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *Fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1989.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-"milagre"*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FURTADO, Eliana, RAMALHO, Lúcia. A política de acesso do Aperj ao acervo Dops. *Arquivo & História*, n.3, 1997.

G

- GABEIRA, Fernando. *Carta sobre a anistia: a entrevista do Pasquim*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GABEIRA, Fernando. *Entradas e bandeiras: depoimentos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- GABEIRA, Fernando. *Nós que amávamos tanto a revolução: diálogo Gabeira – Cohn Bendit*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- GADOTTI, Moacir, PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Unisc, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: NAXARA, Márcia Regina, BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo/Campinas: Unicamp, 2004.
- GAIO, André Moysés. Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas brasileiras. *Diálogos*: Maringá, v.6, p.31-40, 2002.
- GAIO, André Moysés. *Em busca da remissão: a mobilização militar pela democracia*. Londrina: UEL, 1997.
- GALDINO, Antônio Carlos. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos sessenta*.

- Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 1994.
- GALEANO, Eduardo. The ambivalence of Jango Goulart. In: FAGEN, Richard, WAYNE, Cornelius. *A political power in Latin America: 7 confrontations*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1970.
- GALETTI, Luiz Carlos. *As comissões nas fábricas e a greve de ocupação em Osasco (SP), 1968*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1985.
- GALL, Norman. In: *the name of democracy: Brazil's presidential succession*. Hanover: American Universities Field Staff, 1978.
- GALLEJONES, Eustáquio. *AP: socialismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Informação Universitária, 1965.
- GALLETI, Maria Luiza Mendonça. *Propaganda e legitimação do poder*. Brasil: 1970/1978. Dissertação de mestrado apresentada à UnB. Brasília, 1981.
- GALVÃO, Flávio. A liberdade de informação no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov. 1975. Suplemento do Centenário.
- GALVÃO, Raul Ximenes. *O planejamento econômico e social no Brasil e o desenvolvimento industrial*. O plano decenal 1967-1976. Órgãos encarregados da política de industrialização. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1969.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. As falas, os silêncios (literatura e imediações: 1964-1988). In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- GARCIA, Alexandre. *Nos bastidores da notícias*. São Paulo: Globo, 1990.
- GARCIA, Luiz Henrique Assis. *Coisas que ficaram muito tempo por dizer. O Clube da Esquina como formação cultural*. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 2000.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). Contribuição à história da esquerda brasileira: 1960/1979. In: *Em Tempo*, ago. 1979-abr. 1980, São Paulo.
- GARCIA, Marco Aurélio, VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores*: 1968, Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil: 1964-1980*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1989.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)*. São Paulo: Loyola, 1990.
- GARCIA, S. *Teatro de militância*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- GARFIELD, Seth. Beholding the miracle: Xavante indians and economic "development" under Brazilian military rule. *The Americas*, v.57, n.4, p. 551-580, abr. 2001.
- GARFIELD, Seth. Where the earth touches the sky: the Xavante indian's struggle for land in Brazil, 1951-1979. *Hispanic American Historical Review*. v.80, n.3, p. 537-563, ago. 2000.
- GASPARI, Elio, HOLLANDA, Heloisa Buarque de, VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. Os documentos da censura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1978. Caderno Especial, p.1.
- GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares 1968-85*. Dissertação de mestrado apresentada à UFSCar. São Paulo, 1998.
- GEDDES, Barbara, ZALLER, John. Sources of popular support for authoritarian regimes. *American Journal of Political Science*, v.33, n.2, p. 319-347, maio 1989.
- GENOINO, José. *Entre o sonho e o poder: A trajetória da esquerda brasileira através das memórias de José Genoino*. Depoimento a Denise Paraná. São Paulo: Geração, 2006.
- GENTIL, C. A. M. *O conflito das Malvinas na imprensa brasileira*. Porto Alegre: Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.
- GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo/ Campinas: Cortez/ Ed. da Unicamp, 1993.
- GIORDANI, Marco Polo. *Brasil: Sempre*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.
- GODINHO, Gualter. Considerações sobre o projeto de anistia política. *Revista do Superior Tribunal Militar*: Brasília, v.6, p. 69-73, jan./dez. 1980.
- GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1999.
- GÓES, Walder de, CAMARGO, Aspásia. *O drama da*

- sucessão e a crise do regime*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel*: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOLDENSTEIN, Sérgio. *A dívida externa brasileira – 1964-1982*: evolução e crise. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- GOLDFEDER, S. *Teatro de Arena e Teatro Oficina*: o político e o revolucionário. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.
- GOMES, Angela de Castro. Na antecâmara do golpe. *Revista Brasileira de História*, n.27, p. 213-222.
- GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*: autobiografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GOMES, Eduardo R. Antes do neoliberalismo: a expansão da indústria têxtil e a atuação política dos empresários do setor entre 1974 e 1989. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.10-11, jun./nov. 1998.
- GOMES, Gelson Varella. *Política habitacional brasileira no período de 1964 a 1984. Do desempenho do BNH*. Dissertação de mestrado apresentada à UnB. Brasília, 1985.
- GOMES, Lúcia Maria Gaspar. Cronologia do 1º ano do governo Costa e Silva. *Dados*: Rio de Janeiro, n.4, 1968.
- GOMES, Lúcia Maria Gaspar. Cronologia do governo Castelo Branco. *Dados*: Rio de Janeiro, n.2, 1967.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Cinema*: trajetória no subdesenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONÇALO JÚNIOR. *País da TV*: a história da televisão brasileira. São Paulo: Conrad, 2001.
- GONÇALVES JÚNIOR, Luiz. *A atividade física de lazer para os sindicalistas no período da ditadura militar*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1993.
- GONÇALVES, Maria da Glória Rodrigues. *Natureza da crise política no Brasil de 1964*: abordagens e diagnósticos. Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1994.
- GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. *O Brasil endividado*: como nossa dívida externa aumentou mais de US\$ 100 bilhões nos anos 90. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- GONÇALVES, Williams da Silva, MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 211-246, 1993.
- GONTIJO, Ricardo. *Sem vergonha da utopia*: conversas com Betinho. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil*: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: Senac, 2002.
- GOENDER, Jacob. “1964: O fracasso das esquerdas”. In: *Movimento*, n. 299, 23 a 29.3.1981.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5a. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GOENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GOUVEIA, Oserias Ireno de. *Os (des)caminhos da utopia*. Tese de doutorado apresentada à UFPE. Recife, 2001.
- GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo*: à sombra da impunidade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GRAEL, Dickson. *A sombra da impunidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- GRANDMAISON, Robert. *Direitos Humanos*: direitos dos pobres – uma contribuição da Comissão pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados da Arquidiocese de São Paulo para uma linha de Direitos Humanos e de pastoral a partir dos empobrecidos (1970-1980). Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. PUC/SP, 1992.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundamentais da luta pela anistia*. Tese de doutorado apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2003.
- GREEN, James N. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- GREEN, James N. Clericos, Exilados e Acadêmicos: Oposição à Ditadura Militar Brasileira nos Estados Unidos, 1969-1974. In: *Cultura e Poder*: o golpe de 1964 40 anos depois. *Projeto História*: São Paulo, n.29, tomo1, dez./2004, p. 13-34.
- GREEN, James N. Clerics, exiles, and academics: opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States, 1969-1974. *Latin American Politics and Society*, v.45, n.1, primavera 2003, p. 87-117.
- GREEN, James N. Desfiles de moda e espetáculos na Broadway: representando a oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos nos anos 1970. In: UFRJ/UFF/CPDOC/APERJ. *1964-2004 - 40 anos do golpe*: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- GRIGULÉVICH, J. *La Iglesia Católica y el movimiento de liberación en América Latina*. Moscou: Progreso, 1984.
- GRINBERG, Lúcia. *A Aliança Renovadora Nacional (Arena)*. A criação do bipartidarismo e do partido do

- governo (1965-1979). Dissertação de mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1998.
- GROppo, Luís Antonio. *1968: utopias e rebeliões*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2000.
- GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (Brasil). *I Seminário do Grupo "Tortura Nunca Mais"*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUARANY, Reinaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GUARNIERI, Gianfrancesco. *Ponto de partida*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- GUATTARI, Félix. *Félix Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUDIN, Eugênio. *Reflexões e comentários (1970-1978)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- GUEDES, Nonato et alii (orgs.). *O jogo da verdade: revolução de 64, 30 anos depois*. João Pessoa: A União, 1994.
- GUERRA, M. A. *Carlos Queiroz Telles: história e dramaturgia em cena (década de 70)*. São Paulo: Annablume, 1993.
- GUIDRY, John A. Not just another labor party: the Workers' Party and democracy in Brazil. *Labor Studies Journal*, v.28, n.1, p.83-108, primavera 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Eduardo. *A crise da ditadura: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita*. Dissertação de mestrado apresentada à UFSCar. São Carlos, 2000.
- GUIMARÃES, Josué. *É tarde demais para saber*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- GULLAR, Ferreira. *Rabos de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.
- GUTEMBERG, Luiz. *Moisés, codinome Ulysses Guimarães*. São Paulo: Companhia das Letras.
- H**
- HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.
- HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. São Paulo/Petrópolis: Ed. Fundação Perseu Abramo/Vozes, 1998.
- HAGAN, Joe D. Domestic political regime changes and Third World voting realignments in the United Nations, 1946-84. *International Organization*, v.43, n.3, p. 505-541, verão, 1989.
- HAGOPIAN, Frances. *Traditional politics and regime change in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- HARDING, Thimoty F. Revolution tomorrow: the failure of left in Brazil. *Studies of left*, n.36, out. 1964.
- HARNECKER, Marta. *O sonho era possível*. Havana: Mepla/Casa América Libre, 1994.
- HEIMER, Franz-Wilhelm. *Neuere Studien zur Politik Brasiliens, 1960-1967*. In: *Zusammenarbeit mit Maria de Lourdes Heimer un Mara Jorge Ramons*. Freiburg i. Br.: Arnold-Bergstraesser-Institut für Kulturwissenschaftliche Forschung, 1968.
- HELLER, Milton I. *Memórias de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.
- HELLER, Milton I. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro/Curitiba: Paz e Terra/Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1988.
- HENFIL. *Cartas da Mãe*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HENFIL. *Diretas Já!* Rio de Janeiro: Record, 1984.
- HERZOG, Clarice, et al. *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1985.
- HILTON, Stanley E. The Argentine factor in twentieth-century Brazilian foreign policy strategy. *Political Science Quarterly*, v.100, n.1, p. 27-51, primavera, 1985.
- HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HIRST, Monica. Transição democrática e política externa: a experiência brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, v.27, n.3, p. 377-394, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert. The turn to authoritarianism and the search for economic determinants. In: COLLIER, David. *The new authoritarianism in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de, GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde - 1960/70*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOROWITZ, Irving Louis. *Revolución en el Brasil: Política y sociedad de Vargas a Goulart (1930-1964)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.
- HOUAISS, Roberto. *Os quadrinhos dos anos 70 e a resistência cultural*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.
- HUGGINS, Martha K., HARITOS-FATOUROS, Mika, ZIMBARDO, Philip G. *Violence workers: police torturers and murderers reconstruct Brazilian atrocities*. Berkeley: University of California Press, 2002.
- HUMPHREY, John. As raízes e os desafios do novo sindicalismo na indústria automobilística. *Estudos CEBRAP*: São Paulo, n.26, 1982.
- HUMPHREY, John. *Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1982.
- I**
- I CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA. *Resoluções*. São Paulo: Secretaria Técnica do Congresso, novembro de 1978.

- IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IANNI, Octavio. As estratégias de desenvolvimento. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IANNI, Otavio. *O ABC da greve operária*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 1997.
- IOKOI, Zilda M. G. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil/Peru – 1964-1986*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1990.
- IOKOI, Zilda M.G. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais – Brasil e Peru (1964-1986)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.
- IOKOI, Zilda M.G. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2004.
- IORI, Vanna. *Chiesa, struttura politica e lotte sociali in Brasile*. Milão: Jaca Book, 1972.
- IPM n. 709. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966-1967.
- ITAVO, Maria Cecília de Faria. *As manifestações estudantis no Campus de Assis: 1983-1995*. Dissertação de mestrado apresentada à Unesp. Assis, 1996.
- J**
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- JANSEN, Humberto. *Os vivos e os mortos*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- JERMAN, William (org.). *Repression in Latin America: a report on the first session of the second Russell Tribunal on Repression in Brazil, Chile and Latin America*. Roma, abr. 1974. Nottingham: Bertrand Russel Peace Foundation for Spokesman Books, 1975.
- JOHNSON III, Ollie A. Racial representation and Brazilian politics: black members of the National Congress. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v.40, n.4, p. 97-118.
- JOHNSON, Randall. *The film industry in Brazil: Culture and the State*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1987.
- JOKOBSKIND, Mario Augusto. Censura no Brasil em 1975. *O Pasquim*, 5 jan. 1976. p. 4-5.
- JORDÃO, Fernando P. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 1979.
- JORGE, F. *Cala a boca, jornalista!* Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- JORGE, Fernando. *As diretrizes governamentais do presidente Ernesto Geisel: subsídios e documentos para a história do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Jorge, 1976.
- JORGE, Marina Soler. *Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira*. Dissertação de mestrado em Sociologia apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.
- JORGE, Wilson Edson. *A política nacional de saneamento, pós-64*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1987.
- JOSÉ, Emiliano, OLDACK, Miranda. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.
- JOSÉ, Emiliano. *As asas invistíveis do padre Renzo: uma história singela de amor e dor nos tempos da ditadura brasileira*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.
- JOSÉ, Emiliano. *Galeria F: lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Casa Amarela, 2000.
- JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: as ligações perigosas*. Salvador/São Paulo: Edufba/Hucitec, 1996.
- JOSÉ, Emiliano. *Mergulho nas trevas: as feridas abertas da ditadura e a ditadura encurralada*. No site www.emilianojose.com.br. Acesso: 02/11/2004.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Il Brasile e i paesi del cono sud: dall'autoritarismo burocratico ai dilemmi del consolidamento della democrazia (1964-1995)*: bibliografia. Bolonha: Il Nove, 1996.
- JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira 13: os últimos dias do governo Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- JURICIC, Paulo. *O crime de tortura*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1998.
- K**
- KAUFMAN, Robert R. Democratic and authoritarian responses to the debt issue: Argentina, Brazil, Mexico (in the political economy of debt). *International Organization*, v.39, n.3, p. 473-503, verão, 1985.
- KECK, Margaret E. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.
- Kehl, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

- KENSKI, Vania Moreira. *O fascínio do Opinião*. Tese de doutorado apresentado à Unicamp. Campinas, 1990.
- KHÉDE, Sonia Salomão. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- KINZO, Maria D'Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KINZO, Maria. D'Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- KLEIN, Lúcia Maria Gomes. A nova ordem legal e suas repercussões sobre a esfera política. *Dados*: Rio de Janeiro, n.10, p. 154-165, 1973.
- KLEIN, Lucia, FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- KOHUT, Karl (org.). *Palavra e poder: os intelectuais na sociedade brasileira*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KONDER, Rodolfo. *Tempo de ameaça: autobiografia política de um exilado*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- KORNIS, Mônica Almeida. Ficção televisiva e identidade nacional: anos dourados e a retomada da democracia. In: ABREU, Alzira Alves de. LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: diário da Campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOUTIZII, Flávio (org.). *Nova República: Balanço*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- KOWARICK, Lúcio e BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo- 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. *Os caminhos do encontro*. São Paulo: Cedec, 1985.
- KRANE, Dale. Opposition strategy and survival in praetorian Brazil, 1964-79. *The Journal of Politics*, v.45, n.1, p. 28-63, fev, 1983.
- KRIEGER, Daniel. *Desde as missões: saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- KRISCHKE, Paulo (org.). *Brasil: do "Milagre" à "Abertura"*. São Paulo: Cortez, 1982.
- KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KUCINSKI, Bernardo e Tronca, Ítalo. *Pau de arara: la violência militar em Brasil*. México, Siglo XXI, 1972.
- KUCINSKI, Bernardo. *A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar*. In: CARNEIRO, M. Luisa Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura (A história de uma crise)*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KUPERMAN, Esther. *A guerrilha de Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.
- KUSCHNIR, Beatriz. Depor as armas: a travessia de Cony e a censura no Partidão. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política (séculos XIX-XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores – do AI-5 à Constituição de 1988*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2001.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: FAPESP/Boitempo, 2004.
- KUSHNIR, Beatriz. Era proibido proibir? O DOPS, a censura e a imprensa clandestina no Brasil – do AI-5 à Anistia. *Discursos sediciosos – Instituto Carioca de Criminologia*: Rio de Janeiro, n.3.

L

- LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LACERDA, Romão Cortes de. Crime político. Propaganda comunista. Posse de armas de guerra. Apreensão e suspensão de jornais. Resistência. Competência do Supremo Tribunal Federal. *Revista Forense*, v.123, p. 39-47, maio 1949.
- LAFER, Celso. *Brasil-Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAFER, Celso. Crescimento, igualdade e democracia. *Dados*: Rio de Janeiro, n.18, p. 123-134, 1978.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro hoje: tendências e perspectivas*. São Paulo: Instituto de

- Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1983.
- LAFER, Celso. Política exterior brasileira: balanço e perspectivas. *Dados*: Rio de Janeiro, n.22, p. 49-64, 1979.
- LAFORGIA, Reynaldo. *Dezembro sangrento*: a chacina da Lapa. Campinas: Pontes, 1988.
- LAGO, Mário. *Bagaço de beira de estrada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LAGO, Mário. *Na rolança do tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- LAGÔA, Ana. *SNi*: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e resistência democrática*: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970. v. 8, nº 14/15, p. 53-93, 1. e 2. sem. 2001.
- LAMARCA, Carlos. Diário de Carlos Lamarca: 29 de junho–16 de agosto de 1971. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1987. Folhetim, n. 543, p. B1-B12.
- LAMOUNIER, B. Authoritarian Brazil revisited: o impacto das eleições na abertura política. *Dados*: Rio de Janeiro, v.29, n.3, p. 283-317, 1986.
- LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática, o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAMOUNIER, B., FARIA, J. E. *O futuro da abertura*: um debate. São Paulo: Cortez/Idesp, 1981.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Voto de desconfiança*: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Petrópolis, Vozes, 1980.
- LAMOUNIER, Bolívar e Meneguello, R. *Partidos Políticos e consolidação democrática*: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAMOUNIER, Bolívar e Moura, A. R. A recuperação econômica de 1984 e o início da Nova República: Problemas e perspectivas. *Estudos econômicos*. Vol. 15, no. 3, 1985.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Perspectivas da consolidação democrática*: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 4, 1987.
- LANDAU, Trudi. *Vlado Herzog*: o que faltava contar. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda: resumo da evidência. *Dados*: Rio de Janeiro, n.11, p. 81-121, 1973.
- LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento feminino pela Anistia*: a esperança de retorno à democracia. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1996.
- LANZA, Fábio. As perspectivas da Igreja Católica no regime militar (1964-1985). *Ensaios de História*: Franca, v.2, n.2, 1997.
- LANZA, Fábio. Em defesa do homem: a Igreja contra a repressão militar. *Ensaios de História*: Franca, v.4, n.1/2, 1999.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada*: afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do panóptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de. LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil*: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia das urnas*: o processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo, 1991.
- LAZZARINI, Álvaro. Segurança nacional e segurança pública no Brasil. *A força policial*, São Paulo, n.15, p. 97-111, jul./set. 1997.
- LE VEN, Michel Marie. Movimento operário e sindical, 1972-1985. In: POMPERMAYER, Malori J. (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- LE VEN, Michel Marie. *Trabalho e democracia*: a experiência dos metalúrgicos mineiros (1978-1984). Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1988.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution*. The United States and Brazil, 1961-1969. Kent: Kent State University Press, 1990.
- LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária*: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de mestrado em História apresentado ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1992.
- LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda*: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- LEANDRO, Valdemar. *Justiças especializadas*: delimitações da competência. São Paulo: Leud, 1975.
- LEIBING, Annette e LÜHL, Sibylle Benninghoff (orgs.). *Devorando o tempo*: Brasil, o país sem memória. São Paulo: Mandarin, 2001.
- LEITÃO, Alfredo M., SILVA, Débora C. S. da. Um histórico do fundo DEOPS/SP. *Quadrilátero*: Brasília, v.1, n.1, p. 59-70, 1998.
- LEITÃO, Alfredo M. Fundo Deops: organização e manutenção. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória*: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999.
- LEITÃO, Jorge Ferreira. Crimes contra a segurança do Estado. *Revista do Conselho Penitenciário Federal*: Brasília, v.17, p. 36-50, abr./jun. 1968.
- LEITE, Antônio Dias. *A transição para a Nova República (agosto de 84 a abril de 85)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LEITE, Maria Cecília Alvares. *Conto como fomos*: juventude de chumbo. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

- LEITE, Rogério Proença de Souza. *A dupla face do nacionalismo no Brasil*. Kubitschek e Médici: uma análise da ideologia nacionalista e do discurso político. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE. Recife, 1992.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta armada*: os jornais “Brasil Mulher e Nós Mulheres”. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada à PUC. São Paulo, 2004.
- LEMOS, Renato (org., intr. e notas). *Justiça fardada*: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*: Rio de Janeiro, n.5, p. 287-313, set. 2002.
- LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*: Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ/7 Letras, n.5, set./2002, p. 287-313.
- LEMOS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso, KRAAY, Hendrik, IZECKSOHN, Vítor (orgs.). *A nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/Bom Texto, p. 409-438.
- LEMOS, Renato. Por inspiração de Dona Tiburtina: o general Peri Bevilacqua no Superior Tribunal Militar. *Locus - Revista de História*: Juiz de Fora, v.9, n.1, 2003, p. 113-124.
- LENTZ, Alice B. (org.). *Political risk analysis, Brazil*: seminar. Patrocinado pelo Fund for Multinational Management Education e Council of the Americas, 9-10, junho, 1980, New York/Chicago. New York: FMME, 1980.
- LEONE, Matilde. *Sombras da repressão*: o outono de Maurina Borges. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. *Diretas Já*: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LEPARGNEUR, Hubert. *A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- LESSA, Antônio Carlos. Relações Brasil-América Latina durante o governo Geisel: discussão sobre o projeto hegemônico brasileiro (1974-1979). *Anos 90*: Porto Alegre, n.10, p. 23-29, dez. 1998.
- LESSA, C. F. *A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 – sonho e fracasso*. Tese de Doutorado, UFRJ, 1978.
- LIBÂNIO, João Batista. *A Igreja latino-americana*: balanço, tensões e perspectivas. Vida, clamor e esperança. São Paulo: Loyola, 1992.
- LIBÂNIO, João Batista. Conflito Igreja-Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro, n.4, p. 29-40, 1978.
- LIMA JÚNIOR, O. B. *Instituições políticas democráticas*: o segredo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). *O balanço do poder*: formas de dominação e representação. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1990.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Mudança política e processo decisório: análise da política orçamentária brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, n.14, p. 141-163, 1977.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Em Busca da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Em busca da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LIMA, Dêlcio Monteiro de. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Antares, 1980.
- LIMA, Eduardo Martins de. *PT: origem e proposta*. Estudo sobre a novidade histórica representada pelo Partido dos Trabalhadores no quadro partidário brasileiro do pós-64. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1988.
- LIMA, Haroldo, ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular*: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- LIMA, Haroldo. *Itinerário*. Salvador: Comitê Brasileiro pela Anistia – Núcleo Bahia, 1979.
- LIMA, Joana D’Arc de Souza. *Trajetória artística e política de uma neovanguarda das artes plásticas no Brasil: 1968-1971*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, UNESP/Araraquara, 2000.
- LIMA, José Edson Schümann. *Brutalidade e jardim*: as imagens de nação da Tropicália. Tese de doutorado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIMA, Maria Regina S. de, MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo e uma análise da política externa brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 349-363, 1982.
- LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro. Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Iuperj. Rio de Janeiro, 1989.
- LIMA, Odair de Abreu. *A tentação do consenso*: o trabalho da Aerp e os meios de comunicação como fontes de legitimação dos governos militares (1964-1974). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1998.
- LIMA, Olavo. *O balanço do poder*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1990.
- LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais. A tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.4, n.10, p. 65-84, jun. 1989.
- LIMA, Ruth Ribeiro de. *Nunca é tarde para saber*: histórias de vida, histórias da guerrilha. Tese de

- doutorado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- LIMA, Samarone. *A penumbra compartilhada: solidariedade e resistência na noite de terror do Cone Sul da América Latina: a ação do grupo Clamor* (1978-1991). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.
- Lima, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. São Paulo: Objetiva, 2003.
- LIMA, Samarone. *Zé*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.
- LINHARES, Marcelo. *Governo Castello Branco: isto é verdade*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda e outros. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LINHART, Robert. *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LINZ, Juan J., STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LISBOA, Luiz Eurico Tejera. *Condições ideais para o amor: poemas, manifestos e correspondência de um poeta-guerrilheiro*. HOHLFELDT, Antônio. (org.). Porto Alegre: IEL/Tchê!, 1993.
- LIVRO Negro da Ditadura Militar - publicação clandestina dos anos 70, s/d.
- LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- LOHBAUER, Christian. *Aproximação e distanciamento*. As relações entre o Brasil e a República Federal da Alemanha de 1964 a 1994. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1999.
- LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1987.
- LOPES, Maria Izabel de Souza. *A resistência no regime militar: o docente/cientista frente à política de ciência e tecnologia*. Tese de doutorado apresentada à Unicamp. Campinas, 1997.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *João Goulart*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- LORO, Tarcísio Justino. *Espaço e poder na Igreja: a divisão da Arquidiocese de São Paulo*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, USP, 1995.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LÖWY, Michael, SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- LUCAS, Fábio. A crise da cultura literária no Brasil pós-64. In: SCHWARTZ, Jorge, SOSNOWSKI, Saul (orgs.) *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 131-139.
- Lula: entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.
- LUPPI, Carlos Alberto. *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por esse crime?* São Paulo: Escrita, 1980.
- ## M
- MACHADO, Ana Maria. Da resistência à transição. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFRJ/IFCS, 2006.
- MACHADO, Jório. *1964, a opressão dos quartéis*. João Pessoa: O Combate, 1991.
- MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x censura: momentos de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: LP&M, 1978.
- MACHADO, Maria Aglae de Medeiros. *O Estado, políticas sociais e política educacional*. Dissertação de mestrado apresentada à UnB. Brasília, 1987.
- MACIEL, Ayrton. *A história secreta: prontuários do DOPS*. Recife: Edições Bagaço, 2000.
- MACIEL, Luís Carlos. *Geração em transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- MACIEL, Luís Carlos. *Os anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- MAGALDI, Sábato. *Um palco brasileiro: o Arena de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGALHÃES, Inês, BARRETO, Luiz, TREVAS, Vicente (orgs.). *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MAGALHÃES, Irene Maria, HEME, Maria Aparecida Alves, ALESSIO, Nancy. Cronologia do 2º e 3º ano do governo Costa e Silva. *Dados*: Rio de Janeiro, n.8, p. 152-233, 1971.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.17, n.34, p. 203-220, 1997.
- MAIA, Maurício. Henfil e o império do Silêncio. In: KUSHNIR, Beatriz. *Perfis Cruzados. Trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p.188-89.

- MAIA, Maurício. *O juízo da morte: violência dolosa em São Paulo no Notícias Populares e nos arquivos do Tribunal do Júri - 1960-1975*. Tese de doutorado apresentado à Escola de Comunicação e Arte da USP. São Paulo, 2004.
- MAINWARING, Scott, KRISCHKE, Paulo José. *A Igreja nas bases em tempo de transição (1975-1985)*. São Paulo: L&PM, 1986.
- MAINWARING, Scott. Brazilian party underdevelopment in comparative perspective. *Political Science Quarterly*, v.107, n.4, p. 677-707, inverno, 1992-1993.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAINWARING, Scott. *The Catholic Church and politics in Brazil (1916-1985)*. Stanford: Stanford University Press, 1986.
- MALAFAIA, Wolney Vianna. *De chumbo e de ouro: política cultural de cinema em tempos sombrios (1974-1979)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- MALAN, P. e BONELLI, R. Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos anos 80. Rio de Janeiro: IPEA, 1983.
- MALAN, Pedro. S. O debate sobre estatização no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, v.24, n.1, p. 25-36, 1981.
- MALTA, Maria Helena. *Brasil, um sonho intenso: um retrato da geração-68, vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 3.ed. São Paulo: Polis, 1985.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós graduação em História do IFCS/UFRJ, 2006.
- MARCELLO, Antonio. *Ensaio geral*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro/Campinas: Revan/Unicamp, 1998.
- MARICATO, Ermínia. *Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.
- MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2. ed. Lisboa: Assírio Alvim, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Vientiuno, 1969.
- MARKUN, Paulo (org.). *Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARKUN, Paulo, HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.
- MARONI, Amneris Angela. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/ 78*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1982.
- MARQUES NETO, José Castilho. (org.) *Mário Pedrosa e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MARQUES, Newton Ferreira da Silva. *A concentração bancária brasileira no período pós-1964*. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE. Recife, 1982.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *A aventura de Miguel Littín clandestino no Chile*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. 10. ed. Rio de Janeiro: Sábá, 1970.
- MARTIN, Kathi. La dictature brésilienne et la réconciliation nationale. *L'Astrée*, n.8, set. 1999.
- MARTINEZ, Paulo (org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A sombra das tradições: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na transição democrática (1974-1985)*. Um estudo sobre o estatismo sindical. Dissertação de mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1994.
- MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revisitada: unidade ou desunião? In: UFRJ/UFF/ CPDOC/ APERJ. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968: México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático ou ditadura militar. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.2, p. 7-23, jun. 1994.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O movimento estudantil na conjuntura do golpe*. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1996.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. Tese de doutorado apresentada à Unicamp. Campinas, 1993.

- MARTINS, Carlos Benedito. Caminhos e descaminhos das universidades federais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v.8, n.23, p. 48-54, out. 1993.
- MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década de 64/74. *Estudos Cebrap*, n.12, p. 53-98, 1976.
- MARTINS, Edilson. *Nós, do Araguaia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- MARTINS, Eloy. *Tempo de cárcere*: memórias. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, Luciano. *A geração AI-5*: ensaios de opinião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARTINS, Mário. *Em nossos dias de intolerância*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *A Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. Anistia: um balanço. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*: Rio de Janeiro, n.8, fev. 1979.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros*: anistia ontem e hoje. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MARTINS, Suely Aparecida. *Caminhos e descaminhos da socialização na Pastoral da Juventude*: o caso de Londrina. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da Unicamp, Campinas, 2000.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1992.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Forças Armadas e administração pública*: a participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990). Tese de doutorado apresentada à Unicamp. Campinas, 1999.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.4-5, jun./nov. 1995.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. Participação militar na administração pública e democracia no Brasil. In: MATHIAS, Suzeley Kalil, SAINT-PIERRE, Héctor. *Entre votos e botas*: as Forças Armadas no labirinto latino-americano no novo milênio. Franca: Unesp, 2001.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. Transição à democracia e subordinação militar: notas comparativas dos casos brasileiro e argentino. *Tempo e Pesquisa*: São Carlos, n.18/19, p. 17-20, jul./dez. 1996.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de, SWENSSON JR, Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional*: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN) - 1969-1979. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de História da USP. São Paulo, 2002.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. Os arquivos do regime militar. *Revista Histórica*: São Paulo, n.3, p. 7-9, abr. 2001.
- MATTOS, Meira. *Brasil, geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- MATTOS, Meira. *Geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MATTOSO, Glauco. *O que é Tortura?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- MAUÉS, Flamarion. "Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio : Livros de oposição no regime militar, um estudo de caso". *Em Questão*, Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ISSN 1807-8893 UFRGS, v.11, n.2, julho a dezembro 2005, p. 259-279. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf_2005_v11_n2/3_tersimplesmente.pdf>
- MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible: the Brazilian rural workers' trade union movement, 1964-1985*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada*: considerações sobre a política do PCB entre os anos de 1975 e 1985. São Paulo: Unesp, 2002.
- MCDONOUGH, Peter, SCHIN, Doh C., MOISÉS, José Álvaro. Democratization and participation: comparing Spain, Brazil, and Korea. *The Journal of Politics*, v.60, n.4, p. 919-953, nov. 1998.
- MCDONOUGH, Peter. Os limites da legitimidade autoritária no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, n.20, p. 91-121, 1979.
- MEDEIROS, Alexandre. *Crônica de um sonho*: nos bastidores da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- MEDEIROS, Ana Maria de. *Uma metáfora do Brasil*: o Bem-amado e a teledramaturgia de Dias Gomes. Dissertação de mestrado apresentada à UFSC. Florianópolis, 2001.
- MEDEIROS, Antônio Carlos de. *Politics and intergovernmental relations in Brazil, 1964-1982*. New York: Garland, 1986.
- MEDEIROS, Karl Marx de. *O papel oposicionista do Movimento Democrático Brasileiro*: MDB (1976-1977). Dissertação de mestrado apresentada à UnB. Brasília, 1986.

- MEDINA, Cremilda (org.). *O jornalismo na Nova República*. São Paulo: Summus, 1987.
- MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) *Minorias silenciadas: a história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2002.
- MELHEM, Célia Soibelman. *Dinâmica eleitoral e organização partidária da oposição ao governo: o caso do MDB/PMDB paulista de 1965-1988*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1995.
- MELLO, Jayme Portella. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- MELLO, Maria Amélia. *20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1996.
- MELO, Marcus André B. C. de. A formação de políticas públicas e a transição democrática: o caso da política social. *Dados*: Rio de Janeiro, v.33, n.3, p. 443-470, 1990.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. *Reflexões para uma política da cultura*. Florianópolis: UFSC/ Movimento, 1982.
- MENDES JÚNIOR, Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENDES, Candido Antonio José Francisco. *Memento dos vivos: a esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- MENDES, Candido. *Comissão Brasileira Justiça e Paz (1969-1995): empenho e memória*. Rio de Janeiro: Educam, 1996.
- MENDES, Candido. Elite de poder, democracia e desenvolvimento. *Dados*: Rio de Janeiro, n.20, p. 91-121, 1979.
- MENDES, Candido. Elite de poder, democracia e desenvolvimento. *Dados*: Rio de Janeiro, n.6, 1969.
- MENDES, Candido. *Lula: a opção mais que o voto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- MENDES, Candido. O governo Castelo Branco: paradigma e prognose. *Dados*: Rio de Janeiro, n.2, 1967.
- MENDIBLE Z., Alejandro. *El ocaso del autoritarismo en Brasil*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de, FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1991.
- MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MENEZES, Paulo. *A meia-luz: cinema e sexualidade nos anos 70*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MERCADANTE, Aloizio (coord.) et alii. *Imagens da luta: 1905-1985*. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, 1987.
- MESQUITA, Júlio de. *Citadels, ramparts, and censors: press freedom and dictatorship in Brazil*. Tempe: Center for Latin American Studies Arizona State University, 1973.
- METTENHEIM, Kurt von. *The Brazilian voter: mass politics in democratic transition, 1974-1986*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.
- MEZAROBBA, Glenda. 25 anos de anistia: um processo inconcluso. *Novos Estudos Cebrap*, n.70, nov. 2004.
- MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas conseqüências*. Um estudo do caso brasileiro. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentado à USP. São Paulo, 2003.
- MIANI, Rozinaldo Antônio. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2000.
- MICELI, Sérgio (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Difel, 1988.
- MICELI, Sérgio. Entre no ar em Belíndia: a indústria cultural hoje. *Cadernos do IFCH*: Campinas, n.15, p. 47, 1984.
- MICELI, Sérgio. O papel político dos meios de comunicação de massa. In: SCHWARTZ, Jorge, SOSNOWSKI, Saúl (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 41-67.
- MICELI, Sergio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). In: _____. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MICELI, Sergio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: _____. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MICHALSKI, Yan (org.) *Teatro de Oduvaldo Vianna Filho*. Rio de Janeiro: Ilha, 1981.
- MICHALSKI, Yan. A crise do teatro dentro da crise maior. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- MICHALSKI, Yan. *O palco amordaçado*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão: uma frente de resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- MINISTÉRIO DA GUERRA. *Manual de Campanha C 31-20: operações especiais*. Operações contra guerrilheiros. 3. reimp. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1964.
- MIR, Luís. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1994.

- MIRANDA, José Carlos, TAVARES, Maria da Conceição. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, José Luis (org.) *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- MIRANDA, Nilmário, TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar. A responsabilidade do Estado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999.
- MIRANDA, Orlando. *Obscuros heróis de Capricórnio*. São Paulo: Global, 1987.
- MIRANDA, Yvonne R. de. *Memórias de uma repórter política: Brasília de 1960 a 1968*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1996.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico: geopolítica e política externa no Brasil pós-64*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1986.
- MIYASHITA, Hadjimu. *Administração pública brasileira, 1964/84: aspectos políticos, institucionais e organizacionais*. São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1985.
- MOBY, Alberto. *Sinal fechado: a música popular brasileira sob censura*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.
- MOISÉS, José Álvaro e outros. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro et alii. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1977.
- MOISES, José Álvaro, BENEVIDES, Maria Vitória. O Estadão e o golpe de 64. *Lua Nova – Cultura e Política*, v.2. n.1, p. 26-31.
- MOISÉS, José Álvaro. ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, José Álvaro. *Cenas de política explícita: descaminhos de uma longa transição política*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOLICA, Fernando (org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MOLICA, Fernando. *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o “chacal brasileiro”*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. *Revista de Sociologia e Política*, n.17, nov. 2001.
- MONIZ, Edmundo. *A Lei de Segurança Nacional e a Justiça Militar*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.
- MONIZ, Edmundo. *O golpe de abril*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MONTEIRO, Maria Rosa Leite. *Honestino: o bom da amizade é a não cobrança*. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.
- MONTELLO, Josué. *Diário da noite iluminada: 1977-1985*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MONTIEL, Rosane. *Movimento: a janela de uma geração, a organização do fundo de arquivo “Jornal Movimento”*. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Usp, 1996.
- MONTORO, Franco. *A luta pelas eleições diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MOORE, Zelbert L. Out of the shadows: black and brown struggles for recognition and dignity in Brazil, 1964-1985. *Journal of Black Studies*, v.19, n.4, p. 394-410, jun. 1989.
- MORAES FILHO, Antonio Evaristo de. Leis de segurança nacional e de imprensa e crimes na lei de greve. *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, v.37, p. 173-182, jan./abr. 1985.
- MORAES NETO, Geneton de, SILVEIRA, Joel. *Nitroglicerina pura*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- MORAES NETO, Geneton de. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAES, Dênis de. *Vianinha: cúmplice da paixão*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MORAES, João Francisco de. *Os bispos e a política no Brasil: pensamento social da CNBB*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MORAES, João Luiz de. *O calvário de Sônia Angel: uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro: Gráfica Mec Editora Ltda., 1994.
- MORAES, João Luiz, AHMED, Aziz. *O calvário de Sônia Angel: uma história de terror nos porões da ditadura*. Narrativa a Azis Ahmed, colaboração de Sonia Ilha. Rio de Janeiro: Gráfica MEC, 1994.
- MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil – Volume II: os influxos teóricos*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil – Volume III: teorias, interpretações*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- MORAES, João Quartim de, DEL ROIO, Marcos (orgs.) *História do Marxismo no Brasil – Volume IV: visões do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social*: São Paulo, v.1, n.2, p. 135-158, 2. sem. 1989.
- MORAES, João Quartim de. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. London: NLB, 1971.
- MORAES, João Quartim de. O colapso da resistência

- militar ao golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- MORAES, Mário Sérgio de. *O caso Herzog: a cidadania reconquistada? Exame de qualificação de doutorado em História* apresentado à USP. São Paulo, 2004.
- Moraes, Mário Sérgio de. *O caso da ditadura: o caso Herzog*. São Paulo: Barcarolla, 2006.
- MORAES, Mário Sérgio de. *Os endereços da cidadania: o caso Herzog*. Tese de doutorado em História apresentada à USP. São Paulo, 2005.
- MORAIS, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAIS, Fernando; CONTIJO, Ricardo; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Transamazônica*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MORBACH, Marise Rocha. *Amazônia in concert*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1997.
- MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- MOSCATELLI, Luigi. *Política da repressão: força e poder de uma justiça de classe*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982. (Coleção Textos Paralelos).
- MOSTAÇO, Edelcio. *Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião. Uma interpretação da cultura de esquerda*. São Paulo: Proposta Editorial, 1982.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. A grande transação. São Paulo: Senac, 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.
- MOTA, Regina. *A épica eletrônica de Glauber: um estudo sobre cinema e TV*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MOTLEY, Langhorne A. Letting off steam. In: BINNENDIJK, Hans (org.). *Authoritarian regimes in transition*. Center for the Study of Foreign Affairs, Foreign Service Institute, US Department of State, 1987, p. 248-251.
- MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março. O movimento revolucionário e a sua história*. História Oral do Exército. 10v., Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2003.
- MOTTA, Nelson. *Noites tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- MOTTA, Paulo Roberto. *Movimentos partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- MOURA, Clóvis (org.). *Forças guerrilheiras do Araguaia: diário da guerrilha do Araguaia*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MOURA, Clóvis. (apres.). *Diário da guerrilha do Araguaia*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- MOURA, Roberto M. *Carnaval: da Redentora à Praça do Apocalipse*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.
- MOURÃO, Laurita. *Mourão: o general de pijama vermelho*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo, Graal, 1987.
- MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. *Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas: origens e lutas*. Rio de Janeiro, 1991.
- MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo*. [s.l.]: Anpuh/Unesp, 1980.
- MURARO, Valmir Francisco. *A JOC: uma utopia operária?* Dissertação de Mestrado, Departamento de História da Usp, 1983.
- MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica (JOC)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- N**
- NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NAFFAH NETO, Alfredo. *Poder, vida e morte na situação de tortura: esboço de uma fenomenologia do terror*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- NAPOLITANO, Marcos e VILLAGA, Mariana Martins. Tropicalismo as relíquias do Brasil em debate. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.18, n.35, p. 53-75, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n.28, p. 103-124, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. A Música Popular Brasileira nos anos 60: apontamentos para um balanço historiográfico. *História: Questões & Debates*: Curitiba, n.28, p. 123-149, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001.

- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)*. Juruá: Curitiba, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. Nos que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar. *Cadernos de Filosofia e Ciências Humanas*: Belo Horizonte, n.7, p. 52-60, 1996.
- NAPOLITANO, Marcos. O conceito de “MPB” nos anos 60. *História: Questões & Debates*: Curitiba, n.31, p. 11-30, 1999.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Anablume/FAPESP, 2001.
- NASCIMENTO, Eloísa Winter. *PT: impasses da esquerda no Brasil*. Tese de doutorado em sociologia apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- NASCIMENTO, Francisco C. Pegado. *Os sindicatos de trabalhadores em empresas estatais e a negociação coletiva na fase do Novo Sindicalismo*. Um estudo no setor de telecomunicações. Dissertação de mestrado apresentada à UFRN. Natal, 1988.
- NAVES, Santuza Cambraia. Da Bossa Nova à Tropicália: contenção e excesso na Música Popular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v.15, n.43, p.35-44, jun. 2000.
- NAVES, Santuza. *Da Bossa Nova à Tropicália*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- NAXARA, Márcia Regina, BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Memória e (re)sentimento*: Indagações sobre uma questão sensível. São Paulo/Campinas: Unicamp, 2004.
- NEEDLER, Martin C. Political development and military intervention in Latin America. *The American Political Science Review*, v.60, n.3, p. 616-626, set. 1966.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem*: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2004.
- NERCOLINI, Marildo José. *Artista intelectual*: a voz possível em uma sociedade que foi calada. Análise sociológica da obra de Chico Buarque e Caetano Veloso no Brasil dos anos 60. Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1997.
- NETO, Regina Beatriz Guimarães, ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Castro Ângela (org.). *Escrita de Si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- NETTO, José Paulo. *O PCB na luta pela democracia, 1983-1985*. São Paulo: Edições NR, 1985.
- NEUHOUSER, Kevin. The radicalization of the Brazilian Catholic Church in comparative perspective. *American Sociological Review*, v.54, n.2, p. 233-244, abr. 1989.
- NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores na crise do populismo. Utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NEVES, Maria Manuela R. de N. Ruptura institucional e consolidação política. Mato Grosso e a hegemonia arenista. *Dados*: Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.363-388, 1989.
- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.
- NOBRE, Freitas. *Subsídios para a história da transição democrática*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1986.
- NOBRE, Marcos. A Filosofia da USP sob a ditadura militar. *Novos Estudos Cebrap*: São Paulo, n.53, p. 137-150, mar. 1999.
- NÓBREGA, Luciana de Amorim. *Alteridade e jogo político*: quando o nós escolhe o inimigo. Brasil: 1937/45 – 1968/79. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1998.
- NOGUEIRA, Arnaldo. *Modernização conservadora do sindicalismo brasileiro*: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-1983). Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1990.
- NOGUEIRA, Arnaldo. *Trabalho e sindicalismo no Estado brasileiro*: experiências e desafios. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH da UNICAMP, 1996.
- NOSELLA, P. *Por que mataram Santo Dias*. São Paulo: Cortez, 1980.
- NOVA, Cristiane, NÓVOA, Jorge (org.). *Carlos Marighella*: o homem por trás do mito. São Paulo: Unesp, 1999.
- NOVAES, Adauto. *Anos 70*: cinema. Rio de Janeiro: Europa, 1980.
- NUNBERG, Bárbara. Mudança estrutural e política do Estado: a política do açúcar no Brasil pós-64. *Dados*: Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 211-251, 1985.
- NUNES, Adão Pereira. *Do planalto à cordilheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- NUNES, Antonio Carlos F., CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Bilhetes do João Ferrador*. São Paulo: Ed. Grafite, 1980.
- NUNES, Carlos Antônio Felix. *Fora de pauta*: histórias e história do jornalismo brasileiro. São Paulo: Proposta, 1981.
- NUNES, Helvídio. *Reforma tributária*: reivindicação permanente do Nordeste. Brasília: [s.n.], 1982.
- NUNES, Jorge Fischer. *O Riso dos Torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.



- O'DONELL, Guillermo. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.
- O'DONELL, Guillermo. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- O'DONELL, Guillermo. *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHILLING, Claudia. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- O'DONNELL, GuilLermo e SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.
- O'DONNELL, Guillermo. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- O'DONNELL, Guillermo. *Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocrático-autoritário*. Buenos Aires: Cedes/Clacso, 1975.
- O'DONNELL, Guillermo. Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- OKUCHI, Nobuo. *O seqüestro do diplomata*. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin de Carvalho. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Tese de doutorado apresentada à UFPE. Recife, 2000.
- OLIVEIRA JUNIOR, Franklin. *História da Ação Popular*. Tese de doutorado em História apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.
- OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de, *Helena Greco eu te batizo: Anistia*. Belo Horizonte, 1983.
- OLIVEIRA, Ancelmo. *Abertura política e democratização interna na universidade brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada à UFSC. Florianópolis, 1990.
- OLIVEIRA, Atalides Candido de. Crimes contra a segurança nacional. *Justitia*, v.65, p. 274-278, abr./jun. 1969.
- OLIVEIRA, Beneval de. *O ódio destrói o Brasil: uma análise da crise política brasileira de 1961 a 1964*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- OLIVEIRA, Cassiano Francisco Serner de. *Utopia e desencanto: trajetória de vida e rememoração na imprensa alternativa gaúcha*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-RS. Porto Alegre, 2000.
- OLIVEIRA, Eliane Braga de, RESENDE, Maria Esperança de. A censura de diversões públicas no Brasil durante o regime militar. *Dimensões: Espírito Santo*, v.12, p. 150-161, jan./jun. 2001.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel*. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Manole, 2005.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Fátima Amaral Dias de. *Trilha sonora: topografia semiótica paulistana nas canções independentes das décadas de setenta e oitenta*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de, STÉDILE, João Pedro, GENOÍNO, José. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. O plano de ação econômica do governo Castelo Branco: por que não dará certo. *Revista Civilização Brasileira*, n.1, p. 114-128, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco. *Poetas do Araguaia*. Rio de Janeiro: CEDI, 1983.
- OLIVEIRA, Frederico Mendonça de. *O Crime contra Tenório: saga e martírio de um gênio do piano brasileiro*. Belo Horizonte: Atenas Editorial, 1997.
- OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. *Imagens Subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1968)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFF. Niterói, 1996.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *O mito do poder jovem: a construção da identidade da UNE*. Tese de doutorado em História apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Niterói, 2001.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *O movimento estudantil alagoano e a resistência ao regime militar 1968/1980*. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE. Recife, 1994.

- OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. *Nossos Comerciais, por favor!* A televisão brasileira e a Escola Superior de Propaganda e Guerra: o caso Flávio Cavalcanti. São Paulo: Beca, 2001.
- OLIVEIRA, Luciano. Direitos Humanos e Cultura Política de Esquerda. In: *Lua Nova*, São Paulo: 1992.
- OLIVEIRA, Luciano. *Do Nunca Mais ao Eterno Retorno*: uma reflexão sobre a tortura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Luciano. *Imagens da democracia*: os direitos humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil. Recife: Pindorama, 1995.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. *Educação Física e escola e ditadura militar no Brasil (1968-1984)*: “entre a adesão e a resistência”. Bragança Paulista/São Paulo: UDUSF, 2003.
- OLIVEIRA, Maria Helena Palma de. *A representação social da educação de 1º grau nas políticas públicas federais no período pós-1964*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1990.
- OLIVEIRA, Maria Lucia. A tendência à centralização e o fenômeno do autoritarismo no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, n.15, p. 83-100, 1977.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa*: de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar*: lideranças e práticas políticas (1971-1983). Tese de doutorado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1999.
- OLIVEIRA, Sergio Murilo F. de. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. *Revista de Administração Pública*, v.21, n.2, p. 24-36, abr./jun. 1987.
- OLIVEIRA, Tito Flávio Bellini Nogueira de. Luta operária e ressurgimento grevista. As greves de maio de 1978. *Ensaios de História*: Franca, v.2, n.2, 1997.
- OLIVEIRA, Tredenzini Cícero Antônio. *Intervenção do Estado na economia brasileira durante as crises dos anos trinta e oitenta*: um estudo das políticas econômicas. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE. Recife, 1987.
- OLLIER, María Matilde. *La creencia y la pasión*: privado, público y político en la izquierda revolucionária. Buenos Aires: Ariel, 1998.
- O'REILLY, Marcos Mendonça. *A ideologia da corrente militar “Revolucionário-Nacionalista” (1967-1969)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1985.
- ORME, John. Dismounting the tiger: lessons from four liberalizations. *Political Science Quarterly*, v.103, n.2, p. 245-265, verão, 1988.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas*: cultura popular. São Paulo: Olho d'Água, [s/d].
- OS ARQUIVOS das polícias políticas: reflexões de nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 1994.
- OSCAR, João. *Juventude Vermelha*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

P

- PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PACKENHAM, Robert A. A mudança do discurso político no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, v. 30, n.2, p. 135-167, 1987.
- PADIM, D. Candido. As linhas de Medellín e a Ação da CNBB. In: MORAES, João Francisco de. *Os bispos e a política no Brasil*: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.
- PADIM, Dom Cândido. *Dom Cândido Padim, OSB*: Itinerário de uma vida. Bauru: EDUSC, 2002.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60*: rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 1995.
- PAGANOTTO, Waldir. *Imprensa alternativa e anarquismo*: o inimigo do Rei (1977-1988). Dissertação de mestrado apresentada à Unesp. Assis, 1997.
- PAIANO, E. *Do berimbau ao som universal*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1994.
- PAIVA, Cláudia Cardoso de. *A trama cultural dos anos 80*. Dissertação de mestrado apresentada à UnB. Brasília, 1987.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Mandarim, 1996.
- PAIVA, Maurício. *Companheira Carmela*: a história da luta de Carmela Pezzuti e seus dois filhos na resistência ao regime militar e no exílio. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Herdeiros do exílio*: memórias de filhos de militantes brasileiros da ditadura militar. Dissertação de mestrado em História apresentada à PUC. Rio de Janeiro, 2006.
- PAIXÃO, Antônio Luiz, SANTOS, Maria Helena de C. O álcool combustível e a pecuária de corte: fragmentação e porosidade no Estado burocrático-autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v.3, n.7, p. 69-83, jun. 1988.
- PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- PANDJIARJIAN, Valéria. *Balanço de 25 anos da legislação sobre a violência contra as mulheres no Brasil*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2005, mimeo.

- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PANG, Eul-Soo. *The international political economy of transformation in Argentina, Brazil and Chile since 1960*. New York: Palgrav Macmillan, 2002.
- PAOLI, M. C., Sader, E., Telles, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: *Revista brasileira de história*, nº 6, 1983, p. 137.
- PAOLI, Maria Célia et alii. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo. *O direito à memória*: Patrimônio Histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros - tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação*, RJ, Museu Nacional - UFRJ, 7: 16-56, out/1982.
- PARANÁ, Denise. *Lula, O filho do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.13, nov. 1999.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. Campinas: Unicamp, 1999.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Mentes que brilham*: sindicalismo e práticas culturais dos metalúrgicos de São Bernardo. Tese de doutorado apresentada à Unicamp, Campinas, 2002.
- PARANHOS, Kátia Rodrigues. Outras palavras: educação sindical em São Bernardo nos 70/90. *Tempo*: Rio de Janeiro, v.6, n.12, dez. 2001.
- PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PARKER, Phyllis R. *Brazil and the quiet intervention, 1964*. Austin: University of Texas Press, 1979.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Documentos do Partido Comunista Brasileiro (1960-1975)*. Lisboa: Avante, 1976.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Documentos do Partido Comunista do Brasil (1962-1974)*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Declaração política, Estatuto, Manifesto, Programa e Regimento Interno de 1980. In: ALMEIDA, Jorge, VIEIRA, Maria Alice, CANCELLI, Vitória (orgs). *Partido dos Trabalhadores*: Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Diretório Nacional do PT, 1998.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Estatuto do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra*: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964). Dissertação de mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1992.
- PASSARINHO, Jarbas. *Liderança militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PATARRA, Judith Liebllich. *Iara: reportagem biográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PATRIOTA, R. História e teatro: dilemas estéticos e políticos de Vladimir Maiakovski. *História*: São Paulo, v.13, p. 185-196, 1994.
- PATRIOTA, Rosângela. *Vianinha*: um dramaturgo no coração de seu tempo. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. 5. ed. Ribeirão Preto: Editora COC, 2004.
- PAULO NETTO, José. *Ditadura e serviço social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.
- PAULO NETTO, José. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem incompleta*: a experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. São Paulo: Senac, 2000.
- PAYNE, Leigh A. *Brazilian industrialists and democratic change*. Baltimore/Londres: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN*: memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1997.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PECAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PÉCORA, Alcir. Documentação histórica e literatura. *Revista USP*, n.40, p. 150-157, dez./fev. 1998/1999.
- PEDREIRA, Fernando. *Março 31*: civis e militares no processo da crise brasileira. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1964.
- PEDROSA, Mario. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- PEDROSA, Valter. *Niquinha, minha flor*: contribuição à denúncia da repressão. Brasília: Roteiro, 1990.
- PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- PEIXOTO, Fernando (org.). *Vianinha*: teatro, televisão e política. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *O movimento estudantil nos anos 60 e a Reforma Universitária*. Dissertação de mestrado apresentada à Unesp. Assis, 1993.
- PELLANDA, Nize Maria Campos. *A alfabetização no Brasil após 1964: uma análise das implicações ideológicas presentes na educação brasileira a partir da caracterização do contexto autoritário*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-RS. Porto Alegre, 1986.
- PELLEGRINI, Tânia. *A imagem e a letra*. Campinas, Mercado das Letras/ Fapesp, 1999.
- PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70*. Campinas/ São Carlos, Mercado de Letras/ Ed. da UFSCar, 1996.
- PELLEGRINO QUEIRÓZ, Hélio. A tortura política. In: *Revista de Cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. (7). pp.69-70.
- PENA, Maria Valéria J. A política salarial do governo Figueiredo: um ensaio sobre sua sociologia. *Dados*: Rio de Janeiro, v.29, n.1, p. 39-60, 1986.
- PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*: Brasília, n.2, p. 117-144, 1999.
- PENNA, Lincoln de Abreu. Geisel, corporativismo e intervenção militar na lógica do consenso mínimo. In: _____. *Política & história: lugares e fazeres*. Vassouras: USS, 2000.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalho no "vulcão do inferno": um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo. A fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964)*. Tese de doutorado em História apresentada à FFLCH da USP. São Paulo, 2006.
- PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Outras histórias: contribuição à história do trotskismo no Brasil (1952 - 1966). O caso do POR*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- PEREIRA, Anthony. *Political (In:)Justice: National Security Legality in Brazil and the Southern Cone*. EUA: University of Pittsburgh Press, 2005.
- PEREIRA, Arinos Tapajós Coelho. *Prática Policial*. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, 1962.
- PEREIRA, Carlos Alberto M., HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Patrulhas ideológicas marca reg.: arte e engajamento em debate*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, Carlos Alberto M., MIRANDA, Ricardo. *O nacional e o popular na cultura brasileira: televisão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Carlos Alberto M., MIRANDA, Ricardo. *Televisão: as imagens e os sons. No ar, o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PEREIRA, Duarte. *Estêvão e o Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Mimeo, 1999.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Após a redemocratização. *Contexto*, n.4, p. 17-30, 1977.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. *O colapso de uma aliança de classes: a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, v. 25, n.3, p. 269-306, 1982.
- PEREIRA, Maria del Carmen Tubio. *A greve dos bóias-frias de Guariba e a repressão (maio de 1984)*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2001.
- PEREIRA, Moacir. *O golpe do silêncio: imprensa, censura e medidas de emergência*. São Paulo: Global, 1984.
- PEREIRA, Raimundo Rodrigues et alii. *Eleições no Brasil pós-64*. São Paulo: Global, 1984.
- PEREIRA, Raimundo Rodrigues, PEREIRA, Duarte (ed.). *Retratos do Brasil*. São Paulo: Política, 1984-1985. 3 v.
- PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *Seleções do reader's digest, 1954-1964: um mapa da intolerância política*. Tese de doutorado em História apresenta à FFLCH da USP. São Paulo, 2006.
- PEROSA, Lílían Maria Farias de Lima. *Cidadania proibida: o caso Herzog através da imprensa*. São Paulo: Imprensa Oficial/Sindicado dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 2001.
- PERRIN, Dimas. *Depoimento de um torturado*. Rio de Janeiro: Novacultura Editora, 1979.
- PERRONE, Fernando. *Relato de Guerras*: Praga, São Paulo, Paris. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988.
- PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Leis de anistia face ao direito internacional: "desaparecimentos" e "direito à verdade". In: PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos, globalização econômica e integração regional*. Desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max-Limonad, 2002.
- PESSOA, Mario. *Da aplicação da lei de segurança nacional*. São Paulo: Saraiva, 1978.
- PESSOA, Mario. O direito da segurança nacional. *Revista dos Tribunais*: São Paulo: 1971.
- PESSOA, Rui. *Espionagem e os meios jurídicos de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- PESTANA, José César. *Manual de organização policial*. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1959.
- PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: textos e entrevistas com Glauber Rocha*. Campinas: Papirus, 1996.
- PIERUCCI, Antônio F. de O. *Democracia, Igreja e Voto (o envolvimento dos padres da Paróquia de São Paulo nas eleições de 1982)*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1984.
- PIETROCOLA, Luci Gatti. *Anos 60/70: o viver entre parênteses. A perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1995.

- PIETROCOLLA, Luci Gati. Anos 60/70 do sonho revolucionário ao amargo retorno. *Tempo Social*: São Paulo, v.8, n.2, out. 1996.
- PIETROCOLLA, Luci Gati. Anos 60/70: a violência e o medo na construção da experiência do exílio e da clandestinidade. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.16, n.31, p. 303-327, 1996.
- PIMENTA, Eli. *Aspectos da greve metalúrgica de Santo André em 1979*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1986.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do DEOPS-SP: nota preliminar. *Revista de História*: São Paulo, v. 132, p. 149-154, 1995.
- PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- PINHEIRO, Luiz Adolfo. *A república dos golpes*: de Jânio a Sarney. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1993.
- PINHEIRO, Paulo S. Autoritarismo e transição. *Revista USP*: São Paulo, n.9, p. 45-56, mar./maio 1991.
- PINHEIRO, Paulo S. e ROMANO, Roberto. *Escritos indignados*: polícia, prisões e política no Estado autoritário no 20º aniversário do regime de exceção. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PINHEIRO, Paulo S. Estado e Terror. In: NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINHEIRO, Paulo S. Violência de Estado e classes populares. *Dados*: Rio de Janeiro, n.22, p. 5-24, 1979.
- PINHEIRO, Paulo S.; O'DONNELL, Guillermo, RIVAS; Edelberto Torres; CARDOSO, Fernando Henrique. *Estado na América Latina*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra/Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1977.
- PINTO, Leonor Estela Souza. *Le cinema brésilien au risque de la censure*: pendant la dictature militaire de 1964 a 1985. Tese de doutorado apresentada à Université de Toulouse II (Le Mirail). École Supérieure d'Audiovisuel. Toulouse, 2001.
- PINTO, Rogerio Feital S. *La ecología política del Banco Nacional de Desarrollo Económico del Brasil (BNDE)*. Washington: Unidade de Administração Pública, Departamento de Assuntos Econômicos, Organização dos Estados Americanos, 1969.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 1996.
- PIRES, Jurandyr. *Indiscrições, de Dutra a Figueiredo*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1981.
- PISCATOR, E. *Teatro político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PLÁCIDO, Delson. *Depoimentos de um ex-exilado*. Rio de Janeiro: Brasil Hoje, 1994.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem*: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.
- POLARI, Alex. *Camarim de Prisioneiro*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1980.
- POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- POLARI, Alex. Guerrilha: as razões da derrota. In *Movimento*, 23 abr. 1979.
- POLARI, Alex. *Inventário de Cicatrizes*. Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, Rio e Teatro Ruth Escobar, São Paulo: 1978.
- POMAR, Pedro Esteves da Rocha. *Massacre na Lapa*: como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B. 3. ed. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- POMAR, Pedro. *Carta sobre a guerrilha do Araguaia*. In *Movimento*, n. 199, São Paulo: 1979.
- POMAR, Valter Ventura da Rocha. *Comunistas do Brasil. Interpretações sobre a cisão de 1962*. Dissertação de mestrado, Departamento de História da USP, 2000.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.
- PONT, Raul Anglada. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Sibriema, 1985.
- POPE, Clara Amanda. Human rights and the Catholic Church in Brazil, 1970-1983. The Pontifical Justice and Peace Commission on the São Paulo Archdiocese. *Journal of Church and State*, v. 27, n.3, p. 429-452.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia*. 8ª ed. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2002.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*: informações novas, documentos inéditos e na íntegra. São Paulo: Global, 1987.
- PORTELA, Jaime. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- PORTO, Sérgio (Stanislaw Ponte Preta). *FEBEAPÁ - O festival de besteira que assola o País*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO, Larissa Brisola Brito. *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil*: torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentado ao IFCH da Unicamp. Campinas, 2004.

- PRADO, Luiz Regis, CARVALHO, Érika Mandes de. Delito político e terrorismo: uma aproximação conceitual. *Revista dos Tribunais*, v.771, p. 421-447, jan. 2000.
- PRANDINI, Fernando, PETRUCCI, Victor A., DALE, Romeu (orgs.). *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1986.
- PRESTES, Luiz Carlos. São indispensáveis a crítica e a autocritica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política. In: *PCB: vinte anos de política (1958-1979)* Documentos. São Paulo: LECH, 1980. p. 29-36.
- PRESTES, Maria. *Meu Companheiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- PRIORI, Angelo. *DOPS, repressão, violência e controle social*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1996.
- PRIORI, Angelo. *DOPS: repressão, violência e controle social*. http://www.aduem.org.br/revista/revista_dops.htm.
- PROJETO História. *Cultura e poder: o golpe de 1964 – 40 anos depois*. São Paulo: no. 29, tomos I e II, dez. 2004, PUC-SP.
- PUTNAM, Robert D. Toward explaining military intervention in Latin American politics. *World Politics*, v.20, n.1, p. 83-110, out. 1967.

Q

- QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. Doutorado em História apresentada à UFF. Rio de Janeiro, 2005.
- QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
- QUARTIM, João. *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1972.
- QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. *O Pasquim: “um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação”*. (1969-1991). Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História Social, 2005.
- QUEIROZ, Manoel Virgílio de. *A elaboração de uma crise: a inculpação e o alarmismo no golpe contra Goulart (1961/1964)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1997.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte, UFMG. 1988.
- RABELO, Adriano de Paula. *O teatro de Chico Buarque*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1999.
- RABÊLO, José Maria, RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- RAGO FILHO, Antônio. *A ideologia de 64: os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1998.
- RAGO FILHO, Antônio. Sob este signo vencerás! A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970, v.8, n.14/15, p. 153-201, 1. e 2. sem. 2001.
- RAINHO, Luís Flávio, Osvaldo M. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo*. São Bernardo do Campo: Associação Cultural Beneficente dos Metalúrgicos de SBC e Diadema, 1983.
- RAINHO, Luís Flávio. *Os peões do Grande ABC*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- RAMOS, Alcides Freire. Intelectuais de esquerda e a luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1970). *Estudos de História*: Franca, v.8, n.1, 2001.
- RAMOS, Andressa M. Villar. *A liberdade permitida: contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia (1975-1980)*. Tese de mestrado apresentada ao departamento de História da PUC. São Paulo, 2002.
- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais (anos 50, 60, 70)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RANGEL, Ignácio. *Economia: milagre e antimilagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- RANGEL, Paulo Celso. *Na República de 1º de abril*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- RAPOSO, Eduardo (coord.). *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- RAPOSO, Eduardo. *O Estado dentro do Estado: autoritarismo e instabilidade constitucional no regime militar – Banco Central, Petrobras e Eletrobras*. Tese de doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1997.
- RAUTER, Cristina, Passos, Eduardo, Benevides, Regina (orgs.). *Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos*. Equipe clínico-grupal do grupo Tortura Nunca Mais-RJ. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá, 2002.
- REALE, Miguel. *Da revolução à democracia*. São Paulo. Convívio, 2ª ed., 1977.
- REALE, Miguel. *De Tancredo a Collor*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- REALE, Miguel. *Imperativos da revolução de março*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

- REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- REGO, João. *As bases socioeconômicas dos partidos políticos no Brasil, 1982/90*: estudo quantitativo sobre a estruturação do sistema partidário brasileiro pós-1979. Recife: Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- REGO, Norma Pereira. *Pasquim*: gargalhantes pelejas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- REHDER, Paulo. *Sucessão em tempo de ditadura*: como Figueiredo foi imposto ao país e aos militares. Rio de Janeiro: Europa, [1990].
- REIS FILHO, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: UFRJ/UFF/CPDOC/APERJ. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- REIS FILHO, Daniel A. (org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.
- REIS FILHO, Daniel A. 1968: o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social*: São Paulo, v.10, n.2, out. 1998.
- REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo/Brasília: Brasiliense/CNPq, 1990.
- REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- REIS FILHO, Daniel A. e MORAES, Pedro de (orgs.). *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1988.
- REIS FILHO, Daniel A. e RIDENTI, Marcelo S. (org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações até os anos 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. v. 5.
- REIS FILHO, Daniel A. *et alli*. *História do marxismo no Brasil*: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v. 1.
- REIS FILHO, Daniel A. *et alli*. *Versões e ficções*: o seqüestro da História. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.
- REIS FILHO, Daniel A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- REIS FILHO, Daniel A., FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste (orgs.). *O Século XX: o tempo das dúvidas*. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3.
- REIS FILHO, Daniel A., MORAES, Pedro de (orgs.). *1968: a paixão de uma utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- REIS FILHO, Daniel A., SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *História do marxismo no Brasil*: o impacto das revoluções. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000. v. 4.
- REIS, Elisa P. Mudança e continuidade na política rural brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, v.31, n.2, p. 203-218, 1988.
- REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guilherme (orgs.). *A democracia no Brasil*: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- REIS, Fábio Wanderley, LAMOUNIER, Bolívar. *Os partidos e o regime*: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley. As eleições e o problema institucional (2): a revolução e a geral cooptação. *Dados*: Rio de Janeiro, n.14, p. 185-200, 1977.
- RESENDE, Fernando. A produção pública na economia brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, n.18, p. 83-100, 1978.
- RESTREPO, Luís Carlos. *O direito à ternura*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- RETRATOS DO BRASIL. *Da Monarquia ao Estado Militar*, volume IV, Depoimentos, São Paulo: Editora Política, 1984.
- REZENDE, Darcilene Sena. *A história na mão*: periódicos universitários discentes paulistas entre 1964 e 1979. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 2003.
- REZENDE, Maria José de. *A transição como forma de dominação política*: o Brasil na era da abertura (1980-1984). Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1991.
- REZENDE, Maria José de. *Ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade – 1964-1984. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da USP. São Paulo, 1996.
- RIBEIRO, Belisa. *Bomba no Riocentro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- RIBEIRO, Hidelberto de Souza. *Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1993.
- RIBEIRO, Octávio. *Por que eu trai*: confissões de cabo Anselmo. São Paulo: Global, 1984.
- RIBEIRO, Osmar José de Barros. A inteligência – informação – no Brasil. *Defesa Nacional*, n.749, p. 53-69, jul./set. 1990.
- RIBEIRO, Renato Janine. Justiça e Lei. In: CASTANHO, Isaura de M., OLIVEIRA, Graziela A. P., SCHILLING, Flávia (orgs.). *Reflexões sobre a justiça e violência*: o atendimento a familiares de vítimas de crimes fatais. São Paulo: EDUC/IMESP, 2002, pp. 25-80.
- RIBEIRO, Solano. *Prepare seu coração*: a história dos grandes festivais. Rio de Janeiro: Geração Editorial, 2003.

- RICARDO, Sérgio. *Quem quebrou meu violão*: uma análise da cultura brasileira nas décadas de 40 a 90. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- RICHOPO, Neide. *Esquerda no Brasil*: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia da USP, 1988.
- RIDENTI, Marcelo. A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu. In: *Ciências Sociais hoje 1987*: anuário de Antropologia, Política e Sociologia da Anpocs. São Paulo: Vértice: Anpocs, 1987. p. 170-213.
- RIDENTI, Marcelo. As esquerdas em armas contra a ditadura: uma bibliografia. *Cadernos Edgar Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970, v.8, n.14/15, p. 257-295, 1. e 2. sem. 2001.
- RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*: São Paulo, v.2, n.2, out. 1990.
- RIDENTI, Marcelo. Cristianismo político no Brasil. *História Viva*. Esquerda no Brasil: uma história nas sombras. Edição especial temática n.5, out. 2006.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: artistas da revolução. Do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós-64). Tese de livre-docência apresentada à Unicamp. Campinas, 1989.
- RIDENTI, Marcelo. Intelectuais, estudantes e artistas. Paris: 1968. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política (séculos XIX-XX)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*: raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1989.
- RIDENTI, Marcelo. O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil – 1988-1992. *Perspectivas*. Revista de Ciências Sociais da Unesp: São Paulo, n. 17/18, p. 75-94, 1994/1995.
- RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário nos anos 60. In: FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaías, PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes*: um presídio da ditadura. Memórias dos presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência cultural: os anos de ditadura. *Leitura*: São Paulo, v.18, n.4, p. 1-3, abr. 2000.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: UFRJ/UFF/CPDOC/APERJ. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- RIESCH, Mary. STRHARSKY, Harry (orgs.). *Bibliographical notes for understanding the Brazilian model*: political repression and economic expansion. Washington: CoDoC International Secretariat, 1974.
- RIQUELINE, Horácio (org). *Era das névoas*: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. São Paulo: EDUC, 1993.
- RIZEK, Cibele Saliba e ROMÃO, Wagner de Melo (orgs.). *Francisco de Oliveira. A tarefa da crítica*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.
- RIZEK, Lopes Cibele Saliba. *Osasco, 1968*: a experiência de um movimento. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1988.
- ROCHA e SILVA, Maurício. *Primeiro de Abril*. São Paulo: Atheneu, 1996. (romance)
- ROCHA JÚNIOR, Deusdedit Alves. *A guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UnB. Brasília, 1995.
- ROCHA, Luiz Carlos. *Organização policial*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1978.
- ROCHA, Osvaldo. *Rosa negra*: os agrestes também verdejam. São Paulo: Livramento, 1980.
- ROCHA, Osvaldo. *Rosa negra*: os agrestes também verdejam. São Paulo: Livramento, 1980.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já*: o grito preso na garganta. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RODRIGUES, Edgar. *O anarquismo no banco dos réus, 1969-1972*. Rio de Janeiro: VJR Editores Associados, 1993.
- RODRIGUES, H. B. C. et alii. *Rua Viva - homenagem aos mortos e desaparecidos políticos mineiros*. Câmara e Prefeitura Municipal de B.H., 1994.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *A afirmação do trabalho*: estudo sobre trabalhadores da indústria automobilística e a emergência das comissões de fábrica dos anos 80. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1987.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Igreja e movimento operário nas origens do novo sindicalismo no Brasil (1964-1968). *História: Questões & Debates*: Curitiba, n.29, p. 25-58, 1998.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política*: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia*: a trajetória da CUT. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1993.
- RODRIGUES, Kátia Souza. *Era uma vez em São Bernardo*: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971-1982. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1995.
- RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 10, São Paulo: Difel, 1981, t.3.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Análise da composição social dos partidos. *História Viva*. Esquerda no Brasil: uma história nas sombras. Edição especial temática n.5, out. 2006.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.
- RODRIGUES, Luiz Alberto. *Memórias do soldado Rodrigues: o combate a guerrilha do Araguaia em 1969-1970 e a batalha que não aconteceu*. Belo Horizonte: Lutador, 2001.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80*. Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1994.
- RODRIGUES, Newton. *Brasil provisório (de Jânio a Sarney)*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- RODRIGUEZ, Matilde. As mulheres guerrilheiras do Brasil e da Argentina (décadas de 60 a 70): uma análise comparativa da literatura. *Estudos de História: Franca*, v.8, n.1, 2001.
- ROETT, Riordan (org.). *Brazil in the sixties*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.
- ROLLEMBERG, Denise e KUPERMAN, Daniel. *Universos de psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970, v.8, n.14/15, p. 205-252, 1. e 2, sem. 2001.
- ROLLEMBERG, Denise. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Instituto de Ciência Humanas e Filosofia da UFF. Niterói, 1992.
- ROLLEMBERG, Denise. A Vanguarda Popular Revolucionária: 'os marginais' na revolução brasileira. In: MENEZES, Lená Medeiros, ROLLEMBERG, Denise, MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Uerj, 2002.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidade. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.2, p. 39-73, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- ROMAGNOLI, Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.
- RONIGER, Luis de, SNAJDER, Mário. *O Legado de Violações dos Direitos Humanos no Cone Sul*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ROQUE, Tatiana. Esquecer a dor sem esquecer as razões da dor. *Revista Global*, n.5, jun./ago. 2005.
- ROQUE, Tatiana. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê? *Lugar Comum. Estudos de mídia, cultural e democracia*: Rio de Janeiro, 15-16, set./abr. 2001/2002, Rede Universidade Nômade e Escola de Comunicação/UFRJ.
- ROQUE, Tatiana. Tortura e Memória. *Revista Global*, n.1, out./nov. 2003.
- ROSA, F. A. *Justiça e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ROSA, Rafael Hagemeyer. Ibiúna, 1968: a encruzilhada do movimento estudantil. *História: Questões & Debates*: Curitiba, n.25, p. 200-218, 1996.
- ROSENBAUM, H. Jon. *Contemporary Brazil: issues in economic and political development*. New York: Praeger [1972].
- ROSENFELD, Anatol. Heróis e coringas. Teoria e Prática, 2, 1967. In: *Arte em Revista*, n.1.
- ROSENFELD, Anatol. *O mito e o herói no moderno teatro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- ROSENFELD, Anatol. *O teatro épico*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- ROUQUIÉ, Alain. LAMOUNIER, Bolívar e SCHVARZER, Jorge (orgs.). *Como renascer as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, [1992].
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do Marxismo no Brasil – Volume III: teorias. interpretações*. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 305-376.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Partido Comunista e herança cultural no Brasil. *Ciência e Cultura*, n. 41 (6), p. 552-565, jun. 1989.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Partido comunista, cultura e política cultural*. Tese de doutorado em Sociologia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Política, cultura e democracia. *História Viva*. Esquerda no Brasil: uma história nas sombras. Edição especial temática n.5, out. 2006.

S

- SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.
- SÁBATO, Ernesto (org.) *Nunca Mais*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

- SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio. Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SADDI, Fabiana da Cunha. *Estados e federalismo no governo Geisel*: uma análise do federalismo na gênese da transposição política brasileira. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2000.
- SADEK, Maria Tereza (org.). *Justiça e cidadania no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Idesp, 2000.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Eder. *Um rumor de botas*: a militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Pólis, 1982.
- SADER, Emir. *A crise hegemônica e sua ideologia*: teorias do Estado brasileiro durante o regime militar. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1990.
- SADER, Emir. *A transição no Brasil*: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.
- SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SADER, Emir. *E agora PT?* Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SADER, Emir. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez Editora, 1987.
- SADER, Emir. *O anjo torto*: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SADER, Emir. *Without fear of being happy*: Lula, the Worker's Party and Brazil. London/New York: Verso, 1991.
- SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da História na vida intelectual brasileira. In: Quartim de Moraes, João (org.). *História do marxismo no Brasil, III. Teorias. Interpretações*. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 11-122, 1998.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada*: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Unesp, 2000.
- SALAMA, Maurício Cohen. *Tumbas Anonimas*: informe sobre la identificación de restos de víctimas de la represión ilegal. Equipo Argentino de Antropología Forense. Buenos Aires: Catálogos, 1992.
- SALEM, H. Yan Michalski: à espera de sacudidelas saudáveis. *Folhetim*: São Paulo, n.204, p. 5-7, 1 ago. 1995.
- SALEM, Helena et al. *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- SALEM, Helena. *Leon Hirszman – o navegador das estrelas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos – o sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. *Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970, v.8, n.14/15, p. 13-48, 1. e 2. sem. 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e práticas políticas (1962-1976)*. Dissertação de mestrado em História apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 2000.
- SALGADO DE SOUZA, Maria Inez. *Os empresários e a educação*: o Ipes e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SALGADO, Lúcia Helena. *Acumulação capitalista e estilos de política econômica*: algumas idéias sobre a ação do Estado aplicadas ao caso do Brasil (1970-1986). Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1988.
- SALGADO, Plínio, 1985-1975. *Minha segunda prisão e meu exílio*; seguido de Diário de Bordo; e, Poema da Fortaleza de Santa Cruz. São Paulo: Voz do Oeste, 1980.
- SALGADO, Solange. Sentença do processo sobre a “Guerrilha do Araguaia”. Justiça Federal de 1ª Instância. Seção Judiciária do Distrito Federal. 1ª Vara Federal: Brasília, 20/06/2003.
- SALINAS FORTES, L. R. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- SALLUM JR., Brasílio. Federação, autoritarismo e democratização. *Tempo Social*: São Paulo, v.8, n.2, out. 1996.
- SALLUM JR., Brasílio. *Labirintos*: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SALM, Claudio. Evolução do mercado de trabalho, 1969/1972. *Estudos Cebrap*, n.8, p. 103-119, 1974.
- SALTCHUCK, Jaime. *Luta armada no Brasil dos anos 60-70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- SAMPAIO, Antônio Possidônio. *Lula e a greve dos peões*. São Paulo: Escrita, 1982.
- SANDERS, Thomas Griffin. *Decompression in Brazil*. Hanover: American Universities Field Staff, 1975.
- SANDERS, Thomas Griffin. *Human rights and political process in Brazil*. Hanover: American Universities Field. Staff, 1980.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Tese de doutorado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1986.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- SANGMEISTER, Hartmut. *Os intelectuais e o Estado no processo de (re-)democratização*: uma relação ambígua. In: KOHUT, Karl (org.). *Palavra e poder*: os intelectuais na sociedade brasileira. Frankfurt am Main: Vervuert, 1991.
- SANTA BÁRBARA, Daniele do Val. *Diários sobre a ditadura*: o que os filhos têm a dizer? Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.

- SANTANA, Marco Aurélio, NASCIMENTO, Regina Malta. "Trabalhadores do Brasil" e "Peões": passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Tempo*: Rio de Janeiro, v.5, n.9, jul. 2000.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, p.103-120, out. 1999.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANA, Marco Aurélio. O "novo" e o "velho" sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.10-11, jun./nov. 1998.
- SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado, 2001.
- SANTIAGO, Zeno. A avançada econômica do Brasil. Custos sociais e instrumentalidades. *Dados*: Rio de Janeiro, n.9, p. 7-20, 1972.
- SANTO, Stella Bruna. *Manual das eleições*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Diretório Nacional do PT, 2000.
- SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. *Tempo*: Rio de Janeiro, v.4, n.7, jul. 1999.
- SANTOS, Andrea Paula dos. *A esquerda das Forças Armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP. São Paulo, 1998.
- SANTOS, Cássia Regina Gonçalves dos. *Uma TV educativa para o Brasil: dimensões da trajetória da TV Cultura de São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1988.
- SANTOS, Fabiano. Escolhas institucionais e transição por transação: sistemas políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. *Dados*: Rio de Janeiro, v.43, n.4.
- SANTOS, Joel Rufino dos, e outros. *História Nova do Brasil (1963-1993)*. São Paulo: Edições Loyola e Editora Giordano Ltda., 1993.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *Quando eu voltei, tive uma surpresa (cartas para Nelson)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTOS, Manuel Conceição dos. *Essa terra é nossa: depoimentos sobre a vida e lutas de camponeses no estado do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Marcelo Gonzaga dos. Educação e regime autoritário no Brasil, 1964-74. *Ensaio de História*: Franca, v.2, n.1, 1997.
- SANTOS, Márcia Guena dos. *Operação Condor: uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da USP. São Paulo, 1998.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos, SIMÃO, Azis (orgs.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SANTOS, Maria Helena de C. Fragmentação e informalismo na tomada de decisão: o caso da política do álcool combustível no Brasil autoritário pós-64. *Dados*: Rio de Janeiro, v.30, n.1, p. 73-93, 1987.
- SANTOS, Moacir José dos. *A construção da política brasileira de telecomunicações (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FCL, UNESP – Assis, 2000.
- SANTOS, Nilton (org.). *História da UNE*. Vol. 1: depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.
- SANTOS, Paula Cristiane de Lyra. *As práticas políticas dos industriais pernambucanos no governo Médici*. Dissertação de mestrado apresentada à UFPE. Recife, 1997.
- SANTOS, Paulo. *64 e outros anos*. Depoimentos a Oswaldo Coimbra. São Paulo: Cortez, 1984.
- SANTOS, Raimundo dos. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: Quartim de Moraes, João et alii. *História do marxismo no Brasil, I. O impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 133-156, 1991.
- SANTOS, Reginaldo Souza (org.). *Políticas sociais e transição democrática*. Salvador: Mandacaru/Cetead, 2001.
- SANTOS, T. *Brasil, crisis política y transición democrática*. México: Seminario Permanente sobre Latino América, 1979.
- SANTOS, Wanderley G. dos. As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro. *Dados*: Rio de Janeiro, n.14, p. 211-239, 1977.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Crise e castigo: partidos e gerais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.
- SANTOS, Wanderley G. dos. Governadores-políticos, governadores-técnicos, governadores-militares. *Dados*: Rio de Janeiro, n.8, p. 123-128, 1971.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Rio de Janeiro: UFMG/Iuperj, 2003.
- SANTOS, Wanderley G. dos. O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. *Dados*: Rio de Janeiro, v.28, n.3, p. 283-310, 1985.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

- SANTOS, Wanderley G. dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*: Rio de Janeiro, n.7, p. 137-161, 1970.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Wanderley G. dos. *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964*. Tese de doutorado apresentada à Stanford University. Stanford, 1979.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SARTI, Ingrid A., BARBOSA FILHO, Rubem. Desafios e desafios nos caminhos da cidadania. *Dados*: Rio de Janeiro, v.26, n.3, p. 315-334, 1983.
- SARTI, Ingrid. Educação e Estado no Brasil: notas sobre o conceito de política educacional. *Dados*: Rio de Janeiro, n.21, p. 115-139, 1979.
- SATTAMINI, Lina Pena. *Esquecer nunca mais*. A saga de meu filho P. S. de Arruda. Ed. Produtor Editorial Independente, 2000.
- SAUTCHUK, Jaime. *Luta armada no Brasil dos anos 60 e 70*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.
- SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.
- SCHAFER, Stephen. Il concetto di delinquente político. *Archivio Penale*: Roma, v.28, n. 7/10, p. 282-297, jul./out. 1972.
- SCHILLING, Flávia. *Estudos sobre resistência*. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Unicamp. Campinas, 1991.
- SCHILLING, Flávia. *Querida família*. Porto Alegre: Ed. Coojornal, 1978.
- SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global Editora, 1980.
- SCHILLING, Paulo R. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas*. São Paulo: Global, 1979.
- SCHLESENER, Anita. Gramsci no Brasil: a história se repete? *História: Questões e debates*, ano 16, n.31, p. 129-142, jul./dez. 1999.
- SCHMIDT Arturi, Carlos. *Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974-1985)*. Presses Universitaires du Septentrion, 1999.
- SCHMIDT, Augusto Frederico. *Antologia política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- SCHMITTER, Philippe C. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.
- SCHNEIDER, Ronald M. *The political system of Brazil: emergence of a modernizing authoritarian regime, 1964-1970*. New York: Columbia University Press, 1971.
- SCHOOYANS, Michel. *Demain, le Brésil? Militarisme et technocratie*. Paris: Cerf, 1977.
- SCHOOYANS, Michel. *Destin du Brésil*. La technocratie militaire et son idéologie. Bélgica: Duculot/Gembloux, 1973.
- SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão*. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. São Paulo: Edusc, 2000.
- SCHWALBACH, Michael. *Autoritarismus und Wirtschaftspolitik in Brasilien (1964-1985): zur politischen Ökonomie der wirtschaftlichen Entwicklung der Nordostregion*. Frankfurt am Main/ New York: P. Lang, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.
- SCHWARTZ, Jorge e Sosnowski, Saúl (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. As eleições e o problema institucional (1): estado e sociedade no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, n.14, p. 164-184, 1977.
- SCHWARZ, Roberto. Almoço no estrangeiro. *Almanaque*, n.7, 1978.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 3, jan/1973.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA/DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Resumo histórico do DOPS*. São Paulo: Tipografia do Departamento de Investigações, 1953.
- SEGATTO, José Antônio et alii. *PCB: memória fotográfica (1922-1982)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SEGATTO, José. Antônio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SELCHE, Wayne A. *The national security doctrine and policies of the Brazilian government*. Carlisle Barracks, Pa: Strategic Studies Institute, US Army War College, 1977.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur. SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura, testemunho e tragédia: pensando algumas diferenças. In: *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O testemunho: entre a ficção e o "real"*. In: _____. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: _____.

- História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes.* Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- SEMERARO, G. A. *A primavera dos anos 60: a geração de Betinho.* São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/Centro João XXIII, 1994.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. *A informação comprometida: um estudo do noticiário da Folha da Tarde no Governo Médici.* Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2000.
- SERBIN, Kenneth P. Anatomia de um crime: repressão, direitos humanos e o caso de Alexandre Vannucchi Leme. *Teoria & Pesquisa*: São Carlos, n.20-23, p. 1-23, jan./dez. 1997.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra.* Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERBIN, Kenneth P. *Do autoritarismo à democracia: mapeando a longa evolução dos militares brasileiros.* In: CPDOC 30 ANOS. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SERRA, José. Three mistaken theses regarding trialization and authoritarian regimes. In: COLLIER, David. *The new authoritarianism in Latin América.* Princeton: Princeton University Press, 1979.
- SGRECIA, Alexandre, GADELHA, Edmar Guariento. Movimento rural, 1970-1985. In: POMPERMAYER, Malori J. (org.). *Movimentos sociais em Minas Gerais.* Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- SHARE, Donald. MAINWARING, Scott. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Dados*: Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 207-236, 1986.
- SHIKIDA, Cláudio Djssey, MONASTERIO, Leonardo M. Grupos de interesse, regimes políticos e crescimento econômico no Brasil (1970-1995): alguma evidência empírica. *Dados*: Rio de Janeiro, v.43, n.2, p. 291-310, 2000.
- SIGAUD, Lygia. Luta política e luta pela terra no Nordeste. *Dados*: Rio de Janeiro, v.26, n.1, p. 77-95, 1983.
- SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. *O grupo permanente de mobilização industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – 1964-1967.* Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1984.
- SILVA, A. S. da. *Oficina: do teatro ao te-ato.* São Paulo: Perspectiva, 1981.
- SILVA, Ana Lúcia da. *Imprensa e ideologia: o discurso dos jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979).* Dissertação de mestrado apresentada à UEM. Maringá, 2001.
- SILVA, Antônio Carlos Amâncio da. *Produção cinematográfica na vertente estatal (Embrafilme/gestão Roberto Farias).* Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1989.
- SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas.* São Paulo: Proposta, 1987.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Estado, sociedade civil e meios de comunicação. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória.* São Paulo: Edusp, 1994.p. 197-224.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. *Contribuição para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores – PT.* Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.
- SILVA, Deonísio da. *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64.* São Paulo: Estação Liberdade, 1984.
- SILVA, Ernani Ayrosa da. *Memórias de um soldado.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- SILVA, Flamarion Maués Pelúcio. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): Negócio e política.* São Paulo, Dissertação de mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MEDEIROS, Sabrina Evangelista, VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens.* Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, MELO, Victor Andrade, PERES, Fábio. *O esporte vai ao cinema.* São Paulo: Senac, 2005.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional. O poder geo-político do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SILVA, Hélio, CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Ernesto Geisel, a abertura política, 1974-1979.* São Paulo: Grupo Comunicação Três, 1983.
- SILVA, Hélio, CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *João Figueiredo, restaurando a democracia, 1979-1982.* São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, Hélio. *1964: vinte anos de golpe militar.* Porto Alegre: L&PM, 1985.
- SILVA, Hélio. *A crise político-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Centro Cultural Candido Mendes, Sociedade Brasileira de Instrução, 1975.
- SILVA, Hélio. *A vez e a voz dos vencidos: militares x militares.* Petrópolis: Vozes, 1988.
- SILVA, Hélio. *Castello Branco: a tomada do poder, 1964-1967.* São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.
- SILVA, Hélio. *Março-64.* São Paulo: Editora Três, 1975.
- SILVA, Hélio. *O poder militar.* Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SILVA, Hélio. *O primeiro século da República.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- SILVA, Hélio. *Os Presidentes – Emílio Médici, o combate às guerrilhas (1969-1974).* São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

- SILVA, J. L. Werneck da. *A deformação da História em um regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [19--].
- SILVA, José Dirceu de Oliveira, IANONI, Marcus. *Reforma política: instituições e democracia no Brasil atual*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SILVA, José Luiz Foresti Werneck da. *A deformação da história ou para não esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- SILVA, José Wilson da. *O tenente vermelho: assessor militar de Brizola conta como Fidel Castro entregou um milhão de dólares para os exilados brasileiros no Uruguai (Brizola, Jango e Darcy Ribeiro) financiarem movimentos de guerrilha no Brasil*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. *Discurso pronunciado na I Convenção Nacional do PT*. São Bernardo do Campo: Comissão Executiva Nacional do PT, 1980.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. *Lula: entrevistas e discursos*. 2ª ed. Guarulhos: O Repórter de Guarulhos, 1981.
- SILVA, Luiz Fernando da. *O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980: análise de um grupo de marxistas acadêmicos*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, FCL, UNESP/Araraquara, 1995.
- SILVA, Luiz Fernando da. *Sociedade civil e democracia política no Brasil: aventuras e desventuras no pensamento marxista entre 1980 e 1995*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, FCL, UNESP/Araraquara, 2000.
- SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da. *Crônicas de nossa época: memórias de um cientista engajado*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SILVA, Luiz Hildebrando Pereira da. *O fio da meada*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SILVA, Marcelo Costa da. *O Partido dos Trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: um perfil sociológico e biográfico de seus parlamentares*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- SILVA, Maria Alice Souza e. *Empresário e o Estado no Brasil 1964-1973: a política de controle de preços*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1979.
- SILVA, Paulo Renato. Povo, revolução e Brasil por Dias Gomes. *Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*, Tempo de ditadura: do golpe de 1964 aos anos 1970, v.8, n.14/15, p. 117-149, 1. e 2. sem. 2001.
- SILVA, Ricardo. Democracia delegativa ou vicissitudes da transição? *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.4-5, jun./nov. 1995.
- SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *Teologia da libertação: revolução e reação interiorizadas na igreja*. Dissertação de mestrado em História apresentada à UFF. Niterói, 2006.
- SILVA, Solange. *O signo amordaçado: a censura ao livro durante o regime militar*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1994.
- SILVA, Themístocles de Castro e. *Antes e depois de 31 de março*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- SILVA, Virgínia Maria Tavares da. *A revolta do rebanho de Cristo: igreja brasileira e progressismo (1950-1973)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1991.
- SILVA, Wlamir José da. *A ideologia da burguesia industrial da cidade do Rio de Janeiro (1958-1964): projeto liberal, democracia e autoritarismo*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.
- SILVEIRA, Antonio Maria da. *Filosofia e política econômica: o Brasil do autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1987.
- SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- SILVEIRA, M. A. *A contribuição italiana ao teatro brasileiro*. São Paulo: Quirón, 1976.
- SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. *Universidade, Igreja e Modernidade: restauração e inovação*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1996.
- SIMAS, Mário Passos. *Gritos de Justiça: Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.
- SIMIONATO, Adriana Canova. *Partido dos Trabalhadores: uma utopia inacabada*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de História, Direto e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Franca, 1996.
- SIMIS, Ana. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1996.
- SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Editora Senac/ Terceiro Nome, 1999.
- SIMÕES, R.G. *Os fornos quentes*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- SINGER, André (org.). *Sem medo de ser feliz*. São Paulo: Scritta, 1990.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: as eleições presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SINGER, Paul, MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SINGER, Paul. *A crise do "milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SINGER, Paul. A economia brasileira depois de 1964. *Questões & Debates*, n.4, p. 1-22, 1974.

- SINGER, Paul. As contradições do milagre. *Estudos Cebrap*, n.6, p. 57-78, 1973.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. *Questões & Debates*, n.1, p. 67-94, 1973.
- SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- SINGER, Paul. *Um governo de esquerda para todos*: Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*: memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.
- SKIDMORE, Thomas. *The politics of military rule in Brazil, 1964-85*. New York: Oxford University Press, 1988.
- SKIDMORE, Thomas. A lenta via brasileira para a democracia: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo – 1930-1965. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SKIDMORE, Thomas. Factors animating Abertura. In: BINNENDIJK, Hans (org.). *Authoritarian regimes in transition*. Center for the Study of Foreign Affairs, Foreign Service Institute, US Department of State, 1987, p. 254-257.
- SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SKIDMORE, Thomas. *Politics in Brazil, 1930-1964*: an experiment in democracy. New York: Oxford University Press, 1967.
- SKIDMORE, Thomas. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SMITH, Anne-Marie. *A forced agreement*: press acquiescence to censorship in Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1997.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SOARES, Claudete Gomes. *Teologia da Libertação no Brasil*: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, IFCH, UNICAMP, 2000.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAUJO, M. Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: São Paulo, v.4, n.10, p. 21-43, 1989.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. A nova industrialização e o sistema político brasileiro. *Dados*: Rio de Janeiro, n.1, 1966.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. As políticas de cassações. *Dados*: Rio de Janeiro, n.21, p. 69-85, 1979.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, M. Celina (orgs.). *21 anos de regime militar*: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- SOARES, Luiz Eugênio. *O experimento de Avelar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. (romance)
- SOARES, Samuel Alves. *Militares e pensamento político*: análise de monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993). Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política da USP, 1995.
- SODRÉ, Martins. *31 de março de 1964*: revolução autêntica ou simples quartelada? (assim é a “linha dura”). Salvador: Manu, 1964.
- SODRÉ, Muniz. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*: função e linguagem da televisão no Brasil. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã*: memórias do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Era o golpe de 64 inevitável?* In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Vida e morte da ditadura*: vinte anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOLINGEN, Etel. Macropolitical consensus and lateral autonomy in industrial policy: the nuclear sector in Brazil and Argentina. *International Organization*, v.47, n.2, p. 263-298, primavera, 1993.
- SORBILLE, Rosana Núbia. *No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos*: a constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil (1973-1995). Dissertação de mestrado, PROLAM/USP, 2002.
- SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- SOUSA, Amauri de. *Annotated bibliography of the Brazilian political movement of 1964*. Riverside: University of California, Latina American Research Program, 1966.
- SOUSA, Amauri de. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no

- Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares. *Trilogia do terror – a implantação*: 1964. São Paulo: Vértice, 1988.
- SOUTO, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional*: a política externa do governo Médici (1969-1974). Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1998.
- SOUZA JÚNIOR, Cezar Saldanha. *A crise da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Guerrilha do Araguaia*: Revanchismo. A Grande Verdade. Rio de Janeiro: 2002.
- SOUZA, Amaury de. The unintended consequences of the governments's agenda. In: BINNENDIJK, Hans (org.). *Authoritarian regimes in transition*. Center for the Study of Foreign Affairs, Foreign Service Institute, US Department of State, 1987, p. 258-261.
- SOUZA, Amaury. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil. *Dados*: Rio de Janeiro, n.1, 1966.
- SOUZA, Carlos Bauer de. *Os trabalhadores e a luta pela construção da democracia no Brasil (1964-1983)*. Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 2001.
- SOUZA, Daniel, CHAVES, Gilmar (orgs.). *Nossa paixão era inventar um novo sonho*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.
- SOUZA, Herbert de (Betinho). *Ten years and four generals: the outlook for Geisel's government*. Toronto: Brazilian Studies, 1974.
- SOUZA, Herbert de (Betinho). *The world capitalist system and militarism in Latin America: a comparative analysis of the Brazilian and Peruvian models*. Toronto: Brazilian Studies, 1974.
- SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- SOUZA, Herbert José de. *Revoluções da minha geração*. Depoimento a François Bougon. São Paulo: Moderna, 1996.
- SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. *Trabalho e política*: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SOUZA, Luis A. G. *Classes populares e Igreja*: nos caminhos da história. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SOUZA, Luiz A. G. de. *A JUC*: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, Marco Antônio de. *Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT*: continuidades e rupturas. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- SOUZA, Marco Antonio Mondaini de. *Da esquerda revolucionária pré-64 ao PT*: continuidades e rupturas. Dissertação de mestrado, Departamento de História da USP, 1995.
- SOUZA, Maria Cristina R. da Costa. *O discurso de oposição de Chico Buarque de Hollanda na ditadura militar brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1999.
- SOUZA, Matilde. *A epopéia da Transamazônica*: 90 milhões em ação. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1995.
- SOUZA, Mauricio Maia de. *Henfil e a censura*: o papel dos jornalistas. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 1999.
- SOUZA, Nelson Rosário de. *A Igreja Católica progressista e a produção do militante*: cartografia de uma afinidade eletiva político-religiosa. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da USP, 1993.
- SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000.
- SOUZA, Percival de. *Eu, cabo Anselmo*: depoimento a Percival de Souza. São Paulo: Globo, 1999.
- STACCHINI, José. *Março 64*: mobilização da audácia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte, 1985.
- STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente*: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- STEPAN, Alfred. *Os militares*: da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- STEPAN, Alfred. *Rethinking military politics*: Brazil and the Southern cone. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- STEPAN, Alfred. *The military in politics*: changing patterns in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1971.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- STUMPF, André Gustavo. *A segunda guerra*: sucessão de Geisel. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Programa de garantia de renda mínima*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e relatos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SYDOW, Evanize, FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

T

TAKAHASHI, Jo. *Cinema brasileiro: evolução e desempenho*. São Paulo: Fundação Japão, 1985.

TANGERINO, Márcio Roberto Pereira. *Religião e política na crise da igreja popular*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da USP, 1992.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmara lenta*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

TAVARES, Luis Ricardo. *Contag: da ditadura à transição. Memória social e construção política do "campepinato"*. Dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição e David, Maurício Dias (eds.). *A economia política da crise*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição, SADER, Emir, JORGE, Eduardo. *Globalização e socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. A política econômica do autoritarismo. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. Substituição de importações e desenvolvimento econômico na América Latina. *Dados*: Rio de Janeiro, n.1, 1966.

TÁVORA, Araken. *Brasil, 1º de abril*. Rio de Janeiro: Bruno [Buccini?], 1964.

TEIXEIRA, Ivana Pedroso. *O universalismo diante da possibilidade européia: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 2000.

TELES, Edson Luis de Almeida. A anistia e os crimes contra a humanidade. *Revista IBCCRIM*: São Paulo, n.55, ago./out. 2005.

TELES, Edson Luis de Almeida. *Cine-bionarrativas: esquecimento e memória política*. São Paulo, 2003, mimeo.

TELES, Edson Luis de Almeida. *Memória política em democracias com herança autoritária: os casos do Brasil e da África do Sul*. São Paulo, 2004, mimeo.

TELES, Edson Luis de Almeida. *Pensar e agir: narrativa e política na filosofia de Hannah Arendt*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da USP. São Paulo, 2002.

TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2001.

TELES, Janaína de A. "Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira". In: Teles, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: Reparação ou impunidade?* 2ª. ed., São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

TELES, Janaína de Almeida. *Os Herdeiros da Memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos Políticos por 'verdade e justiça' no Brasil*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à FFLCH da USP. São Paulo, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Anistia que te quero justa! Os 25 anos da promulgação da lei*. São Paulo, 2004, mimeo.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

TELLES, Vera S. *Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos*. In: Kowarick, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

THOMAS, Tobias. *Brasilianische Militärherrschaft, 1964-1979*. Mettingen: Brasilenkunde Verlag, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia populista. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.2, jun. 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo de Goulart e golpe de 64*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. In: MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo, FERRANTE, Vera B. (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 224-256.

TONETO JÚNIOR, Rudinei. *O financiamento de longo prazo no Brasil: da reforma financeira de 1964 aos anos 90. Expansão, crise e novas tendências*. Tese de doutorado apresentada à USP. Ribeirão Preto, 1997.

TORREÃO, Rita Magalhães. *A greve nasce na fábrica: a luta dos metalúrgicos fluminenses – 1979*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

- TORRES, Raymundo Negrão. *Nos "porões" da ditadura*: fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.
- TORTURE IN BRAZIL: a shocking report on the pervasive use of torture by Brazilian military governments, 1964-1979. Austin: Institute of Latin American Studies, University of Texas, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue*: a política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural/Unicamp, 1989.
- TREECE, David. A flor e o canhão: a Bossa Nova e a música de protesto no Brasil (1958-1968). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.32, p. 121-165, 2000.
- TRINDADE, Héglio. *Brasil em perspectiva*: dilemas da abertura política. Porto Alegre: Sulina, 1982.
- TRINDADE, Héglio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAUJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar*: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141.
- TRONCA, Ítalo, TAVARES, Flávio. "Pau de arara": la violence militaire au Brésil. Paris: François Maspero, 1971.
- TRONCA, Ítalo, TAVARES, Flávio. "Pau de arara": la violencia militar en el Brasil. México: Siglo Veintiuno, 1972.
- TRÓPIA, Patrícia. Bibliografia sobre o golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: visões críticas do Golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.
- TRUITT, Rolland D. Defining Latin American security issues. *Military Affairs*, v.40, n.4, p. 169-175, dez. 1976.
- TUCUNDUVA, Ruy Cardoso de Mello. Delitos políticos. *Revista Tribuna*, v.393, p. 20-45, jul. 1968.
- TUPINAMBÁ, Tarcísio. *1964: a revolução dos ricos*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1985.
- U**
- UFMG: resistência e protesto. Belo Horizonte: UFMG/Fafich/VEGA, abr./jun. 1979.
- UFRJ/UFF/CPDOC/APERJ. *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *História da UNE*. São Paulo: Livramento, 1980.
- UNITED STATES CONGRESS HOUSE. *Torture and opression in Brazil*. Washington, Gov. Print. Office, 1975.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. 2.ed. Brasília: Editora Ser, 2006.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. OBAN DOI/CODI. 29 set. 70-23 jan. 74. Brasília: Editerra, 1987.
- V**
- VALLE, Maria Ribeiro do. *O diálogo é a violência*: movimento estudantil e ditadura militar em 1968. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1997.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *O diálogo é a violência*: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.
- VALLI, Virgínia. *Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho*: a verdadeira história de um assassinato político. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- VALLIER, Ivan. *Catolicismo, control social y modernización en América Latina*. Buenos Aires: Amorroius, 1970.
- VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 4ª ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985.
- VÁRIOS autores. *A Questão Agrária. Textos dos anos 60*. Estudos Brasil no.1. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- VÁRIOS autores. *Guerrilha do Araguaia*: 1972-1982. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.
- VASCONCELLOS, Sônia R. Rosa da Silva. *Espaço no poder, poder no espaço*: uma análise do planejamento durante o governo Figueiredo. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1991.
- VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A preservação do Legislativo pelo regime militar brasileiro*: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968). Dissertação de mestrado em História apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias da saudade*: busca e espera no Brasil autoritário. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Secretaria de Cultura e Desporto do Estado Ceará, 2000.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio*: militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: UFC Edições, 1998.
- VELHO, Gilberto. Autoritarismo e violência no Brasil contemporâneo. In: SOSNOWSKI, Saul, SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 31-40.
- VELLOSO, J. P. Reis. *O último trem para Paris*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- VENTURA, Maria Terezinha. A poética e a política de Glauber Rocha. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1997.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VERDUGO, Patrícia. *A caravana da morte*: o livro que levou Pinochet. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y Presente*: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2002.
- VIANA FILHO, Luis. *Castelo Branco: testemunhos de uma época*. Brasília, Editora UnB, 1986.

- VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- VIANA, Gilney Amorim, CIPRIANO, Perly. *Fome de Liberdade*: relato dos presos políticos. Vitória: Fundação Ceciliano Abel e Almeida, 1992.
- VIANA, Gilney Amorim. *131D-Linhares*: memorial da prisão política. Contagem: História, 1979.
- VIANA, Gilney Amorim. *Glória, mãe de preso político*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- VIANA, Gilney, SILVA, Marina, DINIZ, Nilo (orgs.). *O desafio da sustentabilidade*: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- VIANNA, Deocélia. *Companheiros de viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
- VIANNA, Luiz J. W. O problema da cidadania na hora da transição democrática. *Dados*: Rio de Janeiro, v.26, n.3, p. 243-264, 1983.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A transição: da Constituinte à sucessão presidencial*. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- VIANNA, Martha. *Uma tempestade como sua memória*: a história de Lia. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VICTOR, J. *Confissões de um torturador*. São Paulo: Semente, 1981.
- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*: Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- VIEIRA, Evaldo. *A República brasileira*: 1964-1984. São Paulo: Moderna, 1985.
- VIEIRA, Francisco Carlos Soares F. *Pelas esquinas dos anos 70*: utopia e poesia no Clube de Esquina. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.
- VIEIRA, Ildeu Manso. *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*. Curitiba: Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, Prefeitura Municipal de Apucarana, Imprensa Oficial do Estado, 1991.
- VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos*: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Tese de doutorado apresentada à UnB. Brasília, 1996.
- VIEIRA, R. A. Amaral. *Crônica dos anos Geisel*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- VIEIRA, R. A. Amaral. *Intervencionismo e autoritarismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1975.
- VILARINO, Ramon Casas. *A MPB em movimento*: música, festivais e censura – 1965-1969. Dissertação de mestrado do Departamento de História da PUC/SP, 1998.
- VILELA, Teotônio (org.). *Anais da Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional*. v.1 e v.2. Brasília: Senado Federal, 1982.
- VILLACÇA, Mariana Martins. *Tropicalismo (1967-1969) e Grupo de Experimentación Sonora (1969-1972)*: engajamento e experimentalismo na canção popular no Brasil e em Cuba. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2000.
- VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *A guerrilha do riso*: humor x canção na ditadura militar brasileira. Dissertação de mestrado apresentada à PUC-RS. Porto Alegre, 2000.
- VILLAR, Paulo Sérgio Tempestini. *As relações militares Brasil-EUA*: do confronto à cooperação (1975-1990). Tese de doutorado apresentada à USP. São Paulo, 1998.
- VIÑAR, Marcelo, VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.
- VITULLO, Gabriel E. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n.17, nov. 2001.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A ditadura foi “entreguista”? Política externa e desenvolvimento no regime militar brasileiro. *Estudos de História*: Franca, v.8, n.1, 2001.
- VOIGT, Leo. *A formação do PT*: esboço de reconstrução histórica. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.
- VON DER WEID, Jean Marc. *Brazil. 1964 to the present*: a political analysis. An interview with Jean Marc von der Weid. Montréal: Éditions Latin America, 1972.
- W
- WALLERSTEIN, Michael. O colapso da democracia no Brasil: seus determinantes econômicos. *Dados*: Rio de Janeiro, v.23, n.3, p. 297-334, 1980.
- WANDERLEY, Luiz E. *Educar para transformar: educação popular – Igreja Católica – política no Movimento Educacional de Base (MEB) 1961-1965*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1982.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja e sociedade no Brasil: 1950-1964/1964-1975. *Religião e Sociedade*: São Paulo, n.3, p. 93-107, 1978.
- WANDERLEY, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. *A construção do silêncio*: a Rede Globo nos projetos de controle social e cidadania (décadas 1970-1980). Dissertação de mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1995.
- WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução*: redes de comunicação e coerção no Brasil – 1969-1974.

- Dissertação de mestrado apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 1994.
- WEDGE, Bryant. The case study of student political violence: Brazil, 1964, and Dominican Republic, 1965. *World Politics*, v.21, n.2, p. 183-206, jan. 1969.
- WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEFFORT, Francisco C. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco C. *Qual democracia?* São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- WEIL, Jean-Louis. *The repressive state: the Brazilian "National Security Doctrine" and Latin America*. Toronto: Brazilian Studies, 1976.
- WELMOWICK, Arnaldo. *O papel do BNDE no processo de industrialização brasileiro: 1974-78*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1990.
- WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WESSON, Robert G. *Brazil in transition*. New York: Praeger, 1983.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- WINTER, Eloísa Nascimento. *PT – impasses da esquerda no Brasil*. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia da USP, 1999.
- WOWERUHN, Tanja. *Amnesty, impunity and reparation: the unfinished business of human rights abuses under the Brazilian military regime*. Dissertação de mestrado apresentada ao ILAS da University of London. London, 2001.
- WRIGHT, Delora Jan. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- XAVIER, Ismail, BERNARDET, Jean-Claude, PEREIRA, Miguel. *Desafio do cinema: a política do Estado e a política dos autores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- XAVIER, Ismail. *O olhar e a cena: Melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues*. São Paulo: Cosac & Naïf, 2003.
- XAVIER, Ismail. *Sertão mar – Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- YAMAUTI, Nilson Nabuaki. *O governo Goulart: processo ideal e processo real na reprodução política do capital, 1963-1964*. Dissertação de mestrado do Departamento de Ciência Política da USP, 1995.
- ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. *Mulheres Beatas e Militantes na Igreja de Bauru (1960-1990)*. Tese de Doutorado, Departamento de História da USP, 1999.
- ZAVERUCHA, Jorge, MELO FILHO, Hugo Cavalcanti. Superior Tribunal Militar: entre o autoritarismo e a democracia. *Dados – Revista de Ciências Sociais*: Rio de Janeiro, v.47, p.763-97, 4, 2004.
- ZAVERUCHA, Jorge. *FH, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia. Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares: de Sarney a Cardoso. *Monitor Público*. Rio de Janeiro: 4(12): 35-41, jan./mar.1997.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar. Estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha*. São Paulo: Ática, 1994.
- ZENTENO, Raúl Benítez (coord.). *As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZÍLIO, Carlos. *Arte e política, 1966-1976*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 1996.
- ZINI JÚNIOR, Alvaro Antônio. *Uma avaliação do setor financeiro no Brasil da reforma de 1964/65 à crise dos anos oitenta*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. Campinas, 1982.
- ZUPPI, Alfredo. *Recobrando la memoria: las leyes de impunidad y los crímenes contra el derecho internacional*. Buenos Aires, 2001, mimeo.



Arquivo da Fundação Getúlio Vargas



Alberto Tosi Rodrigues
 Alcione Abramo
 Aldo Rebelo
 Alexandre Cunha
 Alípio Freire
 Almino Affonso
 Aloizio Mercadante
 Ana Guedes
 Ana Maria Muller
 André Singer
 Antonio Candido
 Antônio Carlos Fon
 Apolônio de Carvalho
 Arthur Poerner
 Audálio Dantas
 Beatriz de Paula Souza
 Beatriz Tibiriçá (Beá)
 Belisário dos Santos Júnior
 Bete Mendes
 Carlito Maia
 Carlos MacDowell de Figueiredo
 Carlos Tibúrcio
 Carmen Cintra do Prado
 Cassandra Maroni Nunes
 Celeste Fon
 Celso Furtado
 Celso Marcondes
 Clara Charf
 Clóvis Rossi
 Consuelo de Castro
 Dalmo de Abreu Dallari
 Daniel Aarão Reis Filho
 Devanir Ribeiro
 D. Paulo Evaristo Arns
 Djalma Bom
 Eder Sader
 Eduardo Matarazzo Suplicy
 Egle Yannucci Leme
 Eleonora Menicucci de Oliveira
 Emiliano José
 Expedito Soares Batista
 Fernanda Maria Ribeiro Coelho
 Fernando Pacheco Jordão
 Fernando Nogueira
 Flamarion Maués
 Flávia Schilling
 Flávio Aguiar
 Flávio Koutzli
 Franco Montoro
 Geraldo Siqueira
 Gianfrancesco Guarnieri
 Gilney Viana
 Gilson Menezes

Hamilton Almeida Filho
 Helena Grecco
 Henry Sobel
 Isaias Raw
 Izaias Almada
 Jacob Gorender
 Jair Meneguelli
 Janaina de Almeida Teles
 João Avamileno
 José Dirceu
 José Keninger
 José Mindlin
 Joviniato Neto
 Juca Kfoury
 Judith Kardos Klotzel
 Julio de Grammont
 Lais Oreb
 Lais Wendel Abramo
 Larissa Pelúcio
 Léila Abramo
 Lúcia Souza e Silva
 Lúcio Flávio Pinto
 Lúcio Kowarick
 Luiz Dulci
 Luiz Gushiken
 Luiz Hildebrando Pereira da Silva
 Luiz Inácio Lula da Silva
 Luiz Weis
 Marcelo Ridenti
 Marcelo Santa Cruz
 Márcio Moreira Alves
 Marco Antônio Barbosa
 Marco Aurélio Garcia
 Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha)
 Maria Augusta Capistrano
 Maria Auxiliadora Arantes (Dodora)
 Maria Dolores Perez Gonzales (Loia)
 Maria Liège Santos Rocha
 Maria Luiza Fontenelle
 Maria e Regina Stela Moreira Pires
 Marília Medalha
 Mário Pedrosa

Mário Simas
 Marta Wendel Abramo
 Maurício Segall
 Mino Carta
 Mouzar Benedito
 Olívio Dutra
 Osmar Santos
 Paulo Freire
 Paulo Markun
 Paulo Schilling
 Pedro Estevam da Rocha Pomar
 Pedro Simon
 Pedro Tierra (Hamilton Pereira da Silva)
 Perseu Abramo
 Radha Abramo
 Raymundo Faoro
 Regina Seabra von der Weid
 Renato Consorte
 Ricardo de Azevedo
 Ricardo Kotscho
 Roberto Freire
 Roberto Saturnino Braga
 Ronald Rocha
 Roque Aparecido da Silva
 Rosalina Santa Cruz
 Rubens Boffino
 Sebastião C. Velasco e Cruz
 Sérgio de Souza
 Sérgio Gomes
 Sérgio Mamberti
 Sérgio Márcio P. Paschoal
 Sócrates
 Theodomiro Romeiro dos Santos
 Thereza Brandão
 Tom Zé
 Vanya Sant'Ana
 Vinicius Caldeira Brant
 Vinicius Signorelli
 Walnice Nogueira Galvão
 Wolfgang Leo Maar
 Zilah Wendel Abramo
 Zuenir Ventura

